ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA DATORA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

[Ticker Novo Mercado]

Datora Participações e Serviços S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 07.704.246/0001-93
Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B,
CEP 34006-056, Nova Lima – MG
Código ISIN das Ações: "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Datora Participações e Serviços S.A.** ("Companhia"), o **[•]** ("[•]") e os acionistas vendedores pessoas físicas, conforme indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Identificação dos Acionistas Vendedores" na página 49 deste Prospecto ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com o [•], "Acionistas Vendedores"), em conjunto com o **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA"ou "Coordenador Líder"), a **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("UBS BB"), o **Banco BTG Pactual S.A.** ("BTG Pactual") e o **Banco Morgan Stanley S.A.** ("Morgan Stanley" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a UBS BB e o BTG Pactual, "Coordenadores da Oferta") na qualidade de instituições intermediárias, estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, compreendendo: (i) a distribuição primária de, inicialmente, [•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária") e (ii) a distribuição secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária", e em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2021 de 01 de março de 2021 ("Ofício-Circular CVM/ SRE"), o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") e atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), com os esforços de dispersão acionária previstos no "*Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão*" ("Regulamento do Novo Mercado", "B3" e "Novo Mercado", respectivamente) e demais normativos aplicáveis, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, que deverão aderir à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto), que deverão aderir à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pela UBS Securities, LLC, pelo BTG Pactual US Capital, LLC e Morgan Stanley & Co. LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos da América, para pessoas condideradas investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definido na *Regra 144A, do US Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), conforme alterada ("*Securities Act*"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base na *Regulation S* ("Regulamento S"), editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional (conforme abaixo definido), a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.*" ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá[, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em ([•]) ações ordinárias [de emissão da Companhia e/ou de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até [•] ações ordinárias [de emissão da Companhia e/ou de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme abaixo definido), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da oferta ("Opção de Ações Suplementares"). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo), seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido abaixo). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

	Preço (R$)[(1)]	Comissões (R$)[(1)(2)(4)]	Recursos Líquidos (R$)[(1)(2)(3)(4)]
Preço por Ação.....	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária[(5)]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[(5)].....	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações a serem recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 54 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre (a) a quantidade de ações a ser distribuída pela Companhia e o montante decorrente da referida distribuição, bem como (b) a quantidade de ações a ser alienada pelos Acionistas Vendedores e o montante a ser por este recebido em virtude da referida alienação, veja "Informações sobre a Oferta - Quantidade, montante e recursos líquidos" na página 53 deste Prospecto.

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovadas com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de agosto de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), em 02 de setembro de 2021, sob o nº 8771128, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Diário do Comércio de Belo Horizonte" em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9 abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMG e publicada no DOEMG e no jornal "Diário do Comércio de Belo Horizonte" na data de divulgação do Anúncio de Início.

[A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada por [•] em [•] de [•] de 2021, cuja ata será devidamente registrada na [•], publicada em [•] de [•] de 2021 e no jornal[•]]

Salvo pela aprovação do [•], não será necessária qualquer aprovação em relação aos demais Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Exceto pelos registros da Oferta na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

A Oferta Primária e a Oferta Secundária foram registradas pela CVM em [•] de [•] de 2021, sob o nº CVM/SRE/REM/2021/[•] e CVM/SRE/SEC/2021/[•], respectivamente.

Será admitido o recebimento de reservas a partir de [•] de [•] de 2021, para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio do preenchimento do Pedido de Reserva após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 3 de setembro de 2021.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR ESTÃO SOB ANÁLISE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, A QUAL AINDA NÃO SE MANIFESTOU A SEU RESPEITO. O PRESENTE PROSPECTO PRELIMINAR ESTÁ SUJEITO À COMPLEMENTAÇÃO E CORREÇÃO.

O PROSPECTO PRELIMINAR ESTÁ DISPONÍVEL NAS PÁGINAS DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES, DA B3 E DA CVM.

O PROSPECTO DEFINITIVO SERÁ ENTREGUE AOS INVESTIDORES DURANTE O PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 24 e 95, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 471, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **7**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **8**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **11**
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, ACIONISTA VENDEDOR, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E AUDITORES **26**
SUMÁRIO DA OFERTA **28**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **47**
Composição do capital social 47
Principais acionistas e Administradores 48
Identificação dos Acionistas Vendedores 49
Características gerais da Oferta 50
Descrição da Oferta 50
Aprovações societárias 51
Preço por Ação 52
Quantidade, montante e recursos líquidos 53
Custos de distribuição 54
Instituições Participantes da Oferta 57
Público Alvo 57
Cronograma Estimado da Oferta 58
Regime de Distribuição 59
Procedimento da Oferta 60
Prazos de Distribuição e Liquidação 67
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 67
Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação 69
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 70
Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva 71
Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-Up*) 72
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 73
Estabilização do Preço das Ações e Formador de Mercado 74
Listagem e Negociação das Ações na B3 75
Condições a que a Oferta esteja submetida 75
Informações adicionais 75
COMPANHIA 76
COORDENADORES DA OFERTA 76
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 77
Instituições Consorciadas 78
Inadequação da Oferta 79
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **80**
Coordenador Líder 80
UBS BB 81
Banco BTG Pactual S.A. 83
Banco Morgan Stanley S.A. 84
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA **86**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 86
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB 87
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 89
Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley 90
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 91

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB 91
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual..... 92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley 93
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES..... 95
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 105
CAPITALIZAÇÃO 106
DILUIÇÃO 107
ANEXOS 111
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA 115
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA..... 133
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL 143
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 149
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 153
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 157
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021..... 161
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018..... 223
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 337
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 433

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “Datora Participações e Serviços S.A.” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à “Datora Participações e Serviços S.A.”, suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta”, na página 28 deste Prospecto.

Acionistas Controladores	Tomas Henrique Fuchs, Daniel Tibor Fuchs, Raul Fuchs e Samy Uziel, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores	[•] e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	[•] e [•], considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	O Itau BBA USA Securities, Inc., a UBS Securities, LLC, o BTG Pactual US Capital, LLC e Morgan Stanley & Co. LLC, em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Ativo Circulante Financeiro	Não apresenta um vínculo direto com o ciclo operacional da empresa. Varia de acordo com a conjuntura de risco de liquidez que os gestores desejem assumir. As contas do circulante que se enquadram como financeiro são caixa, bancos e aplicações financeiras.
Ativo Circulante Operacional	É composto de valores que mantêm estreita relação com a atividade operacional. São originados basicamente das operações de compra, venda, produção e estocagem. Seus valores dependem do ciclo operacional da empresa, giro do contas a receber, estoque, contas a pagar etc.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.

CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.
Companhia ou Datora	Datora Participações e Serviços S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia de caráter não permanente.
Contrato de Colocação	"*Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta, com a interveniência e anuência da B3.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement,* a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Empréstimo	"*Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.*", a ser celebrado entre [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	"*Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Doador, o Agente Estabilizador e a Corretora, com a interveniência e anuência dos Coordenadores.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início (data na qual o referido contrato entrará em vigor), por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado.
Coordenadores da Oferta	Em conjunto, o Banco Itaú BBA S.A., a UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco BTG Pactual S.A. e o Banco Morgan Stanley S.A.
Corretora	[•].
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria estatutária da Companhia.
Dívida Líquida	A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa.
Dívida Líquida/EBITDA	O índice Dívida Líquida/EBITDA representa o nível de cobertura de dívida com a geração anual de resultado, uma medida usada para definição de risco de alavancagem em termos de endividamento.
DOEMG	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, das Despesas Financeiras Líquidas e da Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizada em substituição aos resultados auditados. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia atualmente vigente.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia na data deste Prospecto, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto a partir da página 433.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IASB	*International Accounting Standard Board.*
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Normas internacionais de reporte financeiro, emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.

Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas pelos Coordenadores da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários.
Itaú BBA ou Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Índice de Endividamento Total Geral	O Índice de Endividamento Geral é utilizado como um indicador financeiro na análise do endividamento da empresa. De maneira geral, ele mede quanto a empresa está alavancada do ponto de vista de fonte de capital. Seu cálculo é feito dividindo-se o passivo circulante mais o passivo não circulante pelo patrimônio líquido.
Índice de Liquidez Corrente	O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da empresa (seus direitos de curto prazo, como o dinheiro em caixa e os estoques) pelo passivo circulante (as dívidas a curto prazo, como empréstimos, impostos, pagamentos a fornecedores etc.) e é um indicador financeiro que mostra a capacidade de uma empresa de quitar todas suas dívidas a curto prazo.
Índice de Liquidez Geral	A liquidez geral é um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto e longo prazo. A partir de um cenário de encerramento das atividades e liquidação de todos os bens, a liquidez geral é calculada. O índice é calculado dividindo-se os ativos totais pelos passivos totais.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.

Margem EBITDA	Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. A Margem EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizada em substituição aos resultados auditados.Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Necessidade de Capital de Giro (NIG)	É a diferença entre o ativo circulante operacional o passivo circulante operacional e representa de fato, a necessidade de investimento em capital de giro da Companhia.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/21, divulgado em 01 de março de 2021.
Passivo Circulante Financeiro	Não apresenta vínculo direto com a atividade operacional. São valores monetários representados por contas como empréstimo, passivo de arrendamento, financiamento, debêntures, dividendos etc.
Passivo Circulante Operacional	São obrigações vinculadas diretamente com o ciclo operacional. São relacionados com a operação da empresa, como pagamento de funcionários, fornecedores, impostos, adiantamentos e etc.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e regulamentos da CVM, os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo CFC e pela CVM.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.

Regra 144A	*Regra 144A* editada ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante nos termos de posse dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos controladores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
Resolução CVM 13	Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução CVM 27	Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução da CVM nº 35, de 26 de maio de 2021.
ROE	O ROE (*Return on Equity*) é uma métrica gerencial utilizada para estimar o retorno sobre o capital investido exclusivamente pelos acionistas, ou seja, o patrimônio líquido. O ROE é a resultante a divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido do exercício.
Saldo de Tesouraria	O saldo de tesouraria representa a diferença entre o Ativo Circulante Financeiro e o Passivo Circulante Financeiro. Ele mede a capacidade da empresa de arcar com suas obrigações financeiras de curto prazo representando um indicador que mede risco financeiro de curto prazo. O saldo de tesouraria mais a necessidade de capital de giro é igual ao capital circulante líquido.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Datora Participações e Serviços S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.704.246/0001-93.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301 B, CEP 34006-056.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 13º andar, Conj. 131, Jardim Paulistano, CEP 01451-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva. O telefone do departamento de relações com investidores é + 55 11 3164-8201 e o seu endereço eletrônico é ri@datora.net.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
Código de Negociação das Ações na B3	As Ações serão listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOEMG e no jornal "Diário do Comércio de Belo Horizonte".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 433.
***Website* da Companhia**	www.ri.datora.net. As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 24 e 95, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 471.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras basearam-se, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. As estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos até a data deste Prospecto.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, aos seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), bem como as respostas e reações governamentais a tais eventos, em especial na medida em que tais fatores impactem o no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, podendo, portanto, intensificar o impacto dos demais riscos aos quais estamos sujeitos;

- o impacto do surto de coronavírus (COVID-19) na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;

- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de coronavírus (COVID-19) em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos consumidores em razão do surto de coronavírus (COVID-19) ou outras pandemias, epidemias e crises similares), mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;

- alterações nas condições gerais na economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e a liquidez dos mercados de capitais;

- implementação das estratégias da Companhia;

- relacionamento da Companhia com os seus atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;

- competição do setor, mudanças na demanda por serviços e produtos da Companhia, pressões sobre a formação de preços, introdução de novos produtos e serviços por nossos concorrentes;

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão;

- nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando: (i) custos de operação e manutenção; (ii) contribuições, taxas e impostos; e (iii) encargos regulatórios;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios da Companhia, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconômica do País, que podem afetar adversamente as suas perspectivas de crescimento econômico como um todo;

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;

- impactos da recessão econômica e do eventual ajuste fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;

- efeitos de eventual reforma tributária; e

- outros fatores de risco eventualmente não vislumbrados pela Companhia e aqueles discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 24 e 95, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 471.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 433, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE NOVA INFORMAÇÃO, OCORRÊNCIA DE EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera", "planeja" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não se pode assegurar que serão atualizadas ou revisadas em razão da disponibilização de novas informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência já que dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser baseada somente nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA E NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE UM POTENCIAL INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO EM NOSSAS AÇÕES. LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 433, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro", "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta" nas páginas 8, 24 e 95, respectivamente, deste Prospecto, bem como os itens "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 433, além de nossas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias, anexas a este Prospecto a partir da página 223. Salvo indicação em contrário, os termos "nós", "nos", "nossos/nossas", "Companhia" e "Datora" referem-se à Datora Participações e Serviços S.A.

VISÃO GERAL

Com 28 anos no mercado, a Companhia atua no mercado de tecnologia fornecendo uma ampla oferta de serviços para seus clientes por meio de suas plataformas operacionais no formato CPaaS – *Communication Platform as a Service* ("**CPaaS**"). A Companhia também atua no mercado B2B2X, uma vez que atende o mercado corporativo, oferecendo soluções que podem ser usadas por clientes finais, no setor agropecuário, mercado *pet*, indústria 4.0 ou em qualquer dispositivo que precise se conectar. Neste sentido, a Companhia opera nos quatro segmentos abaixo destacados, os quais atuam de forma sincronizada, de forma a gerar sinergia e *cross-selling*[1] entre eles.

O primeiro segmento em que a Companhia opera é o CPaaS-IoT, onde a Companhia oferece para o mercado a conectividade e uma gama de serviços de valor agregado com a finalidade de conferir aos seus clientes eficiência, agilidade e competitividade em seus mercados. Neste segmento, destacam-se o setor automotivo (serviços de telemetria e rastreamento), segurança, financeiro (serviços para PoS (*Point of Sales*), caixa eletrônicos, etc.).

O segundo segmento em que a Companhia opera é o CPaaS-Geral, que tem como produto e serviço principal a oferta de um pacote *whitelabel*[2] de telefonia fixa, móvel e de dados, além do portfólio de *Internet of Things* ("**IoT**") para clientes como ISPs – *Internet Service Providers* ("**ISPs**") e redes de varejo.

O terceiro segmento em que a Companhia opera, ainda no ambiente de CPaaS, é o CPaaS-OTT (*Over The Top*), onde a Companhia oferece serviços de conectividade que permitem às OTTs[3] autenticar seus usuários. Nesse segmento, destacam-se como clientes, Uber, 99 e Google que usam serviços da Companhia por meio de seus fornecedores globais.

O quarto segmento em que a Companhia opera é o Voz sobre Protocolo de Internet ("**VoIP**"), que funciona como alicerce das operações de CPaaS, serviço escalável e que permite autonomia operacional, já que serve como uma verticalização da cadeia neste segmento. Devido a tecnologia embarcada, VoIP, a Companhia é capaz de ter uma infraestrutura operacional com baixas demandas de investimentos, suportando o crescimento de todos os segmentos. Neste segmento, a Companhia atua com serviços, como antifraude e *billing*, para as grandes operadoras no Brasil e no mundo, além de atuar como importante via para originar e receber chamadas de voz.

Linha do Tempo

Iniciando suas operações em 1993, a Companhia vem ao longo deste tempo se transformando, sempre em busca de tecnologia, inovação e pioneirismo. Após 28 anos, a Companhia evoluiu muito em governança, constituiu uma equipe experiente e com muitos anos de casa e possui hoje uma operação lucrativa e rentável.

Essa busca começou desde a sua constituição. A Companhia iniciou as suas atividades com a escola de computação e venda de computadores no varejo. Depois, evoluiu para o atacado de partes e peças de informática. Em 1996, iniciou sua atuação com a tecnologia VoIP. Em 2001, celebrou o primeiro contrato de *outsourcing* de *billing* e rede IP (*Internet Protocol*) com a Embratel, o qual está em vigor até a presente data.

Em 2005, a Companhia adquiriu um espelhinho[4] no Brasil para operar VoIP no mercado doméstico. Já em 2007, a Companhia abriu um escritório em Miami para explorar o mercado internacional. A evolução do tráfego, a nossa convicção de nos mantermos no segmento VoIP e a especificidade dos nossos clientes, grandes operadoras nacionais, grandes operadoras internacionais e pequenos e médios clientes no Brasil e mais tarde OTTs, exigiram forte necessidade de inovar, pois demandaram juntar as necessidades de um mundo de telecomunicações tradicional baseado em sinalização SS7[5] com um mundo totalmente virtual baseado em redes IP. Este desafio forçou e permitiu a Companhia desenvolver tecnologia de comunicação de sinalização entre SS7 e SIP[6]. Neste cenário, surgiu toda a linha de CPaaS da Companhia.

Em 2008, a Companhia entendeu que o mundo seria móvel. Nesta época, com uma operação de varejo em Portugal, iniciamos uma discussão do que seria uma *Mobile Virtual Network Operator* ("**MVNO**"). Portugal sofreu com a crise financeira e o êxodo de brasileiros, mas as sementes do que é e como operar segundo um *frame* regulatório de MVNO deram a musculatura necessária para, em 2010, a Companhia ter sido um *player* atuante na implementação da regulamentação de MVNO no Brasil. A Companhia obteve a primeira e a segunda autorizações de MVNO no Brasil. Com a segunda autorização, a Companhia criou a Conecta, uma *joint venture* com a Porto Seguro para explorar o mercado de IoT, via carros segurados pela Porto Seguro e, também, dar o suporte de plataforma para o *cross-selling* em sua base de clientes. Em 2011, iniciou sua atuação com IoT, celebrando o contrato com a Vodafone Global Partner Market. Já em 2014, lançou em sua plataforma de serviços de valor agregado para IoT.

A iniciativa foi interrompida em 2015, quando a Porto Seguro seguiu em um plano de verticalização e assumiu, assim, o papel de provedor de serviços da Companhia. A Companhia retornou o foco para a primeira autorização MVNO do país, onde focou no mercado de IoT, culminando em uma parceria estratégica com a Vodafone em 2013. Nesta jornada, a Companhia foi pioneira na implementação de um CORE de rede virtualizado, o que a permitiu sair de uma estrutura de 23 racks[7] para uma estrutura de apenas três. Neste mesmo período, a Companhia desenvolveu uma plataforma de gestão, que permite aos seus clientes fazer a gestão dos seus próprios equipamentos. Ativação, cancelamento, gestão de banda, aprovisionamento (ativação e cancelamento do dispositivo), uma plataforma totalmente autosserviço, tendo em vista a integração com todos esses elementos sem a necessidade de intervenção da Companhia.

Em 2017, observando espaços na oferta de mercado, a Companhia desenvolveu, também, na parte móvel, com recursos do INOVACRED, IoT com redundância *full*, melhorando o *uptime* e cobertura dos serviços.

Com o aumento constante de chamadas VoIP, a Companhia teve que evoluir também nesta área, uma vez que o crescimento proporcional da estrutura de rede acabaria por tomar parte considerável do valor agregado dos serviços oferecidos. Em 2018, a Companhia desenvolveu e adaptou uma solução de mercado de balanceamento de pacotes para uma rede de voz dobrando a capacidade (no mesmo conceito de datacenter em nuvem, a Companhia permite que seus elementos de core trabalhem de forma redundante e balanceando o uso da capacidade de forma automática). Também em 2018, aumentamos a capacidade de gestão de chamadas em tempo real, permitindo a gestão de números inválidos e releases de indisponibilidade, o que permite o uso mais rentável dos ativos de rede da empresa.

Já no lado das pequenas e médias empresas que atende no Brasil, a Companhia foi pioneira na oferta de serviços de TI. Em 2019, nesta mesma linha, a Companhia avançou na tratativa *online* de chamadas com a implementação de uma nova versão do *software* de análise preditiva, que nos permite aumentar ainda mais a rentabilidade dos ativos, uma vez que analisa também o tráfego em tempo real e descarta chamadas improdutivas, além dos benefícios das versões anteriores associados a chamadas inválidas e releases incorretos. Ainda em 2019, abriu seu escritório na Califórnia para atender as OTTs.

---

1 Técnica de vendas que consiste em oferecer novos produtos ou serviços para clientes que já compram um ou mais serviços da empresa.
2 Uma plataforma ou conjunto de serviços que podem ser customizados pelo cliente corporativo e oferecidos ao consumidor final utilizando a marca e identidade visual do cliente que contratou a plataforma.
3 Empresas que trabalham na camada de aplicação do modelo *Open System Interconnection* – OSI) fornecendo diversos serviços, normalmente utilizando os serviços de internet existentes para esta chegar nos clientes.
4 Nome dados às novas entrantes no processo de privatização do sistema Telebrás.
5 Protocolo de sinalização de chamadas de padrão global, que é usado para: estabelecer, configurar, gerenciar e derrubar uma chamada.
6 *Session Initiation Protocol* – Protocolo de Iniciação e Sessão – trata-se de um protocolo para sinalização de sessões multimídia largamente utilizado nas telecomunicações atualmente, o qual é apto a estabelecer, modificar e terminar estes tipos de sessões.
7 Estrutura de *datacenter* que permite armazenar e organizar os diferentes componentes de instalações da rede, como servidores, sistemas de armazenamento, *switches*, cabos, entre outros equipamentos.

Atualmente, a Companhia oferece uma gama vasta de serviços que suportam nossos clientes na gestão de suas necessidades. A Companhia detém um controle de antifraude como parte do seu pacote de serviços e está trabalhando na implementação de elementos de inteligência artificial em sua rede. A Companhia também analisa em tempo real a disponibilidade de rede sobre a demanda dos clientes da Companhia evitando não só sobrecarga, mas também perda de tráfego por parte deles.

No fim de 2019, a Companhia abriu um escritório na Califórnia, num esforço de estarmos mais perto do Vale do Silício e, desta forma, mais próximos das OTTs e das novas soluções para CPaaS. Nesta mesma linha, a Companhia abriu recentemente um escritório em Israel e tem planos de ter colaboradores na China. A pandemia tem atrapalhado estes planos, mas a Companhia reconhece a importância de Israel como centro de inovação e tecnologia, bem como o papel da China na viabilização de dispositivos e soluções para a indústria de IoT.

Ainda em 2019 e com avanços em 2020, a Companhia encapsulou um produto para habilitar novas MVNOs de sua rede, o que também chamamos de credenciadas. Por meio de desenvolvimentos internos e integração dos sistemas operacionais de *billing*, provisionamento, gestão dos clientes, portal do cliente e faturamento, a Companhia desenvolveu módulos escaláveis e replicáveis para a venda de credenciadas (MVNOs), que só em 2021 atingiram o total de 13 clientes com contratos firmados, alguns já em operação.

Em 2020, a Companhia avançou na parte do IoT na implementação de uma nova plataforma de BSS/OSS (*Business Support System and Operational Support System*), que permitirá maior escala no desenvolvimento da universalização do IoT. A Companhia também está em processo de instalação do seu novo CORE de IoT, que será totalmente redundante ao atual, mas que também trará uma gama enorme de serviços para serem oferecidos ao mercado, inclusive totalmente compatível e pronto para operar no 5G. Adicionalmente, a Companhia iniciou um projeto de *cloud* das plataformas de suporte de BSS/OSS para os produtos e serviços voltados para pequenos e médios clientes e OTTs. A ideia é ter a plataforma hoje totalmente hospedada no datacenter da Companhia na nuvem, resolvendo assim a dicotomia crescimento versus custos fixos/investimentos.

Na parte de clientes, a Companhia manteve ações na melhoria da jornada do cliente e na automação de processos internos, como melhorias no portal e a automação do processo de faturamento. Para 2022, a Companhia continuará perseguindo estas evoluções, com destaque para o lançamento do *marketplace*, e alavancagem da ArqiaPag, conjunto de serviços de caráter financeiro que inclui meios de pagamento como cartões de crédito e boletos, bem como contas digitais.

Tudo isto transformou a Companhia em uma multinacional brasileira, com presença em diversos países e com acordos comerciais que lhe permitem comunicar com parceiros e com clientes, em qualquer lugar do mundo, fortalecendo os seus pilares de atuação: (i) crescimento consistente de receita, EBITDA e geração de caixa; (ii) portfólio de serviços que permite bilhões de chamadas VoIP anualmente (20 bilhões de chamadas em 2020), dezenas de milhões de sensores/atuadores se comunicarem em diversas partes da América Latina (1,5 milhões de dispositivos conectados em maio de 2021) e milhões de mensagens e sessões de dados que atendem às necessidades de um conjunto amplo de clientes nos mais diversos segmentos, como Fintechs, ISPs, redes de varejo, bancos, meios de pagamento, empresas de segurança, seguradoras, rastreadoras de veículos, empresas do agronegócio, operadoras de telecomunicação, no Brasil e no mundo; (iii) equipe de executivos com experiência no mercado de comunicação, descobrindo oportunidades e articulando negócios que criam valor para os diversos *stakeholders* da Companhia; (iv) uma cultura de inovação equilibrada com uma governança sólida, sistematicamente observando os valores essenciais e princípios de ética; (v) presença em segmentos de forte crescimento (CPaaS e IoT) e com perspectiva de aceleração, mantendo uma geração de resultado e de caixa consistente; (vi) foco em padrões internacionais e nas práticas ambientais, sociais e de governança, ou *environmental, social, and corporate governance* (ESG); e (vi) foco em parceiros e clientes, visando a qualidade num ambiente disruptivo pela constante inovação.

Segmentação de Mercado

Com a complexidade percebida nas estruturas associadas aos serviços de comunicação, a Companhia atua em quatro segmentos: VoIP e CPaaS (*Communications Platform as a Service*), o qual se desdobra em CPaaS-Geral (que engloba ISP/MVNEs), CPaaS-IoT e CPaaS-OTT, conforme descrito abaixo.

CPaaS

No segmento CPaaS, a Companhia atua nas seguintes frentes CPaaS-IoT (destaque para Carros Conectados, Telemetria, Rastreamento Veicular, segurança e POS), CPaaS-Geral (que inclui ISP/MVNEs) e CPaaS-OTT (atendimento às demandas de empresas de aplicativo):

CPaaS-IoT

No mercado de IoT (*Internet of Things*), a Companhia opera com a marca Arqia desde 2018, atendendo parceiros que incluem IoT em seus produtos, serviços e necessidades, oferecidos para seus próprios clientes e ou utilizados nas suas demandas internas.

Nos serviços oferecidos no CPaaS-IoT, além de conectividade, a plataforma da Companhia inclui a funcionalidade de gestão integrada, seja por interface gráfica ou por API, sempre no formato *White Label*, o que possibilita que tanto parceiros, quanto seus próprios clientes, possam ativar, bloquear, cancelar ou modificar os serviços contratados. Os serviços atuais têm cobertura no Brasil e no mundo.

Soluções em CPaaS-IoT

Fonte: Companhia

Buscando novas tecnologias e antecipando tendências, a Companhia adiciona novas funcionalidades às soluções de IoT, que incluem desde novos dispositivos até serviços de valor agregado, como sistemas de localização (LBS), sistemas de cerca eletrônica (delimitação geográfica para o funcionamento do POS), opções de gestão de ativos para indústria 4.0, possibilidade de autogestão de APNs[8], dentre outros.

[8] APN –Nomenclatura do ponto de acesso – define o caminho de rede de toda a conectividade de dados celulares.

O mercado de IoT é um do mais promissores, conforme mostram as previsões destacadas nos gráficos abaixo:

Receita total anual relacionada à IoT no mundo e no Brasil

Fonte: Transforma Insights – Statista 2021

Por meio de seu segmento CPaaS-IoT, a Companhia, atua oferecendo serviços de plataforma de conectividade, gestão e de valor agregado para empresas que incluem estas soluções em seus próprios produtos e serviços ou necessidades e processos internos. Estas empresas estão inseridas em diferentes verticais, destacando-se as verticais abaixo:

Carros Conectados

Esta vertical é baseada em veículos que já saem de fábrica com opções de conectividade para aplicações, que vão desde entretenimento a bordo até a manutenção preditiva. Por meio de um *SIM Card* da Companhia, que pode fornecer os serviços móveis, os carros podem se conectar à internet e desta forma, rodarem qualquer aplicação que queiram. A Companhia permite às montadoras, a gestão desta conectividade, por meio dos serviços de delimitação de área para funcionamento da conectividade, gestão de banda, habilitação de voz e SMS, suspensão do serviço, ativação, etc.

No mercado americano, a penetração é de cerca de 23% em número de veículos conectados conforme estudo da S&P Global (fonte: https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/connected-car-connectivity-growing-as-cars-get-smarter). Entretanto, no Brasil, apesar de ainda não ter estatísticas disponíveis, devido à baixa quantidade de veículos conectados em relação à frota nacional, a Companhia entende que há uma oportunidade de crescimento nesse segmento, em razão de do uso cada vez maior de aplicativos pela população brasileira (fonte: https://docmanagement.com.br/01/06/2021/brasileiros-superam-americanos-em-adocao-de-aplicativos-e-tempo-de-uso-de-smartphones/ e https://www.statista.com/statistics/1109786/apps-usage-coronavirus-brazil/).

Evolução dos veículos conectados nos EUA

Fonte: Kagan, pertencente ao grupo de pesquisa de mídia *S&P Global Market Intelligence*.

Os dados americanos indicam que a tendência de crescimento deste número é expressiva, tendo em vista que a venda de veículos novos atingiu cerca de 15 milhões de unidades e o crescimento estimado pelo estudo citado acima mostra um acréscimo de cerca de 9 milhões de veículos conectados no mesmo período, ou seja, 60% dos veículos vendidos em 2020 já saíram de fábrica "conectados" (fonte: https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/connected-car-connectivity-growing-as-cars-get-smarter).

Telemetria e Rastreamento Veicular

Esta vertical é composta pelos equipamentos para rastreamento e telemetria veicular (como dados de localização, informações do funcionamento do veículo, perfil de uso do motorista) adicionados depois de o veículo ter saído da montadora. Os serviços prestados se assemelham aos de carros conectados, isto é, permitem a conectividade do carro e, desta forma, o seu monitoramento, com um conjunto de serviços de gestão da conectividade embarcados. Conforme artigo publicado pelo IT Fórum em 2020, o Brasil possui cerca de 3,48% de veículos com este tipo de dispositivo, enquanto a proporção é muito maior em outros mercados mundiais.

Mercado global rastreamento e telemetria veicular

Fonte: https://www.alliedmarketresearch.com/vehicle-tracking-system-market

POS

A vertical de PoS (*Point of Sales*), refere-se às maquininhas de processamento de transações realizadas por cartão de crédito, utilizadas em restaurantes, postos de combustíveis e vários outros comércios do país. A Companhia oferece a conectividade às maquininhas, proporcionando acesso ao banco de dados das gestoras de cartão e permitir a transação. Além da conectividade, como nas demais verticais, a Companhia fornece serviços às gestoras de cartão que permitem o melhor uso da conectividade, bem como uma maior eficiência em custos, uma vez que a ativação, cancelamento, compartilhamento de banda, dentre outros, podem ser administrados pela própria gestora de cartões, O número de maquininhas no Brasil cresceu 31,8% de 2018 para 2019, passando de aproximadamente 8,5 milhões para 11,2 milhões (fonte: Estatísticas de pagamento de varejo e de cartões no Brasil do Banco Central do Brasil). Como pode ser observado no gráfico abaixo, a demanda deve continuar aumentando, tendo em vista a quantidade de transações:

Evolução na Quantidade de Transações via POS

Fonte: Highcharts.com

CPaaS-Geral

Nessa frente, a Companhia atua como uma plataforma que seus parceiros utilizam para ofertar os mais diversos serviços de comunicação para seus clientes. Os parceiros da Companhia podem interagir diretamente com os principais elementos de controle e conectividade de sua plataforma, tanto por meio de uma interface gráfica como por meio de APIs – Interfaces programáveis e acessíveis por outros *softwares* (APIs). Esta conectividade permite que múltiplos sistemas de seus parceiros e clientes possam interagir diretamente com a plataforma da Companhia, personalizando os serviços em tempo real.

Esta plataforma possibilita acesso a serviços de valor agregado, destacando, entre outros serviços, antifraude, de faturamento e provisionamento[9], de gestão de capacidade, e de gestão preditiva de número chamado.

Para ISPs e redes de varejo, além dos serviços destacados acima, a Companhia oferece um pacote completo de serviços no formato *White Label.*

Soluções de CPaaS-ISP/MVNEs

CPaaS e os ISPs parceiros

Fonte: Companhia e Anatel

Esta é uma das principais linhas de crescimento planejado pela Companhia, onde atua como MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), que consiste em uma estrutura que permite aos seus clientes o uso de suas funcionalidades, sem que o mesmo necessite ter sua própria estrutura, técnica e regulatória. Como MVNE, a Companhia licencia seus elementos centrais de uma rede de comunicação móvel, habilitando seus clientes para uma oferta *White Label*, que os permite entregar para seus clientes finais um pacote completo de telefonia móvel, fixa, de dados, mensagem e a possibilidade do uso da totalidade do portfólio de IoT da Companhia.

No caso dos ISPs, a solução da Companhia atua como fortalecimento do portfólio de serviços que estes já possuem, enquanto nas redes varejistas, o pacote da Companhia atua como um elemento de aproximação com os clientes, fortalecendo ações de *marketing*/comunicação e monetização.

Atualmente no Brasil, as MVNOs representam cerca de 0,7% da base de usuários móveis (conforme publicado no *website* https://www.teleco.com.br/mvno_br.asp), enquanto na Espanha esta participação atinge 8,6%, no Japão 13,2% e na Colômbia 6% (fonte: Statista), o que denota o potencial de crescimento do mercado.

[9] O serviço de provisionamento constitui o ato de adicionar informações, seja de detalhes de serviço e/ou informações necessárias para a correta prestação do serviço. Exemplo: o provisionamento de um *chip* de celular, consiste na guarda de número do *chip*, códigos de validação, contrassenhas e associar estas informações a um plano de serviço.

Dados Statista sobre MVNO na Espanha, e no Japão na Colômbia

Fonte: Statista

CPaaS-OTT

No segmento CPaaS-OTT, a Companhia tem como objetivo atender empresas de aplicativo de atuação mundial, chamadas "*Over the Top*", por meio da prestação de serviços de autenticação, isto é, permitir que a empresa de aplicativo tenha a garantia de que o cliente que está usando o aplicativo é uma pessoa e é detentor daquela numeração móvel. Um exemplo é o envio de SMS para celulares de forma que o usuário receba uma contrassenha para autenticação na aplicação. Atualmente, a autenticação é um dos destaques da demanda de OTT, conforme o crescimento destacado na figura abaixo entre 2014 e 2025, ainda sem considerar o impacto da pandemia de COVID-19 nos números americanos:

Mercado americano para autenticação *multi-fator* ("MFA")

Fonte: https://www.grandviewresearch.com/industry-analysis/multi-factor-authentication-market

Neste gráfico abaixo, vemos o impacto da pandemia de COVID-19 na quantidade de uso de MFA (*Multi Factor Authentication*) globalmente, o que indica um crescimento maior a partir de 2020:

Crescimento do uso de MFA impactado pela pandemia de Covid-19

Fonte: https://www.okta.com/blog/2020/05/mfa-trends-the-impact-of-covid19/

Para o processo de autenticação, os OTTs utilizam vários serviços que permitem e fazem a conectividade, incluindo serviços de mensagens (*SMS – Short Message Services*), numeração local, números especiais, conferência de chamadas acionada via API e chamadas de voz. Vale destacar que as empresas de aplicativo, como Uber, Airbnb e 99, dentre outras, não fazem compras diretamente nos mercados em que atuam. Na verdade, fazem uso de empresas de tecnologia com atuação mundial, as quais para viabilizar os serviços, buscam parceiros locais e com eles constroem uma plataforma integrada de comunicação. Exemplos de empresas assim são a Twilio, a Synch, Plivio e Zenvia, dentre outras, as quais são clientes da Companhia. Desta forma, uma vez conectada com estas empresas, a Companhia não precisa criar um processo de conexão para cada novo cliente de aplicativo que estas empresas conseguirem, o que permite, desta forma, uma maior capacidade de *upsell*[10] junto a elas.

Funcionamento de casos OTT

[10] Técnica de Vendas que consiste em oferecer novos Produtos ou Serviços para clientes que já compram um ou mais serviço da empresa.

Fonte: Companhia

VoIP

O quarto segmento, chamado de VoIP, foca nas grandes empresas de telecomunicações do Brasil e no mundo. Neste segmento, a Companhia atua nas seguintes frentes:

- junto às principais empresas de telecomunicação no Brasil, incluindo os grupos Claro, OI, Vivo, Algar e TIM, com as quais tem relacionamento em média de mais de 20 anos. A Companhia está fisicamente operando dentro das estruturas de equipamentos e *links* destas operadoras (base para os seus respectivos serviços de provedor de Internet (*backbones*)), permitindo que a totalidade da operação se dê por meio de VoIP com a finalidade de prover qualidade, escala e cobertura com uma baixa demanda por investimentos. A Companhia atua concomitantemente como fornecedor e cliente, uma vez que desempenha um papel importante de eficiência de rede, sendo uma solução para a capacidade da rede de voz das principais operadoras do Brasil, servindo de via para escoar chamadas entre pontos específicos no Brasil, e, desta forma, fazendo o balanceamento entre as operadoras. Atua também como geradora de soluções, como um parceiro de BPO (*Business Process Outsourcing)* de tais clientes e desempenha determinados serviços, como, dentre outros, faturamento, antifraude, revenda de capacidade IP, etc., os quais a habilitam a escoar chamadas destas operadoras do Brasil para o exterior.

- As atividades descritas acima, servem de alicerce para o segmento CPaaS, pois buscam robustez e a qualidade da estrutura de acesso aos serviços ofertados pelas plataformas da Companhia. Dentre os elementos de conectividade, destacam-se: (i) o transporte de chamadas VoIP; (ii) numeração local de rede fixa e móvel (DIDs); (iii) numeração especial, como números 0800 e 400x; (iv) SMS – serviços de mensagens; e (v) dados móveis.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia tem ampliado sua capacidade de processamento, atingindo a marca de mais de 20 bilhões de chamadas processadas em 2020 e fortalecendo seu poder de compra junto aos parceiros. A Companhia tem como elementos norteadores da sua atuação: flexibilidade em soluções, robustez na infraestrutura, qualidade e escalabilidade.

Fonte: Companhia

Cabe destacar o papel importante que o VoIP traz para os segmentos de CPaaS do ponto de vista de oportunidades, uma vez que seus contratos de *roaming* (entre a Companhia e as operadoras de telecomunicações atuantes no país) ampliam a cobertura dos serviços de IoT. O crescimento da rede aumenta a cobertura dos serviços de OTT, sua ampliação alavanca os serviços de CPaaS para ISPs e redes de varejo, credencia a Companhia a atender clientes globais com necessidades de IoT no Brasil e o volume de suas operações em conjunto proporciona escala na negociação com seus fornecedores, etc. Os segmentos, por estarem conectados, geram sinergias entre eles, abrindo oportunidades entre si, quando um segmento cresce.

Portfólio de Serviços da Companhia

O portfólio da Companhia atende seus quatro segmentos de atuação, por meio de diversos serviços, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Infográfico sobre os segmentos de negócios da Companhia

Chamadas de voz usando VoIP

Toda vez que um usuário "A" precisa se comunicar com um usuário "B", apesar de não ser transparente para estes usuários, sua comunicação passa por vários equipamentos. Quando estes usuários não estão na mesma área geográfica, ou não são clientes da mesma operadora, esta comunicação passa por duas ou mais operadoras para que a comunicação aconteça. A Companhia é uma destas empresas nestes processos de conectividade complexo, invisível para os usuários finais, mas fundamental para que as empresas estabeleçam a comunicação entre usuários em qualquer parte do Brasil ou do mundo.

Neste caso, a Companhia transporta chamadas entre duas operadoras. Conforme os dados disponibilizados pela ANATEL, somente no Brasil, existem cerca de 40.000 empresas licenciadas (Dados Anatel de 2017: Relação de empresas autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia - Conjuntos de dados - Portal Brasileiro de Dados Abertos), o que resultaria em quase 314 mil interconexões a serem criadas (a complexidade de interconexões é descrita pela fórmula [n(n-1)/2], detalhada na Lei de Metcalfe (*Metcalfe's law* - Wikipedia). A Companhia atua, reduzindo potencialmente interconexões para cerca de 792, tendo em vista que a Companhia pode receber chamadas de qualquer operadora interconectada a ela e entregar para qualquer outra operadora. Isto é replicado pela Companhia não só no Brasil, mas em todas as demais localidades em que atua.

Terminação Nacional e Internacional

Além da possibilidade de transportar o tráfego entre operadoras licenciadas localmente, a Datora Telecom também comercializa a terminação de tráfego para operadoras de telecomunicação internacionais no Brasil e para operadoras de telecomunicação nacionais que precisam terminar chamadas ao redor do mundo.

Números Telefônicos (DID) e Números Especiais

A Companhia possui vários serviços, em sua plataforma de comunicação, para que cada perfil de cliente possa construir a melhor solução para seus clientes.

Os DIDs são números locais nas diversas cidades do Brasil e do mundo e muito utilizados por empresas para sinalizar uma presença local naquela área geográfica, mas mantendo seu atendimento centralizado. Por exemplo, um escritório pode ter um número local em cada capital e em outras cidades do mundo, como Buenos Aires, Miami ou Tel Aviv, contudo com o seu atendimento centralizado em Maringá, Brasil.

A facilidade de se ter um número telefônico permite a comunicação entre sistemas e pessoas. Em aplicações, como Uber, segmento de OTT, o DID é usado para manter o sigilo telefônico do motorista e do passageiro, bem como ter a garantia de que o usuário do aplicativo é o mesmo que participa da chamada. Quando uma pessoa tenta fazer uma ligação para o motorista, o sistema usa o número (DID) fornecido como máscara para chamar o motorista (não fornecendo o número direto dele) e o motorista vê em seu celular um número do aplicativo. Assim os números originais são mantidos em sigilo. Da mesma forma, a Uber tem a confiança de que o celular que pediu o aplicativo é o mesmo que chama o aplicativo. Outras aplicações utilizam os DID de forma mais simples, facilitando o acesso do cliente aos seus sistemas ou suportes. Além da voz, é possível utilizar o DID móvel para interação de SMS entre máquina, entre clientes, e entre máquinas e cliente. Ressalta-se que a aplicação é utilizada não apenas no segmento de CPaaS-OTT, mas também de CPaaS-IoT.

Em destaque, segue abaixo o conjunto de serviços relacionados ao plano de numeração - DID (*Direct Inward Dial*):

- 0800 ou Número Gratuito: A Companhia oferece aos seus clientes o número gratuito no mercado Brasileiro. Desta forma, a Companhia oferece aos seus parceiros, a possibilidade de incluir esta numeração para os serviços ofertados a seus próprios clientes, de modo que eles atendam seus usuários por meio de um número gratuito. O 0800 auxilia na divulgação de um único número em território nacional;
- 4004/3003: Para reduzir o custo associado às chamadas recebidas por 0800, sem perder o efeito de *marketing* de ter um número único no Brasil, a Companhia oferta também a numeração considerada local de 4004/3003, onde quem disca o número paga apenas uma ligação local. Desta forma, enquanto o parceiro da Companhia pode cobrar de seu cliente um valor reduzido apenas pelo transporte destas chamadas recebidas em todo o país para um ponto único do parceiro, ou até diretamente do cliente do parceiro.

Banda IP & Links de Dados

Dentre os serviços complementares oferecidos para o CPaaS-Geral, estão os serviços de Banda IP, ou seja, porta de acesso à internet para ISPs e *links* de dados para que esta banda chegue a outras empresas de internet ou outras operadoras (empresas provedoras de internet e/ou operadoras). A Companhia não possui ativos em fibra ótica, mas revende soluções de terceiros para complementar o portfólio.

Soluções IoT

Soluções fim a fim de modo a atender a necessidade de clientes com relação à Internet das Coisas, conectando milhões dispositivos às plataformas analíticas que permitem que empresas e sociedade tirem valor das informações coletadas, bem como tomem ações manuais ou automáticas com relação a esses dispositivos e às máquinas com as quais eles estão conectados.

As aplicações são diversificadas e compreendem um amplo universo de soluções que vão desde o sensor na máquina agrícola, o qual passa as informações de horas trabalhadas e dados do microclima, passando pelas conexões financeiras de POS (*Point of Sale*) ao controle de sinais de trânsito em cidades inteligentes até o controle de frotas.

Sob a marca Arqia, a Companhia disponibiliza em sua plataforma móvel uma gama de funcionalidades que ajudam seus parceiros a estender seus serviços globalmente, utilizando o modelo *White Label*.

Serviços de Dados Móveis

A Companhia oferta *SIM Cards* com planos variados de dados para os clientes de IoT ou de banda larga, de forma customizada, permitindo mais integração, agilidade e precisão nos serviços, uma vez que tem uma gama de autosserviços e utiliza tecnologia de última geração em suas plataformas. A Companhia customiza o software utilizado no *SIM Card*, para amplificar a eficiência, a segurança e a usabilidade dos dispositivos conectados.

Plataforma de Gestão de SIM Cards

A Companhia oferta plataformas de gestão que permitem o completo gerenciamento da conectividade do cartão, incluindo serviços de localização, entre outros, *e-call* (chamada de emergência), cerca virtual (permite delimitar uma área onde determinada função estará disponível, podendo ser o próprio funcionamento do equipamento ou um serviço, como voz ou SMS) além da constante adição de novas funcionalidades desenvolvidas pela Companhia.

Serviços de SMS

A Companhia oferta uma gama de serviços de SMS, que inclui envio e recebimento de mensagens, seja por meio de *Short Number*[11] ou de *Long Number*[12]. Geralmente, oferecidos para atividades como autenticação de outras plataformas, SMS, *marketing*, ou até mesmo para auxiliar os desenvolvedores de sistemas operacionais a atualizarem aplicativos. O SMS é um exemplo de *cross-selling* com o segmento de CPaaS-OTT, uma vez que é muito usado por empresas de aplicativo na autenticação de seus usuários.

CPaaS-Geral MVNO (Credenciadas)

No segmento de CPaaS-Geral, a Companhia se posiciona como um "*Enabler*" – um facilitador de operações móveis, suportando empresas que querem ser uma operadora móvel, ou ter serviços móveis, sem ter o ônus de adquirir, implementar e gerenciar toda a estrutura de uma empresa de telecomunicações no Brasil, do ponto de vista técnico, operacional e jurídico – regulatório, uma vez que é um setor regulado e compreende uma vasta gama de obrigações.

Dentro do segmento de CPaaS-Geral, conforme mencionado acima, temos tanto ISPs que se interessam em ter soluções móveis para complementar o seu portfólio e ofertar o QuadPlay (4Play – que se refere a oferta de serviços em modelo de combo de Internet, TV por assinatura, telefonia fixa e telefonia móvel), como também as redes varejistas, que podem adicionar novos serviços a seus portfólios, já que conseguem ter uma comunicação mais direta e precisa, uma vez que poderão saber se o cliente está próximo, disponibilizar aplicativos, fazer uso de ofertas em pacote, etc.

Novos Serviços - Serviços Financeiros – ArqiaPag

Neste caso, a Companhia atua com a ArqiaPag, seu braço financeiro, hoje na função de correspondente bancário. O crescimento dessa linha de CPaaS para ISPs e redes varejistas, acabou por levar a Companhia a buscar outras maneiras de monetizar a sua relação com estes clientes e, por isso, desde 2020, a Companhia trabalha em um projeto para levar, serviços de pagamento e contas digitais *White Label* para esses parceiros. Sua utilização aumentaria também as formas de monetização dos clientes da Companhia, uma vez que ao utilizar serviços da ArqiaPag, os clientes dos clientes da Companhia, passarão a fazer operações (com abertura de conta digital, crédito pessoa física, recarga de celular) via celular numa estrutura *White Label* da ISP ou rede varejista, permitindo que esta seja remunerada a cada transação realizada.

Vantagens Competitivas

Marca Reconhecida

A marca **"**Datora", principal marca da Companhia, se consolidou ao longo dos anos no mercado de telecomunicação e tecnologia, aproximando operadoras tradicionais aos mais novos participantes do mercado, como OTTs, suportando a comunicação entre as aplicações e usuários. Ao longo dos anos, a transparência e parceria da Companhia foram a base para desenvolver o seu relacionamento com as empresas nacionais e internacionais, que se estendeu para pequenas e médias operadoras e prestadores de serviço de internet, criando uma sinergia em um mercado complexo e competitivo.

Flexibilidade de Customização

A Companhia oferece soluções tecnológicas, unificando funcionalidades em uma plataforma única e flexível, possuindo como diferencial a capacidade de inovar, customizar e soluções para facilitar, tanto a gestão dos parceiros, como o uso por parte de seus clientes, como:

- Criação de VPN exclusivas para utilização de serviços IoT, estabelecendo uma maior confiabilidade e segurança no tráfego;

[11] Corresponde a numeração específica de 4, 5 ou 6 dígitos utilizadas apenas para mensagem de texto.
[12] Números telefônicos no padrão nacional (área e 9 dígitos).

- Possiblidade de criar *SIM Cards* que se comunicam apenas com dispositivos específicos dos parceiros, impedindo que dados sejam roubados pelo uso de APNs exclusivas; e
- Criação de APIs e customização destas para integração com sistemas do cliente de forma a atender da melhor maneira possível as demandas dos parceiros.

Plataforma

A Companhia oferece uma plataforma de gestão de conectividade e de soluções, pronta para gerenciar e oferecer serviços de valor agregado, dando liberdade e transparência ao cliente. Acessando a plataforma da Companhia, o parceiro ou o cliente pode adicionar, remover ofertas, serviços, usuários, obter relatórios técnicos, gerenciais e financeiros para gestão de forma simples e ágil, o que lhe permite controlar seus custos.

A plataforma da Companhia nos permite ligar a Companhia à camada de telecomunicações à chamada TI, permitindo que o mundo de soluções oriundas do movimento de transformação digital, *big data*, *analytics* e internet estejam conectados à vida real, gerando ganhos de eficiência, maiores oportunidades de negócio e um universo de setores e empresas que a Companhia pode atender.

Governança Estabelecida

A Companhia conta com administradores experientes no setor, acionistas controladores dedicados e colaboradores capacitados. A Companhia conta com a atuação permanente dos sócios controladores, acessíveis a todos os níveis hierárquicos, a qual difunde as necessidades e a estratégia da Companhia. A equipe de diretores e gerentes da Companhia, é cuidadosamente escolhida no mercado, trazendo experiência e relacionamento para a empresa. A Companhia possui o selo GPTW (*Great Place to Work*) tendo atingido 85% de nível de satisfação, que coloca a Companhia entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Foco na Inovação

A Companhia sabe que a tecnologia evolui, o que levou à criação de um departamento interno específico de inovação buscando soluções e tendências e trazendo dinamismo para a oferta de serviços. Esta área concentra atividades no seu escritório em Israel, totalmente dedicado à busca de novas tecnologias tanto de empresas consolidadas, quanto *Startups*, além dos estudos de criação de um Instituto de Ciência e Tecnologia – ICT.

Know-how

Com desenvolvimento interno, a **COMPANHIA** mantém a propriedade intelectual dentro da empresa, de forma a facilitar seu desenvolvimento. A Companhia também incentiva os colaboradores a desenvolverem soluções e melhorias para problemas de clientes ou internos.

Competitividade

A Companhia, por meio do poder de compra obtido na constante troca de serviços com parceiros nacionais e internacionais, criou uma competitividade importante em termos de preços de seus produtos e serviços, o que torna o conjunto algo ainda mais atrativo no mercado.

Ademais, por estar verticalizada na cadeia, a Companhia é capaz de oferecer conectividade e serviços. Por se encontrar dentro do *backbone* de internet das principais operadoras do Brasil, consegue ter qualidade e estrutura de custos competitiva. A Companhia busca se diferenciar em ações de pós-venda, com times treinados e sistemas que permitem foco e assertividade no atendimento.

Nossas Estratégias

A Companhia entende que seu crescimento passa por duas vertentes: crescimento orgânico e inorgânico. O crescimento orgânico, foca em expandir portfólio da Companhia, enquanto o crescimento inorgânico, foca em expandir seu próprio portfólio por meio de inovação e aquisições.

Infográfico da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia

O racional desta estratégia segue os seguintes pilares: (i) aumento da base de dispositivos conectados de IoT (*market share*), (ii) aumento do valor agregado na oferta de serviços no segmento de IOT, capturando um maior valor por device e, desta forma, maior *gross margin*; (iii) expansão geográfica para IoT; e (iv) crescimento de portfólio e soluções para todos os segmentos CPaaS e IoT. A Companhia entende que os segmentos em que está possuem alto potencial de crescimento, como destacado abaixo.

No segmento CpaaS-Geral, em especial, o mercado de MVNO está em um estágio embrionário no Brasil. Nos países desenvolvidos a participação de operadoras móveis vem tomando uma proporção significativa no mercado. É o caso do Japão, onde a participação já representa 13,2% de *market share*. Na Itália, a participação também já passa de 10% e na Espanha, está em 9%. Trazendo para uma perspectiva de América Latina, a Colômbia apontava uma participação de 6% de MVNOs no mercado em 2016 (fonte: Statista/Ovum).

Participação de mercado de operadoras de rede virtual móvel no Japão entre 2014 a 2020

Fonte: *Ministry of Internal Affairs and Comunications of Japan*

Participação de mercado de operadoras de telecomunicações na Itália em 2020

Fonte: AGCOM

Participação de mercado de telefonia móvel na Espanha a partir de 2019

Fonte: *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia*

Isso significa um potencial dentro do mercado brasileiro de telecomunicações, onde a participação de MVNO aponta para números abaixo de 1% (fonte: Anatel), cerca de 15 a 20 vezes menor se comparado com os estudos do mercado móvel europeu, onde o conceito de MVNO já se encontra consolidado, apresentado pela revista especializada "Telecoms.com".

O mercado brasileiro pode ser potencializado por outras empresas de outras áreas. Um exemplo disto é a rede Varejista Carrefour Europeia que em 2010 possuía 6 operações móveis na Europa. Sua proposição era de incentivar as compras através do sistema de fidelidade dando "minutos" para os clientes na operação de MVNO. Outros exemplos são a *Walmart* no Reino Unido ou a Rede Varejista Aldi na Suíça (fonte: teleco.com.br). No Brasil temos movimentos como o dos Correios ou Magazine Luiza e até alguns times de Futebol. Estes potenciais MVNOs, por não serem parte do mercado de telecomunicações, precisam de uma MVNE consolidada e apta a atender os objetivos da empresa tanto do lado comercial quanto técnico, fornecendo plataforma de gerenciamento e relatórios para seu crescimento. Os diferenciais das Companhia, no que se refere a flexibilidade, gerenciamento de ampla capacidade de conexão e customização de APIs são fundamentais para o rápido *onboarding* deste tipo de empresa e de seus clientes.

O subsegmento de CPaaS-OTT está em forte crescimento e as empresas, clientes da Companhia, como a Twillio, Sinch, Nexmo, Plivio e Zenvia, têm demandado mais serviços da Companhia, demonstrado no gráfico abaixo, onde vemos o crescimento de vários serviços demandados pelos apps, que já são oferecidos pela Companhia:

Crescimento do Segmento de CPaaS focado em OTT

Na área de IoT, as demandas de clientes mundiais possuem desdobramentos em mercados com alto potencial representado por mercados consumidores amplos e com perspectivas de crescimento, como é o caso do Brasil. Empresas mundiais de IoT oferecem serviços e soluções que atendem estas demandas, incluindo serviços para montadoras de veículos, soluções para logística, serviços para indústria 4.0 e necessidades na área de saúde, seja para uso em hospitais ou para uso em residências. Conforme as projeções da *International Data Corporation – IDC*, o mundo gastará cerca de USD 1,1 trilhões em IoT em 2023. Conforme dados coletados pelo Statista/Transforma Insights, este crescimento será distribuído nos mais diversos segmentos como: (i) indústria 4.0 – cerca de 10% deste valor, (ii) área de terminais de pagamentos – cerca de USD 41 bilhões, ou (iii) rastreamento – cerca de USD 20 bilhões. Importante ressaltar que os dados apresentados e coletados são prévios à pandemia.

Entretanto, o gráfico abaixo mostra o impacto da pandemia de COVID-19 no segmento de IoT, representando um aumento de 13,7% entre 2019 e 2021:

Oportunidades geradas pelos impactos da pandemia do COVID-19

Fonte: Secondary Research, Expert Interviews, and Markets and Markets Analysis

No Brasil, as estimativas de crescimento utilizadas pela Companhia, indicam o percentual anual positivo de cerca de 15% no total de conexões ativas de IoT no Brasil, conforme gráfico abaixo. Interessante observar, que dados atuais da ANATEL para o primeiro semestre de 2021 já mostram um total praticamente igual ao total por ano apontado no gráfico (fonte: https://www.teleco.com.br/mshare_m2m.asp):

Total de conexões ativas de IoT no Brasil

Fonte: Relatórios da Frost & Sullivan, Deloitte, GSMA, Machina Research e IDC

A demanda por soluções de Cidades Inteligentes (*Smart City* – cidades que possuem seus dispositivos conectados, aumentando a eficiência e a qualidade do uso dos recursos públicos) deve crescer no mundo. Estima-se um crescimento de receita de mais de 100% das empresas atuantes no setor, sendo que na América do Sul é esperado um aumento ainda maior, chegando a 380%. Este setor possui demandas variadas, passando por medições de consumo de concessionárias, controle de tráfego automotivo e segurança privada, entre outros.

Crescimento em *Smart City*

Fonte: Statista 2021

No mercado de distribuição de água, um estudo feito pela organização Tratabrasil, demonstra que as perdas de distribuição de água chegam a R$12 bilhões, o que é sete vezes maior que a média dos demais países analisados. Nesta área, a supervisão e monitoramento poderiam ajudar a dirimir as perdas.

Outro exemplo seria o setor de segurança e o subsetor de vigilância. Na data deste Prospecto, a Companhia possui uma baixa penetração de sistemas de vigilâncias conectados.

Outra grande oportunidade no Brasil é o segmento de agricultura e agropecuária de precisão, que corresponde a 21% do PIB brasileiro, conforme a Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, USDA, IBGE e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. A atuação neste setor atenderia a demanda por eficiência no campo, compatível com o crescimento necessário de produção no Brasil de grãos em 100% e de carne em 60% nos próximos 25 anos, segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO), agência da Organização das Nações Unidas, apenas para atender o crescimento da renda da população mundial (fonte: The future of food and agriculture: Trends and challenges (fao.org) - http://www.fao.org/3/i6583e/i6583e.pdf).

Um estudo realizado pelo governo, aponta que a cobertura de conectividade no setor, incluindo o modelo de telecomunicações 2G, 3G ou 4G, é de apenas 23% (https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/05/governo-quer-aumentar-conectividade-no-campo); e o setor não carece apenas de conectividade e sim de soluções e sistemas que possam conectar os dois.

Acreditamos que este potencial de crescimento no setor agropecuário beneficiaria a Companhia, a qual iniciou projetos e provas de conceito no que tange a cobertura de conectividade em fazendas, bem como soluções IoT que incluem, entre outros, o monitoramento de animais no pasto, monitoramento de áreas cultivadas, sensorização de pivôs de irrigação, medição e controle do bombeamento de águas fluviais, comando da irrigação por gotejamento ou por outras técnicas com base nas culturas específicas, na monitoração, gestão e controle de frotas de tratores e demais veículos de características rurais, na obtenção de dados precisos para os microclimas que podem variar até mesmo dentro de uma única fazenda e na disponibilização da informação detalhada que qualifica a colheita do produtor rural.

A tecnologia 5G, com previsão de chegada em 2022 no Brasil, trará uma outra gama de oportunidades a serem exploradas pela Companhia, sendo que elas se dividem em 3 tipos conforme diagrama abaixo:

Oportunidades com a tecnologia 5G no Brasil

Fonte: Companhia

No *Enhanced Mobile-Broadband*, destacam-se as aplicações que se beneficiariam da alta capacidade de transmissão de dados da tecnologia 5G, ressaltando aqui os avanços em realidade virtual e realidade aumentada evidenciados tanto no crescimento de demanda do Hololens da Microsoft[13], quanto no lançamento do serviço de Horizon Workrooms do Facebook[14] anunciado em agosto de 2021 (fonte: https://about.fb.com/news/2021/08/introducing-horizon-workrooms-remote-collaboration-reimagined/).

Projeção de demanda do mercado de realidade aumentada, comandada pelo Microsoft Hololens

O segundo tipo de aplicação a tirar vantagem do 5G é o de baixa latência, como o carro com direção assistida (não são carros autônomos) que roda em quantidade no mercado europeu e americano. Esses veículos tem que tomar suas decisões, como evitar a mudança de faixa indevida ou executar a frenagem quando do risco de colisão frontal, mas para que a mobilidade urbana realmente melhore, a comunicação de baixíssima latência entre os veículos (v2v) ou entre veículos e infraestrutura rodoviário (v2i) tem que ocorrer, possibilitando que os próprios ativos, incluindo veículos, semáforos e sinalização, se reorganizem em tempo real tanto para proporcionar a segurança de motoristas e pedestres, quanto para tornar mais fluido o tráfego em cidades e rodovias.

No terceiro tipo de aplicação que tirará vantagem do 5G, estão aquelas que necessitam de uma grande quantidade de sensores e atuadores conectados em áreas muito pequenas. Hoje, uma célula de LTE[15] pode conectar algumas centenas de dispositivos simultaneamente, enquanto a demanda numa área urbana pode checar a milhares de conexões simultâneas em um único km². Só o 5G é capaz de lidar com esta necessidade.

Além da expansão orgânica e por inovação já citadas, a Companhia está executando uma estratégia de expansão por aquisição de outras empresas, tanto no mercado brasileiro, quanto em outros países. A Companhia não adquiriu até o momento nenhuma empresa, mas mapeia o mercado e entende que aquisições podem acelerar a entrega do seu plano estratégico.

Adicionalmente, a Companhia destaca algumas oportunidades que acredita que promoverão o aumento de sua competitividade nos segmentos em que atua, como (i) a expansão da cobertura geográfica de seus serviços de DID (numeração telefônica), para criar uma oferta cada vez mais completa para os OTTs e outros atores que demandem este tipo de serviço; (ii) a ampliação de funcionalidades programáticas (APIs) para permitir que os sistemas dos parceiros e clientes possam tirar vantagem de toda a plataforma da Companhia, criando seus próprios novos produtos e serviços, seja por meio de aquisições, e ou através do desenvolvimento de um ecossistema e *marketplace* para soluções integradas; e (iii) aumento no uso da internet e principalmente de aplicativos tanto em computadores pessoais, quanto em celulares inteligentes no que tange os serviços de telefonia por internet (conforme evidenciado nos gráficos abaixo), serviços estes que demandam conectividade de empresas como a Companhia, que permite a comunicação entre serviços como o Microsoft Teams, Skype, Zoom e Webex e a rede de telefonia já existente no mundo, conforme indicado nos gráficos abaixo:

---

13 Óculos de realidade aumentada que possibilita o uso de diversas aplicações que misturam o ambiente físico do usuário com projeções virtuais na lente dos óculos (https://www.youtube.com/watch?v=QTuKcm8s4QQ&t=107s).

14 Solução para salas de trabalho e encontros virtuais entre os participantes.

15 (*Long Term Evolution* – tecnologia móvel de transmissão de dados que foi criada com base no GSM e WCDMA (4G))

Impacto no uso de Internet no Brasil e no mundo com a pandemia de COVID-19

Fonte: Cloudflare

Quantidade de download do *MS Teams* pós pandemia de COVID-19 na França

Fonte: Airnow – Statista 2021

ESG

A Companhia está sempre atenta em contribuir para sociedade, impactando positivamente tanto com seus serviços, quanto com contribuições financeiras e disponibilização de seu tempo. Em um país continental, os desafios nas questões ambientais são gigantescos, a começar pelo monitoramento ambiental.

As soluções apresentadas pela Companhia com o uso de Inteligência Artificial, contribuem com as seguintes funcionalidades para o monitoramento ambiental, entre outras: (i) o monitoramento de queimadas; (ii) a análise de imagens em tempo real de várias regiões brasileiras; (iii) a análise da qualidade das barragens existentes (ajudando a prever catástrofes); (iv) o monitoramento e controle do bombeamento de água da malha fluvial do país por parte das fazendas; e (v) o monitoramento e controle de emissão de poluentes, tanto em áreas urbanas (escoamento de esgoto), quanto em áreas industriais (coordenação para mitigar impactos ecológicos que possam ser causados longe da origem do poluente).

Tendo em vista os estudos publicados pelo IPEA realizado com dados colhidos entre 2007 a 2015, os quais indicam que a expansão em 1% do acesso à internet de banda larga acarreta em um aumento de 0,077% sobre o PIB brasileiro (fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2336.pdf), a Companhia também contribui com o desenvolvimento da educação com a criação da ONG Escola Conectada, onde coordena provedores de internet em todo o Brasil, visando prover internet de qualidade nas escolas públicas.

EVENTOS RECENTES

Impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

Após declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia global em 11 de março de 2020 decorrente dos efeitos da COVID 19 e promulgação pelo Senado Federal de estado de calamidade pública também no Brasil, em 20 de março de 2020, a Companhia vem trabalhando com o objetivo de minimizar os riscos para a comunidade, mantendo suas operações com o mínimo de impacto aos clientes e promovendo bem-estar dos colaboradores. Parte das ações estão relacionadas às Medidas Provisórias ("MP") e Portarias implementadas pelo Governo Federal, a saber:

- MP nº 927, de 22 de março de 2020, que autorizou o empregador a adotar as seguintes medidas, entre outras: (i) teletrabalho; (ii) antecipação de férias e concessão de férias coletivas; (iii) antecipação de feriados; (iv) compensação de banco de horas; e (v) diferimento do recolhimento do FGTS.
- MP nº 932, de 31 de março de 2020, convertida na Lei nº 14.025, de 14 de julho de 2020, que reduziu as alíquotas de contribuições aos serviços sociais (Sistema S) para os seguintes percentuais: (i) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop): 1,25%; (ii) Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social do Transporte (Sest): 0,75%; (iii) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat): 0,5%; e (iv) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar): 1,25% sobre a folha de pagamento, 0,125% sobre a receita da produção rural (PJ e agroindústria) e 0,10% sobre a receita da produção rural (PF e segurado especial).
- MP nº 936, de 1º de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, que instituiu o Programa Emergencial de manutenção do Emprego e da Renda, com ações de: (i) redução parcial da jornada de trabalho com redução proporcional de salário; (ii) suspensão temporária do contrato de trabalho; (iii) garantia provisória de estabilidade pelo mesmo tempo da suspensão; e (iv) ajuda compensatória mensal nos casos de suspensão temporária.
- Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020, e Portaria nº 245, de 15 de junho de 2020, que prorrogaram o prazo de recolhimento dos tributos federais, de modo que: (i) contribuições previdenciárias devidas em março, abril e maio de 2020 foram pagas juntamente com as vincendas em julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente; e (ii) PIS/PASEP devidos em março, abril e maio de 2020 foram pagos juntamente com as vincendas em julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, encerrou-se a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e, por conseguinte suspendeu-se todos os efeitos das medidas vinculadas ao estado de calamidade pública.

Dentre o conjunto de ações adotadas, a Companhia estabeleceu como prioridade o plano de preservação da saúde e ambiente de trabalho dos colaboradores, que incluem:

- *Home-office* para colaboradores cujas atividades permitem trabalho remoto;
- Flexibilização dos horários de entrada e saída nos escritórios da Companhia;
- Adaptação das instalações para facilitar a circulação e aumentar o distanciamento; e
- Introdução de rotinas de esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

A Companhia tem mantido em funcionamento as atividades julgadas essenciais à população de acordo com a indicação de restrições dos órgãos competentes em cada município em que atua e de acordo com as demandas dos seus clientes.

O monitoramento da base operacional desde o início da pandemia para preservação da liquidez tem permitido garantir:

- *manutenção da carteira de clientes*. As oportunidades de aumentos de escopo e de expansão comercial permitiram mitigar a volatilidade da receita ocasionada pelas rescisões contratuais e reduções de escopo;
- *preservação da rentabilidade*. Por meio (i) da redução da base de custos da equipe de apoio e estrutura administrativa em relação à receita líquida e (ii) da manutenção da rentabilidade operacional;
- *geração de caixa*. Por meio (i) da renegociação de prazo de pagamento com fornecedores e demais credores e (ii) do monitoramento mais rigoroso de prazos de pagamento de clientes; e
- *liquidez*. Estabilidade nos indicadores de liquidez, conforme segue: (i) liquidez geral (total do ativo dividido pelo total do passivo) de 0,74 em 2018, 1,26 em 2019, 1,38 em 2020 e 1,34 em 30 de junho de 2021; e (ii) liquidez corrente (ativo circulante dividido por passivo circulante) de 0,78 em 2018, 0,82 em 2019, 0,92 em 2020 e 1,01 em 30 de junho de 2021. Índices conforme suas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

Para mais informações, veja o fator de risco *"A pandemia da COVID-19 é inédita e sua extensão pode produzir impactos voláteis e imprevisíveis sobre receita bruta, métricas importantes e os resultados da Companhia."* no item 4.1 do Formulário de Referência, bem como o item 10.9 do Formulário de Referência, nas páginas 471 e 685 deste Prospecto.

Eventos subsequentes às informações contábeis consolidadas divulgadas em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Linha de Financiamento

Em linha com o seu planejamento estratégico e seu plano econômico e financeiro, a Companhia aprovou uma linha de financiamento junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), instituição de fomento vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2021 para financiar seu ciclo econômico de 2021 e 2022.

A linha tem como objetivo a implementação do seu Plano de MVNOs, no qual a Companhia atua como uma MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), credenciando empresas a serem MVNOs; da expansão Latam das operações de IoT (*Internet of Things*) e a entrada na vertical de Agronegócio de IoT.

O projeto aprovado com a FINEP compreende toda a estrutura de jornada de clientes que agem de forma matricial nestas três frentes, como também a automação dos processos de backoffice na oferta de produtos e serviços alinhados com estas vertentes de crescimento.

A linha de crédito aprovada é de R$34.681 mil e é composta por seis tranches, conforme o quadro abaixo.

Tranche	Crédito Finep (em R$ mil)
1	9.073
2	9.073
3	3.633
4	3.633
5	4.633
6	4.633

As tranches são liberadas conforme comprovação de gastos de acordo com a execução do projeto técnico e financeiro e apresentação de garantia. O prazo total do financiamento é de 10 anos, com 3 anos de carência, com uma taxa anual de 2.8% a.a.

A primeira parcela foi recebida em 19 de abril de 2021. Como a comprovação vale desde a aprovação do projeto, a primeira parcela teve seus dispêndios e evolução técnica comprovada em cima de gastos e ações já realizadas.

Dentro deste contexto, a Companhia captou a segunda parcela em 29 de agosto de 2021 e considera ainda no seu planejamento anual a terceira parcela entre outubro e novembro.

As garantias para esta segunda parcela foram apenas de recebíveis, sem cash colateral (depósito de dinheiro em conta bancária), de 30%. Já para a terceira parcela, novas negociações serão feitas.

Dividendos adicionais

Após o encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou duas distribuições de dividendos. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de abril de 2021 foi aprovada a distribuição de R$10.000 mil em adição aos dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$6.832 mil.

Os valores foram pagos em três parcelas. A primeira parcela na forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), em 20 de abril de 2021, no valor total de R$2.490 mil (valor bruto) e a segunda e terceira parcelas como dividendos no valor total de R$ 7.171 mil cada, pagas em 31 de maio de 2021 e 14 de julho de 2021, respectivamente.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovada nova distribuição de dividendos. Na ocasião, foram aprovados o pagamento de R$1.398 mil como dividendos e R$1.355 mil como JCP, os valores serão pagos após outubro de 2021 e referem-se a pagamentos da Datora Participações e Serviços S.A. aos seus acionistas na data da aprovação e são referentes aos resultados acumulados de janeiro a junho de 2021 e oriundos de sua reserva de lucros.

Mudança no quadro societário

Tendo em vista uma simplificação da estrutura acionária dos respectivos acionistas da Companhia, foi concluída reorganização societária em 23 de agosto de 2021, alterando, consequentemente, o quadro acionário da Companhia, como resultado desta transação, a T&T Investimentos Ltda. transferiu a sua atual participação societária detida na Datora Participações e S.A., para os sócios pessoas físicas. A reorganização societária dos acionistas da Companhia, não alterou o controle final da Companhia.

Bônus sobre sucesso do IPO, para grupo de colaboradores e Administradores

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado remuneração variável aos membros da Diretoria e a determinados colaboradores da Companhia, no valor máximo de R$15.000 mil, de acordo com a distribuição a ser designada pelo Diretor Presidente da Companhia respeitando a dedicação de cada membro do Projeto de IPO. Os valores serão pagos por meio de ações de emissão da Companhia no momento do vesting, usando ações de tesouraria, transferência e ou emissão de novas ações.

Plano de Incentivo de longo prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo no formato *Restricted Stock Unit* (RSU) condicionado ao sucesso do IPO e sem custo para o colaborador participante do programa (endereçado para diretores, gerentes e colaboradores que respondem a diretores de acordo com o quadro funcional no IPO e para gerentes acima de classe 14 (base cargos e salários) e colaboradores chaves em caso de incentivos futuros) O incentivo de longo prazo está associado a um período de *vesting* e metas de performance (a serem aprovadas nos ciclos de planejamento da Companhia pelo Conselho de Administração) cruzadas com o desempenho das ações de emissão da Companhia em relação ao Índice Bovespa (IBOVESPA). As ações a serem distribuídas, em caso de sucesso no IPO, respeitarão o limite máximo de 3% do total de ações emitidas pela Companhia.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Na data deste Prospecto, a estrutura societária da Companhia é a seguinte:

Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia, incluindo sua composição societária, veja a seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 783 deste Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

As atividades, situação financeira, resultados operacionais e estratégias da Companhia estão sujeitos a diversos fatores de risco. Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que podem nos afetar de forma adversa e relevante. Para mais informações sobre os fatores de risco listados abaixo e sobre os demais fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" a partir da página 95 deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência na página 471 deste Prospecto.

A pandemia da COVID-19 é inédita e sua extensão pode produzir impactos voláteis e imprevisíveis sobre receita bruta, métricas financeiras e operacionais e os resultados da Companhia.

A Organização Mundial de Saúde ("**OMS**") declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da doença coronavírus ("**COVID-19**"). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia da COVID - 19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, e fechamento prolongado de locais de trabalho.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças também podem (i) impossibilitar que os funcionários da Companhia se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus colaboradores), o que poderia prejudicaria o regular desenvolvimento dos negócios da Companhia, (ii) impactar significativamente as operações da Companhia caso os clientes da Companhia tenham sua renda impactada, percam seus empregos, tenham suas operações interrompidas, encerradas temporariamente ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19.

Os impactos da pandemia da COVID-19, portanto, são severos e generalizados; além disso, permanecem em constante evolução. Tanto a pandemia quanto as respostas dadas pelos governos e pelo setor privado já afetaram a economia e os mercados financeiros de uma maneira generalizada. Desencadeou-se um movimento de desaceleração econômica que não somente vem negativamente afetando, como pode continuar a afetar, a demanda por nossos produtos. É impossível prever os efeitos e impactos finais da pandemia da COVID-19, tendo em vista a rápida evolução da situação.

Como resultado da pandemia da COVID-19, muitos dos colaboradores da Companhia estão trabalhando remotamente, e é possível que esse novo formato impacte negativamente a execução dos planos de negócios e operações comerciais da Companhia. Do ponto de vista operacional, a Companhia opera em duas localidades diferentes no país e há o risco de uma contaminação em massa nas duas localidades, simultaneamente, o que impactaria o operacional. Além disso, se, por exemplo, um desastre natural, uma queda de energia, um problema de conectividade ou qualquer outro evento similar impactar a capacidade de trabalho remoto dos colaboradores da Companhia, pode ser difícil ou em certos casos até mesmo impossível manter suas atividades comerciais por um período substancial. Além disso, se a pandemia da COVID-19 se mantiver inalterada, é possível que a Companhia sofra interrupções caso seus colaboradores adoeçam e se encontrem incapazes de desempenhar suas funções. Também é possível que operações e serviços móveis e de *internet* sejam afetados. A ampliação do trabalho remoto também pode resultar em questões referentes ao direito de privacidade, à segurança dos sistemas de TI e a possíveis operações fraudulentas.

Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia continuará avaliando a evolução dos seus efeitos em suas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As equipes operacionais e administrativas da Companhia podem sofrer contaminações, perda de produtividade e risco à vida. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em seus negócios, além daquelas apresentadas neste Formulário de Referência.

As incertezas em relação à duração das interrupções dos negócios, bem como em relação aos níveis de disseminação mundial do vírus, provavelmente continuarão a impactar adversamente as economias nacional e global e produzirão impactos negativos sobre os níveis de gastos dos consumidores. A extensão total dos impactos da pandemia da COVID-19 nas operações da Companhia, métricas e desempenho financeiro depende de desenvolvimentos futuros que são inerentemente incertos e imprevisíveis. Dentre eles, incluem-se a duração e os níveis de propagação da pandemia da COVID-19 e seu impacto sobre os mercados financeiro e de capitais, além de quaisquer novas informações que venham a surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões e as ações tomadas para contê-lo. Qualquer um desses resultados pode ter um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais e capacidade de executar e capitalizar suas estratégias.

A Companhia poderá continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer mesmo após a diminuição da pandemia da COVID-19, já que há o desenvolvimento de uma segunda onda de contaminação no Brasil e no mundo. A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final da pandemia da COVID-19 é altamente incerto. Novas variantes dos vírus, a incapacidade de vacinação em massa contra a COVID-19 pelo Governo Federal brasileiro e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Por fim, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19, agravando demais riscos aos quais a Companhia está sujeita.

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima em seus negócios e operações, os custos da Companhia podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança de seus colaboradores e sua capacidade de obter certos equipamentos, suprimentos ou serviços podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações da Companhia.

Além disso, os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre o efeito do COVID-19 nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Crescente utilização dos serviços de dados em substituição aos serviços de voz tradicional e às comunicações via serviço de mensagens curtas, ou SMS para usuários finais pode gerar efeito material adverso sobre os negócios de MVNO da Companhia junto à ISPs em seus resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Os clientes da Companhia na oferta *Mobile Virtual Network Operator* ("MVNO") para *Internet Service Providers* ("ISPs") enfrentam crescente concorrência dos serviços de dados não tradicionais que agregam serviços de voz e mensagens sobre as tecnologias de Internet, em especial, aplicativos *over-the-top* ("OTT"), como Whatsapp o Skype, Google Talk e FaceTime, entre outros. Esses aplicativos são muitas vezes gratuitos e permitem que seus usuários tenham acesso potencialmente ilimitado a mensagens e serviços de voz através da Internet, resultando em menor uso de serviços tradicionais de voz mais caros e serviços de mensagens, como o SMS, que têm sido historicamente uma fonte de receitas para as operadoras de redes móveis no Brasil. Com o uso crescente de smartphones, tablets e computadores no Brasil, um número crescente de clientes está usando os serviços de aplicativos OTT em substituição aos tradicionais de voz ou SMS. Como resultado, o mercado de MVNO em que a Companhia se encontra pode vir a ser afetado por uma maior competição e preços e acirramento de margens. Se os serviços não tradicionais móveis de voz e de dados ou serviços similares continuarem a aumentar em popularidade, tal fator poderá contribuir para novas quedas na receita média por usuário, ou *average revenue per user* (ARPU).

Consequentemente, as margens mais baixas em produtos e serviços, poderiam ocasionar um efeito material adverso sobre os seus negócios de MVNO, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

O desempenho da Companhia é fortemente relacionado a performance de membros de sua alta administração e, portanto, a perda de membros da alta administração da Companhia ou sua incapacidade de identificar, atrair, contratar, treinar e manter pessoas chave pode ter um efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Não há garantia de que os administradores e empregados qualificados, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso da Companhia, permaneçam no futuro atuando na Companhia, sendo que nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo ou a pacto de não concorrência.

Além disso, a Companhia não pode garantir que terá sucesso em identificar, atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e outras pessoas chave. Adicionalmente, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja uma contratação interna ou externa, podem ser demoradas e não ter êxito. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da alta administração da Companhia e outras pessoas chave e a sua incapacidade de contratar profissionais com a mesma experiência e qualificação, podem causar um efeito adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os contratos financeiros e outros instrumentos representativos das dívidas da Companhia estabelecem obrigações específicas para a Companhia, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode acarretar o inadimplemento ou vencimento antecipado dessas obrigações e afetar adversamente e de forma relevante a condição financeira da Companhia e sua capacidade de conduzir seus negócios.

Inadimplementos a estes instrumentos que não sejam sanados ou renunciados pelos respectivos credores poderão acarretar a decisão desses credores em declarar inadimplemento ou o vencimento antecipado de tais dívidas, bem como podem resultar no vencimento antecipado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, o que poderia afetar adversamente e de forma relevante a condição financeira da Companhia e sua capacidade de conduzir seus negócios. Além disso, a Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras na eventual renegociação dos instrumentos financeiros em vigor, ou até eventuais restrições de caixa, situações que podem ser exacerbadas em decorrência da pandemia da COVID-19, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento de eventuais *covenants*.

Caso qualquer de suas dívidas sejam vencidas antecipadamente, inclusive em razão de inadimplemento cruzado (*cross-default*), a Companhia, suas subsidiárias e/ou as sociedades sob controle comum, conforme o caso, serão ou poderão ser obrigadas a realizar o pagamento integral da(s) respectiva(s) dívida(s) vencida(s), o que poderá causar um impacto adverso relevante na capacidade financeira da Companhia. Adicionalmente, caso as garantias outorgadas pela Companhia, suas subsidiárias e/ou as sociedades sob controle comum, conforme o caso, no âmbito de tais endividamentos sejam executadas, em virtude do vencimento antecipado de dívidas ou da insuficiência de recursos para seu integral pagamento no vencimento, os negócios e a condição financeira da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante. Para mais informações acerca dos contratos financeiros firmados pela Companhia, por suas subsidiárias e pelas sociedades sob controle comum, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A falta de disponibilidade de financiamento para o programa de investimentos da Companhia pode afetar a capacidade competitiva, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia utiliza, para efetuar os investimentos necessários à modernização, criação de novos produtos, ampliação e manutenção dos seus *cores* de rede e outros, além de recursos próprios, recursos de terceiros, obtidos por meio de empréstimos e financiamentos. Não há garantia de que a Companhia consiga obter os recursos necessários ou a custos aceitáveis para a realização da totalidade de seus programas de investimentos, obtendo recursos para desenvolver ou adotar novas tecnologias em tempo adequado para a manutenção da sua competitividade, o que poderá afetar os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia. Ademais, caso a Companhia incorra em endividamento adicional em grande proporção, os riscos associados à sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente por meio de suas subsidiárias para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso sobre seus resultados e negócios.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, ACIONISTA VENDEDOR, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Datora Participações e Serviços S.A.
Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301 B
CEP 34006-056, Nova Lima, MG
At.: Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva
Tel.: + 55 11 3164-8201
Website: www.ri.datora.net

Acionistas Vendedores

[•]

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A. ou Coordenador Líder
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500,
1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
Website: http://www.itau.com.br

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 4.440,
7º andar - parte
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At. Sr. João Carlos Telles
Telefone: + 55 (11) 2767-6620
Website: https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank.html

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477,
14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Website: https://www.btgpactual.com

Banco Morgan Stanley S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3600,
6 e 8º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Mendez
Tel.: +55 (11) 3048-6000
Website: http://www.morganstanley.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia [e dos Acionistas Vendedores]

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, 1227 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Rodrigo Junqueira e Sra. Jana Araujo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
Website: https://lefosse.com/

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados
Rua Funchal, nº 418, 11º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Sr. Alexandre Barreto e Sra. Julia Lobo Dutra
Tel.: +55 (11) 3089-6500
Website: http://www.cesconbarrieu.com.br/

Consultores Legais Externos da Companhia

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP
Rua Professor Atílio Innocenti, 165 – 14º andar
CEP 04538-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Juan G. Giráldez
Tel.: +55 11 2196 7200
Website: www.clearygottlieb.com

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Clifford Chance LLP
Rua Funchal 418, 15º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Sr. Patrick Jackson
Tel.: +55 (11) 3019-6017
Website: www.cliffordchance.com

Auditores Independentes da Companhia

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105
CEP 04711-904, São Paulo, SP
At.: Sr. Raphael Eduardo Pereira
Tel.: +55 (11) 3940-1500
Website: https://www.kpmg.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 149.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 24 e 95, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 471, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, inclusive nas respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto a partir da página 223, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionista Vendedor	[•] e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	[•] e [•], considerados em conjunto.
Ações	[•] Ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ações ordinárias [de emissão da Companhia e/ou de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], correspondentes a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares), que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas].
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] Ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] Ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 47 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Montante de até [•] ações ordinárias [de emissão da Companhia e/ou de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], correspondentes a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Ações inicialmente ofertada, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores] ao agente estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da oferta.]

Agentes de Colocação Internacional	O Itau BBA USA Securities, Inc., a UBS Securities, LLC, o BTG Pactual US Capital, LLC e o Morgan Stanley & Co. LLC, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser disponibilizado em até 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, a ser disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 77 deste Prospecto, informando acerca do resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 77 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de suspensão ou qualquer modificação na Oferta, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 77 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovadas com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de agosto de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), em 02 de setembro de 2021, sob o nº 8771128, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Diário do Comércio de Belo Horizonte" em [•] de [•] de 2021. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9 abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMG e publicada no DOEMG e no jornal "Diário do Comércio de Belo Horizonte" na data de divulgação do Anúncio de Início. [A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada por [•] em [•] de [•] de 2021, cuja ata será devidamente registrada na [•], publicada em [•] de [•] de 2021 e no jornal [•]]. Salvo pela aprovação do [•], não será necessária qualquer aprovação em relação aos demais Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.]

Atividade de Estabilização e Formador de Mercado	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério. Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, em relação às Ações, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve contratação de formador de mercado.
Aviso ao Mercado	Aviso disponibilizado em [•] de [•] de 2021, a ser novamente disponibilizado em [•] de [•] de 2021, data do início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com objetivo de apresentar uma relação completa das Instituições Consorciadas participantes da Oferta, incluindo informações relacionadas ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Companhia	Datora Participações e Serviços S.A.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$38.854.725,33, totalmente subscrito e integralizado, representado por 88.033.592 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão, da Datora Participações e Serviços S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	"*Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.*", a ser celebrado entre [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	*"Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.",* a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Doador, o Agente Estabilizador e a Corretora, com a interveniência e anuência dos Coordenadores, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início (data na qual o referido contrato entrará em vigor), por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado.
Coordenadores da Oferta	O Banco Itaú BBA S.A., a UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco BTG Pactual S.A. e o Banco Morgan Stanley S.A, considerados em conjunto.
Corretora	[•].
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 58 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações, sem considerar as Ações Suplementares, aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária obtidos por nós com a Oferta serão destinados integralmente para: [(i) aquisições para crescimento inorgânico; (ii) investimento em inovações tecnológicas; e (iii) fortalecimento da capacidade financeira].

	Não receberemos qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 105 deste Prospecto.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 115 deste Prospecto e na seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 815.
Distribuição parcial	Não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda suficiente para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 99 deste Prospecto Preliminar.**
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Ocorrerá caso o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais, poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta", na página 99 deste Prospecto.

Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, foi determinada pela Companhia com base em suas informações econômico-financeiras disponibilizadas neste Prospecto, a fim de propor o valor que, no seu entendimento, melhor reflete o valor das Ações e levando em consideração um preço que favoreça os objetivos de dispersão e liquidez pretendidos para a Oferta. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•]e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo", na página 61 deste Prospecto.
Fatores de Risco	**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 24 e 95 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 471, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**
Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidarem as Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e forem cumpridas as condições precedentes neles previstas, concedido o registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" pela CVM nos termos da Instrução CVM 480, concedidos os registros da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações objeto da garantia firme de liquidação, efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares), multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado; multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Colocação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 433, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. **Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.**

Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à emissão e/ou venda de Ações e de ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem assinados pela Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores.
Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores pessoas físicas e jurídicas, bem como clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up,* observado, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Resolução CVM 30.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores pessoas físicas e jurídicas, bem como clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-up,* observado, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Resolução CVM 30.

Investidores Estrangeiros	Os investidores estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos, investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Regra 144A*, do *U.S. Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), conforme alterada ("*Securities Act*"), em operações isentas de registro previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), com base no Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Estrangeiros e os Investidores Institucionais Locais considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, que apresentem intenções específicas e globais de investimento, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e/ou profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo, para estes, valores mínimo ou máximo de investimento, nos termos da Resolução CVM 30.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo *Lock-up e* Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Itaú BBA ou Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título Ações que adquirirem no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*.

Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *Os Investidores de Varejo Lock-up, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 103 deste Prospecto Preliminar.

Mecanismos de Garantia de Dispersão Acionária

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que devem ser envidados melhores esforços para atingir a dispersão acionária, conforme previsto no Artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado e segundo o Plano de Distribuição, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento), e, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.

Morgan Stanley

Banco Morgan Stanley S.A.

Negociação na B3

As Ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "[•]".

Oferta

Oferta Primária e Oferta Secundária.

Oferta Primária	Distribuição pública primária de, inicialmente, [•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, pela Resolução CMN 4.373 e pela Resolução CVM 13.
Oferta Secundária	Distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, Resolução CMN 4.373 e pela Resolução CVM 13.
Oferta de Varejo	Oferta aos Investidores Não Institucionais, no montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta de Varejo *Lock-up* e Oferta de Varejo Sem *Lock-up.*
Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* de (i) de até 8% (oito por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% (oito por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* de (i) de até 2% (dois por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% (dois por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.

Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada [pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme abaixo definido), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo), seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido abaixo).
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta Não Institucional, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico com uma única Instituição Consorciada. Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução da CVM 35: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta e aos Acionistas Vendedores, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) administradores, funcionários, operadores, colaboradores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações, em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400, se encerrará (i) em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto nos artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito na página 99 deste Prospecto.**

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia", na página 99 deste Prospecto.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço, não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 98 deste Prospecto Preliminar.

	Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo ao Prospecto Definitivo.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Registros da Oferta	Os pedidos de registro da Oferta Primária e da Oferta Secundária foram solicitados perante a CVM em [•] de [•] de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 75 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei do Mercado de Capitais, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatuária da Companhia ("Administradores") celebrarão acordos de restrição à emissão e/ou venda de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Instrumento de *Lock-Up*"), por meio dos quais obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Prospecto Definitivo ("Período de *Lock-up*"), conforme seja aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*, a não efetuar quaisquer das seguintes operações, direta ou indiretamente, conforme aplicável em cada caso, sem o prévio consentimento dos Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta: (i) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, contratar a compra, empenhar, emprestar, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra ou venda, realizar qualquer venda a descoberto (short sale) ou emprestar ou dispor de qualquer forma ou conceder quaisquer direitos, com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia, quaisquer opções ou certificados (warrants) ou quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ou que representem o direito de receber quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou qualquer participação no capital social da Companhia, seja direta ou indiretamente (incluindo, mas não se limitando, quaisquer ações ordinárias relativas ao capital social da Companhia ou outros valores mobiliários que possam ser atribuídos, de titularidade direta ou beneficiária pela Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores, nos termos e de acordo com as regras e regulamentação da SEC ou do Brasil), bem como valores mobiliários que possam ser emitidos mediante o exercício de uma opção ou certificado relativo às ações ordinárias de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*"); (ii) celebrar qualquer contrato de *hedge* ou qualquer outra forma de acordo por meio do qual seja vendido, emprestado, penhorado, disposto ou transferido, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade de qualquer direito econômico relacionado aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sendo tal operação, conforme prevista no item (i) acima ou neste item (ii), liquidada mediante entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em moeda corrente ou sob outra forma de pagamento; (iii) protocolar ou submeter, ou fazer com que seja protocolado ou submetido, inclusive por meio de submissão confidencial, um pedido de registro, prospecto ou prospecto suplementar (ou aditamento ou suplemento de quaisquer dos documentos supramencionados), conforme os termos do Securities Act ou das leis brasileiras; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

As restrições previstas acima com relação aos Acionistas Vendedores e os Administradores são expressamente acordadas para evitar que os Acionistas Vendedores e os Administradores se envolvam em qualquer transação de *hedge* ou outra transação que tenha como objetivo ou que seja razoavelmente esperado que leve ou resulte na emissão de novas ações ordinárias de emissão da Companhia ou a venda ou a disposição de ações ordinárias de emissão da Companhia, mesmo que tais valores mobiliários venham a ser transferidos por alguém que não os Acionistas Vendedores e os Administradores. A proibição com relação à realização de *hedge* ou outras transações pode incluir, sem limitação, qualquer venda a descoberto ou qualquer aquisição, venda ou outorga de qualquer direito (incluindo, sem limitação, qualquer opção de compra ou de venda, *forward*, *swap* ou outra transação com derivados ou qualquer combinação destes) com relação a quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou parcela do capital social da Companhia, ou quaisquer outros valores mobiliários, ou com relação a qualquer valor mobiliário que inclua, se relacione ou venha a derivar de qualquer parte significante do valor das ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Ainda, as vedações listadas acima não se aplicarão, em certas hipóteses, incluindo, mas não se limitando, às seguintes transferências: (i) como doações de boa-fé; (ii) a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *Lock-Up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (iii) a qualquer afiliadas conforme definidas na Rule 501 (b) da Regulação D do *Securities Act*, ou (iv) com o consentimento prévio por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, respectivamente, desde que (A) qualquer transferência, disposição ou distribuição com relação aos itens (i), (ii) e (iii) e o cessionário se comprometa por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-Up* e confirme que está cumprindo os termos aqui previstos desde a presente data, conforme aplicável, (B) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), a transferência não envolva provisão para valor e (C) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), nenhuma transferência deve resultar de um pedido de registro público ou anúncio relativo ao mesmo durante o Período de *Lock-up*. Para os fins deste item, considera-se "familiar imediato" qualquer relacionamento de sangue, matrimonial, parceria doméstica ou adoção, até o primeiro primo. Sem prejuízo do disposto acima, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores poderão transferir Valores Mobiliários sujeito ao *Lock-up* em determinadas hipóteses expressamente previstas no Contrato de Distribuição.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.]

Para mais informações, veja o fator de risco "A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up* pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia" constante da seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações" na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Termo de Aceitação	Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o termo de aceitação será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Institucional que não esteja contemplado pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do referido termo de aceitação, a ser utilizado por todos os Coordenadores da Oferta de acordo com os procedimentos internos de cada Coordenador da Oferta para a formalização do referido documento, e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, conforme o caso, no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) aplicável aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Valor Total da Oferta	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$38.854.725,33, totalmente subscrito e integralizado, representado por 88.033.592 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$1.500.000,00, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	88.033.592	38.854.725,33	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**38.854.725,33**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	88.033.592	38.854.725,33	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**38.854.725,33**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	88.033.592	38.854.725,33	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**38.854.725,33**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	88.033.592	38.854.725,33	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**38.854.725,33**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Administradores da Companhia na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Acionistas	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Tomas Henrique Fuchs	21.653.451	24,59	[•]	[•]
Daniel Tibor Fuchs	18.114.960	20,58	[•]	[•]
Raul Fuchs	14.470.843	16,44	[•]	[•]
Samy Uziel	6.038.320	6,86	[•]	[•]
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	1.117.882	1,27	[•]	[•]
Eduardo Henriques Resende	1.021.058	1,16	[•]	[•]
Fernando Antonio Pires de Castro	3.520.887	4,00	[•]	[•]
Jorge Alberto Bichara de Melo	1.848.465	2,10	[•]	[•]
CODEMGE	20.247.726	23,00	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Tomas Henrique Fuchs	21.653.451	24,59	[•]	[•]
Daniel Tibor Fuchs	18.114.960	20,58	[•]	[•]
Raul Fuchs	14.470.843	16,44	[•]	[•]
Samy Uziel	6.038.320	6,86	[•]	[•]
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	1.117.882	1,27	[•]	[•]
Eduardo Henriques Resende	1.021.058	1,16	[•]	[•]
Fernando Antonio Pires de Castro	3.520.887	4,00	[•]	[•]
Jorge Alberto Bichara de Melo	1.848.465	2,10	[•]	[•]
CODEMGE	20.247.726	23,00	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Tomas Henrique Fuchs	21.653.451	24,59	[•]	[•]
Daniel Tibor Fuchs	18.114.960	20,58	[•]	[•]
Raul Fuchs	14.470.843	16,44	[•]	[•]
Samy Uziel	6.038.320	6,86	[•]	[•]
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	1.117.882	1,27	[•]	[•]
Eduardo Henriques Resende	1.021.058	1,16	[•]	[•]
Fernando Antonio Pires de Castro	3.520.887	4,00	[•]	[•]
Jorge Alberto Bichara de Melo	1.848.465	2,10	[•]	[•]
CODEMGE	20.247.726	23,00	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Tomas Henrique Fuchs	21.653.451	24,59	[•]	[•]
Daniel Tibor Fuchs	18.114.960	20,58	[•]	[•]
Raul Fuchs	14.470.843	16,44	[•]	[•]
Samy Uziel	6.038.320	6,86	[•]	[•]
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	1.117.882	1,27	[•]	[•]
Eduardo Henriques Resende	1.021.058	1,16	[•]	[•]
Fernando Antonio Pires de Castro	3.520.887	4,00	[•]	[•]
Jorge Alberto Bichara de Melo	1.848.465	2,10	[•]	[•]
CODEMGE	20.247.726	23,00	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**88.033.592**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção “15. Controle e Grupo Econômico” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 783.

Identificação dos Acionistas Vendedores

Segue abaixo as descrições dos Acionistas Vendedores:

[•]

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 783 deste Prospecto.

Características gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE e o Código ANBIMA, com os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de Instituições Participantes da Oferta, que deverão aderir à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder, sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, (i) nos Estados Unidos, para pessoas consideradas investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definido na Regra144A do *U.S. Securities* Act de 1933 dos Estados Unidos, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), conforme alterada ("*Securities Act*"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base na *Regulation S* ("Regulamento S"), editada pela *SEC* no âmbito do *Securities Act* e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, ou pela Resolução CMN 4.373 e pela Resolução CVM 13, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá[, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em ([•]) ações ordinárias [de emissão da Companhia e/ou de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até [•] ações ordinárias [de emissão da Companhia e/ou de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme abaixo definido), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo), seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido abaixo). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições.

As Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e no item "Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 69 deste Prospecto. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais").

Aprovações societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovadas com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de agosto de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), em 02 de setembro de 2021, sob o nº 8771128, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Diário do Comércio de Belo Horizonte" em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9 abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMG e publicada no DOEMG e no jornal "Diário do Comércio de Belo Horizonte" na data de divulgação do Anúncio de Início.

[A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada por [•] em [•] de [•] de 2021, cuja ata será devidamente registrada na [•], publicada em [•] de [•] de 2021 e no jornal [•]]

Salvo pela aprovação do [•], não será necessária qualquer aprovação em relação aos demais Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R$[•] ([•]) e R$[•] ([•]), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dos valores de referência, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas abaixo, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor máximo previsto na Faixa Indicativa nos termos dos §1º e 2º do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.", constante deste Prospecto Preliminar a partir da página 99.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário" na página 98 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões a serem pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção de Ações ofertada por cada um deles, aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos recebidos pela Companhia oriundos da Oferta Primária e pelos Acionistas Vendedores oriundos da Oferta Secundária.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas[2]	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**		**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Recursos líquidos de comissões e despesas.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas[2]	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**		**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Recursos líquidos de comissões e despesas.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas[2]	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**		**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Recursos líquidos de comissões e despesas.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas[2]	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**		**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.
(3) Recursos líquidos de comissões e despesas.

Custos de distribuição

As taxas de registro da Oferta na CVM e na ANBIMA e as taxas de análise da B3 relativas à Oferta e à listagem, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia.

Não obstante, a Companhia e os Acionistas Vendedores pagarão, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles, as comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões aos Coordenadores da Oferta, bem como, a taxa de distribuição à B3.

Para informações detalhadas sobre as despesas, veja a seção* "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com parte significativa dos custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta"** ***constante na página 104 deste Prospecto.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, sem considerar a Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)	*(%)*	*(R$)*	*(%)*
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[6]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com auditores[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas[11][12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas; (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").

(3) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(4) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(5) A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações pelo Preço por Ação (considerando as Ações Adicionais); somada (b) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Remuneração de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais serão pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente às Ações ofertadas.

(7) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(8) As taxas da B3 serão arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e *printer*.

(11) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

(12) Inclui despesas decorrentes do Contrato de Colocação Internacional, como por exemplo, despesas relativas a *printer* a apresentação de *roadshow*, observado que não são devidas comissões no âmbito do Contrato de Colocação Internacional.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, sem considerar a Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)	*(%)*	*(R$)*	*(%)*
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[6]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com auditores[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas[11][12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas; (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").

(3) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(4) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(5) A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações pelo Preço por Ação (considerando as Ações Adicionais); somada (b) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Remuneração de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais serão pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente às Ações ofertadas.

(7) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(8) As taxas da B3 serão arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e *printer*.

(11) Levando em consideração a colocação das Ações Adicionais e sem levar em consideração a colocação das Ações Suplementares.

(12) Inclui despesas decorrentes do Contrato de Colocação Internacional, como por exemplo, despesas relativas a *printer* a apresentação de *roadshow*, observado que não são devidas comissões no âmbito do Contrato de Colocação Internacional.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, considerando a Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)	*(%)*	*(R$)*	*(%)*
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[6]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com auditores[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas[11][12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas; (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").

(3) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(4) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(5) A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações pelo Preço por Ação (considerando as Ações Adicionais); somada (b) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Remuneração de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais serão pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente às Ações ofertadas.

(7) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(8) As taxas da B3 serão arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia.

(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e *printer*.

(11) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e levando em consideração a colocação das Ações Suplementares.

(12) Inclui despesas decorrentes do Contrato de Colocação Internacional, como por exemplo, despesas relativas a *printer* a apresentação de *roadshow*, observado que não são devidas comissões no âmbito do Contrato de Colocação Internacional.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, considerando a Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)	*(%)*	*(R$)*	*(%)*
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[6]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com auditores[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas[11][12]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações efetivamente colocadas; (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").
(3) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.
(4) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.
(5) A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações pelo Preço por Ação (considerando as Ações Adicionais); somada (b) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Remuneração de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.
(6) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais serão pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente às Ações ofertadas.
(7) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.
(8) As taxas da B3 serão arcadas pela Companhia.
(9) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia.
(10) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e *printer*.
(11) Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(12) Inclui despesas decorrentes do Contrato de Colocação Internacional, como por exemplo, despesas relativas a *printer* a apresentação de *roadshow*, observado que não são devidas comissões no âmbito do Contrato de Colocação Internacional.

Não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a eventuais ganhos decorrentes da Atividade de Estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[(1)]
1.	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	[•]
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar. Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•]
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]
5.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado e do Prospecto Preliminar	[•]
6.	Encerramento do Período de Reserva	[•]
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia [Aprovação do Preço por Ação pelo [•]] Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	[•]
8.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•]
9.	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]
10.	Data de Liquidação	[•]
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]
12.	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares	[•]
13.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•]
14.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•]

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Para informações sobre (i) suspensão, cancelamento, modificação da Oferta, e/ou (ii) prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte o item “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento” na página 67 deste Prospecto Preliminar.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Para informações sobre a integralização/liquidação e procedimentos a serem observados quanto a entrega das Ações, consulte o item “Procedimento da Oferta”, subitens “Oferta de Varejo” e “Oferta Institucional” nas páginas 60 e 61 deste Prospecto Preliminar.

Para informações sobre inadequação da Oferta, consulte o item “Inadequação da Oferta” na página 79 deste Prospecto Preliminar.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da garantia firme de liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, consulte o item “Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação” na página 69 deste Prospecto Preliminar.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova disponibilização do Aviso ao Mercado, as quais somente serão confirmadas após o início do Prazo de Distribuição.

Regime de Distribuição

A Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação.

Os esforços de venda das Ações exclusivamente no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Capitais.

Após a disponibilização do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, incluindo anexo o Formulário de Referência elaborado pela Companhia e seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, nos termos da Instrução da CVM 480, o encerramento dos Períodos de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração e cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos Registros da Oferta pela CVM, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria “A” pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (incluindo as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400, o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e observadas as disposições do item “Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação”, na página 69 deste Prospecto.

Não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF, câmbio e/ou quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda suficiente para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta" deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, (i) Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) Oferta Institucional, destinada a Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta e da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta ("Plano de Distribuição"). Nos termos do Ofício-Circular CVM/SRE, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definido), e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta, para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações" deste Prospecto Preliminar.**

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente (i) junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, destinado à subscrição/aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo, durante o Período de Reserva; e (ii) junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas e que realizarem solicitação de reserva antecipada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva durante o Período de Reservas para Pessoas Vinculadas, sendo que as Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais).

Oferta de Varejo Lock-Up *e Oferta de Varejo Sem* Lock-Up

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que devem ser envidados melhores esforços para atingir a dispersão acionária, conforme previsto no Artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado e segundo o Plano de Distribuição, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento), e, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva, sendo certo que:

I. caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* de (i) de até 8% (oito por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% (oito por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

II. caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* de (i) de até 2% (dois por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% (dois por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Lock-up *da Oferta de Varejo*

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco]) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE *LOCK-UP* DA OFERTA DE VAREJO APLICÁVEL E TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DE VAREJO SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIORES INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP*, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER EM PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES", DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Procedimentos da Oferta de Varejo

Na eventualidade de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto nos itens (h) e (i) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (c), (d), (f), e nos itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva", na página 67 e 71 deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva. Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

(b) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

(c) **o Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(d) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(e) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio previstas nas alíneas (h) e (i) abaixo;

(f) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (e) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(g) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, a cada Investidor Não Institucional de acordo com o Contrato de Colocação, e desde que efetuado o pagamento previsto no item (f) acima o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 67 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (c), (d) e (f) acima e no item "Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva" na página 71 deste Prospecto e a possibilidade de rateio previstas nos itens (h) e (i) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração, limitado ao número inteiro apurado;

(h) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), e

(i) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, serão devolvidos sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, ver a seção "Suspensão. Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 67 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE RESERVA QUE (I) LEIAM CUIDADOSAMENTE OS TERMOS E AS CONDIÇÕES ESTIPULADOS NO PEDIDO DE RESERVA, SOBRETUDO OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À LIQUIDAÇÃO DA OFERTA E AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTE PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ESPECIALMENTE AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", BEM COMO O ITEM "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA; (II) VERIFIQUEM COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA, ANTES DE REALIZAR SEU PEDIDO DE RESERVA, SE ESTA EXIGIRÁ A MANUTENÇÃO DE RECURSOS EM CONTA ABERTA E/OU MANTIDA JUNTO A ELA PARA FINS DE GARANTIA DO PEDIDO DE RESERVA; (III) ENTREM EM CONTATO COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA PARA OBTER INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS SOBRE O PRAZO ESTABELECIDO PELA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA PARA A REALIZAÇÃO DO PEDIDO DE RESERVA OU, SE FOR O CASO, PARA A REALIZAÇÃO DO CADASTRO NA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA, TENDO EM VISTA OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS POR CADA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA; E (IV) VERIFIQUEM COM A INSTITUIÇÃO CONSORCIADA DE SUA PREFERÊNCIA, ANTES DE PREENCHER E ENTREGAR O SEU PEDIDO DE RESERVA, A POSSIBILIDADE DE DÉBITO ANTECIPADO DA RESERVA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO CONSORCIADA. OS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DO PEDIDO DE RESERVA DEVERÃO LER CUIDADOSAMENTE OS TERMOS E CONDIÇÕES ESTIPULADOS NOS RESPECTIVOS PEDIDOS DE RESERVA, BEM COMO AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos do item "Oferta de Varejo" na página 61 deste Prospecto, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo, cada Investidor Institucional, a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional para, então, apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada aos respectivos Investidores Institucionais na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Institucionais será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição, contrato de compra e venda e/ou documento de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição das Ações deverá ser formalizada mediante o preenchimento e entrega, pelo Investidor Institucional ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, de termo de aceitação da Oferta previamente submetido à CVM, o qual e deverá, no mínimo, (i) conter as condições de aquisição das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, conforme o caso, no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às eventuais instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo transações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) e que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400 são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto Preliminar.

A PARTICIPAÇÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS NO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING* PODERÁ IMPACTAR ADVERSAMENTE A FORMAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO E O INVESTIMENTO NAS AÇÕES POR INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS PODERÁ REDUZIR A LIQUIDEZ DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA NO MERCADO SECUNDÁRIO. PARA MAIS INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – A PARTICIPAÇÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM CONSIDERADOS PESSOAS VINCULADAS NO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING* PODERÁ AFETAR ADVERSAMENTE A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO, E O INVESTIMENTO NAS AÇÕES POR INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUE SEJAM CONSIDERADOS PESSOAS VINCULADAS PODERÁ RESULTAR NA REDUÇÃO DA LIQUIDEZ DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA NO MERCADO SECUNDÁRIO", DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Prazos de Distribuição e Liquidação

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início, em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400, na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a disponibilização do Anúncio de Início, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do §1º e 2º do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, cancelamento, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 12:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.", constante deste Prospecto Preliminar.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos descritos nas páginas 62 a 64 deste Prospecto.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do descritos nas páginas 62 a 64 deste Prospecto e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos descritos nas páginas 62 a 64 deste Prospecto, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a celebração do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional o encerramento dos Períodos de Reserva, a conclusão do Procedimento e *Bookbuilding*, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A" pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a distribuição de Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade[(1)]	Percentual (%)	Quantidade[(2)]	Percentual (%)
Itaú BBA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
UBS BB	[•]	[•]%	[•]	[•]%
BTG Pactual	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Morgan Stanley	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**100,00%**	**[•]**	**100,00%**

(1) Sem considerar as Ações Suplementares.
(2) Considerando as Ações Adicionais.

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária de os Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidarem as Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas pelos seus respectivos investidores, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e forem cumpridas as condições neles previstas, concedido o registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" pela CVM nos termos da Instrução CVM 480, concedidos os registros da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado; multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Colocação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso. As Ações darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da disponibilização do Anúncio de Início, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia. Dentre referidos direitos e benefícios assegurados aos titulares das Ações, destacam-se os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e recebimento de dividendos adicionais ou juros sobre o capital próprio e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo conselho de administração, conforme aplicável;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores alienantes da Companhia, se houver, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, se houver, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada;

(e) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, salvo nas hipóteses expressamente previstas no estatuto social da Companhia;

(g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores mobiliários” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 815.

Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente, por tal Instituição Consorciada, aos respectivos investidores, os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos em razão do depósito, e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ser suspensa, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-Up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatuária da Companhia ("Administradores") celebrarão acordos de restrição à emissão e/ou venda de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Instrumento de *Lock-Up*"), por meio dos quais obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Prospecto Definitivo ("Período de *Lock-up*"), conforme seja aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*, a não efetuar quaisquer das seguintes operações, direta ou indiretamente, conforme aplicável em cada caso, sem o prévio consentimento dos Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta: (i) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, contratar a compra, empenhar, emprestar, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra ou venda, realizar qualquer venda a descoberto (*short sale*) ou emprestar ou dispor de qualquer forma ou conceder quaisquer direitos, com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia, quaisquer opções ou certificados (*warrants*) ou quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ou que representem o direito de receber quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou qualquer participação no capital social da Companhia, seja direta ou indiretamente (incluindo, mas não se limitando, quaisquer ações ordinárias relativas ao capital social da Companhia ou outros valores mobiliários que possam ser atribuídos, de titularidade direta ou beneficiária pela Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores, nos termos e de acordo com as regras e regulamentação da SEC ou do Brasil), bem como valores mobiliários que possam ser emitidos mediante o exercício de uma opção ou certificado relativo às ações ordinárias de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*"); (ii) celebrar qualquer contrato de *hedge* ou qualquer outra forma de acordo por meio do qual seja vendido, emprestado, penhorado, disposto ou transferido, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade de qualquer direito econômico relacionado aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sendo tal operação, conforme prevista no item (i) acima ou neste item (ii), liquidada mediante entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em moeda corrente ou sob outra forma de pagamento; (iii) protocolar ou submeter, ou fazer com que seja protocolado ou submetido, inclusive por meio de submissão confidencial, um pedido de registro, prospecto ou prospecto suplementar (ou aditamento ou suplemento de quaisquer dos documentos supramencionados), conforme os termos do *Securities Act* ou das leis brasileiras; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

As restrições previstas acima com relação aos Acionistas Vendedores e os Administradores são expressamente acordadas para evitar que os Acionistas Vendedores e os Administradores se envolvam em qualquer transação de *hedge* ou outra transação que tenha como objetivo ou que seja razoavelmente esperado que leve ou resulte na emissão de novas ações ordinárias de emissão da Companhia ou a venda ou a disposição de ações ordinárias de emissão da Companhia, mesmo que tais valores mobiliários venham a ser transferidos por alguém que não os Acionistas Vendedores e os Administradores. A proibição com relação à realização de *hedge* ou outras transações pode incluir, sem limitação, qualquer venda a descoberto ou qualquer aquisição, venda ou outorga de qualquer direito (incluindo, sem limitação, qualquer opção de compra ou de venda *forward*, *swap* ou outra transação com derivados ou qualquer combinação destes) com relação a quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou parcela do capital social da Companhia, ou quaisquer outros valores mobiliários, ou com relação a qualquer valor mobiliário que inclua, se relacione ou venha a derivar de qualquer parte significante do valor das ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Ainda, as vedações listadas acima não se aplicarão, em certas nas hipóteses, incluindo mas não se limitando, às seguintes transferências: (i) como doações de boa-fé; (ii) a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *Lock-Up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (iii) a qualquer afiliadas conforme definidas na *Rule* 501 (b) da Regulação D do *Securities Act*, ou (iv) com o consentimento prévio por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, respectivamente, desde que (A) qualquer transferência, disposição ou distribuição com relação aos itens (i), (ii), e (iii) e o cessionário se comprometa por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-Up* e confirme que está cumprindo os termos aqui previstos desde a presente data, conforme aplicável, (B) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), a transferência não envolva provisão para valor e (C) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), nenhuma transferência deve resultar de um pedido de registro público ou anúncio relativo ao mesmo durante o Período de *Lock-up*. Para os fins deste item, considera-se "familiar imediato" qualquer relacionamento de sangue, matrimonial, parceria doméstica ou adoção, até o primeiro primo. Sem prejuízo do disposto acima, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores poderão transferir Valores Mobiliários sujeito ao *Lock-up* em determinadas hipóteses expressamente previstas no Contrato de Distribuição.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Para mais informações, veja o fator de risco "A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up* pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia" constante da seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" na página 95 deste Prospecto Preliminar.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração e Custódia das Ações e das Ações da Companhia

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração e custódia das Ações e das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", na página 69 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos Auditores Independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia e os Acionistas Vendedores a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores e contra a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores forem condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 100 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 77 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações e Formador de Mercado

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3 (inclusive), observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" a partir da página 75 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, em relação às Ações, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Listagem e Negociação das Ações na B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

A Companhia e a B3 celebraram, em [•] de [•] de 2021, o Contrato de Participação no Novo Mercado, conforme disposto no artigo 5º do Regulamento do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Por meio do Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia aderirá ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

As Ações serão negociadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início.

Para informações adicionais sobre a negociação das ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta. Recomenda-se, antes da decisão de investimento nas Ações, a leitura do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 471 e do item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 95 deste Prospecto.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas na seção "12.12 – outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 739 e no Regulamento do Novo Mercado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia", a partir das páginas 95 e 24 deste Prospecto, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 471, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

A Companhia e os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, determinados Acionistas Vendedores foram dispensado pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar, ter acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou obter informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

COMPANHIA

Datora Participações e Serviços S.A.
Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301 B
EP 34006-056, Nova Lima – MG
At.: Claude Araripe
Tel.: +55 11 3164-8201
www.ri.datora.net (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar").

COORDENADORES DA OFERTA

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Datora Participações e Serviços S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar")

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 4.440, 7º andar - parte
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At. Sr. João Carlos Telles
Telefone: + 55 (11) 2767-6620
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "Datora Participações e Serviços S.A.")

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Secundária de Ações da Datora Participações e Serviços S.A." clicar em "Prospecto Preliminar")

Banco Morgan Stanley S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3600, 6 e 8º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Mendez
Tel.: +55 (11) 3048-6000
http://www.morganstanley.com.br/prospectos/ (neste *website*, no item "Prospectos Locais", acessar o link "Prospecto Preliminar" no subitem "Datora Participações e Serviços S.A.").

O Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

https://www.gov.br/cvm/pt-br, em tal página, no campo "Pesquisa de Dados", acessar "Ofertas Públicas", em seguida, "Ofertas Públicas de Distribuição", em seguida acessar "Ofertas em Análise", em seguida, no quadro "Tipo de Oferta", linha Ações, selecionar o *link* com o volume na coluna "Primárias", na sequência, no quadro, acessar o *link* do número do processo correspondente à Datora Participações e Serviços S.A., e no quadro da referente à "Datora Participações e Serviços S.A." acessar o *link* "Prospecto Preliminar".

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar na página "Empresas", clicar em Datora Participações e Serviços S.A., e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar".

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, [DOS ACIONISTAS VENDEDORES], DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3:

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, determinados Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.]

Companhia

Datora Participações e Serviços S.A.
www.ri.datora.net (neste *website* clicar no link do respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar e "Datora Participações e Serviços S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "Datora Participações e Serviços S.A.")

Banco BTG Pactual S.A.
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Secundária de Ações da Datora Participações e Serviços S.A." escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta)

Banco Morgan Stanley S.A.
http://www.morganstanley.com.br/prospectos/ (neste *website*, no item “Comunicações ao Mercado”, clicar no título do documento correspondente no subitem “Datora Participações e Serviços S.A.”)

Comissão de Valores Mobiliários
https://www.gov.br/cvm/pt-br, em tal página, no campo “Pesquisa de Dados”, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, “Ofertas Públicas de Distribuição”, em seguida acessar “Ofertas em Análise”, em seguida, no quadro "Tipo de Oferta", linha Ações, selecionar o link com o volume na coluna "Primárias", na sequência, no quadro, acessar o link do número do processo correspondente à Datora Participações e Serviços S.A. e no quadro referente à “Datora Participações e Serviços S.A.”, acessar os links dos anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, na página “Empresas”, clicar em “Datora Participações e Serviços S.A.” link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. **Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.**

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes do Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência. Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam cuidadosamente os termos e condições previstos no Pedido de Reserva, especialmente relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta.

“O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM e será registrada em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, sendo que os registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária foram requeridos junto à CVM em 3 de setembro de 2021.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como dos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor econômico em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos no Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações é um investimento em renda variável e não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações.

O Prospecto Definitivo estará oportunamente à disposição dos investidores nos endereços acima indicados.

A Oferta será registrada na ANBIMA em atendimento ao disposto no Código ANBIMA.

A Oferta não é destinada a investidores que busquem retorno de curto prazo e/ou necessitem de liquidez em seus investimentos, bem como, deve-se levar em consideração que qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, inclusive o investimento nas Ações objeto desta Oferta, apresenta riscos e possibilidade de perdas parcial ou total, do valor investido, e cujos riscos devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos pelo investidor.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 24 E 95 DO PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 471, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS AG ("UBS") e do BB - Banco de Investimento S.A ("Banco do Brasil"), incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em *Corporate Banking*. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, *project finance* e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: *Wealth Management*, *Investment Bank*, *Personal & Corporate Banking* e *Asset Management*, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, “Best Global Investment Bank” e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, “Best M&A Bank” pela Global Finance. O UBS também foi nomeado “Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings” nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, “Most Innovative Bank for M&A” pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como “Best Bank for Swiss Francs", “Best Equity Bank for Western Europe” e “Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore”. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria “Bank of the Year” como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de *Private Banking* que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria “Bancos” do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$25,1 bilhões e 10,9% de *market share*, encerrando o período em 4º lugar no *Ranking* ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no *Ranking* ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

Banco BTG Pactual S.A.

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida.

Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e follow-on das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do follow-on do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida, Ecorodovias, Banco Inter, Rede D'or, DASA, Infracommerce, Lojas Renner, Meliuz, Soma e Magalu, assim como dos IPOs da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied, GPS, G2D, Dotz, GetNinjas, BR Partners, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Desktop, 3 Tentos, Livetech, Blau Farmacêutica e Unifique.

Banco Morgan Stanley S.A.

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime. Em 1986, abriu seu capital na *New York Stock Exchange* – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2020, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US$103,1 bilhões e ativos totais no valor de US$1.115,9 bilhões.

No mercado de emissão de ações global, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no ranking de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral entre 2010 e 2020, de acordo com a Bloomberg. Históricamente o Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2020, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como “Bank of the Year”.

Na América Latina, o Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em diversas operações de destaque entre 2010 e 2020 selecionadas pela IFR: a oferta de ações no valor de US$70 bilhões da Petrobras, selecionada como “Latin America Equity Issue of the Year” em 2010, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global e agente estabilizador; a oferta inicial de ações no valor de US$2,3 bilhões da XP Inc, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global; a oferta inicial de ações da CSN Mineração, no valor de US$923 milhões, na qual o banco atuou como coordenador líder; e também diversos outros *IPOs* e *Follow-Ons* no período.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem brasileiro. A Morgan Stanley Corretora ocupou a terceira posição em volume negociado de ações locais durante o ano de 2020, de acordo com o Bloomberg, com uma participação de mercado de 8,6%.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico possuem os seguintes relacionamentos comerciais relevantes com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro:

- carta de fiança contratada em 17 fevereiro de 2021, com prazo de vencimento em 17 fevereiro de 2022 e taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. Tal operação contabiliza um saldo em aberto de R$4.536.724,00 e conta como garantia, fiança prestado pela Datora Mobile e pela Datora Telecom;

- prestação de serviços de cobrança à Companhia, com volume médio mensal de R$2,8 milhões, contratado em maio de 2015, com prazo de vencimento indeterminado, sem quaisquer garantias. A tal serviço se aplicam tarifas por transação que variam de R$0,98 a R$1,25 por transação a depender do formato de operação, liquidez, recebimento, prazos, entre outros;

- prestação de serviços de aplicação automática à Companhia, com volume médio mensal de R$2,93 milhões, contratado em maio de 2015, com prazo de vencimento indeterminado, sem quaisquer garantias, sendo que a remuneração média mensal varia entre CDI + 2% a 8%;

- prestação de serviços de folha de pagamento à Companhia, com volume médio mensal de R$700 mil, contratado em maio de 2015, com prazo de vencimento indeterminado, sem quaisquer garantias. A tal serviço se aplicam tarifas de R$10,60 por operação;

- prestação de serviços de sistema Sispag/Boletos à Companhia, com volume médio mensal de R$200, contratado em maio de 2015, com prazo de vencimento indeterminado, sem quaisquer garantias e sem taxa de juros, sendo remunerado em decorrência do pagamento pela Companhia de tarifas bancárias usuais de liquidação e baixa no valor de R$5,15 por operação; e

- prestação de serviços de PIX à Companhia, com volume médio mensal de R$20 mil, contratado em dezembro de 2020, com prazo de vencimento indeterminado, sem quaisquer garantias. A tal serviço se aplicam tarifas de R$0,52 por operação;

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o pedido de registro da Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e/ou de sociedades integrantes do seu grupo econômico.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico detém ou podem vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro eventualmente realizaram ou poderão realizar negociações de valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o UBS BB e seu respectivo grupo econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 (doze) meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o UBS BB e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do UBS BB e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual e seu respectivo grupo econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 (doze) meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo Ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir Ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 101 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Morgan Stanley e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores.

Ademais, nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o UBS BB e seu respectivo grupo econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias dos Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 (doze) meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão, no futuro, vir a contratar o UBS BB e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 101 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual e seu respectivo grupo econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias dos Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 (doze) meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão/titularidade dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" na página 41 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo, na página 471 deste Prospecto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, inclusive nas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 223.

As atividades, situação financeira, reputacional, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e pelos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas não conhecidos pela Companhia ou que, atualmente, a Companhia considera irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das Ações de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 471 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("COVID-19"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e no valor das ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Além disso, novas variantes do COVID-19 têm surgido e impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis. Ainda, os efeitos do COVID-19 poderão afetar outros fatores de risco descritos neste Prospecto.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações e ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem. As Ações nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver ou, se desenvolvido, pode não se manter, e a cotação das Ações pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. A este respeito, vide risco "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*" na página 95 deste Prospecto.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como nos negócios e valores mobiliários da Companhia.. A este respeito, vide risco "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*" na página 95 deste Prospecto.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-Up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda de Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas ou que venham a ser emitidas pela Companhia, por meio dos quais concordarão, pelo Período Inicial de *Lock-up*, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de qualquer outra forma dispor ou outorgar quaisquer direitos, direta ou indiretamente, registrar ou pedir o registro de uma distribuição ou oferta pública nos termos do *Securities Act* ou da Legislação Brasileira, opções ou *warrants* para a compra já detidos ou que venham a ser detidos, ou quaisquer valores mobiliários passíveis de conversão ou permuta ou que representem o direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas em seu favor ou que, nos termos da legislação tenha direito de receber ou celebrar qualquer acordo de swap ou outro acordo que transfira a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos da titularidade, ou warrants ou outros direitos de compra, de quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos a *Lock-up*, ou anunciar publicamente a intenção de executar qualquer operação especificada acima.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores e pelos Administradores estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A necessidade de captação de recursos pela Companhia por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia ou não ser economicamente satisfatória.

A Companhia pode precisar captar recursos no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

Uma oferta pública de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros pode afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta, para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos” na página 105 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar seu plano de negócios, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 67 deste Prospecto.

Os investidores na Oferta sofrerão diluição imediata no valor de seus investimentos nas Ações.

Caso o Preço por Ação seja superior ao valor patrimonial por ação, assim entendido como o resultado da divisão (1) do valor consolidado no ativo da Companhia, reduzido do valor consolidado do seu passivo, pela (2) quantidade total de ações que compõe o capital social da Companhia, os investidores que subscreverem Ações poderão integralizar um valor que é superior ao valor patrimonial por ação, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento na Companhia.

Considerando a subscrição das Ações, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, o percentual de diluição imediata resultante da Oferta será de [•] % para os investidores da Oferta, considerando apenas a colocação das Ações objeto da Oferta Base (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de Ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para maiores informações, veja a seção “Diluição” na página 107 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Um eventual processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, pode envolver valores elevados, o que poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, poderá deixar imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF e/ou câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para maiores informações, veja a seção “Violações das Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva” na página 71 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*) em operações contratadas com terceiros (desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas), tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) além de outras operações permitidas pelo artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400. Tais operações não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio, o que pode afetar adversamente o preço de suas ações.

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia, se houver, poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez de nossas ações.

Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, ANBIMA, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 433.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária nossa situação patrimonial, veja a seção “Capitalização” na página 106 deste Prospecto. Tal situação poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional contêm condições suspensivas em relação à colocação das Ações e das Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional condicionam a colocação das Ações e das Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional”, na página 73 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais”, na página 75 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 77 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 67 deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo Lock-up, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* se comprometeram, durante o período de 45 (quatenta e cinco) dias, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que suas remunerações são baseadas, em parte, em planos de concessão de ações.

Os Administradores são beneficiários de Planos de Concessão de Ações, nos termos do quais os potenciais ganhos para os beneficiários estarão vinculados a valorização do preço de ações de emissão da Companhia no mercado. O fato de membros da administração receberem, como parte de sua remuneração, ações de emissão da Companhia, pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses vinculados à cotação das ações, de modo a exercer o poder de controle sobre a Companhia, incluindo sobre suas estratégias de desenvolvimento, e seus gastos, de maneira divergente em relação aos interesses dos acionistas d Companhia. Para mais informações sobre o Planos de Concessão de Ações, ver a seção 13 – Remuneração dos Administradores do Formulário de Referência na página 750 deste Prospecto.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelo seus atuais Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), os atuais Acionistas Controladores serão titulares de [•]% do capital social da Companhia. Dessa forma, os atuais Acionistas Controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de influenciar fortemente a Companhia ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas da Companhia.

A Companhia arcará com parte significativa dos custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta.

A Companhia acará com parte significativa dos custos e das despesas da Oferta, incluindo os custos e das despesas da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos em decorrência da Oferta Primária e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 54 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no ponto médio da Faixa Indicativa, estimamos que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de aproximadamente R$[•] mil, após a dedução das comissões e das despesas devidas por nós no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Os recursos líquidos da Oferta Primária e da Oferta Secundária correspondem a [•]% e [•]%, respectivamente, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: [(i) aquisições para crescimento inorgânico; (ii) investimento em inovações tecnológicas; e (iii) fortalecimento da capacidade financeira].

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
	(%)	*(em R$ mil)*
[aquisições para crescimento inorgânico].....	[•] %	[•]
[investimento em inovações tecnológicas].....	[•] %	[•]
[fortalecimento da capacidade financeira]	[•] %	[•]
Total.....	**100,0%**	**[•]**

(1) Com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares da Oferta Primária.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que não podemos garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseamos nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados por nós por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, poderemos efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, conforme o caso, de R$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas por nós no âmbito da Oferta.

Por fim, não receberemos quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária, [das Ações Adicionais e/ou das Ações Suplementares,] visto que tais recursos líquidos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária nossa situação patrimonial, veja a seção "Capitalização" na página 106 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta nossa capitalização total, composta por nossos empréstimos, financiamentos consolidados (circulante e não circulante) e patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2021, indicando: (i) a situação real naquela data; (ii) a posição ajustada pelos eventos recentes (a) **[•]**, e (b) **[•]**; e (iii) a posição ajustada para considerar os recursos líquidos estimados da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas por nós no âmbito da Oferta.

As informações abaixo, referentes à coluna "Real", foram extraídas das nossas informações financeiras consolidadas, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3 – Informações Financeiras Selecionadas", "10 – Comentários dos Diretores" e "18 – Valores Mobiliários" do Formulário de Referência nas páginas 445, 637 e 815, respectivamente, deste Prospecto, bem como com as informações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 223.

	Em 30 de junho de 2021		
	Real	**Ajustado por Eventos Recentes[1]**	**Ajustado Pós-Oferta[1][2]**
		(em R$ mil)	
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	[•]	**[•]**	[•]
Patrimônio Líquido	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir (a) [•] e (b) [•]. Para informações adicionais, veja a seção "Sumário da Companhia – Eventos Recentes" na página 22 deste Prospecto e o item "3.3 – Eventos Subsequentes" do Formulário de Referência na página 453 deste Prospecto.

(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•], calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas por nós no âmbito da Oferta.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos consolidados (circulante e não circulante) e patrimônio líquido consolidado. Ressalta-se que outras sociedades poderão utilizar definições diversas de capitalização total.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, aumentaria (reduziria) o valor de nosso patrimônio líquido e de nossa capitalização total em R$**[•]**, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta.

O valor de nosso patrimônio líquido após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do preço por ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2021, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$[•] mil e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia, na mesma data, era de [•]. O referido valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações no âmbito da Oferta Primária e após a dedução das comissões e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no ponto médio da Faixa Indicativa, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de junho de 2021 seria de R$[•] mil, representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por ação de R$[•] para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da Oferta. Essa redução representa a diferença entre o preço por ação ordinária de emissão da Companhia, calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, e o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja seção “Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição”, na página 54 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de nossa emissão, com base em nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[(1)]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021[(2)]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir a Oferta[(1)(2)(3)]	R$[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021 para os atuais acionistas[(1)(2)(3)]	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia dos novos investidores[(1)(2)(3)(4)]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[(1)(5)]	[•]%

(1) Com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021.
(3) Considera a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.
(4) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o preço por ação de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação a ser pago pelos investidores, e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(5) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de nossa emissão e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção “Informações Sobre a Oferta – Preço por Ação”, na página 52 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R$1,00 no Preço por Ação acarretaria um acréscimo (redução), após a conclusão da Oferta, (i) de R$[•] no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão; (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação, após deduzidas as comissões e as despesas devidas por nós no âmbito da Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido contábil após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de nossa emissão, nem em alteração em nosso patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, será integralmente entregue aos Acionistas Vendedores.

Planos de Ações

Primeiro Plano de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Primeiro Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia ("Primeiro Plano de Ações"), cujo objeto é a concessão, pela Companhia, de ações de sua emissão, as quais poderão ser concedidas a Administradores, prestadores de serviços e empregados de nível gerencial da Companhia, bem como os indivíduos considerados "chave" para a Companhia indicados pelo Conselho de Administração. O número de Ações Restritas que serão concedidas no âmbito do Primeiro Plano de Ações será definido em cada um dos programas (ou em um único programa, conforme aplicável), porém não poderá exceder o limite total de 3% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de concessão, em bases totalmente diluídas.

Segundo Plano de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia ("Segundo Plano de Ações" e, em conjunto com o Primeiro Plano de Ações, "Planos de Ações"), cujo objeto é a concessão, pela Companhia, de ações de sua emissão, as quais poderão ser concedidas a administradores, prestadores de serviços e empregados de nível gerencial da Companhia, bem como os indivíduos considerados "chave" para a Companhia indicados pelo Conselho de Administração. O número de Ações Restritas que serão concedidas no âmbito do Segundo Plano de Ações será definido em cada um dos programas (ou em um único programa, conforme aplicável), porém não poderá exceder, o limite total de 3% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de concessão, em bases totalmente diluídas.

Para informações adicionais sobre os Planos, veja o item "13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária" do Formulário de Referência na página 762 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de nossa emissão, com base em nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021[2]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir a Oferta e a concessão de ações sob os Planos de Ações[1][2][3][4]	R$[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021 para os atuais acionistas[1][2][3][4]	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia dos novos investidores[1][2][3][4][5]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[1][6]	[•]%

(1) Com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021.
(3) Considera a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.
(4) Considera o limite total de 3% do capital social da Companhia na data da concessão, previsto no Primeiro Plano de Ações, e o limite total de 3% do capital social da Companhia na data da concessão, previsto no Segundo Plano de Ações, o que corresponderia, imediatamente após a Oferta, a [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, que serão transferidas aos beneficiários sem qualquer contraprestação financeira.
(5) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o preço por ação de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação a ser pago pelos investidores, e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(6) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre nosso capital social subscrito e/ou adquirido nos últimos cinco anos por nós, por nossos administradores, controladores ou detentores de opções:

Data	Subscritor/ Adquirente	Natureza da Operação	Quantidade Total de Ações	Valor Total	Forma de integralização/liquidação	Valor por Ação
04/12/2019	Chaicomm Group LLC	Aumento de Capital Social	67.557.679	67.554.679,71	Contribuição de quotas e ações e capitalização de créditos.	1,00
27/12/2019	Codemge Participações S.A.	Aumento de Capital Social	20.247.726	19.695.878,63	Capitalização de créditos e contribuição de quotas e ações.	0,97

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA
DATORA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME n° 07.704.246/0001-93
NIRE 35.300.456.696

Capítulo I Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração

Artigo 1º. A Datora Participações e Serviços S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto Social**") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Novo Mercado**", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("**Regulamento do Novo Mercado**").

Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º. A Companhia seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, sala 301B, Vila da Serra, CEP 34.006-056, e, por decisão da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º. O objeto social da Companhia compreende: (i) administração de bens próprios e de terceiros, excluídos os relativos ao mercado de capitais; (ii) prestação de serviços de assessoria em negócios em geral; (iii) participação em outras sociedades, seja como quotista, acionista ou sócia; (iv) atividades de teleatendimento; (v) aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios; (vi) processamento de dados e congêneres; (vii) provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (viii) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (ix) análise e desenvolvimento de sistemas; (x) programação; (xi) elaboração de programas de computadores; (xii) assessoria e consultoria em informática; (xiii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados; (xiv) locação de plataformas; (xv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; (xvi) de locação, instalação e manutenção de equipamentos de informática e telecomunicações e congêneres; e (xvii) outros serviços correlatos que sejam necessários ao fiel cumprimento do objeto social da sociedade.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$38.854.725,33 (trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), dividido em 88.033.592 (oitenta e oito milhões, trinta e três mil, quinhentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas da Companhia. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º. Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**").

Artigo 6º. Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias, até o limite de R$1.500.000.000,00 (um bilhão, quinhentos mil reais.).

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada , sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Artigo 8º. Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 9º. Observado o disposto neste Estatuto Social, notadamente o disposto no Artigo 6º, parágrafo 2°, e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de sua respectiva participação acionária, subscrever ações, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Artigo 10. A não integralização do valor subscrito pelo subscritor, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou por outro índice que vier a substitui-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de

12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

Capítulo III Assembleias Gerais de Acionistas

Artigo 11. As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo único. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Artigo 12. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 2º. Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia Geral, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 4º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, por qualquer outro membro do Conselho de Administração ou por pessoa por ele indicada, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência de membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 5º. O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordos de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 6º. Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, na forma da

legislação e regulamentação aplicáveis. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 13. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda:

(i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

(ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

(iv) alterar este Estatuto Social;

(v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;

(vi) aprovar planos de compra de ações ou de outorga de opção de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia ou quaisquer outros planos baseados em suas ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;

(vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(ix) aprovar a saída do Novo Mercado;

(x) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social;

(xii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia; e

(xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. Ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável, em especial, o Regulamento do Novo Mercado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Capítulo IV Órgãos da Administração

Seção I Disposições Comuns

Artigo 14. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador ou conselheiro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 34 deste Estatuto Social, sendo dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. A assinatura do termo de posse deverá ser realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificação aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual o administrador tiver sido eleito.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão formalizar sua adesão às políticas internas em vigor da Companhia na data de posse.

Parágrafo 4º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos e novos titulares, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 5º. Observado o disposto na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Companhia deverá divulgar a renúncia ou a destituição dos seus administradores até o dia útil seguinte em que a Companhia for comunicada da referida renúncia ou em que for aprovada referida destituição.

Parágrafo 6º. A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

Parágrafo 7º. Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

Seção II Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização como conselheiro independente ser expressamente indicada na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo 1º acima, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um Presidente eleito pela maioria de votos dos seus membros. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a um voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 4º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deverá (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 5º. Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da vacância ou impedimento do cargo.

Artigo 16. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na periodicidade definida pelo próprio Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, a maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião, cabendo ao substituto indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

Parágrafo 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa, ou por solicitação escrita de ao menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração. Tal convocação deverá (i) ser feita por carta registrada ou e-mail com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da reunião e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência da nova data da reunião; (ii) indicar a ordem do dia; e (iii) estar acompanhada dos documentos pertinentes. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os conselheiros.

Parágrafo 2º. Não obstante as formalidades previstas no parágrafo 1° acima, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas devidamente instaladas e regulares quando a totalidade de seus membros estiver presente, nos termos do Artigo 15, parágrafo 7°, acima e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas, por escrito, pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência, correio eletrônico ou qualquer outro meio similar que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, computando-se como presentes os membros que assim votarem. Nesse caso, os membros do Conselho de

Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração deverão formalizar seus votos por meio de carta ou correio eletrônico, devendo os votos ser encaminhados ao presidente da mesa que dirige os trabalhos durante a respectiva reunião.

Parágrafo 4º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 6º abaixo, no caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro impedido ou ausente poderá indicar seu substituto dentre os demais membros do Conselho de Administração, para representá-lo e deliberar e votar, na reunião a qual não puder estar presente, as matérias especificadas na autorização, por meio de carta ou correio eletrônico ao Presidente do Conselho de Administração, com prova de recebimento. Tais autorizações devem ser arquivadas no livro próprio em que forem lavradas as atas das reuniões do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo 7º abaixo.

Parágrafo 5º. Os membros do Conselho de Administração que indicarem representantes, nos termos do parágrafo 4º acima, serão considerados, para todos os efeitos, presentes à respectiva reunião.

Parágrafo 6º. Os membros do Conselho de Administração poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio e contanto que todos os membros do Conselho de Administração celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Parágrafo 7º. Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo anterior, devendo serem arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 8º. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 9º. É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 17. Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no Artigo 19, parágrafo 1°, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 18. O Conselho de Administração poderá criar comitês consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas na legislação aplicável ou neste Estatuto Social:

(i) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições;

(ii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;

(iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social;

(iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

(v) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos;

(vi) nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas;

(vii) declarar dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto no Artigo 30 deste Estatuto Social, observado o disposto em lei;

(viii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;

(ix) autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;

(x) outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como os administradores, empregados e prestadores de serviços de suas controladas e coligadas, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

(xi) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;

(xii) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas da Companhia, relativamente às operações de incorporação, cisão, fusão e transformação, exceto se tais operações ocorrerem entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia, desde que o capital social de tais sociedades seja, direta ou indiretamente, integralmente detido pela Companhia;

(xiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("**OPA**") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xiv) aprovar ou alterar o plano de negócios da Companhia, compreendendo o orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e alterações importantes a eles relativas;

(xv) autorizar a aquisição de empresas, participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar;

(xvi) autorizar a realização de qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral, realizado em uma única operação, envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

(xvii) aprovar quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", debêntures ou endividamento de qualquer natureza, cujo valor envolvido seja superior a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento ou que as tornem mais onerosas para a Companhia ou para as subsidiárias;

(xviii) autorizar investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

(xix) autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, realizados em uma única operação, os quais são regidos pelo disposto no item (xviii) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia, que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;

(xx) autorizar a compra e/ou venda de quaisquer bens integrantes do ativo que, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses, envolvam valores superiores a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

(xxi) outorgar ou conceder garantias de qualquer natureza a terceiros, cujo valor envolvido, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses, seja superior a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

(xxii) autorizar a prática de qualquer dos atos mencionadas nos itens (xv) a (xxi) acima pelas sociedades controladas pela Companhia;

(xxiii) alterar a estrutura da Diretoria da Companhia e/ou da diretoria e/ou administração de qualquer uma de suas subsidiárias;

(xxiv) aprovar ou alterar o plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das subsidiárias que represente: (a) alteração do endividamento previsto no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das subsidiárias, conforme o caso; e/ou (b) alteração do CAPEX em valor superior a 10% (dez por cento) do valor previsto no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das subsidiárias, conforme o caso e moeda aplicável. Em caso de controvérsia com respeito à aprovação do plano anual e/ou plurianual de negócios, o plano do ano imediatamente anterior será mantido, ajustado pela variação positiva do IPCA e para que não haja um índice de dívida líquida/EBITDA superior a 2 (dois) ao ano;

(xxv) realização de investimento em CAPEX em qualquer operação ou série de operações em valor superior em mais de 10% (dez por cento) ao estabelecido no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou de suas subsidiárias, conforme moeda aplicável;

(xxvi) abrir subsidiárias da Companhia ou de suas subsidiárias, sendo certo que não serão consideradas para este fim filiais da Companhia ou de suas subsidiárias;

(xxvii) cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social; e

(xxviii) definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia.

Parágrafo 1º. Ao Conselho de Administração caberá ainda acompanhar e fiscalizar a gestão da Diretoria da Companhia, examinando a qualquer tempo documentos, livros e papeis da Companhia, e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, incluindo eventuais acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, contratos com partes relacionadas, programas de opção de aquisição de ações e de outros títulos conversíveis de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º. Todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os conselheiros independentes, exceto as transações entre partes relacionadas (a) de valor inferior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais); ou (b) entre a Companhia e suas controladas ou coligadas no curso normal de negócios.

Parágrafo 3º. Para fins do disposto no parágrafo 3° deste Artigo 19, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º. O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração nas matérias previstas neste Artigo 19 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, conforme aplicável.

Seção III Diretoria

Artigo 20. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de

Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente: (i) ser responsável pela gestão e administração cotidianas dos negócios da Companhia, sempre em observância ao plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia vigente;(ii) fazer com que este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral sejam cumpridas; (iii) apresentar anualmente ao Conselho de Administração, para análise e, se o Conselho de Administração determinar que é conveniente, para aprovação, o relatório da administração e as contas dos Diretores, juntamente com o parecer dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros do exercício fiscal anterior; (iv) elaborar e sugerir ao Conselho de Administração, o plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia, planos estratégicos, projetos de expansão e programas de investimento; e (v) realizar e coordenar as atividades dos Diretores no âmbito das atribuições e responsabilidades definidas para os Diretores pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto, bem como convocar e presidir as reuniões da Diretoria, quando necessário.

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor Financeiro: (i) será responsável pela gestão financeira cotidiana dos negócios da Companhia, sempre em observância ao plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia vigente; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (iv) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária da Companhia.

Parágrafo 3º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 4º. Os Diretores sem designação específica terão sua competência atribuída pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 6º. O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 7º. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências dos cargos de Diretores que não tiverem sido preenchidos, ou cujo respectivo Diretor esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do Diretor que assumirá o respectivo cargo, desde que cumprido por este o disposto no Artigo 14, parágrafo 4º, deste Estatuto Social.

Parágrafo 8º. Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

Artigo 21. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros.

Parágrafo 1º. As reuniões da Diretoria poderão ser convocadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º. As convocações serão efetuadas mediante correspondência enviada eletronicamente ou por carta com aviso de recebimento aos endereços informados por ocasião da investidura, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do evento.

Parágrafo 3º. As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

Parágrafo 4º. As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate. Havendo empate, a matéria será submetida ao Conselho de Administração.

Artigo 22. Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do Artigo 20 deste Estatuto Social:

(i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(ii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do referido exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VI deste Estatuto Social;

(iii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;

(iv) eleger e destituir os administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;

(v) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;

(vi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(vii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e

(ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, por este Estatuto Social e/ou pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 23. Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Artigo 24. Exceto pelo disposto no parágrafo 3° abaixo, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, será feita (i) por quaisquer dois Diretores, sempre agindo em conjunto; ou (ii) por um Diretor agindo em conjunto com um procurador com poderes específicos; ou (iii) por dois procuradores com poderes específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto nos parágrafos abaixo deste Artigo 24.

Parágrafo 1º. Exceto pelo disposto no parágrafo 2° abaixo e no parágrafo 3º do Artigo 20 acima, as procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por quaisquer dois Diretores, agindo em conjunto, e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a um ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicia et extra*, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.

Parágrafo 2º. Os atos de representação da Companhia em operações bancárias em geral, incluindo, mas, não se limitando, à assinatura de cheques e contratos bancários, poderão ser praticados na forma do *caput* deste Artigo ou na forma abaixo, de acordo com o valor de alçada:

(i) **Alçada 1.** operações bancárias até R$200.000,00 (duzentos mil reais); ou até USD100.000,00 (cem mil dólares), especificamente no caso de subsidiária estrangeira, por operação, poderão ser aprovadas isoladamente por um procurador, desde que nomeado por meio de instrumento de mandato outorgado pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro;

(ii) **Alçada 2.** operações bancárias de até R$2.000.000,00 (dois milhões de reais); ou até USD1.000.000,000 (um milhão de dólares), especificamente no caso de subsidiária estrangeira, por operação, poderão ser aprovadas isoladamente por um Diretor; e

(iii) **Alçada 3.** operações bancárias acimas de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais); ou acima de USD1.000.000,00 (um milhão de dólares), especificamente no caso de subsidiária estrangeira, deverão ser aprovadas pelo Diretor Presidente em conjunto com mais um Diretor.

Parágrafo 3º. Excepcionalmente ao disposto no *caput* e no parágrafo 1° deste Artigo 24, a representação da Companhia (i) para o exercício de seu direito de voto em suas controladas; (ii) em juízo, na qualidade de autora ou ré; (iii) perante repartições públicas em geral ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista, sindicatos de trabalhadores, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e nos documentos referentes às relações empregatícias; (iv) bem como nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais ou extrajudiciais e prestação de depoimento pessoal, competirá isoladamente a qualquer Diretor que poderá assinar quaisquer atos pertinentes, ou a um bastante procurador, cujos poderes sejam especificados no instrumento de mandato outorgado por qualquer Diretor com objeto pertinente às matérias previstas neste parágrafo 2º, sendo vedado o substabelecimento.

Artigo 25. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administração, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício

de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Capítulo V Conselho Fiscal

Artigo 26. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, observadas a qualificação e outros requisitos previstos em lei, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado nos termos deste Estatuto Social, dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo referido membro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 34 deste Estatuto Social e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Artigo 27. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

Capítulo VI Exercício Social e Lucros

Artigo 28. O exercício social terá início em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável.

Parágrafo único. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

Artigo 29. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

(i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e

(iii) eventual saldo será destinado de acordo com deliberação da Assembleia Geral, observada a legislação aplicável.

Artigo 30. A Companhia poderá:

(i) declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;

(ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações; e

(iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

Capítulo VII Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 31. Nas hipóteses de alienação direta ou indireta de controle da Companhia, cancelamento de registro de companhia aberta, saída voluntária do Novo Mercado ou reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia deverão ser observadas as disposições da legislação e da regulamentação aplicáveis, incluindo, sem limitação, as normas editadas pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo único. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Capítulo VIII Dissolução e Liquidação

Artigo 32. O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas.

Artigo 33. A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Parágrafo único. O liquidante será nomeado e destituído a qualquer tempo em Assembleia Geral, por acionistas representantes da maioria do capital social da Companhia.

Capítulo IX Resolução de Conflitos

Artigo 34. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre

eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Capítulo X Disposições Gerais

Artigo 35. Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 36. A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

Artigo 37. A Companhia indenizará e/ou manterá indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "**Beneficiários**"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 38. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado ao presidente da mesa da Assembleia Geral ou da reunião Conselho de Administração acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo.

Artigo 39. As disposições contidas no Artigo 7º, nos itens (x) e (xi) (parte inicial) do Artigo 13, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM. As disposições contidas nos parágrafos 1°, 2° e 3° do Artigo 1º; no Artigo 8º, nos itens (ix) e (xi) (parte final) do Artigo 13; nos parágrafos 1°, 2° e 4° do Artigo 15; no parágrafo 2° do Artigo 19; nos Capítulo VII e Capítulo IX; no Artigo 35 (parte final); e Artigo 36 (parte final) deste Estatuto Social somente terão eficácia com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3.

* * * * *

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31300133460	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGE2100765233

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

NOVA LIMA
Local

25 AGOSTO 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável ☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 8771128 em 02/09/2021 da Empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., Nire 31300133460 e protocolo 216415519 - 27/08/2021. Autenticação: FCB8FB2786D9B15B43FBC302D5652D8A6FAACB3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.551-9 e o código de segurança 6vJF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/641.551-9	MGE2100765233	25/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
263.773.858-89	TOMAS HENRIQUE FUCHS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 8771128 em 02/09/2021 da Empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., Nire 31300133460 e protocolo 216415519 - 27/08/2021. Autenticação: FCB8FB2786D9B15B43FBC302D5652D8A6FAACB3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.551-9 e o código de segurança 6vJF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

DATORA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/ME nº 07.704.246/0001-93
NIRE 31.300.133.460

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2021

1 **Data, hora e local**: No dia 24 de agosto de 2021, às 09:00 horas, na sede social da Datora Participações e Serviços S.A., localizada na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, CEP 34006-056 ("**Companhia**").

2 **Presenças**: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

3 **Convocação**: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

4 **Mesa**: Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Tomas Henrique Fuchs, como Presidente, e pelo Sr. Eduardo Zimmer Sampaio, como Secretário.

5 **Ordem do dia**: Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"); **(ii)** a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente); **(iii)** a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Ações**"), a ser registrada junto à CVM ("**Oferta**"); e **(iv)** a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à (a) obtenção do registro como emissor de valores mobiliários categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta.

6 **Deliberações**: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

(i) a autorização para a realização da abertura de capital da Companhia e, consequentemente, a submissão, pela administração da Companhia, do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM n° 480, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada;

(ii) a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de admissão à negociação e listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 8771128 em 02/09/2021 da Empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., Nire 31300133460 e protocolo 216415519 - 27/08/2021. Autenticação: FCB8FB2786D9B15B43FBC302D5652D8A6FAACB3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.551-9 e o código de segurança 6vJF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado;

(iii) a realização da Oferta que compreenderá a distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, de acordo com certas isenções de registro sob o *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América. A critério dos acionistas, a Oferta poderá contar, ainda, com a distribuição secundária de ações de emissão da Companhia; e

(iv) a autorização para a administração da Companhia tomar todas as medidas necessárias à implementação das matérias aprovadas nos itens (i) ao (iii) acima, e à aprovação de todos os termos e condições da Oferta pela Companhia, podendo negociar, aprovar e celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta em nome da Companhia, incluindo escolher e contratar as instituições intermediárias da Oferta, autorizar os prospectos preliminar e definitivo e o *offering memoranda*, bem como representar a Companhia perante a CVM, B3, agente escriturador e quaisquer outros nos assuntos relacionados à Oferta.

7 **Lavratura**: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações.

8 **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Sr. Tomas Henrique Fuchs (Presidente) e Sr. Eduardo Zimmer Sampaio (Secretário). Acionistas Presentes: Tomas Henrique Fuchs; Daniel Tibor Fuchs; Raul Fuchs; Samy Uziel; Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva; Eduardo Henrique Resende; Fernando Antônio Pires de Castro; Jorge Alberto Bichara de Melo; e Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE, representada por Eduardo Zimmer Sampaio e Humberto Ribeiro Peixoto.

(confere com o original lavrado em livro próprio)

Nova Lima, 24 de agosto de 2021.

MESA:

Tomas Henrique Fuchs Presidente	**Eduardo Zimmer Sampaio** Secretário

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 8771128 em 02/09/2021 da Empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., Nire 31300133460 e protocolo 216415519 - 27/08/2021. Autenticação: FCB8FB2786D9B15B43FBC302D5652D8A6FAACB3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.551-9 e o código de segurança 6vJF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/641.551-9	MGE2100765233	25/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
764.203.700-78	EDUARDO ZIMMER SAMPAIO
263.773.858-89	TOMAS HENRIQUE FUCHS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 8771128 em 02/09/2021 da Empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., Nire 31300133460 e protocolo 216415519 - 27/08/2021. Autenticação: FCB8FB2786D9B15B43FBC302D5652D8A6FAACB3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.551-9 e o código de segurança 6vJF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., de NIRE 3130013346-0 e protocolado sob o número 21/641.551-9 em 27/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8771128, em 02/09/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Zulene figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
263.773.858-89	TOMAS HENRIQUE FUCHS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
263.773.858-89	TOMAS HENRIQUE FUCHS
764.203.700-78	EDUARDO ZIMMER SAMPAIO

Belo Horizonte. quinta-feira, 02 de setembro de 2021

Documento assinado eletrônicamente por Zulene figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 02/09/2021, às 17:10 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/641.551-9.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 8771128 em 02/09/2021 da Empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., Nire 31300133460 e protocolo 216415519 - 27/08/2021. Autenticação: FCB8FB2786D9B15B43FBC302D5652D8A6FAACB3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.551-9 e o código de segurança 6vJF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 02 de setembro de 2021

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 8771128 em 02/09/2021 da Empresa DATORA PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., Nire 31300133460 e protocolo 216415519 - 27/08/2021. Autenticação: FCB8FB2786D9B15B43FBC302D5652D8A6FAACB3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.551-9 e o código de segurança 6vJF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DATORA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/ME nº 07.704.246/0001-93
NIRE 31.300.133.460

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2021

1 **Data, hora e local:** No dia [●] de [●] de 2021, às 16:00 horas, na sede social da Datora Participações e Serviços S.A., localizada na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, CEP 34006-056 ("**Companhia**").

2 **Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3 **Convocação:** Foram dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

4 **Mesa: Presidente:** [●]; **Secretário:** [●].

5 **Ordem do dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a fixação e justificativa do preço por ação ordinária de emissão da Companhia ("**Ações**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, compreendendo, (a) a distribuição primária de[, inicialmente,] [●] Ações a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**") e (b) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores indicados no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A." ("**Oferta Secundária**" e, em conjunto com a Oferta Primária, "**Oferta**"), a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n°400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**") e demais normativos aplicáveis, e com esforços de colocação das Ações no exterior de acordo com isenções de registro sob o *U.S. Securities Act of 1933*; (ii) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de [●] Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta Primária, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"); (iii) a verificação da subscrição das Ações objeto da Oferta Primária, bem como a homologação do aumento de capital social da Companhia; (iv) a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações; (v) a ratificação dos atos que a Diretoria já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta; (vi) a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta; e (vii) a aprovação, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia.

6 **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

(i) aprovar a fixação do preço de emissão de R$[●] ([●] reais) por Ação objeto da Oferta Primária ("**Preço por Ação**"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("**Procedimento de *Bookbuilding***") realizado junto a investidores institucionais pelo Banco Itaú BBA S.A., UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Morgan Stanley S.A., no Brasil, e pelo Itau BBA USA Securities, Inc., UBS Securities, LLC, BTG Pactual US Capital, LLC e Morgan Stanley & Co. LLC no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●] ([●] reais), o qual passará de R$38.854.725,33 (trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos) para R$[●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações no âmbito da Oferta Primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º do estatuto social da Companhia passando o capital social da Companhia a ser dividido em [●] ([●]) ações ordinárias;

(iii) aprovar a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [●] ([●]) Ações objeto da Oferta Primária e a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, em razão da deliberação tomada nos itens (i) e (ii) acima, no montante de R$[●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações;

(iv) aprovar que as Ações deverão ser subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das demais ações de emissão da Companhia, bem como direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Datora Participações e Serviços S.A.", nos termos previstos no estatuto social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado da B3, conforme vigentes;

(v) ratificar os atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e a listagem no Novo Mercado da B3;

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta Reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Oferta, e em especial dos poderes de representação da Companhia perante a CVM, a B3 e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta, incluindo, sem limitação, a celebração do (a) "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A."; (b) "Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A."; (c) "*Placement Facilitation Agreement*" (Contrato de Colocação Internacional); e (d) "Contrato de Prestação de Serviços da B3";

(vii) face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do seu estatuto social, para refletir o aumento do capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

*"**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$[●] ([●] reais), dividido em [●] ([●] reais) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."*

7 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

8 **Assinaturas:** Mesa: **Presidente**: [●]; **Secretário**: [●]. Conselheiros presentes: [●].

(confere com o original lavrado em livro próprio)

Nova Lima, [●] de [●] de 2021.

_____

[●]
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

DATORA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, sala 301B, Vila da Serra, CEP 34006-056, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n° 07.704.246/0001-93, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na qualidade de emissora no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição: (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada no Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Banco BTG Pactual S.A. e do Banco Morgan Stanley S.A. (em conjunto, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior e observada a dispersão acionária prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em julho de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do *"Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A."* ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou anexas ao *"Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A."* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram todos os documentos considerados relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, na qualidade de emissora, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar, e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia como companhia aberta e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 1° de março de 2021, o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis; e

(v) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Nova Lima, [●] de [●] de 2021.

DATORA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[[●], [tipo societário], com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [●], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº [●], neste ato representada forma de seu [●]] {OU} [[●], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], na [●], inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº [●] e portador da cédula de identidade RG nº [●]] ("**Acionista Vendedor**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da **DATORA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, sala 301B, Vila da Serra, CEP 34006-056, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 07.704.246/0001-93 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Banco BTG Pactual S.A. e do Banco Morgan Stanley S.A. (em conjunto, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior e observada a dispersão acionária prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em julho de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do *"Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A."* ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade CTA 23, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou anexas ao *"Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A."* ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram todos os documentos considerados relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia e ao Acionista Vendedor, pelos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia;

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e/ou pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar, e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia como companhia aberta e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 1° de março de 2021, o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis; e

(v) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

[●], [●] de [●] de 2021.

[●]

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

{OU}

[●]

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.500, 1, 2º e 3º andar (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Datora Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocações das Ações no exterior, sob sua coordenação, da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB"), do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e do Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a UBS BB e o BTG Pactual, "Coordenadores da Oferta"), compreendendo (i) a distribuição primária de ações de emissão da Companhia; e (ii) a distribuição secundária de ações de emissão da Companhia e de titularidade do [•] ("[•]") e dos acionistas pessoas físicas, conforme identificados no Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com o [•], "Acionistas Vendedores" e "Oferta", respectivamente), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e suas subsidiárias, iniciada em julho de 2021 ("Auditoria"), a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.*" ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação dos Coordenadores, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e, nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Datora Participações e Serviços S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta de conforto para os Coordenadores;

(iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item "(iv)" acima, foram solicitados pelos Coordenadores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores;

(vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores e seus assessores legais, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

I. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores (incluindo, mas não se limitando, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

II. o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

III. o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Datora Participações e Serviços S.A.

Informações contábeis intermediárias condensadas em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração 3

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias condensadas 9

Balanços patrimoniais condensados 11

Demonstrações condensadas de resultados 12

Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes 13

Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido 14

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa 15

Demonstrações condensadas do valor adicionado 16

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias condensadas 17

Relatório da Administração sobre o 2º trimestre de 2021.

Os resultados do 2º trimestre de 2021 foram bastante positivos e fortalecem nosso entendimento de que após um 2º trimestre de 2020 bastante impactado pelas primeiras ações de restrição de mobilidade, as empresas se adaptaram às novas regras e voltamos a observar o crescimento dos negócios, sobretudo no segmento CpaaS, uma vez que o segmento VoIP, devido ao aumento do tráfego de minutos de voz, teve um impacto positivo desde a COVID.

Observamos um ritmo de vacinação mais acelerado e desta forma, uma confiança maior do mercado, que é retratada por volumes altos de IPO, liquidez no crédito e alta no consumo.

Fonte: Ministério da Saúde/Itau BBA Jun/21

Recuperação heterogênea do PIB

PIB: 1T21 vs. pré-Covid com ajuste sazonal		
Aberturas	**Peso**	**vs. 4T19**
PIB	**100%**	**0,0%**
SERVIÇOS	**63%**	**-1,9%**
APU, educação pública e saúde pública	15%	-4,5%
Outros Serviços*	14%	-9,5%
Comércio	12%	3,4%
Atividades imobiliárias	9%	4,6%
Interm. financeira e seguros	6%	5,2%
Transporte, armazenagem e correio	4%	-1,1%
Serviços de informação	3%	3,7%
INDÚSTRIA	**18%**	**1,9%**
Transformação	10%	4,3%
Construção	3%	-2,9%
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3%	2,4%
Ext. Mineral	2%	-3,9%
AGROPECUÁRIA	**6%**	**5,8%**

*Inclui serviços prestados às famílias (bares, restaurantes, hotéis, salão de beleza, etc.)

Fonte: Itau BBA Jun21

Alguns fatores ainda geram incerteza, como a instabilidade política, a inflação crescente e a pressão em cima da Selic e o número de desempregados, que podem trazer pressões sobre o desempenho da economia para frente.

Fonte: Itau BBA Jun21

Contudo, de uma forma geral há percepções de consumo e uma volta gradual à um fluxo maior de mobilidade e, desta forma, de negócios, com o PIB avançando em outros setores que não apenas commodity.

Neste cenário, o 2º trimestre de 2021 apresentou receita líquida 13.7% acima do 1º trimestre de 2021 e 3.4% acima do 2º TRI de 2020. No acumulado do 1º semestre de 2021, observa-se uma alta na receita líquida de 9.4% frente ao mesmo período de 2020. Apesar da alta dos segmentos de CPaaS e a amenização dos efeitos COVID nos negócios observados no 2º trimestre

de 2020, observa-se uma baixa variação em cima da receita do 2º trimestre de 2020. Este comportamento se dá, pois o segmento VOIP teve forte crescimento no 2º trimestre 2020, tanto em volume de negócios, como também devido aos efeitos da alta desvalorização do real frente ao dólar provocado pela COVID, que impulsionou as receitas em dólar da Companhia no 2º trimestre de 2020 e a queda do segmento CpaaS neste mesmo período.

A retomada dos segmentos de CpaaS, ainda que com o segmento VoIP performando acima de 2020 é observada no comportamento do Lucro Bruto, que ficou no 2º trimestre 21 4.6% abaixo do 1º trimestre 21, mas 48% acima do 2º trimestre de 2020, uma vez que os segmentos de CpaaS operam com margens de contribuição bem acima do segmento VoiP.

Observa-se, desta forma, um 2º semestre de 2020 com net adds (cancelamentos e suspensões acima das novas adições) de devices de IoT praticamente zerado e um *Net Adds* no 1º semestre de 2021 de 23% da base final de dezembro de 2020. No lado CpaaS, tanto IoT como geral, observa-se comportamento similar no volume de chamadas.

As despesas no 2º trimestre também tiveram alta e são retratos do aumento de colaboradores e da estrutura operacional da empresa. Apesar da alta, seu impacto foi minimizado devido a reversões de provisões fiscais que expiraram no 1º e 2º trimestre e acabaram reduzindo o valor total das despesas.

Os resultados, desta forma, de lucratividade apontaram alta em todas as suas frentes. EBITDA saiu de 4.4% no 2º trimestre de 2020 para 9.1% no 2º trimestre de 2021, totalizando R$ 13,625 mil versus R$ 6,385 mil no 2º trimestre de 2020. No acumulado ano, temos R$ 25,909 mil versus R$ 13,682 mil, alta de 89%

O lucro operacional do 2º trimestre de 2021 fechou em R$ 10,910 mil, alta de 183% frente ao mesmo período de 2020, que fechou com lucro de R$ 3,857 mil. Os resultados mostram melhora da força competitiva da empresa, uma vez que seu lucro bruto % cresceu, mas também uma maior eficiência operacional, uma vez que seu lucro operacional percentual também cresceu.

Devido a COVID, no 1º semestre de 2020, a empresa renovou linhas de curto para longo, que junto com a variação cambial do período geraram impactos grandes no resultado financeiro. Apesar de ainda oscilando em valores acima de 5,00 reais, o real se manteve mais estável, diminuindo os impactos da variação cambial no resultado de 2021, o que gerou uma performance melhor no semestre.

A alta dos negócios se refletiu num maior pagamento de impostos e uso do diferido, culminando, contudo, num lucro líquido no 2º trimestre de 2021 de R$ em R$ 8,758mil, alta de 658% frente ao mesmo período de 2020 que fechou com prejuízo de R$ 1,570 mil. No semestre a Companhia fechou com um lucro líquido de R$ 13,710 mil em 2021 versus R$ 1,572 mil em 2020, alta de 772%.

A evolução nos resultados se dá também num quadro positivo de indicadores de rentabilidade. O 1º semestre de 2021 fecha com RoiC de 7,54% versus 2.42% em 2020 no mesmo período. Já o Roe fecha em 24,32 versus 3,68% de 2020.

Do ponto de vista de risco financeiro, a empresa mantém em 2021 uma caixa forte capaz de cobrir com suas obrigações onerosas de curto prazo, assim como em 2020, ao mesmo tempo que opera com dívida líquida negativa.

Mantivemos a longo deste período a estrutura de trabalho remoto e através de fortes ações de engajamento, temos conseguido segurar a produtividade e os elementos essenciais da nossa cultura.

Na parte de investimentos, demos o 1º passo para a implantação do nosso Core redundante de IoT 100% compatível com 5G. Esperamos ao longo do próximo semestre completar sua instalação e iniciar a usufruir de uma redundância full em relação ao core atual, mas também implementar serviços único no mercado de IoT.

Já nas demais linhas de CpaaS, estamos avançando no lançamento de nossas MVNOs em seus mercados como provedores de serviços de telefonia móvel e iOT em suas regiões, numa modelagem 100% whitelabel. Entendemos que isso será uma porta de forte crescimento para a linha nos próximos anos. Já temos 11 contratos firmados e em fase de implementação.

Na parte de automação, continuamos nossos investimentos na jornada do cliente e na experiência do usuário interno e esperamos fazer as primeiras entregas neste próximo semestre, tudo isso, 100% alinhado ao Plano Estratégico da companhia.

Todas estas vertentes de investimento gerarão impacto no fluxo de caixa de investimentos, o que, contudo, está com o seu funding devidamente equacionado, já que aprovamos no 1º trimestre um projeto de financiamento de longo prazo com a FINEP (10 anos com 3 de carência) a taxas bastante competitivas e que deve nos suportar nos planos de 21 e 22. A 1ª tranche foi já obtida em abril de 21 e já para o 3º trimestre esperamos captar a 2ª.

Por fim, mas não menos importante, seguimos com as nossas ações de ESG, com destaque para a Escola Conectada, ONG que tem por finalidade conectar escolas públicas a internet, um trabalho promovido pela Datora junto com seus parceiros de ISP no Brasil. Já são mais de 4 escolas conectadas num pipeline de mais de 70´nas mais diversas localidade deste imenso Brasil, e isso é só o começo.

Declaração sobre Conflito de Interesses

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pela Companhia de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que sua política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseiam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, emitido em 3 de setembro de 2021, sobre as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020.

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas

Datora Participações e Serviços S.A.
Nova Lima - MG

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Datora Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Raphael Eduardo Pereira da Silva
Contador CRC 1SP242110/O-5

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Datora Participações e Serviços S.A

Balanços patrimoniais condensados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020

(Em milhares de reais)		Consolidado		Controladora	
Ativos	**Nota**	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.001	22.140	7.115	5.903
Contas a receber de clientes	5	96.806	74.592	5.360	5.431
Tributos a recuperar		7.690	2.878	1.443	391
Estoques		1.959	858	-	-
Despesas antecipadas		2.434	2.785	688	272
Outros ativos		1.873	195	285	29
Total ativo circulante		**133.763**	**103.448**	**14.891**	**12.026**
Ativo fiscal diferido	6	30.582	31.893	12.270	12.609
Tributos a recuperar		419	423	-	-
Despesas antecipadas		3.586	3.592	376	-
Outros ativos		-	50	-	-
Total do ativo realizável a longo prazo		**34.587**	**35.958**	**12.646**	**12.609**
Investimentos	7	-	-	74.730	64.262
Imobilizado	8	17.124	15.635	6.272	4.701
Intangível	9	36.420	37.440	1.701	1.218
		53.544	**53.075**	**82.703**	**70.181**
Total ativo não circulante		**88.131**	**89.033**	**95.349**	**82.790**
Total do ativo		**221.894**	**192.481**	**110.240**	**94.816**

		Consolidado		Controladora	
Passivos	**Nota**	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Empréstimos e financiamentos	10	5.548	3.543	2.359	2.298
Arrendamentos	11	1.475	1.307	1.475	1.307
Fornecedores e outras contas a pagar	12	101.055	79.766	3.794	1.183
Impostos a recolher		6.633	8.976	306	815
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.466	1.096	1.875	791
Salários, férias e encargos sociais		4.532	8.538	2.330	4.390
Adiantamento de clientes e passivo contratual	14	2.573	972	24	-
Dividendos a pagar	16.e	7.171	6.459	7.171	6.459
Outros passivos		91	1.324	-	264
Total passivo circulante		**133.544**	**111.981**	**19.334**	**17.507**
Empréstimos e financiamentos	10	16.453	10.249	11.137	3.090
Arrendamentos	11	2.947	1.957	2.947	1.957
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.879	4.401	-	-
Mútuo a pagar para partes relacionadas	13.b	-	-	17.323	17.323
Impostos a recolher		4.600	3.759	-	-
Adiantamento de clientes e passivo contratual	14	3.651	3.858	-	-
Outros passivos		770	430	-	-
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas	7	-	-	3.131	1.829
Provisão para contingências	15	682	2.736	-	-
Total passivo não circulante		**31.982**	**27.390**	**34.538**	**24.199**
Patrimônio líquido	16				
Capital social		38.855	38.855	38.855	38.855
Reservas de capital		(7.135)	(7.135)	(7.135)	(7.135)
Reserva de lucros		11.544	21.544	11.544	21.544
Lucros acumulados		13.710	-	13.710	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(606)	(154)	(606)	(154)
Total do patrimônio líquido		**56.368**	**53.110**	**56.368**	**53.110**
Total do passivo e patrimônio líquido		**221.894**	**192.481**	**110.240**	**94.816**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações condensadas de resultados para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
		Em		Em		Intermediários		Intermediários	
	Note	06/30/2021	06/30/2020	06/30/2021	06/30/2020	04/01/2021 - 06/30/2021	04/01/2020 - 06/30/2020	04/01/2021 - 06/30/2021	04/01/2020 - 06/30/2020
Receita líquida	17	282.722	258.509	17.889	6.408	150.410	145.445	10.377	4.039
Custo de vendas	18	(241.358)	(229.471)	(7.767)	(1.415)	(130.211)	(131.797)	(3.751)	(755)
Lucro bruto		**41.364**	**29.038**	**10.122**	**4.993**	**20.199**	**13.648**	**6.626**	**3.284**
Despesas de vendas	18	(3.936)	(1.225)	(397)	(28)	(1.595)	(620)	(147)	(5)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	18	(173)	(274)	-	-	(72)	(58)	-	-
Despesas administrativas	18	(18.902)	(18.849)	(5.642)	(4.050)	(9.287)	(9.112)	(2.940)	(2.755)
Outras despesas operacionais	18	(526)	(35)	(64)	-	(192)	(1)	(63)	-
Outras receitas operacionais	18	2.634	-	315	-	1.857	-	189	-
Lucro operacional		**20.461**	**8.655**	**4.334**	**915**	**10.910**	**3.857**	**3.665**	**524**
Receitas financeiras	19	2.659	2.678	201	128	2.086	842	118	21
Despesas financeiras	19	(4.738)	(7.899)	(709)	(1.076)	(1.694)	(5.063)	(488)	(694)
Resultado financeiro		**(2.079)**	**(5.221)**	**(508)**	**(948)**	**392**	**(4.221)**	**(370)**	**(673)**
Participação nos lucros de investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, líquida de impostos	6	-	-	10.999	1.712	-	-	6.578	(1.420)
Lucro antes de impostos		**18.382**	**3.434**	**14.825**	**1.679**	**11.302**	**(364)**	**9.873**	**(1.569)**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	5	(3.361)	(1.475)	(776)	(107)	(1.853)	(806)	(777)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	5	(1.311)	(387)	(339)	-	(691)	(400)	(338)	(1)
		(4.672)	**(1.862)**	**(1.115)**	**(107)**	**(2.544)**	**(1.206)**	**(1.115)**	**(1)**
Lucro (prejuízo) do período		**13.710**	**1.572**	**13.710**	**1.572**	**8.758**	**(1.570)**	**8.758**	**(1.570)**
Lucro por ação no período - R$									
Lucro básico e diluído por ação (R$)		0,00016	0,000018			0,00010	(0,000018)		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações condensada de resultados abrangentes para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
		Em		Em		Intermediários		Intermediários	
	Note	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	04/01/2021 - 06/30/2021	04/01/2020 - 06/30/2020	04/01/2021 - 06/30/2021	04/01/2020 - 06/30/2020
Lucro (prejuízo) do período		13.710	1.572	13.710	1.572	8.427	(1.570)	8.427	(1.570)
Variação cambial de investidas no exterior		(452)	2.188	(452)	1.883	(1.194)	2.351	(1.194)	2.351
Total do resultado abrangente		**13.258**	**3.760**	**13.258**	**3.455**	**7.233**	**781**	**7.233**	**781**
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO DO PERÍODO - R$									
Total de ações		88.033.592	88.033.592			88.033.592	88.033.592		
Lucro por ação - básico e diluído (R$)		0,00015	0,00004			0,00008	0,00001		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

				Reserva de lucro					
	Nota	**Capital social**	**Reservas de capital**	**Legal**	**Retenção de lucros**	**Prejuízos acumulados**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Resultado de transações com acionistas controladores e minoritários**	**Total do patrimônio líquido**
Saldo em 1º de janeiro de 2020		**87.142**	**(6.655)**	**-**	**-**	**(53.596)**	**474**	**3.725**	**31.090**
Lucro do período		-	-	-	-	1.572	-	-	1.572
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	2.188	-	2.188
Saldo em 31 de junho de 2020		**87.142**	**(6.655)**	**-**	**-**	**(52.024)**	**2.662**	**3.725**	**34.850**
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**38.855**	**(7.135)**	**1.437**	**20.107**	**-**	**(154)**	**-**	**53.110**
Lucro do período		-	-	-	-	13.710	-	-	13.710
Distribuição adicional	16	-	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	(452)	-	(452)
Saldo em 30 de junho de 2021		**38.855**	**(7.135)**	**1.437**	**10.107**	**13.710**	**(606)**	**-**	**56.368**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)		Consolidado		Controladora	
	Nota	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes de impostos	6	18.382	3.434	14.825	1.679
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	8 e 9	5.448	5.027	670	515
Resultado financeiro não realizado		614	787	362	705
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	(763)	-	-	-
(Reversão) provisão para contingências	15	(2.054)	43	-	-
Apropriação ativo e passivo contratual	8 ed 9	(226)	(196)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	-	-	(10.999)	(1.712)
Baixa do ativo imobilizado e intangível		(18)	-	(18)	
		21.383	9.095	4.840	1.187
Variações em ativos e passivos:					
(Aumento) diminuição do ativo					
Contas a receber de clientes		(23.923)	(11.879)	71	(2.691)
Outros circulantes		(278)	14	(713)	(125)
Tributos a recuperar		(3.969)	(790)	(1.052)	(20)
Estoques		(1.101)	(265)	-	
Despesas antecipadas		6	(901)	(376)	(805)
Aumento (diminuição) no passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar		21.907	10.220	1.838	2.487
Impostos a recuperar		1.868	3.725	575	56
Salários, férias e encargos sociais		(4.006)	(1.215)	(2.060)	826
Adiantamento de clientes e passivo contratual		1.394	(448)	(24)	52
Outros passivos		(667)	196	(264)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**12.614**	**7.752**	**2.835**	**967**
Juros pagos	10 e 11	(227)	(659)	(223)	(496)
Impostos pagos		(2.869)	(1.123)	(462)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**9.518**	**5.970**	**2.150**	**471**
Fluxo de caixa provenientes das atividades de investimento:					
Adições ao imobilizado e intangível		(3.539)	(852)	(405)	(181)
Dividendos recebidos		-	-	1.174	-
		-	-	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(3.539)**	**(852)**	**769**	**(181)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	10	9.073	7.380	9.073	7.010
Pagamentos de empréstimos com partes relacionadas		-		-	(2.001)
Dividendos pagos		(11.223)	(3.330)	(9.288)	-
Pagamentos de empréstimos e arrendamentos	10	(1.251)	(819)	(1.104)	-
Pagamentos de arrendamentos	11	(388)	(880)	(388)	(736)
		-	-	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(3.789)**	**2.351**	**(1.707)**	**4.273**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixas		**2.190**	**7.469**	**1.212**	**4.563**
Caixa e equivalente de caixa no ínicio do periodo	4	22.140	8.279	5.903	637
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.329)	9.685	-	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do periodo	4	23.001	25.433	7.115	5.200

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações condensadas do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	**30/06/2021**	**30/06/2020**	**30/06/2021**	**30/06/2020**
Receitas (1)		**294.589**	**265.995**	**19.371**	**6.743**
Vendas de produtos e serviços		292.128	266.269	19.056	6.743
Outras receitas		2.634	-	315	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes		(173)	(274)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)		**245.611**	**231.557**	**10.517**	**2.680**
Custos dos produtos e serviços prestados	19	235.910	224.444	7.097	900
Materiais, energia, serviços terceirizados e despesas operacionais		9.175	7.078	3.356	1.780
Outros		526	35	64	-
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		**48.978**	**34.438**	**8.854**	**4.063**
Depreciação e amortização (4)	8 e 9	5.448	5.027	670	515
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia (3) - (4) = (5)		**43.530**	**29.411**	**8.184**	**3.548**
Valor adicionado recebido na transferência (6)		**2.659**	**2.678**	**11.200**	**1.840**
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	10.999	1.712
Receita financeira	20	2.659	2.678	201	128
Total do valor adicionado a ser distribuído (5+6)		**46.189**	**32.089**	**19.384**	**5.388**
Distribuição do valor adicionado		**46.189**	**32.089**	**19.384**	**5.388**
Folha de pagamentos e encargos sociais		**13.404**	**12.992**	**2.593**	**2.285**
Remuneração direta		8.572	10.003	641	1.607
Benefícios		4.332	2.545	1.764	539
FGTS		500	444	188	139
Impostos, taxas e contribuições		**14.078**	**9.622**	**2.282**	**450**
Federal		8.685	5.258	1.722	321
Estaduais		4.137	3.440	-	7
Municipais		1.256	924	560	122
Retorno sobre o capital de terceiros		**4.997**	**7.903**	**799**	**1.081**
Despesas financeiras	20	4.738	7.899	709	1.076
Aluguéis		259	4	90	5
Lucro acumulado		**13.710**	**1.572**	**13.710**	**1.572**
Lucro acumulado		13.710	1.572	13.710	1.572

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias condensadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Datora Participações e Serviços S.A. ("Companhia", "Datora Participações" ou "DPR") e suas subsidiárias (coletivamente, o "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Alameda Oscar Niemeyer, 119, Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, Brasil e a holding do grupo. Essas informações contábeis intermediárias condensadas ("informações contábeis intermediárias") em e para o semestre findo em 30 de junho de 2021 abrangem a Companhia e suas controladas.

O grupo econômico é formado pela Companhia e demais controladas relacionadas a seguir:

				Participação	
Controladas	**Tipo**	**Atividade principal**	**País sede**	**30 de junho de 2021**	**31 de dezembro de 2020**
Datora Telecom	Direta	Fornece serviços de Voice over Internet Protocol ("VoIP")	Brasil	99,99%	99,99%
Datora Mobile	Direta	Licença de Serviços por meio de Serviços Móveis Pessoais ("PMS")	Brasil	100%	100%
VDF Tecnologia da Informação	Direta	Desenvolvimento, licenciamento, comercialização de programas de computador e prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação	Brasil	100%	100%
NGN USA	Direta	Mercado de comunicações, atuando como o componente operacional do grupo no mercado atacadista internacional, com foco nos USA e América Latina.	Estados Unidos	100%	100%
NGN Sweden	Direta	Mercado de comunicações, e é atualmente o componente operacional do grupo no mercado internacional de atacado, com foco na Europa e Ásia.	Sweden	100%	100%
Datora France	Direta	Atua no mercado atacadista internacional, com foco na Europa e Ásia.	France	100%	100%
Datora Pag	Direta	Intermediação de transações comerciais como correspondente bancário, entre outros serviços	Brasil	100%	100%

Impacto da COVID-19

A pandemia da COVID-19 tem um impacto no nosso negócio, como: (i) aumento significativo do tráfego de voz e, consequentemente, aumento dos serviços de transporte locais, nacionais e internacionais e uma maior utilização de dados com base no aumento das vendas de Portas IP, (ii) aumento nos serviços de comunicação impulsionado pelo aumento da utilização dos serviços de dados, voz e SMS e (iii) diminuição na demanda por serviços de transporte de tráfego nacional, local e internacional, bem como a descontinuação da comercialização de números fixos especiais.

O Grupo está monitorando de perto o impacto potencial da COVID-19 em seu desempenho financeiro. Durante 2021, o Grupo não observou impactos negativos significativos nas informações contábeis intermediárias condensadas que possam ser atribuíveis ao COVID-19.

O Grupo não espera impactos significativos em suas operações nos próximos meses e planeja manter todas as ações tomadas em 2021 para mitigar os impactos potenciais da COVID-19 nos negócios da Grupo enquanto for necessário.

2 Base contábil de continuidade operacional

No período findo em 30 de junho de 2021, o Grupo reconheceu um lucro de R$ 13.710 (R$ 1.572 em 30 de junho de 2020), capital circulante líquido negativo (ativo circulante menos passivo circulante) de R$ 219 (R$ 8.533 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido de R$ 56.368 (R$ 53.110 em 31 de dezembro de 2020).

O Grupo monitora o capital circulante líquido, sua geração de caixa, projeções de lucro e também sua estratégia de financiamentos. O Grupo acredita que os fluxos de caixa operacionais positivos futuros fornecem recursos adequados para financiar as operações em andamento no futuro previsível.

Em 30 de junho de 2021, o caixa líquido das atividades operacionais do Grupo era de R$ 9.518 (R$ 5.970 em 30 de junho de 2020).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Relatório Financeiro Intermediário e, de acordo com o *International Accounting Standards* (IAS) 34 *Interim Financial Reporting*, emitido pela *International Financial Reporting Standards Board* e evidenciam todas as informações relevantes pertinentes às demonstrações financeiras intermediárias, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas têm como objetivo fornecer uma atualização com base nas últimas demonstrações financeiras completas e, portanto, devem ser lidas em conjunto. Elas se concentram em novas atividades, eventos e circunstâncias e não divulgam informações apresentadas anteriormente de novo, exceto quando a manutenção de informações específicas for considerada importante pela administração.

As práticas contábeis e métodos de cálculos das estimativas adotadas nas informações contábeis intermediárias são os mesmos aplicados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

A emissão das informações contábeis intermediárias condensadas foi autorizada pela Diretoria em 03 de setembro de 2021.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias condensadas adotam o Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação, sendo expressas em milhares de reais. As informações contábeis intermediárias condensadas foram mensuradas com base no custo histórico.

c. Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias condensadas, a Administração efetuou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesa. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos adotados pela Administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza das estimativas foram os mesmos que os descritas nas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa	21	21	20	19
Depósitos bancários	17.797	11.279	3.403	627
Investimentos de curto prazo	5.183	10.840	3.692	5.257
Total	**23.001**	**22.140**	**7.115**	**5.903**

Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a operações de renda fixa, remuneradas a taxa de 118,03% (120,3% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

5 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes	98.595	77.126	4.841	4.001
Contas a receber - partes relacionadas (nota 13)	-	18	845	1.756
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(1.789)	(2.552)	(326)	(326)
Total	**96.806**	**74.592**	**5.360**	**5.431**

A seguir, o prazo de vencimento das contas a receber de clientes em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, por prazo de vencimento (*aging-list*):

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	53.007	68.704	5.554	4.902
Em atraso (dias):				
01–30	13.798	3.182	113	280
31–60	1.785	1.163	13	187
61–90	26.821	383	-	-
91–180	341	1.399	6	388
181–360	2.778	116	-	-
>360	65	2.197	-	-
Total	**98.595**	**77.144**	**5.686**	**5.757**

As variações nas perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são discriminadas abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**(2.552)**	**(2.878)**	**(326)**	**-**
Constituição (reversão) de perdas de crédito esperadas	(173)	(626)	-	(326)
Baixas (i)	936	1.047	-	-
Efeitos da taxa de câmbio	-	(95)	-	-
Saldo no encerramento do período	**(1.789)**	**(2.552)**	**(326)**	**(326)**

(i) As baixas de títulos a receber não tem impacto no resultado do período, porque essas contas a receber clientes foram totalmente provisionadas antes da baixa.

6 Imposto de renda e da contribuição social

O detalhamento do imposto de renda e da contribuição social, reconhecido e não reconhecido é apresentado abaixo:

			Consolidado
Diferenças temporárias	**Movimento do período**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(763)	1.789	2.552
Provisão para participação nos lucros	(4713)	952	5.665
Provisão para contingências	(2.053)	682	2.735
Ativos intangíveis gerados internamente (b)	585	(1.658)	(2.243)
Arrendamento - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	784	1.174	390
Resultado com variação cambial não realizada	700	(101)	(801)
Ganho e perdas em instrumentos financeiros derivativos	(375)	(225)	150
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social			
Prejuízo fiscal acumulado - 25% (a)	(3.859)	94.442	98.301
Base negativa de CSLL - 9% (a)	(3.859)	131.488	135.347
Total de adições temporárias mais prejuízo fiscal, líquido	**(13.553)**	**228.543**	**242.096**
Ativo fiscal diferido	(3.656)	37.008	40.664
Passivo fiscal diferido	360	(675)	(1.035)
Ativo fiscal diferido líquido – Reconhecido e não reconhecido	**(3.296)**	**36.333**	**39.629**
Ativo fiscal diferido – reconhecido	**(1.311)**	**30.582**	**31.893**
Ativo fiscal diferido – não reconhecido	**(1.985)**	**5.751**	**7.736**
No resultado do período	**(1.311)**	**(1.311)**	**16.486**

			Controladora
Diferenças temporárias	**Reconhecido como resultado (despesa ou receita)**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	-	326	326
Provisão para participação nos lucros	(2.551)	734	3.285
Ativos intangíveis gerados internamente (b)	181	(384)	(565)
Arrendamento - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	784	1.174	390
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social			
Prejuízo fiscal acumulado - 25% (a)	(994)	36.533	37.527
Base negativa de CSLL - 9% (a)	(994)	37.713	38.707
Total de adições temporárias mais prejuízo fiscal, líquido	**(3.574)**	**76.096**	**79.670**
Ativo fiscal diferido	(939)	13.287	14.226
Passivo fiscal diferido	61	(131)	(192)
Ativo fiscal diferido líquido – Reconhecido e não reconhecido	**(878)**	**13.156**	**14.034**
Ativo fiscal diferido – reconhecido	**(339)**	**12.270**	**12.609**
Ativo fiscal diferido – não reconhecido	**(539)**	**886**	**1.425**
No resultado do período	**(339)**	**(339)**	**12.513**

(a) Em 2017, a controlada Datora Telecomunicações aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), para o qual se utilizou do prejuízo fiscal para compensação com tributos federais parcelados. Portanto, os valores do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido são diferentes.

(b) Diferença temporária relacionada ao capital investido em inovação tecnológica de acordo com a Lei nº 11.196/2005, conhecida como "Lei do Bem". O Grupo pode usar esta lei de diferimento fiscal principalmente para os investimentos realizados no desenvolvimento de software internamente, onde o Grupo capitaliza a mão de obra e outros custos envolvidos como um ativo intangível em vez de contabilizar esses valores como despesas. O Grupo deprecia o valor contábil do ativo intangível ao longo da sua vida útil. A Lei do Bem nos permite diferir nosso passivo fiscal sobre esses investimentos.

Reconciliação da alíquota efetiva

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes de impostos	18.382	3.434
Alíquota de imposto	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(6.250)	(1.168)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	162	(78)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – Lei nº11.196/05	18	350
Outras diferenças permanentes	(93)	84
Outras movimentações	2.003	-
Reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias anteriormente não reconhecidos	(512)	(1.050)
Imposto de renda e contribuição social do período	**(4.672)**	**(1.862)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(3.361)	(1.475)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.311)	(387)
Alíquota de imposto efetiva	(25%)	(54%)

	Controladora	
	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	14.825	1.679
Alíquota de imposto	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(5.041)	(571)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Resultado de equivalência patrimonial	3.740	582
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – Lei nº11.196/05	-	158
Juros sobre capital próprio	(470)	-
Outros incentivos fiscais	(35)	(276)
Outras movimentações	579	-
Imposto de renda e contribuição social do período	**(1.115)**	**(107)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(776)	(107)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(339)	-
Alíquota de imposto efetiva	(8%)	(6%)

7 Investimentos

Apresentamos nossa lista de controladas abaixo:

	Controladora			
	% de participação			
	30/06/2021		31/12/2020	
Controladas	**Diretas**	**Indiretas**	**Diretas**	**Indiretas**
Datora Telecom	99,99%	-	99,99%	-
Datora Mobile	100%	-	100%	-
VDF TI	2%	98%	2%	98%
Arqia Pag	98%	2%	98%	2%
Datora France	100%	-	100%	-
NGN Sweden	100%	-	100%	-
NGN USA	100%	-	100%	-

a. Composição e movimentação dos investimentos

	Controladora							
	Datora Telecom	Datora Mobile	VDF TI	Arqia Pag	Datora France	NGN Sweden	NGN USA	Total
Capital social (R$)	25.639.407	28.690.337	9.800	10.000	184.176	37.959	1.407.292	55.978.970
Número de ações:	25.639.407	18.585.811	10	10	183.711	6.500	5.000	44.420.449
Ações ordinárias	25.639.406	18.585.811	200	10	183.711	6.500	5.000	44.420.638
Participação (%)	100%	100%	2%	98%	100%	100%	100%	100%
Total do ativo de controladas	68.852	68.758	1.239	178	169	69.049	37.189	245.434
Total do passivo de controladas	(45.997)	(18.756)	(2.323)	(647)	(35)	(67.310)	(39.839)	(174.907)
Patrimônio líquido de investidas em 30 de junho de 2021	(22.855)	(50.002)	1.084	469	(134)	(1.739)	2.650	(70.528)
Lucro (prejuízo) de controlada no período de seis meses findo em junho de 2021	(2.065)	(9.404)	150	295	53	(928)	1.047	10.852
Valor do investimento para o período de seis meses findo em junho de 2021	**22.855**	**50.002**	**(22)**	**(459)**	**134**	**1.739**	**(2.650)**	**71.599**

	Controladora							
	Datora Telecom	Datora Mobile	VDF TI	Arqia Pag	Datora France	NGN Sweden	NGN USA	Total
Investimento em 31 de dezembro de 2019	**21.495**	**28.534**	**(46)**	**-**	**-**	**(2.801)**	**(834)**	**46.348**
Resultado de equivalência patrimonial	1.548	12.999	28	(160)	-	5.162	(1.238)	18.339
Contribuição em controladas	-	-	-	11	184	-	-	195
Distribuição desproporcional de dividendos	(1.807)	-	(1)	(15)	-	-	-	(1.823)
Efeito reflexo dos ajustes cumulativos de conversão de moeda estrangeria	-	-	-	-	-	(1.052)	426	(626)
Investimento em 31 de dezembro de 2020	**21.236**	**41.533**	**-**	**-**	**184**	**1.309**	**-**	**64.262**
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas em 31 de dezembro de 2020	**-**	**-**	**(19)**	**(164)**	**-**	**-**	**(1.646)**	**(1.829)**
Resultado de equivalência patrimonial	2.065	9.404	(3)	(295)	(53)	928	(1.047)	10.999
Juros sobre capital próprio (i)	(446)	(935)	-	-	-	-	-	(1.381)
Efeito reflexo dos ajustes cumulativos de conversão de moeda estrangeria	-	-	-	-	3	(498)	43	(452)
Investimento em 30 de junho de 2021	**22.855**	**50.002**	**-**	**-**	**134**	**1.739**	**-**	**74.730**
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas em 30 de junho de 2021	**-**	**-**	**(22)**	**(459)**	**-**	**-**	**(2.650)**	**(3.131)**

(i) O montante de R$ 1.381 é apresentado bruto nesta Nota. A controladora recebeu dividendos líquidos de R$ 1.174, sendo R$ 207 referente a imposto retido.

8 Imobilizado

Consolidado								
	Móveis e equipamentos	Veículos	Instalações	Equipamentos de computação	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo:								
1º de janeiro de 2020	**656**	**1.139**	**430**	**1.195**	**25.199**	**484**	**5.394**	**34.497**
Adições	-	-	100	106	2.378	163	1.185	3.932
Baixas	-	-	-	-	(20)	(21)	(1.888)	(1.929)
Efeitos da variação cambial	-	-	-	-	192	-	-	192
31 de dezembro de 2020	**656**	**1.139**	**530**	**1.301**	**27.749**	**626**	**4.691**	**36.692**
Adições	-	-	23	885	190	510	2.034	3.642
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.155)	(1.155)
Efeitos da variação cambial	-	-	-	-	(29)	-	-	(29)
30 de junho de 2021	**656**	**1.139**	**553**	**2.186**	**27.910**	**1.136**	**5.570**	**39.150**
Depreciação acumulada:								
1º de janeiro de 2020	**(405)**	**(838)**	**(412)**	**(645)**	**(14.835)**	**(165)**	**(1.334)**	**(18.634)**
Adições	(53)	(117)	(18)	(78)	(1.592)	(309)	(1.531)	(3.698)
Transferências					13	-	1.262	1.275
31 de dezembro de 2020	**(458)**	**(955)**	**(430)**	**(723)**	**(16.414)**	**(474)**	**(1.603)**	**(21.057)**
Adições	(26)	(39)	(24)	(72)	(914)	(164)	(416)	(1.655)
Baixas	-	-	-	-	-	-	686	686
30 de junho de 2021	**(484)**	**(994)**	**(454)**	**(795)**	**(17.328)**	**(638)**	**(1.333)**	**(22.026)**
1º de janeiro de 2020	**251**	**301**	**18**	**550**	**10.364**	**319**	**4.060**	**15.863**
31 de dezembro de 2020	**198**	**184**	**100**	**578**	**11.335**	**152**	**3.088**	**15.635**
30 de junho de 2021	**172**	**145**	**99**	**1.391**	**10.582**	**498**	**4.237**	**17.124**

Controladora						
	Instalações	Equipamentos de computação	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo:						
1º de janeiro de 2020	**121**	**-**	**988**	**336**	**3.402**	**4.847**
Adições	106	-	448	-	1.272	1.826
Baixas	-	-	-	(9)	(412)	(421)
31 de dezembro de 2020	**227**	**-**	**1.436**	**327**	**4.262**	**6.252**
Adições	23	91	97	390	2.034	2.635
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(2)	(1.155)	(1.157)
30 de junho de 2021	**250**	**91**	**1.533**	**715**	**5.141**	**7.730**
Depreciação acumulada:						
1º de janeiro de 2020	**-**	**-**	**(28)**	**(45)**	**(64)**	**(137)**
Adições	(16)	-	(130)	(119)	(1.210)	(1.475)
Baixas	-	-	-	-	61	61
31 de dezembro de 2020	**(16)**	**-**	**(158)**	**(164)**	**(1.213)**	**(1.551)**
Adições	(24)	(2)	(79)	(72)	(416)	(593)
Baixas	-	-	-	-	686	686
30 de junho de 2021	**(40)**	**(2)**	**(237)**	**(236)**	**(943)**	**(1.458)**
1 de janeiro de 2020	**121**	**-**	**960**	**291**	**3.338**	**4.710**
31 de dezembro de 2020	**211**	**-**	**1.278**	**163**	**3.049**	**4.701**
30 de junho de 2021	**210**	**88**	**1.296**	**479**	**4.198**	**6.272**

9 Intangível

Classificação	Descrição
Desenvolvimento de MVNO	Operadoras Virtuais White Label
Projeto Inovacred	Detalhes do projeto na tabela abaixo
Softwares	Detalhes do projeto na tabela abaixo
B/OSS	Sistema Anti-Fraude e de Faturamento em tempo real
Black_List	Sistema preditivo de controle de ocupação de canais
CRM	Implementação da plataforma de CRM
MVNO	Operadoras Virtuais White Label
Portabilidade	Sistema de Sinalização para Portabilidade
Portal de recarga	Porta de Cliente – Módulo de Recarga
Projeto Credenciadas	Não aplicável
Carteira de clientes	

Consolidado													
	Desenvolvimento MVNO (ii)	Projeto Inovacred (iii)	Projeto credenciado	Carteira de clientes	Em andamento	Softwares (i)	B/OSS	Black_List	CRM	MVNO	Portabilidade	Portal de recarga	Total
Custo:													
1º de janeiro de 2020	**35.000**	**5.232**	**-**	**788**	**816**	**12.743**	**70**	**108**	**416**	**414**	**83**	**96**	**55.766**
Adições	-	-	1.351	-	153	3.288	-	-	-	-	-	-	**4.792**
Transferência	-	-	553		(825)	1.459	(70)	(108)	(416)	(414)	(83)	(96)	-
Efeito da variação cambial	-	-		138	-	556	-	-	-	-	-	-	**694**
31 de dezembro de 2020	**35.000**	**5.232**	**1.904**	**926**	**144**	**18.046**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**61.252**
Adições	-	-	460	-	-	2.520	-	-	-	-	-	-	**2.980**
Transferências	-	-	(1.079)	-	-	1.079	-	-	-	-	-	-	-
Efeito da variação cambial						(208)							**(208)**
30 de junho de 2021	**35.000**	**5.232**	**1.285**	**926**	**144**	**21.437**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**64.024**
Amortização acumulada:													
1º de janeiro de 2020	**(9.605)**	**(1.045)**	**-**	**(31)**	**-**	**(7.450)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.131)**
Adições	(2.333)	(523)	(241)	(148)	-	(2.435)	-	-	-	-	-	-	**(5.680)**
31 de dezembro de 2020	**(11.938)**	**(1.568)**	**(241)**	**(179)**	**-**	**(9.885)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(23.811)**
Adições	(1.167)	(262)	-	(210)	-	(2.154)	-	-	-	-	-	-	**(3.793)**
Transferências	-	-	241	(413)	-	172	-	-	-	-	-	-	-
30 de junho de 2021	**(13.105)**	**(1.830)**	**-**	**(802)**	**-**	**(11.867)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(27.604)**
1º de janeiro de 2020	**25.395**	**4.187**	**-**	**757**	**816**	**5.293**	**70**	**108**	**416**	**414**	**83**	**96**	**37.635**
31 de dezembro de 2020	**23.062**	**3.664**	**1.663**	**747**	**144**	**8.161**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**37.441**
30 de junho de 2021	**21.895**	**3.402**	**1.285**	**124**	**144**	**9.570**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**36.420**

Controladora				
	Projeto credenciado	Em andamento	Softwares (i)	Total
Custo:				
1º de janeiro de 2020	**634**	-	**-**	**634**
Adições	656	-	54	710
Transferências	(634)	-	634	-
31 de dezembro de 2021	**656**	**-**	**688**	**1.344**
Adições	-	276	284	560
30 de junho de 2021	**656**	**276**	**972**	**1.904**
Amortização acumulada:				
1º de janeiro de 2020	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	-	(126)	(126)
31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**(126)**	**(126)**
Adições	-	-	(77)	(77)
30 de junho de 2021	**-**	**-**	**(203)**	**(203)**
1 de janeiro de 2020	**634**	**-**	**-**	**634**
31 de dezembro de 2020	**656**	**-**	**562**	**1.218**
30 de junho de 2021	**656**	**276**	**769**	**1.701**

(i) **Software:** refere-se às licenças de uso de software adquiridas, principalmente da Microsoft, cuja propriedade é do Grupo, e também pela implantação do sistema de gestão ERP SAP, ativado em 2017.

(ii) **Desenvolvimento de MVNO:** Esse projeto consiste no atendimento dos clientes do serviço de M2M (*Machine to Machine*), tendo sido esse valor mensurado considerando todo o contexto do projeto durante a fase de desenvolvimento, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação. O intangível será amortizado em 15 anos, conforme contrato de cooperação estabelecido com a Vodafone UK.

(iii) **Projeto Inovacred**: trata-se de produtos (software e aplicações) desenvolvidos dentro do universo da Internet das Coisas (IoT), bem como da implementação de um laboratório de IoT na sede da controlada Datora Mobile em Nova Lima (MG), com o desenvolvimento de um novo chip para telefonia móvel com tecnologia exclusiva sem restrição de operadora ou roaming, para atender a crescente demanda do mercado de tecnologia. Após ativado, estes ativos desenvolvidos serão amortizados em 10 anos.

A Administração não identificou fatores de redução ao valor recuperável para ativos intangíveis.

10 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, a posição dos empréstimos e financiamentos era a seguinte:

Consolidado				
Tipo de operação	**Encargos contratuais**	**Vencimento final**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Banco Finep (a)	0,87% a.m.	2031	9.094	-
Capital de giro - Banco Bradesco	Taxa pré-fixada 0,65% a.m. (8,10 a.a.)	2021	74	222
Capital de giro - Banco Bradesco	Taxa pré-fixada 0,59% a.m. (7,34 a.a.)	2023	8.431	8.182
Capital de giro - Banco Bradesco	Taxa pré-fixada 0,64% a.m.	2022	451	545
Capital de giro - Banco Mercantil	CDI + 0,33% a.m.	2023	3.951	4.843
Total			**22.001**	**13.792**
Circulante			**5.548**	**3.543**
Não circulante			**16.453**	**10.249**

Controladora				
Tipo de operação	**Encargos contratuais**	**Vencimento final**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Banco Finep (a)	0,87% a.m.	2031	9.094	-
Capital de giro - Banco Bradesco	Taxa pré-fixada 0,64% a.m.	2022	451	545
Capital de giro - Banco Mercantil	CDI +0,33% a.m., 4,03 a.a.	2023	3.951	4.843
Total			**13.496**	**5.388**
Circulante			**2.359**	**2.298**
Não circulante			**11.137**	**3.090**

a) A Companhia aprovou novo financiamento com a FINEP, instituição que financia estudos e projetos também vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2021. O financiamento visa (i) apoiar a implantação do Operadora Móvel com Rede Virtual ("MVNO") e (ii) expandir as operações de IOT na região LATAM e promove as operações de IOT no setor de agronegócio.

Os empréstimos estão atrelados a garantias, e não possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra do contrato (*covenants*).

Referência	Valor do crédito	Vencimento	Encargos	Taxa efetiva de juros	30 de junho de 2021	Garantia
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	R$ 5.000	28 de dezembro de 2020 a 29 de maio de 2023	Sistema de amortização: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC): Forma de pagamento: Pagamento de juros nas primeiras 6 parcelas, e pagamento do principal a partir da 7 parcela. Encargos financeiros: Taxa de juros pré-fixada 0,33% a.m. (4,03% a.a.) + CDI	Taxa efetiva: 0,34% a.m. (4,16% a.a.)	R$ 3.951	Compomisso de contas a receber da SumUp
Banco Bradesco S.A.	R$ 2.000	23 de abril de 2020 a 9 de janeiro de 2023	Forma de pagamento: 1º e 2ª Parcela – R$ 38.646,28 – Vencimento 23/04/2020 e 22/07/2020, e R$ 221.884,25 a partir da 3º parcela.	Taxa de juros efetiva de 0,64 % a.m. (7,96 % a.a.)	R$ 451	Compomisso de contas a receber da Claro
Banco Bradesco S.A.	R$ 370	29 de julho de 2020 a 29 de julho de 2021	Sistema de amortização: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC): Forma de pagamento: 1ª Parcela – R$ 78.489,05 – Vencimento 29/07/2020, 2ª Parcela – R$ 78.489,05 – Vencimento 29/10/2020, 3º Parcela – R$ 78.489,05 – Vencimento 29/01/2021, 4º Parcela – R$ 78.489,05 – Vencimento 29/04/2021, 5º Parcela – R$ 78.489,05 – Vencimento 29/07/2021	Encargos financeiros: Encargos prefixados a uma taxa de juros de 0,65 % a.m. (8,10 % a.a.)	R$ 74	Compomisso de contas a receber da Claro
Banco Bradesco S.A.	R$ 8.000	8 de outubro de 2021 a 8 de setembro de 2023	Sistema de amortização: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC): Forma de pagamento: Pagamento mensal de R$ 385.697,12.	Fixa, 0,59% a.a. (7,35% a.a.), capitalizados diariamente e calculados de forma exponencial "pro rata temporis" com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.	R$ 8.431	Compomisso de contas a receber da Claro
Banco FINEP	R$ 9.073	19 de abril de 2021 a 18 de dezembro de 2025	Método de pagamento: Pagamento de juros mensais e carência do principal de 36 meses. A apresentação de garantias gerou uma redução de 0,7% no SPREAD da Finep, resultando em uma taxa final de 2,8% ao ano. Também há a Arrecadação de TAC no valor de 1,29%, incidente sobre o valor de cada parcela do financiamento pago.	TE + 0,2303% a.m. ou TR + 2,8% a.a.	R$ 9.094	Carta fiança
Total					R$ 22.001	

A movimentação de empréstimos e financiamentos para o período findo é apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo do início do período	**7.577**	**47.267**	**5.505**	**-**
Adições	7.380	7.000	7.010	5.500
Custos financeiros	-	301	-	5
Pagamentos de empréstimos - principal	(819)	(9.192)	-	-
Pagamentos de empréstimos - juros	(353)	(2.030)	(272)	-
Variação cambial não realizada sobre empréstimos	612	769	-	-
Juros sobre empréstimos	481	2.118	481	-
Contribuição de capital - Datora Mobile	-	(17.623)	-	-
Contribuição de capital - Datora Telecom		(20.143)		
Perdão de dívida	-	(339)	-	-
Transferência para os arrendamentos	-	(551)	-	-
Total	**14.878**	**7.577**	**12.724**	**5.505**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo do início do período	**13.792**	**7.577**	**5.388**	**5.505**
Valor justo dos derivativos	-	425	-	-
Adições	9.073	15.379	9.073	7.009
Pagamentos de empréstimos - principal	(1.251)	(9.438)	(1.104)	(7.214)
Pagamentos de empréstimos - juros	(99)	(679)	(95)	(517)
Pagamentos de despesas na liquidação de derivativos	-	(425)	-	-
Juros sobre empréstimos	486	953	234	605
Total	**22.001**	**13.792**	**13.496**	**5.388**

O fluxo nominal, por vencimento, é apresentado abaixo:

	Consolidado	Controladora
Menos de ano	7.688	3.831
Entre um e dois anos	16.496	11.097
Entre dois e cinco anos	6.557	6.557

11 Arrendamentos

Consolidado				
Descrição	**Encargos (taxa contratual)**	**Vencimento final**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Sala comercial - 15º Nova Lima	0,57% a.m.	30/06/2022	-	547
Sala comercial - 29º Iguatemi	0,66% a.m.	01/02/2021	-	47
Sala comercial - 9° JK	0,84% a.m.	01/04/2025	2.388	2.670
Sala comercial -13º Faria Lima	0,0063% a.m.	14/02/2025	1.581	-
Sala comercial - 3º Nova Lima	0,0062% a.m.	24/02/2026	453	-
Total			**4.422**	**3.264**
Circulante			**1.475**	**1.307**
Não circulante			**2.947**	**1.957**

Controladora				
Descrição	**Encargos (taxa contratual)**	**Vencimento final**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Sala comercial - 15º Nova Lima	0,57% a.m.	30/06/2022	-	547
Sala comercial - 29º Iguatemi	0,66% a.m.	01/02/2021	-	47
Sala comercial - 9° JK	0,84% a.m.	01/04/2025	2.388	2.670
Sala comercial -13º Faria Lima	0,0063% a.m.	14/02/2025	1.581	-
Sala comercial - 3º Nova Lima	0,0062% a.m.	24/02/2026	453	-
Total			**4.422**	**3.264**
Circulante			**1.475**	**307**
Não circulante			**2.947**	**1.957**

Segue abaixo a movimentação de passivo de arrendamento para o período findo em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Saldo do início do período	**4.363**	**-**	**3.444**	**-**
Aplicação inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	5.394	-	-
Adições de incorporação de subsidiárias	-	-	-	3.511
Transferência de empréstimos e financiamentos	-	551	-	-
Adições	1.185	-	1.185	-
Alienação	(688)	-	-	-
Pagamentos de arrendamentos - principal	(880)	(1.524)	(736)	(31)
Pagamentos de arrendamentos - juros	(306)	(574)	(224)	(97)
Provisão para juros sobre arrendamentos	306	516	224	61
Total	**3.980**	**4.363**	**3.893**	**3.444**

Descrição	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo do início do período	**3.264**	**4.363**	**3.264**	**3.444**
Adições	2.034	1.185	2.034	1.272
Alienação	(488)	(639)	(488)	(335)
Pagamentos de arrendamentos - principal	(388)	(1.343)	(388)	(815)
Pagamentos de arrendamentos - juros	128	(399)	128	(366)
Descontos obtidos – (concessões de aluguéis relacionadas à COVID-19)	-	(302)	-	(302)
Provisão para juros sobre arrendamentos	128	399	128	366
Total	**4.422**	**3.264**	**4.422**	**3.264**

Os fluxos nominais, por vencimento, sem considerar a inflação futura projetada, são apresentados abaixo:

	Consolidado	Controladora
Menos de ano	1.457	1.457
Entre um e dois anos	2.914	2.914
Entre dois e cinco anos	1.157	1.157

Os contratos de arrendamento considerados de curto prazo ou de baixo valor totalizam R$ 7.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores incluem principalmente os pagamentos dos prestadores de serviços de minutagem entre operadoras.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores e outras contas a pagar	103.786	84.013	1.314	697
Fornecedores - partes relacionadas (nota 13)	148	154	2.480	486
Total	**103.934**	**84.167**	**3.794**	**1.183**
Circulante	**101.055**	**79.766**	**3.794**	**1.183**
Não circulante	**2.879**	**4.401**	**-**	**-**

13 Transações com partes relacionadas

a. Contas a receber de partes relacionadas

		Consolidado		Controladora	
	Tipo	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Arquia Pag (b)	Adiantamento concedido	-	-	396	175
Datora Telecom (c)	Contas a receber (nota 5)	-	-	403	343
Datora Mobile (d)	Contas a receber (nota 5)	-	-	443	1.290
VDF TI	Contas a receber (nota 5)	-	-	-	123
General Soft	Contas a receber (nota 5)	-	18	-	-
Distribuição avançada de lucros - sócios	Adiantamento concedido	1.936	-	-	-
Total		**1.936**	**18**	**1.242**	**1.931**

b. Contas a pagar para partes relacionadas

		Consolidado		Controladora	
	Tipo	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
NGN Latam Comunicaciones (a)	Fornecedores (NE 12)	148	154	-	-
Datora Telecom (c)	Mútuo a pagar	-	-	17.323	17.323
Datora Telecom (c)	Fornecedores (NE 12)	-	-	661	470
Datora Mobile (d)	Fornecedores (NE 12)	-	-	2.540	737
Total		**148**	**154**	**20.524**	**18.530**
Circulante		**148**	**154**	**3.201**	**1.207**
Não circulante		**-**	**-**	**17.323**	**17.323**

	Alteração de empréstimos com partes relacionadas	
	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**(17.323)**	**(11.885)**
Adições de débitos da subsidiária Datora Telecom	-	(5.438)
Total	**(17.323)**	**(17.323)**

c. Efeitos de transações com partes relacionadas no resultado

Consolidado				
30/06/2021	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
Datora Telecom (c)	877	(873)	1.346	**1.350**
Datora Mobile (d)	803	(4.349)	1.657	**(1.889)**
VDF TI	19	-	89	**108**
Total	**1.699**	**(5.222)**	**3.092**	**(431)**

Controladora				
31/12/2020	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
Datora Telecom (c)	756	(1.409)	2.554	**1.901**
Datora Mobile (d)	1.716	-	2.073	**3.789**
VDF TI	757	-	260	**1.017**
Total	**3.229**	**(1.409)**	**4.887**	**6.707**

(a) **NGN Latam Comunicaciones** – essas transações referem-se a serviços prestados à NGN Sweden e NGN USA, que são faturados por notas fiscais e pagos à taxa de câmbio de fechamento do dia. Antes da reestruturação societária, parte das operações - as ligações internacionais passavam pela rede NGN Latam Comunicaciones. No entanto, após a reestruturação, todas as chamadas são negociadas pela NGN USA e NGN Sweden.

(b) **Arqia Pag –** As transações entre Datora Participações e Arqia Pag referem-se a adiantamentos concedidos pela controladora à Arqia Pag, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações operacionais neste período pré-operacional.

(c) **Datora Telecom -** As transações com partes relacionadas são transações financeiras em conta corrente, que não rendem juros. Para reduzir o custo financeiro, a Holding toma um empréstimo da Datora Telecom para suas transações correntes. A controladora também possui transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados com a Datora Telecom, bem como receitas de serviços de valor agregado prestados.

(d) **Datora Mobile** – As transações relacionadas com o Datora Mobile referem-se à cobrança de custos e despesas compartilhados, bem como à prestação de serviços de gestão de conectividade. A controladora também possui transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados, bem como receitas de serviços de valor agregado prestados.

d. Remuneração da administração

Em 2021, a remuneração dos diretores totalizou R$ 858 (R$ 2.161 em 31 de dezembro de 2020).

14 Adiantamento de clientes e passivo contratual

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivo contratual com China Mobile International Limites (a)	4.174	4.400	-	-
Adiantamento de clientes	2.050	430	24	-
Total	**6.224**	**4.830**	**24**	**-**
Circulante	**2.573**	**972**	**24**	**-**
Não circulante	**3.651**	**3.858**	**-**	**-**

(a) Em dezembro de 2020 e junho de 2021, a controlada Datora Telecom's recebeu o montante de R $ 4.400 (US $ 800) e R $ 4.688 (US $ 852), do cliente China Mobile International Limited referente ao Direito Indevisível de Uso ("IRU"), que serão prestados em 120 meses. As alterações neste passivo contratual para o período findo em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são as seguintes..

	Movimentação do passivo contratual	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	4.400	4.987
Amortização	(226)	(587)
Total	**4.174**	**4.400**

15 Provisão para contingências

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração. Esta provisão é dividida da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Cível	8	422
Trabalhista	-	201
Tributária	674	2.113
Total	**682**	**2.736**

Segue abaixo a movimentação das contingências em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Em 1º de janeiro de 2020	**228**	**201**	**3.708**	**4.137**
Adições	269	-	283	552
Reversões	(136)	-	(1.878)	(2.014)
Efeito da variação cambial	61	-	-	61
Em 31 de dezembro de 2020	**422**	**201**	**2.113**	**2.736**
Adições	8	-	680	688
Reversões	(422)	(201)	(2.119)	(2.742)
Em 30 de junho de 2021	**8**	**-**	**674**	**682**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão concentradas nas controladas Datora Telecom e Datora Mobile. A descrição dos principais processos é apresentada a seguir:

A Datora Telecom reconheceu uma provisão para processos tributários no valor de R$ 680, no qual: R$ 250 está relacionado principalmente a contingências fiscais no âmbito Estadual, no qual envolve a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro-RJ e parcela tributária de R$ 430 relacionada ao CIDE e IOF de R$ 430.

A reversão das contingências tributárias deve-se ao vencimento dos processos relativos a impostos federais da Datora Mobile.

Processos judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis

Os processos judiciais cíveis envolvendo riscos de perdas possíveis, classificados por seus consultores jurídico, são de natureza tributária, para os quais o grupo não reconhecei uma provisão para contingências, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras intermediárias. Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada.

O montante de causas tributárias, classificadas como possíveis de perdas equivale ao montante de R$ 19.321 mil em 30 de junho de 2021 (R$ 21.593 em 31 de dezembro de 2020) conforme segue:

(i) FUST e FUNTTEL

O Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), classificados como perdas possíveis, totalizam R$ 14.290 em 30 de junho de 2021 (R$ 14.418 em 31 de dezembro de 2020). A discussão envolve, principalmente, a cobrança indevida das contribuições para a ampliação da cobertura do serviço universal e da prestação de serviços de telecomunicações em áreas que não atraem investimentos privados suficientes.

Em termos de classificação de risco de perda, de acordo com a opinião dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas, o risco de perda é possível uma vez que na esfera administrativa o posicionamento

é contrário aos interesses da Datora Telecom, porém, na esfera judicial, muito embora ainda não haja um posicionamento consolidado, as mais recentes decisões são no sentido de afastar a exigência das Contribuições ao FUST e ao FUNTTEL das receitas de interconexão.

(ii) Impostos federais

O valor total relativo aos impostos federais, com a probabilidade de perda como possível, é de R$ 2.229 em 30 de junho de 2021 (R$ 3.036 em 31 de dezembro de 2020), no qual destaca-se principalmente, pelo direito de reinclusão dos débitos previdenciários no PERT, e não homologação das compensações declaradas nos PER/DCOMPs.

(iii) Impostos estaduais

O valor total relativo aos impostos estaduais, com a probabilidade de perda possível é de R$ 2.756 em 30 de junho de 2021 (R$ 2.287 em 31 de dezembro de 2020), no qual destaca-se principalmente, processo pelo qual é alegado que o Grupo deixou de recolher ICMS sobre operações inadimplidas de telecomunicações.

Em 21 de dezembro de 2020, o Grupo recebeu um auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais estaduais de São Paulo, no que tange a não inclusão de alguns montantes na base de cálculo do ICMS, bem como o suposto uso indevido de crédito de ICMS. A análise da administração aponta discordância em mais de 98% do apontado na autuação. Os consultores jurídicos do Grupo estão entrando com os recursos judiciais e administrativos junto a Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo em defesa do auto de infração lavrado.

(iv) Impostos municipais

O valor total referente a impostos municipais, com classificação de risco possível, é o valor atualizado de R$ 46 em 30 de junho de 2021 (R$ 23 em 31 de dezembro de 2020), em que a controlada VDF TI foi autuada pelo suposto descumprimento ao emitir uma fatura sobre a receita.

(v) Cíveis

E em relação às contingências tributárias, o Grupo é réu em ações cíveis envolvendo desacordos comerciais de R$ 602 (R$ 561 em 31 de dezembro de 2020), com uma probabilidade de perda avaliada como possível.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia no período findo em 30 de junho de 2021 era de R$ 38.855 (R$ 38.855 em 31 de dezembro de 2020), representado por ações subscritas e integralizadas da seguinte forma:

	30/06/2021			31/12/2020		
Acionista	**Ações**	**Valor**	**Participação**	**Ações**	**Valor**	**Participação**
T&T Investimentos Ltda.	67.785.866	R$ 29.918	77%	67.785.866	R$ 29.918	77%
Codemge Participações S.A.	20.247.726	R$ 8.937	23%	20.247.726	R$ 8.937	23%
Total	**88.033.592**	**R$ 38.855**	**100%**	**88.033.592**	**R$ 38.855**	**100%**

Em 18 de novembro de 2020, mediante a assembleia geral extraordinária, aprovado a absorção dos prejuízos acumulados no montante de R$ 48.768, mediante a utilização do saldo da conta de reserva de capital no montante de R$ 481 e redução do capital social no montante de R$ 48.287, sem o cancelamento de ações. Passando o capital social do Grupo totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 38.855, dividido em 88.033.592 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2020, através dos dividendos desproporcionais remanescentes de 2019, a Controlada Datora Telecom efetuou o pagamento de R$ 5.995 de dividendos para os seus sócios, e R$ 797 de juros sobre capital próprio, sendo retido o montante de R$ 121 de imposto de renda retido na fonte e R$ 1.011 de dividendos do exercício de 2020.

b. Reserva legal

É constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, nos termos da Lei 6.404.

c. Reserva de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará a disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E – Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

d. Dividendos a pagar

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

31 de dezembro de 2020	**6.459**
Dividendo deliberados	10.000
Dividendos pagos	(9.288)
30 de junho de 2021	**7.171**

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de abril de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais no valor de R$ 10.000.

O valor foi pago em três parcelas: pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R$ 2.490 em 20 de abril de 2021; a segunda e terceira parcelas totalizam R$ 7.171 e serão pagas até o final deste exercício.

17 Informações por segmento

a) Informações por segmento

	Consolidado 30/06/2021				
	Receita líquida	Medida de desempenho avaliada pelo CODM	Depreciação e amortização (*)	Custo dos serviços deduzido das despesas de amortização e depreciação	Despesas operacionais
VoIP	225.464	7.425	-	(215.584)	(2.455)
CPaaS Geral	18.265	3.475	-	(12.126)	(2.663)
CPaaS IoT	33.909	23.926	-	(6.606)	(3.377)
CPaaS OTT	5.084	3.464	-	(1.594)	(27)
Corp	-	(12.381)	(5.448)	-	(12.381)
Total	**282.722**	**25.909**	**(5.448)**	**(235.910)**	**(20.903)**

	Consolidado 30/06/2020				
	Receita líquida	Medida de desempenho avaliada pelo CODM	Depreciação e amortização (*)	Custo dos serviços deduzido das despesas de amortização e depreciação	Despesas operacionais
VoIP	212.126	6.558	-	(202.675)	(2.893)
CPaaS Geral	16.990	4.860	-	(10.243)	(1.887)
CPaaS IoT	25.107	10.236	-	(10.507)	(4.364)
CPaaS OTT	4.286	3.258	-	(1.019)	(9)
Corp	-	(11.230)	(5.027)	-	(11.230)
Total	**258.509**	**13.682**	**(5.027)**	**(224.444)**	**(20.383)**

(*) O CODM não considera esses números na avaliação de desempenho dos segmentos. Despesas de depreciação e amortização referem-se a ativos usados na prestação de serviços relacionados a todos os segmentos relatáveis.

b) Receita líquida e ativos não circulantes por região geográfica

	30/06/2021	Consolidado 30/06/2020
América do Norte	**89.048**	**69.268**
Canadá	5.596	5.699
EUA	83.452	63.569
América do Sul	**118.650**	**115.990**
Argentina	1.111	8
Brasil	117.423	99.829
Chile	31	15.488
Colômbia	85	348
Peru	-	317
Ásia	**7.850**	**20.142**
China	514	513
Hong Kong	7.030	19.390
Cingapura	7	-
Emirados Árabes Unidos	299	239
Europa	**67.174**	**53.109**
Total	**282.722**	**258.509**

c) Ativos não circulantes por região geográfica

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Brasil	53.355	50.923
Sweden	2.182	3.828
Estados Unidos	2.013	2.228
France	-	162
Total	**57.550**	**57.141**

O valor total divulgado na tabela acima representa a soma dos impostos a recuperar, despesas antecipadas, outros ativos, imobilizado e intangível.

d) Principais clientes

Abaixo demonstramos a representatividade dos clientes que representam mais de 10% da receita de cada segmento:

	Junho 2021 %	Consolidado Junho 2020 %
VoIP	54%	59%
General CPaaS	9%	8%
CPaaS IoT	10%	29%
CpaasS OTT	70%	80%

18 Receita líquida

	Consolidado	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receita bruta		
Serviço de telecomunicações	10.633	3.727
Serviço de infraestrutura de telecomunicações	1.245	10.106
Serviço técnico e uso de plataforma	13.419	1.986
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	243.006	230.305
M2M	17.764	16.594
SMS	5.100	2.239
Collocation	448	793
Outros	917	1.100
Total da receita bruta	**292.532**	**266.850**
Deduções da receita		
Impostos	(9.406)	(7.760)
Cancelamentos	(404)	(581)
Total de deduções	**(9.810)**	**(8.341)**
Receita líquida	**282.722**	**258.509**

	Consolidado	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receita bruta		
Serviço de telecomunicações	5.449	2.187
Serviço de infraestrutura de telecomunicações	635	3.190
Serviço técnico e uso de plataforma	6.272	1.986
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	131.568	132.162
M2M	7.976	7.656
SMS	2.840	1.293
Collocation	153	414
Outros	624	450
Total da receita bruta	**155.517**	**149.338**
Deduções da receita		
Impostos	(4.424)	(3.577)
Cancelamentos	(452)	(316)
Total de deduções	**(5.107)**	**(3.893)**
Receita líquida	**150.410**	**145.445**

	Controladora	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional bruta		
Serviço de telecomunicações	-	1.017
Serviço de infraestrutura de telecomunicações	1.009	1.473
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	16.163	3.416
Collocation	229	970
Outros	1.703	-
Total da receita bruta	**19.104**	**6.876**
Deduções da receita		
Impostos	(1.167)	(335)
Cancelamentos	(48)	(133)
Total de deduções	**(1.215)**	**(468)**
Receita líquida	**17.889**	**6.408**

	Controladora	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional bruta		
Serviço de telecomunicações	-	553
Serviço de infraestrutura de telecomunicações	454	414
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	9.859	2.947
Collocation	83	435
Outros	625	-
Total da receita bruta	**11.021**	**4.349**
Deduções da receita		
Impostos	(597)	(180)
Cancelamentos	(47)	(130)
Total de deduções	**(644)**	**(310)**
Receita líquida	**10.377**	**4.039**

Abaixo apresentamos a definição de cada uma das principais linhas de produto:

- **M2M/Io:** receita decorrente da venda de planos de dados para comunicação máquina a máquina (*Machine-to-Machine*). Exemplo deste tipo de conectividade são as máquinas de cartão de crédito e/ou rastreadores de veículos automotores;

- **Detrat/Detraf:** receita decorrente da venda de tráfego de minutos para operadoras licenciadas no Brasil que precisam transportar chamadas de telefone móvel ou fixo. (*Ex.*: Grupo Oi, Claro, Vivo etc);

- **SMS:** refere-se à venda de planos de mensagens curta de texto. Exemplos de clientes são aqueles que enviam mensagens para confirmação de transações ou código para certificação de usuário. Serviço concentrado em aplicações P2A, person to application;

- **Collocation:** trata-se das receitas de locação de espaços para armazenagem de equipamentos e plataforma no datacenter da empresa.

- **Uso da plataforma:** receita proveniente da gestão da plataforma de dados e minutos que disponibilizamos para os clientes terem autonomia, na gestão de suas aplicabilidades. Atende as operações de M2M/IoT com as plataformas de gestão da conectividade e serviços de valor agregado, como também as operações CpaaS com os serviços de gestão inteligente de tráfego e numeração, antifraude, controle de chamadas etc.

- **Telecomunicações:** receita de serviço de voz.

- **Infraestrutura:** receita proveniente de instalações e/ou uso de equipamentos de telecomunicações.

19 Despesas por natureza

Consolidado							
Em							
30/06/2021	Custo dos serviços	Despesas de vendas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais	Outras despesas operacionais	Total
Minutos de remuneração de rede - (a)	(231.732)	-	-	-	-	-	**(231.732)**
Infraestrutura de rede	(418)	-	-	-	-	-	**(418)**
Plataforma operacional	(3.760)	-	-	-	-	-	**(3.760)**
Depreciação e amortização	(5.448)	-	-		-	-	**(5.448)**
Despesas comerciais	-	(4.872)	-	-	-	-	**(4.872)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	-	-	763	-	-	-	**763**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(13.404)	-	-	**(13.404)**
Despesas com tecnologia	-	-	-	(1.479)	-	-	**(1.479)**
Despesa de escritório	-	-	-	(664)	-	-	**(664)**
Despesa regulatória	-	-	-	(953)	-	-	**(953)**
Despesas de viagem	-	-	-	(155)	-	-	**(155)**
Serviços profissionais	-	-	-	(2.247)	-	-	**(2.247)**
Contingência tributária e trabalhista	-	-	-	-	1.963	-	**1.963**
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	671	-	**671**
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(526)	**(526)**
Total	**(241.358)**	**(4.872)**	**763**	**(18.902)**	**2.634**	**(526)**	**(262.261)**

Consolidado							
Intermediários							
30/06/2021	Custo dos serviços	Despesas de vendas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais	Outras despesas operacionais	Total
Minutos de remuneração de rede - (a)	(125.688)	-	-	-	-	-	**(125.688)**
Infraestrutura de rede	(192)	-	-	-	-	-	**(192)**
Plataforma operacional	(1.617)	-	-	-	-	-	**(1.617)**
Depreciação e amortização	(2.714)	-	-	-	-	-	**(2.714)**
Despesas comerciais	-	(1.595)	-	-	-	-	**(1.595)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	-	-	(72)	-	-	-	**(72)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(7.040)	-	-	**(7.040)**
Despesas com tecnologia	-	-	-	(495)	-	-	**(495)**
Despesa de escritório	-	-	-	25	-	-	**25**
Despesa regulatória	-	-	-	(693)	-	-	**(693)**
Despesas de viagem	-		-	(76)	-	-	**(76)**
Serviços profissionais	-	-	-	(1.008)	-	-	**(1.008)**
Contingência tributária e trabalhista	-	-	-	-	1.580	-	**1.580**
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	277	-	**277**
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(192)	**(192)**
Total	**(130.211)**	**(1.595)**	**(72)**	**(9.287)**	**1.857**	**(192)**	**(139.500)**

Consolidado						
Em						
30/06/2020	Custo dos serviços	Despesas de vendas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	Despesas administrativas	Outras despesas operacionais	Total
Minutos de remuneração de rede - (a)	(221.568)	-	-	-	-	**(221.568)**
Infraestrutura de rede	(970)	-	-	-	-	**(970)**
Plataforma operacional	(1.906)	-	-	-	-	**(1.906)**
Depreciação e amortização	(5.027)	-	-	-	-	**(5.027)**
Despesas comerciais	-	(975)	-	-	-	**(975)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	-	-	(274)	-	-	**(274)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(12.992)	-	**(12.992)**
Despesas com tecnologia	-	-	-	(1.494)	-	**(1.494)**
Despesa de escritório	-	-	-	(1.598)	-	**(1.598)**
Despesa regulatória	-	-	-	(305)	-	**(305)**
Despesas de viagem	-	(250)	-	-	-	**(250)**
Serviços profissionais	-	-	-	(2.460)	-	**(2.460)**
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(35)	**(35)**
Total	**(229.471)**	**(1.225)**	**(274)**	**(18.849)**	**(35)**	**(249.854)**

Consolidado						
Em						
30/06/2020	Custo dos serviços	Despesas de vendas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	Despesas administrativas	Outras despesas operacionais	Total
Minutos de remuneração de rede - (a)	(126.873)	-	-	-	-	**(126.873)**
Infraestrutura de rede	(534)	-	-	-	-	**(534)**
Plataforma operacional	(1.864)	-	-	-	-	**(1.864)**
Depreciação e amortização	(2.526)	-	-	-	-	**(2.526)**
Despesas comerciais	-	(370)	-	-	-	**(370)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	-	-	(58)	-	-	**(58)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(6.149)	-	**(6.149)**
Despesas com tecnologia	-	-	-	(896)	-	**(896)**
Despesa de escritório	-	-	-	(911)	-	**(911)**
Despesa regulatória	-	-	-	(133)	-	**(133)**
Despesas de viagem	-	(250)	-	-	-	**(250)**
Serviços profissionais	-	-	-	(1.023)	-	**(1.023)**
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(1)	**(1)**
Total	**(131.797)**	**(620)**	**(58)**	**(9.112)**	**(1)**	**(141.588)**

Controladora						
Em						
30/06/2021	**Custo dos serviços**	**Despesas de vendas**	**Despesas administrativas**	**Outras receitas operacionais**	**Outras despesas operacionais**	**Total**
Minutos de remuneração de rede - (a)	(5.650)	-	-	-	-	**(5.650)**
Infraestrutura de rede	(417)	-	-	-	-	**(417)**
Plataforma operacional	(1.030)	-	-	-	-	**(1.030)**
Depreciação e amortização	(670)	-	-	-	-	**(670)**
Despesas comerciais	-	(397)	-	-	-	**(397)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	(2.593)	-	-	**(2.593)**
Despesas com tecnologia	-	-	(924)	-	-	**(924)**
Despesa de escritório	-	-	(559)	-	-	**(559)**
Despesa regulatória	-	-	(488)	-	-	**(488)**
Despesas de viagem	-	-	(117)	-	-	**(117)**
Serviços profissionais	-	-	(961)	-	-	**(961)**
Outra receita operacional	-	-	-	315	-	**315**
Outra despesa operacional	-	-	-	-	**(64)**	**(64)**
Total	**(7.767)**	**(397)**	**(5.642)**	**315**	**(64)**	**(13.555)**

Controladora						
Intermediários						
30/06/2021	**Custo dos serviços**	**Despesas de vendas**	**Despesas administrativas**	**Outras receitas operacionais**	**Outras despesas operacionais**	**Total**
Minutos de remuneração de rede - (a)	(2.821)	-	-	-	-	**(2.821)**
Infraestrutura de rede	(191)	-	-	-	-	**(191)**
Plataforma operacional	(443)	-	-	-	-	**(443)**
Depreciação e amortização	(296)	-	-	-	-	**(296)**
Despesas comerciais	-	(147)	-	-	-	**(147)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	(1,585)	-	-	**(1.585)**
Despesas com tecnologia	-	-	(280)	-	-	**(280)**
Despesa de escritório	-	-	(194)	-	-	**(194)**
Despesa regulatória	-	-	(368)	-	-	**(368)**
Despesas de viagem	-	-	(63)	-	-	**(63)**
Serviços profissionais	-	-	(450)	-	-	**(450)**
Outras receitas operacionais	-	-	-	189	-	**189**
Outra despesa operacional	-	-	-	-	**(63)**	**(63)**
Total	**(3.751)**	**(147)**	**(2.940)**	**189**	**(63)**	**(6.712)**

Controladora				
Para o período de seis meses encerrado				
30/06/2020	**Custo dos serviços**	**Despesas de vendas**	**Despesas administrativas**	**Total**
Minutos de remuneração de rede - (a)	(364)	-	-	**(364)**
Infraestrutura de rede	(415)	-	-	**(415)**
Plataforma operacional	(121)	-	-	**(121)**
Depreciação e amortização	(515)	-	-	**(515)**
Despesas comerciais	-	(25)	-	**(25)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	(2.285)	**(2.285)**
Despesas com tecnologia	-	-	(238)	**(238)**
Despesa de escritório	-	-	(846)	**(846)**
Despesa regulatória	-	-	(51)	**(51)**
Despesas de viagem	-	(3)	-	**(3)**
Serviços profissionais	-	-	(630)	**(630)**
Total	**(1.415)**	**(28)**	**(4.050)**	**(5.493)**

Controladora				
Para o período de seis meses encerrado				
30/06/2020	**Custo dos serviços**	**Despesas de vendas**	**Despesas administrativas**	**Total**
Minutos de remuneração de rede - (a)	(155)	-	-	**(155)**
Infraestrutura de rede	(194)	-	-	**(194)**
Plataforma operacional	(121)	-	-	**(121)**
Depreciação e amortização	(285)	-	-	**(285)**
Despesas comerciais	-	(2)	-	**(2)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	(1.358)	**(1.358)**
Despesas com tecnologia	-	-	(230)	**(230)**
Despesa de escritório	-	-	(671)	**(671)**
Despesa regulatória	-	-	88	**88**
Despesas de viagem	-	(3)	-	**(3)**
Serviços profissionais	-	-	(584)	**(584)**
Total	**(755)**	**(5)**	**(2.755)**	**(3.515)**

(a) Custos referentes aos gastos com compra de minutos, SMS e dados de operadoras fixas e móveis em âmbito nacional e internacional.

20 Despesas financeiras líquidas

	Consolidado	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	152	90
Multas e penalidades recebidas	361	213
Descontos obtidos	74	165
Variação cambial	1.577	52
Ganhos com operação de SWAP	492	2.158
Outras receitas financeiras	3	-
Total das receitas financeiras	**2.659**	**2.678**
Despesas financeiras:		
Despesas de juros sobre empréstimos	(99)	(679)
Multas e penalidades	(1.311)	(291)
Outros custos financeiros	(471)	(703)
Imposto sobre receitas financeiras	(747)	(283)
Variação cambial	(1.716)	(5.432)
Despesas financeiras - despesas bancárias	(394)	(511)
Total das despesas financeiras	**(4.738)**	**(7.899)**
Total	**(2.079)**	**(5.221)**

	Consolidado	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	74	80
Multas e penalidades recebidas	172	101
Descontos obtidos	(152)	165
Variação cambial	2.077	(947)
Ganhos com operação de SWAP	(85)	1.443
Outras receitas financeiras	-	-
Total das receitas financeiras	**2.086**	**842**
Despesas financeiras:		
Despesas de juros sobre empréstimos	(494)	65
Multas e penalidades	(1.233)	(51)
Outros custos financeiros	(19)	(1.372)
Imposto sobre receitas financeiras	216	402
Variação cambial	17	(3.691)
Despesas financeiras - despesas bancárias	(181)	(416)
Total das despesas financeiras	**(1.694)**	**(5.063)**
Total	**392**	**(4.221)**

	Controladora	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	86	20
Multas e penalidades recebidas	113	-
Descontos obtidos	-	108
Outras receitas financeiras	2	-
Total das receitas financeiras	**201**	**128**
Despesas financeiras:		
Despesas de juros sobre empréstimos	(95)	(517)
Multas e penalidades	(162)	(143)
Outros custos financeiros	(215)	(134)
Variação cambial	-	(230)
Despesas financeiras - Despesas bancárias	(237)	(52)
Total das despesas financeiros	**(709)**	**(1.076)**
Total	**(508)**	**(948)**

	Controladora	
	Para o período de seis meses encerrado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	44	18
Multas e penalidades recebidas	74	-
Descontos obtidos	-	3
Outras receitas financeiras	-	-
Total das receitas financeiras	**118**	**21**
Despesas financeiras:		
Despesas de juros sobre empréstimos	(19)	(517)
Multas e penalidades	(84)	(36)
Outros custos financeiros	(205)	(47)
Variação cambial	-	(94)
Despesas financeiras - Despesas bancárias	(180)	-
Total dos custos financeiros	**(488)**	**(694)**
Total	**(370)**	**(673)**

21 Instrumentos financeiros

A tabela abaixo mostra os instrumentos financeiros por categoria e nível:

Consolidado							
				Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Classificação por categoria		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo financeiro							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado		23.001	22.140	23.001	22.140
Contas a receber de clientes	5	Custo amortizado		96.806	74.592	96.806	74.592
Outros ativos circulantes e não circulantes		Custo amortizado		1.873	245	1.873	245
Passivo financeiro:							
Fornecedores e outras contas a pagar	12	Custo amortizado		103.934	84.167	103.934	84.167
Empréstimos e financiamentos	10	Custo amortizado		22.001	13.792	23.450	14.836
Arrendamentos	11	Custo amortizado		4.422	3.264	4.422	3.264
Dividendos a pagar	16.e	Custo amortizado		7.171	6.459	7.171	6.459
Outros passivos circulantes e não circulantes		Custo amortizado		861	1.754	861	1.754

Controladora							
				Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Classificação por categoria		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo financeiro							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado		7.115	5.903	7.115	5.903
Contas a receber de clientes	5	Custo amortizado		5.360	5.431	5.360	5.431
Outros ativos circulantes e não circulantes		Custo amortizado		288	30	285	29
Passivo financeiro:							
Fornecedores e outras contas a pagar	12	Custo amortizado		3.794	1.183	3.794	1.183
Empréstimos e financiamentos	10	Custo amortizado		13.496	5.388	14.262	5.497
Arrendamentos	11	Custo amortizado		4.422	3.264	4.422	3.264
Dividendos a pagar	16.e	Custo amortizado		7.171	6.459	7.171	6.459
Contas a pagar para partes relacionadas	13.b	Custo amortizado		17.323	17.323	17.323	17.323
Outros passivos circulantes e não circulantes		Custo amortizado		-	264	-	264

a. Valor justo

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são retiradas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não for viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. É necessário julgamento na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis podem afetar o valor justo relatado dos instrumentos financeiros.

Apuração do valor justo

- **Nível 2 -** Dessa forma, os saldos de títulos, contas a receber, empréstimos com partes relacionadas foram registrados com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, o Grupo não possuía transações a serem classificadas.

Gerenciamento do risco financeiro

O Grupo está exposto aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez (i);
- Risco de mercado (ii);
- Risco de crédito (iii).

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades para cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem do Grupo para o gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações. Portanto, ela busca manter disponibilidade de caixa para fazer frente às suas obrigações de curto prazo, garantindo que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações a vencer, em condições normais e de estresse, sem causar prejuízos inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

	Consolidado					
	Valor contábil	Até 01 ano	01–02	03–05	>05	Total
30 de junho de 2021						
Fornecedores e outras contas a pagar	103.934	101.7055	2.879	-	-	103.934
Empréstimos e financimentos	22.001	7.688	16.496	6.557	-	30.741
Arrendamentos	4.422	1.457	2.914	1.157	-	5.528
Dividendos a pagar	7.171	7.171	-	-	-	7.171
Outros passivos circulantes e não circulantes	861	91	770	-	-	861
31 de dezembro de 2020						
Fornecedores e outras contas a pagar	84.167	79.766	4.401	-	-	84.167
Empréstimos e financimentos	13.792	4.140	10.707	-	-	14.847
Arrendamentos	3.264	1.278	1.885	1.058	-	4.221
Dividendos a pagar	6.459	6.459	-	-	-	6.459
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.754	1.324	430	-	-	1.754

	Controladora					
	Valor contábil	Até 01 ano	01–02 anos	03–05 anos	>05 anos	Total
30 de junho de 2021						
Fornecedores e outras contas a pagar	3.794	3.794	-	-	-	3.794
Empréstimos e financimentos	13.496	3.831	11.097	6.557	-	21.484
Arrendamentos	4.422	1.457	2.914	1.157	-	5.528
Dividendos a pagar	7.171	7.171	-	-	-	7.171
31 de dezembro de 2020						
Fornecedores e outras contas a pagar	1.183	1.183	-	-	-	1.183
Empréstimos e financimentos	5.388	2.448	2.993	-	-	5.441
Arrendamentos	3.264	1.278	1.885	1.058	-	4.221
Dividendos a pagar	6.459	6.459	-	-	-	6.459
Outros passivos	264	264	-	-	-	264

(ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, como variações cambiais, taxas de juros e preços de ações afetarão a receita do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Os riscos cambiais estão relacionados com a possibilidade de aumento de custos com contratos em moeda estrangeira, tendo uma relação direta com a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, o Grupo monitora frequentemente a variação das taxas de câmbio e busca negociar as melhores taxas de fechamento com as instituições financeiras, visando reduzir o impacto dessas variações no fluxo de caixa cambial.

Risco de taxa de juros

O Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é indexado pelo CDI, neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros.

(iii) Risco de crédito

O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, fazendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha que oferecem uma alta remuneração em investimentos de curto prazo. No que tange às contas a receber de clientes, outros recebíveis, o Grupo tem uma base de clientes reduzida. Esses clientes também atuam como contas a pagar de fornecedores e outras contas a pagar e, consequentemente, reduzem sua exposição a riscos de crédito, e o Grupo realiza análises de crédito contínuas.

Os valores dos ativos financeiros com exposição máxima ao risco de crédito são os seguintes:

	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	23.001	22.140
Contas a receber de clientes	96.806	74.591
Outros ativos circulantes e não circulantes	1,873	246

Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade do Grupo de continuar proporcionando retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida, o patrimônio líquido e ativo líquido em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Total de empréstimos e financiamentos e aarrendamentos	26.423	17.056
(-) Menos: caixa e equivalentes de caixa	(23.001)	(22.140)
(Caixa)/dívida líquida	**(3.422)**	**(5.084)**
Patrimônio líquido	56.368	53.110

22 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

(i) Análise de sensibilidade de taxa de câmbio

A análise de sensibilidade realizada pelo Grupo considerou uma valorização de 7,61%, do Real (R$) em relação ao Dólar (US$) e de 15,10% de valorização do Real (R$) em relação ao Euro (EUR), correspondentes à avaliação da Administração de possíveis variações nas taxas de câmbio.

A Administração utiliza as projeções de taxas de câmbio das principais instituições financeiras do mercado, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco ABC.

	Exposição (Em milhares de EUR/US$)	Impacto (perda) - Em milhares de reais – I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Contas a receber de clientes (US$)	64	24	30	36	18	12
Fornecedores e outros contas a pagar (US$)	(863)	(328)	(410)	(492)	(246)	(164)
Exposição líquida (US$)	(799)	(304)	(380)	(456)	(228)	(152)
Contas a receber de (EUR)	127	113	141	170	85	57
Fornecedores e outros contas a pagar (EUR)	(138)	(124)	(155)	(186)	(93)	(62)
Exposição líquida (EUR)	(11)	(11)	(14)	(17)	(8)	(6)

(ii) Análise de sensibilidade da taxa de juros

O Grupo realizou análises de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade às mudanças nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas na data do balanço. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. As aplicações

financeiras são atualizadas pela variação do CDI enquanto os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação do CDI e taxas pré-fixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras vinculadas, e títulos para negociação com investidores neste mercado. A análise de sensibilidade para as taxas de juros com o aumento e diminuição de 25% e 50% nos números é a seguinte:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 30/06/2021	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 – Ativo financeiro								
Investimentos de curto prazo	5.183	CDI	4,15%	215	269	323	161	108
2 – Passivo financeiro								
Capital de giro	(3.951)	CDI	4,15%	(164)	(205)	(246)	(123)	(82)
		Efeito		**51**	**64**	**77**	**38**	**26**

23 Títulos e valores mobiliários e garantias

Em 30 de junho de 2021, o Grupo possuía operações que envolviam avais, fianças e/ou bens em garantias, além dos contratos de empréstimos no montante de R$ 26.423 (nota 10 e 11).

24 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora pela média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício, mais a média ponderada do número de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais com efeitos diluidores.

Não há um plano de opções ou efeitos diluidores a serem considerados. Portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo para os exercícios apresentados.

A tabela a seguir reflete o lucro líquido e os dados das ações utilizados nos cálculos de lucro por ação (básico e diluído):

	Em		Intermediário	
	30/06/2021	30/06/2020	01/04/2021-30/06/2021	01/04/2021–30/06/2021
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	13.710	1.572	8.758	(1.570)
Número médio ponderado de ações	*88.033.592*	*88.033.592*	*88.033.592*	*88.033.592*
Lucro por ação - básico e diluído (R$).....	0,00016	0,000018	0,000010	(0,00002)

25 Transações que não afetam o caixa

Efeito nessas demonstrações que não afetaram o caixa no trimestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, elas seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	30/06/2021	30/06/2020
Adições ao imobilizado e intangível de 2020 – com efeito caixa (a)	2.508	852
Adições ao imobilizado e ativos intangíveis de junho de 2021 - sem efeito caixa (b)	(3.557)	(2.643)
Adições ao direito de uso em junho de 2021 (nota 10)	(2.034)	(1.185)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**(3.083)**	**(2.977)**
Contas a pagar a fornecedores e outros valores a pagar (a) e (b)	1.049	1.792
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(1.049)**	**(1.752)**
Adições ao passivo de arrendamento (nota 10)	2.034	1.185
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**2.034**	**1.185**

(a) Ao longo do exercício de 2021, o Grupo efetuou o pagamento de R$ 2.508 no consolidado (R$ 852 na controladora) referente a adições de imobilizado e intangível reconhecidas em 2020.

(b) Em 2021, o Grupo adquiriu ativos imobilizados e intangíveis para os quais, não incorreu pagamento durante o período.

26 Eventos subsequentes

a. Nova linha de financiamento

Em linha com o seu planejamento estratégico e seu plano econômico e financeiro, a Companhia aprovou uma linha de financiamento junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), instituição de fomento vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2021 para financiar seu ciclo econômico de 2021 e 2022.

A linha tem como objetivo a implementação do seu Plano de MVNOs, no qual a Companhia atua como uma MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), credenciando empresas a serem MVNOs; da expansão Latam das operações de IoT (*Internet of Things*) e a entrada na vertical de Agronegócio de IoT.

O projeto aprovado com a FINEP compreende toda a estrutura de jornada de clientes que agem de forma matricial nestas três frentes, como também a automação dos processos de backoffice na oferta de produtos e serviços alinhados com estas vertentes de crescimento.

A linha de crédito aprovada é de R$ 34.681 e é composta por seis tranches, conforme o quadro abaixo.

Tranche	Crédito Finep (R$)
1	9.073
2	9.073
3	3.633
4	3.633
5	4.633
6	4.633

As tranches são liberadas conforme comprovação de gastos de acordo com a execução do projeto técnico e financeiro e apresentação de garantia. O prazo total do financiamento é de 10 anos, com 3 anos de carência, com uma taxa anual de 2.8% a.a.

A primeira parcela foi recebida em 19 de abril de 2021. Como a comprovação vale desde a aprovação do projeto, a primeira parcela teve seus dispêndios e evolução técnica comprovada em cima de gastos e ações já realizadas.

Dentro deste contexto, a Companhia captou a segunda parcela em 29 de agosto de 2021 e considera ainda no seu planejamento anual a terceira parcela entre outubro e novembro.

As garantias para esta segunda parcela foram apenas de recebíveis, sem cash colateral (depósito de dinheiro em conta bancária), de 30%. Já para a terceira parcela, novas negociações serão feitas.

b. Dividendos adicionais

Após o encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou duas distribuições de dividendos. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de abril de 2021 foi aprovada a distribuição de R$ 10.000 em adição aos dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$ 6.832.

Os valores foram pagos em três parcelas. A primeira parcela na forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), em 20 de abril de 2021, no valor total de R$ 2.490 (valor bruto) e a segunda e terceira parcelas como dividendos no valor total de R$ 7.171 cada, pagas em 31 de maio de 2021 e 14 de julho de 2021, respectivamente.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovada nova distribuição de dividendos. Na ocasião, foram aprovados o pagamento de R$ 1.398 como dividendos e R$ 1.355 como JCP, os valores serão pagos após outubro de 2021 e referem-se a pagamentos da Datora Participações e Serviços S.A. aos seus acionistas na data da aprovação e são referentes aos resultados acumulados de janeiro a junho de 2021 e oriundos de sua reserva de lucros.

c. Mudança no quadro societário

Tendo em vista uma simplificação da estrutura acionária dos respectivos acionistas da Companhia, foi concluída reorganização societária em 23 de agosto de 2021, alterando, consequentemente, o quadro acionário da Companhia, como resultado desta transação, a T&T Investimentos Ltda. transferiu a sua atual participação societária detida na Datora Participações e S.A., para os sócios pessoas físicas. A reorganização societária dos acionistas da Companhia, não alterou o controle final da Companhia.

d. Bônus sobre sucesso do IPO, para grupo de colaboradores e Administradores

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado remuneração variável aos membros da Diretoria e a determinados colaboradores da Companhia, no valor máximo de R$ 15.000, de acordo com a distribuição a ser designada pelo Diretor Presidente da Companhia respeitando a dedicação de cada membro do Projeto de IPO. Os valores serão pagos por meio de ações de emissão da Companhia no momento do vesting, usando ações de tesouraria, transferência e ou emissão de novas ações.

e. Plano de Incentivo de longo prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo no formato Restricted Stock Unit (RSU) condicionado ao sucesso do IPO e sem custo para o colaborador participante do programa (endereçado para diretores, gerentes e colaboradores que respondem a diretores de acordo com o quadro funcional no IPO e para gerentes acima de classe 14 (base cargos e salários) e colaboradores chaves em caso de incentivos futuros) O incentivo de longo prazo está associado a um período de vesting e metas de performance (a serem aprovadas nos ciclos de planejamento da Companhia pelo Conselho de Administração) cruzadas com o desempenho das ações de emissão da Companhia em relação ao Índice Bovespa (IBOVESPA). As ações a serem distribuídas, em caso de sucesso no IPO, respeitarão o limite máximo de 3% do total de ações emitidas pela Companhia.

* * *

Administração

Tomas Henrique Fuchs
Presidente

Claude A.J Araripe M. da Silva
Diretor Financeiro

Leonardo Baía
Contador CRC SP 292090/O-9

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório da Administração **3**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **32**

Balanços patrimoniais **38**

Demonstrações de resultados **39**

Demonstrações dos resultados abrangentes **40**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **41**

Demonstrações dos fluxos de caixa **42**

Demonstrações do valor adicionado **43**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **44**

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi um marco para o Grupo Datora, pois além de ter sido mais um ano em que confirmamos a robustez do nosso modelo de negócios, foi o ano em que passamos por uma discussão profunda e fundamentada do nosso plano estratégico. Após a reorganização societária no fim de 2019, que tornou o grupo mais eficiente e pró crescimento, avançamos nas demais etapas do nosso plano estratégico. Iniciamos 2021 com o time Datora 100% alinhado com os 5 pilares que definimos como base da nossa estratégia para os próximos 5 anos. Universalização do IOT, expansão internacional, imersão na vertical AGRO de IOT, fortalecimento da jornada do cliente e digitalização e automação da experiência do cliente interno.

Estes pilares estratégicos cruzam nossas 4 linhas principais de negócio (segmentos), permitindo um crescimento orgânico e sustentável do nosso negócio atual, ao mesmo tempo em que traz elementos que agregam valor ao nosso modelo de negócios e a nossa proposta de valor. Desta forma, esperamos que a estrutura de tecnologia de Voz sobre IP (VoIP) continue a crescer como um alicerce de sustentação para o desenvolvimento dos segmentos de CPaaS (Communication Platform as a Service), CPaaS-Geral, CPaaS_OTT (Over The Top), e CpaaS_IOT (Internet of Things).

No pilar de universalização do IOT, já contamos com 10 contratos firmados com provedores de Internet e outros importantes players locais nas mais diversas regiões do Brasil, onde atuamos como uma plataforma de tecnologia em IOT e conectividade para que eles alavanquem a oferta de serviços para seus clientes. Com um mercado potencial de mais de 700 clientes espalhados pelo Brasil, que já são clientes do Grupo Datora em serviços de Plataforma de Voz sobre IP, bem como CPaaS, entendemos que há um vasto mercado para ampliarmos este posicionamento, alavancando estes canais através de ofertas White Label para sua base de clientes. Deste modo, não apenas temos uma capacidade exponencial de atingir mercados locais, onde nossos clientes possuem uma sólida presença geográfica, mas também abrirmos um enorme espaço para monetizar as mais diversas interações econômicas dos usuários finais (clientes dos nossos clientes) com nossos clientes. É neste fértil campo, que temos a ArqiaPag, nossa fintech de serviços de meios de pagamento que além da oferta de boletos, também engloba a oferta de contas digitais através de parcerias com bancos digitais. Ainda de modo a alavancar este mercado potencial, estamos em fase de construção de um marketplace de serviços de tecnologia em conectividade, o 1º com esta natureza. Assim, não só impulsionaremos nossos parceiros locais com ofertas de serviços e produtos complementares para impulsionar seu crescimento regional, mas também construiremos um ecossistema de IOT juntando provedores de device, soluções e serviços de gestão da conectividade.

No pilar de expansão internacional, continuamos fortalecendo nosso posicionamento para sermos referência para as OTTs (Over the Top Customers como Uber, 99, Airbnb atendidas por empresas como Twillio, Synch, Plivio, Zenvia etc.) com interesses de explorar o mercado Brasileiro. Atualmente, provemos uma gama de serviços em conectividade tais como numeração telefônica, serviços de mensageria dentre outros. Ainda no pilar de expansão internacional, caminhamos para nos tornarmos o principal parceiro estratégico no mercado brasileiro para grandes operadoras internacionais com clientes globais no Brasil. Um exemplo é o mercado automotivo onde provemos serviços de IoT para que os carros de montadoras internacionais sejam vendidos no Brasil conectados e com cobertura em toda a América Latina. Se por um lado essa frente encontra-se em fase de crescimento, estamos em fase de maturação para uma expansão na América Latina, de modo a nos tornarmos participantes nestes mercados através da nossa base no Brasil.

Já no pilar de Agro, enxergamos o potencial deste mercado e o quanto ele é importante para o desenvolvimento do país. Nosso entendimento é que existe um mercado amplo desprovido de soluções de IOT e conectividade que gerariam impactos significativos em termos de produtividade e economia em custos operacionais. Há enormes desafios, desde a infraestrutura de rede até os meios de financiamento para os pequenos e médios agricultores, mas sabemos que existem caminhos sólidos para avançar em ofertas concretas e desencadear o IoT no Agro. Nosso DNA é de inovação e pioneirismo e desafios como estes nos motivam. Neste caminho, temos nos aprofundado em tecnologias através de conectividade NbIOT (Narrow Band Internet of Things) dentre outras.

De forma matricial, cruzando 100% dos segmentos em que atuamos, definimos dois pilares de fundamental importância, o pilar de jornada de clientes e o de digitalização e automação da experiência do cliente interno. No pilar de jornada do cliente, estamos em processo de melhoria contínua dos pontos de contato do cliente com a empresa na sua experiência de compra, consumo e atendimento. Aqui, buscamos plataformas de interação com o cliente de modo a mantermos nosso atendimento personalizado como diferencial, mas ao mesmo tempo ampliando aplicações de autosserviço, gerando autonomia, velocidade e escalabilidade na oferta de serviços e produtos. O caminho da excelência no aperfeiçoamento da jornada do cliente é infinito e dinâmico e por isso, nos preocupamos em manter uma estrutura de oferta flexível, modular e fundamentada em analytics e big data. Estas bases nos dão fundamentação para aplicações de Inteligência artificial que invadem a gestão de conectividade e dados, otimizando ainda mais os ganhos de nossos clientes.

Já na digitalização e na automação da experiência do cliente interno, entendemos que a escalabilidade do negócio está na eficiência e produtividade e que apenas com isso vamos ter a possibilidade de capturar de nossos colaboradores o seu maior potencial, os afastando de processos manuais e maçantes. Através da comunicação automatizada e sistêmica das mais diversas plataformas operacionais, buscamos processos com baixa interferência humana e alta capacidade de processamento e disponibilidade. Neste caso, temos inúmeras iniciativas voltadas para RPA (Robot Process Automation), OCR (Optical Character Recognition) e integração de plataformas.

Através destes pilares almejamos alcançar nossa inspiração definida em março de 2019, ser uma empresa de 2 bilhões de reais em receita e 430 milhões de EBITDA em até 5 anos. Continuamos avançando em todas as frentes de nosso plano estratégico e nossos resultados são a mostra de que estamos no caminho certo.

Nesta linha, sabemos dos desafios da escala num processo de crescimento orgânico e por isso, estaremos sempre atentos a oportunidades de consolidação no mercado de modo a ganharmos escala e atingirmos nossa inspiração. Para isso, em 2021, pretendemos mapear o mercado em busca de oportunidades de M&A.

Em 2020, mesmo impactados pela COVID, fomos capazes de entregar um crescimento incrível nos nossos principais indicadores de negócio. A pandemia afetou nossas linhas de negócio que trabalham com clientes com forte interação no mercado de varejo e mobilidade. Desta forma, nossos segmentos de CpaaS sofreram uma forte queda de resultados no 2º trimestre, com quedas nos negócios de suporte a pequenos e médios clientes no Brasil, CpaaS-Geral e nas ramificações que compreendem as linhas de CpaaS_IoT e CpaaS_OTT Por outro lado, a oferta para grandes operadoras, nacionais e internacionais (segmento VoIP), experimentou um forte crescimento impulsionando os resultados. Do 3º trimestre em diante, observamos o reaquecimento das linhas que tiveram maior impacto durante a COVID e fechamos 2020 com recorde de novas vendas de IoT, bem como recorde de VoIP cursado.

Em 2020, atingimos a marca de mais de 20 bilhões de chamadas VoIP processadas. No segmento de IoT, tivemos uma alta de 30% na base instalada de Sim Cards frente a 2019, mesmo com o forte impacto da COVID de março a junho, que praticamente congelou o mercado. Estes números se traduziram numa alta em relação a 2019 de 74,0% na receita operacional líquida, frente a uma alta

de 40,5% observada em 2019 frente a 2018. O EBITDA, por sua vez, acompanhou o movimento, mostrando a consistência do modelo de negócios. Tivemos, em 2020, uma alta de 62,4% no EBITDA frente a 2019, que já havia crescido 169,2% frente a 2018, resultado da virada do segmento CPaaS_IOT que alcançou breakeven de EBITDA e caixa em 2019. O Lucro operacional também teve resultado destacado, alcançou em 2020 alta de 99% frente a 2019, que já havia registrado crescimento significativo frente a 2018, uma vez que 2018 fechamos praticamente no breakeven. A empresa também registrou uma excelente taxa de conversão de EBTIDA em caixa, de 66,9% em 2020 versus 73% em 2019. Com a melhora do resultado, indicadores de risco e rentabilidade também tiveram melhoras. A dívida líquida em 2020 ficou negativa e registramos um RoiC de 9,90% e RoE de 58,93%. Números com forte evolução frente a 2019 e 2018, que registraram dívida líquida negativa em 2019 versus dívida líquida de R$40.055 mil em 2018, bem como RoiC de 3 ,53% em 2019 e 1,36% em 2018. O RoE, por sua vez, registrou, em 2019, 31,11%.

Importante destacar, que estes números consideram a visão combinada da empresa de modo a compararmos 2020, 2019 e 2018 nas mesmas bases, já que a reorganização societária que consolidou as empresas do Grupo debaixo da Datora Participações só aconteceu de fato em novembro de 2019, o que explica a receita auditada do grupo neste ano.

Além disso, destaco termos tido 87% de aprovação dos colaboradores segundo medição do Great Place to Work. Estamos muito orgulhosos com resultados que nos chancelam entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Aqui, a certeza de que o capital humano é um ativo de enorme importância para o grupo e que continuará a nos nortear em impulsionar seu potencial através de investimentos no clima organizacional, no desenvolvimento de habilidades, no aprimoramento de competências e numa relação próxima e acolhedora entre empresa e colaboradores.

Para 2021, esperamos um ano também difícil, mas cheio de oportunidades. Observamos um mercado com alta liquidez e propício para avançarmos nos nossos investimentos, mas ao mesmo tempo impactado pela continuidade dos efeitos da pandemia. Continuamos experimentando crescimento, mas mantemos nossa cautela na gestão do risco. Caixa forte, proteções frente a variações cambiais, gestão do ciclo financeiro e sempre um olhar central nos nossos clientes. Para isso, buscamos, como sempre, uma maior estabilidade e disponibilidade dos nossos serviços. Nesta linha, temos mantido os investimentos de melhoria no nosso datacenter, ampliado a nossa rede CORE com plataformas de última geração em capacidade, mas também em redundância, e investindo na ampliação da oferta de serviços.

Em 2021, esperamos também fortalecer ainda mais nosso papel em ações de ESG. Na parte de social, fundamos a ONG Escola Conectada que busca levar internet a escolas públicas em todo o Brasil. Através de parcerias com Internet Service Providers (vários dos quais nossos clientes), disponibilizamos internet de alta qualidade para escolas até então desprovidas de serviços desta natureza. Um pequeno passo para ajudar a sociedade, mas uma enorme diferença na vida daqueles que foram e serão beneficiados. Temos buscado também suportar iniciativas educacionais onde a conectividade de nossos SIM Cards é a porta para que mais crianças tenham acesso à educação. Na parte organizacional, mantemos nossos programas de suporte ao colaborador, oferecendo bolsas de estudo para pessoas sem 3º grau, além de educação financeira pessoal a todos os colaboradores. Neste ano tão delicado de saúde pública, mantivemos a grande maioria dos colaboradores em Home-Office com todo nosso suporte, bem como workshops sobre o tema de COVID, informativos sobre cuidados e prevenção, suporte psicológico etc. Na formação do time, mantemos um espectro aberto de contratações propiciando um ambiente inclusivo e com igualdade de oportunidades.

Na questão governança, mantemos nosso compromisso com a adoção das melhores práticas relacionadas à “compliance”, segurança da informação, proteção e privacidade de dados. Mantemos uma cultura de transparência com nossos stakeholders e cada vez mais buscamos fortalecer nossos

órgãos de sustentação à governança, como o conselho de administração e fiscal, mas também avaliando construção de outros conselhos de suporte, como de auditoria, de RH etc.

Entramos em 2021 cautelosos com o quadro que assola nosso país e o mundo, mas muito confiantes com nossa visão de mercado e da força do nosso propósito, que gera tração em nossos colaboradores e da força do nosso modelo de negócios. Seguiremos firmes na implementação e acompanhamento do nosso Plano Estratégico e certos de que o caminho é longo, mas que continuaremos a colher os frutos.

CEO
Tomas Fuchs

Cenário Macroeconômico e Setorial

Entramos em 2021 com os mesmos temores que balançaram a economia em 2020. Continuamos com um quadro fiscal no país muito pressionado e de muitas incertezas no combate a COVID. Se em 2020 adentramos o ano com uma promissora reforma da previdência, fomos logo abalados pela pandemia, que desorganizou de vez o campo fiscal.

Adentramos 2021 em cenário muito similar, mas com contornos mais dramáticos frente às estabilidades conquistadas em 2019. A pandemia retorna aos seus momentos de maior gravidade e o não temos um caminho sólido de reformas e de combate a pandemia.

Fonte: Itau – perspectivas econômicas Jan/21

Por outro lado, observamos avanços no plano de vacinação em países desenvolvidos e com fortes injeções de capital para recuperação econômica. Este movimento, sobretudo nos EUA, deve fortalecer ainda mais a moeda norte americana, pressionando assim os preços de commodities e a inflação de preços administrados. Este cenário deve puxar o Banco Central a adotar medidas mais conservadoras de modo a conter a inflação.

Fonte: Itau – perspectivas econômicas Jan/21

A combinação de um ambiente internacional fortalecendo o dólar e as economias dos países mais desenvolvidos com um cenário doméstico de desequilíbrio fiscal, inflação crescente e dificuldades no combate a pandemia, deve gerar uma derrocada nos ganhos de estabilidade econômica observados no fim de 2019.

O mercado já precifica estas pressões. A inflação está com índices crescentes nos últimos 4 meses e aponta valores acima da meta, 4.70%,para o fim do ano. A curva da Selic futura aponta 5% ao final de 2021 e o câmbio aponta 5.30 em dez, mas ainda rodando nos patamares de 5.5.

Fonte: Itau – perspectivas econômicas Jan/21

Claro que há a possibilidade de uma agenda de reformas, tributária e administrativa, aliadas a uma aceleração do plano de privatização que podem mudar este cenário, mas os sinais são pouco claros de que isto seja uma realidade. Com isso, não esperamos uma retomada dos empregos e esperamos que alguns setores continuem fortemente afetados pela situação atual da economia, com o agravante do encarecimento dos insumos e do custo do dinheiro.

A economia de forma geral, deve crescer frente a 2019. PIB aponta para 3.5%, mas o crescimento deve continuar sendo puxado pelas commodities com destaque no Agro. Ainda assim, alguns setores veem ganhando destaque e devem manter suas perspectivas de crescimento em 2021, como os setores ligados a tecnologia e telecomunicações.

Após 3 meses de impacto, entre março e junho de 2020, o mercado de voz e dados experimentou forte crescimento em 2020. As principais empresas de telecomunicações do país entregaram em 2020 resultados superiores a 2019, fruto da alta do uso de dados e voz. O mercado de voz já vinha crescendo, uma vez que planos ilimitados, chamadas originadas por robôs (call centers, marcação de consultas, campanhas etc.) e a entrada de OTTs (Uber, 99, Airbnb) impulsionando a comunicação para autenticação com usuários através de redes tradicionais de telecomunicações geravam crescimento na indústria. Mas a pandemia intensificou a comunicação e o tráfego cresceu no mercado doméstico e internacional. Para 2021, esperamos a manutenção da alta de tráfego, não só pela evolução dos mesmos pilares descritos acima, mas também pelos efeitos continuados da pandemia e desta forma, do “novo normal”.

O aumento de iniciativas regionais deve ser outro elemento de destaque em 2021. Ao longo dos anos temos observado o fortalecimento de negócios fora do eixo Rio-São Paulo-Minas com o aparecimento de sólidas e importantes empresas com forte atuação e Market Share relevante nos locais de atuação.

Fonte: Anatel

Neste mercado, também observamos crescimento em termos de volume de minutos, resultado observado em 2020 e 2019. Aqui, uma alta no PIB gerará mais tráfego e negócios, sem dúvida, e os investimentos em eficiência decorrentes de períodos recessivos também impulsionam a capacidade de alta dos negócios. Soluções como atendentes virtuais, PABX IP, URAs automáticas são geradores de tráfego VoIP e aumentam a demanda de produtos ligados ao nosso CPaaS-Geral como numeração telefônica, 0800, número único, internet etc. Este segmento também inclui empresas de call center beneficiados por evoluções tecnológicas similares e desta forma, também geradores de mais tráfego.

Em ambos os casos, VoIP e CPaaS-Geral, serviços de gestão de tráfego, gestão de chamadas, controle de números inválidos, antifraude e oferta de plataformas de gestão, impulsionam a atividade do Grupo Datora e geram valor para os clientes, pois os ajudam a serem mais eficientes.

Em 2020, observou-se uma alta de 800% de chamadas telefônicas (a grande maioria utilizando-se da tecnologia de VoIP) de consumidores a empresas com aumento de 50% no tempo médio de duração destas chamadas. segundo reportagem publicada na Teletime em 07/01/2021.

Este crescimento impulsiona não só as oportunidades para os médios e pequenos clientes que o Grupo Datora tem em sua base, mas também fortalece o papel do Grupo como um elemento de geração de eficiência para grandes Operadoras que tem dados como seu maior foco.

Aliado a isso, iniciativas como marketplace e oferta conjunta de serviços devem ser cada vez mais exploradas pelos nossos atuais clientes que desejam aumentar a sua receita média por usuário. Neste aspecto, o Grupo Datora lançou a ArqiaPag, empresa que será a plataforma de meio e soluções de pagamento para nossos clientes CPaaS.

Já no segmento de CpaaS-IoT continuamos observando o mercado aquecido em 2021. Observa-se um maior interesse e foco das grandes operadoras no mercado de IoT, mas ainda com ganhos pouco expressivos frente aos seus streamings de receita. Redes de voz saturadas com investimentos nos últimos anos voltados para a parte de dados, concentração do setor com a venda da Oi Móvel e uma tendência de separação dos ativos de infraestrutura dos ativos de serviços. Neste cenário, observa-se espaço para o crescimento de iniciativas voltadas para nichos com atendimentos mais eficientes e personalizados.

Do ponto de vista de crescimento no mercado IoT, observa-se forte crescimento das iniciativas de e-commerce e digitalização que favorecem o mercado de conectividade e soluções de gestão de conectividade. Desta forma, observamos um aquecimento no mercado de POS, soluções de rastreamento, segurança e autoatendimento. Por outro lado, o fortalecimento do mercado de commodities aumenta e fortalece a cadeia como um todo, trazendo oportunidades na entrada de tecnologias neste mercado em grandes, médias e pequenas propriedades. De acordo com matéria

publicada no Jornal Estadão em 22 de janeiro de 2021, apenas 23% do campo tem algum tipo de acesso à internet. São inúmeras as verticais que devem crescer e o Grupo Datora as acompanha de perto:

Fonte: Beecham Research

A entrada do 5G é outro elemento de forte impulso para o setor. Além de um novo panorama de soluções que alavancarão o mercado, o leilão de frequências abrirá outras frentes de atuação regional. *O 5G trata da quinta evolução da tecnologia de telefonia móvel. Além de prometer maiores velocidades de download (até 20 vezes maior que o 4G), oferece menor latência (o tempo de resposta entre um comando feito e sua execução). Isso possibilita uma conexão mais estável, permitindo, por exemplo, que seja possível jogar via 5G e não sair "atrás" das pessoas que estão em uma conexão fixa*[1].

O edital do leilão também deverá contemplar a obrigação da Anatel de incentivar o compartilhamento de rede e de infraestrutura passiva, tais como postes, torres e dutos por onde passam as redes de serviço.

Uma das grandes preocupações para este leilão da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp) é a garantia da participação das prestadoras de pequeno porte (PPPs). Além disso, também pedem à Anatel a liberação de mais frequências. Segundo a associação, estes fatores são cruciais para o sucesso do 5G no Brasil. O edital já se encontra com o TCU para análise e liberação. O grupo Datora acompanha atento as questões em relação ao 5G e já se prepara para estar apto a entrar em mais esta frente. Neste segundo trimestre de 20121, a

empresa espera instalar um Core de Rede voltado ao 5G para prestar serviços à players que entrarão neste leilão.

Outro ponto de destaque, que deve aquecer o setor em investimentos e ampliação da oferta de serviços no Brasil, foi a homologação da lei nº 14.108 de 16 de dezembro e 2020, que desonera o Fistel de dispositivos IoT até então impactados por uma carga tributária elevada frente ao preço médio de venda. O setor foi beneficiado com esta desoneração que deve ampliar os investimentos e o aumento dos times suportando operações de IoT.

*1 – fonte https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/02/26/edital-do-5g-define-tecnologia-habilitada-em-capitais-em-agosto-de-2022.htm?cmpid=copiaecola

A indústria deve crescer forte e estamos alinhados com esta perspectiva. Em matéria publicada na Mobile Europe em 10/12/2020, IoT devices atingirão a marca de 5.7 bilhões em 2026 e 840 milhões usarão redes móveis. Serão 7xs de crescimento em dispositivos de IoT conectados desde 2020.

Alguns riscos também podem existir. Com a demanda aquecida e os impactos da COVID, observamos cadeias de produção interrompidas por desequilíbrio na oferta e na demanda. Dentre estas cadeias, observa-se problemas na de semicondutores. Apesar deste cenário, não esperamos impactos no provimento de SIM Cards, mesmo assim, desde o fim de 2020, alongamos nossos contratos com os fornecedores fortalecendo os termos de entrega e suprimento da demanda de venda.

Outro aspecto de ordem de uso de dados de clientes, colaboradores e demais stakeholders é a LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A LGPD, Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet. Em dezembro de 2020, o Grupo Datora finalizou seu plano de implementação e dentro dos prazos legais, vamos implementá-lo em 2021.

Neste cenário, com setores aquecidos e uma conjuntura econômica complicada, ainda acreditamos num mercado de capitais forte em virtude das baixas taxas de remuneração provenientes dos rendimentos de renda fixa, mesmo considerando os aumentos previstos na taxa básica de juros. A universalização do acesso a B3 favorece um movimento contínuo de IPOs e Follow On e, mesmo sem o capital internacional, deve ainda direcionar bastante recursos favorecendo o aquecimento de ofertas. De mãos dadas com as listagens, observamos também uma evolução das ofertas de debêntures como forma de atrair investimento na busca de rendimentos acima da renda fixa convencional. O mercado continuará líquido e mesmo com custos mais altos, entendemos que os recursos estarão disponíveis para planos de crescimento bem fundamentados.

Grupo Datora

No fim de 2019, concluímos parte importante do nosso Plano Estratégico com a reestruturação societária do Grupo. Saímos de uma estrutura apartada, onde o segmento de CPaaS-IoT era operador por uma estrutura operacional independente dos segmentos de CpaaS-Geral, CpaaS_OTT e VoiP. Este movimento se deu, uma vez que a CODEMGE, sócio antes apenas da Datora Mobile Telecomunicações S.A., passou a deter participação na Datora Participações S.A., holding do grupo Datora, que no mesmo movimento passou a deter 100% de todas as empresas do grupo. Esta reorganização garantiu uma estrutura societária mais coesa e uma plataforma operacional mais eficiente.

Com isso, o Grupo Datora conseguiu capturar sinergias entre as estruturas anteriores por meio do corte de sistemas duplicados, ganho em eficiência operacional e economia de impostos em operações entre empresas do grupo. A mudança também permitiu um melhor aproveitamento das bases de clientes, propiciando escala no uso dos canais (clientes parceiros) e vendas cross-selling. Fora isso, os ganhos de estrutura tornaram o grupo mais sólido, reduzindo seus custos onerosos de capital com terceiros, bem como aumentando sua força competitiva no mercado.

Com a mudança, a Datora Participações, que passou a ser uma holding operacional, passou também a ser 100% dona das operações dos EUA e Suécia, concentrando assim 100% dos negócios do grupo. A mudança societária permitiu a empresa capitalizar mais 70 milhões em dívida com terceiros e mútuos entre empresas do grupo incorporados ao patrimônio líquido da empresa em 2019.

A empresa é 100% dona da Datora Telecomunicações Ltda., ("Datora" ou "Empresa") que foi constituída em março de 1992. Atualmente, a Datora Telecomunicações Ltda possui as licenças STFC (serviços de telefonia fixa comutada) e SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) necessárias para a prestação de serviços VoIP.

A Datora Telecomunicações Ltda é proveniente da compra de uma espelhinho (nome dado às novas entrantes fruto do processo de privatização do sistema Telebrás) operacional em 03 de novembro de 2005 que detinha a licença STFC, necessária para exploração do mercado de VoIP no Brasil. Em 26 de julho de 2006, a Empresa recebeu a autorização da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para serviços multimídia (SCM), em âmbito nacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade. Desde 1996, a Datora Telecomunicações Ltda definiu como plataforma tecnológica a utilização de VOIP (Voice over internet protocol - voz sobre protocolo de internet) que passou a ser sua estrutura CORE operacional, o que conferiu à empresa uma característica de "Asset Light", isto é, sem grandes demandas de investimentos em imobilizado.

Além das operações no Brasil, a empresa trabalha no mercado internacional através da NGN USA (NGN Latam Corp), NGN Sweden (NGN Sweden Communications), braços operacionais para explorar o mercado internacional. Em 2020, o Grupo abriu a NGN France (Datora Communications), que tem como objetivo manter uma base sólida dentro do mercado comum europeu, mas também estar posicionada em um país mais próximo e de mais fácil acesso ao Brasil. Com isso, após cumprir os requerimentos legais, a NGN France deverá incorporar a NGN Sweden, mantendo o grupo enxuto e eficiente.

A estrutura legal atual busca dar a empresa agilidade, eficiência e ganhos operacionais para explorar mercados nas mais diversas localidades do mundo, bem como servem de canal para captar oportunidades que tragam demandas específicas de comunicação onde a oferta de serviço se dá no Brasil.

Ainda debaixo da holding, temos a Datora Mobile Telecomunicações S.A. ("Datora Mobile" ou "Companhia"), que foi constituída em junho de 2013, tendo por objetivo a prestação de serviços de comunicação por meio da autorização do SMP (Serviços Móvel Pessoal), expedida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) através do termo de autorização 047/48 e 49/2011.

Desde sua criação, a Companhia opera com foco no segmento de CpaaS_IoT (*Internet of Things*). A operação mobile abrange o mercado brasileiro em âmbito nacional através do *frame* regulatório chamado MVNO, *Mobile Virtual Network Operator*, que garante a este tipo de operadora acesso à rede móvel já instalada no país pelas operadoras do tipo MNO, *Mobile Network Operator*. Em outras palavras, as operadoras do tipo MNO são as detentoras da rede e as operadoras do tipo MVNO podem contratar a rede de acesso destas operadoras para comercializar serviços móveis. Neste contexto, a Datora Mobile contratou a TIM Brasil SA como fornecedora no conceito de full MVNO Autorizada, isto é, a Companhia possui rede core própria fazendo uso apenas da rede de acesso (antenas e torres) possuída pela TIM (operadora MNO) no país. Mais uma vez a empresa utiliza-se do conceito "Asset Light".

Considerando as parceiras de *roaming* internacional, a Datora Mobile pode também atender outros países, principalmente na América do Sul no segmento de CpaaS_IoT. Debaixo da Datora Mobile temos a VDF TI, que contemplava as operações de serviços dos negócios de IoT, mas que ao longo de 2020 foram migradas para a Datora Participações.

Em 2020, o Grupo Datora também abriu a DatoraPag, nosso primeiro passo rumo a uma estrutura de Fintech, que tem como objetivo ser o parceiro de meios e soluções de pagamentos para nossos clientes do segmento CPaaS-Geral. A ideia é fazer uso do amplo espectro de clientes e localizações geográficas no Brasil e, tendo como pilar a Universalização do IoT, passar a suportar nossos clientes em serviços de boletos, contas digitais e produtos que podem ser acoplados a esta plataforma, como crédito pessoal, crédito pessoa jurídica, recarga de cartões, cartões de crédito e débito etc.

Com a reorganização societária a Datora Participações passou a pertencer a T&T (holding não operacional, 100% brasileira e que concentra os sócios anteriores da Datora participações) e a CODEPAR, braço de investimentos da CODEMGE, Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Abaixo sua estrutura legal:

Governança Corporativa

Com a reorganização societária, o Grupo Datora passou a ter um Conselho de Administração único com gerência englobando todas as empresas operacionais do grupo. O Conselho é composto por 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida reeleição. O conselho é formado por três representantes da T&T, que conta com o suporte de um conselheiro que não pertence ao grupo, e 2 conselheiros apontados pela CODEMGE.

O conselho se reúne trimestralmente e delibera sobre os planos de longo prazo e resultados entregues no ano fiscal e do calendário trimestral, porém, ao longo de 2020, manteve reuniões semanais em virtude da COVID. As reuniões se iniciaram na 2ª quinzena de março e se estenderam até o fim do 3º trimestre, quando a empresa entendeu que as incertezas provocadas pela COVID haviam se materializado. As reuniões tinham como objetivo entender os impactos em vendas, os impactos no ciclo financeiro e desta forma, a situação do caixa.

Além do conselho de administração do grupo, em 2020 a estrutura de governança compreendeu também o suporte de um Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de administração da Companhia e de informação aos acionistas. O órgão é composto por 3 (três) membros efetivos que possuem mandato até 30/04/2021, quando poderão ser reempossados. A

empresa ainda está em fase de estruturação de outros comitês de suporte ao Conselho de Administração, como o Comitê de Pessoas e o Comitê de Auditoria.

Na administração da empresa, o grupo Datora conta com profissionais com mais de 20 anos de experiência no mercado, conforme figura abaixo.

Pioneirismo e Inovação

Em 2023, completaremos 30 anos do Grupo. Uma marca importante numa trajetória de muitos anos, mas alinhada com o nosso constante pensamento no longo prazo. Temos no novo os fundamentos da nossa evolução e por isso esperamos seguir trazendo novas marcas nesta linha do tempo.

Além de ser um dos valores chave da nossa corporação, Pioneirismo e Inovação estão no nosso DNA, ultrapassando o campo das palavras e invadindo o campo da ação. A empresa nasceu assim, quando foi a 1ª a trafegar uma chamada utilizando-se da tecnologia VoIP dos EUA para o Brasil em 1996. Na época VoIP ainda enfrentava os problemas de protocolos em tempo real, mas seguros de sua visão de mercado e pensando no longo prazo, o Grupo se manteve com foco nesta tecnologia. Anos à frente, mais precisamente em 2002, a empresa firmou seu primeiro grande contrato de VoIP com a Embratel, onde prestava serviços de outsourcing de VoIP em troca de pacotes de tráfego para terminação no Brasil. Este business impulsionou a empresa para o mercado de VoIP,

permitindo não só um exponencial crescimento, mas também a expansão dos serviços e da cobertura geográfica.

Apesar do forte crescimento ao longo dos anos, o Grupo entendeu que a tecnologia nunca para e que é fundamental manter crescimento com diversificação, pois a tecnologia avança em diferentes setores e deixa para trás aqueles avessos à mudança.

Neste caminho, de diversificar e expandir, foram feitas inúmeras ações, muitas de sucesso, muitas de sucesso de curto prazo e muitas de insucessos, onde aprendemos de maneira dura com as nossas falhas. Ignorando nosso DNA de ser uma empresa que presta serviços para empresas, entramos no mercado de varejo e corporativo no Brasil, logrando sucessos passageiros, mas fracassos no longo prazo. Entramos em outros países, onde avançamos em ofertas para brasileiros residentes no exterior, mas sofremos com crises e mudanças tecnológicas, aprendizados que carregamos até hoje.

Mas neste caminho de diversificação, inovação e pioneirismo, colhemos ao longo dos anos os frutos desta "teimosia" e inquietação permanente.

Ainda em 2008, entendemos que o mundo seria móvel. Nesta época, com uma operação de varejo em Portugal, iniciamos uma discussão do que seria uma MVNO, uma Mobile Virtual Network Operator. Portugal sofreu com a crise financeira e o êxodo de brasileiros, mas as sementes do que é e como operar segundo um frame regulatório de MVNO nos deram a musculatura necessária para, em 2010, termos sido um player atuante na implementação do Frame Regulatório de MVNO no Brasil. Fomos a 1ª e a 2ª licenças de MVNO no Brasil. Na 2ª, criamos a Conecta, Joint Venture com a Porto Seguro para explorar o segmento de CpaaS_IoT via os carros segurados da Porto e também dar o suporte de plataforma para o cross-seeling em sua base de clientes. A iniciativa foi interrompida em 2015, uma vez que a Porto seguiu em um plano de verticalização e assumindo assim nosso papel de provedor de serviços. Apesar de prematura, pelo menos em nossos planos de longo prazo de 2010, a experiência foi um enorme aprendizado. Retornamos o foco para 1ª MVNO do país, onde a Datora se focou no segmento de CpaaS_IoT, culminando em uma parceria estratégica com a Vodafone em 2013. Nesta jornada, mais uma vez fomos pioneiros na implementação de um CORE de rede virtualizado, o que nos permitiu sair de uma estrutura de 23 racks para uma estrutura de apenas 3. Além disso, lançamos nossa plataforma de gestão de conectividade neste mesmo período, elemento fundamental na nossa proposta de valor e, que consolidou nosso modelo de negócio.

Em 2017, observando GAPs na oferta de mercado, desenvolvemos também, no segmento de CPaaS_IoT com recursos do INOVACRED, um SIM Card com redundância full, melhorando o uptime e cobertura dos serviços.

Interessante observar, contudo, que apesar de termos entendido a importância de entrar no segmento de IOT, o mercado VoIP continuava a nos desafiar. Em 2005, adquirimos uma espelhinho no Brasil para operar VoIP no mercado doméstico. Já em 2007, abrimos nosso escritório em Miami para explorar o mercado internacional. A evolução do tráfego, a nossa convicção de nos mantermos VoIP e a especificidade dos nossos clientes, grandes operadoras nacionais, grandes operadoras internacionais e pequenos e médios clientes no Brasil e mais tarde OTTs, nos exigiram forte necessidade de inovar, pois nos demandaram juntar as necessidades de um mundo de telecomunicações tradicional baseado em sinalização SS7 com um mundo 100% virtual baseado em redes IP. Este desafio forçou e permitiu ao grupo Datora desenvolver tecnologia única de comunicação de sinalização entre SS7 e SIP. Neste cenário, surgiu toda a nossa linha de CPaaS, Communicationa Platform as a Service.

Do lado do IoT, desenvolvemos nossa plataforma de gestão, que permite aos nossos clientes fazer a gestão dos seus próprios equipamentos. Ativação, cancelamento, gestão de banda, aprovisionamento, uma plataforma 100% autosserviço que, além de ser um diferencial de mercado, possui uma especificidade grande, uma vez que é fruto da integração de diversos elementos de rede, desenvolvimento 100% Datora. Este diferencial nos dá também a capacidade de customizarmos nossa

operação de acordo com o cliente, diferencial este que cada vez mais nos fortalece como referência de operadoras internacionais que detém clientes globais e que não querem virar operadora no Brasil, mas que precisam atender seus clientes em suas necessidades por aqui, como Vodafone, BT, KPN, Telenor, Telia e Tata Communications.

Com o aumento constante de chamadas VoIP, tivemos que evoluir também nesta área, uma vez que o crescimento proporcional da estrutura de rede acabaria por tomar parte considerável do valor agregado dos serviços oferecidos. Em 2018, implementamos na rede o Load Balance, que integrado aos nossos SBCs, permite o balanceamento das chamadas VoIP através deles, garantindo o uso full de suas capacidades. Também em 2018, aumentamos a capacidade de gestão de chamadas em tempo real, permitindo a gestão de números inválidos e releases de indisponibilidade, o que permite o uso mais rentável dos ativos de rede da empresa.

Já no lado das pequenas e médias empresas que atendemos no Brasil, bem como das OTTs, a Datora foi pioneira na oferta de serviços de TI. Em 2019, nesta mesma linha, avançamos na tratativa online de tráfego com a implementação de uma nova versão do software de análise preditiva, que nos permite aumentar ainda mais a rentabilidade dos ativos, uma vez que o software analisa também o tráfego de chamadas em tempo real e descarta chamadas improdutivas, além dos benefícios das versões anteriores associados à chamadas inválidas e releases incorretos.

Atualmente, a empresa oferece uma gama vasta de serviços que suportam nossos clientes na gestão de suas necessidades. Fomos a 1ª empresa a ter um controle de antifraude como parte do seu pacote de serviços e estamos a passos largos na implementação de elementos de inteligência artificial em nossa rede. Analisamos também em tempo real a disponibilidade de rede versus a demanda de nossos clientes evitando não só sobrecarga, mas também perda de tráfego por parte deles.

Ainda em 2019 e com avanços em 2020, encapsulamos o produto de Credenciadas (Universalização do IOT) no segmento de CPaaS-Geral. Através de desenvolvimentos internos e integração dos sistemas operacionais de billing, provisionamento, gestão dos clientes, portal do cliente e faturamento, construímos módulos escaláveis e replicáveis para a venda de credenciadas, que só em 2020 atingiram o total de 10 clientes com contratos firmados, alguns já em operação.

Todas estas iniciativas são frutos de inovação constante em um ambiente, onde não temos disponíveis produtos/serviços de prateleira, bem como capital humano especializado no mercado.

A inovação transcende nossos produtos e plataformas passando também pela experiência do usuário interno e pela evolução constante da jornada do cliente. Em 2019, internamente, automatizamos processos, melhoramos sistemas com versões atualizadas, trocamos de fornecedores para otimizar custos, lançamos Portal do Cliente para as linhas de negócio atuais com as funcionalidades de recargas e outras necessárias como "Port in" e web self-management. Implementamos o OCR (Optical Character Recognition) em processos manuais, consolidamos o método Ágil como metodologia de projetos, aumentamos nossa capacidade de VoIP com ativação do SBS SWE e implementamos a Chave Asco em redundância com o quadro de força, trazendo mais segurança para a infraestrutura do datacenter.

Outro tema importante em 2019 foi o projeto que contemplou a troca da solução de mensageria da empresa INSWITCH pelo sistema da empresa Alaris, importante elemento para o segmento CPaaS_OTT. Projeto este que, apesar do alto grau de complexidade envolvendo a implantação de uma plataforma SMS inteiramente nova, o desenvolvimento de funcionalidades específicas para atendimento ao mercado brasileiro, a integração com as demais plataformas da Rede Móvel e TI da Arqia e manobras para desvio de tráfego, trouxe como resultados uma melhor eficiência técnica nas operações de envio e recebimento de serviços de mensageria, aumento de capacidade de processamento e uma enorme economia em termos de custo fixo.

No fim de 2019, abrimos nosso escritório na Califórnia, num esforço de estarmos mais pertos do Vale do Silício e, desta forma, mais próximos das empresas do segmento de CPaaS_OTTs e das

novas soluções para os demais clientes de CPaaS. Nesta mesma linha, abrimos recentemente nosso escritório em Israel e temos planos de ter colaboradores na China. A pandemia tem atrapalhado estes planos, mas sabemos da importância de Israel como centro de inovação e tecnologia, bem como do papel da China na viabilização de devices e soluções para a indústria de IoT.

Em 2020, não ficamos parados. Na parte do IoT, avançamos na implementação de uma nova plataforma de BSS/OSS, que permitirá maior escala no desenvolvimento da Universalização do IoT. Fechamos recentemente também nosso novo CORE de IoT, que será 100% redundante ao atual, mas que também trará uma gama enorme de features e serviços para oferecermos no mercado, não esquecendo que este mesmo CORE já será para a tecnologia 5G também. Iniciamos o projeto de cloud das plataformas de suporte de BSS/OSS para os produtos e serviços voltados para pequenos e médios clientes e empresas do segmento CPaaS_OTTs. A ideia é ter 100% da plataforma hoje hospedada em nosso datacenter na nuvem, resolvendo assim a dicotomia crescimento versus custos fixos/investimentos.

Na parte de clientes, mantivemos ações na melhoria da jornada do cliente e na automação de processos internos, como melhorias no Portal e a automação do processo de faturamento. Para 2021, continuaremos perseguindo estas evoluções, com destaque para o lançamento do nosso marketplace, as evoluções no pilar de Universalização do IoT e o lançamento da ArqiaPag.

Entendemos que é da busca pela inovação que fomentamos o espírito de equipe e de onde conseguimos os maiores avanços em eficiência e força competitiva, movimento sem fim.

Gestão de pessoas

Ao longo dos anos, o Grupo Datora cresceu, mas não apenas em tamanho, mas em maturidade. Uma delas, sem dúvida, é a certeza do papel dos nossos colaboradores na entrega da estratégia e do resultado. Sem entrar no cliché, buscamos garantir um ambiente propício para a maximização da satisfação do nosso colaborador, pois assim entendemos que entregaremos pontos importantes na trajetória de crescimento da empresa, como inovação, produtividade e atendimento diferenciado. Entendemos que apenas em um ambiente de alta produtividade poderemos fazer o delivery do nosso plano estratégico e alcançar nossas inspirações e que a chave que abre estas portas é o nosso colaborador.

Um ambiente de alta produtividade passa necessariamente pela satisfação do colaborador. Entendemos que 7 dimensões medem o nível de satisfação e que além do snapshot da pesquisa de clima, deveríamos buscar ferramentas de gestão que nos pudessem monitorar estas dimensões ao longo do ano.

Neste sentido, efetivamos um piloto no último trimestre de 2020 e já entramos 2021 com ele incorporado nas metas da liderança, ampliando assim o peso da construção do clima nas metas da diretoria e gerência. Através do Beaconforce, software de gestão de clima, monitoramos estas 7 dimensões, que nos permitem atuar na busca do balanceamento correto entre habilidade e desafios, mitigando riscos de Burnout ou de desmotivação por falta de desafio.

O Beaconforce, apesar de estar parametrizado de forma diferente dos pilares do Great Place to Work, acaba convergindo em termos de objetivo com a pesquisa, permitindo assim uma entrega consistente das 7 dimensões de gestão e ao mesmo tempo atuando nas 5 dimensões do Great Place to Work.

Desta forma, mensalmente apuramos, em nível departamental, gerencial e individual, como as 7 dimensões do beaconforce estão. E, em cima dos resultados, geramos planos de ação para nos mantermos no máximo de tempo possível na área de Flow, onde habilidades e desafios encontram-se devidamente equilibrados, destravando, desta forma engajamento, inovação, propósito e entrega.

As dimensões possuem objetivos diferentes:

- Confiança – mede o nível de confiança que o colaborador deposita na empresa e o quanto ele acredita que a empresa obterá resultados positivos a longo prazo.
- Objetivos claros – mede o nível de entendimento do colaborador de como o seu trabalho contribui para a visão da empresa;
- Feedback contínuo – mede o quanto o colaborador entende que está recebendo os feedbacks que o levarão a um caminho de evolução e progresso;
- Interação social – mede o quanto o colaborador se sente inserido no contexto social da empresa através dos seu relacionamento com a sua equipe e o impacto que possui na colaboração de todos;
- Desafios balanceados – mede como a carga de trabalho do colaborador ou o nível de dificuldade de suas tarefas interagem com suas habilidades e recursos disponíveis;
- Senso de melhoria – mede o quanto o colaborador sente que está aprendendo e desenvolvendo novas habilidades para crescer em sua carreira;
- Atitude ao risco – mede o quão confortável o colaborador se sente ao tentar e pensar fora da caixa para resolver problemas;
- Sensação de controle – mede o quanto o colaborador sente que a gestão está lhe oferecendo em termos de propriedade e responsabilidade sobre o que faz.

A medição mensal destas dimensões nos permite, de maneira fácil, enxergar áreas e pessoas chave e como elas estão se sentindo frente aos desafios que se apresentam a cada momento na trajetória da empresa. Assim evoluímos quanto a gestão, uma vez que saímos de uma visão capturada num momento através da Pesquisa de Clima para uma visão contínua.

Abaixo a visão resultado da ferramenta. Neste gráfico da esquerda podemos enxergar as diretorias, departamentos e ou colaboradores (no caso os departamentos) avaliando o quanto estão próximos ou longe da zona de flow (parte amarela). Já no gráfico da direita, enxergamos o nível de confiança do time como um todo.

Importante destacar que, pela metodologia, devemos sempre estar acima dos 60% e à medida que avançamos geramos ainda mais tração de resultados.

Abaixo a visão departamento.

As demais dimensões, são avaliadas através desta visão abaixo. Também podemos ter analisadas a visão departamental, gerencial e no nível colaborador.

Estas dimensões, quando corretamente trabalhadas, nos levam à excelência dos pilares de clima do Great Place to Work, como Credibilidade, Respeito, Imparcialidade, Orgulho e Camaradagem.

- Credibilidade – avalia se seus colaboradores consideram seus gestores confiáveis ao medir práticas de comunicação, competência e integridade;
- Respeito – avalia a medida com que colaboradores se sentem respeitados por seus gestores, ao monitorar os níveis de suporte, colaboração e atenção que os colaboradores vivenciam por meio de ações da liderança;
- Imparcialidade – mede o quanto os colaboradores consideram as práticas e políticas de gestão justas, avaliando a equidade, imparcialidade no reconhecimento e justiça que os colaboradores percebem no ambiente de trabalho;
- Orgulho – mede a relação que o colaborador tem com o seu trabalho ao avaliar os sentimentos em relação às suas funções, trabalho de equipe e ambiente de trabalho;
- Camaradagem – mede o sentimento de companheiro no ambiente de trabalho ao avaliar a qualidade da proximidade, hospitalidade e comunidade dentro da empresa.

Desta forma, com base no resultado da pesquisa de clima traçamos os planos de clima e de sustentação da estratégia e através do Beaconforce fazemos a medição de sua evolução, mitigando os efeitos de análises baseadas em feeling e percepções.

Dentro deste contexto que, em 2020 pela 1ª vez, aplicamos a pesquisa Great Place to Work via a Great Place to Work, já que até 2019 aplicávamos, mas medíamos de forma interna. O resultado comprova a maturidade e a efetividade do grupo nas ações para gestão de clima, nos consagrando com o selo GPTW e muito próximo ao índice de 92% das 35 melhores empresas para se trabalhar.

O resultado de 2020 é muito consistente, pois não só dá a dimensão empresa, mas também a dimensão área. Com uma baixa diferença entre as avaliações de empresa e área, observamos homogeneidade na gestão e equilíbrio.

Mas estes resultados não são frutos apenas de inspiração e comprometimento do time. Possuem em suas bases planos concretos que definem ações em cima de cada uma destas dimensões ao longo do ano. Para cada ano construímos nosso Plano de Clima e através deles implementamos ações que cobrem 100% do leque de variáveis que afetam as dimensões medidas.

Em 2020, como desdobramento das discussões do Plano Estratégico no início do ano, publicamos nosso propósito, de forma a fortalecer ainda mais o engajamento dos nossos colaboradores:

Assim, junto com a nossa missão "Aproximar pessoas e empresas através de serviços inovadores de comunicação, gerando valor aos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade" e a nossa visão "Ser uma empresa de comunicações multimídia, de alta qualidade, com presença global, inovadora e entre as mais rentáveis do setor" definimos um frame que norteia nossas ações estratégicas. A pesquisa de clima reforçou este pilar:

Em 2020, mantivemos nossas ações de clima. Mesmo afetados pela inesperada COVID e seus impactos, seguimos com o plano. Com a COVID, viramos 100% do trabalho para home office em virtude dos impactos da pandemia. A empresa já trabalhava com um dia por semana de trabalho remoto, o que possibilitou uma virada rápida e segura. Para os times de escala e que precisam ter trabalho presencial, seguimos todos os protocolos de segurança, fornecendo máscaras, álcool em gel, termômetros na entrada e distanciamento nas baias de trabalho. Com o decorrente isolamento e a necessidade de trabalho em casa, providenciamos inúmeros workshops sobre o tema, disponibilizando suporte psicológico e infraestrutura para colaboradores com necessidades de melhorias em seus ambientes de trabalho. Aumentamos bastante a comunicação e promovemos encontros semanais com a liderança para discutir os impactos da COVID, casos que assolaram a empresa e desafios e oportunidades.

Além de buscarmos estar próximos em todos os níveis, seguimos com as ações de Clima. Apesar da interrupção para ajuste frente a pandemia, completamos o ano com mais de 95% do plano previsto implementado.

Destacamos:

- 136 horas de treinamento corporativo executadas, 49% a mais do que em 2019. Destaque para os treinamentos voltados para ao sucesso e experiência do cliente, atendimento de excelência e treinamentos voltados para produtividade
- 166 colaboradores treinados
- 6 palestras com foco no cliente trazendo experiências de diferentes empresas na tratativa e acolhimento dos clientes
- 12 workshops cobrindo temas de macroeconomia a psicologia positiva
- 153 colaboradores com participação nos workshops
- 333 horas de treinamento individuais propiciadas
- Implementação do novo modelo de PPR.
- 5 bolsas de pós-graduação e graduação oferecidas no pilar de ações sociais
- Treinamento de finanças pessoais no pilar de ações sociais
- Implementação do NPS de satisfação com o atendimento RH
- Gestão do turn over com resultado de 1.45% em 2020
- Manutenção do Programa de Avaliação 360º (100% do time avaliado por todos)
- Adesão à rede Cidadã – 6 meses de licença para mãe e 20 dias para o pai
- Finalização da Revisão do Plano de Cargos e Salários com previsão de implementação em 2021
- Reforço das políticas de reconhecimento como pilares de transparência e imparcialidade
    - Mérito e promoção reforçando
    - Reconhecimento mensal e trimestral
    - Outstanding
    - Política de priorização de recrutamento aproveitando colaboradores da empresa
    - Reconhecimento por Tempo de Casa
- Implementação de novos benefícios como Xerpay (adiantamento salarial), inclusão de estagiários no plano de saúde, melhores condições em crédito consignado
- Manutenção de ações de proximidade com a liderança como o café com o CEO
- Implementação da parceria com a Korn Ferry para contratações – agilidade, qualidade e menor impacto na estrutura no recrutamento
    - 37 novas contratações em 2020
    - 12 desligamentos
    - 9 pedidos de demissão
    - 176 colaboradores em Dez/20

- Manutenção do Datoday (1 dia livre devido ao aniversário), happy hour virtual, aniversário Datora – evento virtual com clientes e colaboradores, Gympass

Os resultados de 2020 ainda incrementam as ações do ano, pois com um atingimento das metas, pagaremos em média 140% da quantidade de salários base PPR para cada nível da empresa. Resultados que consagram o ano de 2020 como um divisor de águas na história da empresa.

Para 2021, manteremos nossa busca de cada vez mais aumentar o % de colaboradores em zona favorável.

Ainda em 2021, além da implementação do novo Plano de Cargos e Salários e a implementação do Plano de Clima 2021, entendemos ser importante avançar na complementação do nosso pacote de remuneração incluindo Incentivos de Longo Prazo para retenção de talentos e na revisão das principais competências requeridas, base da nossa cultura e sustentação para os desafios do nosso plano estratégico.

Entendemos que a estratégia de gestão da empresa vem ao longo dos anos se estruturando e se tornando um diferencial na retenção e atração de talentos, bem como na criação de um espaço colaborativo e impulsionador de crescimento e criatividade. Somos mais Datora e estamos todos imbuídos do nosso propósito.

Estratégias

2020 foi um ano marcante para a Datora. Assim como destacado na mensagem do nosso CEO, em 2020, passamos por um processo profundo e estruturado de revisão e definição das oportunidades estratégicas, culminando na entrega de um plano econômico e financeiro de 5 anos sustentado por um plano tático minuciosamente detalhado e KPIs de acompanhamento e monitoramento dos principais milestones definidos. O trabalho percorreu os meses de junho a dezembro e iniciamos 2021 já em fase de implementação.

Mantivemos como premissa as bases da nossa estratégia, viabilizar e transformar o negócio de nossos parceiros.

Nesta linha, definimos nossa estratégia para os próximos anos em 5 pilares, Universalização do IOT, expansão internacional, imersão na vertical AGRO de IOT, fortalecimento da jornada do cliente e digitalização e automação da experiência do cliente interno.

Estes pilares estratégicos cruzam nossos 4 segmentos de negócio, permitindo um crescimento orgânico e sustentável do nosso negócio atual, ao mesmo tempo em que traz elementos que agregam valor ao nosso modelo de negócios e a nossa proposta de valor. Desta forma, esperamos que a estrutura de tecnologia de Voz sobre IP (VoIP) continue a crescer como um alicerce de sustentação para o desenvolvimento dos segmentos de CPaaS-Geral, CpaaS-OTT (Over The Top) e CPaaS-IOT (Internet of Things).

No pilar de universalização do IOT, já contamos com 10 contratos firmados com provedores de Internet e outros importantes players locais nas mais diversas regiões do Brasil, onde atuamos como uma plataforma de tecnologia em IOT e conectividade para que eles alavanquem a oferta de serviços para seus clientes. Com um mercado potencial de mais de 700 clientes espalhados pelo Brasil, que já são clientes do Grupo Datora em serviços de Plataforma de Voz sobre IP bem como CPaaS, entendemos que há um amplo mercado para ampliarmos este posicionamento, alavancando estes canais através de ofertas White Label para sua base de clientes. Deste modo, não apenas temos uma capacidade exponencial de atingir mercados locais, onde nossos clientes possuem uma sólida presença geográfica, mas também abrirmos um enorme espaço para monetizar as mais diversas interações econômicas dos usuários finais (clientes dos nossos clientes) com nossos clientes. É neste fértil campo, que temos a ArqiaPag, nossa fintech de serviços de meios de pagamento que além da oferta de boletos, também engloba a oferta de contas digitais através de parcerias com bancos digitais. Ainda de modo a alavancar este mercado potencial, estamos em fase de construção de um marketplace de serviços de tecnologia em conectividade, o 1º com esta natureza. Assim, não só impulsionaremos nossos parceiros locais com ofertas de serviços e produtos complementares para impulsionar seu crescimento regional, mas também construiremos um ecossistema de IOT juntando provedores de device, soluções e serviços de gestão da conectividade.

No pilar de expansão internacional, continuamos fortalecendo nosso posicionamento para sermos referência para as empresas do segmento de OTTs (Over the Top Customers – Twillio, Uber, 99, Airbnb etc.) com interesses de explorar o mercado Brasileiro. Atualmente, provemos uma gama de serviços em conectividade tais como numeração telefônica, serviços de mensageria dentre outros. Ainda no pilar de expansão internacional, caminhamos para nos tornarmos o principal parceiro estratégico no mercado brasileiro para grandes operadoras internacionais com clientes globais no Brasil. Um exemplo é o mercado automotivo onde provemos serviços de IOT para que os carros de montadoras internacionais sejam vendidos no Brasil conectados e com cobertura em toda a América Latina. Se por um lado, está frente encontra-se em fase de crescimento, estamos em fase de maturação para uma expansão na América Latina, de modo a nos tornarmos participantes nestes mercados, através da nossa base no Brasil.

Já no pilar de Agro, enxergamos o potencial deste mercado e o quanto ele é importante para o desenvolvimento do país. Nosso entendimento é que existe um mercado amplo desprovido de soluções de IOT e conectividade que gerariam impactos significativos em termos de produtividade e economia de custos operacionais. Há enormes desafios, desde a infraestrutura de rede até os meios de financiamento para os pequenos e médios agricultores, mas sabemos que existem caminhos sólidos para avançar em ofertas concretas e desencadear o IOT no Agro. Nosso DNA é de inovação e pioneirismo e desafios como estes nos motivam. Neste caminho, temos nos aprofundado em tecnologias através de conectividade NbIOT (Narrow Band Internet of Things) dentre outras.

De forma matricial, cruzando 100% dos segmentos em que atuamos, definimos dois pilares de fundamental importância, o pilar de jornada de clientes e o de digitalização e automação da experiência do cliente interno. No pilar de jornada do cliente, estamos em processo de melhoria contínua dos pontos de contato do cliente com a empresa na sua experiência de compra, consumo e atendimento. Aqui, buscamos plataformas de interação com o cliente de modo a mantermos nosso atendimento personalizado como diferencial, mas ao mesmo tempo ampliando aplicações de autosserviço, gerando autonomia, velocidade e escalabilidade na oferta de serviços e produtos. O caminho da excelência no aperfeiçoamento da jornada do cliente é infinito e dinâmico e por isso, nos preocupamos em manter uma estrutura de oferta flexível, modular e fundamentada em analytics e big data. Estas bases nos dão fundamentação para aplicações de Inteligência artificial que invadem a gestão de conectividade e dados, otimizando ainda mais os ganhos de nossos clientes.

Já na digitalização e na automação da experiência do cliente, entendemos que a escalabilidade do negócio está na eficiência e produtividade e que apenas com isso vamos ter a possibilidade de capturar de nossos colaboradores o seu maior potencial, os afastando de processos manuais e maçantes. Através da comunicação automatizada e sistêmica das mais diversas plataformas operacionais, buscamos processos com baixa interferência humana e alta capacidade de processamento e disponibilidade. Neste caso, temos inúmeras iniciativas voltadas para RPA (Robot Process Automation), OCR (Optical Character Recognition) e integração e plataformas.

Todas estas ações buscam aumentar nossa força competitiva no mercado, mitigando e ou impulsionando nossas margens operacionais e otimizando o retorno dos nossos investimentos. Pretendemos, desta forma, manter a margem operacional de nossas linhas de negócio em 2021.

Em 2020, assim como previsto, avançamos na ampliação da rede. Na parte de CORE Mobile, ampliamos para 2 Milhões de devices conectados. Já na parte do CORE de VoIP, ampliamos nossa estrutura de SBC (Switch Board Control - componente que garante o processamento e autenticação das chamadas para entrar e sair da rede) saindo de uma capacidade de processar 3.600 chamadas simultâneas para 5.200 em Dez/20.

Nossos esforços para 2021 apontam na direção de garantirmos que a rede, sua capacidade e disponibilidade, permaneçam em constante evolução. Pretendemos ampliar nossa capacidade de IoT e de VoIP, além da implementação do Plano Estratégico. O plano de investimentos 2021 compreende R$ 19M em investimentos, onde, destacamos:

- Implementação do CORE Móvel redundante;
- Ampliação do CORE de VoIP;
- Devices para IOT;
- Ampliação da interconexão com as grandes operadoras;
- Renovação do parque tecnológico interno;
- Analytics e Big data;
- Investimentos no Plano Estratégico:
    - Universalização IOT,
    - Expansão Internacional,
    - Penetração na vertical Agro,
    - Jornada do Cliente,
    - Experiência do cliente interno.

Na parte de jornada do cliente, destacamos:

- Automatizar o relacionamento com clientes e parceiros, assegurando uma ótima experiência;
- Trabalhar a refidelização da base de clientes e base suspensa;
- Desenvolver e capacitar canais de venda com sinergia entre os negócios do Grupo Datora;
- Ampliar a participação no mercado de plataforma de serviços para empresas credenciadas;
- Instalar novas plataformas de gestão e consumo;

- Ampliar a oferta de serviços;
- Adequar a operação às exigências da Lei de Proteção de Dados – LGPD;
- Ampliar o desenvolvimento de soluções voltadas para as credenciadas;

Desempenho Operacional, Econômico e Financeiro

Resultado de 2020 foi excepcional para o grupo Datora, não apenas por termos batido o recorde em todos os nossos indicadores econômicos e financeiros, mas também pelo fato de termos evoluído em todas as nossas linhas de negócio, mesmo frente aos desafios impostos pela pandemia.

Na parte operacional, mantivemos um padrão elevado de excelência. No suporte as operações de VoIP, CpaaS_OTT e CPasS-Geral para pequenos e médios clientes, tivemos queda no SLA de atendimento no fim do ano frente ao elevado volume de negócios. Ficamos abaixo da meta no atendimento dos clientes premium, mesmo assim num patamar elevado, 90%.

No desempenho de nossas funções junto a rede, contudo, tivemos um padrão elevadíssimo de excelência com o registro de apenas 1.2% erros em dez/20

Na operação IoT, apesar do crescimento de 30% na base faturável ao longo de 2020, mantivemos um quadro equilibrado de tickets e um aging médio de 1.8 dias no atendimento.

Do ponto de vista de falhas na rede, registramos 18 falhas ao longo do ano e melhoramos sensivelmente no tempo médio de recuperação, saindo de 178 min em fev/20 para 97min em dez/20, fruto de ações de treinamento e governança, como a criação do comitê de crise e da sala de situação.

O grupo atua em 4 segmentos principais:

- VoiP – oferta de plataforma VoIP. Se destacam aqui os serviços oferecidos para as 5 grandes operadoras, Grupo Oi, Grupo Claro, Grupo Vivo, Grupo TIM e Grupo Algar, operadoras internacionais e o suporte para as pequenas e médias empresas no Brasil.
- CPaaS_OTTs – abrange a oferta direcionada para as empresas que atuam Over The Top. Empresas que em sua maioria prestam serviços para clientes com presença global que precisam de plataforma no Brasil para autenticação do usuário que consome os serviços na camada IP
- CPaaS-Geral - abrange a oferta de serviços para as operadoras de pequeno e médio porte. Envolve a oferta de serviços de plataforma para revendas na gestão de seus clientes, serviços de controle de capacidade, gestão de chamadas, anti fraude etc. Destaque para:
    - Credenciadas - compreende a oferta da estrutura regulatória e de plataforma no formato de MVNOs Credenciadas. Como a Arqia é também uma MVNE (o "e" é de enabler), significa que, empresas que querem ser uma operadora móvel, mas não querem ter todas as plataformas. tampouco a licença, podem usar a licença e todo o parque tecnológico da Datora. Para isso, a empresa oferece Banda Larga Móvel 4G, voz e SMS com cobertura em todo território nacional, além de 100% do portfólio de IoOT. Os ISPs têm se destacado como clientes em procura de serviços neste segmento.
- CPaaS_IoT– compreende a oferta de serviços de IoT. O Grupo atua no mercado através da marca Arqia. Além da oferta de conectividade, também oferece serviços de gestão de devices. Desde 2018 avançamos em ofertas abrangendo a cadeia toda, isto é, do device e interface com o cliente. Neste campo, também se destacam as operações para parceiros internacionais, como Vodafone, Telenor, KPN, BT, Telia e Tata Communications na provisão e conectividade e serviços de gestão para clientes globais com operação no Brasil.

Na parte econômico-financeira, os resultados também foram sólidos.

Cabe destacar que, em virtude da reorganização societária, a Datora Participações não contempla, em seus números auditados na Demonstrações Financeiras Individuais para 2018 e 2019, 12 meses de resultado do grupo como um todo (no caso de 2019 apenas 1 mês, dezembro) e por isso, seus números não representam o resultado consolidado do grupo para base de comparação com 2020.

Desta forma, nas análises abaixo apresentamos a evolução de 100% do grupo em 2020, considerando as mesmas bases em 2019 e 2018, conforme os resultados consolidados. Na parte operacional, destaque para as mais de 20 bilhões de chamadas processadas e da alta de 49.6% de CAGR de devices conectados.

A Receita Líquida, com uma alta de 74% frente a 2019, registrou a maior receita do grupo já observada. A alta foi impulsionada pela apreciação do dólar e o aumento dos negócios nos 4 segmentos em que o grupo atua.

Já o EBTIDA, também registrou forte alta do EBITDA, 62,4% frente a 2019, que desencadeou nos demais indicadores de lucratividade. Alta no EBIT de 99,05% e 223,65% de alta no Lucro Líquido, este último com um impulso devido a contabilização do IR diferido, o que denota estrutura consistente de lucros futuros do Grupo.

A empresa entra 2021 com um caixa de 22.1 milhões de reais, alavancagem baixíssima e com dívida líquida negativa. Suas linhas de financiamento são de longo prazo e em sua maioria com taxas pré, mitigando os riscos fiscais do Brasil. Para 2021, a empresa conta com uma linha FINEP de 10 anos (3 anos de carência e de amortização com a 1ª tranche prevista para março 2021), mantendo seu perfil de longo e taxas pré. Linha esta que financiará 100% das necessidades de investimento previstas para 2021.

Do lado da rentabilidade, destacamos o bom desempenho do RoIC e RoE. A empresa entregou em 2020 um RoiC de 9,9% e um Roe de 58,9%, ambos geradores de EVA frente ao wacc da empresa e ao custo de capital próprio e ao mesmo tempo geradores de valor frente a taxa básica de juros, a taxa Selic.

Ainda na parte econômica e financeira, destacamos:

- 4 novas contratos firmados com credenciadas totalizando 10, base do Plano estratégico de Universalização do IOT;
- Ampliação e penetração no segmento de CPaaS-OTTs;
- Consolidação no mercado de VOIP como player de venda de dados, Porta IP;
- Expansão do portfólio;
- Ampliação da cadeia de fornecedores de insumos com redução de custo unitário;
- Implementação do NPS nas filas de atendimento;
- 1.4M de OPEX ativados no formato de intangível.

Para 2021, também em linha com o cenário econômico, manteremos rigidez na nossa política de hedge e controles financeiros, sobretudo da necessidade de investimentos em giro e a gestão das margens operacionais das linhas de negócio e a rentabilidade dos ativos e investimentos, gerando indicadores ainda melhores de RoiC e RoE. Para 2021, a empresa também pretende remunerar seus acionistas sem perder de vista seu equilíbrio e saúde financeira.

Declaração sobre Conflito de Interesses

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pela Companhia de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que sua política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseiam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, emitido em 3 de setembro de 2021, sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Datora Participações e Serviços S.A.
Nova Lima - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Datora Participações e Serviços S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Datora Participações e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Datora Participações e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras

Em 3 de setembro de 2021 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Datora Participações e Serviços S.A relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 5(e), essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir uma base de preparação de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo as práticas contábeis IAS 33/CPC 41- Resultado por Ação e IFRS 8/CPC 22 – Informações por Segmento e demais assuntos, conforme descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Veja a nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece receitas de tecnologia e telecomunicações, principalmente, para serviços de protocolo de internet para voz *(VOIP – Voice of Internet Protocol)* e serviços de internet das coisas *(IoT – Internet of things).* Os contratos de prestação de serviços de VOIP e *IoT* cobram um valor fixo para cada minuto ou dado trafegado, consequentemente, a Companhia reconhece a receita no valor pelo qual tem o direito de faturar. A Companhia, para determinar o valor pelo qual tem o direito a faturar no final do período contábil, considera: (i) a quantidade de minutos ou dados trafegados pelos seus sistemas de rede, durante o período contábil, e (ii) o montante contestado por operadoras de telecomunicações de cobranças indevidas. Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – análise, em base amostral: (i) dos contratos de prestação de serviços com objetivo de identificar as respectivas obrigações de desempenho e do preço de transação para determinar o valor da contraprestação à qual a Companhia tem direito, (ii) aceitação ou contestação dos clientes sobre os serviços prestados, e (iii) recebimento financeiro; – avaliação, em base amostral, dos montantes contestados de cobranças indevidas que incluem: (i) identificação dos valores em disputas; (ii) razão para as contestações; e (iii) percentual histórico de abatimento concedidos para conclusão das disputas abertas por clientes (iv) termo de quitação das contestações abertas por clientes; – avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação específicos relacionados ao reconhecimento da receita. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram o reconhecimento e a divulgação da receita, os quais foram registrados pela Companhia.

	Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de prestação de serviços de protocolo de internet para voz (VOIP – Voice of Internet Protocol) e serviços de internet das coisas (IoT – Internet of things), assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da realização do imposto de renda e contribuição social diferido	
Veja a nota 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social cujo saldo individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020, é R$ 12.609 e R$ 31.982, respectivamente. A estimativa do lucro tributável futuro, contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizadas, envolve certas premissas tais como: período projetivo, projeção da receita com base no crescimento do setor em que a Companhia, margem da receita operacional líquida e inflação projetada. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos lucros tributáveis futuros que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, individuais e consolidados, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do lucro tributável futuro foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercados e estão condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia, e (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; (iv) a análise de sensibilidade de acordo com as premissas observadas e comparáveis de mercado. – comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados no exercício corrente; e – avaliação ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitável a estimativa sobre os lucros tributáveis futuros e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos à administração a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Raphael Eduardo Pereira da Silva

Contador CRC 1SP242110/O-5

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Datora Participações e Serviços S.A.

Balanços patrimoniais
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Consolidado			Controladora		
Ativos	**Nota**	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	8	22.140	8.279	7.212	5.903	637	42
Contas a receber de clientes	9	74.592	65.131	23.056	5.431	3.415	-
Tributos a recuperar		2.878	1.388	1.307	391	105	77
Estoques		858	400	569	-	-	-
Despesas antecipadas		2.785	1.764	-	272	412	-
Outros ativos		195	749	2.591	29	-	-
Total ativo circulante		**103.448**	**77.711**	**34.735**	**12.026**	**4.569**	**119**
Ativo fiscal diferido	10	31.893	15.407	6.200	12.609	96	7
Tributos a recuperar		423	135	73	-	-	-
Despesas antecipadas		3.592	2.944	-	-	-	-
Outros ativos		50	48	33	-	-	-
Total do ativo realizável a longo prazo		**35.958**	**18.534**	**6.306**	**12.609**	**96**	**7**
Investimentos	11	-	-	-	64.262	50.029	10.186
Imobilizado	12	15.635	15.863	10.541	4.701	4.710	-
Intangível	13	37.440	37.634	35.135	1.218	634	-
		53.075	**53.497**	**45.676**	**70.181**	**55.373**	**10.186**
Total ativo não circulante		**89.033**	**72.031**	**51.982**	**82.790**	**55.469**	**10.193**
Total do ativo		**192.481**	**149.742**	**86.717**	**94.816**	**60.038**	**10.312**

		Consolidado			Controladora		
Passivos	**Nota**	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Empréstimos e financiamentos	15	3.543	2.510	9.797	2.298	1.188	-
Arrendamentos	16	1.307	1.744	-	1.307	881	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14	79.766	67.456	20.139	1.183	2.136	11
Impostos a recolher		8.976	6.929	4.802	815	56	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.096	1.924	1.062	791	484	-
Salários, férias e encargos sociais		8.538	5.635	2.910	4.390	1.701	-
Adiantamento de clientes e passivo contratual	18	972	2.463	5.575	-	56	-
Dividendos a pagar	20	6.459	5.995	580	6.459	-	-
Outros passivos		1.324	-	3.893	264	-	-
Total passivo circulante		**111.981**	**94.656**	**48.758**	**17.507**	**6.502**	**11**
Empréstimos e financiamentos	15	10.249	5.067	37.470	3.090	4.317	-
Arrendamentos	16	1.957	2.619	-	1.957	2.563	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14	4.401	3.745	37.024	-	-	37.024
Mútuo a pagar para partes relacionadas	17	-	-	-	17.323	11.885	11.305
Impostos a recolher		3.759	3.983	-	-	-	-
Adiantamento de clientes e passivo contratual	18	3.858	4.445	-	-	-	-
Outros passivos		430	-	-	-	-	-
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas	11	-	-	-	1.829	3.681	3.706
Provisão para contingências	19	2.736	4.137	4.492	-	-	-
Total passivo não circulante		**27.390**	**23.996**	**78.986**	**24.199**	**22.446**	**52.035**
Patrimônio líquido							
Capital social	20	38.855	87.142	185	38.855	87.142	185
Reservas de capital	20	(7.135)	(6.655)	99	(7.135)	(6.655)	99
Reserva de lucros	20	21.544	-	-	21.544	-	-
Prejuízos acumulados		-	(53.596)	(62.920)	-	(53.596)	(62.920)
Ajustes de avaliação patrimonial		(154)	474	-	(154)	474	-
Transações com acionistas não controladores		-	3.725	20.902	-	3.725	20.902
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**53.110**	**31.090**	**(41.734)**	**53.110**	**31.090**	**(41.734)**
Participações de não controladores		-	-	707	-	-	-
Total patrimônio líquido		**53.110**	**31.090**	**(41.027)**	**53.110**	**31.090**	**(41.734)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**192.481**	**149.742**	**86.717**	**94.816**	**60.038**	**10.312**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Datora Participações e Serviços S.A.
Demonstrações de resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

		Consolidado			Controladora		
	Nota	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita líquida	22	534.160	179.906	121.326	19.022	2.448	-
Custo dos serviços	23	(466.955)	(131.409)	(91.216)	(4.754)	(1.203)	-
Lucro bruto		**67.205**	**48.497**	**30.110**	**14.268**	**1.245**	**-**
Despesas de vendas	23	(3.145)	(3.329)	(4.606)	(114)	(21)	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	9	(626)	(2.755)	(1.528)	(326)	-	-
Despesas administrativas	23	(41.395)	(32.646)	(21.891)	(11.636)	(551)	(21)
Outras despesas operacionais	23	(678)	(303)	(3.612)	-	-	(21)
Outras receitas operacionais	23	1.126	350	497	74	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		**22.487**	**9.814**	**(1.030)**	**2.266**	**673**	**(42)**
Receitas financeiras	24	4.616	5.504	11.165	199	-	-
Despesas financeiras	24	(9.628)	(14.332)	(25.876)	(1.409)	(2.765)	(5.432)
Despesas financeiras, líquidas		**(5.012)**	**(8.828)**	**(14.711)**	**(1.210)**	**(2.765)**	**(5.432)**
Participação nos lucros de investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, líquido de impostos		**-**	**-**	**-**	18.339	10.392	(2.062)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**17.475**	**986**	**(15.741)**	**19.395**	**8.300**	**(7.536)**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	10	(2.661)	(1.511)	(967)	(608)	(484)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	10	16.486	8.520	4.654	12.513	1.508	(7)
		13.825	**7.009**	**3.687**	**11.905**	**1.024**	**(7)**
Lucro (prejuízo) do exercício		**31.300**	**7.995**	**(12.054)**	**31.300**	**9.324**	**(7.543)**
Resultado atribuído a:							
Acionistas controladores		31.300	9.324	(7.543)			
Acionistas não controladores		-	(1.329)	(4.511)			
Lucro (prejuízo) do exercício		**31.300**	**7.995**	**(12.054)**			
Ganhos (perda) por ação no ano - R$							
Lucro básico e diluído por ação (R$)	28	0,000356	0,001638	(0,032627)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Controladora		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro (prejuízo) do exercício	31.300	7.995	(12.054)	31.300	9.324	(7.543)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado						
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	(626)	474	-	(626)	474	-
Total do resultado abrangente	**30.674**	**8.469**	**(12.054)**	**30.674**	**9.798**	**(7.543)**
Resultado abrangente atribuível aos:						
Acionistas controladores	30.674	9.798	(7.543)			
Acionistas não controladores	-	(1.329)	(4.511)			
Resultado abrangente total	**30.674**	**8.469**	**(12.054)**			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Atribuível aos acionistas controladores									
				Reserva de lucros							
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado de transações com acionistas controladores e minoritários	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2018		**186**	**99**	**-**	**-**	**(55.377)**	**-**	**26.231**	**(28.861)**	**4.791**	**(24.070)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(7.543)	-	-	(7.543)	(4.511)	(12.054)
Efeito da incorporação Chaicomm Services Holding Ltda.	2	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Ganho (perda) em transações com acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(471)	(471)	471	-
Reflexo de perda em transações no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	(4.858)	(4.858)	(44)	(4.902)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**185**	**99**	**-**	**-**	**(62.920)**	**-**	**20.902**	**(41.734)**	**707**	**(41.027)**
Lucro do exercício		-	-	-	-	9.324	-	-	9.324	(1.329)	7.995
Outros resultados abrangentes do exercício	11	-	-	-	-	-	474	-	474	-	474
Incorporação controlada Datocenter		-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Aumento de capital	11 e 22	60.488	(6.744)	-	-	-	-	-	53.744	20.143	73.887
Aumento de capital mediante transferência de investimento não controladores	11 e 22	26.469	-	-	-	-	-	-	26.469	(26.469)	-
Perdão de dívida com partes relacionadas	11	-	-	-	-	-	-	(702)	(702)	-	(702)
Ganho (perda) em transações com acionistas não controladores	11	-	-	-	-	-	-	(6.905)	(6.905)	6.905	-
Reflexo de perda em transações no patrimônio líquido das controladas	11	-	-	-	-	-	-	(9.570)	(9.570)	43	(9.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**87.142**	**(6.655)**	**-**	**-**	**(53.596)**	**474**	**3.725**	**31.090**	**-**	**31.090**
Lucro do exercício		-	-	-	-	31.300	-	-	31.300	-	31.300
Outros resultados abrangentes do exercício	11	-	-	-	-	-	(626)	-	(626)	-	(626)
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	-	-	3.727	(2)	(3.725)	-	-	-
Redução de capital social e reserva de capital	22	(48.287)	(480)	-	-	48.768	-	-	1	-	1
Reflexo de perda em transações no patrimônio líquido das controladas	11	-	-	-	-	(1.823)	-	-	(1.823)	-	(1.823)
Constituição de reserva legal	22	-	-	1.437	-	(1.437)	-	-	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	-	(6.832)	-	-	(6.832)	-	(6.832)
Transferência para reservas de lucros	22	-	-	-	20.107	(20.107)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**38.855**	**(7.135)**	**1.437**	**20.107**	**-**	**(154)**	**-**	**53.110**	**-**	**53.110**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Datora Participações e Serviços S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

		Consolidado			Controladora		
	Nota	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Resultado antes de impostos		17.475	986	(15.741)	19.395	8.300	(7.536)
Ajustes de:							-
Depreciação e amortização	12 e 13	9.378	7.603	5.570	1.601	137	-
Baixa do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	654	-	17	360	-	-
Baixa do passivo de arrendamento	16	(639)	-	-	(335)	-	-
(Reversão) provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	9	(421)	1.121	1.528	326	-	-
Resultado financeiro não realizado		3.983	6.599	14.144	971	1.975	5.416
Reversão da provisão para contingências	19	(1.462)	(355)	(1.080)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	(18.339)	(10.392)	2.062
Participação dos não controladores		-	-	29	-	-	-
Descontos concedidos sobre pagamentos de arrendamentos		(302)	-	-	(302)	-	-
Apropriação ativo e passivo contratual		(592)	(142)	-	-	-	-
		28.074	15.812	4.467	3.677	20	(58)
Variação de ativos e passivos:							
(Aumento) diminuição do ativo							
Contas a receber de clientes		667	4.139	2.031	(2.342)	(1.377)	-
Outros ativos		(741)	1.818	1.081	111	(134)	-
Impostos a recuperar		(1.756)	(86)	654	(286)	(26)	16
Estoques		(458)	169	(255)	-	-	-
Despesas antecipadas		-	(924)	-	-	-	-
Aumento (diminuição) no passivo							
Fornecedores e outras contas a pagar		(5.077)	(10.027)	(5.487)	(983)	1.467	11
Impostos a recuperar		1.095	5.103	2.216	693	15	-
Salários, férias e encargos sociais		2.904	1.974	132	2.690	955	-
Adiantamento de clientes e passivo contratual		(346)	1.829	2.253	(56)	(68)	-
Outros passivos		688	(3.884)	1.610	264	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**25.050**	**15.923**	**8.702**	**3.768**	**852**	**(31)**
Juros pagos		(1.078)	(2.604)	(3.208)	(883)	(97)	-
Impostos pagos		(2.660)	(569)	(687)	(608)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**21.312**	**12.750**	**4.807**	**2.277**	**755**	**(31)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:							
Títulos e valores mobiliários		-	-	4.246	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	12, 13 e 28	(5.331)	(3.723)	(2.959)	(1.234)	(650)	-
Caixa proveniente da incorporação de controladas		-	-	-	-	416	-
Caixa proveniente de investimentos	2	-	380	-	-	-	-
Dividendos recebidos	11	-	-	-	-	-	1.100
Investimento em controlada	11	-	-	-	(195)	-	(1.108)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(5.331)**	**(3.343)**	**1.287**	**(1.429)**	**(234)**	**(8)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:							
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	15	15.379	7.000	8.101	7.009	5.500	-
Custos de transações relacionados a empréstimos e financiamentos	15	-	301	(193)		5	-
Dispêndios provenientes da liquidação de derivativos	15	(425)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos		(7.682)	(4.493)	(3.615)	-	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(9.438)	(9.192)	(8.265)	(7.214)		-
Pagamento de passivo de arrendamentos	16	(1.343)	(1.524)	-	(815)	(31)	-
Recebimento (pagamento) de empréstimos com partes relacionadas	17	-	-	-	5.438	(5.400)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento		**(3.509)**	**(7.908)**	**(3.972)**	**4.418**	**74**	**-**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**12.472**	**1.499**	**2.122**	**5.266**	**595**	**(39)**
Caixa e equivalente no início do exercício	8	8.279	7.212	5.090	637	42	81
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		1.389	(432)	-	-	-	-
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	8	22.140	8.279	7.212	5.903	637	42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado			Controladora		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receitas (1)	**551.246**	**191.858**	**128.751**	**20.051**	**2.709**	**(21)**
Vendas de produtos e serviços	550.746	192.629	129.782	20.303	2.709	-
Outras receitas	1.126	350	497	74	-	(21)
Perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes	(626)	(1.121)	(1.528)	(326)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	**471.748**	**144.651**	**102.899**	**9.905**	**1.291**	**(46)**
Custos dos serviços prestados	457.577	123.806	85.646	3.153	1.066	-
Materiais, energia, serviços terceirizados e despesas operacionais	13.493	20.542	13.641	6.752	225	(67)
Outros	678	303	3.612	-	-	21
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	**79.498**	**47.207**	**25.852**	**10.146**	**1.418**	**25**
Depreciação e amortização (4)	9.378	7.603	5.570	1.601	137	-
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia (3) - (4) = (5)	**70.120**	**39.604**	**20.282**	**8.545**	**1.281**	**25**
Valor adicionado recebido na transferência (6)	**4.616**	**5.504**	**11.165**	**18.538**	**10.392**	**(2.062)**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	18.339	10.392	(2.062)
Receitas financeiras	4.616	5.504	11.165	199	-	-
Total do valor adicionado a ser distribuído (5+6)	**74.736**	**45.108**	**31.447**	**27.083**	**11.673**	**(2.037)**
Distribuição do valor adicionado	**74.970**	**45.108**	**31.447**	**27.317**	**11.673**	**(2.037)**
Folha de pagamentos e encargos sociais	**30.219**	**16.762**	**11.101**	**4.998**	**347**	**-**
Remuneração direta	25.373	12.431	7.088	3.459	69	-
Benefícios	3.880	3.539	3.033	1.207	204	-
FGTS	966	792	980	332	74	-
Impostos, taxas e contribuições	**2.761**	**5.714**	**4.769**	**(10.624)**	**(763)**	**7**
Ativo fiscal diferido	(16.486)	(8.520)	(4.654)	(12.513)	(1.508)	7
Federal	9.725	6.418	4.904	1.204	703	(2)
Estaduais	7.385	6.525	3.217	74	-	2
Municipais	2.137	1.291	1.302	611	42	-
Retorno sobre o capital de terceiros	**10.456**	**14.637**	**27.631**	**1.409**	**2.765**	**5.499**
Despesas financeiras	9.628	14.332	25.876	1.409	2.765	5.432
Aluguéis	828	305	1.755	-	-	67
Lucro (prejuízo) acumulado	**31.534**	**7.995**	**(12.054)**	**31.534**	**9.324**	**(7.543)**
Reflexo de perda em transações no patrimônio líquido das controladas	1.823	-	-	1.823	-	-
Reserva legal	1.437	-	-	1.437	-	-
Formação dos dividendos mínimos obrigatórios	6.832	-	-	6.832	-	-
Transferência para reservas de lucros	20.107	-	-	20.107	-	-
Prejuízos acumulados	1.335	9.324	(7.543)	1.335	9.324	(7.543)
Participações de não controladores	-	(1.329)	(4.511)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Informações gerais

A Datora Participações e Serviços S.A. ("Companhia", "Datora Participações" ou "DPR") e suas controladas (coletivamente, o "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Alameda Oscar Niemeyer, 119, Nova Lima, no Estado de Minas Gerais - Brasil e a holding do grupo. Em 27 de agosto de 2019, sua denominação social foi alterada de Datora Participações S.A. para Datora Participações e Serviços S.A. em decorrência de uma reorganização societária concluída em novembro de 2019. Após o processo de reestruturação, a DPR tornou-se operacional e tem as seguintes atividades preponderantes: locação de máquinas e equipamentos, serviços de hospedagem na internet, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, prestação de serviços de aplicativos e processamento de dados.

A Datora Participações possui o Datacenter da Companhia localizado em São Paulo, onde a estrutura de NOC ("network operations center"), engenharia, TI e gestão de tráfego se concentram. O Datacenter possui um papel importante, pois hospeda os principais componentes de rede do Grupo, plataformas operacionais e estrutura de central.

As controladas do Grupo estão resumidas a seguir:

a. Datora Telecomunicações Ltda. ("Datora Telecom" ou "DAT")

A Datora Telecom foi incorporada ao Grupo em março de 1992 e atualmente detém licenças de Serviços de Telefonia Fixa Comutada ("STFC") e Serviços de Multimídia e Comunicação ("SCM"), que são necessárias para fornecer serviços *Voice over Internet Protocol* ("VoIP").

Sua sede social está localizada na Avenida Saquarema, 5.345, sala 108, Bacaxá, Saquarema – Rio de Janeiro. Desde 1996, a Datora Telecom utiliza o VoIP como sua plataforma tecnológica, que se tornou sua estrutura de central operacional. Seu portfólio inclui serviços como plataforma de hospedagem para seus clientes com recursos como *provisionning, billing*, controle de saldo e crédito, serviços pós e pré-pago, vendas multinível, entre outros serviços gerenciados de VoIP, como controle de canais, controle de chamadas por segundo, gerenciamento de números de discagem ou números de telefone, assim como códigos curtos, serviços antifraude, etc.

b. Datora Mobile Telecomunicações Ltda. ("Datora Mobile" ou "MOB")

A Datora Mobile foi constituída em junho de 2013 e tem como atividade preponderante a prestação de serviços de comunicação por meio da licença de Serviços Móveis Pessoais - Personal Mobile Services ("PMS").

No mercado de "*Internet of Things"* ("IoT"), a MOB se destaca principalmente nos segmentos automotivo (carros conectados e rastreamento de frotas), serviços financeiros (caixas 24h e Ponto de Venda "PDV") e serviços de segurança (câmeras e dispositivos de segurança), agronegócio, PET, cidades saudáveis e inteligentes.

No mercado de "*Communication Platform as a Service"* ("CPaaS"), a MOB oferta produtos para empresas credenciadas, um modelo que possibilita que nossos clientes ofereçam soluções de IoT e VoIP. A empresa também oferece números de telefone comerciais para uma rede telefônica local PSTN, VoIP e *short message served* ("SMS"), entre outros.

c. VDF Tecnologia da Informação Ltda. ("VDF TI") –

A VDF TI foi constituída em 2016 como uma empresa controlada pela Datora Mobile. Ela atua no desenvolvimento, licenciamento, comercialização de programas de computador e prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação.

d. NGN Latam Corp ("NGN USA")

Constituída em 2010, com sede na cidade de Miami, Estado da Flórida, Estados Unidos da América, 33131 na 1110 Brickell., Ste 310, a NGN USA atua no mercado de comunicações e é o componente operacional do Grupo no mercado internacional de atacado, com foco nos EUA e América Latina. A NGN USA opera como plataforma no mercado doméstico americano, mas também com atuação no mercado internacional, negociando serviços de capacidade de dados e SMS, além de tráfego de voz para o Brasil e para o mundo.

e. NGN Sweden Communications AB ("NGN Sweden")

Constituída em 2017, com sede na cidade de Estocolmo, na Suécia, em Box 162 85, 103 25, a NGN Sweden atua no mercado de comunicações, e é atualmente o componente operacional do grupo no mercado internacional de atacado, com foco na Europa e Ásia. A empresa atua no mercado internacional, negociando serviços de capacidade de dados (Porta de protocolo de internet ("IP"), direitos de uso irrevogáveis ("IRU") etc.), bem como SMS e tráfego de voz para o Brasil e para o mundo.

f. Datora France Communication SAS ("Datora França")

Constituída em 2020 e sediada em Paris, na França, a Datora France iniciou sua operação em 2021. A Datora France atua no mercado atacadista internacional, com foco na Europa e Ásia. Seu objetivo social é operar no mercado internacional, negociando serviços de capacidade de dados (Porta IP, IRU etc.), bem como SMS e tráfego de voz para o Brasil e o mundo.

g. Datora Pag Ltda. ("Arqia Pag")

Constituída em 22 de julho de 2020, com sede em Nova Lima – no Estado de Minas Gerais, a Arqia Pag tem como objeto social a prestação de serviços de intermediação de transações comerciais como correspondente bancário, fornecendo serviços de pagamento a seus clientes, como emissão de boletos, serviços de contas em banco digital, oferta de crédito, entre outros serviços. Arqia Pag também fornece soluções de "white label" para seus clientes.

2 Reestruturação societária

a. Incorporação de controlada

Em 30 de setembro de 2019, o Grupo aprovou uma reestruturação societária, consistindo na incorporação de empresas sob controle comum, em cujos termos a Datocenter Serviços de Locação e Suporte de Equipamentos de Informática e Telecomunicações Ltda. foi incorporada pela Datora Participações.

Esta transação foi registrada ao custo histórico, conforme segue:

Ativo	R$	Passivo	R$
Ativo circulante	**2.735**	**Passivo circulante**	**3.171**
Caixa e equivalentes de caixa	416	Arrendamentos	881
Contas a receber de clientes	2.038	Fornecedores e outras contas a pagar	1.379
Outros ativos	277	Impostos a recolher	42
Tributos a recuperar	4	Salários, férias e encargos sociais	745
		Adiantamento de clientes	124
Ativo não circulante	**5.213**	**Passivo não circulante**	**10.411**
Imobilizado	5.213	Arrendamentos	3.012
		Mútuos a pagar	5.980
		Passivo fiscal diferido	1.419
		Total do passivo	**13.582**
Total do ativo	**7.948**	**Acervo líquido negativo**	**(5.634)**

b. Obtenção de controle acionário – empresas sob controle comum

Em 04 de dezembro de 2019, com o objetivo de otimizar a sua estrutura organizacional, a Administração do Grupo decidiu aprovar um aumento de capital social no Grupo mediante: (i) aporte de R$ 2.505 em contrapartida à emissão de 2.504.689 novas ações referente à participação acionária detida pela Chaicomm Group LLC na NGN Sweden e (ii) aporte de R$ 1,00 em contrapartida à emissão de 1 nova ação referente à participação acionária detida pela Chaicomm Group LLC na NGN USA. Com essas mudanças, o Grupo passou a deter 100% das ações da NGN Sweden e da NGN USA. Dessa forma, ele passou a consolidar os números das novas controladas.

Essas transações foram registradas ao seu valor contábil, da seguinte forma:

NGN Sweden

Ativo	30/11/2019	Passivo	30/11/2019
Ativo circulante	**58.299**	**Passivo circulante**	**62.226**
Caixa e equivalentes de caixa	135	Fornecedores e outras contas a pagar	59.217
Contas a receber de clientes	55.590	Impostos a recolher	714
Outros ativos	2.502	Adiantamento de clientes	2.295
Tributos a recuperar	72	**Passivo não circulante**	**-**
Ativo não circulante	**918**		
Intangível	918	**Total do passivo**	62.226
Total do ativo	**59.217**	**Acervo líquido negativo**	**(3.009)**

Reconciliação do acervo líquido

A diferença entre o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos em 31 de agosto de 2019 e o valor contábil quando o controle foi obtido foi registrada como reserva de capital.

	R$
Acervo líquido - ato societário - apurado em 31 de agosto de 2019	**2.505**
Efeito do ajuste acumulado de conversão	295
Reserva de capital - redução no acervo líquido (Nota 11)	(5.809)
Acervo líquido negativo apurado em 30 de novembro de 2019	**(3.009)**

NGN EUA

Ativo	**30/11/2019**	**Passivo**	**30/11/2019**
Ativo circulante	**29.018**	**Passivo circulante**	**30.445**
Caixa e equivalentes de caixa	245	Fornecedores e outras contas a pagar	29.078
Contas a receber de clientes	27.543	Adiantamento de clientes	1.367
Outros ativos	1.230		
Ativo não circulante	**586**	**Passivo não circulante**	**-**
Imobilizado	360		
Intangível	226	**Total do passivo**	30.445
Total do ativo	**29.604**	**Acervo líquido negativo**	**(841)**

Reconciliação do acervo líquido

A diferença entre o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos em 31 de agosto de 2019 e o valor contábil quando o controle foi obtido foi registrada como reserva de capital.

Acervo líquido - ato societário - apurado em 31 de agosto de 2019	**-**
Ajustes de conversão nos balanços patrimoniais	94
Reserva de capital - redução no acervo líquido (Nota 11)	(935)
Acervo líquido negativo apurado em 30 de novembro de 2019	**(841)**

3 Impacto da COVID-19

A pandemia da COVID-19 tem um impacto no nosso negócio, como: (i) aumento significativo do tráfego de voz e, consequentemente, aumento dos serviços de transporte locais, nacionais e internacionais e uma maior utilização de dados com base no aumento das vendas de Portas IP, (ii) aumento nos serviços de comunicação impulsionado pelo aumento da utilização dos serviços de dados, voz e SMS e (iii) diminuição na demanda por serviços de transporte de tráfego nacional, local e internacional, bem como a descontinuação da comercialização de números fixos especiais.

O Grupo está monitorando de perto o impacto potencial do COVID-19 em seu desempenho financeiro. Durante 2020, o Grupo não observou impactos negativos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas que possa ser atribuíveis ao COVID-19.

O Grupo não espera impactos significativos em suas operações para o próximo exercício e planeja manter todas as ações tomadas em 2020 para mitigar potenciais impactos do COVID-19 nos negócios do Grupo até que seja necessário.

4 Base contábil de continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu um lucro de R$ 31.300 (lucro de R$ 7.995 em 31 de dezembro de 2019 e prejuízo de R$ 12.054 em 31 de dezembro de 2018), um capital circulante líquido negativo de R$ 8.533 (negativo de R$ 16.945 em 31 de dezembro de 2019 e negativo de R$ 14.023 em 31 de dezembro de 2018), patrimônio líquido positivo de R$ 53.110 (positivo de R$ 31.090 em 31 de dezembro de 2019 e negativo de R$ 41.027 em 31 de dezembro de 2018), e um caixa operacional líquido de R$ 21.312 (R$ 12.750 em 2019 e R$ 4.807 em 2018).

O Grupo monitora o capital circulante líquido, sua geração de caixa, projeções de lucro e, também sua estratégia de financiamento. O Grupo acredita que os fluxos de caixa operacionais positivos futuros fornecem recursos adequados para financiar as operações em andamento no futuro previsível.

5 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório *Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS),* emitidos pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na Legislação Societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 03 de setembro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração do Grupo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras de cada subsidiária incluída na consolidação são preparadas com base na moeda funcional de cada empresa. Para as subsidiárias localizadas no exterior, as demonstrações financeiras foram convertidas para reais com base na taxa de câmbio do final do exercício. Os resultados foram convertidos pela taxa média mensal do ano. Os efeitos da conversão são reconhecidos no

patrimônio líquido dessas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram mensuradas com base no custo histórico.

d. Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração efetuou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

Não foram feitos julgamentos significativos no processo de aplicação das políticas contábeis.

ii. Incertezas sobre premissas nas estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que representam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota nº 9** - Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes;
- **Nota nº 10** - Reconhecimento do ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra prejuízos fiscais que possam ser utilizados;
- **Nota nº 13 -** Intangíveis: principais premissas em relação à recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e
- **Nota nº 19 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências.

e. Reemissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, originalmente emitidas em 31 de março de 2021, estão sendo reemitidas, para uma base de preparação de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e incluindo as práticas contábeis IAS 33/CPC 41- Resultado por Ação e IFRS 8/CPC 22 – Informações por Segmento, em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliárias.

6 Principais políticas contábeis

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data de apresentação. Itens não monetários avaliados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. As diferenças de moeda estrangeira são geralmente reconhecidas no resultado e apresentadas nos custos financeiros.

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data de apresentação.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas na reserva de conversão, exceto na medida em que a diferença de conversão é alocada às participações minoritárias. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação estrangeira é alienada total ou parcialmente, de maneira que o controle, a influência significativa ou o controle conjunto seja perdido, o valor acumulado na reserva de conversão relacionado a essa operação estrangeira é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação. Se o Grupo alienar parte de sua participação em uma controlada, mas mantiver o controle, então a proporção relevante do valor acumulado é reatribuída ao NCR. Quando o Grupo vende apenas parte de uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto ("*joint venture"*) enquanto retém influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

b. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados na data de cada balanço a fim de determinar se houve qualquer indício de redução ao valor recuperável. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

c. Demonstrações do valor adicionado (DVA)

O Grupo elaborou as demonstrações de valor adicionado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Elas são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o BR GAAP aplicável às companhias públicas, enquanto no IFRS representam informações adicionais.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis e novas normas ainda não efetivas

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

Novas normas, interpretações e alterações adotadas em 2020

Diversas novas normas ou alterações entram em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram as demonstrações financeiras do Grupo, como as mudanças na definição de um negócio (IFRS 3 / CPC 15) na aquisição de negócios, na reforma

da taxa de juros de referência (alterações na IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40) e na definição de material (alterações na IAS 1 / CPC 26 e IAS 8 / CPC 23).

O Grupo adotou a norma de Concessões de Aluguéis relacionadas à COVID-19 antecipadamente – Alteração ao CPC 06 (R2)/ IFRS 16, emitida em 28 de maio de 2020. A alteração introduz um expediente prático opcional para arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário – ou seja, para arrendamentos aos quais o Grupo aplica o expediente prático, ele não é obrigado a avaliar se as concessões de aluguel elegíveis que são uma consequência direta da pandemia da COVID-19 são modificações de arrendamento. O Grupo aplicou a alteração retrospectivamente (ver nota 13). A alteração não tem impacto sobre os lucros acumulados em 1º de janeiro de 2020.

Novas normas, interpretações e alterações adotadas em 2019

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 Arrendamentos em 1º de janeiro de 2019.

O Grupo aplicou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no direito de uso contra o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, as informações comparativas apresentadas para 2018 não são reapresentadas – ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e respectivas interpretações. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Além disso, os requisitos de divulgação do CPC 06 (R2)/ IFRS 16 geralmente não foram aplicados às informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava se um contrato era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/ IFRIC 4 no início do contrato. Ele determinava se um Acordo contém um Arrendamento. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, conforme explicado na nota 16.

Na transição para o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, o Grupo optou por aplicar o expediente prático para avaliar quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou a CPC 06 (R2)/ IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamento, segundo o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e o ICPC 03/ IFRIC 4, não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento, segundo o CPC 06 (R2)/ IFRS 16. Portanto, a definição de arrendamento, segundo o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, foi aplicada apenas aos contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda propriedades. O Grupo classificava os arrendamentos anteriormente como arrendamentos operacionais com base na sua avaliação de se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente para o Grupo.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente de arrendamento.

Arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17.

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos de propriedades como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (consulte a nota 16). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à redução ao valor recuperável na data de transição e, concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso sofreram redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17. Particularmente, a Companhia:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento termina em até 12 meses a partir da data da aplicação inicial;

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e

- usou uma visão retrospectiva ao determinar o prazo do arrendamento.

Arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17

O Grupo arrenda vários equipamentos operacionais. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi determinado pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 imediatamente antes dessa data.

Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

	Em 1º de janeiro de 2019
Ativo de direitos de uso – imobilizado	5.394
Ativo fiscal diferido	1.980
Passivo de arrendamento	(5.394)
Passivo fiscal diferido	(1.980)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos do arrendamento usando sua taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,24%.

b. Novas normas, mas ainda não em vigor

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O
O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Grupo ainda está avaliando os impactos das novas normas no Grupo e suas controladas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme segue:

- Contratos onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações no CPC 25/ IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (Alterações no CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06 (R2)/ IFRS 16);
- Ativo imobilizado: Recursos antes do uso pretendido (Alterações no CPC 27/ IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações no CPC 15/ IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações no CPC 26/ IAS 1).

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil
Caixa e equivalentes de caixa são mensurados e avaliados pelo custo amortizado e têm alta liquidez, com vencimentos em até três meses na data do investimento, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Caixa	21	12	19
Depósito bancário	11.279	2.854	276
Investimentos de curto prazo	10.840	5.413	6.917
Total	**22.140**	**8.279**	**7.212**

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Caixa	19	-	-
Depósito bancário	627	189	42
Investimentos de curto prazo	5.257	448	-
Total	**5.903**	**637**	**42**

Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a operações de renda fixa, com taxa de 120,3% (54,6% em 2019 e 118,0 % em 2018) do Certificado de Deposito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil
As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes de financiamento significativos, quando são reconhecidas ao valor justo. O Grupo mantém contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, e portanto, os mensura subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características de risco de crédito compartilhadas e vencidas na data da análise perdas de crédito esperadas. A provisão para perdas de crédito esperadas é registrada como na data da análise perdas de crédito esperadas nas demonstrações de resultados.

As contas a receber de clientes são baixadas no momento em que são avaliadas como incobráveis. Nessa situação, são reconhecidos como perda com contas a receber na demonstração do resultado pelo seu valor contábil.

As características de risco de crédito incluem:

- ✓ a data de origem;
- ✓ o prazo remanescente até o vencimento;
- ✓ as classificações de risco de crédito; e
- ✓ faturas contestadas.

As contas a receber de clientes incluem principalmente os recebíveis dos clientes de prestação de serviços de minutagem entre operadoras.

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Contas a receber clientes	77.126	67.515	23.124
Contas a receber de clientes partes relacionadas (nota 17 a)	18	494	1.525
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(2.552)	(2.878)	(1.593)
Total	**74.592**	**65.131**	**23.056**

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Contas a receber clientes	4.001	1.292	-
Contas a receber de clientes partes relacionadas (nota 17 a)	1.756	2.123	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(326)	-	-
Total	**5.431**	**3.415**	**-**

A composição do contas a receber bruto por prazo de vencimento é apresentada abaixo:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
A vencer	68.704	54.803	9.981
Em atraso (dias):			
01–30	3.182	2.338	2.966
31-60	1.163	2.811	1.209
61-90	383	130	447
91–180	1.399	727	3.503
181–360	116	20	1.760
>360	2.197	7.180	4.783
Total	**77.144**	**68.009**	**24.649**

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
A vencer	4.902	1.792	-
Em atraso (dias):			
01–30	280	744	-
31-60	187	408	-
61-90	-	413	-
91–180	388	14	-
>360	-	44	-
Total	**5.757**	**3.415**	**-**

As variações nas perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são discriminadas abaixo:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	(2.878)	(1.593)	(423)
(Constituição) reversão de perdas de crédito esperadas	(626)	(2.755)	(1.528)
Baixa (i)	1.047	1.634	358
Efeito de taxa de câmbio	(95)	7	-
Constituição decorrente da obtenção de controle acionário (nota 2)	-	(171)	-
Saldo no encerramento do exercício	(2.552)	(2.878)	(1.593)

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	-	-	-
Constituição de perdas de crédito esperadas	(326)	-	-
Saldo no encerramento do exercício	(326)	-	-

(i) As baixas de títulos a receber não tem impacto no resultado do exercício, porque essas contas a receber foram totalmente provisionadas antes da baixa.

10 Imposto de renda e da contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de rende e contribuição social é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas até a data do balanço.

Os impostos recuperáveis e os impostos circulantes a pagar são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins das demonstrações financeiras e de tributação. As mudanças de ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra as quais serão utilizados. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos quando sua realização não for mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem estornadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Consolidado	**Saldo em 01 de janeiro de 2018**	**Adições e exclusões do período**	**Outros(a)**	**Reconhecimento de ativos diferidos de anos anteriores**	**Saldo em 31 de dezembro de 2018**	**Adições e exclusões do período**	**Outros(b)**	**Reconhecimento de ativos diferidos de anos anteriores**	**Saldo em 31 de dezembro de 2019**	**Adições e exclusões do período**	**Reconhecimento de ativos diferidos de anos anteriores**	**Saldo em 31 de dezembro de 2020**
(Exclusões) adições temporárias na determinação do lucro real												
Perda estimada de crédito	423	1.170	-	-	1.593	1.285	-	-	2.878	(326)	-	2.552
Provisão para participação nos lucros	-	1.610	-	-	1.610	1.254	-	-	2.864	2.801	-	5.665
Provisão para contingências	5.572	(1.080)	-	-	4.492	(356)	-	-	4.136	(1.401)	-	2.735
Ativo intangível gerado internamente – (b)	-	-	-	-	-	(2.529)	-	-	(2.529)	286	-	(2.243)
Arrendamento CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-	148	-	-	148	242	-	390
Resultado com variação cambial não realizada	-	1.351	-	-	1.351	150	-	-	1.501	(2.302)	-	(801)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-		-	-	-	150	-	150
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social												
Prejuízo fiscal acumulado (a) - 25¨%	128.364	10.245	(38.228)	-	100.381	1.209	-	-	101.590	(3.289)	-	98.301
Base negativa da contribuição social (a) - 9%	128.364	9.064	-	-	137.428	1.209	-	-	138.637	(3.290)	-	135.347
Total de adições temporárias mais prejuízo fiscal, líquidas	**262.723**	**22.360**	**(38.228)**		**246.855**	**2.370**			**249.225**	**(7.129)**		**242.096**
Ativo fiscal diferido	45.682	4.414	(9.557)	-	40.539	1.255	-	-	41.794	(1.403)	-	40.664
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	-	(860)	-	-	(860)	98	-	(1.035)
Ativo fiscal diferido líquido	**45.682**	**4.414**	**(9.557)**	**-**	**40.539**	**395**	**-**	**-**	**40.934**	**(1.305)**	**-**	**39.629**
Ativo fiscal diferido – reconhecido	**11.103**	**4.414**	**(9.557)**	**240**	**6.200**	**395**	**687**	**8.125**	**15.407**	**(1.305)**	**17.791**	**31.893**
Ativo fiscal diferido – não reconhecido	**34.579**	**-**	**-**	**(240)**	**34.339**	**-**	**-**	**(8.125)**	**25.527**	**-**	**(17.791)**	**7.736**
No resultado do exercício	**11.103**	**4.414**		**240**	**4.654**	**395**		**8.125**	**8.520**	**(1.305)**	**17.791**	**16.486**

Controladora	**Saldo em 01 de janeiro de 2018**	**Adições e exclusões do período**	**Outros(a)**	**Saldo em 31 de dezembro de 2018**	**Adições e exclusões do período**	**Saldo inicial, incorporação Datocenter (nota 2.a)**	**Saldo em 31 de dezembro de 2019**	**Adições e exclusões do período**	**Reconhecimento de ativos diferidos de anos anteriores**	**Saldo em 31 de dezembro de 2020**
(Exclusões) adições temporárias na determinação do lucro real				-						
Perda estimada de crédito	-	-	-	-	-	-	-	326	-	326
Provisão para participação nos lucros	-	-	-	-	1.146	-	1.146	2.139	-	3.285
Ativo intangível gerado internamente – (b)	-	-	-	-	(635)	-	(635)	70	-	(565)
Arrendamento CPC 06 (R2)	-	-	-	-	57	-	57	333	-	390
Resultado com variação cambial não realizada	1.620	3.797	-	5.417	(5.417)	-	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social										
Prejuízo fiscal acumulado (a) - 25¨%	31.819	79	(1.180)	30.718	8.290	-	39.008	(1.481)	-	37.527
Base negativa da contribuição social (a) - 9%	31.819	79	-	31.898	8.290	-	40.188	(1.481)	-	38.707
Total de adições temporárias mais prejuízo fiscal, líquidas	**65.258**	**3.955**	**(1.180)**	**68.033**	**11.731**	**-**	**79.764**	**(94)**	**-**	**79.670**
Ativo fiscal diferido	11.369	1.318	(295)	12.392	1.386	-	13.778	448	-	14.226
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	(216)	-	(216)	24	-	(192)
Ativo fiscal diferido líquido	**11.369**	**1.318**	**(295)**	**12.392**	**1.170**	**-**	**13.562**	**472**	**-**	**14.034**
Ativo fiscal diferido – reconhecido	309	(7)	(295)	7	1.508	(1.419)	96	472	12.041	12.609
Ativo fiscal diferido – não reconhecido	11.060	-	-	12.385	(338)	-	13.466	-	(12.041)	1.425
No resultado do exercício	**309**	**(7)**	**-**	**(7)**	**1.508**	**-**	**1.508**	**472**	**12.041**	**12.513**

(a) Em 2017, a controlada Datora Telecomunicações e a controladora Datora Participações e Serviços S.A., aderiam ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), para o qual se utilizou do prejuízo fiscal para compensação com tributos federais parcelados. Portanto, os valores do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido são diferentes. Em 2018, foram reconhecidos, um complemento de ativo fiscal diferido, após homologação do pedido.

(b) Diferença temporária relacionada ao capital investido em inovação tecnológica de acordo com a Lei brasileira nº 11.196 / 2005, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica ou "Lei do Bem". O Grupo pode usar esta lei de diferimento fiscal principalmente para os investimentos feitos no desenvolvimento de software internamente, onde o Grupo capitaliza o trabalho e outros custos envolvidos como um ativo intangível em vez de contabilizar esses valores como despesas. O Grupo deprecia o valor contábil do ativo intangível ao longo de sua vida útil. A Lei do Bem nos permite diferir nosso passivo fiscal sobre esses investimentos.

Reconciliação da alíquota efetiva

O imposto de renda e a contribuição social, calculados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro antes de impostos	17.475	986	(15.741)	19.395	8.300	(7.536)
Taxa de impostos combinada da controladora	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 34%	(5.941)	(335)	5.352	(6.594)	(2.822)	2.562
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	490	30	-	-	-	-
Reserva de imposto a pagar de entidades no exterior	206	(684)	-	-	-	-
Lucro auferido por controlada no exterior	(1.444)	-	-	(1.444)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	6.235	3.533	(701)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – Lei nº11.196/05	673	1.109	-	330	216	-
Juros sobre o capital próprio	1.118	-	-	847	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	305	-	-	-
Outras diferenças permanentes	(313)	29	1.440	(31)	(33)	-
Outros incentivos fiscais	62	166	24	49	80	-
Reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias anteriormente não reconhecidos	18.468	8.321	4.654	12.513	1.508	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	506	(1.627)	(8.088)	-	(1.458)	(1.868)
	-	-				
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**13.825**	**7.009**	**3.687**	**11.905**	**1.024**	**(7)**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(2.661)	(1.511)	(967)	(608)	(484)	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	16.486	8.520	4.654	12.513	1.508	(7)
Alíquota efetiva dos impostos correntes	79%	711%	(23%)	61%	12%	0%

11 Investimentos

Política contábil

(i) Controladas

As controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e continuam sendo consolidadas até a data em que o controle deixa de existir. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessar.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

Todas as transações intragrupo entre membros da Companhia são totalmente eliminadas na consolidação. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma, mas apenas na extensão em que não haja evidência de redução ao valor recuperável.

(ii) Participações minoritárias

A Companhia reconhece qualquer participação minoritária na entidade adquirida em uma base aquisição por aquisição, na proporção da participação não controladora nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida. As transações com participações minoritárias que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais - ou seja, como transações com proprietários na qualidade de proprietários.

(iii) Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, ele baixa os ativos e passivos da controlada e as participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecida no resultado. A participação mantida na ex-controlada, seja qual for, é calculada pelo valor justo ao perder o controle.

Apresentamos nossa lista de controladas abaixo:

	Participação (%)					
	31/12/2020		**31/12/2019**		**31/12/2018**	
Controladas	**Direta**	**Indiretas**	**Direta**	**Indiretas**	**Direta**	**Indiretas**
Datora Telecomunicações Ltda.	99,99%	-	99,99%	-	99,83%	-
Datocenter Serviços de Locação e Suporte de Equipamentos de Informática e Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	99,83%	-
Datora Mobile Telecomunicações Ltda.	100%	-	100%	-	-	-
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	2%	98%	2%	98%	-	-
NGN Sweden Communications AB	100%	-	100%	-	-	-
NGN Latam Corp	100%	-	100%	-	-	-
Datora Pag Ltda.	98%	2%	-	-	-	-
Datora France Communication SAS	100%	-	-	-	-	-

a. Composição e movimentação dos investimentos

	Datocenter	Datora Telecom	Datora Mobile	VDF TI	Datora Pag	Datora França	NGN Suécia	NGN EUA	Total
Capital social (R$)	-	25.639.407	28.690.337	10.000,00	9.800,00	183.711	25.103	916.897	
Número de ações:	-	25.639.407	18.585.811	10.000	10.000	183.711	6.500	5.000	
Ações ordinárias	-	25.639.406	18.585.811	200	9.800	183.711	6.500	5.000	
% Participação	**98%**	**100%**	**100%**	**2%**	**98%**	**100%**	**100%**	**100%**	
Total do ativo de controladas	-	75.309	62.902	1.483	189	184	66.196	22.212	
Total do passivo de controladas	-	(54.073)	(21.369)	(2.433)	(356)	-	(64.887)	(23.858)	
Patrimônio líquido de investidas em 2020	-	(21.236)	(41.533)	950	167	(184)	(1.309)	1.646	
Lucro (prejuízo) de controlada no exercício 2020	-	1.548	12.999	1.400	(163)	-	5.162	(1.238)	
Valor do investimento em 2020	**-**	**21.236**	**41.533**	**-**	**-**	**184**	**1.309**	**-**	**64.262**
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas em 2020	**-**	**-**	**-**	**(19)**	**(164)**	**-**	**-**	**(1.646)**	**(1.829)**

	Datocenter	Datora Telecom	Datora Mobile	VDF TI	Datora Pag (j)	Datora França (j)	NGN Suécia	NGN USA	Datora TI	Total
Investimento em 1° de janeiro de 2018	(3.558)	14.573	6.353	-	-	-	-	-	(3.505)	13.863
Efeito de reflexo patrimonial na controlada	-	(4.186)	3	-	-	-	-	-	(675)	(4.858)
Equivalência patrimonial (a)	(148)	4.123	(6.037)	-	-	-	-	-	-	(2.062)
Resultado da transação com acionistas não controladores (b)	-	-	(471)	-	-	-	-	-	-	(471)
Incorporação de investidas (c)	-	(4.180)	-	-	-	-	-	-	4.180	-
Pagamento de capital subscrito (d)	-	-	1.108	-	-	-	-	-	-	1.108
Recebimento de dividendos (d)	-	(1.100)	-	-	-	-	-	-	-	(1.100)
Investimentos em 31 de dezembro de 2018	**-**	**9.230**	**956**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.186**
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas em 31 de dezembro de 2018	**(3.706)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.706)**
Resultado da equivalência patrimonial	(1.918)	4.033	8.163	(16)	-	-	97	33	-	10.392
Incorporação de controlada (nota 2)	5.624	-	-	-	-	-	-	-	-	5.624
Ganho/perda na diluição de ações (e)	-	(6.888)	29	(46)	-	-	-	-	-	(6.905)
Investimento em controladas recebido como contraprestação de aumento no capital social (f)	-	24.690	1.763	16	-	-	-	-	-	26.469
Investimento em entidades sob controle comum recebido como contraprestação de aumento no capital social (f)	-	-	-	-	-	-	2.505	-	-	2.505
Incorporação de investidas - Reserva de Capital (g)	-	-	-	-	-	-	(5.809)	(935)	-	(6.744)
Aporte em controladas (h)	-	-	17.623	-	-	-	-	-	-	17.623
Efeito reflexo sobre CTA	-	-	-	-	-	-	406	68	-	474
Perdão de dívidas sob controle comum	-	338	-	-	-	-	-	-	-	338
Distribuição desproporcional de dividendos (i)	-	(9.908)	-	-	-	-	-	-	-	(9.908)
Investimento em 31 de dezembro de 2019	**-**	**21.495**	**28.534**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**50.029**
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**	**(46)**	**-**	**-**	**(2.801)**	**(834)**	**-**	**(3.681)**
Resultado da equivalência patrimonial	-	1.548	12.999	28	(160)	-	5.162	(1.238)	-	18.339
Aporte em controladas	-	-	-	-	11	184	-	-	-	195
Distribuição desproporcional de dividendos	-	(1.807)	-	(1)	(15)	-	-	-	-	(1.823)
Efeito reflexo sobre CTA	-	-	-	-	-	-	(1.052)	426	-	(626)
Investimento em 31 de dezembro de 2020	**-**	**21.236**	**41.533**	**-**	**-**	**184**	**1.309**	**-**	**-**	**64.262**
Provisão para perdas sobre investimentos mantidos em controladas em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**	**(19)**	**(164)**	**-**	**-**	**(1.646)**	**-**	**(1.829)**

(a) Efeito reflexo no investimento sobre as mutações do patrimônio líquido de suas controladas, principalmente a distribuição de dividendos para acionistas não controladores.

(b) Prejuízo na integralização do capital subscrito na Datora Mobile em 2016 devido à participação de acionistas não controladores.

(c) Em 30 de maio de 2018, uma reorganização societária foi realizada, na qual a controladora Datora Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela Datora Telecomunicações Ltda. O acervo líquido negativo da controlada incorporado pela Datora Telecomunicações Ltda. foi de R$ 4.180.

(d) Durante o ano de 2018, a Companhia recebeu da sua controladora Datora Telecomunicações Ltda. o montante de R$ 1.100 mil em dividendos, e posteriormente efetuou a integralização residual de capital no montante de R$ 1.100 mil na controlada Datora Mobile. Em 2016, a Datora Mobile emitiu 170.650 novas ações no valor de R$ 127,72 cada, enquanto a controladora Datora Participações S.A. subscreveu 46.979 dessas novas ações na forma de capital a ser integralizado. Durante 2017, o valor de R$ 4.900 mil foi pago, sendo o restante pago ao longo de 2018.

(e) Em agosto de 2019, a Chaicomm Group LLC, realizou um aporte na Datora Telecomunicações Ltda. no montante de R$ 20.143, ocasionando um efeito reflexo de perda de diluição de ações no montante de R$ 6.888, alterando a participação da Companhia de 99,83% para 21,40%.

(f) Durante o exercício de 2019, como parte da estratégia de reorganização, ocorreram 2 (duas) movimentações societárias:

(i) Em 04 de dezembro de 2019, a acionista na época, Chaicomm Group LLC, realizou um aporte no montante de R$ 27.195, referente ações detidas nas seguintes empresas: R$ 24.690 na Datora Telecomunicações; R$ 2.505 na NGN Suécia; e R$ 1,00 na NGN USA. Como resultado, a Datora Participações aumentou o seu percentual de participação na Datora Telecom, e também passou deter participação de 100% na NGN Suécia e NGN EUA;

(ii) Em 27 de dezembro de 2019, a Codemge Participações S.A. aportou na Companhia a totalidade das ações detidas da Datora Mobile Telecomunicações S.A. e VDF Tecnologia da Informação Ltda., no montante de R$ 1.780, sendo R$ 1.764 de ações da Datora Mobile e R$ 15 de ações na VDT TI.

(g) Os valores apresentados estão relacionados à diluição referente aos montantes apresentados nos atos societários, em relação aos acervos líquidos base de contabilização.

(h) Em 2019 a Codemge Participações S.A. transferiu a totalidade das debêntures para a Datora Participações que, no mesmo ano, aportou o montante de R$ 17.623 na Datora Mobile, mediante a emissão de 17.916.695 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Após o ato, a Datora Participações passou a deter 100% de participação na Datora Mobile.

(i) Efeito reflexo no investimento sobre as mutações do patrimônio líquido de suas controladas sendo, principalmente, a distribuição de dividendos para acionistas não controladores.

(j) Conforme explicado na nota 1, estas controladas foram constituídas no ano de 2020 para os propósitos definidos na referida nota.

12 Imobilizado

Política contábil
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment"*), se aplicável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

As práticas contábeis para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são apresentadas na nota 16.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na sua vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se tornam disponíveis para o uso pretendido e são capitalizados, exceto terrenos, que não são depreciados. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revistos quando o Grupo identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Vida útil estimada (em anos)
Móveis e equipamentos	10
Veículos	05
Instalações	10
Equipamentos de computação	05
Máquinas e equipamentos	04 - 10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	03
Direito de uso	01 - 10

	Consolidado							
	Móveis e equipamentos	**Veículos**	**Instalações**	**Equipamentos de computação**	**Máquinas e equipamentos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Direito de uso**	**Total**
Custo:								
Em 1º de janeiro de 2018	**608**	**986**	**285**	**720**	**21.195**	**37**	**-**	**23.831**
Adições	40	-	90	47	1.409	65	-	1.651
Baixas	(7)	-	-	(28)	(32)	-	-	(67)
Em 31 de dezembro de 2018	**641**	**986**	**375**	**739**	**22.572**	**102**	**-**	**25.415**
Reconhecimento do ativo de direito de uso na aplicação inicial da IFRS 16 / CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	-	5.394	5.394
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2019	**641**	**986**	**375**	**739**	**22.572**	**102**	**5.394**	**30.809**
Aquisições: decorrente da obtenção de controle acionário	-	-	-	360	-	-	-	360
Adições	15	153	55	113	2.627	382	-	3.345
Efeito da variação cambial	-	-	-	(17)	-	-	-	(17)
Em 31 de dezembro de 2019	**656**	**1.139**	**430**	**1.195**	**25.199**	**484**	**5.394**	**34.497**
Adições	-	-	100	106	2.378	163	1.185	3.932
Baixas	-	-	-	-	(20)	(21)	(1.888)	(1.929)
Efeito da variação cambial	-	-	-	-	192	-	-	192
Em 31 de dezembro de 2020	**656**	**1.139**	**530**	**1.301**	**27.749**	**626**	**4.691**	**36.692**
Depreciação acumulada:								
Em 1º de janeiro de 2018	**(295)**	**(645)**	**(285)**	**(545)**	**(11.320)**	**(16)**	**-**	**(13.106)**
Adições	(57)	(90)	-	(55)	(1.598)	(18)	-	(1.818)
Baixas	4	-	-	27	19	-	-	50
Em 31 de dezembro de 2018	**(348)**	**(735)**	**(285)**	**(573)**	**(12.899)**	**(34)**	**-**	**(14.874)**
Adições	(57)	(103)	(127)	(72)	(1.936)	(131)	(1.334)	(3.760)
Em 31 de dezembro de 2019	**(405)**	**(838)**	**(412)**	**(645)**	**(14.835)**	**(165)**	**(1.334)**	**(18.634)**
Adições	(53)	(117)	(18)	(78)	(1.592)	(309)	(1.531)	(3.698)
Baixas	-	-	-	-	13	-	1.262	1.275
Em 31 de dezembro de 2020	**(458)**	**(955)**	**(430)**	**(723)**	**(16.414)**	**(474)**	**(1.603)**	**(21.057)**
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2018	**293**	**251**	**90**	**166**	**9.673**	**68**	**-**	**10.541**
Em 31 de dezembro de 2019	**251**	**301**	**18**	**550**	**10.364**	**319**	**4.060**	**15.863**
Em 31 de dezembro de 2020	**198**	**184**	**100**	**578**	**11.335**	**152**	**3.088**	**15.635**

	Controladora				
Custo:	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Direito de uso**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2018	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições decorrentes da incorporação de controladas (consulte a NE 2 a.)	107	988	334	3.402	4.831
Adições	14	-	2	-	16
Em 31 de dezembro de 2019	**121**	**988**	**336**	**3.402**	**4.847**
Adições	106	448	-	1.272	1.826
Baixas	-	-	(9)	(412)	(421)
Em 31 de dezembro de 2020	**227**	**1.436**	**327**	**4.262**	**6.252**
Depreciação acumulada:					
Em 31 de dezembro de 2018	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	(28)	(45)	(64)	(137)
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(28)**	**(45)**	**(64)**	**(137)**
Adições	(16)	(130)	(119)	(1.210)	(1.475)
Baixas	-	-	-	61	61
Em 31 de dezembro de 2020	**(16)**	**(158)**	**(164)**	**(1.213)**	**(1.551)**
Valores contábeis					
Em 31 de dezembro de 2019	**121**	**960**	**291**	**3.338**	**4.710**
Em 31 de dezembro de 2020	**211**	**1.278**	**163**	**3.049**	**4.701**

13 Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pelo Grupo como definida.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Grupo tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Taxas de amortização

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os ativos intangíveis foram amortizados pelo método linear à taxa anual, conforme segue:

Classificação	Descrição	Vida útil (anos)
Desenvolvimento de operação de rede virtual móvel (MVNO)	Operadoras Virtuais White Label	15
Projeto Inovacred	Veja os detalhes do projeto na tabela abaixo	10
Softwares	Veja os detalhes do projeto na tabela abaixo	5
Projeto Credenciadas	-	3 - 5
B/OSS	Sistema Anti-Fraude e de Faturamento em tempo real	3
Black_List	Sistema preditivo de controle de ocupação de canais	5
Gestão de relacionamento com o cliente (CRM)	Implementação da plataforma de CRM	3
MVNO	*White Label Virtual Carries*	4
Portabilidade	Sistema de Sinalização para Portabilidade	5
Portal de recarga	Porta de Cliente – Módulo de Recarga	3
Portfólio de clientes	-	5

	Desenvolvimento MVNO (ii)	Projeto Inovacred (iii)	Softwares (i)	Projeto Credenciadas	B/OSS	Black_List	CRM	MVNO	Portabilidade	Portal de recarga	Portfólio de clientes	Em andamento	Total
Custo:													
Em 1º de janeiro de 2018	**35.000**	**5.232**	**7.884**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**48.116**
Adições	-	-	1.308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.308
Em 31 de dezembro de 2018	**35.000**	**5.232**	**9.192**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**49.424**
Adições	-	-	3.242	-	70	108	416	267	83	96	-	963	5.245
Adições advindas da obtenção de controle - empresas sob controle comum (nota 2)	-	-	323	-	-	-	-	-	-	-	823	-	1.146
Efeito da variação cambial	-	-	(14)	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(49)
Em 31 de dezembro de 2019	**35.000**	**5.232**	**12.743**	**-**	**70**	**108**	**416**	**267**	**83**	**96**	**788**	**963**	**55.766**
Adições	-	-	3.288	1.351	-	-	-	-	-	-	-	153	4.792
Transferências	-	-	1.459	406	(70)	(108)	(416)	(267)	(83)	(96)	-	(825)	-
Efeito da variação cambial	-	-	556	-	-	-	-	-	-	-	138	-	694
Em 31 de dezembro de 2020	**35.000**	**5.232**	**18.046**	**1.757**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**926**	**291**	**61.252**
Amortização acumulada:													
Em 1º de janeiro de 2018	**(4.939)**	**-**	**(5.598)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(10.537)**
Adições	(2.333)	(523)	(896)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.752)
Em 31 de dezembro de 2018	**(7.272)**	**(523)**	**(6.494)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(14.289)**
Adições	(2.333)	(522)	(957)	-	-	-	-	-	-	-	(31)	-	(3.843)
Em 31 de dezembro de 2019	**(9.605)**	**(1.045)**	**(7.451)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(31)**	**-**	**(18.132)**
Adições	(2.333)	(523)	(2.435)	(241)	-	-	-	-	-	-	(148)	-	(5.680)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**(11.938)**	**(1.568)**	**(9.886)**	**(241)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(179)**	**-**	**(23.812)**
Em 31 de dezembro de 2018	**27.728**	**4.709**	**2.698**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**35.135**
Em 31 de dezembro de 2019	**25.395**	**4.187**	**5.292**	**-**	**70**	**108**	**416**	**267**	**83**	**96**	**757**	**963**	**37.634**
Em 31 de dezembro de 2020	**23.062**	**3.664**	**8.160**	**1.516**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**747**	**291**	**37.440**

	Controladora		
	Projeto Credenciadas	**Softwares (i)**	**Total**
Custo:			
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**
Adições	634	-	634
Em 31 de dezembro de 2019	**634**	**-**	**634**
Adições	710	-	710
Transferência	(634)	634	-
Em 31 de dezembro de 2020	710	634	1.344
Amortização acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**
Adições	-	(126)	(126)
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(126)**	**(126)**
Valores contábeis			
Em 31 de dezembro de 2019	**634**	**-**	**634**
Em 31 de dezembro de 2020	**710**	**508**	**1.218**

(i) **Software:** refere-se às licenças de uso de software adquiridas, principalmente da Microsoft, cuja propriedade é do Grupo, e também pela implantação do sistema de gestão ERP SAP, ativado em 2017;

(ii) **Desenvolvimento de MVNO:** Esse projeto consiste no atendimento dos clientes do serviço de M2M ("*Machine to Machine"*), tendo sido esse valor mensurado considerando todo o *know how* do projeto gerado internamente na fase de desenvolvimento, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação. O intangível será amortizado em 15 anos, conforme contrato de cooperação estabelecido com a Vodafone UK.

(iii) **Projeto Inovacred**: trata-se de produtos (software e aplicações) desenvolvidos dentro do universo da Internet das Coisas ("IoT"), bem como da implementação de um laboratório de IoT na sede da controlada Datora Mobile em Nova Lima (MG), com o desenvolvimento de um novo chip para telefonia móvel com tecnologia exclusiva sem restrição de operadora ou roaming, para atender à crescente demanda do mercado de tecnologia. Após ativado, estes ativos desenvolvidos serão amortizados em 10 anos.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e outras contas a pagar incluem principalmente os pagamentos dos prestadores de serviços de minutagem entre operadoras.

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Fornecedores	84.013	70.586	12.833
Fornecedores - partes relacionadas (nota 17)	154	615	44.330
Total	**84.167**	**71.201**	**57.163**
Circulante	**79.766**	**67.456**	**20.139**
Não circulante	**4.401**	**3.745**	**37.024**

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Fornecedores	697	562	11
Fornecedores - partes relacionadas (nota 17)	486	1.574	37.024
Total	**1.183**	**2.136**	**37.035**
Circulante	**1.183**	**2.136**	**11**
Não circulante	**-**	**-**	**37.024**

15 Empréstimos e financiamentos

A política contábil aplicada aos passivos financeiros está divulgada na nota 25.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a posição dos empréstimos e financiamentos era a seguinte:

Consolidado					
Tipo da operação	**Encargos contratuais**	**Vencimento final**	**2020**	**2019**	**2018**
Capital de giro	Libor IM + 0,75% a.m.	2019	-	-	19.712
Capital de giro	CDI + 0,33% a.m.	2020	-	99	1.300
Capital de giro	Taxa pré-fixada - 9,64% a.a. (0,77% a.m.)	2020	-	469	1.499
Capital de giro	Taxa pré-fixada 0,65% a.m. (8,10 a.a.)	2021	222	-	-
Capital de giro	0,87% a.m.	2024	-	1.504	-
Capital de giro	Taxa pré-fixada 0,59% a.m. (7,34 a.a.)	2023	8.182	-	-
Financiamentos	CDI + 12.42% a.a.	2019	-	-	19.704
Empréstimos	CDI + 12,42% a.a.	2021	-	-	4.500
Capital de giro	0,64% a.m	2023	545	5.505	-
Capital de giro	CDI + 0,33% a.m.	2023	4.843	-	-
Arrendamento	1,92% a.m / 0,74% a.m	2021/2019	-	-	552
Total			**13.792**	**7.577**	**47.267**
Circulante			**3.543**	**2.510**	**9.797**
Não circulante			**10.249**	**5.067**	**37.470**

		Controladora			
Tipo da operação	**Encargos contratuais**	**Vencimento final**	**2020**	**2019**	**2018**
Capital de giro	Taxa pré-fixada 0,64% a.m.	2022	545	5.505	-
Capital de giro	CDI +0,33% a.m., 4,03 a.a.	2023	4.843	-	-
Total			**5.388**	**5.505**	**-**
Circulante			**2.298**	**1.188**	**-**
Não circulante			**3.090**	**4.317**	**-**

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a garantias, e não possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra do contrato (*covenants*).

Referência	Valor do crédito	Vencimento	Encargos	Taxa efetiva de juros	Em 31 de dezembro 2020	Garantias
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	R$ 5.000	28 de dezembro de 2020 a 29 de maio de 2023	Sistema de amortização: sistema de amortização constante (SAC): Forma de pagamento: Pagamento de juros nas primeiras 6 parcelas, e pagamento do principal a partir da 7 parcela. Encargos financeiros: Taxa de juros pré-fixada 0,33% a.m. (4.03% a.a.) + CDI	Alíquota efetiva: 0,34% a.m (4,16% a.a.)	R$ 4.843	Compromisso de contas a receber do SumUp
Banco Bradesco S.A.	R$ 2.000	23 de abril de 2020 a 9 de janeiro de 2023	Forma de pagamento: 1º e 2º Parcela – R$ 38.646,28 – Vencimento 23/04/2020 e 22/07/2020, e R$ 221.884,25 a partir da 3º parcela.	Taxa de juros efetiva de 0,64 % a.m. (7,96 % a.a.)	R$ 545	Compromisso de contas a receber do Claro
Banco Bradesco S.A.	R$ 370	29 de julho de 2020 a 29 de julho de 2021	Sistema de amortização: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC): Forma de pagamento: 1º Parcela – R$ 78.489,05 – Vencimento 29/07/2020, 2º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/10/2020, 3º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/01/2021, 4º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/04/2021, 5º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/07/2021	Encargos financeiros: Encargos prefixados a uma taxa de juros de 0,65 % a.m. (8,10 % a.a.)	R$ 222	Compromisso de contas a receber do Claro
Banco Bradesco S.A.	R$ 8.000	8 de outubro de 2021 a 8 de setembro de 2023	Sistema de amortização: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC): Forma de pagamento: Pagamento mensal de R$ 385.697,12.	Fixa, 0,59% a.a. (7,35% a.a.), capitalizados diariamente e calculados de forma exponencial "pro rata temporis" com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.	R$ 8.182	Compromisso de contas a receber do Claro
Total					**13.792**	

A movimentação de empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é apresentada abaixo:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo do início do exercício	**7.577**	**47.267**	**44.285**
Transferência para o arrendamento	-	(551)	-
Valor justo dos derivativos	425	-	-
Adições	15.379	7.000	8.100
Custos financeiros	-	301	(193)
Pagamentos de empréstimos – principal	(9.438)	(9.192)	(8.265)
Pagamentos de empréstimos - juros	(679)	(2.030)	(3.208)
Pagamentos de despesas na liquidação de derivativos	(425)	-	-
Variação cambial não realizada sobre empréstimos	-	769	2.891
Juros sobre empréstimos	953	2.118	3.657
Contribuição de capital – Datora Mobile (nota 20)	-	(17.623)	-
Contribuição de capital – Datora Telecom (nota 20)	-	(20.143)	-
Perdão de dívida (nota 20)	-	(339)	-
Total	**13.792**	**7.577**	**47.267**

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo do início do exercício	**5.505**	**-**	**-**
Adições	7.009	5.500	-
Custos financeiros	-	5	-
Pagamentos de empréstimos e arrendamentos – Principal	(7.214)	-	-
Pagamentos de empréstimos e arrendamentos - Juros	(517)	-	-
Juros sobre empréstimos	605	-	-
Total	**5.388**	**5.505**	**-**

As estimativas de pagamentos futuros de empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

	Consolidado – Estimativa de pagamentos futuros de empréstimos e financiamentos
2021	3.904
2022	7.021
2023	4.364
Total	15.289

	Controladora – Estimativa de pagamentos futuros de empréstimos e financiamentos
2021	2.522
2022	2.403
2023	900
Total	5.825

16 Arrendamentos

Política contábil
No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

Como arrendatário
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Ele é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação, se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento fixo de arrendamento revisado em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

A seguir, apresentamos a composição do saldo de passivo de arrendamento e a movimentação ocorrido durante o exercício de 2020 e 2019:

				Consolidado
	Encargos (taxa contratual)	**Vencimento final**	**2020**	**2019**
Banco Bradesco	1,92% a.m	30/04/2021	-	290
Daycoval	0,74% a.m	31/08/2020	-	41
Sala comercial - 15º Nova Lima	0,57% a.m	30/06/2022	547	590
Sala comercial - 29º Iguatemi	0,66% a.m	01/02/2021	47	32
Sala comercial - 9º JK	0,84% a.m	01/04/2025	2.670	3.410
Total			**3.264**	**4.363**
Circulante			**1.307**	**1.744**
Não circulante			**1.957**	**2.619**

				Controladora
	Encargos (taxa contratual)	**Vencimento final**	**2020**	**2019**
Sala comercial - 15º Nova Lima	0,57% a.m	30/06/2022	547	-
Sala comercial - 29º Iguatemi	0,66% a.m	01/02/2021	47	-
Sala comercial - 9° JK	0,84% a.m	01/04/2025	2.670	3.444
Total			**3.264**	**3.444**
Circulante			**1.307**	**881**
Não circulante			**1.957**	**2.563**

Mudanças no passivo do arrendamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		Consolidado
	2020	**2019**
Saldo do início do exercício	**4.363**	**-**
Aplicação inicial da IFRS 16 / CPC 06 (R2)	-	5.394
Transferência de empréstimos e financiamentos	-	551
Baixas	(639)	-
Adições	1.185	-
Pagamentos de arrendamentos - principal	(1.343)	(1.524)
Pagamentos de arrendamentos - juros	(399)	(574)
Descontos obtidos - (concessões de aluguéis relacionadas à COVID-19)	(302)	-
Provisão para juros sobre arrendamentos	399	516
Total	**3.264**	**4.363**

		Controladora
	2020	**2019**
Saldo do início do exercício	**3.444**	**-**
Adições por incorporação de controladas (consulte a nota 2)	-	3.511
Baixas	(335)	-
Adições	1.272	-
Pagamentos de arrendamentos - Principal	(815)	(31)
Pagamentos de arrendamentos - Juros	(366)	(97)
Descontos obtidos – (Concessões de aluguéis relacionadas à COVID-19)	(302)	-
Provisão para juros sobre arrendamentos	366	61
Total	**3.264**	**3.444**

Outras considerações

Os saldos comparativos da obrigação de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da despesa de depreciação são apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2020, considerando os fluxos de pagamentos futuros estimados ajustados pela inflação.

	2020	
Direito de uso	**IFRS 16 / CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	3.236	3.512
2021	2.214	2.506
2022	1.411	1.653
2023	784	954
2024	157	199
2025	-	-

	2020	
Passivo de arrendamento	**IFRS 16 / CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	3.512	3.717
2021	2.528	2.810
2022	1.699	1.963
2023	991	1.182
2024	208	256
2025	-	-

	2020	
Despesa de amortização	**IFRS 16 / CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	366	383
2021	293	319
2022	210	238
2023	138	152
2024	64	88
2025	3	4

	2020	
Despesa financeira	**IFRS 16 / CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	1.210	1.287
2021	1.502	1.155
2022	1.326	936
2023	1.150	750
2024	1.150	780
2025	287	200

17 Transações com partes relacionadas

Política contábil:
As transações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são realizadas na forma dos contratos. Os saldos em aberto no final do período não são garantidos e nem estão sujeitos a juros, sendo liquidados em dinheiro. Garantias sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas não foram oferecidas ou recebidas. Em 31 de dezembro de 2020, não havia redução ao valor recuperável de contas a receber referente a valores devidos por partes relacionadas.

a. Contas a receber de partes relacionadas

		Consolidado		
	Tipo	**2020**	**2019**	**2018**
NGN Latam Comunicaciones (a)	Contas a receber	-	494	266
NGN Latam Corp (c)	Contas a receber	-	-	48
NGN Suécia (d)	Contas a receber	-	-	1.170
General Soft	Contas a receber	18	-	41
Total		**18**	**494**	**1.525**
Distribuição avançada de lucros - sócios-gerentes (g)	Adiantamento concedido	**-**	**-**	**702**
Circulante		**18**	**494**	**2.227**
Não circulante		**-**	**-**	**-**

		Controladora		
	Tipo	**2020**	**2019**	**2018**
Datora Pag Ltda (b)	Adiantamento concedido	175	-	-
Datora Telecomunicações Ltda. (e)	Contas a receber	343	1.680	-
Datora Mobile e Telecomunicações S.A. (f)	Contas a receber	1.290	160	-
VDF TI	Contas a receber	123	283	-
Total		1.931	2.123	-
Circulante		**1.931**	**2.123**	**-**
Não circulante		**-**	**-**	**-**

b. Contas a pagar para partes relacionadas

		Consolidado		
	Tipo	**2020**	**2019**	**2018**
NGN Latam Comunicaciones (a)	Fornecedores	154	615	-
NGN Latam Comunicaciones (a)	Mútuo a pagar	-	-	37.024
NGN Latam Corp (b)	Fornecedores	-	-	655
NGN Sweden Communications AB (d)	Fornecedores	-	-	6.651
Total		**154**	**615**	**44.330**
Circulante		**154**	**615**	**7.306**
Não circulante		**-**	**-**	**37.024**

	Variação em débitos com partes relacioadas		
	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo do início do exercício	**-**	**(37.024)**	**(31.608)**
Variação cambial não realizada sobre empréstimos	-	(3.336)	(5.416)
Capitalização de débitos (Nota 20.a)	-	40.360	-
Total	**-**	**-**	**(37.024)**

		Controladora		
	Tipo	**2020**	**2019**	**2018**
NGN Latam Comunicaciones (a)	Contas a pagar	-	-	37.024
Datora Telecomunicações Ltda. (e)	Mútuo a pagar	17.323	11.885	11.305
Datora Telecomunicações Ltda. (e)	Fornecedores	470	1.574	-
Datora Telecomunicações Ltda. (e)	Adiantamento de clientes	-	30	-
Datora Mobile e Telecomunicações S.A. (f)	Fornecedores	16	-	-
Total		**17.809**	**13.489**	**48.329**
Circulante		**486**	**1.604**	**-**
Não circulante		**17.323**	**11.885**	**48.329**

	Variação em débitos com partes relacionadas		
	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo do início do exercício	**(11.885)**	**(48.329)**	**(43.588)**
Pagamentos dos débitos	-	5.400	-
Variação cambial não realizada sobre empréstimos	-	(3.336)	(5.416)
Crédito da fusão da Datora TI		-	675
Capitalização de débitos (nota 20.a)	-	40.360	
Débitos da incorporação da Datocenter (nota 2.a)	-	(5.980)	-
Adições de débitos da controlada Datora Telecom	(5.438)	-	-
Total	**(17.323)**	**(11.885)**	**(48.329)**

c. Efeitos de transações com partes relacionadas no resultado

	Consolidado			
2019:	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
NGN Latam Corp (c)	-	(133)	-	(133)
NGN Suécia (d)	3.736	(40.393)	-	(36.657)

	Consolidado			
2018:	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
NGN Latam Comunicaciones (a)	1.069	(5.711)	-	(4.642)
NGN Latam Corp (c)	1.459	(1.522)	(70)	(133)
NGN Suécia (d)	1.219	(37.876)	-	(36.657)

	Controladora			
2020:	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
Datora Telecomunicações Ltda. (e)	756	(1.409)	2.554	1.901
Datora Mobile e Telecomunicações S.A. (f)	1.716	-	2.073	3.789
VDF TI	757	-	260	1.017

	Controladora			
2019:	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
Datora Telecomunicações Ltda. (e)	1.401	(771)	-	630
Datora Mobile e Telecomunicações S.A. (f)	522	-	-	522

(a) **NGN Latam Comunicaciones -** As transações relacionadas com a NGN Latam Comunicaciones são passivos remanescentes de serviços prestados para a NGN Sweden e NGN USA, dos quais são faturadas por invoices e pagas com fechamento de câmbio do dia. Antes da reestruturação societária, parte das chamadas internacionais passava pela rede da NGN Latam Comunicaciones. No entanto, após a reestruturação, todas as chamadas são negociadas pela NGN Latam Corp e NGN Sweden Communication.

(b) **Datora Pag Ltda. –** As transações realizadas entre a Datora Participações e Serviços S.A. e Datora Pag Ltda. referem-se basicamente a adiantamentos concedidos da controladora para a Datora Pag, justamente para que a Empresa possa fazer frente as suas obrigações operacionais nesse período pré-operacional.

(c) **NGN Latam Corp -** As transações mantidas entre a Companhia e a NGN Latam Corp são referentes à natureza de passivo e custo do serviço prestado para a NGN Sweden, que são faturadas por invoices. Esse custo é parte do serviço do grupo.sa.

(d) **NGN Suécia -** As transações relacionadas com a NGN são referentes à natureza de passivo e custo do serviço prestado para a Datora, dos quais são faturadas por invoices e pagas com fechamento de câmbio do dia, esse custo é parte do serviço da Empresa, ou seja, toda ligação que passa por uma rede internacional, passa por esse fornecedor e dessa maneira não há atualização monetária, exceto pela variação cambial na data de fechamento, atualizado em 31 de dezembro de 2020, já as transações de natureza ativa, são decorrentes dos minutos de rede. A empresa também mantém cobranças e pagamentos de custos e despesas com serviços compartilhados.

(e) **Datora Telecomunicações -** As transações com as partes relacionadas são transações financeiras de conta corrente, as quais não possuem a incidência de juros remuneratórios. Para reduzir custo financeiro a Holding, pega empréstimo com a Datora Telecomunicações, para suas transações correntes. A Datora Telecomunicações provisiona o valor correspondente ao IOF (Imposto sobre operações financeiras) sobre os valores aportados. A controladora também

mantém transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados com a Datora Telecomunicações, bem como receitas provenientes dos serviços de valor agregado prestados.

(f) **Datora Mobile** - As transações relacionadas junto a Datora Mobile, referem-se a cobrança de custos e despesas compartilhados, bem como a prestação e serviços na oferta da gestão da conectividade. A controladora também mantém transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados, bem como receitas provenientes dos serviços de valor agregado prestados.

(g) **Transações de parceiros de gestão** - o Grupo adiantou a distribuição de dividendos para os seus sócios-gerentes. Porém, após apuração do prejuízo e consequentemente não efetuando a distribuição de dividendos, a Datora converteu este valor em empréstimos e em 2017 concedeu o perdão da dívida. Em 2018 a controlada Datocenter concedeu um adiantamento de R$ 702 a um dos seus sócios, de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2019, e o débito foi concedido.

d. Remuneração da administração

Em 2020, a remuneração dos conselheiros totalizou R$ 2.161 (R$ 2.037 em 2019 e R$ 2.221 em 2018).

18 Adiantamentos de clientes e passivo contratual

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Passivo contratual com China Mobile *International Limited* (a)	4.400	4.987	3.427
Adiantamento cliente	430	1.921	2.148
Total	**4.830**	**6.908**	**5.575**
Circulante	**972**	**2.463**	**5.575**
Não circulante	**3.858**	**4.445**	**-**

(a) Em dezembro de 2018 e abril de 2019, a controlada Datora Telecom recebeu o montante de R$ 3.427 (US$ 884) e R$ 2.074 (US$ 534), do cliente China Mobile International Limited referente aos serviços de direitos de uso irrevogáveis ("IRU"), que serão prestados ao longo de 120 meses. Segue abaixo a movimentação deste passivo contratual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Movimentação passivo contratual - Consolidado			
	2020	**2019**	**2018**
Saldo inicial	4.987	3.427	-
Adições	-	2.075	3.427
Amortização	(587)	(515)	-
Total	**4.400**	**4.987**	**3.427**

19 Provisão para contingências

Política contábil

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação legal presente ou não formalizada ("*constructive obligation*") como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as

jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas de acordo com as circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

O Grupo é parte envolvida em ações tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração acredita, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, que as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Esta provisão é dividida da seguinte forma:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Cível	422	228	153
Trabalhista	201	201	201
Tributária	2.113	3.708	4.138
Total	**2.736**	**4.137**	**4.492**

A movimentação na provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários pode ser resumidas abaixo:

	Consolidado			
	Cível	**Trabalhista**	**Tributária**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2018	**153**	**805**	**4.614**	**5.572**
Adições	-	-	346	346
Reversões	-	(604)	(822)	(1.426)
Em 31 de dezembro de 2018	**153**	**201**	**4.138**	**4.492**
Adições	75	-	126	201
Reversões	-	-	(556)	(556)
Em 31 de dezembro de 2019	**228**	**201**	**3.708**	**4.137**
Adições	269	-	283	552
Reversões	(136)	-	(1.878)	(2.014)
Efeito da variação cambial	61	-	-	61
Em 31 de dezembro de 2020	**422**	**201**	**2.113**	**2.736**

Os principais processos envolvendo o possível risco de perda estão listados abaixo. O Grupo não reconheceu provisão para essas contingências, uma vez que não são esperados efeitos adversos relevantes nas demonstrações financeiras:

Processos tributários

i. FUST e FUNTTEL

A principal discussão envolve o pagamento das contribuições ao "FUST" (Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e ao "FUNTTEL" (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), tributos federais criados para ampliar a cobertura do serviço universal e a prestação de serviços de telecomunicações em áreas que não atraem investimentos privados suficientes.

Os processos de FUST e FUSTTEL totalizaram R$ 14.418 em 2020 (R$ 13.481 em 2019 e R$ 42.562 em 2018).

ii. Outros impostos federais

O Grupo pleiteia o direito de incluir débitos previdenciários no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Por meio do PERT, o Grupo poderá parcelar suas dívidas com a União Federal. Adicionalmente, o grupo ajuizou ação para pleitear créditos tributários declarados no PER/DCOMPs, que não foram homologados.

Esses processos totalizaram R$ 3.036 em 2020 (R$ 2.713 em 2019 e R$ 1.365 em 2018).

iii. Impostos estaduais

Suposta falta de pagamento do ICMS sobre operações de telecomunicações inadimplentes. Os processos judiciais totalizam R$ 2.287 em 2020 (R$ 2.413 em 2019 e R$ 2.263 em 2018).

Processos cíveis

A Companhia é ré em ações cíveis envolvendo desacordos comerciais no montante de R$ 561 em 2020 (R$ 347 em 2019 e R$ 65 em 2018), com risco de perda avaliado como possível.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era de R$ 38.855 (R$ 87.142 em 2019 e R$ 185 em 2018), respectivamente, o qual está representado por ações subscritas e integralizadas como segue:

	2020			2019			2018		
Acionista	**Ações**	**Valor**	**Participação**	**Ações**	**Valor**	**Participação**	**Ações**	**Valor**	**Participação**
T&T Investimentos Ltda.	67.785.866	R$ 29.918	77%	67.785.866	R$ 67.099	77%	-	-	-
Codemge Participações S.A.	20.247.726	R$ 8.937	23%	20.247.726	R$ 20.043	23%	-	-	-
Chaicomm Group LLC	-	-	0%	-	-	0%	231.182	R$ 184	99,99%
Pessoas físicas	-	-	0%	-	-	0%	5	R$ 1	0.01%
Total	**88.033.592**	**R$ 38.855**	**100%**	**88.033.592**	**R$ 87.142**	**100%**	**231.187**	**R$ 185**	**100%**

Em 04 de dezembro de 2019, a Administração aprovou o aumento de capital social no Grupo no montante de R$ 67.555 mediante a emissão de 67.554.679 novas ações.

Em agosto de 2019, Chaicomm Group LLC adquiriu a dívida da Datora Telecom e a converteu em capital social posteriormente. Em dezembro de 2019, Chaicomm Group LLC fez aporte de capital na Datora Participações em troca de participação da Datora Telecom. A contribuição foi de R$ 20.143, resultando em um efeito refletindo a perda de diluição das ações no montante de R$ (6.888). Como resultado desta transação, a participação da Datora Participações na Datora Telecom passou de 99,83% para 21,40%.

O aumento de capital é baseado nos seguintes atos societários: (i) aporte em dinheiro de R$ 24.690 (24.689.552 novas ações) referente à participação acionária detida pela Chaicomm Group LLC na Datora Telecom; (ii) aporte em caixa de R$ 2.505 (2.504.689 novas ações) referente à participação acionária detida pela Chaicomm Group LCC na NGN Sweden; (iii) aporte de R$ 1,00 em caixa (1 nova ação) referente à participação acionária detida pela Chaicomm Group LLC na NGN USA; e (iv) Capitalização do mútuo a pagar devido pelo Grupo à T&T Investimentos Ltda. no valor de R$ 40.360.

Em 27 de dezembro de 2019, a acionista Codemge Participações S.A. aumentou o capital social no montante de R$ 19.402 (20.247.726 novas ações ordinárias). O valor inclui a soma dos seguintes valores: (i) R$ 17.623 correspondente às debêntures anteriormente detidas pela Codemge; (ii) R$ 1.764 correspondente à contribuição das ações da Datora Mobile detidas pela Codemge; e (iii) R$ 15 correspondente à contribuição das ações da VDF TI detidas pela Condemge.

Em 2019, a Chaicomm Group LLC aportou na T&T Investimentos Ltda. a totalidade das ações detidas na Datora Participações, passando a T&T Investimentos Ltda. a deter 77% de participação societária na Datora Participações.

Em 2019, a Datora Participações e a Datora Telecom celebraram transações com acionistas não controladores nos montantes de R$ (702) e R$ 339, respectivamente. Trata-se de um perdão de dívida e foi contabilizado no patrimônio líquido.

Em 18 de novembro de 2020, mediante a assembleia geral extraordinária, aprovado a absorção dos prejuízos acumulados no montante de R$ 48.768, mediante a utilização do saldo da conta de reserva de capital no montante de R$ 481 e redução do capital social no montante de R$ 48.287, sem o cancelamento de ações. Passando o capital social do Grupo totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 38.855, dividido em 88.033.592 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2020, através dos dividendos desproporcionais remanescentes de 2019, a Controlada Datora Telecom efetuou o pagamento de R$ 5.995 de dividendos para os seus sócios, e R$ 797 de juros sobre capital próprio, sendo retido o montante de R$ 121 de IRRF, e R$ 1.011 de dividendos do exercício de 2020.

b. Reserva legal

É constituída por meio da destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, nos termos da Lei nº 6.404/76.

c. Reserva de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará a disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E – Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a destinação de um dividendo mínimo obrigatório no final do exercício correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas transações patrimoniais das reservas, na forma da legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e o excedente das reservas de lucros, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades por Ações, serão objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Lucro líquido do exercício	31.300
(-) Reflexo de perda em transações no patrimônio líquido das controladas (a)	(1.823)
Constituição de reserva legal	(1.438)
Lucro líquido ajustado	**28.039**
Juros sobre capital próprio (b)	(2.490)
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes	(4.342)
Dividendo mínimo obrigatório – 25% sobre o lucro	**(6.832)**
(-) IRRF Retido – Juros sobre capital próprio (b)	373
Dividendos a pagar	**(6.459)**

(a) Refere-se ao efeito de pagamento de dividendos aos acionistas não controladores.

(b) A legislação fiscal por meio do artigo 9° da Lei n° 9.249/1995 e o artigo 355 do RIR/2018 institui os juros calculados sobre o capital próprio, permitindo sua dedutibilidade para efeito de apuração do lucro real.

O Grupo realizou distribuição de dividendos desproporcionais em favor dos acionistas não controladores. Durante os exercícios findos em dezembro de 2019 e 2018, os pagamentos de dividendos aos acionistas não controladores totalizaram R $ 9.865 e R $ 4.902, respectivamente.

21 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que: a) desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com outros componentes do Grupo, e b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais do Grupo (“CODM”) para a tomada de decisões quanto à alocação de recursos ao segmento em questão e avaliação do seu desempenho e sobre o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Nosso diretor presidente (“CEO”) é o nosso principal responsável pela tomada de decisões (CODM). O CODM é responsável por alocar recursos, avaliar o desempenho dos segmentos e tomar as decisões estratégicas do Grupo.

O Grupo usa a “abordagem da administração” para determinar seus segmentos reportáveis. A abordagem da administração identifica os segmentos operacionais com base em como a entidade está organizada e com base em como as informações financeiras são apresentadas ao CODM.

Antes de maio de 2021, o CODM gerenciava nossas operações com base nas carteiras de clientes: Clientes de atacado de grande porte ("WGC"), Cliente internacional de atacado ("WSI"), pequenos clientes de atacado (“WPC” e “WSC”) e Móvel.

O Grupo atualizou seus segmentos reportáveis para se alinhar com a maneira na qual o negócio é operado e gerenciado desde 31 de maio de 2021, quando quatro segmentos reportáveis com base em produtos foram identificados:

VoIP: compreende as operações de atacado do Grupo no âmbito nacional e internacional. Por meio desse segmento, o Grupo oferece comunicações de voz e sessões de multimídia em redes de Protocolo de Internet (IP) (“serviços de transporte”). Além dos serviços de transporte, o Grupo atende demandas de telecomunicações no exterior, como IRU, Porta IP e outras.

CPaaS Geral: é neste segmento que temos clientes que utilizam a infraestrutura do Grupo para prestar serviços aos seus clientes. Nesse caso, temos integradores de PBX, call centers, integradores VoiP, ISPs etc. Através da gama de serviços oferecidos nas plataformas da Datora (antifraude, gestão preditiva de tráfego, controle de chamadas por segundo, controle de chamadas, plataforma de billing, plataforma de provisionamento etc.), esses clientes desenvolvem suas ofertas, ganhando eficiência e vantagem competitiva. No caso dos ISPs, a oferta é ainda mais ampla, uma vez que além dos serviços, estas empresas estruturam a venda de ofertas de mobilidade, permitindo assim abordar as ofertas quadri play, comuns no mercado residencial.

CPaaS IoT: neste segmento, oferecemos soluções de conectividade em conjunto com soluções de valor agregado, como gerenciamento de conectividade, serviços de localização, compartilhamento e serviços de dados e plataforma de provisionamento. Nesse caso, o conjunto

de plataformas é estritamente voltado para a IoT e, portanto, merece uma visualização da configuração.

CPaaS_OTT: por meio desse segmento, o Grupo oferece soluções para empresas de apps de alcance global, como Uber, Didi, Airbnb, Google, etc. Nesse caso, o Grupo se posiciona oferecendo seus serviços de autenticação de usuários, conectando o mundo IP ao mundo das telecomunicações, garantindo assim que essas empresas não tenham que montar estruturas operacionais específicas no Brasil.

O Grupo determina o lucro do segmento deduzindo os custos e despesas relacionados da receita do segmento. O lucro do segmento exclui algumas despesas, tais como amortização e despesas de "PPR" (programa que visa distribuir os lucros entre os colaboradores do Grupo), que não são alocadas a um determinado segmento. Isso é consistente com a maneira na qual avaliamos nosso desempenho e alocamos os recursos.

As informações financeiras resumidas relativas aos nossos segmentos reportáveis são apresentadas abaixo:

Reconciliação:

A NGN EUA e a NGN Suécia não foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial e não foram consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 11 meses do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Administração continuou revisando as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna "Efeitos desconsolidados".

As informações financeiras resumidas relativas aos nossos segmentos reportáveis são apresentadas abaixo:

a. Informações por segmento

	Consolidado 2020				
	Receita líquida	Desempenho avaliado pelo CODM	Depreciação e amortização (*)	Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização	Despesas operacionais
VoIP	433.050	17.457	-	(410.297)	(5.296)
General CPaaS	35.544	6.666	-	(24.928)	(3.950)
CPaaS IoT	56.682	27,408	-	(20.366)	(8.908)
CPaaS_OTT	8.884	6.883	-	(1.986)	(15)
Corporate	-	(26.549)	(9.378)	-	(26.549)
Total	**534.160**	**31.865**	**(9.378)**	**(457.577)**	**(44.718)**

	Consolidado 2019				
	Receita líquida	Desempenho avaliado pelo CODM	Depreciação e amortização (*)	Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização	Despesas operacionais
VoIP	224.402	15.991	-	(204.439)	(3.972)
General CPaaS	32.410	7.772	-	(21.220)	(3.418)
CPaaS IoT	44.098	6.452	-	(18.798)	(18.848)
CPaaS_OTT	6.148	4.771	-	(1.359)	(18)
Corporate	-	(15.368)	(8.320)	-	(15.368)
Total	**307.058**	**19.617**	**(8.320)**	**(245.817)**	**(41.624)**
Efeitos de desconsolidação	(127.152)	(2.200)	717	122.011	2.941
Números consolidados	**179.906**	**17.417**	**(7.603)**	**(123.806)**	**(38.683)**

	Consolidado 2018				
	Receita líquida	**Desempenho avaliado pelo CODM**	**Depreciação e amortização (*)**	**Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização**	**Despesas operacionais**
VoIP	159.035	9.314	-	(145.155)	(4.567)
General CPaaS	26.514	7.700	-	(15.276)	(3.537)
CPaaS IoT	28.196	(8.172)	-	(15.904)	(20.463)
CPaaS_OTT	4.840	3.644	-	(1.177)	(20)
Corporate	-	(5.198)	(5.965)	-	(5.198)
Total	**218.585**	**7.288**	**(5.965)**	**(177.512)**	**(33.785)**
Efeitos de desconsolidação	(97.259)	(2.748)	395	91.866	2.645
Números consolidados	**121.326**	**4.540**	**(5.570)**	**(85.646)**	**(31.140)**

(*) O CODM não considera esses números na avaliação de desempenho dos segmentos. Despesas de depreciação e amortização referem-se a ativos usados na prestação de serviços relacionados a todos os segmentos relatáveis.

b. Receita líquida por região geográfica

	Consolidado		
	2020	2019	2018
América do Norte	**148.089**	**73.424**	**46.406**
Ilhas Britânicas	48	-	-
Canada	8.043	6.850	3.329
EUA	139.998	66.574	43.077
América do Sul	**237.412**	**182.213**	**124.486**
Argentina	8	11	-
Brasil	221.072	167.176	121.342
Chile	15.522	12.327	10
Colômbia	465	239	3.103
Peru	317	2	-
Uruguai	28	2.458	31
Ásia	**30.180**	**15.218**	**1.078**
China	784	680	-
Hong Kong	27.839	12.887	246
Singapura	212	244	669
Emirados Árabes Unidos	1.345	1.407	163
Europa	**118.480**	**36.203**	**46.705**
Efeitos de desconsolidação	-	(127.152)	(97.349)
Total	**534.161**	**179.906**	**121.326**

c. Ativos não circulantes por região geográfica

	Consolidado		
	2020	2019	2018
	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Brasil	50.922	51.558	45.782
Suécia	3.828	3.652	-
EUA	2.228	1.414	-
França	162	-	-
Total	**57.140**	**56.624**	**45.782**

O valor total divulgado na tabela acima representa a soma dos impostos a recuperar, despesas antecipadas, outros ativos, imobilizado e intangível.

d. Principais clientes

As receitas de um cliente dos segmentos do Grupo estão representadas abaixo:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
	%	%	%
CPaaS OTT	28%	16%	14%
CPaaS Geral	40%	34%	43%
CPaaS IOT	50%	42%	48%
Voip	56%	43%	41%

22 Receita líquida

Política contábil

O Grupo realiza avalições quantos aos contratos de clientes que se qualifiquem como "obrigações de desempenho" separadas, conforme a natureza dos contratos individuais, sendo que a receita só poderá ser contabilmente reconhecida quando a obrigação contratual for cumprida junto ao cliente.

As receitas da Datora Participações, compreendem os valores relacionados aos serviços de gestão de conectividade, aos serviços de gestão inteligente de tráfego, antifraude, aluguel de equipamentos e venda de colocation, link de dados e internet, frutos de seu datacenter.

As receitas da Datora Telecom, compreendem o valor total de minutos transacionados pela plataforma, serviços de uso de plataforma (*billing* e *provisioning*), serviço de antifraude, gestão de tráfego inteligente, controle de canais, serviço de prestação números especiais (0800, 3003, 4004 etc.) e numeração fixa, bem como link de dados e internet.

As receitas da Datora Mobile, compreendem o valor total de minutos e SMS transacionados pela plataforma, serviço de telecomunicação M2M, IoT e venda de mercadorias (chip eletrônico).

As receitas da NGN EUA e NGN Suécia, compreendem o valor de minutos e SMS transacionados pela plataforma, bem como venda de dados, como Porta IP e IRU.

O Grupo avaliou seus contratos de receita e concluiu que:

(a) existe qualquer componente de financiamento significativo;
(b) o Grupo sempre atua como principal;
(c) quaisquer obrigações de devoluções ou reembolsos aplicam-se às empresas; e
(d) o Grupo não oferece qualquer tipo de garantia.

A receita total de serviços e mercadorias é reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

Todos os serviços descritos acima, a obrigação de desempenho é cumprida no momento em que os serviços são prestados. Os contratos não têm componente de financiamento significativo e os pagamentos são baseados nas taxas acordadas versus volume de dados usados.

O total das receitas de serviços e mercadorias é contabilizado separadamente de acordo com a natureza e com base nos respectivos valores justos.

a. Identificação dos contratos

O Grupo realizou uma revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que possam ser relevantes no reconhecimento da receita.

b. Identificação da obrigação de desempenho

No início do contrato e/ou qualquer alteração contratual, o Grupo avalia os serviços prometidos com os clientes e identifica as obrigações de desempenho com base na promessa de transferir ao cliente:

- Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

- O cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
- A promessa do Grupo de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

O Grupo reconhece a receita à medida que satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente. O ativo foi considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

c. Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

O Grupo considerou os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente, sendo que a contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

Em seguida, o Grupo alocou o preço da transação a cada obrigação de desempenho pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente, sendo que o preço da transação foi alocado proporcionalmente para cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual de cada serviço.

O preço de venda individual foi definido internamente pelo Grupo e pode ser baseado em preços regulados, lista de preços considerando o custo mais margem e preço de venda individual do Grupo ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com circunstâncias similares.

Dessa forma, o reconhecimento das receitas com a prestação de serviços é reconhecido no resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço foi prestado mensalmente.

d. Custo para obtenção do contrato

Custo incremental são os custos em que o Grupo incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido.

O Grupo não reconhece como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, uma vez que O Grupo não espera recuperar esses custos.

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Receita bruta			
Serviço de telecomunicações	1.895	824	2.721
Serviço de infraestrutura de telecomunicações	6.025	4.652	589
Serviço técnico e uso de plataforma	40.115	25.928	21.350
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	446.400	108.517	69.549
M2M	46.031	45.538	29.363
SMS	7.213	6.119	3.039
Collocation	1.372	213	3.174
Outros	3.409	1.766	78
Total da receita bruta	**552.460**	**193.557**	**129.863**
Deduções da receita			
Impostos	(16.586)	(12.723)	(8.456)
Cancelamentos	(1.714)	(928)	(81)
Total de deduções	**(18.300)**	**(13.651)**	**(8.537)**
Receita líquida	**534.160**	**179.906**	**121.326**

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Receita bruta			
Serviço de infraestrutura de telecomunicações	3.085	918	-
Serviço de técnico e uso de plataforma	13.099	508	-
Collocation	2.349	704	-
Outros	2.089	579	-
Total da receita bruta	**20.622**	**2.709**	**-**
Deduções da receita			
Impostos	(1.281)	(261)	-
Cancelamentos	(319)	-	-
Total de deduções	**(1.600)**	**(261)**	**-**
Receita líquida	**19.022**	**2.448**	**-**

Abaixo apresentamos a definição de cada uma das principais linhas de produto:

- **M2M/Iot:** receita decorrente da venda de planos de dados para comunicação máquina a máquina ("*Machine-to-Machine"*). Exemplo deste tipo de conectividade são as máquinas de cartão de crédito e/ou rastreadores de veículos automotores;

- **Detrat/Detraf:** receita decorrente da venda de tráfego de minutos para operadoras licenciadas no Brasil que precisam transportar chamadas de telefone móvel ou fixo. (Ex.: Grupo Oi, Claro, Vivo etc);

- **SMS:** refere-se à venda de planos de mensagens curta de texto. Exemplos de clientes são aqueles que enviam mensagens para confirmação de transações ou código para certificação de usuário. Serviço concentrado em aplicações P2A, *("person to application")*;

- ***Collocation*:** trata-se das receitas de locação de espaços para armazenagem de equipamentos e plataforma no datacenter da empresa.

- **Uso da plataforma:** receita proveniente da gestão da plataforma de dados e minutos que disponibilizamos para os clientes terem autonomia, na gestão de suas aplicabilidades. Atende as operações de M2M/IoT com as plataformas de gestão da conectividade e serviços de valor agregado, como também as operações CpaaS com os serviços de gestão inteligente de tráfego e numeração, antifraude, controle de chamadas etc.

- **Telecomunicações:** receita de serviço de voz.

- **Infraestrutura**: receita proveniente de instalações e/ou uso de equipamentos de telecomunicações.

23 Despesas por natureza

Política contábil

Os custos variáveis correspondem substancialmente a compras de minutos, SMS, dados e base do contrato MNO com a TIM. Já os custos fixos compreendem a estrutura de software para a prestação e serviços de valor agregado, bem como a parte de rede, compreendendo POPs, Datacenter e o FISTEL anuidade.

Os custos e despesas são reconhecidos contabilmente quando incorridos.

Consolidado 2020

	Custos dos serviços	Despesas de vendas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas administrativas	Outras despesas operacionais	Outras receitas operacionais	Total
Minutos de remuneração da rede - (a)	(436.504)	-	-	-	-	-	(436.504)
Infraestrutura de rede	(18.898)	-	-	-	-	-	(18.898)
Plataforma operacionais	(2.175)	-	-	-	-	-	(2.175)
Depreciação e amortização	(9.378)	-	-	-	-	-	(9.378)
Despesas comerciais	-	(2.998)	-	-	-	-	(2.998)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(626)	-	-	-	(626)
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(30.219)	-	-	(30.219)
Despesas com tecnologia	-	-	-	(3.518)	-	-	(3.518)
Despesa de escritório	-	-	-	(1.838)	-	-	(1.838)
Despesa regulatória	-	-	-	(1.944)	-	-	(1.944)
Despesas de viagem	-	(147)	-	-	-	-	(147)
Serviços profissionais	-	-	-	(3.876)	-	-	(3.876)
Outras receitas	-	-	-	-	-	113	113
Baixa de outras contas a pagar	-	-	-	-	-	127	127
Reversão da CIDE a pagar	-	-	-	-	-	886	886
Adições - passivo tributário	-	-	-	-	(282)	-	(282)
Provisão para outras contas a pagar	-	-	-	-	(101)	-	(101)
Baixa de despesas antecipadas	-	-	-	-	(33)	-	(33)
Outras despesas	-	-	-	-	(262)	-	(262)
Total	**(466.955)**	**(3.145)**	**(626)**	**(41.395)**	**(678)**	**1.126**	**(511.673)**

	Consolidado 2019						
	Custos dos serviços	**Despesas de vendas**	**Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber**	**Despesas administrativas**	**Outras despesas operacionais**	**Outras receitas operacionais**	**Total**
Minutos de remuneração da rede - (a)	(110.116)	-	-	-	-	-	(110.116)
Infraestrutura de rede	(12.540)	-	-	-	-	-	(12.540)
Plataforma operacionais	(1.150)	-	-	-	-	-	(1.150)
Depreciação e amortização	(7.603)	-	-	-	-	-	(7.603)
Despesas comerciais	-	(3.329)	-	-	-	-	(3.329)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(2.755)	-	-	-	(2.755)
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(16.762)	-	-	(16.762)
Despesas com tecnologia	-	-	-	(2.445)	-	-	(2.445)
Despesa de escritório	-	-	-	(1.559)	-	-	(1.559)
Despesa regulatória	-	-	-	(3.437)	-	-	(3.437)
Despesas de viagem	-	-	-	(813)	-	-	(813)
Serviços profissionais	-	-	-	(7.393)	-	-	(7.393)
Ajuste de passivos de arrendamento			-		(143)	-	(143)
Baixa de adiantamento de clientes e contas a pagar	-	-	-	-	-	298	298
Outras receitas	-	-	-	-	-	52	52
Outras despesas	-	-	-	(237)	(160)	-	(397)
Total	**(131.409)**	**(3.329)**	**(2.755)**	**(32.646)**	**(303)**	**350**	**(170.092)**

							Consolidado 2018
	Custos dos serviços	**Despesas de vendas**	**Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber**	**Despesas administrativas**	**Outras despesas operacionais**	**Outras receitas operacionais**	**Total**
Minutos de remuneração da rede - (a)	(69.118)	-	-	-	-	-	(69.118)
Infraestrutura de rede	(15.347)	-	-	-	-	-	(15.347)
Plataforma operacionais	(1.181)	-	-	-	-	-	(1.181)
Depreciação e amortização	(5.570)	-	-	-	-	-	(5.570)
Despesas comerciais	-	(4.606)	-	-	-	-	(4.606)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(1.528)	-	-	-	(1.528)
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(11.101)	-	-	(11.101)
Despesas com tecnologia	-	-	-	(3.494)	-	-	(3.494)
Despesa de escritório	-	-	-	(1.104)	-	-	(1.104)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(37)	-	-	(37)
Despesa regulatória	-	-	-	(53)	-	-	(53)
Veículo	-	-	-	(21)	-	-	(21)
Despesas de viagem	-	-	-	(407)	-	-	(407)
Comunicação externa	-	-	-	(110)	-	-	(110)
Serviços profissionais	-	-	-	(5.481)	-	-	(5.481)
Despesa tributária	-	-	-	(83)	-	-	(83)
Baixa de ativos fiscais correntes	-	-	-	-	(885)	-	(885)
Taxa da Vodafone	-	-	-	-	(2.247)	-	(2.247)
Outras receitas	-	-	-	-	-	497	497
Outras despesas	-	-	-	-	(480)	-	(480)
			-				
Total	**(91.216)**	**(4.606)**	**(1.528)**	**(21.891)**	**(3.612)**	**497**	**(122.356)**

	2020 - Controladora						2019 - Controladora				2018 - Controladora		
	Custos dos serviços	**Despesas de vendas**	**Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber**	**Despesas administrativas**	**Outras receitas operacionais**	**Total**	**Custos dos serviços**	**Despesas de vendas**	**Despesas administrativas**	**Total**	**Despesas administrativas**	**Outras receitas operacionais**	**Total**
Minutos remuneração de rede - (a)	(1.921)	-	-	-	-	(1.921)	(771)	-	-	(771)	-	-	-
Infraestrutura de rede	(1.232)	-	-	-	-	(1.232)	(295)	-	-	(295)	-	-	-
Depreciação e amortização	(1.601)	-	-	-	-	(1.601)	(137)	-	-	(137)	-	-	-
Despesas comerciais	-	(114)	-	-	-	(114)	-	(21)	-	(21)	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(326)	-	-	(326)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(4.998)	-	(4.998)	-	-	(347)	(347)	-	-	-
Despesas com tecnologia	-	-	-	(1.015)	-	(1.015)	-	-	(24)	(24)	-	-	-
Despesa de escritório	-	-	-	(2.267)	-	(2.267)	-	-	(160)	(160)	(21)	-	(21)
Despesa regulatória	-	-	-	(93)	-	(93)	-	-	(11)	(11)	-	-	-
Despesas de viagem	-	-	-	(78)	-	(78)	-	-	(4)	(4)	-	-	-
Serviços profissionais	-	-	-	(3.185)	-	(3.185)	-	-	(5)	(5)	-	-	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	74	74	-	-	-	-	-	-	-
Total	**(4.754)**	**(114)**	**(326)**	**(11.636)**	**74**	**(16.756)**	**(1.203)**	**(21)**	**(551)**	**(1.775)**	**(21)**	**(21)**	**(42)**

(a) Custos referentes aos gastos com compra de minutos, SMS e dados de operadoras fixas e móveis em âmbito nacional e internacional.

24 Despesas financeiras líquidas

Política contábil

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem principalmente:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas cambiais líquidos sobre ativos e passivos financeiros

Elas são reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pelo Grupo.

	Consolidado			Controladora		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receitas financeiras:						
Variação cambial fornecedores	3.732	4.573	6.852	-	-	-
Variação cambial empréstimos	285	-	3.446	-	-	-
Multas e penalidades recebidas	437	420	222	-	-	-
Outras receitas financeiras	162	511	645	199	-	-
Total receitas financeiras	**4.616**	**5.504**	**11.165**	**199**	**-**	**-**
Despesas financeiras:						
Variação cambial fornecedores	(3.749)	(5.709)	(8.696)	(195)	-	-
Variação cambial empréstimos	-	(4.106)	(11.753)	-	(1.904)	(5.400)
Despesas de juros com empréstimos	(1.478)	(2.226)	(3.657)	(517)	(736)	-
Multas e penalidades	(1.911)	(496)	(862)	(466)	(86)	(32)
Imposto sobre receitas financeiras	(853)	(403)	(105)	(168)	(39)	-
Atualização de contingência tributária	(288)	(833)	(480)	-	-	-
Despesas bancárias	(85)	(14)	(321)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(1.264)	(545)	(2)	(63)	-	-
Total despesas financeiras	**(9.628)**	**(14.332)**	**(25.876)**	**(1.409)**	**(2.765)**	**(5.432)**
Total	**(5.012)**	**(8.828)**	**(14.711)**	**(1.210)**	**(2.765)**	**(5.432)**

25 Instrumentos financeiros

Política contábil

a. Ativo financeiro

A Companhia mensura um ativo financeiro inicialmente ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e juros". Esta categoria inclui contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa desses ativos expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

b. Passivo financeiro

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, se for um derivativo ou se for designado como tal no reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e os resultados cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo qualquer ativo não caixa transferido ou qualquer passivo assumido) é reconhecida no resultado.

c. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo atualmente detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A tabela abaixo mostra os instrumentos financeiros por categoria e nível:

			Consolidado					
			Saldo contábil			Valor justo		
	Nota	Classificação por categoria	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Ativo financeiro								
Caixa e equivalentes de caixa	8	Custo amortizado (i)	22.140	8.279	7.212	22.140	8.279	7.212
Contas a receber de clientes	9	Custo amortizado (i)	74.592	65.131	23.056	74.592	65.131	23.056
Outros ativos		Custo amortizado (i)	245	797	2.624	245	797	2.624
Passivo financeiro:								
Fornecedores e outras contas a pagar	14	Custo amortizado (i)	84.167	71.201	20.139	84.167	71.201	20.139
Empréstimos e financiamentos	15	Custo amortizado (i)	13.792	7.577	47.267	14.836	7.581	47.399
Arrendamentos	16	Custo amortizado (i)	3.264	4.363	-	3.264	4.363	-
Dividendos a pagar	20	Custo amortizado (i)	6.459	5.995	580	6.459	5.995	580
Outros passivos		Custo amortizado (i)	1.754	-	3.893	1.754	-	3.893
Contas a pagar para partes relacionadas	17	Custo amortizado (i)	-	-	37.024	-	-	37.024

			Controladora					
			Saldo contábil			Valor justo		
	Nota	Classificação por categoria	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Ativo financeiro								
Caixa e equivalentes de caixa	8	Custo amortizado (i)	5.903	637	42	5.903	637	42
Contas a receber de clientes	9	Custo amortizado (i)	5.431	3.415	-	5.431	3.415	-
Outros ativos		Custo amortizado (i)	29	-	-	29	-	-
Passivo financeiro:								
Fornecedores e outras contas a pagar	14	Custo amortizado (i)	1.183	2.136	11	1.307	2.136	11
Empréstimos e financiamentos	15	Custo amortizado (i)	5.388	5.505	-	5.497	5.583	-
Arrendamentos	16	Custo amortizado (i)	3.264	3.444	-	3.264	3.444	-
Dividendos a pagar	20	Custo amortizado (i)	6.459	-	-	6.459	-	-
Outros passivos		Custo amortizado (i)	264	-	-	264	-	-
Contas a pagar para partes relacionadas	17	Custo amortizado (i)	17.323	11.885	48.329	17.323	11.885	48.329

(i) Para esses instrumentos financeiros, o Grupo acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração

d. Valor justo

Política contábil:
Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros não pode ser obtido de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os insumos para esses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas, quando isso não for viável, é necessário um grau de julgamento no estabelecimento dos valores justos. É necessário julgamento na determinação de insumos como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. As mudanças nessas variáveis podem afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado dos preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a mensuração de todos os instrumentos financeiros do Grupo corresponde ao custo amortizado.

Gerenciamento do risco financeiro

O Grupo está exposto aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez (i)
- Risco de mercado (ii)
- Risco de crédito (iii)

i. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades para cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia para o gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações. Portanto, ela busca manter disponibilidade de caixa para fazer frente às suas obrigações de curto prazo, garantindo que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações a vencer, em condições normais e de estresse, sem causar prejuízos inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte.

Consolidado

	Até 01 ano	01–02 anos	03–05 anos	>05 ano	Total
Em 31 de dezembro 2020					
Fornecedores e outras contas a pagar	79.766	4.401	-	-	84.167
Empréstimos e financiamentos	4.140	10.707	-	-	14.847
Arrendamentos	1.278	1.885	1.058	-	4.221
Dividendos a pagar	6.459	-	-	-	6.459
Outros passivos	1.324	430	-	-	1.754
Em 31 de dezembro 2019					
Fornecedores e outras contas a pagar	67.456	3.745	-	-	71.201
Empréstimos e financiamentos	2.510	10.926	4.364	-	17.800
Arrendamentos	1.744	3.503	3.358	-	8.605
Dividendos a pagar	5.995	-	-	-	5.995
Em 31 de dezembro 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	20.139	-	-	-	20.139
Empréstimos e financiamentos	11.952	28.521	16.506	-	56.979
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	37.024	37.024
Dividendos a pagar	580	-	-	-	580

Controladora

	Até 01 ano	01–02 anos	03–05 anos	>05 ano	Total
Em 31 de dezembro 2020					
Fornecedores e outras contas a pagar	1.183	-	-	-	1.183
Empréstimos e financiamentos	2.522	3.303	-	-	5.825
Arrendamentos	1.278	1.885	1.058	-	4.221
Dividendos a pagar	6.459	-	-	-	6.459
Mútuo a pagar a partes relacionadas	-	-	-	17.323	17.323
Em 31 de dezembro 2019					
Fornecedores e outras contas a pagar	2.136	-	-	-	2.136
Empréstimos e financiamentos	1.989	4.925	900	-	7.814
Arrendamentos	881	2.563	-	-	3.444
Mútuo a pagar a partes relacionadas	-	-	-	11.885	11.885
Em 31 de dezembro 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	11
Mútuo a pagar a partes relacionadas	-	-	-	48.329	48.329

ii. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, como variações cambiais, taxas de juros e preços de ações afetarão a receita do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Os riscos cambiais estão relacionados com a possibilidade de aumento de custos com contratos em moeda estrangeira, tendo uma relação direta com as flutuações das taxas de câmbio. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia monitora frequentemente as oscilações das taxas de câmbio e busca negociar as melhores taxas de fechamento com as instituições financeiras, visando reduzir o impacto dessas variações no fluxo de caixa cambial.

Risco de taxa juros

O Grupo obtém empréstimos e captação de empréstimos junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é indexado pelo CDI, neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros.

iii. Risco de crédito

O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, fazendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha que oferecem uma alta remuneração em investimentos de curto prazo. No que tange às contas a receber de clientes e outros recebíveis, o Grupo tem uma base de clientes reduzida. Esses clientes também atuam como contas a pagar de fornecedores e outras contas a pagar e, consequentemente, reduzem sua exposição a riscos de crédito, e o Grupo realiza análises de crédito contínuas.

O valor contábil dos ativos financeiros na exposição máxima ao risco de crédito é apresentado abaixo:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	22.140	8.279	7.212
Contas a receber de clientes	74.592	65.131	23.056
Outros ativos	245	797	2.624

iv. Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade do Grupo de continuar proporcionando retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida e o patrimônio líquido e ativo líquido em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, conforme segue:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Total de empréstimos e financiamentos e arrendamentos	17.056	11.940	47.267
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(22.140)	(8.279)	(7.212)
Líquido (caixa)/ dívida	(5.084)	3.661	40.055
Patrimônio líquido e ativos líquidos (deficiência de capital líquido)	**53.110**	**31.090**	**(41.027)**

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

i. Análise de sensibilidade de taxa de câmbio

A análise de sensibilidade realizada pelo Grupo considerou uma valorização de 3,60%, do Real (R$) em relação ao Dólar (US$) e de 11,41% de valorização do Real (R$) em relação ao Euro (EUR), correspondentes à avaliação da Administração de possíveis variações nas taxas de câmbio.

A Administração utiliza as projeções de taxas de câmbio das principais instituições financeiras do mercado, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco ABC.

			Cenários – Consolidado				
	Exposição (Em milhares de EUR/US$)	**Impacto (perda) - Em milhares de reais**	**I – Provável**	**II – 25%**	**III – 50%**	**IV – 25%**	**V-50%**
Contas a receber de clientes (US$)	286	(54)	(54)	(67)	(81)	(40)	(27)
Fornecedores (US$)	(2.058)	385	385	481	577	289	192
Exposição líquida (US$)	(1.772)	331	331	414	496	249	165
Contas a receber de clientes (EUR)	186	(132)	(132)	(165)	(198)	(99)	(198)
Fornecedores (EUR)	(46)	33	33	41	49	25	16
Exposição líquida (EUR)	140	(99)	(99)	124	149	74	182

ii. Análise de sensibilidade da taxa de juros

O Grupo realizou análises de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade às mudanças nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas na data do balanço. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamento. As aplicações financeiras são atualizadas pela variação do CDI enquanto os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação do CDI e taxas pré-fixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras vinculadas, e títulos para negociação com investidores neste mercado. A análise de sensibilidade das taxas de juros com o aumento e redução de 25% e 50% nos números do Grupo é a seguinte:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2020	Cenários – Consolidado I - Provável	II 25%	III – 50%	IV -25%	V -50%
1 – Ativo financeiro								
Investimentos de curto prazo	10.840	CDI	2.80%	304	379	455	228	152
2 – Passivo financeiro								
Capital de giro	(4.843)	CDI	2.80%	(135)	(160)	(203)	(110)	(67)
		Efeito		**169**	**219**	**252**	**118**	**85**

26 Títulos e valores mobiliários e garantias

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo possuía operações que envolviam avais, fianças e/ou bens em garantias, além dos contratos de empréstimos (notas 15 e 16).

27 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora pela média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício, mais a média ponderada do número de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais com efeitos diluidores.

Não há um plano de opções ou efeitos diluidores a serem considerados. Portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo para os exercícios apresentados.

A tabela a seguir reflete o lucro líquido e os dados das ações utilizados nos cálculos de lucro por ação (básico e diluído):

	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas controladores	31.300	9.324	(7.643)
Número médio ponderado de ações	88.033.592	5.690.830	232
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R$)	0,000356	0,001638	(0,032627)

28 Transações que não afetam o caixa

A seguir apresentamos os efeitos de transações sem efeito caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa. seriam apresentadas nas seguintes rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**
Adições ao imobilizado e intangível de 2019 – com efeito caixa (a)	1.939	-	-
Adições ao imobilizado e intangível de 2020 sem efeito caixa (b)	(4.147)	(4.867)	-
Adições ao ativo imobilizado em 2020 relacionadas ao direito de uso (nota 12)	(1.185)		
Perdão de dívida - sem efeito caixa (nota 11)	-	339	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**(3.393)**	**(4.528)**	**-**
Fornecedores e outras contas a pagar (a) e (b)	2.208	4.867	-
Fundo convertido em capital social - sem efeito caixa (nota 11)	-	(40.360)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**2.208**	**35.493**	**-**
Adições ao passivo de arrendamento (nota 16)	1.185	-	-
Fundo convertido em capital social - sem efeito caixa (nota 11)	-	(17.623)	-
Fundo convertido em capital social - sem efeito caixa (nota 11)	-	(20.143)	-
Fundo convertido em capital social - sem efeito caixa (nota 11)	-	40.360	-
Perdão de dívida - sem efeito caixa (nota 11)	-	(339)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**1.185**	**2.255**	**-**

	Controladora		
	2020	**2019**	**2018**
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	-	-	675
Adições ao imobilizado e intangível de 2019 – com efeito caixa (a)	114	-	-
Adições ao imobilizado e intangível de 2020 - sem efeito caixa (b)	(144)	-	-
Adições ao ativo imobilizado em 2020 relacionadas ao direito de uso (nota 12)	(1.272)	-	
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**(1.215)**	**-**	**675**
Contas a pagar a fornecedores e outros valores a pagar (a) e (b)	30	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**30**	**-**	**675**
Pagamento de empréstimos para partes relacionadas	-	-	(675)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**-**	**-**	**(675)**
Adições ao passivo de arrendamento (nota 12)	1.272		
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**1.185**	**-**	**-**

(a) Ao longo do exercício de 2020 a Companhia efetuou o pagamento de R$ 1.939 no consolidado (R$ 114 na controladora) referente a adições de imobilizado e intangível reconhecidas em 2019.

(b) Em 2020, o Grupo adquiriu ativos imobilizados e intangíveis para os quais, não incorreu pagamento durante o ano.

29 Eventos subsequentes

a. Nova linha de financiamento

Em linha com o seu planejamento estratégico e seu plano econômico e financeiro, a Companhia aprovou uma linha de financiamento junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), instituição de fomento vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2021 para financiar seu ciclo econômico de 2021 e 2022.

A linha tem como objetivo a implementação do seu Plano de MVNOs, no qual a Companhia atua como uma MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), credenciando empresas a serem MVNOs; da expansão Latam das operações de IoT (*Internet of Things*) e a entrada na vertical de Agronegócio de IoT.

O projeto aprovado com a FINEP compreende toda a estrutura de jornada de clientes que agem de forma matricial nestas três frentes, como também a automação dos processos de backoffice na oferta de produtos e serviços alinhados com estas vertentes de crescimento.

A linha de crédito aprovada é de R$ 34.681 e é composta por seis tranches, conforme o quadro abaixo.

Tranche	Crédito Finep (R$)
1	9.073
2	9.073
3	3.633
4	3.633
5	4.633
6	4.633

As tranches são liberadas conforme comprovação de gastos de acordo com a execução do projeto técnico e financeiro e apresentação de garantia. O prazo total do financiamento é de 10 anos, com 3 anos de carência, com uma taxa anual de 2.8% a.a.

A primeira parcela foi recebida em 19 de abril de 2021. Como a comprovação vale desde a aprovação do projeto, a primeira parcela teve seus dispêndios e evolução técnica comprovada em cima de gastos e ações já realizadas.

Dentro deste contexto, a Companhia captou a segunda parcela em 29 de agosto de 2021 e considera ainda no seu planejamento anual a terceira parcela entre outubro e novembro.

As garantias para esta segunda parcela foram apenas de recebíveis, sem cash colateral (depósito de dinheiro em conta bancária), de 30%. Já para a terceira parcela, novas negociações serão feitas.

b. Dividendos adicionais

Após o encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou duas distribuições de dividendos. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de abril de 2021 foi aprovada a distribuição de R$ 10.000 em adição aos dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$ 6.832.

Os valores foram pagos em três parcelas. A primeira parcela na forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), em 20 de abril de 2021, no valor total de R$ 2.490 (valor bruto) e a segunda e

terceira parcelas como dividendos no valor total de R$ 7.171 cada, pagas em 31 de maio de 2021 e 14 de julho de 2021, respectivamente.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovada nova distribuição de dividendos. Na ocasião, foram aprovados o pagamento de R$ 1.398 como dividendos e R$ 1.355 como JCP, os valores serão pagos após outubro de 2021 e referem-se a pagamentos da Datora Participações e Serviços S.A. aos seus acionistas na data da aprovação e são referentes aos resultados acumulados de janeiro a junho de 2021 e oriundos de sua reserva de lucros.

c. Mudança no quadro societário

Tendo em vista uma simplificação da estrutura acionária dos respectivos acionistas da Companhia, foi concluída reorganização societária em 23 de agosto de 2021, alterando, consequentemente, o quadro acionário da Companhia, como resultado desta transação, a T&T Investimentos Ltda. transferiu a sua atual participação societária detida na Datora Participações e S.A., para os sócios pessoas físicas. A reorganização societária dos acionistas da Companhia, não alterou o controle final da Companhia.

d. Bônus sobre sucesso do IPO, para grupo de colaboradores e Administradores

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado remuneração variável aos membros da Diretoria e a determinados colaboradores da Companhia, no valor máximo de R$ 15.000, de acordo com a distribuição a ser designada pelo Diretor Presidente da Companhia respeitando a dedicação de cada membro do Projeto de IPO. Os valores serão pagos por meio de ações de emissão da Companhia no momento do vesting, usando ações de tesouraria, transferência e ou emissão de novas ações.

e. Plano de Incentivo de longo prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo no formato Restricted Stock Unit (RSU) condicionado ao sucesso do IPO e sem custo para o colaborador participante do programa (endereçado para diretores, gerentes e colaboradores que respondem a diretores de acordo com o quadro funcional no IPO e para gerentes acima de classe 14 (base cargos e salários) e colaboradores chaves em caso de incentivos futuros) O incentivo de longo prazo está associado a um período de vesting e metas de performance (a serem aprovadas nos ciclos de planejamento da Companhia pelo Conselho de Administração) cruzadas com o desempenho das ações de emissão da Companhia em relação ao Índice Bovespa (IBOVESPA). As ações a serem distribuídas, em caso de sucesso no IPO, respeitarão o limite máximo de 3% do total de ações emitidas pela Companhia.

* * *

Administração

Tomas Henrique Fuchs
Presidente

Claude A.J Araripe M. da Silva
Diretor Financeiro

Leonardo Baía
Contador CRC SP 292090/O-9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas e combinadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas **32**

Balanços patrimoniais consolidados e combinados **38**

Demonstrações consolidadas e combinadas de resultados **39**

Demonstrações consolidadas e combinadas do resultado abrangente **40**

Demonstrações consolidadas e combinadas das mutações do patrimônio líquido **41**

Demonstrações consolidadas e combinadas dos fluxos de caixa **42**

Demonstrações consolidadas e combinadas do valor adicionado **43**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas **44**

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi um marco para o Grupo Datora, pois além de ter sido mais um ano em que confirmamos a robustez do nosso modelo de negócios, foi o ano em que passamos por uma discussão profunda e fundamentada do nosso plano estratégico. Após a reorganização societária no fim de 2019, que tornou o grupo mais eficiente e pró crescimento, avançamos nas demais etapas do nosso plano estratégico. Iniciamos 2021 com o time Datora 100% alinhado com os 5 pilares que definimos como base da nossa estratégia para os próximos 5 anos. Universalização do IOT, expansão internacional, imersão na vertical AGRO de IOT, fortalecimento da jornada do cliente e digitalização e automação da experiência do cliente interno.

Estes pilares estratégicos cruzam nossas 4 linhas principais de negócio (segmentos), permitindo um crescimento orgânico e sustentável do nosso negócio atual, ao mesmo tempo em que traz elementos que agregam valor ao nosso modelo de negócios e a nossa proposta de valor. Desta forma, esperamos que a estrutura de tecnologia de Voz sobre IP (VoIP) continue a crescer como um alicerce de sustentação para o desenvolvimento dos segmentos de CPaaS (Communication Platform as a Service), CPaaS-Geral, CPaaS_OTT (Over The Top), e CpaaS_IOT (Internet of Things).

No pilar de universalização do IOT, já contamos com 10 contratos firmados com provedores de Internet e outros importantes players locais nas mais diversas regiões do Brasil, onde atuamos como uma plataforma de tecnologia em IOT e conectividade para que eles alavanquem a oferta de serviços para seus clientes. Com um mercado potencial de mais de 700 clientes espalhados pelo Brasil, que já são clientes do Grupo Datora em serviços de Plataforma de Voz sobre IP, bem como CPaaS, entendemos que há um vasto mercado para ampliarmos este posicionamento, alavancando estes canais através de ofertas White Label para sua base de clientes. Deste modo, não apenas temos uma capacidade exponencial de atingir mercados locais, onde nossos clientes possuem uma sólida presença geográfica, mas também abrirmos um enorme espaço para monetizar as mais diversas interações econômicas dos usuários finais (clientes dos nossos clientes) com nossos clientes. É neste fértil campo, que temos a ArqiaPag, nossa fintech de serviços de meios de pagamento que além da oferta de boletos, também engloba a oferta de contas digitais através de parcerias com bancos digitais. Ainda de modo a alavancar este mercado potencial, estamos em fase de construção de um marketplace de serviços de tecnologia em conectividade, o 1º com esta natureza. Assim, não só impulsionaremos nossos parceiros locais com ofertas de serviços e produtos complementares para impulsionar seu crescimento regional, mas também construiremos um ecossistema de IOT juntando provedores de device, soluções e serviços de gestão da conectividade.

No pilar de expansão internacional, continuamos fortalecendo nosso posicionamento para sermos referência para as OTTs (Over the Top Customers como Uber, 99, Airbnb atendidas por empresas como Twillio, Synch, Plivio, Zenvia etc.) com interesses de explorar o mercado Brasileiro. Atualmente, provemos uma gama de serviços em conectividade tais como numeração telefônica, serviços de mensageria dentre outros. Ainda no pilar de expansão internacional, caminhamos para nos tornarmos o principal parceiro estratégico no mercado brasileiro para grandes operadoras internacionais com clientes globais no Brasil. Um exemplo é o mercado automotivo onde provemos serviços de IoT para que os carros de montadoras internacionais sejam vendidos no Brasil conectados e com cobertura em toda a América Latina. Se por um lado essa frente encontra-se em fase de crescimento, estamos em fase de maturação para uma expansão na América Latina, de modo a nos tornarmos participantes nestes mercados através da nossa base no Brasil.

Já no pilar de Agro, enxergamos o potencial deste mercado e o quanto ele é importante para o desenvolvimento do país. Nosso entendimento é que existe um mercado amplo desprovido de soluções de IOT e conectividade que gerariam impactos significativos em termos de produtividade e economia em custos operacionais. Há enormes desafios, desde a infraestrutura de rede até os meios de financiamento para os pequenos e médios agricultores, mas sabemos que existem caminhos sólidos para avançar em ofertas concretas e desencadear o IoT no Agro. Nosso DNA é de inovação e pioneirismo e desafios como estes nos motivam. Neste caminho, temos nos aprofundado em tecnologias através de conectividade NbIOT (Narrow Band Internet of Things) dentre outras.

De forma matricial, cruzando 100% dos segmentos em que atuamos, definimos dois pilares de fundamental importância, o pilar de jornada de clientes e o de digitalização e automação da experiência do cliente interno. No pilar de jornada do cliente, estamos em processo de melhoria contínua dos pontos de contato do cliente com a empresa na sua experiência de compra, consumo e atendimento. Aqui, buscamos plataformas de interação com o cliente de modo a mantermos nosso atendimento personalizado como diferencial, mas ao mesmo tempo ampliando aplicações de autosserviço, gerando autonomia, velocidade e escalabilidade na oferta de serviços e produtos. O caminho da excelência no aperfeiçoamento da jornada do cliente é infinito e dinâmico e por isso, nos preocupamos em manter uma estrutura de oferta flexível, modular e fundamentada em analytics e big data. Estas bases nos dão fundamentação para aplicações de Inteligência artificial que invadem a gestão de conectividade e dados, otimizando ainda mais os ganhos de nossos clientes.

Já na digitalização e na automação da experiência do cliente interno, entendemos que a escalabilidade do negócio está na eficiência e produtividade e que apenas com isso vamos ter a possibilidade de capturar de nossos colaboradores o seu maior potencial, os afastando de processos manuais e maçantes. Através da comunicação automatizada e sistêmica das mais diversas plataformas operacionais, buscamos processos com baixa interferência humana e alta capacidade de processamento e disponibilidade. Neste caso, temos inúmeras iniciativas voltadas para RPA (Robot Process Automation), OCR (Optical Character Recognition) e integração de plataformas.

Através destes pilares almejamos alcançar nossa inspiração definida em março de 2019, ser uma empresa de 2 bilhões de reais em receita e 430 milhões de EBITDA em até 5 anos. Continuamos avançando em todas as frentes de nosso plano estratégico e nossos resultados são a mostra de que estamos no caminho certo.

Nesta linha, sabemos dos desafios da escala num processo de crescimento orgânico e por isso, estaremos sempre atentos a oportunidades de consolidação no mercado de modo a ganharmos escala e atingirmos nossa inspiração. Para isso, em 2021, pretendemos mapear o mercado em busca de oportunidades de M&A.

Em 2020, mesmo impactados pela COVID, fomos capazes de entregar um crescimento incrível nos nossos principais indicadores de negócio. A pandemia afetou nossas linhas de negócio que trabalham com clientes com forte interação no mercado de varejo e mobilidade. Desta forma, nossos segmentos de CpaaS sofreram uma forte queda de resultados no 2º trimestre, com quedas nos negócios de suporte a pequenos e médios clientes no Brasil, CpaaS-Geral e nas ramificações que compreendem as linhas de CpaaS_IoT e CpaaS_OTT Por outro lado, a oferta para grandes operadoras, nacionais e internacionais (segmento VoIP), experimentou um forte crescimento impulsionando os resultados. Do 3º trimestre em diante, observamos o reaquecimento das linhas que tiveram maior impacto durante a COVID e fechamos 2020 com recorde de novas vendas de IoT, bem como recorde de VoIP cursado.

Em 2020, atingimos a marca de mais de 20 bilhões de chamadas VoIP processadas. No segmento de IoT, tivemos uma alta de 30% na base instalada de Sim Cards frente a 2019, mesmo com o forte impacto da COVID de março a junho, que praticamente congelou o mercado. Estes números se traduziram numa alta em relação a 2019 de 74,0% na receita operacional líquida, frente a uma alta

de 40,5% observada em 2019 frente a 2018. O EBITDA, por sua vez, acompanhou o movimento, mostrando a consistência do modelo de negócios. Tivemos, em 2020, uma alta de 62,4% no EBITDA frente a 2019, que já havia crescido 169,2% frente a 2018, resultado da virada do segmento CPaaS_IOT que alcançou breakeven de EBITDA e caixa em 2019. O Lucro operacional também teve resultado destacado, alcançou em 2020 alta de 99% frente a 2019, que já havia registrado crescimento significativo frente a 2018, uma vez que 2018 fechamos praticamente no breakeven. A empresa também registrou uma excelente taxa de conversão de EBTIDA em caixa, de 66,9% em 2020 versus 73% em 2019. Com a melhora do resultado, indicadores de risco e rentabilidade também tiveram melhoras. A dívida líquida em 2020 ficou negativa e registramos um RoiC de 9,90% e RoE de 58,93%. Números com forte evolução frente a 2019 e 2018, que registraram dívida líquida negativa em 2019 versus dívida líquida de R$40.055 mil em 2018, bem como RoiC de 3 ,53% em 2019 e 1,36% em 2018. O RoE, por sua vez, registrou, em 2019, 31,11%.

Importante destacar, que estes números consideram a visão combinada da empresa de modo a compararmos 2020, 2019 e 2018 nas mesmas bases, já que a reorganização societária que consolidou as empresas do Grupo debaixo da Datora Participações só aconteceu de fato em novembro de 2019, o que explica a receita auditada do grupo neste ano.

Além disso, destaco termos tido 87% de aprovação dos colaboradores segundo medição do Great Place to Work. Estamos muito orgulhosos com resultados que nos chancelam entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Aqui, a certeza de que o capital humano é um ativo de enorme importância para o grupo e que continuará a nos nortear em impulsionar seu potencial através de investimentos no clima organizacional, no desenvolvimento de habilidades, no aprimoramento de competências e numa relação próxima e acolhedora entre empresa e colaboradores.

Para 2021, esperamos um ano também difícil, mas cheio de oportunidades. Observamos um mercado com alta liquidez e propício para avançarmos nos nossos investimentos, mas ao mesmo tempo impactado pela continuidade dos efeitos da pandemia. Continuamos experimentando crescimento, mas mantemos nossa cautela na gestão do risco. Caixa forte, proteções frente a variações cambiais, gestão do ciclo financeiro e sempre um olhar central nos nossos clientes. Para isso, buscamos, como sempre, uma maior estabilidade e disponibilidade dos nossos serviços. Nesta linha, temos mantido os investimentos de melhoria no nosso datacenter, ampliado a nossa rede CORE com plataformas de última geração em capacidade, mas também em redundância, e investindo na ampliação da oferta de serviços.

Em 2021, esperamos também fortalecer ainda mais nosso papel em ações de ESG. Na parte de social, fundamos a ONG Escola Conectada que busca levar internet a escolas públicas em todo o Brasil. Através de parcerias com Internet Service Providers (vários dos quais nossos clientes), disponibilizamos internet de alta qualidade para escolas até então desprovidas de serviços desta natureza. Um pequeno passo para ajudar a sociedade, mas uma enorme diferença na vida daqueles que foram e serão beneficiados. Temos buscado também suportar iniciativas educacionais onde a conectividade de nossos SIM Cards é a porta para que mais crianças tenham acesso à educação. Na parte organizacional, mantemos nossos programas de suporte ao colaborador, oferecendo bolsas de estudo para pessoas sem 3º grau, além de educação financeira pessoal a todos os colaboradores. Neste ano tão delicado de saúde pública, mantivemos a grande maioria dos colaboradores em Home-Office com todo nosso suporte, bem como workshops sobre o tema de COVID, informativos sobre cuidados e prevenção, suporte psicológico etc. Na formação do time, mantemos um espectro aberto de contratações propiciando um ambiente inclusivo e com igualdade de oportunidades.

Na questão governança, mantemos nosso compromisso com a adoção das melhores práticas relacionadas à “compliance”, segurança da informação, proteção e privacidade de dados. Mantemos uma cultura de transparência com nossos stakeholders e cada vez mais buscamos fortalecer nossos

órgãos de sustentação à governança, como o conselho de administração e fiscal, mas também avaliando construção de outros conselhos de suporte, como de auditoria, de RH etc.

Entramos em 2021 cautelosos com o quadro que assola nosso país e o mundo, mas muito confiantes com nossa visão de mercado e da força do nosso propósito, que gera tração em nossos colaboradores e da força do nosso modelo de negócios. Seguiremos firmes na implementação e acompanhamento do nosso Plano Estratégico e certos de que o caminho é longo, mas que continuaremos a colher os frutos.

CEO
Tomas Fuchs

Cenário Macroeconômico e Setorial

Entramos em 2021 com os mesmos temores que balançaram a economia em 2020. Continuamos com um quadro fiscal no país muito pressionado e de muitas incertezas no combate a COVID. Se em 2020 adentramos o ano com uma promissora reforma da previdência, fomos logo abalados pela pandemia, que desorganizou de vez o campo fiscal.

Adentramos 2021 em cenário muito similar, mas com contornos mais dramáticos frente às estabilidades conquistadas em 2019. A pandemia retorna aos seus momentos de maior gravidade e o não temos um caminho sólido de reformas e de combate a pandemia.

Fonte: Itau – perspectivas econômicas Jan/21

Por outro lado, observamos avanços no plano de vacinação em países desenvolvidos e com fortes injeções de capital para recuperação econômica. Este movimento, sobretudo nos EUA, deve fortalecer ainda mais a moeda norte americana, pressionando assim os preços de commodities e a inflação de preços administrados. Este cenário deve puxar o Banco Central a adotar medidas mais conservadoras de modo a conter a inflação.

Fonte: Itau – perspectivas econômicas Jan/21

A combinação de um ambiente internacional fortalecendo o dólar e as economias dos países mais desenvolvidos com um cenário doméstico de desequilíbrio fiscal, inflação crescente e dificuldades no combate a pandemia, deve gerar uma derrocada nos ganhos de estabilidade econômica observados no fim de 2019.

O mercado já precifica estas pressões. A inflação está com índices crescentes nos últimos 4 meses e aponta valores acima da meta, 4.70%,para o fim do ano. A curva da Selic futura aponta 5% ao final de 2021 e o câmbio aponta 5.30 em dez, mas ainda rodando nos patamares de 5.5.

Fonte: Itau – perspectivas econômicas Jan/21

Claro que há a possibilidade de uma agenda de reformas, tributária e administrativa, aliadas a uma aceleração do plano de privatização que podem mudar este cenário, mas os sinais são pouco claros de que isto seja uma realidade. Com isso, não esperamos uma retomada dos empregos e esperamos que alguns setores continuem fortemente afetados pela situação atual da economia, com o agravante do encarecimento dos insumos e do custo do dinheiro.

A economia de forma geral, deve crescer frente a 2019. PIB aponta para 3.5%, mas o crescimento deve continuar sendo puxado pelas commodities com destaque no Agro. Ainda assim, alguns setores veem ganhando destaque e devem manter suas perspectivas de crescimento em 2021, como os setores ligados a tecnologia e telecomunicações.

Após 3 meses de impacto, entre março e junho de 2020, o mercado de voz e dados experimentou forte crescimento em 2020. As principais empresas de telecomunicações do país entregaram em 2020 resultados superiores a 2019, fruto da alta do uso de dados e voz. O mercado de voz já vinha crescendo, uma vez que planos ilimitados, chamadas originadas por robôs (call centers, marcação de consultas, campanhas etc.) e a entrada de OTTs (Uber, 99, Airbnb) impulsionando a comunicação para autenticação com usuários através de redes tradicionais de telecomunicações geravam crescimento na indústria. Mas a pandemia intensificou a comunicação e o tráfego cresceu no mercado doméstico e internacional. Para 2021, esperamos a manutenção da alta de tráfego, não só pela evolução dos mesmos pilares descritos acima, mas também pelos efeitos continuados da pandemia e desta forma, do “novo normal”.

O aumento de iniciativas regionais deve ser outro elemento de destaque em 2021. Ao longo dos anos temos observado o fortalecimento de negócios fora do eixo Rio-São Paulo-Minas com o aparecimento de sólidas e importantes empresas com forte atuação e Market Share relevante nos locais de atuação.

Fonte: Anatel

Neste mercado, também observamos crescimento em termos de volume de minutos, resultado observado em 2020 e 2019. Aqui, uma alta no PIB gerará mais tráfego e negócios, sem dúvida, e os investimentos em eficiência decorrentes de períodos recessivos também impulsionam a capacidade de alta dos negócios. Soluções como atendentes virtuais, PABX IP, URAs automáticas são geradores de tráfego VoIP e aumentam a demanda de produtos ligados ao nosso CPaaS-Geral como numeração telefônica, 0800, número único, internet etc. Este segmento também inclui empresas de call center beneficiados por evoluções tecnológicas similares e desta forma, também geradores de mais tráfego.

Em ambos os casos, VoIP e CPaaS-Geral, serviços de gestão de tráfego, gestão de chamadas, controle de números inválidos, antifraude e oferta de plataformas de gestão, impulsionam a atividade do Grupo Datora e geram valor para os clientes, pois os ajudam a serem mais eficientes.

Em 2020, observou-se uma alta de 800% de chamadas telefônicas (a grande maioria utilizando-se da tecnologia de VoIP) de consumidores a empresas com aumento de 50% no tempo médio de duração destas chamadas. segundo reportagem publicada na Teletime em 07/01/2021.

Este crescimento impulsiona não só as oportunidades para os médios e pequenos clientes que o Grupo Datora tem em sua base, mas também fortalece o papel do Grupo como um elemento de geração de eficiência para grandes Operadoras que tem dados como seu maior foco.

Aliado a isso, iniciativas como marketplace e oferta conjunta de serviços devem ser cada vez mais exploradas pelos nossos atuais clientes que desejam aumentar a sua receita média por usuário. Neste aspecto, o Grupo Datora lançou a ArqiaPag, empresa que será a plataforma de meio e soluções de pagamento para nossos clientes CPaaS.

Já no segmento de CpaaS-IoT continuamos observando o mercado aquecido em 2021. Observa-se um maior interesse e foco das grandes operadoras no mercado de IoT, mas ainda com ganhos pouco expressivos frente aos seus streamings de receita. Redes de voz saturadas com investimentos nos últimos anos voltados para a parte de dados, concentração do setor com a venda da Oi Móvel e uma tendência de separação dos ativos de infraestrutura dos ativos de serviços. Neste cenário, observa-se espaço para o crescimento de iniciativas voltadas para nichos com atendimentos mais eficientes e personalizados.

Do ponto de vista de crescimento no mercado IoT, observa-se forte crescimento das iniciativas de e-commerce e digitalização que favorecem o mercado de conectividade e soluções de gestão de conectividade. Desta forma, observamos um aquecimento no mercado de POS, soluções de rastreamento, segurança e autoatendimento. Por outro lado, o fortalecimento do mercado de commodities aumenta e fortalece a cadeia como um todo, trazendo oportunidades na entrada de tecnologias neste mercado em grandes, médias e pequenas propriedades. De acordo com matéria

publicada no Jornal Estadão em 22 de janeiro de 2021, apenas 23% do campo tem algum tipo de acesso à internet. São inúmeras as verticais que devem crescer e o Grupo Datora as acompanha de perto:

Fonte: Beecham Research

A entrada do 5G é outro elemento de forte impulso para o setor. Além de um novo panorama de soluções que alavancarão o mercado, o leilão de frequências abrirá outras frentes de atuação regional. *O 5G trata da quinta evolução da tecnologia de telefonia móvel. Além de prometer maiores velocidades de download (até 20 vezes maior que o 4G), oferece menor latência (o tempo de resposta entre um comando feito e sua execução). Isso possibilita uma conexão mais estável, permitindo, por exemplo, que seja possível jogar via 5G e não sair "atrás" das pessoas que estão em uma conexão fixa*[1].

O edital do leilão também deverá contemplar a obrigação da Anatel de incentivar o compartilhamento de rede e de infraestrutura passiva, tais como postes, torres e dutos por onde passam as redes de serviço.

Serão ofertadas 4 faixas de frequência:

700 MHz	2,3 GHz	3,5 GHz	26 GHz
Servirá para melhorar cobertura de 4G e, futuramente, distribuir 5G	Servirá para melhorar cobertura de 4G e, futuramente, distribuir 5G	5G "puro" voltado para o consumidor final	5G "puro" voltado para a banda larga fixa

Uma das grandes preocupações para este leilão da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp) é a garantia da participação das prestadoras de pequeno porte (PPPs). Além disso, também pedem à Anatel a liberação de mais frequências. Segundo a associação, estes fatores são cruciais para o sucesso do 5G no Brasil. O edital já se encontra com o TCU para análise e liberação. O grupo Datora acompanha atento as questões em relação ao 5G e já se prepara para estar apto a entrar em mais esta frente. Neste segundo trimestre de 20121, a

empresa espera instalar um Core de Rede voltado ao 5G para prestar serviços à players que entrarão neste leilão.

Outro ponto de destaque, que deve aquecer o setor em investimentos e ampliação da oferta de serviços no Brasil, foi a homologação da lei nº 14.108 de 16 de dezembro e 2020, que desonera o Fistel de dispositivos IoT até então impactados por uma carga tributária elevada frente ao preço médio de venda. O setor foi beneficiado com esta desoneração que deve ampliar os investimentos e o aumento dos times suportando operações de IoT.

*1 – fonte https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/02/26/edital-do-5g-define-tecnologia-habilitada-em-capitais-em-agosto-de-2022.htm?cmpid=copiaecola

A indústria deve crescer forte e estamos alinhados com esta perspectiva. Em matéria publicada na Mobile Europe em 10/12/2020, IoT devices atingirão a marca de 5.7 bilhões em 2026 e 840 milhões usarão redes móveis. Serão 7xs de crescimento em dispositivos de IoT conectados desde 2020.

Alguns riscos também podem existir. Com a demanda aquecida e os impactos da COVID, observamos cadeias de produção interrompidas por desequilíbrio na oferta e na demanda. Dentre estas cadeias, observa-se problemas na de semicondutores. Apesar deste cenário, não esperamos impactos no provimento de SIM Cards, mesmo assim, desde o fim de 2020, alongamos nossos contratos com os fornecedores fortalecendo os termos de entrega e suprimento da demanda de venda.

Outro aspecto de ordem de uso de dados de clientes, colaboradores e demais stakeholders é a LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A LGPD, Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet. Em dezembro de 2020, o Grupo Datora finalizou seu plano de implementação e dentro dos prazos legais, vamos implementá-lo em 2021.

Neste cenário, com setores aquecidos e uma conjuntura econômica complicada, ainda acreditamos num mercado de capitais forte em virtude das baixas taxas de remuneração provenientes dos rendimentos de renda fixa, mesmo considerando os aumentos previstos na taxa básica de juros. A universalização do acesso a B3 favorece um movimento contínuo de IPOs e Follow On e, mesmo sem o capital internacional, deve ainda direcionar bastante recursos favorecendo o aquecimento de ofertas. De mãos dadas com as listagens, observamos também uma evolução das ofertas de debêntures como forma de atrair investimento na busca de rendimentos acima da renda fixa convencional. O mercado continuará líquido e mesmo com custos mais altos, entendemos que os recursos estarão disponíveis para planos de crescimento bem fundamentados.

Grupo Datora

No fim de 2019, concluímos parte importante do nosso Plano Estratégico com a reestruturação societária do Grupo. Saímos de uma estrutura apartada, onde o segmento de CPaaS-IoT era operador por uma estrutura operacional independente dos segmentos de CpaaS-Geral, CpaaS_OTT e VoiP. Este movimento se deu, uma vez que a CODEMGE, sócio antes apenas da Datora Mobile Telecomunicações S.A., passou a deter participação na Datora Participações S.A., holding do grupo Datora, que no mesmo movimento passou a deter 100% de todas as empresas do grupo. Esta reorganização garantiu uma estrutura societária mais coesa e uma plataforma operacional mais eficiente.

Com isso, o Grupo Datora conseguiu capturar sinergias entre as estruturas anteriores por meio do corte de sistemas duplicados, ganho em eficiência operacional e economia de impostos em operações entre empresas do grupo. A mudança também permitiu um melhor aproveitamento das bases de clientes, propiciando escala no uso dos canais (clientes parceiros) e vendas cross-selling. Fora isso, os ganhos de estrutura tornaram o grupo mais sólido, reduzindo seus custos onerosos de capital com terceiros, bem como aumentando sua força competitiva no mercado.

Com a mudança, a Datora Participações, que passou a ser uma holding operacional, passou também a ser 100% dona das operações dos EUA e Suécia, concentrando assim 100% dos negócios do grupo. A mudança societária permitiu a empresa capitalizar mais 70 milhões em dívida com terceiros e mútuos entre empresas do grupo incorporados ao patrimônio líquido da empresa em 2019.

A empresa é 100% dona da Datora Telecomunicações Ltda., ("Datora" ou "Empresa") que foi constituída em março de 1992. Atualmente, a Datora Telecomunicações Ltda possui as licenças STFC (serviços de telefonia fixa comutada) e SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) necessárias para a prestação de serviços VoIP.

A Datora Telecomunicações Ltda é proveniente da compra de uma espelhinho (nome dado às novas entrantes fruto do processo de privatização do sistema Telebrás) operacional em 03 de novembro de 2005 que detinha a licença STFC, necessária para exploração do mercado de VoIP no Brasil. Em 26 de julho de 2006, a Empresa recebeu a autorização da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para serviços multimídia (SCM), em âmbito nacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade. Desde 1996, a Datora Telecomunicações Ltda definiu como plataforma tecnológica a utilização de VOIP (Voice over internet protocol - voz sobre protocolo de internet) que passou a ser sua estrutura CORE operacional, o que conferiu à empresa uma característica de "Asset Light", isto é, sem grandes demandas de investimentos em imobilizado.

Além das operações no Brasil, a empresa trabalha no mercado internacional através da NGN USA (NGN Latam Corp), NGN Sweden (NGN Sweden Communications), braços operacionais para explorar o mercado internacional. Em 2020, o Grupo abriu a NGN France (Datora Communications), que tem como objetivo manter uma base sólida dentro do mercado comum europeu, mas também estar posicionada em um país mais próximo e de mais fácil acesso ao Brasil. Com isso, após cumprir os requerimentos legais, a NGN France deverá incorporar a NGN Sweden, mantendo o grupo enxuto e eficiente.

A estrutura legal atual busca dar a empresa agilidade, eficiência e ganhos operacionais para explorar mercados nas mais diversas localidades do mundo, bem como servem de canal para captar oportunidades que tragam demandas específicas de comunicação onde a oferta de serviço se dá no Brasil.

Ainda debaixo da holding, temos a Datora Mobile Telecomunicações S.A. ("Datora Mobile" ou "Companhia"), que foi constituída em junho de 2013, tendo por objetivo a prestação de serviços de comunicação por meio da autorização do SMP (Serviços Móvel Pessoal), expedida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) através do termo de autorização 047/48 e 49/2011.

Desde sua criação, a Companhia opera com foco no segmento de CpaaS_IoT (*Internet of Things*). A operação mobile abrange o mercado brasileiro em âmbito nacional através do *frame* regulatório chamado MVNO, *Mobile Virtual Network Operator*, que garante a este tipo de operadora acesso à rede móvel já instalada no país pelas operadoras do tipo MNO, *Mobile Network Operator*. Em outras palavras, as operadoras do tipo MNO são as detentoras da rede e as operadoras do tipo MVNO podem contratar a rede de acesso destas operadoras para comercializar serviços móveis. Neste contexto, a Datora Mobile contratou a TIM Brasil SA como fornecedora no conceito de full MVNO Autorizada, isto é, a Companhia possui rede core própria fazendo uso apenas da rede de acesso (antenas e torres) possuída pela TIM (operadora MNO) no país. Mais uma vez a empresa utiliza-se do conceito "Asset Light".

Considerando as parceiras de *roaming* internacional, a Datora Mobile pode também atender outros países, principalmente na América do Sul no segmento de CpaaS_IoT. Debaixo da Datora Mobile temos a VDF TI, que contemplava as operações de serviços dos negócios de IoT, mas que ao longo de 2020 foram migradas para a Datora Participações.

Em 2020, o Grupo Datora também abriu a DatoraPag, nosso primeiro passo rumo a uma estrutura de Fintech, que tem como objetivo ser o parceiro de meios e soluções de pagamentos para nossos clientes do segmento CPaaS-Geral. A ideia é fazer uso do amplo espectro de clientes e localizações geográficas no Brasil e, tendo como pilar a Universalização do IoT, passar a suportar nossos clientes em serviços de boletos, contas digitais e produtos que podem ser acoplados a esta plataforma, como crédito pessoal, crédito pessoa jurídica, recarga de cartões, cartões de crédito e débito etc.

Com a reorganização societária a Datora Participações passou a pertencer a T&T (holding não operacional, 100% brasileira e que concentra os sócios anteriores da Datora participações) e a CODEPAR, braço de investimentos da CODEMGE, Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Abaixo sua estrutura legal:

Governança Corporativa

Com a reorganização societária, o Grupo Datora passou a ter um Conselho de Administração único com gerência englobando todas as empresas operacionais do grupo. O Conselho é composto por 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida reeleição. O conselho é formado por três representantes da T&T, que conta com o suporte de um conselheiro que não pertence ao grupo, e 2 conselheiros apontados pela CODEMGE.

O conselho se reúne trimestralmente e delibera sobre os planos de longo prazo e resultados entregues no ano fiscal e do calendário trimestral, porém, ao longo de 2020, manteve reuniões semanais em virtude da COVID. As reuniões se iniciaram na 2ª quinzena de março e se estenderam até o fim do 3º trimestre, quando a empresa entendeu que as incertezas provocadas pela COVID haviam se materializado. As reuniões tinham como objetivo entender os impactos em vendas, os impactos no ciclo financeiro e desta forma, a situação do caixa.

Além do conselho de administração do grupo, em 2020 a estrutura de governança compreendeu também o suporte de um Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de administração da Companhia e de informação aos acionistas. O órgão é composto por 3 (três) membros efetivos que possuem mandato até 30/04/2021, quando poderão ser reempossados. A

empresa ainda está em fase de estruturação de outros comitês de suporte ao Conselho de Administração, como o Comitê de Pessoas e o Comitê de Auditoria.

Na administração da empresa, o grupo Datora conta com profissionais com mais de 20 anos de experiência no mercado, conforme figura abaixo.

Pioneirismo e Inovação

Em 2023, completaremos 30 anos do Grupo. Uma marca importante numa trajetória de muitos anos, mas alinhada com o nosso constante pensamento no longo prazo. Temos no novo os fundamentos da nossa evolução e por isso esperamos seguir trazendo novas marcas nesta linha do tempo.

Além de ser um dos valores chave da nossa corporação, Pioneirismo e Inovação estão no nosso DNA, ultrapassando o campo das palavras e invadindo o campo da ação. A empresa nasceu assim, quando foi a 1ª a trafegar uma chamada utilizando-se da tecnologia VoIP dos EUA para o Brasil em 1996. Na época VoIP ainda enfrentava os problemas de protocolos em tempo real, mas seguros de sua visão de mercado e pensando no longo prazo, o Grupo se manteve com foco nesta tecnologia. Anos à frente, mais precisamente em 2002, a empresa firmou seu primeiro grande contrato de VoIP com a Embratel, onde prestava serviços de outsourcing de VoIP em troca de pacotes de tráfego para terminação no Brasil. Este business impulsionou a empresa para o mercado de VoIP,

permitindo não só um exponencial crescimento, mas também a expansão dos serviços e da cobertura geográfica.

Apesar do forte crescimento ao longo dos anos, o Grupo entendeu que a tecnologia nunca para e que é fundamental manter crescimento com diversificação, pois a tecnologia avança em diferentes setores e deixa para trás aqueles avessos à mudança.

Neste caminho, de diversificar e expandir, foram feitas inúmeras ações, muitas de sucesso, muitas de sucesso de curto prazo e muitas de insucessos, onde aprendemos de maneira dura com as nossas falhas. Ignorando nosso DNA de ser uma empresa que presta serviços para empresas, entramos no mercado de varejo e corporativo no Brasil, logrando sucessos passageiros, mas fracassos no longo prazo. Entramos em outros países, onde avançamos em ofertas para brasileiros residentes no exterior, mas sofremos com crises e mudanças tecnológicas, aprendizados que carregamos até hoje.

Mas neste caminho de diversificação, inovação e pioneirismo, colhemos ao longo dos anos os frutos desta "teimosia" e inquietação permanente.

Ainda em 2008, entendemos que o mundo seria móvel. Nesta época, com uma operação de varejo em Portugal, iniciamos uma discussão do que seria uma MVNO, uma Mobile Virtual Network Operator. Portugal sofreu com a crise financeira e o êxodo de brasileiros, mas as sementes do que é e como operar segundo um frame regulatório de MVNO nos deram a musculatura necessária para, em 2010, termos sido um player atuante na implementação do Frame Regulatório de MVNO no Brasil. Fomos a 1ª e a 2ª licenças de MVNO no Brasil. Na 2ª, criamos a Conecta, Joint Venture com a Porto Seguro para explorar o segmento de CpaaS_IoT via os carros segurados da Porto e também dar o suporte de plataforma para o cross-seeling em sua base de clientes. A iniciativa foi interrompida em 2015, uma vez que a Porto seguiu em um plano de verticalização e assumindo assim nosso papel de provedor de serviços. Apesar de prematura, pelo menos em nossos planos de longo prazo de 2010, a experiência foi um enorme aprendizado. Retornamos o foco para 1ª MVNO do país, onde a Datora se focou no segmento de CpaaS_IoT, culminando em uma parceria estratégica com a Vodafone em 2013. Nesta jornada, mais uma vez fomos pioneiros na implementação de um CORE de rede virtualizado, o que nos permitiu sair de uma estrutura de 23 racks para uma estrutura de apenas 3. Além disso, lançamos nossa plataforma de gestão de conectividade neste mesmo período, elemento fundamental na nossa proposta de valor e, que consolidou nosso modelo de negócio.

Em 2017, observando GAPs na oferta de mercado, desenvolvemos também, no segmento de CPaaS_IoT com recursos do INOVACRED, um SIM Card com redundância full, melhorando o uptime e cobertura dos serviços.

Interessante observar, contudo, que apesar de termos entendido a importância de entrar no segmento de IOT, o mercado VoIP continuava a nos desafiar. Em 2005, adquirimos uma espelhinho no Brasil para operar VoIP no mercado doméstico. Já em 2007, abrimos nosso escritório em Miami para explorar o mercado internacional. A evolução do tráfego, a nossa convicção de nos mantermos VoIP e a especificidade dos nossos clientes, grandes operadoras nacionais, grandes operadoras internacionais e pequenos e médios clientes no Brasil e mais tarde OTTs, nos exigiram forte necessidade de inovar, pois nos demandaram juntar as necessidades de um mundo de telecomunicações tradicional baseado em sinalização SS7 com um mundo 100% virtual baseado em redes IP. Este desafio forçou e permitiu ao grupo Datora desenvolver tecnologia única de comunicação de sinalização entre SS7 e SIP. Neste cenário, surgiu toda a nossa linha de CPaaS, Communicationa Platform as a Service.

Do lado do IoT, desenvolvemos nossa plataforma de gestão, que permite aos nossos clientes fazer a gestão dos seus próprios equipamentos. Ativação, cancelamento, gestão de banda, aprovisionamento, uma plataforma 100% autosserviço que, além de ser um diferencial de mercado, possui uma especificidade grande, uma vez que é fruto da integração de diversos elementos de rede, desenvolvimento 100% Datora. Este diferencial nos dá também a capacidade de customizarmos nossa

operação de acordo com o cliente, diferencial este que cada vez mais nos fortalece como referência de operadoras internacionais que detém clientes globais e que não querem virar operadora no Brasil, mas que precisam atender seus clientes em suas necessidades por aqui, como Vodafone, BT, KPN, Telenor, Telia e Tata Communications.

Com o aumento constante de chamadas VoIP, tivemos que evoluir também nesta área, uma vez que o crescimento proporcional da estrutura de rede acabaria por tomar parte considerável do valor agregado dos serviços oferecidos. Em 2018, implementamos na rede o Load Balance, que integrado aos nossos SBCs, permite o balanceamento das chamadas VoIP através deles, garantindo o uso full de suas capacidades. Também em 2018, aumentamos a capacidade de gestão de chamadas em tempo real, permitindo a gestão de números inválidos e releases de indisponibilidade, o que permite o uso mais rentável dos ativos de rede da empresa.

Já no lado das pequenas e médias empresas que atendemos no Brasil, bem como das OTTs, a Datora foi pioneira na oferta de serviços de TI. Em 2019, nesta mesma linha, avançamos na tratativa online de tráfego com a implementação de uma nova versão do software de análise preditiva, que nos permite aumentar ainda mais a rentabilidade dos ativos, uma vez que o software analisa também o tráfego de chamadas em tempo real e descarta chamadas improdutivas, além dos benefícios das versões anteriores associados à chamadas inválidas e releases incorretos.

Atualmente, a empresa oferece uma gama vasta de serviços que suportam nossos clientes na gestão de suas necessidades. Fomos a 1ª empresa a ter um controle de antifraude como parte do seu pacote de serviços e estamos a passos largos na implementação de elementos de inteligência artificial em nossa rede. Analisamos também em tempo real a disponibilidade de rede versus a demanda de nossos clientes evitando não só sobrecarga, mas também perda de tráfego por parte deles.

Ainda em 2019 e com avanços em 2020, encapsulamos o produto de Credenciadas (Universalização do IOT) no segmento de CPaaS-Geral. Através de desenvolvimentos internos e integração dos sistemas operacionais de billing, provisionamento, gestão dos clientes, portal do cliente e faturamento, construímos módulos escaláveis e replicáveis para a venda de credenciadas, que só em 2020 atingiram o total de 10 clientes com contratos firmados, alguns já em operação.

Todas estas iniciativas são frutos de inovação constante em um ambiente, onde não temos disponíveis produtos/serviços de prateleira, bem como capital humano especializado no mercado.

A inovação transcende nossos produtos e plataformas passando também pela experiência do usuário interno e pela evolução constante da jornada do cliente. Em 2019, internamente, automatizamos processos, melhoramos sistemas com versões atualizadas, trocamos de fornecedores para otimizar custos, lançamos Portal do Cliente para as linhas de negócio atuais com as funcionalidades de recargas e outras necessárias como "Port in" e web self-management. Implementamos o OCR (Optical Character Recognition) em processos manuais, consolidamos o método Ágil como metodologia de projetos, aumentamos nossa capacidade de VoIP com ativação do SBS SWE e implementamos a Chave Asco em redundância com o quadro de força, trazendo mais segurança para a infraestrutura do datacenter.

Outro tema importante em 2019 foi o projeto que contemplou a troca da solução de mensageria da empresa INSWITCH pelo sistema da empresa Alaris, importante elemento para o segmento CPaaS_OTT. Projeto este que, apesar do alto grau de complexidade envolvendo a implantação de uma plataforma SMS inteiramente nova, o desenvolvimento de funcionalidades específicas para atendimento ao mercado brasileiro, a integração com as demais plataformas da Rede Móvel e TI da Arqia e manobras para desvio de tráfego, trouxe como resultados uma melhor eficiência técnica nas operações de envio e recebimento de serviços de mensageria, aumento de capacidade de processamento e uma enorme economia em termos de custo fixo.

No fim de 2019, abrimos nosso escritório na Califórnia, num esforço de estarmos mais pertos do Vale do Silício e, desta forma, mais próximos das empresas do segmento de CPaaS_OTTs e das

novas soluções para os demais clientes de CPaaS. Nesta mesma linha, abrimos recentemente nosso escritório em Israel e temos planos de ter colaboradores na China. A pandemia tem atrapalhado estes planos, mas sabemos da importância de Israel como centro de inovação e tecnologia, bem como do papel da China na viabilização de devices e soluções para a indústria de IoT.

Em 2020, não ficamos parados. Na parte do IoT, avançamos na implementação de uma nova plataforma de BSS/OSS, que permitirá maior escala no desenvolvimento da Universalização do IoT. Fechamos recentemente também nosso novo CORE de IoT, que será 100% redundante ao atual, mas que também trará uma gama enorme de features e serviços para oferecermos no mercado, não esquecendo que este mesmo CORE já será para a tecnologia 5G também. Iniciamos o projeto de cloud das plataformas de suporte de BSS/OSS para os produtos e serviços voltados para pequenos e médios clientes e empresas do segmento CPaaS_OTTs. A ideia é ter 100% da plataforma hoje hospedada em nosso datacenter na nuvem, resolvendo assim a dicotomia crescimento versus custos fixos/investimentos.

Na parte de clientes, mantivemos ações na melhoria da jornada do cliente e na automação de processos internos, como melhorias no Portal e a automação do processo de faturamento. Para 2021, continuaremos perseguindo estas evoluções, com destaque para o lançamento do nosso marketplace, as evoluções no pilar de Universalização do IoT e o lançamento da ArqiaPag.

Entendemos que é da busca pela inovação que fomentamos o espírito de equipe e de onde conseguimos os maiores avanços em eficiência e força competitiva, movimento sem fim.

Gestão de pessoas

Ao longo dos anos, o Grupo Datora cresceu, mas não apenas em tamanho, mas em maturidade. Uma delas, sem dúvida, é a certeza do papel dos nossos colaboradores na entrega da estratégia e do resultado. Sem entrar no cliché, buscamos garantir um ambiente propício para a maximização da satisfação do nosso colaborador, pois assim entendemos que entregaremos pontos importantes na trajetória de crescimento da empresa, como inovação, produtividade e atendimento diferenciado. Entendemos que apenas em um ambiente de alta produtividade poderemos fazer o delivery do nosso plano estratégico e alcançar nossas inspirações e que a chave que abre estas portas é o nosso colaborador.

Um ambiente de alta produtividade passa necessariamente pela satisfação do colaborador. Entendemos que 7 dimensões medem o nível de satisfação e que além do snapshot da pesquisa de clima, deveríamos buscar ferramentas de gestão que nos pudessem monitorar estas dimensões ao longo do ano.

Neste sentido, efetivamos um piloto no último trimestre de 2020 e já entramos 2021 com ele incorporado nas metas da liderança, ampliando assim o peso da construção do clima nas metas da diretoria e gerência. Através do Beaconforce, software de gestão de clima, monitoramos estas 7 dimensões, que nos permitem atuar na busca do balanceamento correto entre habilidade e desafios, mitigando riscos de Burnout ou de desmotivação por falta de desafio.

O Beaconforce, apesar de estar parametrizado de forma diferente dos pilares do Great Place to Work, acaba convergindo em termos de objetivo com a pesquisa, permitindo assim uma entrega consistente das 7 dimensões de gestão e ao mesmo tempo atuando nas 5 dimensões do Great Place to Work.

Desta forma, mensalmente apuramos, em nível departamental, gerencial e individual, como as 7 dimensões do beaconforce estão. E, em cima dos resultados, geramos planos de ação para nos mantermos no máximo de tempo possível na área de Flow, onde habilidades e desafios encontram-se devidamente equilibrados, destravando, desta forma engajamento, inovação, propósito e entrega.

As dimensões possuem objetivos diferentes:

- Confiança – mede o nível de confiança que o colaborador deposita na empresa e o quanto ele acredita que a empresa obterá resultados positivos a longo prazo.
- Objetivos claros – mede o nível de entendimento do colaborador de como o seu trabalho contribui para a visão da empresa;
- Feedback contínuo – mede o quanto o colaborador entende que está recebendo os feedbacks que o levarão a um caminho de evolução e progresso;
- Interação social – mede o quanto o colaborador se sente inserido no contexto social da empresa através dos seu relacionamento com a sua equipe e o impacto que possui na colaboração de todos;
- Desafios balanceados – mede como a carga de trabalho do colaborador ou o nível de dificuldade de suas tarefas interagem com suas habilidades e recursos disponíveis;
- Senso de melhoria – mede o quanto o colaborador sente que está aprendendo e desenvolvendo novas habilidades para crescer em sua carreira;
- Atitude ao risco – mede o quão confortável o colaborador se sente ao tentar e pensar fora da caixa para resolver problemas;
- Sensação de controle – mede o quanto o colaborador sente que a gestão está lhe oferecendo em termos de propriedade e responsabilidade sobre o que faz.

A medição mensal destas dimensões nos permite, de maneira fácil, enxergar áreas e pessoas chave e como elas estão se sentindo frente aos desafios que se apresentam a cada momento na trajetória da empresa. Assim evoluímos quanto a gestão, uma vez que saímos de uma visão capturada num momento através da Pesquisa de Clima para uma visão contínua.

Abaixo a visão resultado da ferramenta. Neste gráfico da esquerda podemos enxergar as diretorias, departamentos e ou colaboradores (no caso os departamentos) avaliando o quanto estão próximos ou longe da zona de flow (parte amarela). Já no gráfico da direita, enxergamos o nível de confiança do time como um todo.

Importante destacar que, pela metodologia, devemos sempre estar acima dos 60% e à medida que avançamos geramos ainda mais tração de resultados.

Abaixo a visão departamento.

As demais dimensões, são avaliadas através desta visão abaixo. Também podemos ter analisadas a visão departamental, gerencial e no nível colaborador.

Estas dimensões, quando corretamente trabalhadas, nos levam à excelência dos pilares de clima do Great Place to Work, como Credibilidade, Respeito, Imparcialidade, Orgulho e Camaradagem.

- Credibilidade – avalia se seus colaboradores consideram seus gestores confiáveis ao medir práticas de comunicação, competência e integridade;
- Respeito – avalia a medida com que colaboradores se sentem respeitados por seus gestores, ao monitorar os níveis de suporte, colaboração e atenção que os colaboradores vivenciam por meio de ações da liderança;
- Imparcialidade – mede o quanto os colaboradores consideram as práticas e políticas de gestão justas, avaliando a equidade, imparcialidade no reconhecimento e justiça que os colaboradores percebem no ambiente de trabalho;
- Orgulho – mede a relação que o colaborador tem com o seu trabalho ao avaliar os sentimentos em relação às suas funções, trabalho de equipe e ambiente de trabalho;
- Camaradagem – mede o sentimento de companheiro no ambiente de trabalho ao avaliar a qualidade da proximidade, hospitalidade e comunidade dentro da empresa.

Desta forma, com base no resultado da pesquisa de clima traçamos os planos de clima e de sustentação da estratégia e através do Beaconforce fazemos a medição de sua evolução, mitigando os efeitos de análises baseadas em feeling e percepções.

Dentro deste contexto que, em 2020 pela 1ª vez, aplicamos a pesquisa Great Place to Work via a Great Place to Work, já que até 2019 aplicávamos, mas medíamos de forma interna. O resultado comprova a maturidade e a efetividade do grupo nas ações para gestão de clima, nos consagrando com o selo GPTW e muito próximo ao índice de 92% das 35 melhores empresas para se trabalhar.

O resultado de 2020 é muito consistente, pois não só dá a dimensão empresa, mas também a dimensão área. Com uma baixa diferença entre as avaliações de empresa e área, observamos homogeneidade na gestão e equilíbrio.

Mas estes resultados não são frutos apenas de inspiração e comprometimento do time. Possuem em suas bases planos concretos que definem ações em cima de cada uma destas dimensões ao longo do ano. Para cada ano construímos nosso Plano de Clima e através deles implementamos ações que cobrem 100% do leque de variáveis que afetam as dimensões medidas.

Em 2020, como desdobramento das discussões do Plano Estratégico no início do ano, publicamos nosso propósito, de forma a fortalecer ainda mais o engajamento dos nossos colaboradores:

Assim, junto com a nossa missão "Aproximar pessoas e empresas através de serviços inovadores de comunicação, gerando valor aos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade" e a nossa visão "Ser uma empresa de comunicações multimídia, de alta qualidade, com presença global, inovadora e entre as mais rentáveis do setor" definimos um frame que norteia nossas ações estratégicas. A pesquisa de clima reforçou este pilar:

Em 2020, mantivemos nossas ações de clima. Mesmo afetados pela inesperada COVID e seus impactos, seguimos com o plano. Com a COVID, viramos 100% do trabalho para home office em virtude dos impactos da pandemia. A empresa já trabalhava com um dia por semana de trabalho remoto, o que possibilitou uma virada rápida e segura. Para os times de escala e que precisam ter trabalho presencial, seguimos todos os protocolos de segurança, fornecendo máscaras, álcool em gel, termômetros na entrada e distanciamento nas baias de trabalho. Com o decorrente isolamento e a necessidade de trabalho em casa, providenciamos inúmeros workshops sobre o tema, disponibilizando suporte psicológico e infraestrutura para colaboradores com necessidades de melhorias em seus ambientes de trabalho. Aumentamos bastante a comunicação e promovemos encontros semanais com a liderança para discutir os impactos da COVID, casos que assolaram a empresa e desafios e oportunidades.

Além de buscarmos estar próximos em todos os níveis, seguimos com as ações de Clima. Apesar da interrupção para ajuste frente a pandemia, completamos o ano com mais de 95% do plano previsto implementado.

Destacamos:

- 136 horas de treinamento corporativo executadas, 49% a mais do que em 2019. Destaque para os treinamentos voltados para ao sucesso e experiência do cliente, atendimento de excelência e treinamentos voltados para produtividade
- 166 colaboradores treinados
- 6 palestras com foco no cliente trazendo experiências de diferentes empresas na tratativa e acolhimento dos clientes
- 12 workshops cobrindo temas de macroeconomia a psicologia positiva
- 153 colaboradores com participação nos workshops
- 333 horas de treinamento individuais propiciadas
- Implementação do novo modelo de PPR.
- 5 bolsas de pós-graduação e graduação oferecidas no pilar de ações sociais
- Treinamento de finanças pessoais no pilar de ações sociais
- Implementação do NPS de satisfação com o atendimento RH
- Gestão do turn over com resultado de 1.45% em 2020
- Manutenção do Programa de Avaliação 360º (100% do time avaliado por todos)
- Adesão à rede Cidadã – 6 meses de licença para mãe e 20 dias para o pai
- Finalização da Revisão do Plano de Cargos e Salários com previsão de implementação em 2021
- Reforço das políticas de reconhecimento como pilares de transparência e imparcialidade
    - Mérito e promoção reforçando
    - Reconhecimento mensal e trimestral
    - Outstanding
    - Política de priorização de recrutamento aproveitando colaboradores da empresa
    - Reconhecimento por Tempo de Casa
- Implementação de novos benefícios como Xerpay (adiantamento salarial), inclusão de estagiários no plano de saúde, melhores condições em crédito consignado
- Manutenção de ações de proximidade com a liderança como o café com o CEO
- Implementação da parceria com a Korn Ferry para contratações – agilidade, qualidade e menor impacto na estrutura no recrutamento
    - 37 novas contratações em 2020
    - 12 desligamentos
    - 9 pedidos de demissão
    - 176 colaboradores em Dez/20

- Manutenção do Datoday (1 dia livre devido ao aniversário), happy hour virtual, aniversário Datora – evento virtual com clientes e colaboradores, Gympass

Os resultados de 2020 ainda incrementam as ações do ano, pois com um atingimento das metas, pagaremos em média 140% da quantidade de salários base PPR para cada nível da empresa. Resultados que consagram o ano de 2020 como um divisor de águas na história da empresa.

Para 2021, manteremos nossa busca de cada vez mais aumentar o % de colaboradores em zona favorável.

Ainda em 2021, além da implementação do novo Plano de Cargos e Salários e a implementação do Plano de Clima 2021, entendemos ser importante avançar na complementação do nosso pacote de remuneração incluindo Incentivos de Longo Prazo para retenção de talentos e na revisão das principais competências requeridas, base da nossa cultura e sustentação para os desafios do nosso plano estratégico.

Entendemos que a estratégia de gestão da empresa vem ao longo dos anos se estruturando e se tornando um diferencial na retenção e atração de talentos, bem como na criação de um espaço colaborativo e impulsionador de crescimento e criatividade. Somos mais Datora e estamos todos imbuídos do nosso propósito.

Estratégias

2020 foi um ano marcante para a Datora. Assim como destacado na mensagem do nosso CEO, em 2020, passamos por um processo profundo e estruturado de revisão e definição das oportunidades estratégicas, culminando na entrega de um plano econômico e financeiro de 5 anos sustentado por um plano tático minuciosamente detalhado e KPIs de acompanhamento e monitoramento dos principais milestones definidos. O trabalho percorreu os meses de junho a dezembro e iniciamos 2021 já em fase de implementação.

Mantivemos como premissa as bases da nossa estratégia, viabilizar e transformar o negócio de nossos parceiros.

Nesta linha, definimos nossa estratégia para os próximos anos em 5 pilares, Universalização do IOT, expansão internacional, imersão na vertical AGRO de IOT, fortalecimento da jornada do cliente e digitalização e automação da experiência do cliente interno.

Estes pilares estratégicos cruzam nossos 4 segmentos de negócio, permitindo um crescimento orgânico e sustentável do nosso negócio atual, ao mesmo tempo em que traz elementos que agregam valor ao nosso modelo de negócios e a nossa proposta de valor. Desta forma, esperamos que a estrutura de tecnologia de Voz sobre IP (VoIP) continue a crescer como um alicerce de sustentação para o desenvolvimento dos segmentos de CPaaS-Geral, CpaaS-OTT (Over The Top) e CPaaS-IOT (Internet of Things).

No pilar de universalização do IOT, já contamos com 10 contratos firmados com provedores de Internet e outros importantes players locais nas mais diversas regiões do Brasil, onde atuamos como uma plataforma de tecnologia em IOT e conectividade para que eles alavanquem a oferta de serviços para seus clientes. Com um mercado potencial de mais de 700 clientes espalhados pelo Brasil, que já são clientes do Grupo Datora em serviços de Plataforma de Voz sobre IP bem como CPaaS, entendemos que há um amplo mercado para ampliarmos este posicionamento, alavancando estes canais através de ofertas White Label para sua base de clientes. Deste modo, não apenas temos uma capacidade exponencial de atingir mercados locais, onde nossos clientes possuem uma sólida presença geográfica, mas também abrirmos um enorme espaço para monetizar as mais diversas interações econômicas dos usuários finais (clientes dos nossos clientes) com nossos clientes. É neste fértil campo, que temos a ArqiaPag, nossa fintech de serviços de meios de pagamento que além da oferta de boletos, também engloba a oferta de contas digitais através de parcerias com bancos digitais. Ainda de modo a alavancar este mercado potencial, estamos em fase de construção de um marketplace de serviços de tecnologia em conectividade, o 1º com esta natureza. Assim, não só impulsionaremos nossos parceiros locais com ofertas de serviços e produtos complementares para impulsionar seu crescimento regional, mas também construiremos um ecossistema de IOT juntando provedores de device, soluções e serviços de gestão da conectividade.

No pilar de expansão internacional, continuamos fortalecendo nosso posicionamento para sermos referência para as empresas do segmento de OTTs (Over the Top Customers – Twillio, Uber, 99, Airbnb etc.) com interesses de explorar o mercado Brasileiro. Atualmente, provemos uma gama de serviços em conectividade tais como numeração telefônica, serviços de mensageria dentre outros. Ainda no pilar de expansão internacional, caminhamos para nos tornarmos o principal parceiro estratégico no mercado brasileiro para grandes operadoras internacionais com clientes globais no Brasil. Um exemplo é o mercado automotivo onde provemos serviços de IOT para que os carros de montadoras internacionais sejam vendidos no Brasil conectados e com cobertura em toda a América Latina. Se por um lado, está frente encontra-se em fase de crescimento, estamos em fase de maturação para uma expansão na América Latina, de modo a nos tornarmos participantes nestes mercados, através da nossa base no Brasil.

Já no pilar de Agro, enxergamos o potencial deste mercado e o quanto ele é importante para o desenvolvimento do país. Nosso entendimento é que existe um mercado amplo desprovido de soluções de IOT e conectividade que gerariam impactos significativos em termos de produtividade e economia de custos operacionais. Há enormes desafios, desde a infraestrutura de rede até os meios de financiamento para os pequenos e médios agricultores, mas sabemos que existem caminhos sólidos para avançar em ofertas concretas e desencadear o IOT no Agro. Nosso DNA é de inovação e pioneirismo e desafios como estes nos motivam. Neste caminho, temos nos aprofundado em tecnologias através de conectividade NbIOT (Narrow Band Internet of Things) dentre outras.

De forma matricial, cruzando 100% dos segmentos em que atuamos, definimos dois pilares de fundamental importância, o pilar de jornada de clientes e o de digitalização e automação da experiência do cliente interno. No pilar de jornada do cliente, estamos em processo de melhoria contínua dos pontos de contato do cliente com a empresa na sua experiência de compra, consumo e atendimento. Aqui, buscamos plataformas de interação com o cliente de modo a mantermos nosso atendimento personalizado como diferencial, mas ao mesmo tempo ampliando aplicações de autosserviço, gerando autonomia, velocidade e escalabilidade na oferta de serviços e produtos. O caminho da excelência no aperfeiçoamento da jornada do cliente é infinito e dinâmico e por isso, nos preocupamos em manter uma estrutura de oferta flexível, modular e fundamentada em analytics e big data. Estas bases nos dão fundamentação para aplicações de Inteligência artificial que invadem a gestão de conectividade e dados, otimizando ainda mais os ganhos de nossos clientes.

Já na digitalização e na automação da experiência do cliente, entendemos que a escalabilidade do negócio está na eficiência e produtividade e que apenas com isso vamos ter a possibilidade de capturar de nossos colaboradores o seu maior potencial, os afastando de processos manuais e maçantes. Através da comunicação automatizada e sistêmica das mais diversas plataformas operacionais, buscamos processos com baixa interferência humana e alta capacidade de processamento e disponibilidade. Neste caso, temos inúmeras iniciativas voltadas para RPA (Robot Process Automation), OCR (Optical Character Recognition) e integração e plataformas.

Todas estas ações buscam aumentar nossa força competitiva no mercado, mitigando e ou impulsionando nossas margens operacionais e otimizando o retorno dos nossos investimentos. Pretendemos, desta forma, manter a margem operacional de nossas linhas de negócio em 2021.

Em 2020, assim como previsto, avançamos na ampliação da rede. Na parte de CORE Mobile, ampliamos para 2 Milhões de devices conectados. Já na parte do CORE de VoIP, ampliamos nossa estrutura de SBC (Switch Board Control - componente que garante o processamento e autenticação das chamadas para entrar e sair da rede) saindo de uma capacidade de processar 3.600 chamadas simultâneas para 5.200 em Dez/20.

Nossos esforços para 2021 apontam na direção de garantirmos que a rede, sua capacidade e disponibilidade, permaneçam em constante evolução. Pretendemos ampliar nossa capacidade de IoT e de VoIP, além da implementação do Plano Estratégico. O plano de investimentos 2021 compreende R$ 19M em investimentos, onde, destacamos:

- Implementação do CORE Móvel redundante;
- Ampliação do CORE de VoIP;
- Devices para IOT;
- Ampliação da interconexão com as grandes operadoras;
- Renovação do parque tecnológico interno;
- Analytics e Big data;
- Investimentos no Plano Estratégico:
    - Universalização IOT,
    - Expansão Internacional,
    - Penetração na vertical Agro,
    - Jornada do Cliente,
    - Experiência do cliente interno.

Na parte de jornada do cliente, destacamos:

- Automatizar o relacionamento com clientes e parceiros, assegurando uma ótima experiência;
- Trabalhar a refidelização da base de clientes e base suspensa;
- Desenvolver e capacitar canais de venda com sinergia entre os negócios do Grupo Datora;
- Ampliar a participação no mercado de plataforma de serviços para empresas credenciadas;
- Instalar novas plataformas de gestão e consumo;

- Ampliar a oferta de serviços;
- Adequar a operação às exigências da Lei de Proteção de Dados – LGPD;
- Ampliar o desenvolvimento de soluções voltadas para as credenciadas;

Desempenho Operacional, Econômico e Financeiro

Resultado de 2020 foi excepcional para o grupo Datora, não apenas por termos batido o recorde em todos os nossos indicadores econômicos e financeiros, mas também pelo fato de termos evoluído em todas as nossas linhas de negócio, mesmo frente aos desafios impostos pela pandemia.

Na parte operacional, mantivemos um padrão elevado de excelência. No suporte as operações de VoIP, CpaaS_OTT e CPasS-Geral para pequenos e médios clientes, tivemos queda no SLA de atendimento no fim do ano frente ao elevado volume de negócios. Ficamos abaixo da meta no atendimento dos clientes premium, mesmo assim num patamar elevado, 90%.

No desempenho de nossas funções junto a rede, contudo, tivemos um padrão elevadíssimo de excelência com o registro de apenas 1.2% erros em dez/20

Na operação IoT, apesar do crescimento de 30% na base faturável ao longo de 2020, mantivemos um quadro equilibrado de tickets e um aging médio de 1.8 dias no atendimento.

Do ponto de vista de falhas na rede, registramos 18 falhas ao longo do ano e melhoramos sensivelmente no tempo médio de recuperação, saindo de 178 min em fev/20 para 97min em dez/20, fruto de ações de treinamento e governança, como a criação do comitê de crise e da sala de situação.

O grupo atua em 4 segmentos principais:

- VoiP – oferta de plataforma VoIP. Se destacam aqui os serviços oferecidos para as 5 grandes operadoras, Grupo Oi, Grupo Claro, Grupo Vivo, Grupo TIM e Grupo Algar, operadoras internacionais e o suporte para as pequenas e médias empresas no Brasil.
- CPaaS_OTTs – abrange a oferta direcionada para as empresas que atuam Over The Top. Empresas que em sua maioria prestam serviços para clientes com presença global que precisam de plataforma no Brasil para autenticação do usuário que consome os serviços na camada IP
- CPaaS-Geral - abrange a oferta de serviços para as operadoras de pequeno e médio porte. Envolve a oferta de serviços de plataforma para revendas na gestão de seus clientes, serviços de controle de capacidade, gestão de chamadas, anti fraude etc. Destaque para:
    - Credenciadas - compreende a oferta da estrutura regulatória e de plataforma no formato de MVNOs Credenciadas. Como a Arqia é também uma MVNE (o "e" é de enabler), significa que, empresas que querem ser uma operadora móvel, mas não querem ter todas as plataformas. tampouco a licença, podem usar a licença e todo o parque tecnológico da Datora. Para isso, a empresa oferece Banda Larga Móvel 4G, voz e SMS com cobertura em todo território nacional, além de 100% do portfólio de IoOT. Os ISPs têm se destacado como clientes em procura de serviços neste segmento.
- CPaaS_IoT– compreende a oferta de serviços de IoT. O Grupo atua no mercado através da marca Arqia. Além da oferta de conectividade, também oferece serviços de gestão de devices. Desde 2018 avançamos em ofertas abrangendo a cadeia toda, isto é, do device e interface com o cliente. Neste campo, também se destacam as operações para parceiros internacionais, como Vodafone, Telenor, KPN, BT, Telia e Tata Communications na provisão e conectividade e serviços de gestão para clientes globais com operação no Brasil.

Na parte econômico-financeira, os resultados também foram sólidos.

Cabe destacar que, em virtude da reorganização societária, a Datora Participações não contempla, em seus números auditados na Demonstrações Financeiras Individuais para 2018 e 2019, 12 meses de resultado do grupo como um todo (no caso de 2019 apenas 1 mês, dezembro) e por isso, seus números não representam o resultado consolidado do grupo para base de comparação com 2020.

Desta forma, nas análises abaixo apresentamos a evolução de 100% do grupo em 2020, considerando as mesmas bases em 2019 e 2018, conforme os resultados consolidados. Na parte operacional, destaque para as mais de 20 bilhões de chamadas processadas e da alta de 49.6% de CAGR de devices conectados.

A Receita Líquida, com uma alta de 74% frente a 2019, registrou a maior receita do grupo já observada. A alta foi impulsionada pela apreciação do dólar e o aumento dos negócios nos 4 segmentos em que o grupo atua.

Já o EBTIDA, também registrou forte alta do EBITDA, 62,4% frente a 2019, que desencadeou nos demais indicadores de lucratividade. Alta no EBIT de 99,05% e 223,65% de alta no Lucro Líquido, este último com um impulso devido a contabilização do IR diferido, o que denota estrutura consistente de lucros futuros do Grupo.

A empresa entra 2021 com um caixa de 22.1 milhões de reais, alavancagem baixíssima e com dívida líquida negativa. Suas linhas de financiamento são de longo prazo e em sua maioria com taxas pré, mitigando os riscos fiscais do Brasil. Para 2021, a empresa conta com uma linha FINEP de 10 anos (3 anos de carência e de amortização com a 1ª tranche prevista para março 2021), mantendo seu perfil de longo e taxas pré. Linha esta que financiará 100% das necessidades de investimento previstas para 2021.

Do lado da rentabilidade, destacamos o bom desempenho do RoIC e RoE. A empresa entregou em 2020 um RoiC de 9,9% e um Roe de 58,9%, ambos geradores de EVA frente ao wacc da empresa e ao custo de capital próprio e ao mesmo tempo geradores de valor frente a taxa básica de juros, a taxa Selic.

Ainda na parte econômica e financeira, destacamos:

- 4 novas contratos firmados com credenciadas totalizando 10, base do Plano estratégico de Universalização do IOT;
- Ampliação e penetração no segmento de CPaaS-OTTs;
- Consolidação no mercado de VOIP como player de venda de dados, Porta IP;
- Expansão do portfólio;
- Ampliação da cadeia de fornecedores de insumos com redução de custo unitário;
- Implementação do NPS nas filas de atendimento;
- 1.4M de OPEX ativados no formato de intangível.

Para 2021, também em linha com o cenário econômico, manteremos rigidez na nossa política de hedge e controles financeiros, sobretudo da necessidade de investimentos em giro e a gestão das margens operacionais das linhas de negócio e a rentabilidade dos ativos e investimentos, gerando indicadores ainda melhores de RoiC e RoE. Para 2021, a empresa também pretende remunerar seus acionistas sem perder de vista seu equilíbrio e saúde financeira.

Declaração sobre Conflito de Interesses

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pela Companhia de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que sua política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseiam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, emitido em 3 de setembro de 2021, sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

Aos Acionistas e Administradores da Datora Participações e Serviços S.A.

Nova Lima - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e combinada da Datora Participações e Serviços S.A. (Companhia), identificadas como consolidado e combinada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e combinada da Datora Participações e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado e combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração

Chamamos atenção para as notas explicativas 4a e 4b às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas que descrevem a base de elaboração, incluindo a abordagem e o propósito de sua preparação. As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos de caixa da Companhia no contexto de Oferta Pública Inicial de ações. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e consolidadas e combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Veja a nota 20 das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece receitas de tecnologia e telecomunicações, principalmente, para serviços de protocolo de internet para voz *(VOIP – Voice of Internet Protocol)* e serviços de internet das coisas *(IoT – Internet of things).* Os contratos de prestação de serviços de VOIP e *IoT* cobram um valor fixo para cada minuto ou dado trafegado, consequentemente, a Companhia reconhece a receita no valor pelo qual tem o direito de faturar. A Companhia, para determinar o valor pelo qual tem o direito a faturar no final do período contábil, considera: (i) a quantidade de minutos ou dados trafegados pelos seus sistemas de rede, durante o período contábil, e (ii) o montante contestado por operadoras de telecomunicações de cobranças indevidas. Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – análise, em base amostral: (i) dos contratos de prestação de serviços com objetivo de identificar as respectivas obrigações de desempenho e do preço de transação para determinar o valor da contraprestação à qual a Companhia tem direito, (ii) aceitação ou contestação dos clientes sobre os serviços prestados, e (iii) recebimento financeiro; – avaliação, em base amostral, dos montantes contestados de cobranças indevidas que incluem: (i) identificação dos valores em disputas; (ii) razão para as contestações; e (iii) percentual histórico de abatimento concedidos para conclusão das disputas abertas por clientes (iv) termo de quitação das contestações abertas por clientes; – avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação específicos relacionados ao reconhecimento da receita. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram o reconhecimento e a divulgação da receita, os quais foram registrados pela Companhia. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de prestação de serviços de protocolo de internet para voz (VOIP – Voice of Internet Protocol) e serviços de internet das coisas (IoT – Internet of things), assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da realização do imposto de renda e contribuição social diferido	
Veja a nota 8 das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social cujo saldo consolidado, em 31 de dezembro de 2020, é R$ 31.982, respectivamente. A estimativa do lucro tributável futuro, contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizadas, envolve certas premissas tais como: período projetivo, projeção da receita com base no crescimento do setor em que a Companhia, margem da receita operacional líquida e inflação projetada. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos lucros tributáveis futuros que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consolidados, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do lucro tributável futuro foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercados e estão condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia, e (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; (iv) a análise de sensibilidade de acordo com as premissas observadas e comparáveis de mercado. – comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados no exercício corrente; e – avaliação ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitável a estimativa sobre os lucros tributáveis futuros e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidada e combinada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos à administração a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Raphael Eduardo Pereira da Silva

Contador CRC 1SP242110/O-5

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Datora Participações e Serviços S.A.

Balanços patrimoniais consolidados e combinados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Consolidada e combinada		
Ativo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	7	22.140	8.279	8.176
Contas a receber, liquidas	8	74.592	65.131	43.821
Tributos a recuperar		2.878	1.388	1.307
Estoques		858	400	569
Despesas antecipadas		2.785	1.764	2.946
Outros ativos		195	749	79
Ativo circulante		**103.448**	**77.711**	**56.898**
Ativo fiscal diferido	9	31.893	15.407	6.200
Tributos a recuperar		423	135	136
Despesas antecipadas		3.592	2.944	1.916
Outros ativos		50	48	650
		35.958	**18.534**	**8.902**
Imobilizado	10	15.635	15.863	10.791
Intangível	11	37.440	37.634	36.567
Ativo não circulante		**53.075**	**53.497**	**47.358**
Total do ativo		**192.481**	**149.742**	**113.158**

		Consolidada e combinada		
Passivo	**Notas**	**2020**	**2019**	**2018**
Empréstimos e financiamentos	13	3.543	2.510	9.797
Passivo de arrendamento	14	1.307	1.744	-
Fornecedores	12	79.766	67.456	42.835
Obrigações tributárias		8.976	6.929	4.803
Imposto de renda e contribuição social		1.096	1.924	1.062
Obrigações trabalhistas		8.538	5.635	2.909
Adiantamento de clientes	16	972	2.463	11.187
Dividendos a pagar	18 (f)	6.459	5.995	580
Outras contas a pagar		1.324	-	-
Passivo circulante		**111.981**	**94.656**	**73.173**
Empréstimos e financiamentos	13	10.249	5.067	-
Passivo de arrendamento	14	1.957	2.619	-
Fornecedores	12	4.401	3.745	37.470
Adiantamento de clientes	16	3.858	4.445	-
Obrigações tributárias		3.759	3.983	657
Provisão para contingências	17	2.736	4.137	4.492
Mútuo a pagar para partes relacionadas	15	-	-	37.024
Outras contas a pagar		430	-	-
Passivo não circulante		**27.390**	**23.996**	**79.643**
Capital social		38.855	87.142	185
Reservas de capital		(7.135)	(6.655)	99
Reserva de lucros		21.544	-	-
Prejuízos acumulados		-	(53.596)	(62.920)
Ajustes de avaliação patrimonial		(154)	474	-
Investimento líquido da controladora		-	-	1.369
Transações com acionistas não controladores		-	3.725	20.902
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Empresa		**53.110**	**31.090**	**(40.365)**
Participações de não controladores		-	-	707
Total Patrimônio líquido	18	**53.110**	**31.090**	**(39.658)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**192.481**	**149.742**	**113.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações consolidadas e combinadas de resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Consolidada e combinada		
	Notas	**2020**	**2019**	**2018**
Receita líquida	20	534.160	307.058	218.585
Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	21	(466.955)	(254.137)	(183.477)
Lucro bruto		**67.205**	**52.921**	**35.108**
Despesas de vendas	21	(3.145)	(3.548)	(4.803)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	(626)	(2.755)	(1.685)
Despesas administrativas	21	(41.395)	(35.472)	(24.176)
Outras receitas operacionais	21	1.126	454	518
Outras despesas operacionais	21	(678)	(303)	(3.639)
Lucro operacional		**22.487**	**11.297**	**1.323**
Receita financeira	22	4.616	5.530	11.170
Despesa financeira	22	(9.628)	(14.378)	(25.874)
Despesas financeiras, líquidas		**(5.012)**	**(8.848)**	**(14.704)**
Lucros (prejuízos) antes dos impostos		**17.475**	**2.449**	**(13.381)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9	(2.661)	(1.302)	(2.226)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9	16.486	8.524	4.654
		13.825	**7.222**	**2.428**
Lucro do exercício		**31.300**	**9.671**	**(10.953)**
Acionistas controladores		31.300	11.000	(6.442)
Acionistas não controladores		-	(1.329)	(4.511)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**31.300**	**9.671**	**(10.953)**
Lucro (prejuizo) por ação do exercício - R$				
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	26	0,00036	0,00011	(0,00012)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações consolidadas e combinadas do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidada e Combinada		
	2020	**2019**	**2018**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	31.300	9.671	(10.953)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Variação cambial de investidas no exterior	(626)	43	101
Resultado abrangente total	**30.674**	**9.714**	**(10.852)**
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores	30.674	11.042	(6.342)
Acionistas não controladores	-	(1.328)	(4.510)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações consolidadas e combinadas das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Consolidado e Combinado										
				Reseva de lucros								
	Notes	Capital social	Reseval de capital	Legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado em transações com acionistas não controladores	Investimento líquido da controladora	Total	Participação de não controladores	Patrimônio e investimento líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018.		**186**	**99**	**-**	**-**	**(55.377)**	**-**	**26.231**	**167**	**(28.694)**	**4.791**	**(23.903)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(7.543)	-	-	1.101	(6.442)	(4.511)	(10.953)
Mudanças no investimento da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	-	101	101	-	101
Incorporação da Chaicomm Services Holding Ltda.	18 (a,i)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Perda com transações de acionistas não controladores	18 (e, iii)	-	-	-	-	-	-	(471)	-	(471)	471	-
Efeito do pagamento de dividendos a acionistas não controladores.	18 (f)	-	-	-	-	-	-	(4.858)	-	(4.858)	(44)	(4.902)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**185**	**99**	**-**	**-**	**(62.920)**	**-**	**20.902**	**1.369**	**(40.365)**	**707**	**(39.658)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	9.324	-	-	1.676	11.000	(1.329)	9.671
Incorporação da Datocenter	18 (a,iv)	-	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Mudanças no investimento da controladora, líquido	18 (e, iv)	-	-	-		-	-	-	(6.965)	(6.965)	-	(6.965)
Aumento de capital social	18 (a,ii)	60.488	(6.744)	-	-		-	-	4.351	58.095	20.143	78.238
Aumento de capital por meio de transferência de investimentos não controladores	18 (a,iii)	26.469	-	-	-	-	-	-	-	26.469	(26.469)	-
Perdão da divida	18 (e, ii)							(364)		(364)	-	(364)
Perda na diluição de ações da Datora Telecom	18 (e, i)	-	-	-	-	-	-	(6.905)	-	(6.905)	6.905	-
Variação cambial de investida localizada no exterior		-	-	-	-	-	474	-	(431)	43	-	43
Reflexo da perda em transações sobre o patrimônio líquido das subsidiárias (i)	18 (f)	-	-	-	-	-	-	(9.908)	-	(9.908)	43	(9.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**87.142**	**(6.655)**	**-**	**-**	**(53.596)**	**474**	**3.725**	**-**	**31.090**	**-**	**31.090**
Lucro do exercício		-	-	-	-	31.300	-	-	-	31.300	-	31.300
Reflexo da perda em transações sobre o patrimônio líquido das subsidiárias (i)	18 (f)	-	-	-	-	(1.823)	-	-	-	(1.823)	-	(1.823)
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	-	-	3.727	(2)	(3.725)	-	-	-	-
Redução de capital social	18 (a,v)	(48.287)	(480)	-	-	48.768	-	-	-	1	-	1
Constituição de reserva legal	18 (f)	-	-	1.437	-	(1.437)	-	-	-	-	-	-
Variação cambial de investida localizada no exterior		-	-	-	-	-	(626)	-	-	(626)	-	(626)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	18 (f)	-	-	-	-	(6.832)	-	-	-	(6.832)	-	(6.832)
Transferência para reservas de lucros	18 (d)	-	-	-	20.107	(20.107)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**38.855**	**(7.135)**	**1.437**	**20.107**	**-**	**(154)**	**-**	**-**	**53.110**	**-**	**53.110**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações combinadas econsolidadas dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidada e Combinada		
		2020	**2019**	**2018**
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Resultado antes de impostos		17.475	2.449	(13.381)
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	10 e 11	9.378	8.320	5.965
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	10	654	-	17
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(421)	1.121	1.685
Reversão da provisão para contingências		(1.462)	(355)	(1.080)
Resultado financeiro não realizado		3.983	6.600	14.144
Baixa do passivo de arrendamento	14	(639)	-	-
Participação dos não controladores		-	-	29
Descontos concedidos sobre pagamentos de arrendamentos	14	(302)	-	-
Apropriação ativo e passivo contratual		(592)	(165)	83
		28.074	17.970	7.462
Variações em ativos e passivos:				
(Aumento) diminuição do ativo				
Contas a receber		667	(22.508)	(10.777)
Impostos a recuperar		(1.756)	(86)	654
Outros ativos		(1.199)	682	(1.583)
Aumento (diminuição) do passivo				
Fornecedores		(5.082)	13.875	7.364
Obrigações trabalhistas		2.904	1.974	132
Obrigações tributárias		1.095	5.103	2.118
Adiantamento de clientes		(346)	1.829	2.253
Outras obrigações		435	-	(28)
Outras contas a pagar		258	(4.183)	1.646
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**25.050**	**14.656**	**9.241**
Juros pagos		(1.078)	(2.604)	(3.208)
Imposto pagos		(2.660)	(737)	(1.286)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**21.312**	**11.315**	**4.747**
Fluxo de caixa provenientes das atividades de investimento:				
Aquisição de imobilizado e ativos intangíveis		(5.331)	(3.841)	(3.170)
Títulos e valores mobiliários		-	-	4.246
Outros movimentações em investimentos		-	-	(8)
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(5.331)**	**(3.841)**	**1.068**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos	13	15.379	7.000	8.100
Pagamentos de empréstimos	13	(9.438)	(9.192)	(8.265)
Pagamentos de arrendamentos	14	(1.343)	(1.524)	-
Dividendos sobre capital próprio pagos		(7.682)	(4.493)	(3.615)
Dispêndios provenientes da liquidação de derivativos	13	(425)	-	-
Custos de transações relacionados a empréstimos e financiamentos	13	-	301	(193)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(3.509)	(7.908)	(3.973)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		12.472	(434)	1.842
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	8.279	8.176	5.234
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		1.389	537	1.100
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	7	22.140	8.279	8.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

Datora Participações e Serviços S.A.

Demonstrações consolidadas e combinadas do valor adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Consolidada e Combinada		
	Notas	**2020**	**2019**	**2018**
Receitas (1)		**551.246**	**317.479**	**225.876**
Vendas de produtos e serviços	20 (d)	550.746	319.780	227.043
Outras receitas		1.126	454	518
Perda por redução ao valor recuperável de conta a receber		(626)	(2.755)	(1.685)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		**471.747**	**265.906**	**195.603**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	457.577	245.817	177.512
Materiais, energia, serviços terceirizados e despesas operacionais		13.492	19.786	14.452
Outros		678	303	3.639
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		**79.499**	**51.573**	**30.273**
Depreciação e amortização (4)	21	9.378	8.320	5.965
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia (3) - (4) = (5)		**70.121**	**43.253**	**24.308**
Valor adicionado recebido na transferência (6)		**4.616**	**5.530**	**11.170**
Receita financeira	22	4.616	5.530	11.170
Total do valor adicionado a ser distribuído (5+6)		**74.737**	**48.783**	**35.478**
Distribuição do valor adicionado		**74.737**	**48.783**	**35.478**
Folha de pagamentos e encargos sociais		**30.219**	**18.641**	**12.774**
Remuneração direta		25.373	14.214	8.761
Benefícios		3.880	3.635	3.033
FGTS		966	792	980
Impostos, taxas e contribuições		**2.761**	**5.500**	**6.030**
Federal		(6.489)	(1.208)	1.507
Estaduais		7.101	5.139	3.259
Municipais		2.149	1.569	1.264
Retorno sobre o capital de terceiros		**10.457**	**14.971**	**27.627**
Despesa financeira		9.628	14.378	25.874
Aluguéis		829	593	1.753
Lucros (prejuízos) acumulados		**31.300**	**9.671**	**(10.953)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinada

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Datora Participações e Serviços S.A ("Datora Participações" ou "DPR"), Datora Telecomunicações Ltda. ("Datora Telecom" ou "DAT"), Datora Mobile Telecomunicações Ltda. ("Datora Mobile" ou "MOB"), VDF Tecnologia da Informação Ltda. ("VDF TI"), NGN Latam Corp ("NGN USA"), NGN Sweden Communications AB ("NGN Sweden"), Datora France Communication SAS ("Datora France") e Datora Pag Ltda. ("Arqia Pag") doravante denominado Grupo Datora. Todas as entidades estão sob o controle do Chaicomm Group LLC.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Datora exerce as seguintes atividades e é composto pelas seguintes empresas:

a. Datora Participações

A Datora Participações é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Alameda Oscar Niemeyer, 119, Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, Brasil e a holding do grupo. Em 27 de agosto de 2019, sua denominação social foi alterada de Datora Participações S.A. para Datora Participações e Serviços S.A. em decorrência de uma reorganização societária concluída em novembro de 2019. Após o processo de reestruturação, a DPR tornou-se operacional e tem as seguintes atividades preponderantes: locação de máquinas e equipamentos, serviços de hospedagem na internet, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, prestação de serviços de aplicativos e processamento de dados.

A Datora Participações possui o Datacenter da Companhia localizado em São Paulo, onde a estrutura de NOC ("network operations center"), engenharia, TI e gestão de tráfego se concentram. O Datacenter possui um papel importante, pois hospeda os principais componentes de rede do Grupo, plataformas operacionais e estrutura de central.

b. Datora Telecom

A Datora Telecom foi incorporada ao Grupo em março de 1992 e atualmente detém licenças de Serviços de Telefonia Fixa Comutada ("STFC") e Serviços de Multimídia e Comunicação ("SCM"), que são necessárias para fornecer serviços *Voice over Internet Protocol* ("VoIP").

Sua sede social está localizada na Avenida Saquarema, 5.345, sala 108, Bacaxá, Saquarema – Rio de Janeiro. Desde 1996, a Datora Telecom utiliza o VoIP como sua plataforma tecnológica, que se tornou sua estrutura de central operacional. Seu portfólio inclui serviços como plataforma de hospedagem para seus clientes com recursos como *provisionning, billing*, controle de saldo e crédito, serviços pós e pré-pago, vendas multinível, entre outros serviços gerenciados de VoIP, como controle de canais, controle de chamadas por segundo, gerenciamento de números de discagem ou números de telefone, assim como códigos curtos, serviços antifraude, etc.

c. Datora Mobile

A Datora Mobile foi constituída em junho de 2013 e tem como atividade preponderante a prestação de serviços de comunicação por meio da licença de Serviços Móveis Pessoais - Personal Mobile Services ("PMS").

No mercado de "*Internet of Things"* ("IoT"), a MOB se destaca principalmente nos segmentos automotivo (carros conectados e rastreamento de frotas), serviços financeiros (caixas 24h e Ponto de Venda "PDV") e serviços de segurança (câmeras e dispositivos de segurança), agronegócio, PET, cidades saudáveis e inteligentes.

No mercado de "*Communication Platform as a Service"* ("CPaaS"), a MOB oferta produtos para empresas credenciadas, um modelo que possibilita que nossos clientes ofereçam soluções de IoT e VoIP. A empresa também oferece números de telefone comerciais para uma rede telefônica local PSTN, VoIP e *short message served* ("SMS"), entre outros.

d. VDF TI

A VDF TI foi constituída em 2016 como uma empresa controlada pela Datora Mobile. Ela atua no desenvolvimento, licenciamento, comercialização de programas de computador e prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação.

e. NGN USA

Incorporada em 2010, com sede na cidade de Miami, Estado da Flórida, Estados Unidos da América, 33131 na 1110 Brickell., Ste 310, a NGN USA atua no mercado de comunicações e é o componente operacional do Grupo no mercado internacional de atacado, com foco nos EUA e América Latina. A NGN USA opera como plataforma no mercado doméstico americano, mas também com atuação no mercado internacional, negociando serviços de capacidade de dados e SMS, além de tráfego de voz para o Brasil e para o mundo.

f. NGN Sweden

Incorporada 2017, com sede na cidade de Estocolmo, na Suécia, em Box 162 85, 103 25, a NGN Sweden atua no mercado de comunicações, e é atualmente o componente operacional do grupo no mercado internacional de atacado, com foco na Europa e Ásia. A empresa atua no mercado internacional, negociando serviços de capacidade de dados (Porta de protocolo de internet ("IP"), direitos de uso irrevogáveis ("IRU") etc.), bem como SMS e tráfego de voz para o Brasil e para o mundo.

g. Datora France

Incorporada em 2020 e sediada em Paris, na França, a Datora France iniciou sua operação em 2021. A Datora France atua no mercado atacadista internacional, com foco na Europa e Ásia. Seu objetivo social é operar no mercado internacional, negociando serviços de capacidade de dados (Porta IP, IRU etc.), bem como SMS e tráfego de voz para o Brasil e o mundo.

h. Arqia Pag

Constituída em 22 de julho de 2020, com sede em Nova Lima – no Estado de Minas Gerais, a Arqia Pag tem como objeto social a prestação de serviços de intermediação de transações comerciais como correspondente bancário, fornecendo serviços de pagamento a seus clientes, como emissão de boletos, serviços de contas em banco digital, oferta de crédito, entre outros serviços. Arqia Pag também fornece soluções de "white label" para seus clientes.

2 Impacto da COVID-19

A pandemia da COVID-19 tem um impacto no nosso negócio, como: (i) aumento significativo do tráfego de voz e, consequentemente, aumento dos serviços de transporte locais, nacionais e internacionais e uma maior utilização de dados com base no aumento das vendas de Portas IP, (ii) aumento nos serviços de comunicação impulsionado pelo aumento da utilização dos serviços de dados, voz e SMS e (iii) diminuição na demanda por serviços de transporte de tráfego nacional, local e internacional, bem como a descontinuação da comercialização de números fixos especiais.

O Grupo está monitorando de perto o impacto potencial do COVID-19 em seu desempenho financeiro. Durante 2020, o Grupo não observou impactos negativos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas que possa ser atribuíveis ao COVID-19.

O Grupo não espera impactos significativos em suas operações para o próximo exercício e planeja manter todas as ações tomadas em 2020 para mitigar potenciais impactos do COVID-19 nos negócios do Grupo até que seja necessário.

3 Base contábil de continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu um lucro de R$ 31.300 (lucro de R$ 9.671 em 31 de dezembro de 2019 e prejuízo de R$ 10.953 em 31 de dezembro de 2018), um capital circulante líquido consolidado negativo de R$ 8.533 (capital circulante líquido combinado negativo de R$ 16.945 em 31 de dezembro de 2019 e capital circulante líquido combinado negativo de R$ 16.275 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido positivo de R$ 53.110 (patrimônio líquido positivo de R$ 31.090 em 31 de dezembro de 2019 e patrimônio líquido negativo de R$ 39.658 em 31 de dezembro de 2018).

O Grupo monitora o capital circulaente líquido, sua geração de caixa, projeções de lucro e também sua estratégia de financiamento. O Grupo acredita que os fluxos de caixa operacionais positivos futuros fornecem recursos adequados para financiar as operações em andamento no futuro previsível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo gerou um caixa operacional de R$ 21.312 (R$ 11.315 em 2019 e R$ 4.474 em 2018)

4 Base de preparação

a. Base de combinação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). O BRGAAP compreende as práticas prescritas pela legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), incluindo o CPC 44 - Demonstrações Financeiras Combinadas. O CPC 44 foi aplicado com o objetivo de apresentar as informações financeiras das entidades que estavam sob controle comum em todas as datas e em todos os períodos aqui apresentados e, desde a reestruturação em 2019, são controladas pela DPR.

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas do Grupo Datora incluem as demonstrações financeiras da Datora Participações, Datora Telecom, Datora Mobile, VDF TI,

NGN EUA e NGN Suécia, cujas datas de apresentação coincidem e as práticas contábeis são uniformes.

Os critérios a seguir foram adotados para a combinação das demonstrações financeiras de cada empresa consolidada e combinada:

• Eliminação dos saldos dos ativos e passivos intragrupo.
• Eliminação de transações intragrupo, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre as empresas.
• As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável do ativo transferido.

O balanço patrimonial consolidado e combinado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 inclui as seguintes controladas diretas e indiretas da Datora Participações:

	% de participação					
	31/12/2020		**31/12/2019**		**31/12/2018**	
Controladas	**Diretas**	**Indiretas**	**Diretas**	**Indiretas**	**Diretas**	**Indiretas**
Datora Telecom	99,99%	-	99,99%	-	99,83%	-
Datocenter Serviços de Locação e Suporte de Equipamentos de Informática e Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	99,83%	-
Datora Mobile	100%	-	100%	-	-	-
VDF TI	2%	98%	2%	98%	-	-
NGN Suécia (i)	100%	-	100%	-	-	-
NGN EUA (i)	100%	-	100%	-	-	-
Arquia Pag	98%	2%	-	-	-	-
Datora França	100%	-	-	-	-	-

(i) As empresas atenderam aos critérios para inclusão nessas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas por se tratarem de controle comum.

O Grupo acredita que o controle é obtido quando:

• Tem poder sobre a investida.
• Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
• Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Grupo reavalia se exerce controle ou não sobre uma investida se os fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle listados acima.

A consolidação de uma controlada começa quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e cessa quando o Grupo perde o controle sobre a controlada.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas foram utilizadas demonstrações financeiras para o mesmo período de apresentação, que são consistentes com as políticas contábeis do Grupo.

Quando necessário, ajustes nas demonstrações financeiras das controladas são realizados para adequar suas políticas contábeis com aquelas usadas pelo Grupo.

b. Demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

As demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo apresentadas em uma base consolidada. As demonstrações comparativas de resultados, de outros resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas de maneira consolidada e combinada: combinados no período anterior à reestruturação e consolidados após a reestruturação. As demonstrações comparativas de resultados, de outros resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas de maneira combinada.

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são apresentadas para oferecer, por meio de um único conjunto de demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, no contexto da Oferta Pública Inicial ("IPO") da Datora Participações, informações relevantes como se a Datora Participações tivesse sido constituída desde 1º de janeiro de 2018.

Não há empresas utilizadas no processo de combinação que não estivessem sob controle comum (Chaicomm Group LLC) nos períodos de apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas. Dessa forma, os dados foram consolidados e combinados considerando o total do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas não representam as demonstrações financeiras estatutárias das entidades que compõem o Grupo, e não devem ser utilizadas como base para fins de cálculo de dividendos e impostos ou quaisquer outros fins societários ou para análise de rentabilidade ou de desempenho passado ou futuro.

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas foi autorizada pela Diretoria em 03 de setembro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração do Grupo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação são preparadas com base na moeda funcional de cada empresa. Para as controladas localizadas no exterior, as demonstrações financeiras foram convertidas para reais com base na taxa de câmbio do final do exercício. Os resultados foram convertidos pela taxa média mensal do ano. Os efeitos da conversão são reconhecidos no patrimônio líquido dessas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas foram mensuradas com base no custo histórico.

e. Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, a Administração efetuou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

Não foram feitos julgamentos significativos no processo de aplicação das políticas contábeis.

(ii) Incertezas sobre premissas nas estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que representam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota nº 8 - Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes;

Nota n° 9 - Reconhecimento do ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra prejuízos fiscais que possam ser utilizados;

Nota nº11 - Intangíveis: principais premissas em relação à recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e

Nota nº 17 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências.

5 Principais políticas contábeis

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moedas estrangeiras

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denimonados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data de apresentação. Itens não monetários avaliados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. As diferenças de moeda estrangeira são geralmente reconhecidas no resultado e apresentadas nos custos financeiros.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data de apresentação.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas na reserva de conversão, exceto na medida em que a diferença de conversão é alocada às participações minoritárias.

Quando uma operação estrangeira é alienada total ou parcialmente, de maneira que o controle, a influência significativa ou o controle conjunto seja perdido, o valor acumulado na reserva de conversão relacionado a essa operação estrangeira é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienada. Se o Grupo alienar parte de sua participação em uma controlada, mas mantiver o controle, então a proporção relevante do valor acumulado é reatribuída ao NCR. Quando o Grupo vende apenas parte de uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto ("*joint venture"*) enquanto retém influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

b. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados na data de cada balanço a fim de determinar se houve qualquer indício de redução ao valor recuperável. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

c. Demonstrações do valor adicionado (DVA)

O Grupo elaborou as demonstrações de valor adicionado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Elas são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o BR GAAP aplicável às companhias públicas, enquanto no IFRS representam informações adicionais.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis e novas normas ainda não efetivas

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

Novas normas, interpretações e alterações adotadas em 2020

Diversas novas normas ou alterações entram em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram as demonstrações financeiras do Grupo, como as mudanças na definição de um negócio (IFRS 3 / CPC 15) na aquisição de negócios, na reforma da taxa de juros de referência (alterações na IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40) e na definição de material (alterações na IAS 1 / CPC 26 e IAS 8 / CPC 23).

O Grupo adotou a norma de Concessões de Aluguéis relacionadas à COVID-19 antecipadamente – Alteração à IFRS 16, emitida em 28 de maio de 2020. A alteração introduz um expediente prático opcional para arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário – ou seja, para arrendamentos aos quais o Grupo aplica o expediente prático, ele não é obrigado a avaliar se as concessões de aluguel elegíveis que são uma consequência direta da pandemia da COVID-19 são modificações de arrendamento. O Grupo aplicou a alteração retrospectivamente (NE 14). A alteração não tem impacto sobre os lucros acumulados em 1º de janeiro de 2020.

Novas normas, interpretações e alterações adotadas em 2019

O Grupo aplicou inicialmente a IFRS 16 / CPC 06 (R2) Arrendamentos em 1º de janeiro de 2019.

O Grupo aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no direito de uso contra o

passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, as informações comparativas apresentadas para 2018 não são reapresentadas – ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com a IAS 17 / CPC 06 e respectivas interpretações. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Além disso, os requisitos de divulgação da IFRS 16 / CPC 06 (R2) geralmente não foram aplicados às informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava se um contrato era ou continha um arrendamento sob o IFRIC 4 / ICPC 03 no início do contrato. Ele determinava se um Acordo contém um Arrendamento. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, conforme explicado na NE 15.

Na transição para a IFRS 16 / CPC 06 (R2), o Grupo optou por aplicar o expediente prático para avaliar quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou a IFRS 16/ CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamento, segundo a IAS 17 / CPC 06 (R1) e o IFRIC 4 / ICPC 03, não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento, segundo a IFRS 16 / CPC 06 (R2). Portanto, a definição de arrendamento, segundo a IFRS 16 / CPC 06 (R2), foi aplicada apenas aos contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda propriedades. O Grupo classificava os arrendamentos anteriormente como arrendamentos operacionais com base na sua avaliação de se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente para o Grupo.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente de arrendamento.

Arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17 / CPC 06 (R1).

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos de propriedades como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (NE 14). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à redução ao valor recuperável na data de transição e, concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso sofreram redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar a IFRS 16/ CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17/ CPC 06 (R1). Particularmente, a Companhia:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento termina em até 12 meses a partir da data da aplicação inicial;

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e

- usou uma visão retrospectiva ao determinar o prazo do arrendamento.

Arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros de acordo com a IAS 17 / CPC 06 (R1)

O Grupo arrenda vários equipamentos operacionais. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com a IAS 17 / CPC 06 (R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi determinado pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento de acordo com a IAS 17 / CPC 06 (R1) imediatamente antes dessa data.

Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para a IFRS 16 / CPC 06 (R2), o Grupo reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

	Em 1º de janeiro de 2019
Ativo de direitos de uso – imobilizado	5.394
Ativo fiscal diferido	1.980
Passivo de arrendamento	(5.394)
Passivo fiscal diferido	(1.980)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos do arrendamento usando sua taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,24%.

b. Novas normas, mas ainda não em vigor

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas.

O Grupo ainda está avaliando os impactos das novas normas nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas do Grupo:

- Contratos onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações no CPC 25/ IAS 37)

- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (Alterações no CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06 (R2)/ IFRS 16);
- Ativo imobilizado: Recursos antes do uso pretendido (Alterações no CPC 27/ IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações no CPC 15/ IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações no CPC 26/ IAS 1).

7 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil
Caixa e equivalentes de caixa são mensurados e avaliados pelo custo amortizado e têm alta liquidez, com vencimentos em até três meses na data do vencimento, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Caixa	21	13	18
Depósito bancário	11.279	2.853	1.241
Investimentos de curto prazo	10.840	5.413	6.917
Total	22.140	8.279	8.176

Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a operações de renda fixa, com taxa de 120,3% (54,6% em 2019 e 118,0% em 2018) do Certificado de Deposito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

8 Contas a receber de clientes

Política contábil
As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes de financiamento significativos, quando são reconhecidas ao valor justo. O Grupo mantém contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, e portanto, os mensura subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características de risco de crédito compartilhadas e vencidas na data da análise perdas de crédito esperadas. A provisão para perdas de crédito esperadas é registrada como na data da análise perdas de crédito esperadas nas demonstrações de resultados.

As contas a receber de clientes são baixadas no momento em que são avaliadas como incobráveis. Nessa situação, são reconhecidos como perda com contas a receber na demonstração do resultado pelo seu valor contábil.

- ✓ As características de risco de crédito incluem:

- ✓ a data de origem;
- ✓ o prazo remanescente até o vencimento;
- ✓ as classificações de risco de crédito; e
- ✓ faturas contestadas.

As contas a receber de clientes incluem principalmente os recebíveis dos clientes de prestação de serviços de minutagem entre operadoras.

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Contas a receber de clientes	77.126	67.515	35.779
Contas a receber de partes relacionadas (nota 15.a)	18	494	9.792
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.552)	(2.878)	(1.750)
Total	74.592	65.131	43.821

A composição do contas a receber bruto por prazo de vencimento é apresentada abaixo:

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
A vencer	68.704	54.803	16.552
Em atraso (dias):			
01–30	3.182	2.338	9.889
31–60	1.163	2.811	8.481
61–90	383	130	606
91–180	1.399	727	3.530
181–360	116	20	1.760
>360	2.197	7.180	4.783
Total	77.144	68.009	45.571

As variações nas perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são discriminadas abaixo:

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	**(2.878)**	**(1.750)**	**(423)**
Constituição (reversão) de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(626)	(2.755)	(1.685)
Baixas (i)	1.047	1.634	358
Efeito de taxa de câmbio	(95)	(7)	-
Saldo no encerramento do exercício	**(2.552)**	**(2.878)**	**(1.750)**

(i) As baixas de títulos a receber não tem impacto no resultado do exercício, porque essas contas a receber foram totalmente provisionadas antes da baixa.

9 Imposto de renda e da contribuição social

Política contábil
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de renda e contribuição social correntes
A despesa de imposto de rende e contribuição social é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas até a data do balanço.

Os impostos recuperáveis e os impostos circulantes a pagar são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos
Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas e de tributação. As mudanças de ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra as quais serão utilizados. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos quando sua realização não for mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem estornadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

	Saldo em 1º de Janeiro de 2018	Adições e exclusões do período	Outros (a)	Reconhecimento de ativos diferidos de anos anteriores	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adições e exclusões do período	Outros	Reconhecimento de ativos diferidos de anos anteriores	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições e exclusões do período	Reconhecimento de ativos diferidos de anos anteriores	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Diferenças temporárias:												
Perda estimada de crédito	423	1.170	-	-	1.593	1.285	-	-	2.878	(326)	-	2.552
Provisão para participação nos lucros	-	1.610	-	-	1.610	1.254	-	-	2.864	2.801	-	5.665
Provisão para contingências	5.572	(1.080)	-	-	4.492	(355)	-	-	4.137	(1.401)	-	2.736
Ativo intangível gerado internamente (b)	-	-	-	-	-	(2.529)	-	-	(2.529)	286	-	(2.243)
Arrendamento – IFRS 16 / CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-	148	-	-	148	242	-	390
Resultado com variação cambial não realizada	-	1.351	-	-	1.351	150	-	-	1.501	(2.302)	-	(801)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	-	150
				-				-			-	
Prejuízo fiscal e base negativa da	-		-			-	-		-	-		
contribuição social		-		-	-			-			-	-
Prejuízo fiscal acumulado (a) - 25¨%	128.364	10.245	(38.228)	-	100.381	1.208	-	-	101.589	(3.289)	-	98.300
Base negativa da contribuição social (a) -	128.364		-			1.208	-		138.637	(3.290)		
9%		9.065		-	137.429			-			-	135.347
Total de adições temporárias mais prejuízo fiscal, líquidas	**262.723**	**22.361**	**(38.228)**	**-**	**246.856**	**2.369**	**-**	**-**	**249.225**	**(7.129)**	**-**	**242.096**
Ativo fiscal diferido	45.682	4.414	(9.557)	-	40.539	1.255	-		41.794	(1.402)	-	40.664
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	-	(860)	-		(860)	(195)	-	(1.035)
Ativo fiscal diferido líquido	**45.682**	**4.414**	**(9.557)**	**-**	**40.539**	**395**	**-**		**40.934**	**(1.577)**	**-**	**39.629**
Ativo fiscal diferido – reconhecido											**17.791**	
	11.103	**4.414**	**(9.557)**	**240**	**6.200**	**395**	**683**	**8.129**	**15.407**	**(1.577)**		**31.893**
Ativo fiscal diferido – não reconhecido												
	34.579	**-**	**-**	**(240)**	**34.339**	**-**	**(683)**	**(8.129)**	**25.527**	**-**	**(17.791)**	**7.736**
No resultado do exercício	**11.103**	**4.414**	**-**	**240**	**4.654**	**395**	**-**	**8.129**	**8.524**	**(1.577)**	**17.791**	**16.486**

(a) Em 2017, a controlada Datora Telecomunicações e a controladora Datora Participações e Serviços S.A., aderiam ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), para o qual se utilizou do prejuízo fiscal para compensação com tributos federais parcelados. Portanto, os valores do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido são diferentes. Em 2018, foram reconhecidos, um complemento de ativo fiscal diferido, após homologação do pedido.

(b) Diferença temporária relacionada ao capital investido em inovação tecnológica de acordo com a Lei brasileira nº 11.196 / 2005, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica ou "Lei do Bem". O Grupo pode usar esta lei de diferimento fiscal principalmente para os investimentos feitos no desenvolvimento de software internamente, onde o Grupo capitaliza o trabalho e outros custos envolvidos como um ativo intangível em vez de contabilizar esses valores como despesas. O Grupo deprecia o valor contábil do ativo intangível ao longo de sua vida útil. A Lei do Bem nos permite diferir nosso passivo fiscal sobre esses investimentos.

Reconciliação da alíquota efetiva

O imposto de renda e a contribuição social, calculados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Lucro antes de impostos	17.475	2.449	(13.381)
Taxa de impostos combinadas	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 34%	(5.942)	(833)	4.550
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:			
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	490	204	328
Reserva de imposto a pagar de entidades no exterior	206	(341)	(644)
Lucro auferido por controlada no exterior	(1.444)	-	-
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – Lei nº 11.196/05	673	1.109	-
Juros sobre capital próprio	1.118	-	-
Outras diferenças permanentes	(313)	166	1.440
Reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias anteriormente não reconhecidos	18.468	8.410	4.611
Compensação de prejuízo fiscal (limitada a 30% do lucro real)	-	865	459
Outros incentivos fiscais	62	443	(14)
Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos pela adesão ao PERT	-	-	(193)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	506	(2.801)	(8.109)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**13.825**	**7.222**	**2.428**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(2.661)**	**(1.302)**	**(2.226)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**16.486**	**8.524**	**4.654**
Alíquota efetiva dos impostos correntes	**79%**	**254%**	**(18%)**

10 Imobilizado

Política contábil
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment"*), se aplicável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

As práticas contábeis para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são apresentadas na nota 14.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na sua vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se tornam disponíveis para o uso pretendido e são capitalizados, exceto terrenos, que não são depreciados. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revistos quando o Grupo identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Vida útil estimada (em anos)
Móveis e equipamentos	10
Veículos	05
Instalações	10
Equipamentos de computação	05
Máquinas e equipamentos	04–10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	03
Direito de uso	01–10

	Móveis e equipamentos	Veículos	Instalações	Equipamentos de computação	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo:								
Em 1º de janeiro de 2018	**608**	**986**	**285**	**720**	**21.195**	**37**	**-**	**23.831**
Adições	40	-	90	324	1.409	65	-	1.928
Baixas	(7)	-	-	(28)	(32)	-	-	(67)
Em 31 de dezembro de 2018	**641**	**986**	**375**	**1.016**	**22.572**	**102**	**-**	**25.692**
Reconhecimento do ativo de direito de uso na aplicação inicial da IFRS 16 / CPC06 (R2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	5.394	5.394
Aquisições: decorrente da obtenção de controle acionário	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	15	153	55	179	2.627	382	-	3.411
Efeito da variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**656**	**1.139**	**430**	**1.195**	**25.199**	**484**	**5.394**	**34.497**
Adições	-	-	100	106	2. 378	163	1.185	3.932
Baixas	-	-	-	-	(20)	(21)	(1.888)	(1.929)
Efeito da variação cambial	-	-	-	-	192	-	-	192
Em 31 de dezembro de 2020	**656**	**1.139**	**530**	**1.301**	**27.749**	**626**	**4.691**	**36.692**
Depreciação acumulada:								
Em 1º de janeiro de 2018	**(295)**	**(645)**	**(285)**	**(545)**	**(11.320)**	**(16)**	**-**	**(13.106)**
Adições	(57)	(90)	-	(82)	(1.598)	(18)	-	(1.845)
Baixas	4	-	-	27	19	-	-	50
Em 31 de dezembro de 2018	**(348)**	**(735)**	**(285)**	**(600)**	**(12.899)**	**(34)**	**-**	**(14.901)**
Adições	(57)	(103)	(127)	(45)	(1.936)	(131)	(1.334)	(3.733)
Em 31 de dezembro de 2019	**(405)**	**(838)**	**(412)**	**(645)**	**(14.835)**	**(165)**	**(1.334)**	**(18.634)**
Adições	(53)	(117)	(18)	(78)	(1.592)	(309)	(1.531)	(3.698)
Baixas	-	-	-	-	13	-	1.262	1.275
Em 31 de dezembro de 2020	**(458)**	**(955)**	**(430)**	**(723)**	**(16.414)**	**(474)**	**(1.603)**	**(21.057)**
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2018	**293**	**251**	**90**	**416**	**9.673**	**68**	**-**	**10.791**
Em 31 de dezembro de 2019	**251**	**301**	**18**	**800**	**10.418**	**319**	**3.756**	**15.863**
Em 31 de dezembro de 2020	**198**	**184**	**100**	**828**	**11.389**	**152**	**2.784**	**15.635**

11 Intangível

Política contábil
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pelo Grupo como definida.

Pesquisa e desenvolvimento
Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Grupo tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Taxas de amortização
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os ativos intangíveis foram amortizados pelo método linear à taxa anual, conforme segue:

Classificação	**Descrição**	**ıtil (anos)**
Desenvolvimento de *Mobile Virtual Network Operation* (“MVNO”)	Operadoras Virtuais *White Label*	15
Projeto Inovacred	Veja comentários no item (iii)	10
Softwares	Veja comentários no item (i)	5
B/OSS	Sistema Anti-Fraude e de Faturamento em tempo real	3
Black_List	Sistema preditivo de controle de ocupação de canais	5
Customer Relationship Management “CRM”	Implementação da plataforma de CRM	3
MVNO	Operadoras Virtuais *White Label*	4
Portabilidade	Sistema de Sinalização para Portabilidade	5
Portal de recarga	Porta de Cliente – Módulo de Recarga	3
Projeto Credenciadas		3 e 5
Carteira de clientes		5

Consolidado e Combinado

Descrição	Desenvolvimento MVNO (ii)	Projeto Inovacred (iii)	Softwares (i)	B/OSS	Balck_List	CRM	MVNO	Portabilidade	Portal de recarga	Carteira de clientes	Projeto Credenciadas	Em andamento	Total
Custo:													
01/01/2018	**35.000**	**5.232**	**8.175**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.290**	**-**	**-**	**49.697**
Adições	-	-	1.242	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.242
Efeito da variação cambial	-	-	231	-	-	-	-	-	-	221	-	-	452
31/12/2018	**35.000**	**5.232**	**9.648**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.511**	**-**	**-**	**51.391**
Adições	-	-	3.361	70	108	416	414	83	96	-	-	815	5.363
Efeito da variação cambial	-	-	(119)	-	-	-	-	-	-	133	-	-	14
31/12/2019	**35.000**	**5.232**	**12.890**	**70**	**108**	**416**	**414**	**83**	**96**	**1.644**	**-**	**815**	**56.768**
Adições	-	-	3.287	-	-	-	-	-	-	-	1.351	154	4.792
Transferências	-	-	1.459	(70)	(108)	(416)	(414)	(83)	(96)	-	553	(825)	-
Efeito da variação cambial	-	-	557	-	-	-	-	-	-	137	-	-	694
31/12/2020	**35.000**	**5.232**	**18.193**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.781**	**1.904**	**144**	**62.254**
Amortização acumulada:													
01/01/2018	**(4.939)**	**-**	**(5.613)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(152)**	**-**	**-**	**(10.704)**
Adições	(2.333)	(522)	(937)	-	-	-	-	-	-	(328)	-	-	(4.120)
31/12/2018	**(7.272)**	**(522)**	**(6.550)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(480)**	**-**	**-**	**(14.824)**
Adições	(2.333)	(522)	(1.078)	-	-	-	-	-	-	(377)	-	-	(4.310)
													-
31/12/2019	**(9.605)**	**(1.044)**	**(7.628)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(857)**	**-**	**-**	**(19.134)**
Adições	(2.333)	(523)	(2.435)	-	-	-	-	-	-	(148)	(241)	-	(5.680)
12/321/2020	**(11.938)**	**(1.567)**	**(10.063)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.005)**	**(241)**	**-**	**(24.814)**
31/12/2018	**27.728**	**4.710**	**3.098**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.031**	**-**	**-**	**36.567**
31/12/2019	**25.395**	**4.188**	**5.262**	**70**	**108**	**416**	**414**	**83**	**96**	**787**	**-**	**815**	**37.634**
31/12/2020	**23.062**	**3.665**	**8.377**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**776**	**1.663**	**144**	**37.440**

(i) **Software:** refere-se às licenças de uso de software adquiridas, principalmente da Microsoft, cuja propriedade é do Grupo, e também pela implantação do sistema de gestão ERP SAP, ativado em 2017;

(ii) **Desenvolvimento de MVNO:** Esse projeto consiste no atendimento dos clientes do serviço de M2M (*Machine to Machine*), tendo sido esse valor mensurado considerando todo o *know how* do projeto gerado internamente na fase de desenvolvimento, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação. O intangível será amortizado em 15 anos, conforme contrato de cooperação estabelecido com a Vodafone UK.

(iii) **Projeto Inovacred**: trata-se de produtos (software e aplicações) desenvolvidos dentro do universo da Internet das Coisas (IoT), bem como da implementação de um laboratório de IoT na sede da controlada Datora Mobile em Nova Lima (MG), com o desenvolvimento de um novo chip para telefonia móvel com tecnologia exclusiva sem restrição de operadora ou roaming, para atender a crescente demanda do mercado de tecnologia. Após ativado, estes ativos desenvolvidos serão amortizados em 10 anos

12 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a posição de contas a pagar a fornecedores era a seguinte:

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Fornecedores	84.013	70.586	41.553
Fornecedores - partes relacionadas (nota 15)	154	615	38.306
	84.167	**71.201**	**78.859**
Circulante	**79.766**	**67.456**	**42.835**
Não circulante	**4.401**	**3.745**	**37.024**

13 Empréstimos e financiamentos

A política contábil aplicada aos passivos financeiros está divulgada na nota 23 (b).

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a posição dos empréstimos e financiamentos era a seguinte:

			Consolidado e Combinado		
Tipo de operação	**Encargos contratuais**	**Vencimento final**	**2020**	**2019**	**2018**
Capital de giro	Libor IM + 0,75% a.m.	2019	-	-	19.712
Capital de giro	CDI + 0,33% a.m.	2020	-	99	1.300
Capital de giro	Taxa pré-fixada - 9,64% a.a. (0,77% a.m)	2020	-	469	1.499
Capital de giro	Taxa pré-fixado 0,65% a.m. 8,10% a.a.	2021	222	-	-
Capital de giro	0,87% a.m.	2024	-	1.504	-
Capital de giro	Taxa pré-fixada 0,59% a.m. (7,34% a.a.)	2023	8.182	-	-
Financimaentos	CDI +12,42% a.a.	2019	-	-	19.704
Empréstimos	CDI +12,42% a.a.	2021	-	-	4.500
Capital de giro	0,64% a.m.	2023	545	5.505	-
Capital de giro	CDI + 0,33% a.m.	2023	4.843	-	-
Arrendamentos	1,92% a.m. / 0,74% a.m.	2021/2019	-	-	552
Total			**13.792**	**7.577**	**47.267**
Circulante			**3.543**	**2.510**	**9.797**
Não circulante			**10.249**	**5.067**	**37.470**

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a garantias, e não possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra do contrato (*covenants*).

Referência	Valor do crédito	Vencimento	Encargos	Taxa efetiva de juros	Em 31 de dezembro de 2020	Garantias
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	R$ 5.000	28 de dezembro de 2020 a 29 de maio de 2023	Sistema de amortização: sistema de amortização constante (SAC): Forma de pagamento: Pagamento de juros nas primeiras 6 parcelas, e pagamento do principal a partir da 7 parcela. Encargos financeiros: Taxa de juros pré-fixada 0,33% a.m. (4.03% a.a.) + CDI	Alíquota efetiva: 0,34% a.m (4,16% a.a.)	R$ 4.843	Compromisso de contas a receber do SumUp
Banco Bradesco S.A.	R$ 2.000	23 de abril de 2020 a 9 de janeiro de 2023	Forma de pagamento: 1º e 2º Parcela – R$ 38.646,28 – Vencimento 23/04/2020 e 22/07/2020, e R$ 221.884,25 a partir da 3º parcela.	Taxa de juros efetiva de 0,64 % a.m. (7,96 % a.a.)	R$ 545	Compromisso de contas a receber do Claro
Banco Bradesco S.A.	R$ 370	29 de julho de 2020 a 29 de julho de 2021	Sistema de amortização: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC): Forma de pagamento: 1º Parcela – R$ 78.489,05 – Vencimento 29/07/2020, 2º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/10/2020, 3º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/01/2021, 4º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/04/2021, 5º Parcela - R$ 78.489,05 – Vencimento 29/07/2021	Encargos financeiros: Encargos prefixados a uma taxa de juros de 0,65 % a.m. (8,10 % a.a.)	R$ 222	Compromisso de contas a receber do Claro
Banco Bradesco S.A.	R$ 8.000	8 de outubro de 2021 a 8 de setembro de 2023	Sistema de amortização: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC): Forma de pagamento: Pagamento mensal de R$ 385.697,12.	Fixa, 0,59% a.a. (7,35% a.a.), capitalizados diariamente e calculados de forma exponencial "pro rata temporis" com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.	R$ 8.182	Compromisso de contas a receber do Claro
Total					**R$ 13.792**	

A movimentação de empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é apresentada abaixo:

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo do início do exercício	**7.577**	**47.267**	**44.285**
Transferência para o arrendamento	-	(551)	-
Valor justo dos derivativos	425	-	-
Adições	15.379	7.000	8.100
Custos financeiros	-	301	(193)
Pagamentos de empréstimos - principal	(9.438)	(9.192)	(8.265)
Pagamentos de empréstimos - juros	(679)	(2.030)	(3.208)
Pagamentos de despesas na liquidação de derivativos	(425)	-	-
Variação cambial não realizada sobre empréstimos	-	769	2.891
Juros sobre empréstimos	953	2.118	3.657
Contribuição de capital – Datora Mobile (nota 18)	-	(17.623)	-
Contribuição de capital – Datora Telecom (nota 18)	-	(20.143)	-
Perdão de dívida (nota 18)	-	(339)	-
Total	**13.792**	**7.577**	**47.267**

As estimativas de pagamentos futuros de empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

	Pagamentos futuros de empréstimos e financiamentos
2021	3.904
2022	7.021
2023	4.364
Total	15.289

14 Arrendamentos

Política contábil

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato/ é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Ele é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento fixo de arrendamento revisado em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos, na data da aplicação inicial. A seguir, apresentamos a composição do saldo de passivo de arrendamento e a movimentação ocorrido durante o exercício de 2020 e 2019:

			Consolidado e Combinado	
	Encargos (taxa contratual)	**Vencimento final**	**2020**	**2019**
Banco Bradesco	1,92% a.m.	30/04/2021	-	290
Daycoval	0,74% a.m.	31/08/2020	-	41
Sala comercial - 15º Nova Lima	0,57% a.m.	30/06/2022	547	590
Sala comercial - 29º Iguatemi	0,66% a.m.	01/02/2021	47	32
Sala comercial - 9º JK	0,84% a.m.	01/04/2025	2.670	3.410
Total			**3.264**	**4.363**
Circulante			**1.307**	**1.744**
Não circulante			**1.957**	**2.619**

Mudanças no passivo do arrendamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado e Combinado	
	2020	**2019**
Saldo do início do exercício	**4.363**	**-**
Aplicação inicial da IFRS 16 / CPC 06 (R2)	-	5.394
Transferência de empréstimos e financiamentos	-	551
Baixa	(639)	-
Adições	1.185	-
Pagamentos de arrendamentos - Principal	(1.343)	(1.524)
Pagamentos de arrendamentos – Juros	(399)	(574)
Descontos obtidos – (Concessões de aluguéis relacionadas à COVID-19)	(302)	-
Provisão para juros sobre arrendamentos	399	516
Total	**3.264**	**4.363**

Outras considerações

Os saldos comparativos da obrigação de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da despesa de depreciação são apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2020, considerando os fluxos de pagamentos futuros estimados ajustados pela inflação.

	2020	
Direito de uso	**IFRS 16/CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	3.236	3.512
2021	2.214	2.506
2022	1.411	1.653
2023	784	954
2024	157	199
2025	-	-

	2020	
Arrendamentos	**IFRS 16/CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	3.512	3.717
2021	2.528	2.810
2022	1.699	1.963
2023	991	1.182
2024	208	256
2025	-	-

	2020	
Despesa de amortização	**IFRS 16/CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	366	383
2021	293	319
2022	210	238
2023	138	152
2024	64	88
2025	3	4

	2020	
Despesa financeira	**IFRS 16/CPC 06 (R2)**	**Expectativa de fluxo de caixa com efeito da inflação**
2020	1.210	1.287
2021	1.502	1.155
2022	1.326	936
2023	1.150	750
2024	1.150	780
2025	287	200

15 Transações com partes relacionadas

Política contábil:
As transações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são realizadas na forma dos contratos. Os saldos em aberto no final do período não são garantidos e nem estão sujeitos a juros, sendo liquidados em dinheiro. Garantias sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas não foram oferecidas ou recebidas. Em 31 de dezembro de 2020, não havia redução ao valor recuperável de contas a receber referente a valores devidos por partes relacionadas.

a. Partes relacionadas a receber

		Consolidado e Combinado		
	Tipo	**2020**	**2019**	**2018**
NGN Latam Comunicaciones (a)	Contas a receber	-	494	9.796
General Soft	Contas a receber	18	-	-
Total		**18**	**494**	**9.796**

b. Partes relacionadas a pagar

		Consolidado e Combinado		
	Tipo	**2020**	**2019**	**2018**
NGN Latam Comunicaciones (a)	Empréstimo a pagar	-	-	37.024
NGN Latam Comunicaciones (a)	Fornecedores	154	615	1.282
NGN Latam Comunicaciones (a)	Adiantamento de clientes	-	-	1.719
Total		**154**	**615**	**40.025**
Circulante		**154**	**615**	**3.001**
Não circulante		**-**	**-**	**37.024**

	Variação em débitos com partes relacionadas		
	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Saldo do início do exercício	**-**	**(37.024)**	**(31.608)**
Variação cambial não realizada sobre contas a pagar	-	(3.336)	(5.416)
Capitalização dos débitos (NE 18)		40.360	-
Total	**-**	**-**	**(37.024)**

c. Efeitos de transações com partes relacionadas no resultado

	Consolidado e Combinado			
2019:	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
General Soft Ltda	169	-	-	169
NGN Latam Comunicaciones (a)	16	-	-	16

	Consolidado e Combinado			
2018:	**Receita**	**Custo**	**Despesa**	**Saldo**
General Soft Ltda	232	-	(3)	(229)
NGN Latam Comunicaciones (a)	(316)	(6.526)	(8)	(6.850)

(a) **NGN Latam Comunicaciones -** As transações relacionadas com a NGN Latam Comunicaciones são passivos remanescentes de serviços prestados para a NGN Sweden e NGN USA, dos quais são faturadas por invoices e pagas com fechamento de câmbio do dia. Antes da reestruturação societária, parte das chamadas internacionais passava pela rede da NGN Latam Comunicaciones. No entanto, após a reestruturação, todas as chamadas são negociadas pela NGN Latam Corp e NGN Sweden Communication.

d. Efeitos de transações com partes relacionadas no patrimônio líquido

	Consolidado e Combinado
2019:	**Patrimônio líquido**
Chaicomm Group LLC	339
Perdão de dívida aos sócios não controladores	(703)
Total	(364)

e. Remuneração dos administradores

Em 2020, a remuneração dos conselheiros totalizou R$ 2.161 (R$ 2.037 em 2019 e R$ 2.221 em 2018).

16 Adiantamento de clientes e passivo contratual

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Passivo contratual com China Mobile International Limited (a)	4.400	4.987	3.427
Adiantamento de partes relacionadas (nota 15)	-	-	1.719
Adiantamento de clientes	430	1.921	6.041
Circulante	**972**	**2.463**	**11.187**
Não circulante	**3.858**	**4.445**	**-**

(a) Em dezembro de 2018 e abril de 2019, a controlada Datora Telecom recebeu o montante de R$ 3.427 (US$ 884) e R$ 2.074 (US$ 534), do cliente China Mobile International Limited referente aos serviços de Indefeasible Right of Use ("IRU"), que serão prestados ao longo de 120 meses. Segue abaixo a movimentação deste passivo contratual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Movimentação passivo contratual - Consolidado e combinado

	2020	2019	2018
Saldo inicial	4.987	3.427	-
Adições	-	2.075	3.427
Amortização	(587)	(515)	-
Total	**4.400**	**4.987**	**3.427**

17 Provisão para contingências

Política contábil

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação legal presente ou não formalizada ("*constructive obligation"*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas de acordo com as circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

O Grupo é parte envolvida em ações tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração acredita, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, que as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Esta provisão é dividida da seguinte forma:

	Consolidado e Combinado		
	2020	2019	2018
Cível	422	228	153
Trabalhista	201	201	201
Tributária	2.113	3.708	4.138
Total	**2.736**	**4.137**	**4.492**

A movimentação na provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários pode ser resumidas abaixo:

	Consolidado e Combinado			
	Cível	**Trabalhista**	**Tributária**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2018	153	805	4.614	5.572
Adições	-	-	346	346
Reversões	-	(604)	(822)	(1.426)
Em 31 de dezembro de 2018	153	201	4.138	4.492
Adições	75	-	126	201
Reversões	-	-	(556)	(556)
Em 31 de dezembro de 2019	228	201	3.708	4.137
Adições	269	-	283	552
Reversões	(136)	-	(1.878)	(2.014)
Efeito da variação cambial	61	-	-	61
Em 31 de dezembro de 2020	422	201	2.113	2.736

Os principais processos envolvendo o possível risco de perda estão listados abaixo. O Grupo não reconheceu provisão para essas contingências, uma vez que não são esperados efeitos adversos relevantes nas demonstrações financeiras:

Processos tributários

(i) FUST e FUNTTEL

A principal discussão envolve o pagamento das contribuições ao "FUST" (Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e ao "FUNTTEL" (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), tributos federais criados para ampliar a cobertura do serviço universal e a prestação de serviços de telecomunicações em áreas que não atraem investimentos privados suficientes.

Os processos de FUST e FUSTTEL totalizaram R$ 14.418 em 2020 (R$ 13.481 em 2019 e R$ 42.562 em 2018).

(ii) Outros impostos federais

O Grupo pleiteia o direito de incluir débitos previdenciários no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Por meio do PERT, o Grupo poderá parcelar suas dívidas com a União Federal. Adicionalmente, o grupo ajuizou ação para pleitear créditos tributários declarados no PER/DCOMPs, que não foram homologados.

Esses processos totalizaram R$ 3.036 em 2020 (R$ 2.713 em 2019 e R$ 1.365 em 2018).

(iii) Impostos estaduais

Suposta falta de pagamento do ICMS sobre operações de telecomunicações inadimplentes. Os processos judiciais totalizam R$ 2.287 em 2020 (R$ 2.413 em 2019 e R$ 2.263 em 2018).

Processos cíveis

A Companhia é ré em ações cíveis envolvendo desacordos comerciais no montante de R$ 561 em 2020 (R$ 347 em 2019 e R$ 65 em 2018), com risco de perda avaliado como possível.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era de R$ 38.855 (R$ 87.142 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 185 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente, o qual está representado por ações subscritas e integralizadas como segue:

	2020			2019			2018		
Acionista	**Ações**	**Valor**	**Participação**	**Ações**	**Valor**	**Participação**	**Ações**	**Valor**	**Participação**
Chaicomm Group LLC	-	-	-	-	-	-	231.182	R$ 184	99.99%
Demais acionistas	-	-	-	-	-	-	5	R$1	0.01%
T&T Investimentos Ltda.	67.785.866	R$ 29.918	77%	67.785.866	R$ 67.099	77%	-	-	-
Codemge Participações S.A.	20.247.726	R$ 8.937	23%	20.247.726	R$ 20.043	23%	-	-	-
Total	**88.033.592**	**R$ 38.855**	**100%**	**88.033.592**	**R$ 87.142**	**100%**	**231.187**	**R$ 185**	**100%**

(i) Em 30 de julho de 2018, Chaicomm Services Holding Ltda, anterior controladora direta da Datora Participações, foi incorporada pela Companhia. O patrimônio líquido negativo da Chaicomm Services Holding Ltda no valor de R$ 1 foi reconhecido como capital social. Com essa movimentação societárias, a Chaicomm Group LLC passou a ser a controladora direta da Datora Participações.

(ii) Durante 2019, o Grupo aprovou os seguintes aumentos de capital:

Em 4 de dezembro de 2019, com o objetivo de otimizar sua estrutura organizacional, a administração do Grupo aprovou um aumento de capital, mediante: (i) aporte de R $ 2.505 com emissão de 2.504.689 novas ações relativas à 100% de participação societária na NGN Sweden detida pela Chaicomm Group LLC, passando a Datora Participações; e (ii) contribuição de R$ 1,00 em contrapartida pela emissão de 1 nova ação da Datora Participações relativa à participação de 100% da NGN USA detida pela Chaicomm Group LLC. Como resultado dessas transações foi constituída reserva de capital no montante de R$ (6.744), representa a diferença entre o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos na data de aquisição, no montante de R$ (4.239), e aumento do capital de R$ 2.505. Consequentemente, a NGN Sweden e NGN USA tornaram-se subsidiárias diretas da Datora Participações.

Em 27 de dezembro de 2019, a Datora Participações teve o seu capital aumentado pelo valor de R$ 17.623, com a emissão de ações para a Codemge Participações S.A., em troca por debentures a receber da Datora Mobile. Em conjunto com a transação descrita no item (iii), a Codemge Participações S.A. passou a deter o total de 20.247.726 ações, representando 23% de participações societária na Datora Participações.

Em linha com a estratégia de otimizar a estrutura organizacional, em 01 de novembro de 2019 foi criada a T&T Investimentos Ltda. (“T&T”). Em 04 de novembro de 2019, a NGN Latam Comunicaciones S.A. (NGN Spain), subsidiária da Chaicomm Group LLC, transferiu valores a receber com a Datora Participações para a T&T. Em 04 de dezembro de 2019, a T&T efetuou a capitalização dos valores devidos pela Datora Participações, mediante ao aumento de capital

social em R$ 40.360. Por último, no dia 05 de dezembro de 2019, a Chaicomm Group LLC transferiu a totalidade de ações detidas na Datora Participações para a T&T. Consequentemente, a T&T passou a ser a controladora da Datora Participações, com 77% de participação societária na Companhia.

(iii) O Grupo aprovou aumento de capital por meio de transferência de investimentos não controladores:

Em agosto de 2019, o Chaicomm Group LLC assumiu a dívida de empréstimo da Datora Telecom com o Morgan Stanley Bank e, subsequentemente, realizou a conversão de crédito detido junto a Datora Telecom em aporte de capital social no montante de R$ 20.143. Com o resultado dessa transação, a participação da Datora Participações na Datora Telecom passou de 99,83% para 21,40%. Posteriormente, em 4 de dezembro de 2019, a Administração aprovou o aumento de capital na Datora Participações no montante de R$ 24.690 (24.689.552 novas ações) referente à participação acionária detida pela Chaicomm Group LLC na Datora Telecom. Com o resultado desta transação, a Datora Participações se tornou a controladora da Datora Telecom, detendo 99,9% de sua participação acionária

Concomitantemente com a operação descrita no item (ii), como parte da troca por emissão na Datora Participações: (a) Codemge Participações S.a. transferiu o percentual de participações societárias da Datora Mobile para a Datora Participações no montante de R$ 1.764; e (b) Codemge Participações S.A. transferiu o percentual de participações societária da VDF TI para a Datora Participações no montante de R$ 15.

(iv) Em 30 de setembro de 2019, o Grupo aprovou uma reorganização intragrupo, relativo a incorporação de sociedades sob controle comum, na qual a Datocenter Serviços de Leasing e Suporte de Equipamentos de Informática e Telecomunicações Ltda. ("Datocenter") foi incorporada pela Datora Participações pelo acervo líquido negativo de R$ (10), na qual foi reconhecido como reserva de capital.

Em 18 de novembro de 2020, mediante a assembleia geral extraordinária, aprovado a absorção dos prejuízos acumulados no montante de R$ 48.768 mil, mediante a utilização do saldo da conta de reserva de capital no montante de R$ 481 mil e redução do capital social no montante de R$ 48.287 mil, sem o cancelamento de ações. Passando o capital social do Grupo totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 38.855 mil, dividido em 88.033.592 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas de capital

A reserva de capital passou a ser negativa em 2019 após a aquisição do controle de sociedades sob controle comum - NGN EUA e NGN Suécia - cujo patrimônio líquido negativo foi registrado como reserva de capital.

c. Reserva legal

É constituída por meio da destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, nos termos da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará a disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E – Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

e. Lucro (prejuízo) de transações com acionistas controladores e acionistas não controladores

(i) Em agosto de 2019, a Chaicomm Group LLC assumiu o pagamento do empréstimo da Datora Telecom com o Morgan Stanley Bank e, subsequentemente, realizou a conversão de crédito em capital social na Datora Telecom. A contribuição foi no montante de R$ 20.143, resultando em efeito reflexo da perda de diluição de ações no montante de R$ (6.888). Em decorrência desta transação, a participação da Datora Participações na Datora Telecom passou para 21,40 % de 99,83%. Em 2019, o Grupo também registrou um ganho na diluição das ações da Datora Mobile no valor de R$ 29 e uma perda na diluição das ações da VDF TI no valor de R$ (46).

(ii) Adicionalmente, durante 2019, Datora Participações e Datora Telecom celebraram transações com acionistas não controladores nos montantes de R$ (703) e R $ 339, respectivamente. Relaciona-se a um perdão de dívida e foi contabilizado como uma transação de capital.

(iii) O montante de R$ 471 está relacionado à perda por conta da variação mudança de participação de não controladas, devido a aporte de capital feito na subsidiária Datora Mobile.

(iv) Como parte do plano de reestruturação societária do Grupo, a NGN Sweden assumiu contas a pagar da coligada NGN Latam Communicaciones (“NGN Espanha”) com terceiros no valor de R$ 6.965. Esse montante refere-se a basicamente ao saldo devedor com outras empresas de telecomunicações, pelo fato de a NGN Espanha tornou-se uma empresa inativa. Considerando que as duas empresas estão sob o controle comum do Chaicomm Group LLC, a transação foi contabilizada como transação patrimonial.

f. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a destinação de um dividendo mínimo obrigatório no final do exercício correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas transações patrimoniais das reservas, na forma da legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e o excedente das reservas de lucros, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades por Ações, serão objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Lucro líquido do exercício	31.300
(-) Reflexo de perda em transações no patrimônio líquido das controladas (a)	(1.823)
Constituição de reserva legal	(1.438)
Lucro líquido ajustado	**28.039**
Juros sobre capital próprio (b)	(2.490)
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes	(4.342)
Dividendo mínimo obrigatório – 25% sobre o lucro	**(6.832)**
(-) IRRF Retido – Juros sobre capital próprio (b)	373
Dividendos a pagar	**(6.459)**

(a) Refere-se ao efeito de pagamento de dividendos aos acionistas não controladores;

(b) A legislação fiscal por meio do artigo 9° da Lei n° 9.249/1995 e o artigo 355 do RIR/2018 institui os juros calculados sobre o capital próprio, permitindo sua dedutibilidade para efeito de apuração do lucro real.

A Datora Telecom distribuiu dividendos desproporcionais a favor dos acionistas não controladores. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os pagamentos de dividendos aos acionistas não controladores totalizaram R$ 9.865 e R$ 4.902, respectivamente. Como resultado dessas transações, a Datora Participações, companhia controladora, reconheceu uma perda em seu patrimônio para refletir a redução no patrimônio da Datora Telecom pela ocorrência de pagamentos de dividendos aos acionistas não controladores.

19 Informações por segmento

Política contábil

Um segmento operacional é um componente do Grupo que: a) desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com outros componentes do Grupo, e b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais do Grupo (“CODM”) para a tomada de decisões quanto à alocação de recursos ao segmento em questão e avaliação do seu desempenho e sobre o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Nosso diretor presidente (“CEO”) é o nosso principal responsável pela tomada de decisões (CODM). O CODM é responsável por alocar recursos, avaliar o desempenho dos segmentos e tomar as decisões estratégicas do Grupo.

O Grupo usa a “abordagem da administração” para determinar seus segmentos reportáveis. A abordagem da administração identifica os segmentos operacionais com base em como a entidade está organizada e com base em como as informações financeiras são apresentadas ao CODM.

Antes de maio de 2021, o CODM gerenciava nossas operações com base nas carteiras de clientes: Clientes de atacado de grande porte ("WGC"), Cliente internacional de atacado ("WSI"), Pequenos clientes de atacado
(“WPC” e “WSC”) e Móvel.

O Grupo atualizou seus segmentos reportáveis para se alinhar com a maneira na qual o negócio é operado e gerenciado desde 31 de maio de 2021, quando quatro segmentos reportáveis com base em produtos foram identificados:

VoIP: compreende as operações de atacado do Grupo no âmbito nacional e internacional. Por meio desse segmento, o Grupo oferece comunicações de voz e sessões de multimídia em redes de Protocolo de Internet (IP) ("serviços de transporte"). Além dos serviços de transporte, o Grupo atende demandas de telecomunicações no exterior, como IRU, Porta IP e outras.

CPaaS Geral: é neste segmento que temos clientes que utilizam a infraestrutura do Grupo para prestar serviços aos seus clientes. Nesse caso, temos integradores de PBX, call centers, integradores VoiP, ISPs etc. Através da gama de serviços oferecidos nas plataformas da Datora (antifraude, gestão preditiva de tráfego, controle de chamadas por segundo, controle de chamadas, plataforma de billing, plataforma de provisionamento etc.), esses clientes desenvolvem suas ofertas, ganhando eficiência e vantagem competitiva. No caso dos ISPs, a oferta é ainda mais ampla, uma vez que além dos serviços, estas empresas estruturam a venda de ofertas de mobilidade, permitindo assim abordar as ofertas quadri play, comuns no mercado residencial.

CPaaS IoT: neste segmento, oferecemos soluções de conectividade em conjunto com soluções de valor agregado, como gerenciamento de conectividade, serviços de localização, compartilhamento e serviços de dados e plataforma de provisionamento. Nesse caso, o conjunto de plataformas é estritamente voltado para a IoT e, portanto, merece uma visualização da configuração.

CPaaS_OTT: por meio desse segmento, o Grupo oferece soluções para empresas de apps de alcance global, como Uber, Didi, Airbnb, Google, etc. Nesse caso, o Grupo se posiciona oferecendo seus serviços de autenticação de usuários, conectando o mundo IP ao mundo das telecomunicações, garantindo assim que essas empresas não tenham que montar estruturas operacionais específicas no Brasil.

O Grupo determina o lucro do segmento deduzindo os custos e despesas relacionados da receita do segmento. O lucro do segmento exclui algumas despesas, tais como amortização e despesas de "PPR" (programa que visa distribuir os lucros entre os colaboradores do Grupo), que não são alocadas a um determinado segmento. Isso é consistente com a maneira na qual avaliamos nosso desempenho e alocamos os recursos.

As informações financeiras resumidas relativas aos nossos segmentos reportáveis são apresentadas abaixo:

a. Informações por segmento

	Consolidado 2020				
	Receita líquida	**Desempenho avaliado pelo CODM**	**Depreciação e amortização (*)**	**Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização**	**Despesas operacionais**
VoIP	433.050	17.457	-	(410.297)	(5.296)
General CPaaS	35.544	6.666	-	(24.928)	(3.950)
CPaaS IoT	56.682	27.408	-	(20.366)	(8.908)
CPaaS_OTT	8.884	6.883	-	(1.986)	(15)
Corporate	-	(26.549)	(9.378)	-	(26.549)
Total	**534.160**	**31.865**	**(9.378)**	**(457.577)**	**(44.718)**

	Combinado 2019				
	Receita líquida	**Desempenho avaliado pelo CODM**	**Depreciação e amortização (*)**	**Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização**	**Despesas operacionais**
VoIP	224.402	15.991	-	(204.439)	(3.972)
General CPaaS	32.410	7.772	-	(21.220)	(3.418)
CPaaS IoT	44.098	6.452	-	(18.798)	(18.848)
CPaaS_OTT	6.148	4.771	-	(1.359)	(18)
Corporate	-	(15.368)	(8.320)	-	(15.368)
Total	**307.058**	**19.618**	**(8.320)**	**(245.817)**	**(41.624)**

	Combinado 2018				
	Receita líquida	**Desempenho avaliado pelo CODM**	**Depreciação e amortização (*)**	**Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização**	**Despesas operacionais**
VoIP	159.035	9.313	-	(145.155)	(4.567)
General CPaaS	26.514	7.701	-	(15.276)	(3.537)
CPaaS IoT	28.196	(8.171)	-	(15.904)	(20.463)
CPaaS_OTT	4.840	3.643	-	(1.177)	(20)
Corporate	-	(5.198)	(5.965)	-	(5.198)
Total	**218.585**	**7.288**	**(5.965)**	**(177.512)**	**(33.785)**

(*) O CODM não considera esses números na avaliação de desempenho dos segmentos. Despesas de depreciação e amortização referem-se a ativos usados na prestação de serviços relacionados a todos os segmentos relatáveis.

b. Receita líquida por região geográfica

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
América do Norte	**148.089**	**73.424**	**46.406**
Ilhas Britânicas	48	-	-
Canada	8.043	6.850	3.329
EUA	139.998	66.574	43.077
América do Sul	**237.411**	**182.213**	**124.486**
Argentina	8	11	-
Brasil	221.072	167.176	121.342
Chile	15.522	12.327	10
Colômbia	465	239	3.103
Peru	317	2	-
Uruguai	27	2.458	31
Ásia	**30.180**	**15.218**	**1.078**
China	784	680	-
Hong Kong	27.839	12.887	246
Singapura	212	244	669
Emirados Árabes Unidos	1.345	1.407	163
Europa	**118.480**	**36.203**	**46.615**
Total	**534.160**	**307.058**	**218.585**

c. Ativos não circulantes por região geográfica

	Consolidado e Combinado		
	2020	2019	2018
	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Brasil	50.922	51.558	45.406
Suécia	3.828	3.652	4.113
EUA	2.228	1.414	541
França	162	-	-
Total	**57.140**	**56.624**	**50.060**

O valor total divulgado na tabela acima representa a soma dos impostos a recuperar, despesas antecipadas, outros ativos, imobilizado e intangível.

d. Principais clientes

As receitas de um cliente dos segmentos do Grupo estão representadas abaixo:

	Consolidado e Combinado		
	2020	2019	2018
	%	%	%
CPaaS OTT	28%	16%	14%
CPaaS Geral	40%	34%	43%
CPaaS IOT	50%	42%	48%
Voip	56%	43%	41%

20 Receita líquida

Política contábil

O Grupo realiza avalições quantos aos contratos de clientes que se qualifiquem como "obrigações de desempenho" separadas, conforme a natureza dos contratos individuais, sendo que a receita só poderá ser contabilmente reconhecida quando a obrigação contratual for cumprida junto ao cliente.

As receitas da Datora Participações compreendem os valores relacionados aos serviços de gestão de conectividade, aos serviços de gestão inteligente de tráfego, antifraude, aluguel de equipamentos e venda de colocation, link de dados e internet, frutos de seu datacenter.

As receitas da Datora Telecom compreendem o valor total de minutos transacionados pela plataforma, serviços de uso de plataforma (billing e provisioning), serviço de antifraude, gestão de tráfego inteligente, controle de canais, serviço de prestação números especiais (0800, 3003, 4004 etc.) e numeração fixa, bem como link de dados e internet.

As receitas da Datora Mobile compreendem o valor total de minutos e SMS transacionados pela plataforma, serviço de telecomunicação M2M, IoT e venda de mercadorias (chip eletrônico).

As receitas da NGN EUA e NGN Suécia compreendem o valor de minutos e SMS transacionados pela plataforma, bem como venda de dados, como Porta IP e IRU.

O Grupo avaliou seus contratos de receita e concluiu que:

(a) existe qualquer componente de financiamento significativo;
(b) o Grupo sempre atua como principal;
(c) quaisquer obrigações de devoluções ou reembolsos aplicam-se às empresas; e
(d) o Grupo não oferece qualquer tipo de garantia.

A receita total de serviços e mercadorias é reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

Todos os serviços descritos acima, a obrigação de desempenho é cumprida no momento em que os serviços são prestados. Os contratos não têm componente de financiamento significativo e os pagamentos são baseados nas taxas acordadas versus volume de dados usados.

O total das receitas de serviços e mercadorias é contabilizado separadamente de acordo com a natureza e com base nos respectivos valores justos.

a. Identificação dos contratos

O Grupo realizou uma revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que possam ser relevantes no reconhecimento da receita.

b. Identificação da obrigação de desempenho

No início do contrato e/ou qualquer alteração contratual, o Grupo avalia os serviços prometidos com os clientes e identifica as obrigações de desempenho com base na promessa de transferir ao cliente:

- Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.
- Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:
- O cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
- A promessa do Grupo de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

O Grupo reconhece a receita à medida que satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente. O ativo foi considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

c. Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

O Grupo considerou os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente, sendo que a contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

Em seguida, o Grupo alocou o preço da transação a cada obrigação de desempenho pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente, sendo que o preço da transação foi alocado proporcionalmente para cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual de cada serviço.

O preço de venda individual foi definido internamente pelo Grupo e pode ser baseado em preços regulados, lista de preços considerando o custo mais margem e preço de venda individual do Grupo ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com circunstâncias similares.

Dessa forma, o reconhecimento das receitas com a prestação de serviços é reconhecida no resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço foi prestado mensalmente.

d. Custo para obtenção do contrato

Custo incremental são os custos em que o Grupo incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido.
O Grupo não reconhece como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, uma vez que O Grupo não espera recuperar esses custos.

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Receita bruta			
Serviço de telecomunicações	1.895	823	2.721
Serviço de infraestrutura de telecomunicações	6.025	4.653	589
Serviço técnico e uso de plataforma	40.115	25.928	21.350
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	446.400	235.668	166.808
M2M	46.031	45.538	29.363
SMS	7.213	6.119	3.039
Collocation	1.372	213	3.173
Outros	3.409	1.766	81
Total da receita bruta	**552.460**	**320.708**	**227.124**
Deduções da receita			
Impostos	(16.586)	(12.722)	(8.458)
Cancelamentos	(1.714)	(928)	(81)
Total de deduções	(18.300)	(13.650)	(8.539)
Receita líquida	**534.160**	**307.058**	**218.585**

Abaixo apresentamos a definição de cada uma das principais linhas de produto:

M2M/IoT: receita decorrente da venda de planos de dados para comunicação máquina a máquina ("*Machine-to-Machine"*). Exemplo deste tipo de conectividade são as máquinas de cartão de crédito e/ou rastreadores de veículos automotores;

Detrat/Detraf: receita decorrente da venda de tráfego de minutos para operadoras licenciadas no Brasil que precisam transportar chamadas de telefone móvel ou fixo. (*Ex.*: Grupo Oi, Claro, Vivo etc);

SMS: refere-se à venda de planos de mensagens curta de texto. Exemplos de clientes são aqueles que enviam mensagens para confirmação de transações ou código para certificação de usuário. Serviço concentrado em aplicações P2A ("person to application");

Collocation: trata-se das receitas de locação de espaços para armazenagem de equipamentos e plataforma no datacenter da empresa.

Uso da plataforma: receita proveniente da gestão da plataforma de dados e minutos que disponibilizamos para os clientes terem autonomia, na gestão de suas aplicabilidades. Atende as operações de M2M/IoT com as plataformas de gestão da conectividade e serviços de valor agregado, como também as operações CpaaS com os serviços de gestão inteligente de tráfego e numeração, antifraude, controle de chamadas etc.

Telecomunicações: receita de serviço de voz.

Infraestrutura: receita proveniente de instalações e/ou uso de equipamentos de telecomunicações.

21 Despesas por natureza

Política contábil

Os custos variáveis correspondem substancialmente a compras de minutos, SMS, dados e base do contrato MNO com a TIM. Já os custos fixos compreendem a estrutura de software para a prestação e serviços de valor agregado, bem como a parte de rede, compreendendo POPs, Datacenter e o FISTEL anuidade.

Os custos e despesas são reconhecidos contabilmente quando incorridos.

							Consolidado - 2020
	Custo dos serviços	**Despesas de vendas**	**Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber**	**Despesas administrativas**	**Outras despesas operacionais**	**Outras receitas operacionais**	**Total**
Minutos de remuneração da rede - (a)	(436.504)	-		-	-	-	**(436.504)**
Infraestrutura de rede	(18.898)	-		-	-	-	**(18.898)**
Plataforma operacional	(2.175)	-		-	-	-	**(2.175)**
Depreciação e amortização	(9.378)	-		-	-	-	**(9.378)**
Despesas comerciais	-	(2.998)		-	-	-	**(2.998)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(626)	-	-	-	**(626)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-		(30.219)	-	-	**(30.219)**
Despesas com tecnologia	-	-		(3.518)	-	-	**(3.518)**
Despesa de escritório	-	-		(1.838)	-	-	**(1.838)**
Despesa regulatória	-	-		(1.944)	-	-	**(1.944)**
Despesas de viagem	-	(147)		-	-	-	**(147)**
Serviços profissionais	-	-		(3.876)	-	-	**(3.876)**
Outras receitas operacionais	-	-		-	-	113	**113**
Baixa de outras contas a pagar	-	-		-	-	127	**127**
Reversão de provisão de imposto						886	**886**
Adições - passivo tributário	-	-		-	(282)	-	**(282)**
Provisão para outras contas a pagar	-	-		-	(101)	-	**(101)**
Baixa de despesas antecipadas	-	-		-	(33)	-	**(33)**
Outras despesas operacionais	-	-		-	(262)	-	**(262)**
Total	**(466.955)**	**(3.145)**	**(626)**	**(41.395)**	**(678)**	**1.126**	**(511.673)**

							Combinado 2019
	Custo dos serviços	**Despesas de vendas**	**Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber**	**Despesas administrativas**	**Outras despesas operacionais**	**Outras receitas operacionais**	**Total**
Minutos de remuneração de rede - (a)	(232.727)	-	-	-	-	-	**(232.727)**
Infraestrutura de rede	(12.532)	-	-	-	-	-	**(12.532)**
Plataforma operacional	(558)	-	-	-	-	-	(558)
Depreciação e amortização	(8.320)	-	-	-	-	-	(8.320)
Despesas comerciais	-	(3.548)	-	-	-	-	**(3.548)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(2.755)	-	-	-	**(2.755)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(18.641)	-	-	**(18.641)**
Despesas com tecnologia	-	-	-	(2.468)	-	-	**(2.468)**
Despesa de escritório	-	-	-	(1.885)	-	-	**(1.885)**
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(9)	-	-	**(9)**
Despesa regulatória	-	-	-	(3.437)	-	-	**(3.437)**
Despesas de viagem	-	-	-	(813)	-	-	**(813)**
Serviços profissionais	-	-	-	(7.983)	-	-	**(7.983)**
Baixa de cliente	-	-	-	-	(143)	402	**259**
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	52	**52**
Outras despesas operacionais	-	-	-	(236)	(160)	-	**(396)**
Total	**(254.137)**	**(3.548)**	**(2.755)**	**(35.472)**	**(303)**	**454**	**(295.761)**

							Combinado 2018
	Custo dos serviços	**Despesas de vendas**	**Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber**	**Despesas administrativas**	**Outras despesas operacionais**	**Outras receitas operacionais**	**Total**
Minutos de remuneração de rede - (a)	(161.275)	-	-	-	-	-	**(161.275)**
Infraestrutura de rede	(15.347)	-	-	-	-	-	**(15.347)**
Plataforma operacional	(890)	-	-	-	-	-	**(890)**
Depreciação e amortização	(5.965)	-	-	-	-	-	**(5.965)**
Despesas comerciais	-	(4.803)	-	-	-	-	**(4.803)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(1.685)	-	-	-	**(1.685)**
Despesas com folha de pagamentos	-	-	-	(12.774)	-	-	**(12.774)**
Despesas com tecnologia	-	-	-	(3.514)	-	-	**(3.514)**
Despesa de escritório	-	-	-	(1.135)	-	-	**(1.135)**
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(75)	-	-	**(75)**
Despesa regulatória	-	-	-	(53)	-	-	**(53)**
Veículo	-	-	-	(21)	-	-	**(21)**
Baixa de cliente	-	-	-	(407)	-	-	**(407)**
Despesas de viagem	-	-	-	(110)	-	-	**(110)**
Comunicação externa	-	-	-	(5.481)	-	-	**(5.481)**
Serviços profissionais	-	-	-	(606)	-	-	**(606)**
Baixa da taxa da Vodafone	-	-	-	-	(2.247)	-	**(2.247)**
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	518	**518**
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(1.392)	-	**(1.392)**
Total	**(183.477)**	**(4.803)**	**(1.685)**	**(24.176)**	**(3.639)**	**518**	**(217.262)**

(a) Custos referentes aos gastos com compra de minutos, SMS e dados de operadoras fixas e móveis em âmbito nacional e internacional

22 Despesas financeiras líquidas

Política contábil

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem principalmente:

- Receita de juros;
- Despesas de juros; e
- Ganhos/perdas cambiais líquidos sobre ativos e passivos financeiros.

Elas são reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pelo o Grupo.

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Receita financeira:			
Ganho cambial nas contas a pagar e outros valores a pagar	3.732	4.573	6.852
Ganho cambial sobre empréstimos	285	-	3.446
Perdão de dívida	-	-	-
Multas e penalidades recebidas	437	420	222
Outras receitas financeiras	162	537	650
Total receitas financeira	**4.616**	**5.530**	**11.170**
Despesas financeiras:			
Perda cambial nas contas a pagar e outros valores a pagar	(3.749)	(5.709)	(8.696)
Perda cambial sobre empréstimos	-	(4.106)	(11.753)
Despesas de juros - empréstimos	(1.478)	(2.226)	(3.657)
Multas e penalidades	(1.911)	(496)	(862)
Imposto sobre receitas financeiras	(853)	(403)	(105)
Atualização de contingência fiscal	(288)	(833)	(364)
Tarifas bancárias	(85)	(14)	(321)
Perdão de dívida	-	-	(116)
Outros custos financeiros	(1.264)	(591)	-
Total despesas financeiras	**(9.628)**	**(14.378)**	**(25.874)**
Total despesas financeiras líquidas	**(5.012)**	**(8.848)**	**(14.704)**

23 Instrumentos financeiros

Política contábil

a. ***Ativo financeiro***

A Companhia mensura um ativo financeiro inicialmente ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e juros". Esta categoria inclui contas a receber de clientes, outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa desses ativos expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

b. ***Passivo financeiro***

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, se for um derivativo ou se for designado como tal no reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e os resultados cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo qualquer ativo não caixa transferido ou qualquer passivo assumido) é reconhecida no resultado.

c. ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo atualmente detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A tabela abaixo mostra os instrumentos financeiros por categoria e nível:

			Consolidado e Combinado					
			Saldo contábil			Valor justo		
	Nota	Classificação por categoria	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Ativo financeiro								
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	22.140	8.279	8.176	22.140	8.279	8.176
Contas a receber de clientes	8	Custo amortizado	74.592	65.131	43.821	74.592	65.131	43.821
Outros ativos		Custo amortizado	245	729	796	245	797	729
Passivo financeiro:								
Fornecedores e outras contas a pagar	12	Custo amortizado	84.167	71.201	42.835	84.167	71.201	42.835
Empréstimos e financiamentos	13	Custo amortizado	13.792	7.577	47.267	14.836	7.581	47.399
Arrendamentos	14	Custo amortizado	3.264	4.363	-	3.264	4.363	-
Dividendos a pagar	18.f	Custo amortizado	6.459	5.995	580	6.459	5.995	580
Outros passivos		Custo amortizado	1.754	-	-	1.754	-	-
Contas a pagar para partes relacionadas	15.b	Custo amortizado	-	-	37.024	-	-	37.024

d. *Valor justo*

Política contábil:

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros não pode ser obtido de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os insumos para esses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas, quando isso não for viável, é necessário um grau de julgamento no estabelecimento dos valores justos. É necessário julgamento na determinação de insumos como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. As mudanças nessas variáveis podem afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado dos preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a mensuração de todos os instrumentos financeiros do Grupo corresponde ao custo amortizado.

Gerenciamento do risco financeiro

O Grupo está exposto aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez (i)

Risco de mercado (ii)

Risco de crédito (iii)

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades para cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia para o gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações. Portanto, ela busca manter disponibilidade de caixa para fazer frente às suas obrigações de curto prazo, garantindo que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações a vencer, em condições normais e de estresse, sem causar prejuízos inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte.

	Consolidado e Combinado				
	Até 01 ano	**01–02 anos**	**03–05 anos**	**>05 anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores e outras contas a pagar	79.767	4.401	-	-	84.168
Empréstimos e financiamentos	4.140	10.707	-	-	14.847
Arrendamentos	1.278	1.885	1.058	-	4.221
Dividendos a pagar	6.459	-	-	-	6.459
Outros passivos	1.324	430	-	-	1.754
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores e outras contas a pagar	67.456	3.745	-	-	71.201
Empréstimos e financiamentos	2.510	10.926	4.364	-	17.800
Arrendamentos	1.744	3.503	3.358	-	8.605
Dividendos a pagar	5.995	-	-	-	5.995
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	42.835	-	-	-	42.835
Empréstimos e financiamentos	11.952	28.521	16.506	-	56.979
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	37.024	37.024
Dividendos a pagar	580	-	-	-	580

(ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, como variações cambiais, taxas de juros e preços de ações afetarão a receita do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Os riscos cambiais estão relacionados com a possibilidade de aumento de custos com contratos em moeda estrangeira, tendo uma relação direta com as flutuações das taxas de câmbio. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia monitora frequentemente as oscilações das taxas de câmbio e busca negociar as melhores taxas de fechamento com as instituições financeiras, visando reduzir o impacto dessas variações no fluxo de caixa cambial.

Risco de taxa de juros

O Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é indexado pelo CDI, neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros.

(iii) Risco de crédito

O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, fazendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha que oferecem uma alta remuneração em investimentos de curto prazo. Esses clientes também atuam como contas a pagar de fornecedores e outras contas a pagar e, consequentemente, reduzem sua exposição a riscos de crédito, e o Grupo realiza análises de crédito contínuas.

O valor contábil líquido dos ativos financeiros na exposição máxima ao risco de crédito é apresentado abaixo:

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	22.140	8.279	8.176
Contas a receber de clientes	74.592	65.131	43.821
Outros ativos	245	797	796

(iv) Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade do Grupo de continuar proporcionando retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida e o patrimônio líquido e ativo líquido em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, conforme segue:

	Consolidado e Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Total de empréstimos e financiamentos e arrendamentos	17.056	11.940	47.267
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(22.140)	(8.279)	(8.176)
Líquido (caixa)/ dívida	(5.084)	3.661	39.091
Patrimônio líquido e ativos líquidos (deficiência de capital líquido)	53.110	31.090	(39.591)

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

(i) Análise de sensibilidade de taxa de câmbio

A análise de sensibilidade realizada pelo Grupo considerou uma valorização de 3,60%, do Real (R$) em relação ao Dólar (US$) e de 11,41% de valorização do Real (R$) em relação ao Euro (EUR), correspondentes à avaliação da Administração de possíveis variações nas taxas de câmbio.

A Administração utiliza as projeções de taxas de câmbio das principais instituições financeiras do mercado, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco ABC.

			Cenários – Consolidado e combinado				
	Exposição (Em milhares de EUR/US$)	**Impacto (perda) - Em milhares de reais**	**I – Provável**	**II – 25%**	**III – 50%**	**IV – 25%**	**V- 50%**
Contas a receber de clientes (US$)	286	(54)	(54)	(67)	(81)	(40)	(27)
Fornecedores e outras contas a pagar (US$)	(2.058)	385	385	481	577	289	192
Exposição líquida (US$)	(1.772)	331	331	414	496	249	165
Contas a receber de clientes (EUR)	186	(132)	(132)	(165)	(198)	(99)	(198)
Fornecedores e outras contas a pagar (EUR)	(46)	33	33	41	49	25	16
Exposição líquida (EUR)	146	(99)	(99)	124	149	74	182

(ii) Análise de sensibilidade da taxa de juros

O Grupo realizou análises de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de apresentação. A análise de sensibilidade das taxas de juros com um aumento e diminuição de 25% e 50% nos valores do Grupo é a seguinte:

				Cenários – Consolidado e combinado				
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 2020**	**I - Provável**	**II – 25%**	**III – 50%**	**IV -25%**	**V -50%**
1 – Ativo financeiro								
Investimentos de curto prazo	10.840	CDI	2,80%	304	379	455	228	152
2 – Passivo financeiro								
Capital de giro	(4.843)	CDI	2,80%	(135)	(160)	(203)	(110)	(67)
		Efeito		**169**	**219**	**252**	**118**	**85**

24 Títulos e valores mobiliários e garantias

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo possuía operações que envolviam avais, fianças e/ou bens em garantias, além dos contratos de empréstimos (NE 13 e 14).

25 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora pela média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício, mais a média ponderada do número de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais com efeitos diluidores.

Não há um plano de opções ou efeitos diluidores a serem considerados. Portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo para os exercícios apresentados.

A tabela a seguir reflete o lucro líquido e os dados das ações utilizados nos cálculos de lucro por ação (básico e diluído):

	2020	2019	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas do Grupo	31.300	9.671	(10,953)
Número médio ponderado de ações	88.033.592	88.033.592	88.033.592
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	0,00036	0,00011	(0,00012)

26 Transações que não afetam o caixa

A seguir apresentamos os efeitos de transações sem efeito caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa. seriam apresentadas nas seguintes rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Consolidado e Combinado		
	2020	2019	2018
Adições ao imobilizado e intangível de 2019 – com efeito caixa (a)	1.939	-	-
Adições ao imobilizado e intangível de 2020 - sem efeito caixa (b)	(4.147)	(4.867)	-
Adições ao ativo imobilizado em 2020 relacionadas ao direito de uso (nota 15)	(1.185)	-	-
Perdão de dívida – sem efeito no caixa (nota 14)	-	339	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**(3.393)**	**(4.528)**	**-**
Contas a pagar a fornecedores e outros valores a pagar (a) e (b)	2.208	4.867	-
Aumento do capital social – sem efeito no caixa – Datora Participações (nota 18)		(40.360)	
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**2.208**	**35.493**	
Adições ao passivo de arrendamento (nota 15)	1.185	-	-
Fundo convertido em capital social – sem efeito no caixa – Datora Mobile (nota 14)	-	(17.623)	-
Fundo convertido em capital social – sem efeito no caixa – Datora Telecom (nota 14)	-	(20.143)	-
Aumento do capital social – sem efeito no caixa – Datora Participações (nota 18)	-	40.360	-
Perdão de dívida – sem efeito no caixa (nota 14)	-	(339)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**1.185**	**2.255**	**-**

(a) Ao longo do exercício de 2020 a Companhia efetuou o pagamento de R$ 1.939 mil no consolidado (R$ 114 mil na controladora) referente a adições de imobilizado e intangível reconhecidas em 2019.

(b) Em 2020, o Grupo adquiriu ativos imobilizados e intangíveis para os quais, não incorreu pagamento durante o ano.

27 Eventos subsequentes

a. Nova linha de financiamento

Em linha com o seu planejamento estratégico e seu plano econômico e financeiro, a Companhia aprovou uma linha de financiamento junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), instituição de fomento vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2021 para financiar seu ciclo econômico de 2021 e 2022.

A linha tem como objetivo a implementação do seu Plano de MVNOs, no qual a Companhia atua como uma MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), credenciando empresas a serem MVNOs; da expansão Latam das operações de IoT (*Internet of Things*) e a entrada na vertical de Agronegócio de IoT.

O projeto aprovado com a FINEP compreende toda a estrutura de jornada de clientes que agem de forma matricial nestas três frentes, como também a automação dos processos de backoffice na oferta de produtos e serviços alinhados com estas vertentes de crescimento.

A linha de crédito aprovada é de R$ 34.681 e é composta por seis tranches, conforme o quadro abaixo.

Tranche	Crédito Finep (R$)
1	9.073
2	9.073
3	3.633
4	3.633
5	4.633
6	4.633

As tranches são liberadas conforme comprovação de gastos de acordo com a execução do projeto técnico e financeiro e apresentação de garantia. O prazo total do financiamento é de 10 anos, com 3 anos de carência, com uma taxa anual de 2.8% a.a.

A primeira parcela foi recebida em 19 de abril de 2021. Como a comprovação vale desde a aprovação do projeto, a primeira parcela teve seus dispêndios e evolução técnica comprovada em cima de gastos e ações já realizadas.

Dentro deste contexto, a Companhia captou a segunda parcela em 29 de agosto de 2021 e considera ainda no seu planejamento anual a terceira parcela entre outubro e novembro.

As garantias para esta segunda parcela foram apenas de recebíveis, sem cash colateral (depósito de dinheiro em conta bancária), de 30%. Já para a terceira parcela, novas negociações serão feitas.

b. Dividendos adicionais

Após o encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou duas distribuições de dividendos. Em reunião do Conselho de Administração, realizada

em 23 de abril de 2021 foi aprovada a distribuição de R$ 10.000 em adição aos dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$ 6.832.

Os valores foram pagos em três parcelas. A primeira parcela na forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), em 20 de abril de 2021, no valor total de R$ 2.490 (valor bruto) e a segunda e terceira parcelas como dividendos no valor total de R$ 7.171 cada, pagas em 31 de maio de 2021 e 14 de julho de 2021, respectivamente.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovada nova distribuição de dividendos. Na ocasião, foram aprovados o pagamento de R$ 1.398 como dividendos e R$ 1.355 como JCP, os valores serão pagos após outubro de 2021 e referem-se a pagamentos da Datora Participações e Serviços S.A. aos seus acionistas na data da aprovação e são referentes aos resultados acumulados de janeiro a junho de 2021 e oriundos de sua reserva de lucros.

c. Mudança no quadro societário

Tendo em vista uma simplificação da estrutura acionária dos respectivos acionistas da Companhia, foi concluída reorganização societária em 23 de agosto de 2021, alterando, consequentemente, o quadro acionário da Companhia, como resultado desta transação, a T&T Investimentos Ltda. transferiu a sua atual participação societária detida na Datora Participações e S.A., para os sócios pessoas físicas. A reorganização societária dos acionistas da Companhia, não alterou o controle final da Companhia.

d. Bônus sobre sucesso do IPO, para grupo de colaboradores e Administradores

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado remuneração variável aos membros da Diretoria e a determinados colaboradores da Companhia, no valor máximo de R$ 15.000, de acordo com a distribuição a ser designada pelo Diretor Presidente da Companhia respeitando a dedicação de cada membro do Projeto de IPO. Os valores serão pagos por meio de ações de emissão da Companhia no momento do vesting, usando ações de tesouraria, transferência e ou emissão de novas ações.

e. Plano de Incentivo de longo prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo no formato Restricted Stock Unit (RSU) condicionado ao sucesso do IPO e sem custo para o colaborador participante do programa (endereçado para diretores, gerentes e colaboradores que respondem a diretores de acordo com o quadro funcional no IPO e para gerentes acima de classe 14 (base cargos e salários) e colaboradores chaves em caso de incentivos futuros) O incentivo de longo prazo está associado a um período de vesting e metas de performance (a serem aprovadas nos ciclos de planejamento da Companhia pelo Conselho de Administração) cruzadas com o desempenho das ações de emissão da Companhia em relação ao Índice Bovespa (IBOVESPA). As ações a serem distribuídas, em caso de sucesso no IPO, respeitarão o limite máximo de 3% do total de ações emitidas pela Companhia.

* * *

Administração

Tomas Henrique Fuchs
Presidente

Claude A.J Araripe M. da Silva
Diretor Financeiro

Leonardo Baía
Contador CRC SP 292090/O-9

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 15
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 17
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 20
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 21
3.7 - Nível de Endividamento 22
3.8 - Obrigações 23
3.9 - Outras Informações Relevantes 24

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 33
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 78
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 80
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 83
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 85
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 86
4.7 - Outras Contingências Relevantes 88

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 89

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 90

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 94

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 96

5.4 - Programa de Integridade 100

5.5 - Alterações significativas 103

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 104

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 105

6.3 - Breve Histórico 106

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 108

6.6 - Outras Informações Relevantes 109

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 110

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 133

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 134

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 137

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 154

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 155

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 167

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 169

7.8 - Políticas Socioambientais 171

7.9 - Outras Informações Relevantes 172

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 175

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 176

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 177

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 178

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 179

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 180

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 181

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 196

9.2 - Outras Informações Relevantes 198

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 199

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 230

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 233

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 234

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 237

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 243

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 244

10.8 - Plano de Negócios 245

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 247

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 269

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 270

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 271

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 278

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 282

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 283

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 284

12.7/8 - Composição Dos Comitês 291

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 292

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 293

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 300

12.12 - Outras informações relevantes 301

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 312

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 316

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 320

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 324

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 327

13.6 - Opções em Aberto 328

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 329

13.8 - Precificação Das Ações/opções 330

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 331

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 332

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 333

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 334

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 335

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 336

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 337

13.16 - Outras Informações Relevantes 338

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 339

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 341

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 342

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 343

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 344

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 345

15.3 - Distribuição de Capital 349

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 350

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 351

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 356

15.7 - Principais Operações Societárias 357

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 361

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 362

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 364

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 369

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 371

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 372

17.2 - Aumentos do Capital Social 373

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 374

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 375

17.5 - Outras Informações Relevantes 376

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 377

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 378

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 379

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 380

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 381

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 382

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 383

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 384

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 385

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 386

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 387

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 388

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 389

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 390

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 391

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 392

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 393

20.2 - Outras Informações Relevantes 395

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 396

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 397

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 401

21.4 - Outras Informações Relevantes 402

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Tomas Henrique Fuchs**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Tomas Henrique Fuchs**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

TOMAS HENRIQUE FUCHS:26377385889

Assinado de forma digital por TOMAS HENRIQUE FUCHS:26377385889
Dados: 2021.08.26 11:31:25 -03'00'

Tomas Henrique Fuchs

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

CLAUDE ANDRE JENSEN ARARIPE MONTEIRO DA SILVA:02916515771

Assinado de forma digital por CLAUDE ANDRE JENSEN ARARIPE MONTEIRO DA SILVA:02916515771
Dados: 2021.08.25 19:40:37 -03'00'

Claude Andre Jensen Araripe Monteiro da Silva

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	29/06/2021
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (ii) auditoria das demonstrações financeiras combinadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (iii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas dos períodos findos em 31 de março e 30 de junho de 2021; e (iv) serviço de procedimentos pré-acordados.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total bruto da remuneração paga aos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 606,5 mil.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Raphael Eduardo Pereira	10/01/2018	292.651.098-58	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401875, e-mail: resilva@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	56.368.000,00	53.110.000,00	31.090.000,00	-41.027.000,00
Ativo Total	221.894.000,00	192.481.000,00	149.742.000,00	86.717.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	282.722.000,00	534.160.000,00	179.906.000,00	121.326.000,00
Resultado Bruto	41.364.000,00	67.205.000,00	48.497.000,00	30.110.000,00
Resultado Líquido	13.710.000,00	31.300.000,00	7.995.000,00	-12.054.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	88.033.592	88.033.592	88.033.592	231.187
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,640301	0,603292	0,353161	-177,462401
Resultado Básico por Ação	0,155736	0,355546	1,634843	-32,627267
Resultado Diluído por Ação	0,16	0,36	1,64	-32,63

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*earnings before interest, taxation, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("**Instrução CVM 527**"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("**IFRS**") e apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade e não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (ou prejuízo) líquido ou como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza o EBITDA e Margem EBITDA como indicadores adicionais de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

ROE

O ROE (*Return on Equity*) é uma métrica gerencial utilizada para estimar o retorno sobre o capital investido exclusivamente pelos acionistas, ou seja, o patrimônio líquido. O ROE é a resultante a divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido do exercício.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa. O índice Dívida Líquida/EBITDA representa o nível de cobertura de dívida com a geração anual de resultado, uma medida usada para definição de risco de alavancagem em termos de endividamento, tendo sido usada cada uma dessas medidas não contábeis descritas acima e abaixo.

Ativo Circulante Financeiro

Não apresenta um vínculo direto com o ciclo operacional da empresa. Varia de acordo com a conjuntura de risco de liquidez que os gestores desejem assumir. As contas do circulante que se enquadram como financeiro são caixa, bancos e aplicações financeiras.

Ativo Circulante operacional

É composto de valores que mantêm estreita relação com a atividade operacional. São originados basicamente das operações de compra, venda, produção e estocagem. Seus valores dependem do ciclo operacional da empresa, giro do contas a receber, estoque, contas a pagar etc.

3.2 - Medições Não Contábeis

Passivo Circulante Financeiro

Não apresenta vínculo direto com a atividade operacional. São valores monetários representados por contas como empréstimo, passivo de arrendamento, financiamento, debêntures, dividendos etc.

Passivo Circulante Operacional

São obrigações vinculadas diretamente com o ciclo operacional. São relacionados com a operação da empresa, como pagamento de funcionários, fornecedores, impostos, adiantamentos e etc.

Necessidade de Capital de Giro (NIG)

É a diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional e representa de fato, a necessidade de investimento em capital de giro da Companhia.

Saldo de Tesouraria

O saldo de tesouraria representa a diferença entre o Ativo Circulante Financeiro e o Passivo Circulante Financeiro. Ele mede a capacidade da empresa de arcar com suas obrigações financeiras de curto prazo representando um indicador que mede risco financeiro de curto prazo. O saldo de tesouraria mais a necessidade de capital de giro é igual ao capital circulante líquido.

Índice de Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da empresa (seus direitos de curto prazo, como o dinheiro em caixa e os estoques) pelo passivo circulante (as dívidas a curto prazo, como empréstimos, impostos, pagamentos a fornecedores etc.) e é um indicador financeiro que mostra a capacidade de uma empresa de quitar todas suas dívidas a curto prazo.

Índice de Liquidez Geral

A liquidez geral é um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto e longo prazo. A partir de um cenário de encerramento das atividades e liquidação de todos os bens, a liquidez geral é calculada. O índice é calculado dividindo-se os ativos totais pelos passivos totais.

Índice de Endividamento Total Geral

O Índice de Endividamento Geral é utilizado como um indicador financeiro na análise do endividamento da empresa. De maneira geral, ele mede quanto a empresa está alavancada do ponto de vista de fonte de capital. Seu cálculo é feito dividindo-se o passivo circulante mais o passivo não circulante pelo patrimônio líquido.

Seguem abaixo os valores das medições não contábeis da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

3.2 - Medições Não Contábeis

Medições não contábeis	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	2021	2020	2019	2018
EBITDA	25.909	31.865	17.417	4.540
Margem EBITDA	9,16%	5,97%	9,68%	3,74%
ROE	24,32%	58,93%	25,72%	29,38%
Dívida Líquida	(1.000)	(8.348)	(702)	40.055
Dívida Líquida/EBITDA	(0,039)	(0,262)	(0,040)	8,823
NIG	(8.588)	(19.364)	(14.975)	(10.858)
Saldo de Tesouraria	8.807	10.831	(1.970)	(3.165)

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação das medições não contábeis divulgadas pela Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

EBITDA e Margem EBITDA

Medições não contábeis	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	**13.710**	**1.572**	**31.300**	**7.995**	**(12.054)**
(+) Resultado financeiro líquido	2.079	5.221	5.012	8.828	14.711
(+) Depreciação e amortização	5.448	5.027	9.378	7.603	5.570
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	4.672	1.862	(13.825)	(7.009)	(3.687)
EBITDA	**25.909**	**13.682**	**31.865**	**17.417**	**4.540**
Receita operacional líquida	282.722	258.509	534.160	179.906	121.326
Margem EBITDA	**9,16%**	**5,29%**	**5,97%**	**9,68%**	**3,74%**

ROE

Medições não contábeis	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	2021	2020	2019	2018
Lucro líquido do período	13.710	31.300	7.995	(12.054)
Patrimônio líquido	56.368	53.110	31.090	(41.027)
ROE	**24,32%**	**58,93%**	**25,72%**	**29,38%**

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

Medições não contábeis	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto dívida líquida/EBITDA)	2021	2020	2019	2018
(-) Empréstimos e financiamentos (Circulante)	5.548	3.543	2.510	9.797
(-) Empréstimos e financiamentos (Não Circulante)	16.453	10.249	5.067	37.470
(+) Caixa e equivalentes de caixa	23.001	22.140	8.279	7.212
Dívida Líquida	**(1.000)**	**(8.348)**	**(702)**	**40.055**
EBITDA	**25.909**	**31.865**	**17.417**	**4.540**
Dívida Líquida/EBITDA	**(0,039)**	**(0,262)**	**(0,040)**	**8,823**

3.2 - Medições Não Contábeis

Ativo Circulante Financeiro, Ativo Circulante Operacional, Passivo Circulante Financeiro, Passivo Circulante Operacional, Necessidade de Capital de Giro e Saldo de Tesouraria

Medições não contábeis (em R$ mil)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
(+)Ativo Circulante	133.763	103.448	77.711	34.735
(-)Passivo Circulante	133.544	111.981	94.656	48.758
Capital de Giro Líquido	**219**	**(8.533)**	**(16.945)**	**(14.023)**
(+)Caixa e equivalentes de caixa	23.001	22.140	8.279	7.212
(+) Ativo Circulante financeiro	**23.001**	**22.140**	**8.279**	**7.212**
(-)Empréstimos e Financiamentos Circulante	5.548	3.543	2.510	9.797
(-) Passivo de Arrendamento	1.475	1.307	1.744	0
(-) Dividendos a Pagar	7.171	6.459	5.995	580
(-) Passivo Circulante Financeiro	**14.194**	**11.309**	**10.249**	**10.377**
Saldo Tesouraria	**8.807**	**10.831**	**(1.970)**	**(3.165)**
(+)Ativo Circulante Operacional	110.762	81.308	69.432	27.523
(-) Passivo Circulante Operacional	119.350	100.672	84.407	38.381
Necessidade de Capital de Giro	**(8.588)**	**(19.364)**	**(14.975)**	**(10.858)**

Índice de Liquidez Corrente

Medições não contábeis (em R$ mil, exceto índice)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
Ativo Circulante	133.763	103.448	77.711	34.735
Passivo Circulante	133.544	111.981	94.656	48.758
Índice de Liquidez Corrente	**1,00**	**0,92**	**0,82**	**0,71**

Índice de Liquidez Geral

Medições não contábeis (R$ mil, exceto índice)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
Ativo Total	221.894	192.481	149.742	86.717
Passivo Total	165.526	139.371	118.652	127.744
Indice de Liquidez Geral	**1,341**	**1,381**	**1,262**	**0,679**

Índice de Endividamento Geral

Medições não contábeis (em R$ mil, exceto índice)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
(+) Passivo Circulante	133.544	111.981	94.656	48.758
(+) Passivo não Circulante	31.982	27.390	23.996	78.986
Passivo Total	**165.526**	**139.371**	**118.652**	**127.744**
Patrimônio Líquido	56.368	53.110	31.090	-41.027
Índice de Endividamento Total	**2,94**	**2,62**	**3,82**	**-3,11**

3.2 - Medições Não Contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias.

ROE

A Companhia entende que o ROE é útil para a avaliação do resultado e do retorno da Companhia em relação aos investimentos efetuados pelos acionistas da Companhia, sendo uma ferramenta comparativa importante para avaliar e monitorar o desempenho operacional da Companhia, de modo a oferecer informação relevantes para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O ROE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Líquida e o índice Dívida Líquida/EBITDA não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Ativo Circulante Financeiro

O Ativo Circulante Financeiro não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Ativo Circulante Financeiro de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Ativo Circulante Financeiro para entender sua capacidade de conversão de ativos em dinheiro no curto prazo numa situação de estresse.

Ativo Circulante Operacional

O Ativo Circulante Operacional não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Ativo Circulante Operacional de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Ativo Circulante Operacional para entender quanto do ciclo operacional precisa ser financiado.

3.2 - Medições Não Contábeis

Passivo Circulante Financeiro

O Passivo Circulante Financeiro não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Passivo Circulante Financeiro de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Passivo Circulante Financeiro para entender suas necessidades financeiras de curto prazo que exigirão liquidez disponível para que sejam honradas numa situação de estresse.

Passivo Circulante Operacional

O Passivo Circulante Operacional não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Passivo Circulante Operacional de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Passivo Circulante Operacional para entender se há necessidade de se fazer uso de recursos adicionais para financiar o giro da empresa em virtude do seu tamanho frente ao ativo circulante operacional.

Necessidade de Capital de Giro (NIG)

O Necessidade de Capital de Giro (NIG) não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Necessidade de Capital de Giro (NIG) de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza a NIG e suas variações período a período para entender o quanto a Companhia está tendo necessidade de injetar recursos para financiar seu giro, do mesmo modo que possui uma medida se seus ciclos operacionais estão perdendo força competitiva, isto é, se está tendo que dar mais prazo para vender e se está tendo que pagar seus fornecedores mais cedo.

Saldo de Tesouraria

O Saldo de Tesouraria não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Saldo de Tesouraria de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Saldo de Tesouraria para medir sua capacidade de arcar com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Índice de Liquidez Corrente

O Índice de Liquidez Corrente não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Liquidez Corrente de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Liquidez Corrente para entender o equilíbrio entre investimentos de curto prazo e fontes de curto prazo.

Índice de Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Liquidez Geral de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia

3.2 - Medições Não Contábeis

utiliza o Índice de Liquidez Geral para entender o quanto do seu ativo é financiado por recursos de terceiros.

Índice de Endividamento total geral

O Índice de Endividamento Geral não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Endividamento Geral de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Endividamento Geral para medir sua alavancagem do ponto de vista de fonte de capital.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis consolidadas divulgadas em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Linha de Financiamento

Em linha com o seu planejamento estratégico e seu plano econômico e financeiro, a Companhia aprovou uma linha de financiamento junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), instituição de fomento vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em janeiro de 2021 para financiar seu ciclo econômico de 2021 e 2022.

A linha tem como objetivo a implementação do seu Plano de MVNOs, no qual a Companhia atua como uma MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), credenciando empresas a serem MVNOs; da expansão Latam das operações de IoT (*Internet of Things*) e a entrada na vertical de Agronegócio de IoT.

O projeto aprovado com a FINEP compreende toda a estrutura de jornada de clientes que agem de forma matricial nestas três frentes, como também a automação dos processos de backoffice na oferta de produtos e serviços alinhados com estas vertentes de crescimento.

A linha de crédito aprovada é de R$34.681 mil e é composta por seis tranches, conforme o quadro abaixo.

Tranche	Crédito Finep (em R$ mil)
1	9.073
2	9.073
3	3.633
4	3.633
5	4.633
6	4.633

As tranches são liberadas conforme comprovação de gastos de acordo com a execução do projeto técnico e financeiro e apresentação de garantia. O prazo total do financiamento é de 10 anos, com 3 anos de carência, com uma taxa anual de 2.8% a.a.

A primeira parcela foi recebida em 19 de abril de 2021. Como a comprovação vale desde a aprovação do projeto, a primeira parcela teve seus dispêndios e evolução técnica comprovada em cima de gastos e ações já realizadas.

Dentro deste contexto, a Companhia captou a segunda parcela em 29 de agosto de 2021 e considera ainda no seu planejamento anual a terceira parcela entre outubro e novembro.

As garantias para esta segunda parcela foram apenas de recebíveis, sem cash colateral (depósito de dinheiro em conta bancária), de 30%. Já para a terceira parcela, novas negociações serão feitas.

Dividendos adicionais

Após o encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou duas distribuições de dividendos. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de abril de 2021 foi aprovada a distribuição de R$10.000 mil em adição aos dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$6.832 mil.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Os valores foram pagos em três parcelas. A primeira parcela na forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), em 20 de abril de 2021, no valor total de R$2.490 mil (valor bruto) e a segunda e terceira parcelas como dividendos no valor total de R$ 7.171 mil cada, pagas em 31 de maio de 2021 e 14 de julho de 2021, respectivamente.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovada nova distribuição de dividendos. Na ocasião, foram aprovados o pagamento de R$1.398 mil como dividendos e R$1.355 mil como JCP, os valores serão pagos após outubro de 2021 e referem-se a pagamentos da Datora Participações e Serviços S.A. aos seus acionistas na data da aprovação e são referentes aos resultados acumulados de janeiro a junho de 2021 e oriundos de sua reserva de lucros.

Mudança no quadro societário

Tendo em vista uma simplificação da estrutura acionária dos respectivos acionistas da Companhia, foi concluída reorganização societária em 23 de agosto de 2021, alterando, consequentemente, o quadro acionário da Companhia, como resultado desta transação, a T&T Investimentos Ltda. transferiu a sua atual participação societária detida na Datora Participações e S.A., para os sócios pessoas físicas. A reorganização societária dos acionistas da Companhia, não alterou o controle final da Companhia.

Bônus sobre sucesso do IPO, para grupo de colaboradores e Administradores

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado remuneração variável aos membros da Diretoria e a determinados colaboradores da Companhia, no valor máximo de R$15.000 mil, de acordo com a distribuição a ser designada pelo Diretor Presidente da Companhia respeitando a dedicação de cada membro do Projeto de IPO. Os valores serão pagos por meio de ações de emissão da Companhia no momento do vesting, usando ações de tesouraria, transferência e ou emissão de novas ações.

Plano de Incentivo de longo prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo no formato Restricted Stock Unit (RSU) condicionado ao sucesso do IPO e sem custo para o colaborador participante do programa (endereçado para diretores, gerentes e colaboradores que respondem a diretores de acordo com o quadro funcional no IPO e para gerentes acima de classe 14 (base cargos e salários) e colaboradores chaves em caso de incentivos futuros) O incentivo de longo prazo está associado a um período de vesting e metas de performance (a serem aprovadas nos ciclos de planejamento da Companhia pelo Conselho de Administração) cruzadas com o desempenho das ações de emissão da Companhia em relação ao Índice Bovespa (IBOVESPA). As ações a serem distribuídas, em caso de sucesso no IPO, respeitarão o limite máximo de 3% do total de ações emitidas pela Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, reserva de lucros.	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, reserva de lucros.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, reserva de lucros.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido no valor de R$31.300 mil, com base em orçamento de capital aprovado por sua assembleia geral, sendo que (i) R$1.437 mil foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$20.107 mil foram destinados à reserva de lucros da Companhia; e (iii) R$6.832 mil foram destinados aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia teve lucro, porém foi absorvido pelo prejuízo acumulado e não houve retenção de lucros.	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou prejuízo e não houve retenção de lucros.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 70% foram destinados à reserva de lucros da Companhia; e (iii) 25% foram destinados aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia teve lucro, porém foi absorvido pelo prejuízo acumulado e não houve retenção de lucros.	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou prejuízo e não houve retenção de lucros.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.	Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.	Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	13.710.000,00	31.300.000,00	7.995.000,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	72,939460	21,827000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,240000	0,130000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	10.000.000,00	6.832.000,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	20.170.000,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	30/06/2021	31/03/2021		

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Outros									
Ordinária		2.829.042,00	31/05/2021	0,00		0,00		0,00	
Ordinária		7.170.958,00	14/07/2021						
Preferencial	Preferencial Classe A			0,00		0,00		0,00	
Preferencial	Preferencial Classe B			0,00					
Preferencial	Preferencial Classe B					0,00			
Preferencial	Preferencial Classe B							0,00	
Dividendo Obrigatório									
Ordinária				4.342.000,00	31/05/2021				
Juros Sobre Capital Próprio									
Ordinária				2.490.000,00	20/04/2021				
Ordinária						0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não foram declarados pela Companhia dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2021	165.526.000,00	Índice de Endividamento	2,93652400	
31/12/2020	139.371.000,00	Índice de Endividamento	2,62419500	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		5.548.000,00	7.223.000,00	9.230.000,00	0,00	22.001.000,00
Total			5.548.000,00	7.223.000,00	9.230.000,00	0,00	22.001.000,00

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas “empréstimos e financiamentos” apresentadas nas Informações Trimestrais – ITR consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		3.543.000,00	10.249.000,00	0,00	0,00	13.792.000,00
Total			3.543.000,00	10.249.000,00	0,00	0,00	13.792.000,00

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas “empréstimos e financiamentos” apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Informações financeiras adicionais ao item 3.7 deste Formulário de Referência

Tendo em vista a impossibilidade de inclusão de valor negativo no campo "Índice de Endividamento" no Sistema EmpresasNet, a Companhia apresenta abaixo a "Dívida Líquida / EBITDA" para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021:

Exercício Social	Soma do passivo circulante e não circulante	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2021	N/A	Dívida Líquida / EBITDA	-0,03860	O índice "Dívida Líquida / EBITDA" mostra o quanto uma empresa está alavancada, bem como quantos anos a empresa levaria para pagar a sua dívida líquida usando sua geração de caixa
31/12/2020	N/A	Dívida Líquida / EBITDA	-0,26198	O índice "Dívida Líquida / EBITDA" mostra o quanto uma empresa está alavancada, bem como quantos anos a empresa levaria para pagar a sua dívida líquida usando sua geração de caixa

Informações financeiras consolidadas e combinadas

Para melhor compreensão do desempenho operacional da Companhia e de suas controladas, tendo em vista a reorganização societária do grupo econômico da Companhia ocorrida em dezembro de 2019, a Companhia preparou demonstrações financeiras consolidadas e combinadas das empresas: Datora Participações e Serviços S.A., que possui as seguintes subsidiárias: Datora Telecomunicações Ltda., Datora Mobile Telecomunicações S.A., VDF Tecnologia da Informação Ltda., Datora Pag Ltda, Datora France Communication SAS, e a partir de dezembro de 2019 as empresas NGN Latam Corp, NGN Sweden Communications AB ("**Empresas Combinadas**"), para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

As informações financeiras apresentadas nos itens 3.1 a 3.8 deste Formulário de Referência refletem informações da Companhia com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e aos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2021. A seguir apresentamos informações complementares com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas das Empresas Combinadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, com o objetivo de proporcionar informações que possam ser úteis e mais representativas dos negócios e da situação financeira da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas da Companhia e suas subsidiárias, que são de responsabilidade da administração da Companhia, estão sendo apresentadas, exclusivamente, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia e de suas subsidiárias, independentemente da disposição de sua estrutura societária nas referidas datas-bases. As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros e não substituem as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e de suas controladas.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações financeiras adicionais ao item 3.1 com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	53.110.000,00	31.090.000,00	(39.658.000)
Ativo Total	192.481.000,00	149.742.000,00	113.158.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	534.160.000,00	307.058.000,00	218.585.000,00
Resultado Bruto	67.205.000,00	52.921.000,00	35.108.000,00
Resultado Líquido	31.300.000,00	9.671.000,00	(10.953.000,00)
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	88.033.592	88.033.592	231.187
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,603292434	0,353160643	(174,5989178)
Resultado Básico por Ação	0,355546	0,109856	(47,377231)
Resultado Diluído por Ação	0,36	0,11	(47,38)

Informações financeiras adicionais ao item 3.2 com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*earnings before interest, taxation, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada pelas Empresas Combinadas em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("**Instrução CVM 527**"), conciliada com suas demonstrações financeiras combinadas e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("**IFRS**") e apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade e não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (ou prejuízo) líquido ou como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza o EBITDA e Margem EBITDA como indicadores adicionais de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

ROE

O ROE (*Return on Equity*) é uma métrica gerencial utilizada para estimar o retorno sobre o capital investido exclusivamente pelos acionistas, ou seja, o patrimônio líquido. O ROE é a resultante a divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio ponderado do exercício. O

3.9 - Outras Informações Relevantes

patrimônio líquido médio ponderado do exercício consiste na média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre dentro do exercício social.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa. O índice Dívida Líquida/EBITDA representa o nível de cobertura de dívida com a geração anual de resultado, tendo sido cada uma dessas medidas não contábeis descritas acima.

Ativo Circulante Financeiro

Não apresenta um vínculo direto com o ciclo operacional da empresa. Varia de acordo com a conjuntura de risco de liquidez que os gestores desejem assumir. As contas do circulante que se enquadram como financeiro são caixa, bancos e aplicações financeiras.

Ativo Circulante operacional

É composto de valores que mantêm estreita relação com a atividade operacional. São originados basicamente das operações de compra, venda, produção e estocagem. Seus valores dependem do ciclo operacional da empresa, giro do contas a receber, estoque, contas a pagar etc.

Passivo Circulante Financeiro

Não apresenta vínculo direto com a atividade operacional. São valores monetários representados por contas como empréstimo, passivo de arrendamento, financiamento, debêntures, dividendos etc.

Passivo Circulante Operacional

São obrigações vinculadas diretamente com o ciclo operacional. São relacionados com a operação da empresa, como pagamento de funcionários, fornecedores, impostos, adiantamentos e etc.

Necessidade de Capital de Giro (NIG)

É a diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional e representa de fato, a necessidade de investimento em capital de giro da Companhia.

Saldo de Tesouraria

O saldo de tesouraria representa a diferença entre o Ativo Circulante Financeiro e o Passivo Circulante Financeiro. Ele mede a capacidade da empresa de arcar com suas obrigações financeiras de curto prazo representando um indicador que mede risco financeiro de curto prazo. O saldo de tesouraria mais a necessidade de capital de giro é igual ao capital circulante líquido

Índice de Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da empresa (seus direitos de curto prazo, como o dinheiro em caixa e os estoques) pelo passivo circulante (as dívidas a curto prazo, como empréstimos, impostos, pagamentos a fornecedores etc.) e é um indicador financeiro que mostra a capacidade de uma empresa de quitar todas suas dívidas a curto prazo.

Índice de Liquidez Geral

A liquidez geral é um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto e longo prazo. A partir de um cenário de encerramento das atividades e liquidação de todos os bens, a liquidez geral é calculada. O índice é calculado dividindo-se os ativos totais pelos passivos totais.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Índice de Endividamento total geral

O Índice de Endividamento Geral é utilizado como um indicador financeiro na análise do endividamento da empresa. De maneira geral, ele mede quanto a empresa está alavancada do ponto de vista de fonte de capital. Seu cálculo é feito dividindo-se o passivo circulante mais o passivo não circulante pelo patrimônio líquido

Seguem abaixo os valores das medições não contábeis das Empresas Combinadas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Medições não contábeis	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**
EBITDA	31.865	19.617	7.288
Margem EBITDA	5,97%	6,39%	3,33%
ROE	58,93%	31,11%	27,62%
Dívida Líquida	(8.348)	(702)	39.091
Dívida Líquida/EBITDA	(0,262)	(0,036)	5,364

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo a reconciliação das medições não contábeis apresentadas pelas Empresas Combinadas, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

EBITDA e Margem EBITDA

Cálculo do EBITDA	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	**31.300**	**9.671**	**(10.953)**
(+) Resultado financeiro líquido	5.012	8.848	14.704
(+) Depreciação e amortização	9.378	8.320	5.965
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	13.825	7.222	2.428
EBITDA	**31.865**	**19.617**	**7.288**
Receita operacional líquida	534.160	307.058	218.585
Margem EBITDA	5,97%	6,39%	3,33%

3.9 - Outras Informações Relevantes

ROE

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	2020	2019	2018
Lucro líquido do período/exercício	31.300	9.671	(10.953)
Patrimônio líquido	53.110	31.090	(39.658)
ROE	58,93%	31,11%	27,62%

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto dívida líquida/EBITDA)	2020	2019	2018
(-) Empréstimos e financiamentos (Circulante)	3.543	2.510	9.797
(-) Empréstimos e financiamentos (Não Circulante)	10.249	5.067	37.470
(+) Caixa e equivalentes de caixa	22.140	8.279	8.176
Dívida Líquida	**(8.348)**	**(702)**	**39.091**
EBITDA	**31.865**	**19.617**	**7.288**
Dívida Líquida/EBITDA	**(0,262)**	**-0,036**	**5,364**

Ativo Circulante Financeiro, Ativo Circulante Operacional, Passivo Circulante Financeiro, Passivo Circulante Operacional, Necessidade de capital de Giro e Saldo de Tesouraria

Medições não contábeis (em R$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(+)Ativo Circulante	103.448	77.711	56.898
(-)Passivo Circulante	111.981	94.656	73.173
Capital de Giro Líquido	**(8.533)**	**(16.945)**	**(16.275)**
(+)Caixa e equivalentes de caixa	22.140	8.279	8.176
(+)Ativo Circulante Financeiro	22.140	8.279	8.176
(-)Empréstimos e Financiamentos Circulante	3.543	2.510	9.797
(-) Passivo de Arrendamento	1.307	1.744	0
(-) Dividendos a Pagar	6.459	5.995	580
(-)Passivo Circulante Financeiro	11.309	10.249	10.377
Saldo tesouraria	**10.831**	**(1.970)**	**(2.201)**
(+)Ativo Circulante Operacional	81.308	69.432	48.722
(-) Passivo Circulante Operacional	100.672	84.407	62.796
Necessidade de Capital de Giro	**(19.364)**	**(14.975)**	**(14.074)**

3.9 - Outras Informações Relevantes

Índice de Liquidez Corrente

Medições não contábeis (em R$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Ativo Circulante	103.448	77.711	56.898
Passivo Circulante	111.981	94.656	73.173
Índice de Liquidez Corrente	**0,924**	**0,821**	**0,778**

Índice de Liquidez Geral

Medições não contábeis (em R$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Ativo Total	192.481	149.742	113.158
Passivo Total	139.371	118.652	152.816
Índice de Liquidez Geral	**1,381**	**1,262**	**0,740**

Índice de Endividamento Geral

Medições não contábeis (em R$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(+)Passivo Circulante	111.981	94.656	73.173
(+) Passivo não Circulante	27.390	23.996	79.643
Passivo Total	**139.371**	**118.652**	**152.816**
Patrimônio Líquido	53.110	31.090	-39.658
Indice de Endividamento	**2,62**	**3,82**	**-3,85**

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medida de desempenho pela administração das Empresas Combinadas, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional das Empresas Combinadas e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras das Empresas Combinadas e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias.

ROE

A Companhia entende que o ROE é útil para a avaliação do resultado e do retorno da Companhia em relação aos investimentos efetuados pelos acionistas da Companhia, sendo uma ferramenta comparativa importante para avaliar e monitorar o desempenho operacional da Companhia, de modo a oferecer informação relevantes para embasar determinadas decisões de natureza

3.9 - Outras Informações Relevantes

administrativa. O ROE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Líquida e o índice Dívida Líquida/EBITDA não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Ativo Circulante Financeiro

O Ativo Circulante Financeiro não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Ativo Circulante Financeiro de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Ativo Circulante Financeiro para entender sua capacidade de conversão de ativos em dinheiro no curto prazo numa situação de estresse.

Ativo Circulante Operacional

O Ativo Circulante Operacional não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Ativo Circulante Operacional de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Ativo Circulante Operacional para entender quanto do ciclo operacional precisa ser financiado.

Passivo Circulante Financeiro

O Passivo Circulante Financeiro não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Passivo Circulante Financeiro de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Passivo Circulante Financeiro para entender suas necessidades financeiras de curto prazo que exigirão liquidez disponível para que sejam honradas numa situação de estresse.

Passivo Circulante Operacional

O Passivo Circulante Operacional não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Passivo Circulante Operacional de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Passivo Circulante Operacional para entender se há necessidade de se fazer uso de recursos adicionais para financiar o giro da empresa em virtude do seu tamanho frente ao ativo circulante operacional.

Necessidade de Capital de Giro (NIG)

O Necessidade de Capital de Giro (NIG) não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Necessidade de Capital de Giro (NIG) de maneira diferente da utilizada pela Companhia,

3.9 - Outras Informações Relevantes

de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza a NIG e suas variações período a período para entender o quanto a Companhia está tendo necessidade de injetar recursos para financiar seu giro, do mesmo modo que possui uma medida se seus ciclos operacionais estão perdendo força competitiva, isto é, se está tendo que dar mais prazo para vender e se está tendo que pagar seus fornecedores mais cedo.

Saldo de Tesouraria

O Saldo de Tesouraria não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Saldo de Tesouraria de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Saldo de Tesouraria para medir sua capacidade de arcar com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Índice de Liquidez Corrente

O Índice de Liquidez Corrente não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Liquidez Corrente de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Liquidez Corrente para entender o equilíbrio entre investimentos de curto prazo e fontes de curto prazo.

Índice de Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Liquidez Geral de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Liquidez Geral para entender o quanto do seu ativo é financiado por recursos de terceiros.

Índice de Endividamento total geral

O Índice de Endividamento Geral não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Índice de Endividamento Geral de maneira diferente da utilizada pela Companhia, de modo que pode não ser comparável a medições elaboradas por outras companhias com títulos similares. A Companhia utiliza o Índice de Endividamento Geral para medir sua alavancagem do ponto de vista de fonte de capital.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações financeiras adicionais ao item 3.7 com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

Exercício Social	Soma do passivo circulante e não circulante	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	139.371.000,00	Índice de Endividamento	2,624195	Não aplicável
31/12/2020	N/A	Dívida Líquida / EBITDA	-0,261980	Índice "Dívida Líquida / EBITDA" mostra o quanto uma empresa está alavancada, bem como quantos anos a empresa levaria para pagar a sua dívida líquida usando sua geração de caixa

Informações financeiras adicionais ao item 3.8 com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

Exercício Social (31/12/2020)						
Tipo de Obrigação	**Tipo de Garantia**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Empréstimos	**Garantia Real**	3.543.000,00	10.249.000,00	0,00	0,00	13.792.000,00
Total		**3.543.000,00**	**10.249.000,00**	**0,00**	**0,00**	**13.792.000,00**

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas "empréstimos e financiamentos" apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, a reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado aos impactos da COVID-19 nos negócios. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

A pandemia da COVID-19 é inédita e sua extensão pode produzir impactos voláteis e imprevisíveis sobre receita bruta, métricas financeiras e operacionais e os resultados da Companhia.

A Organização Mundial de Saúde (“**OMS**”) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da doença coronavírus (“**COVID-19**”). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia da COVID - 19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, e fechamento prolongado de locais de trabalho.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças também podem (i) impossibilitar que os funcionários da Companhia se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus colaboradores), o que poderia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

prejudicaria o regular desenvolvimento dos negócios da Companhia, (ii) impactar significativamente as operações da Companhia caso os clientes da Companhia tenham sua renda impactada, percam seus empregos, tenham suas operações interrompidas, encerradas temporariamente ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19.

Os impactos da pandemia da COVID-19, portanto, são severos e generalizados; além disso, permanecem em constante evolução. Tanto a pandemia quanto as respostas dadas pelos governos e pelo setor privado já afetaram a economia e os mercados financeiros de uma maneira generalizada. Desencadeou-se um movimento de desaceleração econômica que não somente vem negativamente afetando, como pode continuar a afetar, a demanda por nossos produtos. É impossível prever os efeitos e impactos finais da pandemia da COVID-19, tendo em vista a rápida evolução da situação.

Como resultado da pandemia da COVID-19, muitos dos colaboradores da Companhia estão trabalhando remotamente, e é possível que esse novo formato impacte negativamente a execução dos planos de negócios e operações comerciais da Companhia. Do ponto de vista operacional, a Companhia opera em duas localidades diferentes no país e há o risco de uma contaminação em massa nas duas localidades, simultaneamente, o que impactaria o operacional. Além disso, se, por exemplo, um desastre natural, uma queda de energia, um problema de conectividade ou qualquer outro evento similar impactar a capacidade de trabalho remoto dos colaboradores da Companhia, pode ser difícil ou em certos casos até mesmo impossível manter suas atividades comerciais por um período substancial. Além disso, se a pandemia da COVID-19 se mantiver inalterada, é possível que a Companhia sofra interrupções caso seus colaboradores adoeçam e se encontrem incapazes de desempenhar suas funções. Também é possível que operações e serviços móveis e de *internet* sejam afetados. A ampliação do trabalho remoto também pode resultar em questões referentes ao direito de privacidade, à segurança dos sistemas de TI e a possíveis operações fraudulentas.

Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia continuará avaliando a evolução dos seus efeitos em suas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As equipes operacionais e administrativas da Companhia podem sofrer contaminações, perda de produtividade e risco à vida. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em seus negócios, além daquelas apresentadas neste Formulário de Referência.

As incertezas em relação à duração das interrupções dos negócios, bem como em relação aos níveis de disseminação mundial do vírus, provavelmente continuarão a impactar adversamente as economias nacional e global e produzirão impactos negativos sobre os níveis de gastos dos consumidores. A extensão total dos impactos da pandemia da COVID-19 nas operações da Companhia, métricas e desempenho financeiro depende de desenvolvimentos futuros que são inerentemente incertos e imprevisíveis. Dentre eles, incluem-se a duração e os níveis de propagação da pandemia da COVID-19 e seu impacto sobre os mercados financeiro e de capitais, além de quaisquer novas informações que venham a surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões e as ações tomadas para contê-lo. Qualquer um desses resultados pode ter um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais e capacidade de executar e capitalizar suas estratégias.

A Companhia poderá continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer mesmo após a diminuição da pandemia da COVID-19, já que há o desenvolvimento de uma

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

segunda onda de contaminação no Brasil e no mundo. A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final da pandemia da COVID-19 é altamente incerto. Novas variantes dos vírus, a incapacidade de vacinação em massa contra a COVID-19 pelo Governo Federal brasileiro e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Por fim, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19, agravando demais riscos aos quais a Companhia está sujeita.

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima em seus negócios e operações, os custos da Companhia podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança de seus colaboradores e sua capacidade de obter certos equipamentos, suprimentos ou serviços podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações da Companhia.

Além disso, os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre o efeito do COVID-19 nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Crescente utilização dos serviços de dados em substituição aos serviços de voz tradicional e às comunicações via serviço de mensagens curtas, ou SMS para usuários finais pode gerar efeito material adverso sobre os negócios de MVNO da Companhia junto à ISPs em seus resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Os clientes da Companhia na oferta *Mobile Virtual Network Operator* ("**MVNO**") para *Internet Service Providers* ("**ISPs**") enfrentam crescente concorrência dos serviços de dados não tradicionais que agregam serviços de voz e mensagens sobre as tecnologias de Internet, em especial, aplicativos *over-the-top* ("**OTT**"), como Whatsapp o Skype, Google Talk e FaceTime, entre outros. Esses aplicativos são muitas vezes gratuitos e permitem que seus usuários tenham acesso potencialmente ilimitado a mensagens e serviços de voz através da Internet, resultando em menor uso de serviços tradicionais de voz mais caros e serviços de mensagens, como o SMS, que têm sido historicamente uma fonte de receitas para as operadoras de redes móveis no Brasil. Com o uso crescente de smartphones, tablets e computadores no Brasil, um número crescente de clientes está usando os serviços de aplicativos OTT em substituição aos tradicionais de voz ou SMS. Como resultado, o mercado de MVNO em que a Companhia se encontra pode vir a ser afetado por uma maior competição e preços e acirramento de margens. Se os serviços não tradicionais móveis de voz e de dados ou serviços similares continuarem a aumentar em popularidade, tal fator poderá contribuir para novas quedas na receita média por usuário, ou *average revenue per user* (ARPU). Consequentemente, as margens mais baixas em produtos e serviços, poderiam ocasionar um efeito material adverso sobre os seus negócios de MVNO, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

O desempenho da Companhia é fortemente relacionado a performance de membros de sua alta administração e, portanto, a perda de membros da alta administração da Companhia ou sua incapacidade de identificar, atrair, contratar, treinar e manter pessoas chave pode ter um efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não há garantia de que os administradores e empregados qualificados, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso da Companhia, permaneçam no futuro atuando na Companhia, sendo que nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo ou a pacto de não concorrência.

Além disso, a Companhia não pode garantir que terá sucesso em identificar, atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e outras pessoas chave. Adicionalmente, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja uma contratação interna ou externa, podem ser demoradas e não ter êxito. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da alta administração da Companhia e outras pessoas chave e a sua incapacidade de contratar profissionais com a mesma experiência e qualificação, podem causar um efeito adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os contratos financeiros e outros instrumentos representativos das dívidas da Companhia estabelecem obrigações específicas para a Companhia, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode acarretar o inadimplemento ou vencimento antecipado dessas obrigações e afetar adversamente e de forma relevante a condição financeira da Companhia e sua capacidade de conduzir seus negócios.

Inadimplementos a instrumentos representativos de dívidas da Companhia que não sejam sanados ou renunciados pelos respectivos credores poderão acarretar a decisão desses credores em declarar inadimplemento ou o vencimento antecipado de tais dívidas, bem como podem resultar no vencimento antecipado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, o que poderia afetar adversamente e de forma relevante a condição financeira da Companhia e sua capacidade de conduzir seus negócios. Além disso, a Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras na eventual renegociação dos instrumentos financeiros em vigor, ou até eventuais restrições de caixa, situações que podem ser exacerbadas em decorrência da pandemia da COVID-19, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento de eventuais *covenants*.

Caso qualquer de suas dívidas sejam vencidas antecipadamente, inclusive em razão de inadimplemento cruzado (*cross-default*), a Companhia, suas subsidiárias e/ou as sociedades sob controle comum, conforme o caso, serão ou poderão ser obrigadas a realizar o pagamento integral da(s) respectiva(s) dívida(s) vencida(s), o que poderá causar um impacto adverso relevante na capacidade financeira da Companhia. Adicionalmente, caso as garantias outorgadas pela Companhia, suas subsidiárias e/ou as sociedades sob controle comum, conforme o caso, no âmbito de tais endividamentos sejam executadas, em virtude do vencimento antecipado de dívidas ou da insuficiência de recursos para seu integral pagamento no vencimento, os negócios e a condição financeira da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante. Para mais informações acerca dos contratos financeiros firmados pela Companhia, por suas subsidiárias e pelas sociedades sob controle comum, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A falta de disponibilidade de financiamento para o programa de investimentos da Companhia pode afetar a capacidade competitiva, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia utiliza, para efetuar os investimentos necessários à modernização, criação de novos produtos, ampliação e manutenção dos seus *cores* de rede e outros, além de recursos próprios, recursos de terceiros, obtidos por meio de empréstimos e financiamentos. Não há garantia de que a Companhia consiga obter os recursos necessários ou a custos aceitáveis para a realização da totalidade de seus programas de investimentos, obtendo recursos para desenvolver ou adotar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

novas tecnologias em tempo adequado para a manutenção da sua competitividade, o que poderá afetar os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia. Ademais, caso a Companhia incorra em endividamento adicional em grande proporção, os riscos associados à sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente por meio de suas subsidiárias para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso sobre seus resultados e negócios.

As receitas com clientes corporativos geradas pela Companhia dependem da manutenção e renovação dos seus contratos de serviços integrados de tecnologia junto aos seus clientes.

As receitas com clientes corporativos da Companhia são dependentes de serviços integrados de tecnologia suportadas por contratos, muitos dos quais de longo prazo. A manutenção e a renovação destes contratos dependem da qualidade dos serviços prestados e da competitividade da oferta. Quando não atingidos, poderão ensejar a vontade dos clientes de mudarem de provedor, mesmo frente aos custos de mudança. Caso a Companhia apresente queda nas suas taxas de entrega de níveis de serviços ou, ainda, caso haja aumento da concorrência ou ocorra condições adversas de mercado ou demanda por tais tipos de serviços, poderá haver um efeito adverso nos resultados operacionais, financeiros, incluindo fluxos de caixa, rentabilidade e liquidez da Companhia.

A necessidade de obter capacidade adicional para a rede da Companhia com os provedores de core, VoiP e IoT, e com os provedores de serviço, CPaaS, plataformas, poderia aumentar os custos da Companhia.

A Companhia opera em cima da rede de terceiros para *Internet of Things* ("**IoT**") e *Voice over Internet Protocol* ("**VoIP**"), através de contrato de VoIP com as grandes operadoras no Brasil e no mundo e com a sua *Mobile Network Operator* ("**MNO**") no caso de IoT. Se estes provedores de infraestrutura e capacidade VoIP e os de IoT, bem como os provedores de serviços *Communications Platform as a Service* ("**CPaaS**") sofrerem dificuldades financeiras ou falência, a Companhia poderá incorrer em problemas de capacidade. A Companhia também pode incorrer em despesas materiais se tiver que buscar novos fornecedores de *core*, no caso de IoT. A Companhia pode não conseguir obter razoáveis recursos de rede alternativos, se necessário. A falta de utilização de recursos de rede alternativa, se necessário, poderia ter um efeito adverso relevante na capacidade de realizar operações comerciais.

Os preços são regulados pela ANATEL para o segmento VoIP referente às receitas obtidas no Brasil e aos custos de obtenção de serviços de outras operadoras, que compreendem uma proporção das despesas operacionais de transporte de longa distância de dados e voz. Desta forma, uma grande proporção dos custos de fornecimento do serviço consiste em pagamentos à outras operadoras. Mudanças na regulamentação de telecomunicações e de provedores de redes de acesso locais, poderiam indiretamente, mas significativamente, afetar a posição competitiva da Companhia. Essas mudanças podem aumentar os custos de fornecer nossos serviços, causando um efeito adverso relevante para os negócios e resultados financeiros da Companhia.

As operações da Companhia dependem de sua rede de core de VoIP, CPaaS e IoT. Uma eventual falha dos componentes core de rede pode causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode reduzir ou inviabilizar a capacidade da Companhia prestar os serviços adequadamente a seus clientes.

Danos e/ou falhas no *core* de rede e sistemas de suporte da Companhia podem resultar em atrasos ou interrupções nos serviços prestados e impactar sua capacidade de oferecer aos clientes serviços adequados por meio de sua rede. Alguns dos riscos para as redes de infraestrutura de conectividade e a rede de TI de sistemas de suporte da Companhia incluem: (i) danos físicos no *core* de rede IoT, principal e redundância, e no core de VoIP nas localidades onde estão com evento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ocorrendo de forma simultânea; (ii) apagões de eletricidade com duração maior do que a autonomia do sistema de energia do *datacenter* da empresa e demais *colocations* que a empresa faz uso; (iii) defeitos de *hardware* e *software* em sistemas de suporte; (iv) falhas por motivos além do alcance da Companhia; (v) falhas de segurança, ataques cibernéticos; (vi) falhas no sistema de resfriamento do *datacenter*, gerando a superaquecimento dos equipamentos hospedados; e (vii) desastres naturais, inclusive por incêndio, explosão, tempestades ou quaisquer outros eventos inesperados nos pontos de presença da Companhia. Eventuais danos ou falhas no sistema podem causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode reduzir ou inviabilizar a capacidade da Companhia em prestar os serviços adequadamente a seus clientes, podendo reduzir as suas receitas operacionais, e adicionalmente, pode fazer com que a Companhia incorra em despesas adicionais. Além disso, a ocorrência de qualquer um desses eventos pode submeter a Companhia a multas e outras sanções impostas pela ANATEL, além da obrigação de conceder aos clientes os devidos descontos em caso de indisponibilidade ou degradação do serviço prestado, afetando seus negócios e resultados operacionais.

Decisões judiciais, administrativas ou arbitrais desfavoráveis à Companhia e/ou seus administradores e/ou suas controladas podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e eventuais divergências na interpretação da legislação entre a Companhia, suas controladas e as autoridades competentes podem trazer efeitos adversos relevantes à Companhia e suas atividades.

A Companhia, seus acionistas, suas controladas e seus respectivos administradores são e poderão vir a ser réus em processos administrativos, judiciais e arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, criminais, ambientais e regulatórias, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia (quando houver) serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos.

Caso as decisões nos processos acima mencionados sejam desfavoráveis, a Companhia poderá ser afetada negativa e materialmente. Ainda, decisões contrárias aos interesses da Companhia, que impeçam a realização de negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso significativo nos negócios, na situação financeira e na reputação da Companhia.

Além disto, a Companhia não pode assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, clientes, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não estejam ou venham a ser envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, Policia Federal, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Processos dessas naturezas contra pessoas ligadas à Companhia podem impactar adversamente a imagem e reputação da Companhia perante seus clientes, fornecedores e investidores, bem como causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia.

No caso específico de eventuais processos de natureza criminal envolvendo um ou mais dos administradores da Companhia, decisões desfavoráveis podem impossibilitá-los de exercer suas funções na Companhia, bem como impactar a capacidade de a Companhia celebrar contratos com o poder público e/ou receber incentivos/benefícios fiscais. Para mais informações sobre processos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevantes em que a Companhia e suas controladas são partes, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas em empresas a serem adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas ou não identificáveis em empresas a serem adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora. Tais contingências podem ter natureza regulatória, trabalhista, previdenciária, cível, fiscal, de propriedade intelectual e proteção de dados, dentre outras, ou serem referentes a direitos do consumidor e do meio ambiente. As próprias empresas adquiridas, inclusive, podem vir a figurar como sucessoras em contingências que elas mesmas não haviam identificado no momento de sua aquisição pela Companhia, sendo que para estas contingências, a Companhia também poderá ser responsabilizada. Caso a Companhia venha a incorrer em custos e despesas associadas a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira e imagem poderão ser negativamente afetados. Ainda, eventuais valores retidos do preço das aquisições, caso aplicável, que servem para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria legal, podem não ser suficientes.

A Companhia pode enfrentar dificuldades ou não ser capaz de integrar com sucesso os ativos ou as operações de companhias adquiridas.

O crescimento da Companhia até o momento se deu de forma orgânica, mas em seu plano de crescimento espera alavancar crescimento através de aquisições. Se a Companhia crescer rapidamente por meio de aquisições, talvez não consiga gerenciar seu crescimento de maneira eficiente. Os riscos que a Companhia pode enfrentar no âmbito das aquisições e dos processos de integração de algum dos ativos ou de alguma das companhias adquiridas incluem uma possível interrupção das operações em curso e desvio da atenção por parte da sua administração para atividades de transição, aquisição ou integração. A Companhia pode ainda experimentar dificuldades na integração das operações e atividades dos ativos e das companhias adquiridas no sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência esperados, além de outras incompatibilidades, inclusive na integração de recursos humanos e de outros recursos administrativos.

Devido às limitações inerentes ao processo de diligência, a Companhia pode não identificar todos os eventos e circunstâncias que podem impactar a avaliação ou desempenho de uma companhia adquirida, a levando a incorrer em despesas diversas para mitigar riscos operacionais surgidos após a conclusão da aquisição.

Adicionalmente, uma aquisição, após realizada, pode se revelar não adequada à estratégia de negócios da forma que a Companhia esperava, podendo demandar investimentos adicionais não previstos ou não apresentar o retorno esperado do investimento realizado. É possível que a Companhia tenha dificuldades para incorporar produtos e serviços adquiridos em suas linhas de produtos e serviços existentes, bem como manter seus padrões de qualidade, controles, procedimentos, suporte e políticas de forma uniforme.

Eventuais aquisições poderão também exigir que a Companhia aumente sua dívida ou acesse os mercados financeiros e de capitais, inclusive mediante a emissão de novas ações, o que poderá acarretar aumento do endividamento e de exposição da Companhia, bem como na diluição da participação societária dos acionistas no capital social da Companhia, conforme o caso. Adicionalmente, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir o lucro e, consequentemente, reduzir os dividendos a serem distribuídos aos acionistas. A materialização de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

qualquer risco relacionado a uma aquisição poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios.

A Companhia não pode garantir que quaisquer de seus objetivos e estratégias serão integralmente realizados. Por exemplo, à medida que a Companhia busca expandir suas atividades para outras regiões do Brasil e do mundo, a Companhia pode não ser capaz de replicar seu modelo de negócios de forma a atender às demandas dos diferentes mercados. Nesse cenário, a efetiva produtividade, investimentos, custos operacionais e estratégia de negócios da Companhia poderão se revelar substancialmente menos favoráveis do que aqueles estimados. As dificuldades poderão advir, especialmente, de questões regulatória, fiscais, demográficas, de concorrência e/ou de tecnologia entre outros, podendo causar efeitos adversos em suas expectativas de resultado operacionais.

As vendas da Companhia podem ser suspensas em razão de problemas com a qualidade dos seus serviços.

A ANATEL e outros órgãos judiciários e administrativos têm a autoridade para suspender a comercialização dos serviços e produtos ofertados pelas Sociedades controladas pela Companhia que fazem uso de seu set de licenças com o intuito de melhorar a qualidade geral dos serviços de telecomunicações. As suspensões de vendas geralmente se aplicam aos serviços que receberam reclamações de consumidores e de organizações de proteção ao consumidor.

A ANATEL coloca à disposição dos consumidores um canal específico para registro de reclamações contra as prestadoras com base em vários atributos, dentre eles o atributo “Qualidade, Funcionamento e Reparo”. Caso haja um aumento nas reclamações de clientes no futuro, a comercialização de um ou mais serviços pode ser suspensa até um plano ser produzido e aprovado pela ANATEL, o que pode afetar o negócio e os resultados das operações da Companhia de forma significativa.

O uso não autorizado dos serviços pode afetar adversamente os custos e resultados operacionais da Companhia.

O uso não autorizado ou indevido dos serviços da Companhia por agentes fraudulentos poderá causar um efeito adverso relevante nos seus custos e resultados operacionais, tendo em vista os custos incorridos na prestação dos serviços. A Companhia poderá sofrer perdas em suas receitas decorrentes da prestação de serviços vinculados a contratos celebrados de forma fraudulenta por agentes no ato da contratação, bem como despesas devido à sua obrigação de reembolsar os fornecedores pelos custos de serviços fornecidos a agentes fraudulentos.

Além disso, a Companhia incorre em custos associados com o uso não autorizado e/ou indevido da sua rede, incluindo custos administrativos e de capital associados com a implementação e monitoramento de sistemas e políticas antifraude.

A ANATEL implementa a Iniciativa de Fiscalização Regulatória para realizar atividade de investigação e monitoramento de práticas de geração de tráfego adulterado com técnicas de *spoofing* sob a responsabilidade de Prestadoras de Pequeno Porte (“**PPP**”). O *spoofing* é utilizado para enganar o destinatário de uma chamada ou mensagem, produzindo uma informação falsa sobre o originador do tráfego. A prática manipula um elemento de rede, de responsabilidade das prestadoras, para fraudar informações sobre o *Caller ID,* em violação às normas do setor, consistindo em atividade fraudulenta.

Assim, o uso não autorizado da rede pode afetar adversamente os custos e resultados operacionais da Companhia, bem como gerar contingências, aplicação de penalidades para a Companhia,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

impactando de forma adversa as suas atividades e resultado operacional. Para mais informações, veja a descrição dos processos administrativos no Item 4.3 deste Formulário de Referência.

Danos não segurados, não cobertos pelos seguros contratados pela Companhia ou sobre os quais não seja possível contratar seguro poderão resultar em prejuízos, impactando de forma adversa os negócios da Companhia.

A ocorrência de quaisquer dos eventos não segurados, não cobertos nos termos das apólices contratadas pela Companhia ou a ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado poderá gerar prejuízos significativos à operação da Companhia. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Seguradoras podem reduzir ou questionar a cobertura ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros. No caso de reduções significativas na cobertura do seguro, a responsabilidade da Companhia aumentaria significativamente. Havendo aumento significativos nos prêmios de seguros, as despesas operacionais aumentariam, afetando negativamente os resultados das operações da Companhia. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, pode colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que, nessa hipótese, danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Adicionalmente, as seguradoras podem aumentar significativamente os prêmios de seguros da Companhia, e reduzir valores de cobertura de seguro de responsabilidade civil em relação a danos resultantes de atos de guerra, terrorismo, acidentes, apreensões ou eventos similares.

Alguns riscos de negócios são mantidos sem cobertura de seguro, incluindo interrupções nos negócios ou lucros cessantes, e perdas decorrentes de problemas técnicos. Na eventual materialização de riscos não segurados, os negócios e os resultados financeiros da Companhia podem ser adversamente afetados. Além disso, não há garantia de que, nos casos em que exista um seguro contratado, a cobertura abrangerá todos os potenciais riscos envolvidos. Caso as perdas efetivas incorridas para a Companhia excedam o montante segurado, esta ser obrigada a arcar com prejuízos substanciais, que terão um impacto adverso nas operações e situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a erros, atrasos ou falhas de medidas de segurança de tecnologia da informação ("TI"), que poderão também ser violadas ou comprometidas, além de estar sujeita a indisponibilidades imprevistas de sistema de TI, que podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A Companhia desenvolve uma infraestrutura comum de tecnologia, processos e pessoas. Certas redes e sistemas de informação são essenciais para as atividades da Companhia e suas controladas. Os sistemas de informação devem suportar de maneira adequada todas as necessidades de arquivamento e processamento de informações, além de garantir o acesso a todos os interessados, obedecendo aos critérios de confidencialidade e proteção de dados determinados, inclusive nos termos da legislação vigente aplicável. Falhas em determinados sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem resultar em perdas de negócios.

A contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem compartilha dados pessoais e informações, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes por pessoas dentro ou fora da organização, ataques cibernéticos ou falhas de sistemas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que causam degradação aos sistemas ou indisponibilidade de serviço, e penetração nos sistemas de tecnologia da informação e plataformas por terceiros e infiltração de *malware* (tais como vírus de computador) nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem afetar a Companhia adversamente, podendo, provocar, inclusive interrupção da prestação dos serviços da Companhia e, consequentemente, afetar as operações dos seus clientes.

Em tais hipóteses, a Companhia estará sujeita a responsabilidades significativas perante seus clientes ou os clientes de seus clientes em virtude da violação das disposições contratuais, tanto no que diz respeito à adequada disponibilidade do serviço quanto com relação às suas obrigações de confidencialidade ou leis de privacidade e de proteção de dados pessoais.

Ademais, a Companhia pode ser obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para seguir os parâmetros de segurança exigidos por leis ou normas aplicáveis, se proteger da ameaça de quebras de segurança e para minimizar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos sistemas internos de TI. Portanto, a incapacidade da Companhia em operar suas redes e sistemas devido a ciberataques pode resultar em despesas significativas e/ou perda de participação de mercado para outras operadoras.

Além disso, se a Companhia não conseguir impedir o roubo de informações valiosas, tais como dados financeiros, informações confidenciais e propriedade intelectual, ou se não conseguir proteger a privacidade dos clientes e funcionários e dados confidenciais contra violações de rede ou de segurança de TI, esta pode ter danos à sua reputação, ter a confiança dos investidores e clientes quebrada e, ainda, ser obrigada a, eventualmente, pagar multas ao órgão regulador em virtude de suas práticas.

Assim, a divulgação não autorizada de dados exclusivos ou confidenciais de clientes, bem como de quaisquer dados pessoais, seja pela violação de sistemas de computador, falha de sistema, ataques cibernéticos ou por qualquer outra forma, pode (i) prejudicar a reputação da Companhia e fazer com que esta perca os clientes existentes e os clientes em potencial, (ii) sujeitar a Companhia a penalidades previstas em lei; e (iii) afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais, a imagem e situação financeira da Companhia.

Por fim, os custos associados a um ataque cibernético podem incluir incentivos dispendiosos, oferecidos a clientes e parceiros comerciais atuais para manter seus negócios, acrescidos de despesas com medidas de cibersegurança e o uso de recursos alternativos, perda de receita com a interrupção de atividades e ações judiciais. Caso não seja possível lidar adequadamente com tais riscos de cibersegurança, ou a rede operacional e os sistemas de informação sejam comprometidos, poderá haver um efeito adverso nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por qualquer violação de medidas de segurança ou caso venha a sofrer danos, sua reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser materialmente e adversamente afetados.

Os preços de mercado de muitos dos serviços da Companhia diminuíram no passado e podem diminuir no futuro, resultando em menores receitas e margens do que prevemos.

A estrutura de conectividade para as chamadas, base da oferta do segmento de VoIP e parte do pacote de serviços ofertados nos segmentos CPaaS e CPaaS-OTT, observou queda de preços entre 2014 e 2019 oriunda de regulamentações definidas pela ANATEL a respeito de tarifas de interconexão. As tarifas de interconexão servem como um proxy na definição de preços para ofertas que compreendem o Brasil e que compõem grande parte da receita de conectividade dos segmentos de atuação da Companhia. À medida que os preços de alguns dos serviços diminuem,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

A Companhia depende da infraestrutura logística do Brasil e da execução de estratégias internas de recebimento, armazenagem e transporte de produtos e equipamentos, os quais podem ser impactados por eventos diversos.

No segmento de CPaaS-IoT, a Companhia faz uso da infraestrutura de logística no Brasil, uma vez que distribui SIM Cards, elemento de conectividade do seu pacote de serviços, através de tal estrutura logística. Os SIM Cards são também armazenados e estocados. O crescimento dos negócios da Companhia exigirá que seu sistema de armazenamento, controle de estoque e distribuição evoluam. Em face do crescimento das vendas online no Brasil, a Companhia pode vir a ter problemas em umas destas etapas, impactando sua política de abastecimento de estoque, isto é, problemas com espaço físico, escassez ou alta de preços, o que pode impactar preços e volume total a estocar. Problemas com manuseio do estoque podem a gerar atrasos na ativação de novos clientes, diminuindo, desta forma, a competitividade da Companhia. Além disso, problemas no envio, em decorrência de falhas nos sistemas de logística no Brasil, também podem impactar a competitividade e atratividade da Companhia no mercado, afetando adversamente seus negócios e resultados operacionais.

As receitas geradas pela Companhia dependem da manutenção e renovação dos seus contratos junto aos seus clientes.

A Companhia possui diferente contratos para os segmentos em que atua. No segmento de CPaaS-IoT, a Companhia opera com contratos performados (obrigações de pagamento mensal pelo cliente, independente do uso) que são iniciados a cada nova ativação de um SIM Card e ou dispositivo conectado. O mesmo ocorre com a oferta de numeração no segmento de CPaaS-OTT e CPaaS. Contudo, há um volume elevado de receita nos segmentos VoIP, CPaaS e CPaaS-OTT em contratos que são a performar (o cliente é faturado de acordo com o uso), isto é, o faturamento auferido pela Companhia provém do uso de seus serviços e conectividade disponíveis em plataforma. No caso dos contratos performados, sua duração varia de 12 a 36 meses para CPaaS-IoT e possuem prazo indeterminado para CPaaS e CPaaS-OTT. Já os contratos a performar possuem prazo indeterminado e podem ser cancelados por aviso prévio de qualquer das partes. Importante destacar, que os contratos a performar ou sob demanda, não possuem volumes mínimos de uso ou vedações em caso de uso da concorrência. Nestes dois casos, a Companhia pode vir a sofrer a não renovação destes contratos, impactando, desta forma, os resultados nos segmentos em que atua**.**

Os riscos reais ou percebidos para a saúde ou outros problemas referentes à tecnologia de telecomunicações móveis podem levar ao litígio ou diminuição do uso de comunicações móveis, o que poderia prejudicar a Companhia e a indústria móvel como um todo.

Os efeitos e danos causados pela exposição a um campo eletromagnético foram e são objeto de avaliações cuidadosas pela comunidade internacional científica, com resultados poucos conclusivos até agora. Assim, a Companhia não pode desconsiderar que a exposição aos campos eletromagnéticos ou outras emissões originárias de aparelhos eletrônicos serão identificados como um risco à saúde no futuro. Além disso, a mídia e outros relatórios sugerem que as emissões de radiofrequências dos aparelhos eletrônicos podem causar problemas à saúde. Essas preocupações podem ter um efeito adverso na indústria de telecomunicações sem fio e, possivelmente, expor os fornecedores de serviços sem fio, incluindo a Companhia, a litígios. A Companhia pode ser considerada responsável pelos custos ou danos associados a essas preocupações, o que poderia ter um efeito adverso nos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. A

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia não pode garantir que a pesquisa médica e estudos adicionais refutarão uma ligação entre a tecnologia móvel em questão e esses problemas de saúde, causando um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia pode ser incapaz de responder à tendência recente de consolidação do mercado brasileiro de telecomunicações.

O mercado brasileiro de telecomunicações vem sendo objeto de consolidação. Empreendimentos conjuntos, incorporações e aquisições entre os prestadores de serviço de telecomunicações, a exemplo dos ISPs – *Internet Service Provider*, são possíveis no futuro. À medida que a consolidação ocorre, ela pode resultar no aumento de concorrência dentro do mercado de atuação da Companhia, que por sua vez, talvez seja incapaz de responder adequadamente às pressões de preço resultantes da consolidação do mercado, afetando adversamente o negócio, condição financeira e resultados de operações da Companhia. Esse cenário também pode envolver a Companhia na atividade de incorporação ou aquisição de outras companhias em resposta às mudanças no ambiente competitivo, o que pode desviar recursos e atenção da administração da Companhia de outras frentes prioritárias dos seus negócios.

Terceiros podem impedir a Companhia de usar a tecnologia necessária para fornecer os serviços da Companhia ou sujeitá-la a litígios de propriedade intelectual.

A Companhia depende da tecnologia (propriedade intelectual) desenvolvida por terceiros para conduzir os seus negócios, a saber, patentes, programas de computador, licenças de uso, dentre outros, de modo que, se o uso da propriedade intelectual de terceiros, pela Companhia para fornecer os serviços, for considerado ilegal e/ou irregular, a Companhia pode ser impedida, inclusive judicialmente, de continuar utilizando tal propriedade intelectual.

Ainda, a incapacidade da Companhia de negociar uma licença para a propriedade intelectual, de titularidade de terceiros, essencial para a condução de seus negócios, em termos aceitáveis, poderia obrigá-la a deixar de usar a respectiva propriedade intelectual, bem como obrigá-la a deixar de oferecer serviços que incorporem a propriedade intelectual. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser condenada a indenizar terceiros e/ou se envolver em litígios onerosos e complexos, os quais, independentemente do resultado, poderão causar efeito adverso relevante para os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser prejudicada se não for capaz de proteger e fazer valer seus direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se seus parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização

O sucesso da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger e preservar os seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, segredos comerciais e know-how. Quaisquer problemas relacionados aos ativos de propriedade intelectual detidos pela Companhia e suas controladas podem afetar a Companhia negativamente e, ainda, o seu crescimento e desempenho financeiro podem ser afetados caso parte ou a totalidade destas informações comercialmente sensíveis sejam acessados por concorrentes.

Além disto, eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual ("**INPI**") ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia, ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia e afetar adversamente a sua reputação.

A Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas em tempo hábil ou seus concorrentes podem contestar ou invalidar quaisquer de suas marcas existentes ou futuras

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

solicitadas ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia, sendo que não há garantias de que a Companhia obterá êxito em tais litígios e, portanto, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente de forma significativa.

Ainda, a Companhia não pode garantir que fará ou terá sucesso no monitoramento de uso não autorizado de ativos de propriedade intelectual, uma vez que, quando realizado, tal monitoramento demanda esforços e recursos significativos. Portanto, não há como garantir que terceiros não tenham registado ou adquirido direitos sobre marcas idênticas ou similares para produtos ou serviços que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("**LGPD**") regula o tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência internacional de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições.

Ainda, a LGPD também autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Necessário esclarecer que a maior parte das disposições da LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, que estão vigentes desde 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, poderá estar sujeita, de forma isolada ou cumulativa, às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio e/ou eliminação de dados pessoais, multa de até 2% (dois por cento) de seu faturamento (ou de seu grupo ou conglomerado no Brasil) no último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração e multa diária, observado limite global mencionado. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Além das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados pessoais atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Portanto, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, como divulgação ou uso indevido de informações pessoais, em desacordo com a LGPD, podem acarretar multas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

elevadas para a Companhia, divulgação do incidente para o mercado, bloqueio temporário ou eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão das atividades da Companhia.

Da mesma forma, os mecanismos de segurança e controles podem não ser suficientemente eficazes para impedir eventual divulgação não autorizada de dados que constem nos sistemas da Companhia e de suas controladas. Caso tais sistemas sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações de clientes/consumidores, a Companhia poderá estar exposta às penalidades da Lei 13.709/2018, demandas judiciais decorrentes de erros, falhas, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, o que poderá afetar negativamente a reputação, os resultados e, consequentemente, o valor das ações da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências nos controles internos da Companhia e, se a Companhia não for capaz de adotar as medidas corretivas necessárias, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros, o que pode ter um efeito adverso significativo para a Companhia.

Os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas ou erros. Como parte da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes da Companhia identificaram certas deficiências nos controles internos da Companhia, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar essas falhas e que seus esforços de remediação serão bem-sucedidos. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária.

Nesse sentido, o relatório circunstanciado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 apontou certas deficiências nos controles internos da Companhia, incluindo certas deficiências qualificadas como significativas, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Especificamente, as falhas nos controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas foram: (i) ausência de revisão sobre lançamentos manuais efetuados diretamente na contabilidade (aplicável a todas as empresas); (ii) falha no controle sobre o processo de consolidação e conversão de balanços (aplicável a Datora Participações); (iii) falha na revisão sobre a preparação das demonstrações financeiras (aplicável a Datora Participações); e (iv) ambiente de TI (aplicável a todas as empresas). A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária.

Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão. Para mais informações, vide item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas. Além disso, podem ocorrer falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios, reputação e situação financeira da Companhia.

Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, além dos seus controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia estejam sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção e a infrações à concorrência a que a Companhia está sujeita, como por exemplo, a título exemplificativo, a Lei nº 12.529/2012 ("**Lei de Defesa da Concorrência**"), o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("**Lei de Improbidade Administrativa**"), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998 ("**Lei de Lavagem de Dinheiro**"), a Lei nº 12.846/2013 ("**Lei Anticorrupção**"), o Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas.

As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial das atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estar que, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia.

Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar *(i)* violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Lavagem de Dinheiro, Lei de Defesa da Concorrência ou leis similares; *(ii)* ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários ou terceiros contratados para representar a Companhia; *(iii)* outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de suas políticas internas, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta dos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários, parceiros de negócios e terceiros que atuem em seu nome ou em benefício da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis indicadas acima, em face da Companhia, seus administradores, funcionários ou terceiros que atuam em nome da Companhia podem resultar, dentre outras consequências, em: *(i)* multas e indenizações nas esferas administrativa civil e penal; *(ii)* perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; *(iii)* proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou *(iv)* perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todas as referidas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante nos negócios, resultados operacionais e financeiros da Companhia, bem como podem afetar negativamente sua reputação.

Por fim, a Companhia pode ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, controladoras, coligadas, que nesse caso podem, também, afetar negativamente a sua reputação, negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de liquidez que podem afetar suas operações e seus resultados.

A manutenção de nível de liquidez adequado é fundamental para os negócios da Companhia, evitando que escassez de caixa gere dificuldades em honrar suas obrigações, inclusive perante clientes.

Caso, por qualquer motivo, haja um problema de liquidez e/ou de fluxo de caixa, levando a um desenquadramento ou descasamento entre ativos e passivos, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações.

A deterioração do cenário de crédito, uma piora na situação financeira dos clientes da Companhia ou um aumento dos níveis de pagamentos em atraso e/ou inadimplência podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, bem como comprometer a habilidade da Companhia de cumprir com suas obrigações. Também, danos à imagem da Companhia e de suas controladas ou administradores podem gerar perda de confiança de credores e clientes, que poderão optar por rescindir seus contratos com a Companhia e, assim, colaborar para um descasamento ainda maior entre a liquidez dos ativos e passivos.

Além disso, os impactos econômico-financeiros causados pela extensão ou agravamento da pandemia da COVID-19 e a atuação regulatória perante a pandemia podem causar limitações à liquidez e ao capital. A extensão ou agravamento da pandemia da COVID-19 e a consequente desaceleração econômica e volatilidade no mercado financeiro e de capitais brasileiro e mundial poderão ter efeitos adversos graves nos negócios da Companhia e suas controladas, sua condição financeira, liquidez e resultados operacionais.

A captação de recursos por meio de uma oferta de ações, ou de títulos conversíveis em ações, poderá diluir a participação acionária dos acionistas da Companha, bem como o valor econômico do investimento dos acionistas.

A Companhia poderá, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de ações, títulos de dívida ou outros valores mobiliários, conversíveis ou não em ações. A captação de recursos por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos acionistas no capital social da Companhia. Adicionalmente, nos casos em que haja direito de preferência, investidores podem não considerar o preço de emissão

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

vantajoso e deixar de subscrever as ações ou títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também pode levar à sua diluição.

Adicionalmente, os acionistas poderão sofrer pela alteração no preço das ações de emissão da Companhia, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações de emissão da Companhia ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores no capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultado operacional.

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis podem causar danos significativos às redes da Companhia, danificar ou destruir as suas instalações e propriedades, ocasionar atrasos em seus projetos e causar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica podem implicar aumentos significativos nos custos.

A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata e poderá contratar novas transações com partes relacionadas. As partes relacionadas à Companhia podem ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia.

Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações poderão ser insuficientes, levando a potenciais impactos negativos para os negócios da Companhia, afetando adversamente suas atividades, situação financeira e resultados, bem como seus acionistas e sua reputação.

Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas, veja a seção 16 deste Formulário de Referência.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os interesses do atual acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, seu acionista controlador têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias nos seus resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

O exercício do poder de controle da Companhia por um novo acionista ou grupo de acionistas controladores, dependerá de anuência prévia da ANATEL.

Caso a Companhia deixe de contar com um acionista que detenha controle, tal como definido no Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução ANATEL nº 101/1999 e na legislação em vigor, estará suscetível ao surgimento de um novo acionista ou grupo de acionistas que passe a deter tal controle e, consequentemente, exercer o poder decisório das atividades da Companhia. A transferência de controle e, portanto, o efetivo exercício do poder de controle da Companhia por um novo acionista ou grupo de acionistas controladores dependerá de anuência prévia da ANATEL, nos termos da Lei Geral de Telecomunicações, e da regulamentação vigente da ANATEL, sobretudo a Resolução ANATEL nº 101/1999 e o Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução ANATEL nº 720/2020.

Neste sentido, o exercício de quaisquer direitos políticos atrelados às ações desta oferta pública inicial, tais como o direito de participar ou indicar pessoa para membro de Conselho de Administração, da Diretoria ou órgão com atribuição equivalente e direito de voto e/ou veto estatutário em qualquer matéria ou deliberação da Companhia, excetuados os direitos já conferidos por lei, deve observar as regras regulatórias editadas pela ANATEL que disciplinam a transferência de controle de prestadora de serviços de telecomunicações.

De acordo com o Regulamento Geral de Outorgas, a anuência prévia da ANATEL é requisito para a transferência do controle societário das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações quando: (i) as partes envolvidas na operação se enquadrarem nas condições dispostas no artigo 88 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; ou (ii) a transferência de controle envolver concessionária, permissionária ou autorizatária cuja outorga de serviços decorra de procedimento licitatório, acompanhada dos requisitos de habilitação constantes do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução nº 65, de 29 de outubro de 1998.

Além disso, nos termos do Decreto Federal nº 2.617, de 5 de junho de 1998, as concessões, permissões e autorizações para exploração de serviços de telecomunicações de interesse coletivo poderão ser outorgadas ou expedidas somente a empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, em que a maioria das cotas ou ações com direito a voto pertença a pessoas naturais residentes no Brasil ou a empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no país. Nesse sentido, eventual transferência de controle também deverá observar a referida regra. Vale mencionar que, em 27 de agosto de 2021, foi publicada a Lei Federal nº 14.195/2021, que revogou o dispositivo da Lei Geral de Telecomunicações que conferia fundamento de validade ao Decreto Federal nº 2.617/1998, não mais autorizando o Poder Executivo a estabelecer limites à participação estrangeira no capital de prestadora de serviços de telecomunicações.

Independentemente da configuração da eventual necessidade de submissão prévia da aquisição de controle da Companhia à ANATEL, a aquisição de direitos políticos que possam configurar controle para fins do setor de telecomunicações estará sujeita a determinadas restrições. O novo controlador, direto ou indireto, não poderá **(i)** prestar, direta ou indiretamente, o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("**STFC**") na mesma modalidade e área de atuação das subsidiárias da Companhia, conforme determinado pelo art. 10-E da Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que aprovou o Regulamento do STFC ("**RSTFC**"), devendo haver a regularização das outorgas no prazo de 18 meses; **(ii)** direta ou indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, controlar ou deter participação igual ou superior a 30% do capital social votante em concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil, conforme determinado pelo art. 5º, §1º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que aprovou a Lei do Serviço de Acesso Condicionado ("**Lei do SeAC**").

Do ponto de vista regulatório, eventual inobservância dos deveres decorrentes da legislação e da regulamentação aplicáveis sujeitará os infratores às seguintes sanções, aplicáveis pela ANATEL, sem prejuízo das de natureza civil e penal, assegurada a oportunidade de prévia e ampla defesa: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; e (v) declaração de inidoneidade. Conforme a Resolução ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012, que aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, além das sanções previstas na Lei Geral de Telecomunicações, a ANATEL também poderá aplicar sanções de obrigação de fazer e obrigação de não fazer.

(c) aos acionistas da Companhia

A Companhia não vislumbra qualquer risco relevante relacionado aos seus acionistas, que sejam capazes de influenciar, de modo relevante, a decisão de investimento, além daqueles descritos no item (b) acima.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

Parte da receita da Companhia é decorrente do resultado operacional das sociedades controladas e as atividades de algumas de suas controladas estão intimamente relacionadas com as atividades da Companhia. A descontinuidade de algumas das controladas da Companhia poderá afetar negativamente as operações e os resultados.

A Companhia detém participação direta e indireta em sociedades no Brasil e em determinados países em que atua, e, portanto, depende dos resultados operacionais das suas subsidiárias e controladas. A capacidade da Companhia de adimplir suas dívidas e outras obrigações depende não apenas da sua geração de fluxo de caixa, mas também da geração de fluxo de caixa de suas subsidiárias e da capacidade delas de disponibilizar caixa na forma de pagamentos de juros sobre capital próprio, repagamento de dívida, dividendos, entre outros. Ademais, restrições legais e contratuais podem limitar a capacidade da Companhia de obter caixa de suas subsidiárias e controladas. Se essa limitação se verificar, a Companhia pode ser incapaz de efetuar os pagamentos exigidos de principal e juros de suas dívidas, ou de honrar suas obrigações.

Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais das subsidiárias, controladas e participadas da Companhia poderia afetar adversa e relevantemente os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxo de caixa da Companhia.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos prevista na legislação atual poderá ser revista e os dividendos poderão passar a ser tributados no futuro, impactando negativamente a Companhia, haja vista que impostos poderão ser devidos sobre a distribuição de dividendos por suas subsidiárias.

Eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades do seu grupo econômico pode ser conduzido em bases consolidadas.

O judiciário brasileiro pode determinar que eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades de seu grupo econômico seja conduzido considerando que a Companhia, suas subsidiárias e/ou outras sociedades do seu grupo econômico fossem uma única

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sociedade. Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de suas subsidiárias e de outras sociedades do seu grupo econômico.

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável.

A Companhia detém participação em sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são e poderão ser parte em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado da condenação poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas, inclusive questões previdenciárias e trabalhistas. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, a imagem, os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser adversamente impactados.

Consta no objeto social de subsidiária da Companhia atividades próprias de Instituição de Pagamento reguladas pelo Banco Central do Brasil.

No contrato social de Datora Pag Ltda. ("**Datora Pag**"), subsidiária da Companhia, constam atividades próprias de instituição de pagamento que são reguladas e cujo respectivo exercício depende de autorização pelo Banco Central do Brasil ("**BACEN**"). Caso a Datora Pag não venha a alterar o seu objeto social de modo a excluir as atividades exclusivas de instituições reguladas pelo BACEN, as quais não são atualmente exercidas pela respectiva entidade, esta estará sujeita à potencial fiscalização e imposição de penalidades pelo BACEN, o que poderá afetar negativamente os negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

(e) aos fornecedores da Companhia

Certos insumos-chave estão sujeitos a riscos relacionados à importação e a Companhia adquire outros insumos-chave de um número limitado de fornecedores domésticos, o que pode limitar ainda mais a capacidade da Companhia de adquirir tais insumos de forma oportuna e econômica.

O elevado crescimento dos mercados de dados, tecnologia e IoT em particular podem resultar em um fornecimento limitado de equipamentos e insumos essenciais para a prestação de tais serviços, tais como equipamentos de gestão de chamadas IP, SIMCARDs, equipamentos de conectividade, servidores, gateways, softwares e outros. Adicionalmente, podem ocorrer aumentos de preço dos equipamentos, softwares e insumos essenciais para a prestação de tais serviços, em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos respectivos contratos, inclusive devido à pandemia da COVID-19, sendo que a Companhia poderá não ser capaz de repassar esses acréscimos para seus clientes e, consequentemente, deverá absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados e o fluxo de caixa da Companhia.

Ademais, restrições ao número de fabricantes, critérios de importação e taxas de produtos importados impostas pelo governo brasileiro para certos insumos, principalmente equipamentos, Sim Cards, gateways, modens, servidores e softwares, e as localizações geográficas dos fabricantes internacionais desses insumos, apresentam certos riscos, incluindo:

- vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os insumos são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira;
- dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade doméstica de certos insumos, ou atrasos na entrega de tais insumos; e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- a imposição de direitos aduaneiros ou outros direitos sobre insumos-chave que são importados.

Se algum desses riscos se concretizar, eles podem resultar na incapacidade da Companhia de fornecer serviços aos clientes em tempo hábil ou podem afetar os preços dos serviços da Companhia, que podem ter um efeito adverso sobre o negócio, a situação financeira e os resultados das operações da Companhia.

Companhias do setor de tecnologia dependem de vários fornecedores, incluindo para tecnologia, equipamentos, serviços, insumos e softwares, sendo que dificuldades na manutenção do fornecimento de produtos e serviços essenciais ao desenvolvimento de suas atividades podem afetar negativamente seus negócios.

As companhias do setor de tecnologia dependem de vários fornecedores, incluindo para tecnologia, equipamentos, serviços, software e insumos. Qualquer dificuldade em obter ou manter o fornecimento de tais produtos e serviços em decorrência de pouca oferta, demanda excessiva das empresas mundiais, descontinuidade das operações de um ou mais fornecedores importantes, restrição ao uso de tecnologia específica, problemas de fornecimento devido a situações adversas, renovação dos contratos de fornecimento existentes em condições favoráveis, entre outros, podem comprometer os planos de expansão da Companhia, ou prejudicar a continuidade de seus serviços.

Alguns fornecedores de equipamentos, por exemplo, estão sediados em outros países, de forma que a Companhia está sujeita a problemas na economia ou política daqueles países, que podem afetar a continuidade de tal fornecimento à Companhia.

Quaisquer desses fatores podem afetar a continuidade dos serviços prestados pela Companhia, afetando adversamente seus negócios, condição financeira e resultado operacional.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preço de fornecedores.

Os custos e investimentos da Companhia são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores, entre outros fatores. Ainda, as receitas oriundas dos contratos firmados com clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para seus clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados e o fluxo de caixa da Companhia.

Renovação de acordos com os provedores da camada de conectividade podem afetar a continuidade dos serviços da Companhia.

Os segmentos de VoIP, CPaaS, incluindo IoT e OTT, tem como sustentação acordos comerciais que garantem a camada de conectividade com as operadoras TIM, Claro, OI, Vivo e Algar. Exceto pelo CPaaS-IoT, todos os acordos possuem período indeterminado, mas podem ser encerrados quando por decisão de uma das partes e seguindo as cláusulas de rescisão. Já o acordo de CPaaS-IoT possui prazo determinado com cláusulas de renovação automática, mas que também possui cláusulas de rescisão. Eventuais contratempos na renovação que afetem a provisão dos serviços por estes fornecedores poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A constante evolução da rede GSM no Brasil e no mundo tem gerado uma redução gradual de investimentos na rede 2G, 3G e 4G por parte da indústria de equipamentos. Descontinuidades na manutenção, ampliação e suporte podem causar deterioração de qualidade nos serviços prestados pela companhia que operam em cima de 2G.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A evolução da tecnologia GSM cada vez mais traz maior velocidade, menor latência e uma ampliação exponencial de serviços e aplicações. As tecnologias novas, como 5G, suportam aplicações em tecnologias anteriores, mas demandam equipamentos e estruturas compatíveis. Com a demanda crescendo em tecnologias novas, redes mais antigas podem sofrer deterioração de qualidade, devido à escassez de equipamentos que suportem operações em redes de tecnologia mais antiga, como 2G, bem como as operadoras, no caso da Companhia a TIM (sua MNO), podem reduzir investimentos na rede, no suporte e na manutenção. Estes efeitos podem trazer dificuldades e deterioração de qualidade para a base que opera em tecnologias antigas da Companhia. A deterioração total destas redes e a falta de componentes para suprir as necessidades de aplicações poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Neste cenário, a Companhia poderá ser demandada a gerar soluções que permitam aos seus clientes fazer o upgrade para tecnologias mais recentes, o que também poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Os imóveis que a Companhia aluga estão sujeitos a licenças municipais e do corpo de bombeiros. Não há garantia de que a Companhia conseguirá obter as licenças pendentes ou renovar tais licenças.

Os imóveis atualmente ocupados ou que vierem a ser ocupados pela Companhia estão sujeitos a alvarás para funcionamentos, licenças municipais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("**AVCB**"). Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Não há garantia de que a Companhia conseguirá obter as licenças pendentes ou renovar tais licenças, caso necessário. Ainda, a obtenção de tais licenças pode ocorrer em tempo superior ao previsto no cronograma de abertura das filiais. A falta, o atraso, ou o indeferimento da obtenção ou renovação dessas licenças poderá implicar, conforme o caso, na impossibilidade de abertura e operação das filiais e até, conforme o caso, na interdição e no fechamento das atuais filiais, bem como na aplicação de multas e autos de infração à Companhia, além de expor a Companhia a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, o que poderá afetar adversamente e expor a Companhia, bem como seus representantes, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas hoje entendidas como sendo as competentes, vez que não se pode garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao da Companhia, quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que a Companhia entende atualmente necessário ao desenvolvimento das atividades. A estratégia comercial da Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra (i) a impossibilidade de abertura e operação de novas filiais; e/ou (ii) a interdição ou o fechamento de filiais atuais, em decorrência da não obtenção ou renovação (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidárias ou subsidiárias das dívidas trabalhistas e previdenciárias de terceirizados, o que pode impactar seu negócio.

A utilização de mão-de-obra terceirizada por parte da Companhia e das subsidiárias pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou às suas subsidiárias, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumar poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização. Ademais, a Companhia e suas subsidiárias podem ser objeto de fiscalizações do Ministério do Trabalho e Previdência e do Ministério Público do Trabalho e, consequentemente, estão sujeitas a eventual instauração de inquérito civil, assinatura de termo de ajustamento de conduta (TAC) e lavratura de auto de infração. Todos estes fatores podem ter um impacto adverso na Companhia e sua reputação, sua capacidade de se valer de benefícios fiscais e/ou de contratar com o poder público.

A Companhia não pode garantir que os seus prestadores de serviços observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental e anticorrupção. Logo, eventual constatação de práticas irregulares pelos fornecedores, tais como a falta de recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos respectivos trabalhadores, práticas de trabalhos abusivas ou análogas à escravidão, ou mesmo resultados indesejados provocados por acidentes de trabalho, podem impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia e, por consequência, seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus empregados e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidárias pelos danos ambientais causados por seus fornecedores, o que pode impactar seu negócio e reputação.

Na esfera civil, a responsabilidade por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá ser atribuída a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa ou dolo dos agentes. Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia (tais como supressão de vegetação e gerenciamento de resíduos) não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos por elas causados. Neste cenário, a Companhia pode ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e, eventualmente, ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas de reparação do dano ambiental, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais, seus resultados, imagem e reputação poderão ser adversamente afetados.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia possui alguns contratos relevantes com determinados clientes. O término do vínculo com tais clientes poderá causar um impacto significativo na receita da Companhia.

A Companhia possui vínculos e contratos relevantes com grandes clientes em seus segmentos de atuação. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, os contratos celebrados com a US Matrix Telecommunications, Inc., Bharti Airtel (UK) Limited e Grupo Claro, principais clientes da Companhia, representaram 46,8% da receita operacional líquida da Companhia. Caso tais clientes decidam por rescindir unilateralmente os contratos que celebraram (os quais possuem prazo indeterminado e podem ser rescindidos mediante simples notificação prévia e escrita de, no mínimo, 30 dias da parte contrária) ou não renovar os contratos atuais, a receita da Companhia poderá ser materialmente impactada. Para mais informações sobre os clientes responsáveis, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, vide item 7.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode experimentar uma diminuição na base de clientes e alta taxa de rotatividade de clientes, que podem aumentar os custos operacionais e reduzir a receita.

A taxa de aquisição de clientes pode ser afetada de forma negativa pela penetração total no mercado e pelos ciclos de vida dos produtos. O mercado brasileiro de tecnologia está enfrentando mudanças significativas em seu panorama. Diversos fatores além das pressões de concorrência podem influenciar a taxa de aquisição de assinantes e a taxa de rotatividade da Companhia, incluindo cobertura de rede, falta de serviço confiável e condições econômicas no Brasil, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos clientes.

As operações dependem significativamente da capacidade dos clientes de pagarem pelos serviços contratados junto à Companhia. Se a Companhia não puder realizar medidas para limitar a inadimplência de pagamento dos clientes ou que a permita aceitar novos clientes com base no

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

histórico de crédito, a Companhia permanecerá sujeita aos valores não cobráveis vencidos e não pagos, o que pode ter um efeito adverso nos resultados de operações da Companhia.

Em caso de inadimplência recorrente de um ou mais clientes ou de um ou mais grupos de clientes, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes ou grupos de clientes incluem rescisão de contrato por fusões ou aquisições de clientes corporativos, dificuldades financeiras nos negócios de clientes, término de vigência de contratos, recuperação judicial ou extrajudicial, falência de clientes, aumento do desemprego, diminuição da renda disponível, e outros, inclusive inadimplemento não justificado. Além disso, uma falha da Companhia na análise de crédito ou no acompanhamento da situação financeira destes clientes pode provocar a não identificação prévia deste e as provisões para créditos de liquidação duvidosa da Companhia podem ser insuficientes, causando um efeito relevante adverso para a condição financeira da Companhia.

Alguns dos contratos de longo prazo celebrados pela Companhia com clientes contêm disposições que permitem a rescisão unilateral de tais contratos por seus clientes.

A maior parte dos contratos de prestação de serviço com clientes da Companhia contém exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão deles. Caso a Companhia não cumpra de forma consistente, reincidente e sem remediação as exigências de serviço de um cliente e/ou haja falhas no curso da prestação dos serviços, os contratos poderão ser (i) rescindidos unilateralmente pelo cliente, (ii) renovados em condições desvantajosas para a Companhia, ou (iii) não ser renovados, causando um efeito relevante adverso para os negócios da Companhia.

A Companhia investe tendo como base expectativas de demandas que podem ser imprecisas devido à volatilidade econômica e resultar em receitas abaixo do volume estimado.

Qualquer variação significativa no cenário econômico brasileiro pode afetar a demanda e, portanto, as expectativas da Companhia podem se mostrar imprecisas. Por exemplo, crises econômicas podem restringir o crédito às empresas, e incertezas relacionadas com o nível de emprego podem resultar em atrasos na decisão de adquirir novos produtos ou serviços afetando toda a cadeia e, desta forma, a Companhia. Como resultado, é possível que, com base em expectativas da demanda, a Companhia faça investimentos mais altos que o necessário, dada a demanda efetiva no respectivo tempo, o que pode afetar o fluxo de caixa. Além disso, melhorias nas condições econômicas podem ter o efeito oposto. Por exemplo, um aumento na demanda que não venha acompanhado de investimentos na rede pode resultar em perda da oportunidade de aumentar a receita da Companhia ou resultar na degradação da qualidade de seus serviços, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

Os clientes da Companhia dependem de seus produtos e serviços para permitir que eles cumpram as leis aplicáveis, o que exige que a Companhia e seus fornecedores terceirizados monitorem constantemente as leis aplicáveis e façam as mudanças necessárias às suas soluções.

Os clientes utilizam as soluções da Companhia esperando que tais soluções garantam que certas funcionalidades cumpram as leis aplicáveis, como o gerenciamento e armazenamento de dados dos *data centers* da Companhia. Qualquer falha em tal cumprimento, bem como alterações em impostos, benefícios e outras leis e regulamentos que poderão exigir que a Companhia faça

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

modificações significativas em seus produtos ou que atrase ou cesse as vendas de certos produtos, podem afetar adversamente a Companhia, incluindo uma redução de receitas e/ou crescimento de despesas.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade de dados pessoais e confidencialidade de clientes (sujeitando a Companhia a todas as contingências materiais e penalidades relacionadas LGPD e a regulação de proteção de dados no Brasil); prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e sua reputação; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup para restaurar informações ou seus sistemas); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

O setor de tecnologia está sujeito a frequentes mudanças tecnológicas. A capacidade da Companhia de continuar competitiva depende de sua habilidade de implementar novas tecnologias o que poderá afetar seus negócios.

Empresas que atuam no setor de tecnologia devem adaptar-se às rápidas mudanças tecnológicas. As mudanças tecnológicas podem tornar os equipamentos, serviços e tecnologia da Companhia, obsoletos ou ineficientes, o que pode afetar sua competitividade e obrigá-la a aumentar seus investimentos de modo a manter sua competitividade.

Há a expectativa de que a evolução para o 5G e a *Internet of Things – IoT* tragam mudanças significativas para o setor, com a criação de novos produtos, serviços e modelos de negócios e que, ainda, impulsione o surgimento de novas indústrias. É possível que esta tecnologia seja implantada de forma rápida no mercado a custos acessíveis, gerando uma concorrência direta a tecnologia de banda larga fixa oferecida pela Companhia. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz pode resultar em perda e sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa e relevante sua receita operacional e rentabilidade.

O mercado de tecnologia e a base de clientes da Companhia podem ser afetados adversamente por mudanças na economia brasileira que tenham impacto negativo sobre o poder de compra da população e, por conseguinte, os resultados das empresas no Brasil e a atratividade do mercado Brasileiro para empresas internacionais.

A base de clientes da Companhia pode ser afetada por mudanças na legislação brasileira e nas condições econômicas e financeiras no país, como o poder de compra da população, a disponibilidade, a qualidade e o custo de serviços concorrentes.

Nesses casos, as empresas com as quais a Companhia trabalha no Brasil, poderão ter suas receitas e caixa atingidos, afetando os negócios da Companhia, bem como podem afetar a qualidade do mercado brasileiro, restringindo e ou mesmo gerando impactos que levem empresas internacionais que usam a Companhia para operar no mercado brasileiro a reduzir e ou sair do mercado brasileiro, afetando os negócios da Companhia.

A forte concorrência do setor pode reduzir a participação de mercado da Companhia e prejudicar seu desempenho econômico e financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O aumento da atratividade do mercado brasileiro para a concorrência e o aquecimento do mercado em que a Companhia opera, como o IoT, pode atrair novos concorrentes, acirrando a competição e afetando o *market share* da Companhia. A Companhia enfrenta concorrência nos quatro diferentes segmentos em que atua, bem como nas regiões e países em que está presente.

O aumento de tal concorrência pode aumentar a taxa de *churn* (perda de clientes) dos clientes e prejudicar a participação da Companhia no mercado e suas margens. A capacidade da Companhia de concorrer dependerá da eficácia do *marketing*, da qualidade do serviço oferecido, da percepção dos clientes em relação aos seus diferenciais, da capacidade financeira para dar continuidade ao seu plano de investimentos, de prever e reagir rapidamente aos fatores competitivos que afetam o setor, incluindo novos serviços, mudanças na preferência dos clientes, tendências demográficas, situação econômica, estratégias de preços e descontos dos concorrentes.

Para fazer frente à concorrência, portanto, a Companhia poderá incorrer em maiores custos com propaganda, publicidade, investimentos para manutenção dos serviços atuais, investimentos em novas tecnologias, atualizações tecnológicas, bem como com atendimento aos clientes e/ou com serviços agregados que busquem representar valor e diferenciação para os clientes.

A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz pode resultar em perda e sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa e relevante sua receita operacional e rentabilidade.

A concorrência pode se intensificar em virtude do ingresso de novas empresas no mercado, consolidação do setor e do rápido desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços.

A eficácia da Companhia na competição no setor de telecomunicações depende do êxito de comercialização de seus serviços, da retenção de seus clientes, de seus recursos financeiros e de outros recursos (incluindo o acesso a capital) em comparação com seus concorrentes e sua capacidade de antecipar e responder aos fatores competitivos que afetam o setor, incluindo a introdução de novos serviços, mudanças nas preferências do consumidor, mudanças na regulamentação, tendências demográficas, condições econômicas e estratégias de desconto nos preços utilizadas pelos concorrentes, bem como uma adicional consolidação setorial. Não é possível prever exatamente quais fatores impactarão a competitividade da Companhia, tal como a crescente necessidade de promoções, descontos e outras iniciativas de marketing, ou quais investimentos serão necessários para desenvolver e fornecer as tecnologias, produtos e serviços necessários. Isso poderá afetar adversamente a participação de mercado e as margens da Companhia.

Adicionalmente, a intensificação da concorrência, especialmente na região de atuação da Companhia, pode resultar na redução da taxa de crescimento da Companhia, diminuição das tarifas, aumento da taxa de rotatividade de clientes, diminuição da base de assinantes, aumento de suas despesas e perda de profissionais importantes para concorrentes e/ou para outros segmentos de mercado, causando um efeito negativo sobre as atividades, resultados e condição financeira da Companhia.

Eventuais conflitos surgidos com outras companhias quanto à interconexão entre redes de prestadoras de telecomunicações podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A interconexão entre redes de prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo é obrigatória por disposição da Lei Geral de Telecomunicações e permite que a Companhia realize interconexão com outras redes de serviços, possibilitando atender demandas de seus clientes de VoIP e CPaaS, na forma do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução Anatel nº 693, de 17 de julho de 2018. A Companhia pode vir a utilizar a rede de outras prestadoras de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

serviços de telecomunicações para possibilitá-la a fornecer seus serviços, como transporte de tráfego, DIDs (*Direct Inward Dialing* ou numeração telefônica) e tráfego local. A eficácia dos contratos de interconexão de redes, depende de homologação pela ANATEL, conforme estabelecido pela Lei Geral de Telecomunicações e regulamentação aplicável. Adicionalmente, fatores alheios à Companhia, tais como problemas nas redes de outras empresas que se interconectam na rede da Companhia, ou mesmo eventuais descumprimentos dos contratos de interconexão por tais empresas, podem, enquanto não resolvidos, diminuir a quantidade e qualidade dos serviços prestados pela Companhia, afetando seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. A rescisão, extinção ou modificação dos acordos de interconexão estabelecidos, bem como a não conclusão de novos acordos favoráveis à Companhia podem afetar negativamente o desempenho operacional e a capacidade competitiva da Companhia.

Adicionalmente, problemas ou falhas nas redes da Companhia podem reduzir as receitas de detraf (demonstrativo de tráfego) e detrat (demonstrativo de transporte de tráfego) o que pode afetar negativamente os resultados e a condição financeira da Companhia.

Os preços de mercado de muitos dos serviços da Companhia diminuíram no passado e podem diminuir no futuro, resultando em menores receitas e margens do que prevemos.

Ao longo dos últimos anos, os preços de mercado de muitos dos serviços da Companhia diminuíram no segmento VoIP. Estas reduções resultaram da pressão do mercado e outros fatores, incluindo:

- mudanças tecnológicas e expansões de rede que resultaram em aumento da capacidade de transmissão disponível para venda da Companhia e dos seus concorrentes;
- alguns dos concorrentes da Companhia estão dispostos a aceitar margens operacionais menores a curto prazo em uma tentativa de aumentar a receita a longo prazo; e
- aumento da participação de pequenos operadores sujeitos a menor carga tributária e a benefícios e regimes fiscais que diminuem os seus custos operacionais, e que por vezes praticam informalidade, refletindo em preços ao consumidor menores e mais atrativos e competitivos.

Para reter clientes e receita, muitas vezes a Companhia deve reduzir os preços em resposta às condições do mercado e tendências. À medida que os preços de alguns dos serviços diminuem, os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

A entrada do eSIM diminuirá as barreiras de entrada de competidores na base de clientes legada dos players atuais, o que poderá a aumentar ainda mais a competição no setor, afetando assim o market-share da Companhia.

Com a entrada do eSIM (conhecido também como SIM Virtual, significa SIM integrado), no mercado, a troca do provedor de IoT na camada de conectividade ficará facilitada, uma vez que não haverá necessidade da troca física do SIM card. Os custos atuais para *recall* de devices para troca de provedor são proibitivos, o que inibe sua troca, exceto em caso de mau funcionamento ou qualidade degradada. Desta forma, a Companhia poderá ter sua base legada de clientes atacada por seus competidores, impactando seu *market share* e, desta forma, causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A evolução da tecnologia é sempre um risco a tecnologia dominante. Não apenas por poder trazer soluções disruptivas, mas também pelo descompasso da regulamentação de uso, o que pode gerar falta de regulação e vantagem competitiva para novos entrantes operando em tecnologias não licenciadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O setor de tecnologia é extremamente dinâmico e está em constante evolução. Novas tecnologias surgem e em alguns casos podem trazer soluções mais competitivas, não apenas em relação ao seu custo operacional, mas também em relação a estarem disponíveis antes da regulamentação de seu uso. Estes casos podem gerar distorções no ambiente de negócios em que a Companhia está inserida, provocando desequilíbrio entre as vantagens competitivas dos *players* de mercado. Situações como esta, podem trazer desvantagem para a Companhia, uma vez que esta opera em cumprimento com a regulamentação do setor, o que pode causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Parte da oferta CPaaS da Companhia se dá para o mercado de call centers. Novas regulações neste setor podem mudar seu modelo de negócios, gerando impacto nos resultados da Companhia.

No segmento de CPaaS, parte dos clientes da Companhia são oriundos do mercado de call centers. Devido a sua atuação em áreas como cobrança, marketing, campanhas eleitorais e demandas de comunicação em massa, há em discussão normativas para regular as chamadas originadas via robôs, bem como os direitos dos consumidores de não serem perturbados por chamadas desta natureza. Mudanças na regulação do mercado de call centers podem alterar a estrutura do seu modelo de negócios, gerando impactos nos clientes da Companhia e, desta forma, podendo vir a causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Alterações na regulamentação, cujos efeitos dependerão do comportamento dos usuários, podem vir a afetar adversamente os negócios das companhias que operam com licenças de telecomunicações.

Alterações no modelo de prestação de serviços de telecomunicações, como, por exemplo, regras de suspensão, cancelamento e reativação, podem ser aplicadas pela ANATEL. Dessa forma, a Companhia não tem como prever quando e se referidas alterações na regulamentação serão implementadas, tampouco todos os impactos dessas alterações em suas atividades, que podem ser afetadas adversamente.

Eventual elevação nos tributos incidentes sobre o setor de telecomunicações e tecnologia no Brasil e potenciais reduções ou cancelamentos de benefícios tributários vigentes, bem como alterações na legislação tributária brasileira, conflitos em sua interpretação podem afetar adversamente os resultados da Companhia, aumentando impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

Um eventual aumento da carga tributária no Brasil pode causar efeitos adversos na rentabilidade da Companhia, incluindo a potencial perda ou redução de benefícios tributários aplicáveis à Companhia e/ou suas subsidiárias. A majoração dos impostos incidentes sobre o setor de telecomunicações e tecnologia normalmente resulta em tarifas mais elevadas para os clientes finais da Companhia, resultando em um menor uso dos serviços comercializados e prestados e/ou em perda de competitividade, consequentemente, numa menor receita da Companhia. Uma receita menor resulta em menores margens de lucro sobre os serviços prestados.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários destinados à determinados propósitos governamentais específicos, bem como alterações na interpretação de tal legislação por tribunais brasileiros. Essas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária devida pela Companhia e a carga tributária devida

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pelos clientes e fornecedores, o que, consequentemente, terá impactos na lucratividade e até nos preços dos serviços prestados no setor de atuação da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos de seus procedimentos e processos serão suficientes, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária, que considera, dentre outras coisas, a eliminação dos impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (IBS), ser aplicado sobre o consumo.

Tal reforma tributária pode também gerar modificações quanto à isenção de dividendos com a implementação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) ou outro imposto quando do pagamento desses. Qualquer potencial tributação imposta sobre os dividendos entraria em vigor apenas no ano seguinte à promulgação da lei pertinente.

Mudanças na parte regulatória, podem afetar o segmento de CPaaS-IoT, sobretudo alterações na lei de desoneração do Fistel para IoT que tem validade de cinco anos e decisões a respeito do roaming permanente.

O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("**Fistel**"), que tem como principal objetivo arrecadar recursos para financiar a ANATEL, constituía um dos maiores custos de aquisição para IoT até dezembro de 2020. Com a Lei Federal nº 14.108/2020, foi aprovada a desoneração do Fistel para dispositivos de IoT. Caso o prazo não seja renovado, os custos de aquisição da Companhia sofrerão forte aumento, o que pode vir a causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira dependendo das condições de negócio vigentes em 2026.

Por outro lado, a alteração da Lei Geral de Telecomunicações, que hoje proíbe o roaming permanente, pode mudar o cenário de competição decorrente de alinhamento ao posicionamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), permitindo que empresas com operações fora do país possam explorar o mercado brasileiro sem ter que se licenciar como operadora no Brasil. Apesar das dificuldades impostas quanto ao custo operacional de roaming no Brasil, diferenças tributárias e ou referentes a legislação trabalhista e custos de insumo, podem gerar vantagem competitiva para estas empresas que atuam do exterior o que pode vir a causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A extensa regulamentação e as condições impostas pelos Órgãos Reguladores do setor das Telecomunicações poderão limitar a flexibilidade da Companhia para responder às condições de mercado, concorrência e mudanças em sua estrutura de custos.

Quaisquer autoridades regulatórias que possuem jurisdição sobre nosso negócio podem implementar ou alterar regulamentações ou tomar outras ações que podem afetar adversamente as operações da Companhia e suas controladas. No ano de 2020, foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais cabe destacar a publicação do Regulamento Geral de Licenciamento, aprovado pela Resolução Anatel nº 719, de 10 de fevereiro de 2020 (Resolução

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Anatel nº 719/2020), e do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução Anatel nº 720/2020. Alterações nas regras que disciplinam o setor de telecomunicações no Brasil, incluindo alterações nos critérios de remuneração do uso de redes, cadastramento de estações, obtenção de outorgas e transferência de controle societário podem afetar significativo e adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A ANATEL é responsável, dentre outras atividades estabelecidas pela Lei Geral de Telecomunicações, por:

- Implementar a política nacional do setor e a regulamentação do setor;
- Expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público;
- Editar atos de outorga e extinção de direito de exploração do serviço no regime público;
- Exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;
- Arrecadação e alocação de recursos de telecomunicações;
- Regulação de taxas e tarifas;
- Fixação de padrões de serviços e equipamentos;
- Fixação de padrões técnicos de qualidade;
- Estabelecer medidas que propiciem padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários;
- Expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão entre as redes; e
- Supervisão das obrigações de universalização.

Portanto, os resultados das operações, receitas e condições financeiras podem ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte:

- Introdução de novas ou mais rigorosas exigências operacionais;
- Outorga de novas licenças de operação de serviços de telecomunicação nas áreas de outorga da Companhia;
- Atrasos na homologação de acordos; e
- Limitações antitruste impostas pela ANATEL, no âmbito de sua competência em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil se altera continuamente. As alterações e adequações da regulamentação definidas pelo órgão regulador, neste processo de construção evolutiva do setor de telecomunicações, não podem ser previstas antecipadamente pela Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias operam sob o regime de autorização do Estado e, portanto, à luz da estrutura de regulação, não se pode assegurar aos potenciais investidores que a ANATEL não

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

modificará os termos da prestação de serviços da Companhia e suas subsidiárias, as quais operam segundo a regulamentação gerenciada pela ANATEL.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, opera sob o regime de autorização do Estado e, portanto, à luz da estrutura de regulação estatal, não se pode assegurar aos potenciais investidores que a ANATEL não modificará os termos da prestação de serviços da Companhia e suas subsidiárias. A manutenção de outorgas para a prestação de serviços de telecomunicações depende do cumprimento contínuo da regulamentação editada pela ANATEL.

Nos termos da Lei Federal nº 9.472/1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a autorização de serviço de telecomunicações poderá ser extinta por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, conforme as hipóteses legalmente previstas. Quando houver perda das condições indispensáveis à expedição ou manutenção da autorização, a ANATEL poderá extinguir a autorização por meio de cassação. Em caso de prática de infrações graves, de transferência irregular da autorização ou de descumprimento reiterado de compromissos assumidos, a outorga poderá ser extinta por meio da decretação de caducidade. Quanto ao decaimento, será decretado se, por razões de excepcional relevância pública, as normas vierem a vedar o tipo de atividade autorizada ou a suprimir a exploração no regime privado. Em relação à renúncia, trata-se de ato formal unilateral, irrevogável e irretratável, pelo qual a prestadora manifesta seu desinteresse pela autorização.

Além disso, a Companhia é obrigada a cumprir determinados requisitos e a manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Falhas no cumprimento dessas exigências podem resultar na imposição de multas ou outras sanções administrativas, incluindo o término de suas operações ou a extinção de outorgas, inclusive por meio da aplicação da sanção de caducidade. Uma revogação parcial ou total teria um efeito adverso substancial sobre seus negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas.

Não é possível prever se o atual regime de regulamentação continuará a ser adotado ou se alguma mudança futura na regulamentação poderá causar um efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia.

A fiscalização da ANATEL e o não cumprimento da regulamentação aplicável à prestação de serviços de telecomunicações podem afetar adversamente a Companhia, com reflexos em seus resultados e condição financeira.

A Companhia está sujeita à fiscalização da ANATEL com relação ao cumprimento da regulamentação aplicável aos serviços de telecomunicações oferecidos pela Companhia. Eventuais descumprimentos de obrigações normativas e dos indicadores de qualidade pela Companhia poderão afetar a qualidade dos serviços prestados, além de sujeitá-la às sanções impostas pela ANATEL, podendo afetar adversamente a Companhia, com reflexos em seus resultados e condição financeira. Todos os serviços de telecomunicações oferecidos pela Companhia também estão sujeitos à regulamentação expedida pela ANATEL e obrigações previstas nas respectivas autorizações, em especial com relação à qualidade dos serviços e direitos dos usuários.

Caso as empresas controladas pela Companhia não sejam capazes de cumprir satisfatoriamente com as obrigações de serviço relacionadas à respectiva autorização outorgada, a ANATEL pode instaurar processos administrativos sancionadores relacionados a este descumprimento.

O cumprimento da regulamentação e das obrigações aplicáveis à prestação de serviços de telecomunicações, podem resultar na aplicação de multas pela ANATEL, bem como das seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, conforme a Lei Geral de Telecomunicações: (i) advertência; (ii) multa com valores diversos, definidas de acordo com o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

serviço prestado pela autorizatária; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; e (v) declaração de inidoneidade.

Ainda, em caso de descumprimento da legislação e da regulamentação aplicável, as autorizações para prestação de serviço de telecomunicações poderão ser extintas, por (i) cassação, quando houver perda das condições indispensáveis à manutenção da autorização; (ii) caducidade, em caso de prática de infrações graves, de transferência irregular da autorização ou de descumprimento reiterado de compromissos assumidos; ou (iii) decaimento, caso as normas vierem a vedar o tipo de atividade autorizada diante de razões de excepcional relevância pública.

A capacidade das empresas controladas pela Companhia de cumprir tais obrigações e metas pode ser impedida por fatores além do controle Companhia e suas Controladas e estas não podem garantir que cumprirão essas metas e obrigações no futuro ou que não serão multadas no futuro ou não terão contra si aplicada penalidade mais severa.

A Companhia e suas controladas não podem assegurar que serão capazes de cumprir integralmente cada uma das leis, regulamentos e autorizações aplicáveis ou que poderão cumprir as futuras alterações nas leis e regulamentos aos quais estão sujeitas. Esses desenvolvimentos regulatórios ou eventual falha em cumpri-los podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia, bem como os membros de sua administração, seus funcionários e representantes estão expostos a riscos em relação ao cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, o que pode gerar para a Companhia sanções cíveis e administrativas, além de danos à reputação, incluindo potencial responsabilização criminal para membros da sua administração, funcionários ou representantes.

A Companhia é obrigada a cumprir as leis e regulamentos brasileiros contra a corrupção, bem como leis e regulamentos sobre o mesmo assunto em jurisdições onde tem operações e seus títulos negociados. Em particular, a Companhia, os membro de sua administração, seus funcionários e representantes estão sujeitos, no Brasil, ao Decreto-Lei n° 2.848/1940, à Lei nº 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992, à Lei n° 8.666/1993, à Lei nº 9.613/1998, à Lei nº 12.846/2013 ("**Lei Anticorrupção**"), ao Decreto nº 3.678/2000, ao Decreto nº 4.410/2002, ao Decreto nº 5.687/2006, ao Decreto nº 8.420/2015, e às portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia ainda está em processo de implementação de políticas internas formais para o cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção e outras potenciais violações ao seu código de conduta ética. Não há garantia de que a estrutura da Companhia seja suficiente para a prevenção de ações contrárias às leis anticorrupção relevantes e regulamentos. Assim como não se pode garantir que os funcionários, administradores, parceiros, agentes, membros do conselho fiscal, membros de comitês, e os provedores de serviços não adotarão condutas irregulares e/ou contrárias às leis anticorrupção relevantes e regulamentos, para os quais todos podem ser responsabilizados em última instância. Ainda, a Lei Anticorrupção determina que as sociedades controladoras, controladas, ou coligadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos ali previstos.

Nesse sentido, violações de leis e regulamentos anticorrupção podem levar a penalidades nas esferas administrativa, civil e penal, tais como de (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (v) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (vi) dissolução compulsória da Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira.

A Companhia não pode garantir que suas políticas e procedimentos internos serão suficientes para prevenir ou detectar quaisquer práticas inadequadas, fraudes ou violações da lei por parte de suas subsidiárias, funcionários, diretores, executivos, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços, nem que tais pessoas não tomarão medidas que violem suas políticas e procedimentos. Quaisquer violações pela Companhia ou qualquer uma de suas subsidiárias, funcionários, diretores, diretores, executivos, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços das leis antissuborno e anticorrupção ou regulamentos de sanções podem ter um efeito adverso material em nos negócios da Companhia, sua reputação, resultados de operações e condição financeira.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“**CPC**”) e as normas internacionais de relatório financeiro ("**IFRS**") são emitidas pelo International Accounting Standards Board (“**IASB**”). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

Caso a Companhia e suas controladas deixem de ser consideradas prestadoras de pequeno porte para os fins da regulamentação da ANATEL, a Companhia estará sujeita a obrigações e exigências regulatórias adicionais às quais está sujeita atualmente

Nos termos do artigo 4º, inciso XV, do Plano Geral de Metas de Competição (“PGMC”), aprovado pela Resolução Anatel nº 600/2012 e alterado pela Resolução Anatel nº 694/2018, as prestadoras de serviços de telecomunicações serão consideradas prestadoras de pequeno porte (“PPP”) quando pertencerem a grupos econômicos que detenham participação de mercado nacional inferior a 5% em cada mercado de varejo que atua. Conforme interpretação do Ato nº 6.539/2019, as prestadoras de serviços de telecomunicações que não pertencem aos Grupos Econômicos da (i) Telefônica, (ii) Grupo Telecom Américas, ao (iii) Grupo Telecom Itália, ao (iv) Grupo Oi e ao (v) Grupo Sky/AT&T, serão consideradas PPPs, como é o caso da Companhia e suas controladas. Publicado em outubro de 2019, há previsão de que o Ato Nº 6.539/2019 seja revisado no prazo mínimo de dois anos, o que não ocorreu até o momento.

Nos termos da regulamentação da ANATEL, as PPPs estão sujeitas a um regime mais simplificado de obrigações regulatórias. Além das PPPs, a regulamentação da ANATEL também estabelece a figura dos grupos econômicos com Poder de Mercado Significativo (Poder de Mercado Significativo – “PMS”), cuja identificação considera os seguintes critérios: (i) participação de mercado; (ii)

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

capacidade de explorar as economias de escala do mercado relevante; (iii) capacidade de explorar as economias de escopo do mercado relevante; (iv) controle sobre infraestrutura cuja duplicação não seja economicamente viável; e (v) atuação concomitante nos mercados de atacado e varejo.

A partir da identificação dos grupos com PMS, a ANATEL determina a incidência de medidas regulatórias assimétricas, que consistem em obrigações que devem ser cumpridas pelos grupos com PMS como forma de minimizar a probabilidade de exercício de poder de mercado e incentivar e promover a livre competição no setor. As medidas regulatórias assimétricas que podem ser impostas pela ANATEL se dividem nas seguintes categorias: (i) medidas de transparência; (ii) medidas de tratamento isonômico e não-discriminatório; (iii) medidas de controle de preços de produtos de atacado; (iv) medidas de obrigação de acesso e de fornecimento de recursos de rede específicos; (v) obrigações de oferta de produtos de atacado nas condições especificadas pela Anatel; (vi) obrigações para corrigir falhas de mercados específicas ou para atender ao ordenamento legal ou regulatório em vigor; e (vii) separação contábil, funcional ou estrutural. Apenas as prestadoras integrantes dos grupos econômicos que não são PPPs estão sujeitas às medidas regulatórias assimétricas.

Entre outras obrigações específicas para cada mercado relevante de atacado, os grupos com PMS deverão elaborar Ofertas de Referência dos Produtos para homologação pela ANATEL, que consiste na oferta pública isonômica e não discriminatória que estabelece condições para contratação de produtos no Mercado de Atacado. As medidas regulatórias assimétricas aplicáveis são das categorias de transparência e tratamento isonômico e não discriminatório, cumuladas com medidas de controle de preços de produtos de atacado.

Caso as controladas da Companhia deixem de ser consideradas prestadoras de pequeno porte – seja por meio da alteração da regulamentação da ANATEL ou por meio de reorganização societária, passando a integrar algum dos grupos econômicos cujas empresas não são considerados PPPs, a Companhia estará sujeita a obrigações regulatórias adicionais, a exemplo das obrigações acima descritas referentes aos grupos com poder significativo de mercado, que podem impactar a forma como a Companhia conduz os seus negócios por meio de suas controladas.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

As operações internacionais da Companhia a sujeitam a riscos, e qualquer deterioração nas condições políticas, econômicas e sociais dos países onde a Companhia opera e planeja operar poderá prejudicar sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia possui subsidiárias nos Estados Unidos da América, na França e na Suécia, assim como presta serviços em 31 países. Não se pode assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde a Companhia opera ou espera operar não gerem aumentos nos custos ou reduzam a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia.

A Companhia pode ser afetada adversamente por restrições comerciais, alterações nas políticas fiscais, requisitos para licenciamento e autorizações e outros fatores que estão fora de seu controle nesses mercados, tais como: deterioração das condições econômicas; instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais; política monetária; liquidez e solvência do sistema financeiro; alterações nas leis trabalhistas ou posicionamentos jurisprudenciais; alterações nas leis e políticas fiscais, incluindo royalties e o efeito das leis tributárias nas distribuições das subsidiárias da Companhia; dificuldade e custos relativos ao cumprimento das leis, tratados e regulamentos; consequências negativas resultantes de mudanças regulatórias; controles de preço ou regulamentos de fixação de preços, ou qualquer interferência dos governos locais em políticas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

econômicas; e outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos, incluindo instabilidade política, social ou econômica, no país ou que afetem o país onde cada negócio está sediado.

A ocorrência de qualquer um desses riscos, bem como outros fatores que afetem as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados domésticos dos países onde a Companhia atua, pode afetar negativa e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá não obter ou não renovar todas as licenças em países estrangeiros de operação necessárias à condução dos seus negócios.

A Companhia não pode assegurar que as licenças necessárias ao desenvolvimento das suas atividades, expedidos pelos países estrangeiros, que devem ser obtidos e mantidos válidos, não sofram falhas em sua obtenção ou renovação no futuro, nem que serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes.

A Companhia não pode prever as medidas e políticas que os governos podem vir a adotar no futuro. A incerteza sobre quais governos implementarão mudanças nas políticas ou regulamentações, ou quais serão estas eventuais mudanças, que afetem esses ou outros fatores poderá contribuir com a incerteza econômica e volatilidade elevada nos mercados de títulos e valores mobiliários, o que pode gerar um efeito adverso e relevante nos negócios, situação financeira e resultados da Companhia, bem como no preço de negociação de suas ações.

(j) questões socioambientais

O setor de tecnologia poderá ficar sujeito a regulamentação mais rigorosa e os negócios da Companhia poderão sofrer efeitos adversos.

O poder público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes para empresas do setor de tecnologia, incluindo a Companhia. Em tal caso, a Companhia poderia incorrer em gastos adicionais para fins de adequar suas atividades a estas novas regras. Além disso, no âmbito de expansão de seus negócios a Companhia poderá passar a estar sujeita ao licenciamento ambiental.

Nesse caso, a Companhia não pode garantir que conseguirá obter eventuais licenças e autorizações ambientais que venham a ser requeridas, bem como não pode assegurar que a legislação ambiental não se tornará cada vez mais restritiva e complexa, o que pode exigir da Companhia investimentos adicionais na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos, além de demoras ou indeferimentos na emissão de licenças ambientais ou dispensas, podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 ("**Política Nacional de Resíduos Sólidos**"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

O processo de descarte de resíduos está sujeito à fiscalização dos órgãos ambientais competentes. Caso deixe de observar e cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos, a Companhia pode sofrer a imposição de sanções como multa, suspensão parcial ou total de atividades, e proibição de contratar com o Poder Público, potencialmente impactando a obtenção, pela Companhia, das autorizações necessárias à condução de suas atividades, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros e reputação.

Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros e reputação.

(k) fatores macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza contínua nos mercados financeiros globais e na economia global pode negativamente afetar os resultados financeiros da Companhia.

A incerteza contínua nos mercados financeiros globais e na economia, incluindo o contexto da COVID-19, pode afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. Um período prolongado de declínio econômico poderia ter um efeito adverso material nos resultados de operações e condição financeira e exacerbar alguns dos outros fatores de risco descritos neste item 4.1 deste Formulário de Referência.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Os resultados operacionais da Companhia e a situação financeira podem ser negativamente afetados, devido, dentre outras, às seguintes condições econômicas globais, se:

- os clientes cancelam, adiam ou renunciam às compras de nossos serviços;
- os clientes não podem nos fazer pagamentos em dia;
- a demanda e os preços de nossos serviços são reduzidos devido a ações de nossos concorrentes ou de outra forma;
- os principais fornecedores nos quais a Companhia confia não estão dispostos ou não podem fornecer os materiais que precisa para a rede em tempo hábil ou em termos que a Companhia considere aceitáveis; ou
- as contrapartes financeiras, provedores de seguros ou outras contrapartes contratuais podem não cumprir, ou não cumprem, os compromissos contratuais perante a Companhia.

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em Certificado de Depósito Interfinanceiro ("**CDI**") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("**TJLP**"). Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que a Companhia e suas controladas contratam junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento.

Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 30 de junho de 2021, a Companhia tinha R$21,9 milhões em endividamento bancário, dos quais aproximadamente 59.12% (sendo 17,58% atrelado a CDI e 41,54% a TJLP) estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI e TJLP. Caso esses índices e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Uma das consequências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil, que variaram de 13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2016, 6,90% a.a. em 31 de dezembro de 2017, 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018, 4,40% em 31 de dezembro de 2019, 1,90% em 31 de dezembro de 2020 e 4,15% em 30 de junho de 2021, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM).

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real. O risco para a Companhia é o de que caso o Brasil volte a experimentar índices de inflação elevada, a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos do aumento da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá desencadear em um aumento nos custos e redução da margem operacional líquida da Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, pode afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

O Governo Federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, nas normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e seus regulamentos diversos. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas.

Com os acontecimentos políticos e econômicos recentes, e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, podem ser realizadas mudanças com impactos adversos que não podemos prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos negócios da Companhia. Os negócios da Companhia, a sua posição financeira, o resultado de suas operações, as suas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- instabilidade social, econômica e política;
- contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuação cambial;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- racionamento de água e energia;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual a Companhia atua;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão eventualmente prejudicar as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de emissão da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.), e, ainda, a pandemia da COVID-19. Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da presidente da república Dilma Roussef e com ações contra seu sucessor e sua equipe.

Além disso, os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Ainda, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro tem sido criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros federais de alto nível e alegações de corrupção contra o presidente Bolsonaro.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu um recurso contestando a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e determinou que certas acusações de corrupção e lavagem de dinheiro enfrentadas por ele deveriam ser redistribuídas para outro tribunal e julgado novamente. Como resultado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva obteve seus direitos políticos de volta, adicionando incerteza ao cenário político local para as eleições presidenciais de 2022 e questionando ainda mais a segurança jurídica de processos judiciais.

Ademais, em 14 de abril de 2021, o Senado Federal instalou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga supostas omissões e irregularidades nos gastos do Governo Federal durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Caso o Governo Federal seja responsabilizado por tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive, consequentemente, nos negócios da Companhia.

Adicionalmente, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária, que considera, dentre outras coisas, a eliminação dos impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (IBS), ser aplicado sobre o consumo. Para mais informações, vide fator de risco “Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária e trabalhista, podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia” acima.

Por fim, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes da COVID-19, que tem ocasionado o aumento significativo no número de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Ademais, os planos de vacinação que vêm sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil podem ser interrompidos ou seguirem em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas se comparado aos demais países.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R$ 4,0307

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

por US$ 1,00, refletindo uma depreciação de 17,1% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio de venda do Dólar foi de R$ 5,19 por US$ 1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 22,3% em comparação a 31 de dezembro de 2019. Mais recentemente, em junho de 2021, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R$5,00, queda de 3,74% em comparação com dezembro de 2020

Variações cambiais abruptas poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados de operações e condição financeira, tendo em que parte significativa da receita líquida é proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar também pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, eventuais aquisições de equipamentos, e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor’s iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor’s reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em fevereiro de 2016, a Moody’s rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. Em maio de 2021, a Fitch reafirmou o rating de crédito do Brasil em BB-, e continuou com sua perspectiva negativa destacando a deterioração das contas fiscais.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. Poderão ocorrer outros rebaixamentos no caso do prolongamento ou do agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises, inclusive relacionadas ou não ao surto do Coronavírus (COVID-19), nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão das ações da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis sob quaisquer condições.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Adicionalmente, estamos sujeitos às oscilações do preço do petróleo, o qual, caso aumente, poderá afetar o mercado de commodities e de energia no Brasil e no mundo, o que por sua vez poderá afetar toda a cadeia de produção, logística e consumo, elevando nossos custos operacionais e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Define-se como riscos de mercado a possibilidade de perdas devidas às flutuações adversas dos preços e taxas de mercado, entre outros, sobre a situação financeira da Companhia, suas controladas, e o valor de seus instrumentos financeiros.

As principais fontes de risco de mercado são, substancialmente, oriundas de: juros pré-fixados, juros em moeda estrangeira, juros reais, câmbio, inflação, ações, commodities e suas volatilidades. A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas.

Risco Cambial

Os riscos cambiais estão relacionados com a possibilidade de aumento de custos com contratos em moeda estrangeira, tendo uma relação direta com a variação cambial.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade realizada pelo grupo econômico da Companhia considerou uma valorização de 7,61%, do Real (R$) em relação ao Dólar (US$) e de 15,10% de valorização do Real (R$) em relação ao Euro (EUR), correspondentes à avaliação da Administração de possíveis variações nas taxas de câmbio. A Administração utiliza as projeções de taxas de câmbio das principais instituições financeiras do mercado, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco ABC.

(em R$ mil)	Exposição (Em milhares de EUR/US$)	Impacto (perda) - Em milhares de reais – I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Contas a receber de clientes (US$)	64	24	30	36	18	12
Fornecedores e outros contas a pagar (US$)	(863)	(328)	(410)	(492)	(246)	(164)
Exposição líquida (US$)	(799)	(304)	(380)	(456)	(228)	(152)
Contas a receber de (EUR)	127	113	141	170	85	57
Fornecedores e outros contas a pagar (EUR)	(138)	(124)	(155)	(186)	(93)	(62)
Exposição líquida (EUR)	(11)	(11)	(14)	(17)	(8)	(6)

Risco da Taxa de Juros

O grupo econômico da Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras e está exposta ao risco da taxa de juros. Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera essa exposição às oscilações de mercado. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía aproximadamente 59,12% (sendo 17,58% atrelado a CDI e 41,54% a TJLP) sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI e TJLP. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Análise de sensibilidade

O grupo econômico da Companhia realizou análises de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade às mudanças nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas na data do

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

balanço. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras são atualizadas pela variação do CDI enquanto os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação do CDI e taxas pré-fixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras vinculadas, e títulos para negociação com investidores neste mercado. A análise de sensibilidade para as taxas de juros com o aumento e diminuição de 25% e 50% nos números é a seguinte:

Exposição patrimonial (em R$ mil, exceto %)	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em**	**I - Provável**	**II 25%**	**III 50%**	**IV -25%**	**V -50%**
			30/06/2021					
1 – Ativo financeiro								
Investimentos de curto prazo	5.183	CDI	4,15%	215	269	323	161	108
2 – Passivo financeiro								
Capital de giro	(3.951)	CDI	4,15%	(164)	(205)	(246)	(123)	(82)
		Efeito		**51**	**64**	**77**	**38**	**26**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos individualmente relevantes nos quais a Companhia figura no polo passivo: (i) processos com valor individual igual ou superior a R$2.000,0 mil; e/ou (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de junho de 2021, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 4.062.231-9	
a. juízo	Administrativo
b. instância	3ª instância (Recurso Especial)
c. data de instauração	03/12/2015
d. partes no processo	Autor: SEFAZ/SP Réu Datora Telecomunicações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$2.376.108,87
f. principais fatos	O processo tem como objeto a exigência de ICMS por suposta ausência de recolhimento do imposto sobre operações inadimplidas de telecomunicação. Em 12/01/2016 foi proferida decisão que julgou procedente a autuação fazendária para manter integralmente os termos do Auto de Infração. Em 18/02/2016 foi protocolado Recurso Ordinário. Em 03/10/2018 foi publicada decisão que negou provimento ao Recurso Ordinário, decretando a procedência do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM). Em 14/11/2018 foi protocolizado Recuso Especial e Pedido de Retificação do Julgado. Em 10/12/2018 foi publicado despacho de admissibilidade indeferindo a Petição de Retificação do Julgado e deferindo o Recurso Especial. Em 10/01/2019 a Fazenda Pública apresentou contrarrazões face ao Recurso Especial da Companhia. Em 28/04/2021 foi protocolada petição para requerer a imediata intimação da Fazenda do Estado de São Paulo para que proceda à retificação do status dos débitos consubstanciados no AIIM nº 4.062.231-9, a fim de que estes passem a constar com exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso III do Código Tributário Nacional e, por conseguinte, não representem mais óbice para a expedição da Certidão de Regularidade Fiscal. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Especial.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores.

Processo nº 4.139.787-3	
a. juízo	Administrativo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/12/2020

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

d. partes no processo	Autor: SEFAZ/SP Réu: Datora Telecomunicações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$6.680.576,07
f. principais fatos	O processo tem como objeto a exigência de ICMS em função de (i) suposta ausência de recolhimento do ICMS no montante de R$423.973,30 no período de novembro e dezembro de 2017, em razão da escrituração a menor de valores devidos por CFOP nos livros fiscais; (ii) suposta ausência de recolhimento de ICMS no valor de R$15.035,00, no período de setembro a novembro de 2017, em razão da aplicação de alíquota menor do que a efetivamente devida; (iii) suposta ausência de recolhimento de ICMS no valor de R$8.536,81, no período de setembro a outubro de 2017, em razão de terem sido apontados na GIA valores inferiores aos escriturados; (iv) suposto creditamento indevido de ICMS no montante de R$ 953.869,83, no período de janeiro a março de 2016 e maio de 2016, em razão das notas fiscais apresentadas não corresponderem aos serviços tomados; (v) suposta ausência de emissão de notas fiscais no valor total de R$ 2.825.432,83, no período de junho de 2016 a julho de 2017, referente aos serviços de telecomunicação; e, (vi) suposta ausência de escrituração de notas fiscais de serviços de telecomunicação no valor de R$ 39.359,41, no período de janeiro a julho de 2016 e março de 2017.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, a discussão poderá ser levada ao judiciário. Caso, nessa etapa, sobrevenha nova decisão final desfavorável, o impacto consistirá no desembolso de valores.

Processos de natureza regulatória

Dentre os processos de natureza regulatória individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de junho de 2021, destacam-se:

Processos nº 53500.037883/2021-71 e 53500.032183/2019-76	
a. juízo	Administrativo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23/04/2021
d. partes no processo	Autor: ANATEL Réu: Datora Telecomunicações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$480.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Processo Administrativo de Descumprimento de Obrigação instaurado pela ANATEL, em cumprimento da decisão constante do Despacho Decisório nº 78/2021/COGE/SCO em que alegada a existência de indícios de de uso indevido de recursos da rede, em desconformidade com o Regulamento Geral de Numeração (Resolução nº 709/2019) e Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (Resolução nº 426/2005), consistente na prática de *spoofing*.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão final desfavorável, poderá ser aplicada advertência, multa, obrigação de não fazer, suspensão temporário, bem como poderá haver impacto de imagem da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência teve valor provisionado.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência teve valor provisionado.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

Processos de natureza administrativa/regulatória

Processos nº 53500.209193/2015-82; 2953710; 53504.002674/2016-18; 53500.011681/2015-51; 53504.004056/2018-66; 53500.030620/2016-74; 53500.080261/2017-87; 53508.015360/2011-22; 53508.014518/2009-22; 53508.013677/2010-43	
a. valores envolvidos	R$27.495.391,03
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Nos termos da Lei Federal nº 9.998/2000, constitui receita do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado. Existência de 10 (dez) processos administrativos no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) acerca da base de cálculo da contribuição ao FUST, nos termos da Súmula 7 da ANATEL.

Processos nº 53000.041013/2011-66; 53000.045436/2012-36; 01250.066616/2017-11; 53900.061002/2016-63; 53900.046559/2015-93; 01250.054877/2018-79; 53900.031464/2014-94; 53000.053948/2011-95; 53000.037140/2011-61; 53000.042496/2010-35; 01250.056952/2019-17; 53115.023889/2020-24; 53115.024080/2020-10; 53900.054910/2015-10	
a. valores envolvidos	R$ 13.677.653,51
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Nos termos da Lei Federal nº 10.052/2000, constitui receita do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) a contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. Existência de 13 (treze) processos administrativos no âmbito do Ministério das Comunicações relacionados ao Funttel.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência teve valor provisionado.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 24 de agosto de 2021 pelo Conselho de Administração, onde estão definidas as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos, incluindo as etapas de: identificação de riscos, avaliação dos riscos, mensuração dos riscos, priorização e resposta aos riscos e monitoramento dos riscos. Além disso, prevê os papéis e responsabilidades do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria e demais áreas da companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes da Companhia e tem como fundamento as melhores práticas de governança corporativa, o Regulamento do Novo Mercado e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Companhia tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos que possam afetar a Companhia, a fim de conduzir a gestão de tomada de riscos no processo decisório com o intuito de redução dos níveis de exposição, criação, preservação e crescimento de valor da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos a seguir, em linha com a metodologia amplamente adotada no mercado:

Risco Estratégico: risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia.

Risco Operacional: risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos de suporte às atividades da Companhia ou, ainda, eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas.

Risco Financeiro: riscos derivados da exposição a potenciais perdas financeiras, à confiabilidade dos lançamentos contábeis e das suas demonstrações financeiras e a capacidade de gestão do caixa da Companhia.

Risco Regulatório e de Compliance: risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas.

Risco de Tecnologia de Informação: risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de clientes, fornecedores, parceiros de negócios, acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados às atividades da Companhia bem como ao seu mercado de atuação. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

A Companhia estabelece um processo de gerenciamento de riscos que engloba os seguintes componentes:

(i) **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;

(ii) **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;

(iii) **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;

(iv) **avaliação do risco** – exige uma análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;

(v) **resposta ao risco** – exige que a administração implemente um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;

(vi) **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos para auxiliar a garantir que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a gestão dos mesmos seja efetivamente realizada;

(vii) **informação e comunicação** – exige que as informações relevantes sejam identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e

(viii) **monitoramento** – exige revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

A Companhia garantirá que haja suficiente flexibilidade para reagir rapidamente e para mitigar adequadamente os riscos. A Companhia reconhece que riscos podem ser efetivamente gerenciados se essa gestão estiver incutida na cultura da Companhia.

O processo de gerenciamento do risco será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco pode não ser eliminado.

Os riscos, na etapa de identificação, devem ser categorizados por natureza (estratégica, operacional, financeira, de imagem), tipo (macroeconômico, ambiental, social, tecnológico, legal, trabalhista, cível, financeiro, conformidade) e origem (interna ou externa).

Na etapa de avaliação e mensuração, os riscos devem ser classificados pela respectiva relevância com ênfase no impacto tangível e intangível e sua probabilidade de ocorrência, devendo ser considerados os objetivos estratégicos e a cultura da Companhia, a sua aptidão aos riscos econômicos, mercadológicos e setoriais, não só de natureza financeira , mas também de natureza qualitativa relacionada ao reconhecimento de marca, reputação, imagem, ambiente de trabalho, responsabilidade socioambiental, transparência, idoneidade, etc.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Os riscos deverão ser tratados, buscando eliminá-los, preveni-los, transferi-los, mitigá-los ou aceitá-los. Para tanto, o Comitê de Auditoria deverá ter uma postura proativa. Para cada risco ou conjunto de riscos semelhantes, deverão ser adotadas medidas e planos estruturados de resposta aos riscos, com a respectiva priorização, classificação e severidade, estimativa de custos (com a maior acuidade possível), o cronograma e as responsabilidades, para se atingir respostas adequadas.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, as funções de gerenciamento de risco, no que concerne à estrutura organizacional e de responsabilidades utilizada pela Companhia, são desenvolvidas pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria, pela Diretoria e, quando estruturadas, pela área de Auditoria Interna, pela área de *Compliance* e pelos Gestores Operacionais e/ou de Negócios da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito amplamente divulgado do modelo das três linhas de defesa, abaixo identificados:

É de responsabilidade do Conselho de Administração: (i) estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avaliar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e os limites aceitáveis para exposição da Companhia aos riscos (apetite a riscos); (iii) supervisionar o processo de gerenciamento de riscos, executadas pela Diretoria; e (iv) estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes; (v) tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia; (vi) avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com assessoramento do Comitê de Auditoria (vii) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria; e (viii) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e suas futuras revisões.

Já o Comitê de Auditoria é encarregado de: (i) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão de riscos; (ii) acompanhar e supervisionar o processo de gestão de riscos e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários, através dos trabalhos das áreas de *Compliance* e de Auditoria Interna; (iii) avaliar, monitorar e informar periodicamente o Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de *Compliance* e de Auditoria Interna, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis; (iv) aprovar e acompanhar a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos; (v) propor ao Conselho de Administração a revisão das principais políticas da Companhia, em função de mudanças significativas no ambiente de negócios, incluindo as políticas internas e o Código de Ética e Conduta; (vi) monitorar as atividades de canal de denúncias, assegurando a autonomia, sigilo,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

confidencialidade e um ambiente livre de retaliações; (vii) propor os papéis e responsabilidades dos agentes (pessoas) responsáveis pela governança corporativa de tratativa dos riscos, os sistemas de controles, a composição e alçadas desses fóruns, bem como a definição das políticas necessárias; (viii) comunicação e forma de interação dos eventos com os diversos públicos.

Compete à Diretoria: (i) promover a cultura de gestão de riscos na empresa; (ii) garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais; (iii) a partir das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, propor o nível de apetite a risco em função da relação "risco x retorno" que ela pretende assumir; (iv) avaliar, anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos, e prestar contas ao Conselho de Administração a respeito desta avaliação; (v) conduzir uma revisão periódica desta Política e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração; e (vi) auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

A área de Auditoria Interna da Companhia é responsável por: (i) definir e estabelecer o processo de gestão do risco da Companhia; (ii) elaborar o Plano Anual de Auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (iii) monitorar o processo de gestão dos riscos, em conjunto com os gestores operacionais e de negócios, promovendo a cultura interna de gestão de riscos; (iv) identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão risco; (v) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; e (vi) dar ciência dos riscos críticos e altos ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria da Companhia.

Como parte da segunda linha de defesa, a área de *Compliance*, Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, responsável por desempenhar funções de *Compliance*, gestão de riscos corporativos e controles internos, cujos integrantes não acumulam atividades operacionais, está encarregada de: (i) coordenar a elaboração e revisão das principais políticas da Companhia e do Código de Ética e Conduta da Companhia; (ii) definir e executar as atividades de canal de denúncias, assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações; (iii) garantir a ampla divulgação e conhecimento acerca das políticas da Companhia e do Código de Conduta da Companhia; (iv) avaliar os riscos nas esferas estratégica, tática e operacional; (v) promover respostas aos riscos identificados e mensurar os riscos residuais; (vi) monitorar processos-chaves e críticos através de revisões periódicas; e (vii) salvaguardar os ativos de prejuízos decorrentes de riscos, fraudes, desperdícios e uso indevido através da adoção de controles formais. A área de *Compliance*, Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos reporta-se à Diretoria por meio da Diretoria Jurídica.

Por fim, compreendem a primeira linha de defesa os gestores operacionais e/ou de negócios da Companhia, os quais são encarregados de: (i) conhecer e executar o controle de acordo com as políticas e diretrizes com o objetivo de mitigar seus riscos; (ii) assegurar a implementação dos planos de ação da Companhia no tratamento dos riscos, garantindo a mitigação dos riscos por meio de controles internos efetivos e eficazes; e (iii) agir em conformidade (*compliance*) com as políticas e normas internas, garantindo que as operações sejam executadas de forma íntegra e com ética.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que conseguirá acompanhar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo atividades de avaliação de riscos, por meio de um planejamento de demandas realizado pelo Comitê de Auditoria, quando instalado, com atuação da área de Auditoria Interna e demais departamentos da Companhia que se façam necessários, quando instalados.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não adota uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, no entanto, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 24 de agosto de 2021 pelo Conselho de Administração e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. A Companhia acredita que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, eventuais riscos de variação de taxa de juros e câmbio não têm efeito fora da curva esperada em seu resultado financeiro.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos (i) risco de mercado, que compreende o risco de câmbio e o risco de taxa de juros; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez, conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

As atividades da Companhia envolvem a aquisição de equipamentos para a sua operação e pagamentos de serviços em moeda estrangeira, ambos sujeitos à exposição cambial. Tais operações são realizadas através da proteção de hedge das atividades correntes e, sempre que favorável, das atividades não recorrentes, como alguns itens de investimentos que ocorrem em ciclos mais espaçados. Para mais informações, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

As atividades da Companhia envolvem a aquisição de equipamentos para a sua operação e pagamentos de serviços em moeda estrangeira, ambos sujeitos à exposição cambial. Tais operações são realizadas utilizando-se Non-Deliverable Forward (NDF) sem fins especulativos e cobrindo apenas os valores incorridos. Para mais informações, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros e taxas de inflação Estas variações podem impactar os pagamentos dos serviços de dívida, juros, da companhia, uma vez que a Companhia opera com linhas de longo prazo e em algumas delas com posição Pós e com variação com base no DI e TJLP. Apesar do risco do impacto da alta de juros em face de altas nestas taxas, a companhia opera num quadro e de baixa alavancagem, como pode ser observado no item 3.2 do formulário de referência.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não opera instrumentos financeiros exceto para os fins de proteção patrimonial das operações realizadas para fins de aquisição de equipamentos e de custos operacionais para a sua operação, conforme mencionado no item (ii) e (iii) acima.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum tipo de risco de mercado que justifique uma área independente, porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado são monitorados pelos executivos que fazem parte da diretoria.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos da estrutura operacional que justifique uma área independente, porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de estrutura operacional são monitorados pelos executivos que fazem parte da diretoria.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

As práticas de controles internos adotadas pela Companhia estão de acordo com a complexidade de seus negócios e atividades e visam garantir (i) o atendimento à legislação e aos regulamentos aplicáveis, e (ii) a qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia.

Para tanto, a Companhia adota diretrizes a serem seguidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras e desgaste da reputação institucional, e assegurar o cumprimento das regulamentações existentes.

Ainda assim, os diretores afirmam que a Companhia está em processo de implementação da estrutura de governança para melhor gerenciamento dos riscos e para melhoria contínua do ambiente de controle interno.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O departamento de contabilidade, através da coordenação contábil, é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, atendimento aos auditores independentes e redação das notas explicativas. O processo de revisão das demonstrações financeiras é realizado pela área de reportes, dentro da estrutura de contabilidade, mas sobre coordenação diferente. Todos os lançamentos manuais são revisados e validados pela área de reportes se utilizando dos relatórios e documentos disponibilizados pelas áreas e originados pela própria contabilidade.

Participam também do processo de revisão o Diretor Financeiro e a diretoria executiva. Conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, foi aprovada a instalação do Comitê de Auditoria, como membro de assessoramento do Conselho de Administração, o qual entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado. Para mais informações sobre os membros do Comitê de Auditoria, veja o item 12.7/8 e 12.12 deste Formulário de Referência. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As deficiências de controles identificadas em trabalhos de auditoria, seja interna ou externa, são consolidadas pelo departamento de contabilidade, e apresentadas à Diretoria, responsável pela validação do relatório de consolidação, o qual, após tal validação, é reportado ao Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020 com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Neste sentido, os auditores independentes da Companhia, emitiram, em 17 de maio de 2021, o "Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos" para aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

As deficiências significativas identificadas no referido relatório foram as seguintes:

(i) Aspectos relacionados a controles internos e procedimentos contábeis

- Ausência de revisão sobre lançamentos manuais efetuados diretamente na contabilidade (aplicável a todas as empresas): A Companhia não adota um processo formal de revisão independente e formalizado dos lançamentos manuais executados na contabilidade, o que torna o processo vulnerável a erros e fraude.

- Falha do controle sobre o processo de consolidação e conversão de balanços (aplicável a Datora Participações): Durante o ano de 2019, o grupo Datora passou por uma reestruturação e como resultado, a Datora Participações passou a consolidar duas empresas sediadas no exterior, que possuem moeda funcional diferente da moeda funcional do grupo (real). O processo implementado para realizar a consolidação e a conversão dos balanços destas empresas, considerou para a conversão do resultado do exercício, da demonstração do fluxo de caixa e do patrimônio líquido a taxa de câmbio final do período, em 31 de dezembro de 2019. Contudo, o CPC 02 (R2), efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, não permite que estas peças sejam convertidas pela taxa fim do período e como consequência, a DRE, DFC e DMPL consolidadas preparadas inicialmente pela Datora estavam erradas. A Companhia preparou um controle de conversão de balanços, contudo foi identificado divergências no cálculo devido à utilização de taxas e saldos contábeis incorretos. A ausência de controles que operem de maneira efetiva sobre a consolidação e conversão do balanço, pode resultar em erros nos saldos, na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.

- Falha na revisão sobre a preparação das demonstrações financeiras (aplicável a Datora Participações): O processo de preparação e revisão das demonstrações financeiras individual e consolidada da Datora Participações falhou, pois, as demonstrações financeiras inicialmente preparadas, continham erros na conversão dos balanços e também informações erradas ou não atualizadas em relação às demonstrações financeiras do ano anterior, capturadas, apenas, em nossa revisão. A ausência de controles que operem de maneira efetiva sobre a preparação das demonstrações financeiras pode resultar em erros nos saldos apresentados e nas divulgações das demonstrações financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(ii) Assuntos relacionados a revisão dos especialistas em TI

- Ambiente de TI (aplicável a todas as empresas): Atualmente, para que uma empresa possua boas práticas de governança, é importante que esta empresa possua um ambiente de TI com controles maduros e operantes sobre: Controle de acessos, segregação de perfis, controle sobre as alterações realizadas nos sistemas e também, para casos de sistema e bancos de dados geridos por terceiros, é necessário que este terceiro possua uma certificação denominada SOC 1. Em nossa reunião de avaliação sobre o ambiente de TI do Grupo, identificamos que atualmente não existem, controles operando sobre os itens acima mencionados e por isso, não podemos concluir que o ambiente de TI da empresa é efetivo. A ausência de controles de TI, podem impactar todos os fluxos de informação que geram os demonstrativos contábeis.

Diante deste cenário, os auditores independentes recomendaram:

- Ausência de revisão sobre lançamentos manuais efetuados diretamente na contabilidade (aplicável a todas as empresas): Estabelecer procedimento para a revisão e aprovação dos lançamentos manuais.
- Falha do controle sobre o processo de consolidação e conversão de balanços (aplicável a Datora Participações): Elabore um plano de remediação para desenhar controles que operem efetivamente, a fim de mitigar e/ou evitar os possíveis riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras.
- Falha na revisão sobre a preparação das demonstrações financeiras (aplicável a Datora Participações): Elabore um plano de remediação para desenhar e implementar controles que operem efetivamente, a fim de mitigar e/ou evitar os possíveis riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras.
- Ambiente de TI (aplicável a todas as empresas): Implemente controles gerais de TI para garantir a precisão e integridade das transações e dados utilizados para tomadas de decisão da Empresa.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia avaliaram e concordaram com todas as recomendações constantes do relatório dos auditores independentes. Visando à implementação de tais recomendações, a Companhia, por meio de seu Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade, elaborou planos de ação destinados a mitigar cada uma das deficiências significativas apontadas pelos auditores independentes, conforme descritos abaixo:

- Ausência de revisão sobre lançamentos manuais efetuados diretamente na contabilidade (aplicável a todas as empresas): a Administração aumentou a área financeira em 2021, de modo a criar uma área de controle, bem como institui um contrato de staff loan permanente, que dentre suas funções está a revisão e controle de lançamentos manuais, e, desta forma, garantindo a correção da falha apontada.
- Falha do controle sobre o processo de consolidação e conversão de balanços (aplicável a Datora Participações): ao longo do exercício de 2020, fizemos o cálculo de conversão, entretanto alguns conceitos na conversão das moedas internacionais ainda precisaram ser aperfeiçoados. Já atualizamos os nossos controles e a previsão é que esse ponto não continue para o exercício de 2021.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Falha na revisão sobre a preparação das demonstrações financeiras (aplicável a Datora Participações): Concordamos com o ponto e em 2021 aumentamos a área financeira, de modo a criar uma área de relatórios, dentre eles as Demonstrações Financeiras, que passará a ser responsável por sua elaboração e, desta forma, garantindo a correção da falha apontada.
- Ambiente de TI (aplicável a todas as empresas): A administração já iniciou a avaliação com relação à viabilidade de implementação dos controles sugeridos, mapa de informações e correção de dados entre os sistemas, bem como buscar junto aos fornecedores a certificação denominada SOC 1. Alguns dos processos já se encontram em andamento. Devido à permanência do cenário da pandemia do COVID-19 ao longo de todo o ano de 2020, alguns dos ajustes que estavam originalmente previstos – parcialmente – com melhorias associadas ao projeto de adequação a LGPD, não puderam evoluir como o planejado, mas cujo restabelecimento das atividades está previsto para o intervalo entre o fim de 2021 e o início de 2022.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Ética e Conduta, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021.

O Código de Ética pode ser acessado: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

Além disso, o Comitê de Auditoria faz o acompanhamento das práticas voltadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

O Código de Ética terá por finalidade proteger a Companhia de atos impróprios, seja pelo seu caráter preventivo ou sancionador, prezando sempre pela imagem da Companhia, pela proteção do ambiente de trabalho, pelo tratamento profissional e harmonioso com os clientes, colaboradores e fornecedores e pela postura íntegra perante as autoridades públicas.

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores do Grupo Datora, composto por empresas coligadas que têm a Datora Participações como acionista comum, bem como terceiros e deve ser observado por todos da Companhia, incluindo seus acionistas, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores, estagiários ou aprendizes, quaisquer prestadores de serviços contratados para executar atividades no interesse da Companhia, como também demais representantes do Grupo Datora que atuem em qualquer das afiliadas, coligadas e controladas dos quais a empresa participe.

Todos os destinatários do Código de Ética devem recebê-lo e assinar um termo de compromisso e adesão comprometendo-se a cumpri-lo em sua totalidade, e devem estar cientes de que eventuais desvios de suas disposições ou de outras normas internas do Grupo Datora, seja por ação, omissão ou complacência, constitui base para uma medida disciplinar, podendo ensejar o término do vínculo empregatício.

Os líderes são incentivados ao debate sobre postura ética, integra, verdadeira e transparente, apoiando os seus liderados quando estes relatarem condutas que acreditam ser violações às leis ou aos princípios da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas será realizada anualmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia conta com uma estrutura sólida de monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos, a qual é composta pela área de *Compliance* da Companhia, além do Comitê de Ética, Comitê de Auditoria, que será instalado, da Diretoria e do Conselho de Administração. Todas as áreas são responsáveis por monitorar e controlar os riscos aos quais a Companhia pode estar sujeita, bem como por implementar e melhorar continuamente os procedimentos internos de integridade da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores do Grupo Datora, composto por empresas coligadas que têm a Companhia como acionista comum, bem como terceiros e deve ser observado por todos da Companhia, incluindo seus acionistas, conselheiros, diretores, empregados, colaboradores, estagiários ou aprendizes, quaisquer prestadores de serviços contratados para executar atividades no interesse da Companhia, como também demais representantes do Grupo Datora que atuem em qualquer das afiliadas, coligadas e controladas dos quais a empresa participe.

Caberá a todos os destinatários do Código a participação em atividades e treinamentos quanto ao conteúdo do Código de Ética, a serem realizados anualmente ou sempre que a Companhia entender necessário. Todos os destinatários do Código de Ética devem recebê-lo e assinar um termo de compromisso e adesão comprometendo-se a cumpri-lo em sua totalidade.

Conforme descrito no Código de Ética as sanções aplicáveis serão definidas de acordo com a gravidade da ocorrência, podendo envolver (i) advertências, (ii) suspensão, (iii) rescisão contratual por justa causa ou (iv) outras medidas cabíveis conforme legislação vigente.

As medidas disciplinares podem ter caráter educativo, corretivo ou punitivo e obedecerão a proporcionalidade da gravidade do ato, consequências, responsabilidade dos envolvido, impacto reputacional à Companhia, independentemente de sua hierarquia.

A aplicação das medidas disciplinares será deliberada pela Diretoria da Companhia, mediante proposta da Área de Integridade Corporativa, considerando o resultado das investigações internas, a exposição financeira e reputacional da Companhia, sendo que o Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade poderá ser acionado a opinar sobre o tema a depender da gravidade do assunto.

Além das medidas disciplinares, a questão poderá ser judicializada no âmbito cível ou criminal, após deliberação do Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade.

O Código de Ética e Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, e pode ser acessado: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) canal de denúncia

A Companhia possui, ainda, um canal de denúncia denominado “Canal de Ética” para receber toda e qualquer denúncia acerca da prática de ilegais ou ilícitos, que violem ou possam violar a legislação e regulamentações vigentes, bem como eventuais violações ou suspeitas de violações às políticas e procedimentos da Companhia. As comunicações ao Canal de Ética podem ser realizadas por funcionários, prestadores de serviços, terceiros e público em geral, podendo ser realizadas em caráter anônimo ou não.

O Canal de Ética não é contratado com terceiros. Porém, a Companhia considera como sendo um meio de comunicação seguro, que garante a confidencialidade e preservação das informações prestadas pelos colaboradores, garantindo a boa observância das regras de anonimato e evitando qualquer retaliação ou represália que tenham sido feitas de boa-fé. O Canal de Ética pode ser acessado de forma on-line, no *website*: www.ri.datora.net.

5.4 - Programa de Integridade

Os relatos são avaliados, apurados e respondidos individualmente, pelo Comitê de Auditoria da Companhia, com o mais absoluto sigilo, de modo a garantir o anonimato e a devida proteção do denunciante contra possíveis retaliações, as quais são totalmente repudiadas pela Companhia. Atos de retaliação devem ser imediatamente relatados e, se apurada a sua ocorrência, resultarão na aplicação de medidas disciplinares pela Companhia.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A administração da Companhia realiza análises e a avaliações detalhadas (*due diligence*) de informações financeiras, contábeis, fiscais, previdenciárias, imobiliárias e legais previamente antes de processos de fusões, aquisições e estruturações societárias.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	27/09/2005
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Datora foi fundada em 1993, inicialmente com suas atividades voltadas ao segmento de educação e ensino, com realização de treinamentos e aulas de computação para jovens e crianças. Neste período, o acesso à tecnologia e internet era restrito a uma pequena parcela da população.

Em 1994, a Datora com intuito de fomentar o mercado de computadores pessoais para facilitar o acesso da população às aulas e treinamentos, visto a grande demanda, fundou sua própria loja de informática. Esta loja se tornou uma importante distribuidora de equipamentos de informática atendendo centenas de lojas, que surgiram a partir de 1995.

No final de 1996, foi apresentado na COMDEX, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo, a tecnologia de transporte de voz sobre redes IP (VoIP). A equipe da Datora, que decidiu por estabelecer uma unidade com foco na venda de serviços de chamadas via VoIP. No início de 1997, a Datora instalou os primeiros equipamentos de tecnologia de voz sobre IP (VoIP) no Brasil. Infelizmente, naquele momento, a Internet não tinha a qualidade necessária para a prestação deste tipo de serviço, pois não existiam protocolos de priorização para pacotes com necessidades de transmissão em tempo real.

Em 1998, a Datora iniciou as operações de CDN (*Content Delivery Network*), atendendo, indiretamente, clientes como Disney e Microsoft no mercado sul-americano. Para viabilizar a prestação de serviços de CDN, a Datora ativou o segundo circuito de 100 Mbits na rede Embratel, na época a principal rede de internet no Brasil. Em 2001, a Companhia celebrou contrato com a Embratel para implantar uma rede de VoIP entre suas centrais internacionais e a Argentina.

Já em 2003, na busca pela aproximação dos mercados consumidores internacionais, a Datora começou a atuar no mercado atacado de cartões telefônicos em Portugal, habilitando dezenas de marcas neste segmento.

Em 2005, a Companhia iniciou a prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, possibilita a comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia, de modo que seus clientes puderam contratar estes serviços e originar e receber ligações telefônicas locais, de longa distância nacional e internacional, inclusive a cobrar, sempre mantendo a tecnologia VoIP como alicerce da operação.

Os anos de 2006 e 2007 foram marcados pelo crescimento e expansão internacional da Companhia, com a abertura de unidades nos Estados Unidos e na Espanha. A Datora passou não só a operar com Brasil como destino em seu portfólio, mas também passou a operar em escala mundial. Neste período, a Companhia se tornou uma das principais empresas no mercado VoIP para Brasil, ultrapassando mais de 200 acordos internacionais para transporte de chamadas.

Já em 2011, após receber a autorização da ANATEL para a prestação de serviços SMP (Serviço Móvel Pessoal), a Companhia começou a atuar como operadora virtual de telefonia móvel, inaugurando junto com a Porto Seguro Telecom, o mercado de MVNO (*Mobile Virtual Network Operator*) no país, sendo pioneira na prestação de serviços de interconexão VoIP para a tradicional telefonia fixa e tornando-se a primeira MVNA (*Mobile Virtual Network Aggregator*) e MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*) do mercado brasileiro.

6.3 - Breve Histórico

Em 2013, o grupo econômico da Datora celebrou acordo com a Vodafone Global Partner Market Group, unidade da Vodafone especializada na formação de alianças estratégicas em países onde a empresa não possuía operação e com o intuito de capturar negócios locais com demandas mundiais, mas também, de ter parceiros alinhados para atender clientes globais da Vodafone com demandas nestes países. O acordo, além de permitir o uso da marca Vodafone, à época a maior empresa de IoT do mundo, também dava à Companhia acesso à vários serviços de suporte, como *bank knowledge* (banco de dados com os cases Vodafone nas mais diversas frentes e países), acesso à engenheiros no suporte técnico, acesso ao time de compras, dentre outros. No ano seguinte, a Companhia lançou sua plataforma de gestão para IoT (*Internet of Things*), possibilitando clientes e parceiros interagirem com os componentes da rede Móvel da Companhia.

Em 2017, a Companhia celebrou acordos de parceria com o grupo BT no Brasil para exploração do mercado de mobilidade de seus clientes brasileiros, um dos primeiros cases, após a JV (*joint venture*) com a Porto Seguro, de MVNE com grupos internacionais que a Companhia teve. Em 2018, a Datora lançou os serviços de MVNO Credenciada, permitindo que marcas de diferentes segmentos lancem seus próprios serviços móvel no Brasil. A Companhia atua como uma MVNE e seus clientes passam a ser MVNOs.

Em 2019, a Datora Mobile, então uma empresa separada, fundiu-se com o restante do grupo, transformando a CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento do Econômico de Minas Gerais), hoje CODEMGE, em um investidor da Datora. A CODEMGE é uma empresa pública que realiza atividades de investimento e fomento em diversos setores com relevante atuação em Minas Gerais, especialmente na indústria criativa e de alta tecnologia. Com o objetivo de levar as soluções e serviços inovadores do grupo Datora para Minas Gerias, a CODEMGE tornou-se acionista da Companhia.

A Companhia tem mais de 27 anos de atuação no Brasil, com sua sede em Minas Gerais e atividades em outros sete países como Argentina, Colômbia, Estados Unidos, França, Guatemala, Suécia e Israel.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Com 28 anos no mercado, a Companhia atua no mercado de tecnologia fornecendo uma ampla oferta de serviços para seus clientes por meio de suas plataformas operacionais no formato CPaaS – *Communication Platform as a Service* ("**CPaaS**"). A Companhia também atua no mercado B2B2X, uma vez que atende o mercado corporativo, oferecendo soluções que podem ser usadas por clientes finais, no setor agropecuário, mercado *pet*, indústria 4.0 ou em qualquer dispositivo que precise se conectar. Neste sentido, a Companhia opera nos quatro segmentos abaixo destacados, os quais atuam de forma sincronizada, de forma a gerar sinergia e *cross-selling*[1] entre eles.

O primeiro segmento em que a Companhia opera é o CPaaS-IoT, onde a Companhia oferece para o mercado a conectividade e uma gama de serviços de valor agregado com a finalidade de conferir aos seus clientes eficiência, agilidade e competitividade em seus mercados. Neste segmento, destacam-se o setor automotivo (serviços de telemetria e rastreamento), segurança, financeiro (serviços para PoS (*Point of Sales*), caixa eletrônicos, etc.).

O segundo segmento em que a Companhia opera é o CPaaS-Geral, que tem como produto e serviço principal a oferta de um pacote *whitelabel*[2] de telefonia fixa, móvel e de dados, além do portfólio de *Internet of Things* ("**IoT**") para clientes como ISPs – *Internet Service Providers* ("**ISPs**") e redes de varejo.

O terceiro segmento em que a Companhia opera, ainda no ambiente de CPaaS, é o CPaaS-OTT (*Over The Top*), onde a Companhia oferece serviços de conectividade que permitem às OTTs[3] autenticar seus usuários. Nesse segmento, destacam-se como clientes, Uber, 99 e Google que usam serviços da Companhia por meio de seus fornecedores globais.

O quarto segmento em que a Companhia opera é o Voz sobre Protocolo de Internet ("**VoIP**"), que funciona como alicerce das operações de CPaaS, serviço escalável e que permite autonomia operacional, já que serve como uma verticalização da cadeia neste segmento. Devido a tecnologia embarcada, VoIP, a Companhia é capaz de ter uma infraestrutura operacional com baixas demandas de investimentos, suportando o crescimento de todos os segmentos. Neste segmento, a Companhia atua com serviços, como antifraude e *billing*, para as grandes operadoras no Brasil e no mundo, além de atuar como importante via para originar e receber chamadas de voz.

Linha do Tempo

Iniciando suas operações em 1993, a Companhia vem ao longo deste tempo se transformando, sempre em busca de tecnologia, inovação e pioneirismo. Após 28 anos, a Companhia evoluiu muito em governança, constituiu uma equipe experiente e com muitos anos de casa e possui hoje uma operação lucrativa e rentável.

Essa busca começou desde a sua constituição. A Companhia iniciou as suas atividades com a escola de computação e venda de computadores no varejo. Depois, evoluiu para o atacado de partes e peças de informática. Em 1996, iniciou sua atuação com a tecnologia VoIP. Em 2001,

---

[1] Técnica de vendas que consiste em oferecer novos produtos ou serviços para clientes que já compram um ou mais serviços da empresa.

[2] Uma plataforma ou conjunto de serviços que podem ser customizados pelo cliente corporativo e oferecidos ao consumidor final utilizando a marca e identidade visual do cliente que contratou a plataforma.

[3] Empresas que trabalham na camada de aplicação do modelo *Open System Interconnection* – OSI) fornecendo diversos serviços, normalmente utilizando os serviços de internet existentes para esta chegar nos clientes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

celebrou o primeiro contrato de *outsourcing* de *billing* e rede IP (*Internet Protocol*) com a Embratel, o qual está em vigor até a presente data.

Em 2005, a Companhia adquiriu um espelhinho[4] no Brasil para operar VoIP no mercado doméstico. Já em 2007, a Companhia abriu um escritório em Miami para explorar o mercado internacional. A evolução do tráfego, a nossa convicção de nos mantermos no segmento VoIP e a especificidade dos nossos clientes, grandes operadoras nacionais, grandes operadoras internacionais e pequenos e médios clientes no Brasil e mais tarde OTTs, exigiram forte necessidade de inovar, pois demandaram juntar as necessidades de um mundo de telecomunicações tradicional baseado em sinalização SS7[5] com um mundo totalmente virtual baseado em redes IP. Este desafio forçou e permitiu a Companhia desenvolver tecnologia de comunicação de sinalização entre SS7 e SIP[6]. Neste cenário, surgiu toda a linha de CPaaS da Companhia.

Em 2008, a Companhia entendeu que o mundo seria móvel. Nesta época, com uma operação de varejo em Portugal, iniciamos uma discussão do que seria uma *Mobile Virtual Network Operator* ("**MVNO**"). Portugal sofreu com a crise financeira e o êxodo de brasileiros, mas as sementes do que é e como operar segundo um *frame* regulatório de MVNO deram a musculatura necessária para, em 2010, a Companhia ter sido um *player* atuante na implementação da regulamentação de MVNO no Brasil. A Companhia obteve a primeira e a segunda autorizações de MVNO no Brasil. Com a segunda autorização, a Companhia criou a Conecta, uma *joint venture* com a Porto Seguro para explorar o mercado de IoT, via carros segurados pela Porto Seguro e, também, dar o suporte de plataforma para o *cross-selling* em sua base de clientes. Em 2011, iniciou sua atuação com IoT, celebrando o contrato com a Vodafone Global Partner Market. Já em 2014, lançou em sua plataforma de serviços de valor agregado para IoT.

A iniciativa foi interrompida em 2015, quando a Porto Seguro seguiu em um plano de verticalização e assumiu, assim, o papel de provedor de serviços da Companhia. A Companhia retornou o foco para a primeira autorização MVNO do país, onde focou no mercado de IoT, culminando em uma parceria estratégica com a Vodafone em 2013. Nesta jornada, a Companhia foi pioneira na implementação de um CORE de rede virtualizado, o que a permitiu sair de uma estrutura de 23 racks[7] para uma estrutura de apenas três. Neste mesmo período, a Companhia desenvolveu uma plataforma de gestão, que permite aos seus clientes fazer a gestão dos seus próprios

---

[4] Nome dados às novas entrantes no processo de privatização do sistema Telebrás.

[5] Protocolo de sinalização de chamadas de padrão global, que é usado para: estabelecer, configurar, gerenciar e derrubar uma chamada.

[6] *Session Initiation Protocol* – Protocolo de Iniciação e Sessão – trata-se de um protocolo para sinalização de sessões multimídia largamente utilizado nas telecomunicações atualmente, o qual é apto a estabelecer, modificar e terminar estes tipos de sessões.

[7] Estrutura de *datacenter* que permite armazenar e organizar os diferentes componentes de instalações da rede, como servidores, sistemas de armazenamento, *switches*, cabos, entre outros equipamentos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

equipamentos. Ativação, cancelamento, gestão de banda, aprovisionamento (ativação e cancelamento do dispositivo), uma plataforma totalmente autosserviço, tendo em vista a integração com todos esses elementos sem a necessidade de intervenção da Companhia.

Em 2017, observando espaços na oferta de mercado, a Companhia desenvolveu, também, na parte móvel, com recursos do INOVACRED, IoT com redundância *full*, melhorando o *uptime* e cobertura dos serviços.

Com o aumento constante de chamadas VoIP, a Companhia teve que evoluir também nesta área, uma vez que o crescimento proporcional da estrutura de rede acabaria por tomar parte considerável do valor agregado dos serviços oferecidos. Em 2018, a Companhia desenvolveu e adaptou uma solução de mercado de balanceamento de pacotes para uma rede de voz dobrando a capacidade (no mesmo conceito de datacenter em nuvem, a Companhia permite que seus elementos de core trabalhem de forma redundante e balanceando o uso da capacidade de forma automática). Também em 2018, aumentamos a capacidade de gestão de chamadas em tempo real, permitindo a gestão de números inválidos e releases de indisponibilidade, o que permite o uso mais rentável dos ativos de rede da empresa.

Já no lado das pequenas e médias empresas que atende no Brasil, a Companhia foi pioneira na oferta de serviços de TI. Em 2019, nesta mesma linha, a Companhia avançou na tratativa *online* de chamadas com a implementação de uma nova versão do *software* de análise preditiva, que nos permite aumentar ainda mais a rentabilidade dos ativos, uma vez que analisa também o tráfego em tempo real e descarta chamadas improdutivas, além dos benefícios das versões anteriores associados a chamadas inválidas e releases incorretos. Ainda em 2019, abriu seu escritório na Califórnia para atender as OTTs.

Atualmente, a Companhia oferece uma gama vasta de serviços que suportam nossos clientes na gestão de suas necessidades. A Companhia detém um controle de antifraude como parte do seu pacote de serviços e está trabalhando na implementação de elementos de inteligência artificial em sua rede. A Companhia também analisa em tempo real a disponibilidade de rede sobre a demanda dos clientes da Companhia evitando não só sobrecarga, mas também perda de tráfego por parte deles.

No fim de 2019, a Companhia abriu um escritório na Califórnia, num esforço de estarmos mais perto do Vale do Silício e, desta forma, mais próximos das OTTs e das novas soluções para CPaaS. Nesta mesma linha, a Companhia abriu recentemente um escritório em Israel e tem planos de ter colaboradores na China. A pandemia tem atrapalhado estes planos, mas a Companhia reconhece a importância de Israel como centro de inovação e tecnologia, bem como o papel da China na viabilização de dispositivos e soluções para a indústria de IoT.

Ainda em 2019 e com avanços em 2020, a Companhia encapsulou um produto para habilitar novas MVNOs de sua rede, o que também chamamos de credenciadas. Por meio de desenvolvimentos internos e integração dos sistemas operacionais de *billing*, provisionamento, gestão dos clientes, portal do cliente e faturamento, a Companhia desenvolveu módulos escaláveis e replicáveis para a venda de credenciadas (MVNOs), que só em 2021 atingiram o total de 13 clientes com contratos firmados, alguns já em operação.

Em 2020, a Companhia avançou na parte do IoT na implementação de uma nova plataforma de BSS/OSS (*Business Support System and Operational Support System*), que permitirá maior escala no desenvolvimento da universalização do IoT. A Companhia também está em processo de instalação do seu novo CORE de IoT, que será totalmente redundante ao atual, mas que também trará uma gama enorme de serviços para serem oferecidos ao mercado, inclusive totalmente compatível e pronto para operar no 5G. Adicionalmente, a Companhia iniciou um projeto de *cloud*

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

das plataformas de suporte de BSS/OSS para os produtos e serviços voltados para pequenos e médios clientes e OTTs. A ideia é ter a plataforma hoje totalmente hospedada no datacenter da Companhia na nuvem, resolvendo assim a dicotomia crescimento versus custos fixos/investimentos.

Na parte de clientes, a Companhia manteve ações na melhoria da jornada do cliente e na automação de processos internos, como melhorias no portal e a automação do processo de faturamento. Para 2022, a Companhia continuará perseguindo estas evoluções, com destaque para o lançamento do *marketplace*, e alavancagem da ArqiaPag, conjunto de serviços de caráter financeiro que inclui meios de pagamento como cartões de crédito e boletos, bem como contas digitais.

Tudo isto transformou a Companhia em uma multinacional brasileira, com presença em diversos países e com acordos comerciais que lhe permitem comunicar com parceiros e com clientes, em qualquer lugar do mundo, fortalecendo os seus pilares de atuação: (i) crescimento consistente de receita, EBITDA e geração de caixa; (ii) portfólio de serviços que permite bilhões de chamadas VoIP anualmente (20 bilhões de chamadas em 2020), dezenas de milhões de sensores/atuadores se comunicarem em diversas partes da América Latina (1,5 milhões de dispositivos conectados em maio de 2021) e milhões de mensagens e sessões de dados que atendem às necessidades de um conjunto amplo de clientes nos mais diversos segmentos, como Fintechs, ISPs, redes de varejo, bancos, meios de pagamento, empresas de segurança, seguradoras, rastreadoras de veículos, empresas do agronegócio, operadoras de telecomunicação, no Brasil e no mundo; (iii) equipe de executivos com experiência no mercado de comunicação, descobrindo oportunidades e articulando negócios que criam valor para os diversos *stakeholders* da Companhia; (iv) uma cultura de inovação equilibrada com uma governança sólida, sistematicamente observando os valores essenciais e princípios de ética; (v) presença em segmentos de forte crescimento (CPaaS e IoT) e com perspectiva de aceleração, mantendo uma geração de resultado e de caixa consistente; (vi) foco em padrões internacionais e nas práticas ambientais, sociais e de governança, ou *environmental, social, and corporate governance* (ESG); e (vi) foco em parceiros e clientes, visando a qualidade num ambiente disruptivo pela constante inovação.

Segmentação de Mercado

Com a complexidade percebida nas estruturas associadas aos serviços de comunicação, a Companhia atua em quatro segmentos: VoIP e CPaaS (*Communications Platform as a Service*), o qual se desdobra em CPaaS-Geral (que engloba ISP/MVNEs), CPaaS-IoT e CPaaS-OTT, conforme descrito abaixo.

CPaaS

No segmento CPaaS, a Companhia atua nas seguintes frentes CPaaS-IoT (destaque para Carros Conectados, Telemetria, Rastreamento Veicular, segurança e POS), CPaaS-Geral (que inclui ISP/MVNEs) e CPaaS-OTT (atendimento às demandas de empresas de aplicativo):

CPaaS-IoT

No mercado de IoT (*Internet of Things*), a Companhia opera com a marca Arqia desde 2018, atendendo parceiros que incluem IoT em seus produtos, serviços e necessidades, oferecidos para seus próprios clientes e ou utilizados nas suas demandas internas.

Nos serviços oferecidos no CPaaS-IoT, além de conectividade, a plataforma da Companhia inclui a funcionalidade de gestão integrada, seja por interface gráfica ou por API, sempre no formato *White Label*, o que possibilita que tanto parceiros, quanto seus próprios clientes, possam ativar, bloquear,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

cancelar ou modificar os serviços contratados. Os serviços atuais têm cobertura no Brasil e no mundo.

Soluções em CPaaS-IoT

Fonte: Companhia

Buscando novas tecnologias e antecipando tendências, a Companhia adiciona novas funcionalidades às soluções de IoT, que incluem desde novos dispositivos até serviços de valor agregado, como sistemas de localização (LBS), sistemas de cerca eletrônica (delimitação geográfica para o funcionamento do POS), opções de gestão de ativos para indústria 4.0, possibilidade de autogestão de APNs[8], dentre outros.

O mercado de IoT é um do mais promissores, conforme mostram as previsões destacadas nos gráficos abaixo:

Receita total anual relacionada à IoT no mundo e no Brasil

Fonte: Transforma Insights – Statista 2021

Por meio de seu segmento CPaaS-IoT, a Companhia, atua oferecendo serviços de plataforma de conectividade, gestão e de valor agregado para empresas que incluem estas soluções em seus próprios produtos e serviços ou necessidades e processos internos. Estas empresas estão inseridas em diferentes verticais, destacando-se as verticais abaixo:

Carros Conectados

Esta vertical é baseada em veículos que já saem de fábrica com opções de conectividade para aplicações, que vão desde entretenimento a bordo até a manutenção preditiva. Por meio de um *SIM Card* da Companhia, que pode fornecer os serviços móveis, os carros podem se conectar à

[8] APN –Nomenclatura do ponto de acesso – define o caminho de rede de toda a conectividade de dados celulares.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

internet e desta forma, rodarem qualquer aplicação que queiram. A Companhia permite às montadoras, a gestão desta conectividade, por meio dos serviços de delimitação de área para funcionamento da conectividade, gestão de banda, habilitação de voz e SMS, suspensão do serviço, ativação, etc.

No mercado americano, a penetração é de cerca de 23% em número de veículos conectados conforme estudo da S&P Global (fonte: https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/connected-car-connectivity-growing-as-cars-get-smarter). Entretanto, no Brasil, apesar de ainda não ter estatísticas disponíveis, devido à baixa quantidade de veículos conectados em relação à frota nacional, a Companhia entende que há uma oportunidade de crescimento nesse segmento, em razão de do uso cada vez maior de aplicativos pela população brasileira (fonte: https://docmanagement.com.br/01/06/2021/brasileiros-superam-americanos-em-adocao-de-aplicativos-e-tempo-de-uso-de-smartphones/ e https://www.statista.com/statistics/1109786/apps-usage-coronavirus-brazil/).

Evolução dos veículos conectados nos EUA

Fonte: Kagan, pertencente ao grupo de pesquisa de mídia *S&P Global Market Intelligence*.

Os dados americanos indicam que a tendência de crescimento deste número é expressiva, tendo em vista que a venda de veículos novos atingiu cerca de 15 milhões de unidades e o crescimento estimado pelo estudo citado acima mostra um acréscimo de cerca de 9 milhões de veículos conectados no mesmo período, ou seja, 60% dos veículos vendidos em 2020 já saíram de fábrica "conectados" (fonte: https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/connected-car-connectivity-growing-as-cars-get-smarter).

Telemetria e Rastreamento Veicular

Esta vertical é composta pelos equipamentos para rastreamento e telemetria veicular (como dados de localização, informações do funcionamento do veículo, perfil de uso do motorista) adicionados depois de o veículo ter saído da montadora. Os serviços prestados se assemelham aos de carros conectados, isto é, permitem a conectividade do carro e, desta forma, o seu monitoramento, com um conjunto de serviços de gestão da conectividade embarcados. Conforme artigo publicado pelo IT Fórum em 2020, o Brasil possui cerca de 3,48% de veículos com este tipo de dispositivo, enquanto a proporção é muito maior em outros mercados mundiais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Mercado global rastreamento e telemetria veicular

Fonte: https://www.alliedmarketresearch.com/vehicle-tracking-system-market

POS

A vertical de PoS (*Point of Sales*), refere-se às maquininhas de processamento de transações realizadas por cartão de crédito, utilizadas em restaurantes, postos de combustíveis e vários outros comércios do país. A Companhia oferece a conectividade às maquininhas, proporcionando acesso ao banco de dados das gestoras de cartão e permitir a transação. Além da conectividade, como nas demais verticais, a Companhia fornece serviços às gestoras de cartão que permitem o melhor uso da conectividade, bem como uma maior eficiência em custos, uma vez que a ativação, cancelamento, compartilhamento de banda, dentre outros, podem ser administrados pela própria gestora de cartões, O número de maquininhas no Brasil cresceu 31,8% de 2018 para 2019, passando de aproximadamente 8,5 milhões para 11,2 milhões (fonte: Estatísticas de pagamento de varejo e de cartões no Brasil do Banco Central do Brasil). Como pode ser observado no gráfico abaixo, a demanda deve continuar aumentando, tendo em vista a quantidade de transações:

Evolução na Quantidade de Transações via POS

Fonte: Highcharts.com

CPaaS-Geral

Nessa frente, a Companhia atua como uma plataforma que seus parceiros utilizam para ofertar os mais diversos serviços de comunicação para seus clientes. Os parceiros da Companhia podem interagir diretamente com os principais elementos de controle e conectividade de sua plataforma, tanto por meio de uma interface gráfica como por meio de APIs – Interfaces programáveis e acessíveis por outros *softwares* (APIs). Esta conectividade permite que múltiplos sistemas de seus parceiros e clientes possam interagir diretamente com a plataforma da Companhia, personalizando os serviços em tempo real.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Esta plataforma possibilita acesso a serviços de valor agregado, destacando, entre outros serviços, antifraude, de faturamento e provisionamento[9], de gestão de capacidade, e de gestão preditiva de número chamado.

Para ISPs e redes de varejo, além dos serviços destacados acima, a Companhia oferece um pacote completo de serviços no formato *White Label*.

Soluções de CPaaS-ISP/MVNEs

CPaaS e os ISPs parceiros

Fonte: Companhia e Anatel

Esta é uma das principais linhas de crescimento planejado pela Companhia, onde atua como MVNE (*Mobile Virtual Network Enabler*), que consiste em uma estrutura que permite aos seus clientes o uso de suas funcionalidades, sem que o mesmo necessite ter sua própria estrutura, técnica e regulatória. Como MVNE, a Companhia licencia seus elementos centrais de uma rede de comunicação móvel, habilitando seus clientes para uma oferta *White Label*, que os permite entregar para seus clientes finais um pacote completo de telefonia móvel, fixa, de dados, mensagem e a possibilidade do uso da totalidade do portfólio de IoT da Companhia.

No caso dos ISPs, a solução da Companhia atua como fortalecimento do portfólio de serviços que estes já possuem, enquanto nas redes varejistas, o pacote da Companhia atua como um elemento de aproximação com os clientes, fortalecendo ações de *marketing*/comunicação e monetização.

Atualmente no Brasil, as MVNOs representam cerca de 0,7% da base de usuários móveis (conforme publicado no *website* https://www.teleco.com.br/mvno_br.asp), enquanto na Espanha

[9] O serviço de provisionamento constitui o ato de adicionar informações, seja de detalhes de serviço e/ou informações necessárias para a correta prestação do serviço. Exemplo: o provisionamento de um *chip* de celular, consiste na guarda de número do *chip*, códigos de validação, contrassenhas e associar estas informações a um plano de serviço.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

esta participação atinge 8,6%, no Japão 13,2% e na Colômbia 6% (fonte: Statista), o que denota o potencial de crescimento do mercado.

Dados Statista sobre MVNO na Espanha, e no Japão na Colômbia

Fonte: Statista

CPaaS-OTT

No segmento CPaaS-OTT, a Companhia tem como objetivo atender empresas de aplicativo de atuação mundial, chamadas "*Over the Top*", por meio da prestação de serviços de autenticação, isto é, permitir que a empresa de aplicativo tenha a garantia de que o cliente que está usando o aplicativo é uma pessoa e é detentor daquela numeração móvel. Um exemplo é o envio de SMS para celulares de forma que o usuário receba uma contrassenha para autenticação na aplicação. Atualmente, a autenticação é um dos destaques da demanda de OTT, conforme o crescimento destacado na figura abaixo entre 2014 e 2025, ainda sem considerar o impacto da pandemia de COVID-19 nos números americanos:

Mercado americano para autenticação *multi-fator* ("MFA")

Fonte: https://www.grandviewresearch.com/industry-analysis/multi-factor-authentication-market

Neste gráfico abaixo, vemos o impacto da pandemia de COVID-19 na quantidade de uso de MFA (*Multi Factor Authentication*) globalmente, o que indica um crescimento maior a partir de 2020:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Crescimento do uso de MFA impactado pela pandemia de Covid-19

Fonte: https://www.okta.com/blog/2020/05/mfa-trends-the-impact-of-covid19/

Para o processo de autenticação, os OTTs utilizam vários serviços que permitem e fazem a conectividade, incluindo serviços de mensagens (*SMS – Short Message Services*), numeração local, números especiais, conferência de chamadas acionada via API e chamadas de voz. Vale destacar que as empresas de aplicativo, como Uber, Airbnb e 99, dentre outras, não fazem compras diretamente nos mercados em que atuam. Na verdade, fazem uso de empresas de tecnologia com atuação mundial, as quais para viabilizar os serviços, buscam parceiros locais e com eles constroem uma plataforma integrada de comunicação. Exemplos de empresas assim são a Twilio, a Synch, Plivio e Zenvia, dentre outras, as quais são clientes da Companhia. Desta forma, uma vez conectada com estas empresas, a Companhia não precisa criar um processo de conexão para cada novo cliente de aplicativo que estas empresas conseguirem, o que permite, desta forma, uma maior capacidade de *upsell*[10] junto a elas.

Funcionamento de casos OTT

Fonte: Companhia

[10] Técnica de Vendas que consiste em oferecer novos Produtos ou Serviços para clientes que já compram um ou mais serviço da empresa.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VoIP

O quarto segmento, chamado de VoIP, foca nas grandes empresas de telecomunicações do Brasil e no mundo. Neste segmento, a Companhia atua nas seguintes frentes:

- junto às principais empresas de telecomunicação no Brasil, incluindo os grupos Claro, OI, Vivo, Algar e TIM, com as quais tem relacionamento em média de mais de 20 anos. A Companhia está fisicamente operando dentro das estruturas de equipamentos e *links* destas operadoras (base para os seus respectivos serviços de provedor de Internet (*backbones*)), permitindo que a totalidade da operação se dê por meio de VoIP com a finalidade de prover qualidade, escala e cobertura com uma baixa demanda por investimentos. A Companhia atua concomitantemente como fornecedor e cliente, uma vez que desempenha um papel importante de eficiência de rede, sendo uma solução para a capacidade da rede de voz das principais operadoras do Brasil, servindo de via para escoar chamadas entre pontos específicos no Brasil, e, desta forma, fazendo o balanceamento entre as operadoras. Atua também como geradora de soluções, como um parceiro de BPO (*Business Process Outsourcing)* de tais clientes e desempenha determinados serviços, como, dentre outros, faturamento, antifraude, revenda de capacidade IP, etc., os quais a habilitam a escoar chamadas destas operadoras do Brasil para o exterior.

- As atividades descritas acima, servem de alicerce para o segmento CPaaS, pois buscam robustez e a qualidade da estrutura de acesso aos serviços ofertados pelas plataformas da Companhia. Dentre os elementos de conectividade, destacam-se: (i) o transporte de chamadas VoIP; (ii) numeração local de rede fixa e móvel (DIDs); (iii) numeração especial, como números 0800 e 400x; (iv) SMS – serviços de mensagens; e (v) dados móveis.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia tem ampliado sua capacidade de processamento, atingindo a marca de mais de 20 bilhões de chamadas processadas em 2020 e fortalecendo seu poder de compra junto aos parceiros. A Companhia tem como elementos norteadores da sua atuação: flexibilidade em soluções, robustez na infraestrutura, qualidade e escalabilidade.

Fonte: Companhia

Cabe destacar o papel importante que o VoIP traz para os segmentos de CPaaS do ponto de vista de oportunidades, uma vez que seus contratos de *roaming* (entre a Companhia e as operadoras de telecomunicações atuantes no país) ampliam a cobertura dos serviços de IoT. O crescimento da

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

rede aumenta a cobertura dos serviços de OTT, sua ampliação alavanca os serviços de CPaaS para ISPs e redes de varejo, credencia a Companhia a atender clientes globais com necessidades de IoT no Brasil e o volume de suas operações em conjunto proporciona escala na negociação com seus fornecedores, etc. Os segmentos, por estarem conectados, geram sinergias entre eles, abrindo oportunidades entre si, quando um segmento cresce.

Portfólio de Serviços da Companhia

O portfólio da Companhia atende seus quatro segmentos de atuação, por meio de diversos serviços, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Infográfico sobre os segmentos de negócios da Companhia

Chamadas de voz usando VoIP

Toda vez que um usuário “A” precisa se comunicar com um usuário “B”, apesar de não ser transparente para estes usuários, sua comunicação passa por vários equipamentos. Quando estes usuários não estão na mesma área geográfica, ou não são clientes da mesma operadora, esta comunicação passa por duas ou mais operadoras para que a comunicação aconteça. A Companhia é uma destas empresas nestes processos de conectividade complexo, invisível para os usuários finais, mas fundamental para que as empresas estabeleçam a comunicação entre usuários em qualquer parte do Brasil ou do mundo.

Neste caso, a Companhia transporta chamadas entre duas operadoras. Conforme os dados disponibilizados pela ANATEL, somente no Brasil, existem cerca de 40.000 empresas licenciadas (Dados Anatel de 2017: Relação de empresas autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia - Conjuntos de dados - Portal Brasileiro de Dados Abertos), o que resultaria em quase 314 mil interconexões a serem criadas (a complexidade de interconexões é descrita pela fórmula [n(n-1)/2], detalhada na Lei de Metcalfe (*Metcalfe's law* - Wikipedia). A Companhia atua, reduzindo potencialmente interconexões para cerca de 792, tendo em vista que a Companhia pode receber chamadas de qualquer operadora interconectada a ela e entregar para qualquer outra operadora. Isto é replicado pela Companhia não só no Brasil, mas em todas as demais localidades em que atua.

Terminação Nacional e Internacional

Além da possibilidade de transportar o tráfego entre operadoras licenciadas localmente, a Datora Telecom também comercializa a terminação de tráfego para operadoras de telecomunicação

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

internacionais no Brasil e para operadoras de telecomunicação nacionais que precisam terminar chamadas ao redor do mundo.

Números Telefônicos (DID) e Números Especiais

A Companhia possui vários serviços, em sua plataforma de comunicação, para que cada perfil de cliente possa construir a melhor solução para seus clientes.

Os DIDs são números locais nas diversas cidades do Brasil e do mundo e muito utilizados por empresas para sinalizar uma presença local naquela área geográfica, mas mantendo seu atendimento centralizado. Por exemplo, um escritório pode ter um número local em cada capital e em outras cidades do mundo, como Buenos Aires, Miami ou Tel Aviv, contudo com o seu atendimento centralizado em Maringá, Brasil.

A facilidade de se ter um número telefônico permite a comunicação entre sistemas e pessoas. Em aplicações, como Uber, segmento de OTT, o DID é usado para manter o sigilo telefônico do motorista e do passageiro, bem como ter a garantia de que o usuário do aplicativo é o mesmo que participa da chamada. Quando uma pessoa tenta fazer uma ligação para o motorista, o sistema usa o número (DID) fornecido como máscara para chamar o motorista (não fornecendo o número direto dele) e o motorista vê em seu celular um número do aplicativo. Assim os números originais são mantidos em sigilo. Da mesma forma, a Uber tem a confiança de que o celular que pediu o aplicativo é o mesmo que chama o aplicativo. Outras aplicações utilizam os DID de forma mais simples, facilitando o acesso do cliente aos seus sistemas ou suportes. Além da voz, é possível utilizar o DID móvel para interação de SMS entre máquina, entre clientes, e entre máquinas e cliente. Ressalta-se que a aplicação é utilizada não apenas no segmento de CPaaS-OTT, mas também de CPaaS-IoT.

Em destaque, segue abaixo o conjunto de serviços relacionados ao plano de numeração - DID (*Direct Inward Dial*):

- 0800 ou Número Gratuito: A Companhia oferece aos seus clientes o número gratuito no mercado Brasileiro. Desta forma, a Companhia oferece aos seus parceiros, a possibilidade de incluir esta numeração para os serviços ofertados a seus próprios clientes, de modo que eles atendam seus usuários por meio de um número gratuito. O 0800 auxilia na divulgação de um único número em território nacional;
- 4004/3003: Para reduzir o custo associado às chamadas recebidas por 0800, sem perder o efeito de *marketing* de ter um número único no Brasil, a Companhia oferta também a numeração considerada local de 4004/3003, onde quem disca o número paga apenas uma ligação local. Desta forma, enquanto o parceiro da Companhia pode cobrar de seu cliente um valor reduzido apenas pelo transporte destas chamadas recebidas em todo o país para um ponto único do parceiro, ou até diretamente do cliente do parceiro.

Banda IP & Links de Dados

Dentre os serviços complementares oferecidos para o CPaaS-Geral, estão os serviços de Banda IP, ou seja, porta de acesso à internet para ISPs e *links* de dados para que esta banda chegue a outras empresas de internet ou outras operadoras (empresas provedoras de internet e/ou operadoras). A Companhia não possui ativos em fibra ótica, mas revende soluções de terceiros para complementar o portfólio.

Soluções IoT

Soluções fim a fim de modo a atender a necessidade de clientes com relação à Internet das Coisas, conectando milhões dispositivos às plataformas analíticas que permitem que empresas e sociedade

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

tirem valor das informações coletadas, bem como tomem ações manuais ou automáticas com relação a esses dispositivos e às máquinas com as quais eles estão conectados.

As aplicações são diversificadas e compreendem um amplo universo de soluções que vão desde o sensor na máquina agrícola, o qual passa as informações de horas trabalhadas e dados do microclima, passando pelas conexões financeiras de POS (*Point of Sale*) ao controle de sinais de trânsito em cidades inteligentes até o controle de frotas.

Sob a marca Arqia, a Companhia disponibiliza em sua plataforma móvel uma gama de funcionalidades que ajudam seus parceiros a estender seus serviços globalmente, utilizando o modelo *White Label*.

Serviços de Dados Móveis

A Companhia oferta *SIM Cards* com planos variados de dados para os clientes de IoT ou de banda larga, de forma customizada, permitindo mais integração, agilidade e precisão nos serviços, uma vez que tem uma gama de autosserviços e utiliza tecnologia de última geração em suas plataformas. A Companhia customiza o software utilizado no *SIM Card*, para amplificar a eficiência, a segurança e a usabilidade dos dispositivos conectados.

Plataforma de Gestão de SIM Cards

A Companhia oferta plataformas de gestão que permitem o completo gerenciamento da conectividade do cartão, incluindo serviços de localização, entre outros, *e-call* (chamada de emergência), cerca virtual (permite delimitar uma área onde determinada função estará disponível, podendo ser o próprio funcionamento do equipamento ou um serviço, como voz ou SMS) além da constante adição de novas funcionalidades desenvolvidas pela Companhia.

Serviços de SMS

A Companhia oferta uma gama de serviços de SMS, que inclui envio e recebimento de mensagens, seja por meio de *Short Number*[11] ou de *Long Number*[12]. Geralmente, oferecidos para atividades como autenticação de outras plataformas, SMS, *marketing*, ou até mesmo para auxiliar os desenvolvedores de sistemas operacionais a atualizarem aplicativos. O SMS é um exemplo de *cross-selling* com o segmento de CPaaS-OTT, uma vez que é muito usado por empresas de aplicativo na autenticação de seus usuários.

CPaaS-Geral MVNO (Credenciadas)

No segmento de CPaaS-Geral, a Companhia se posiciona como um "*Enabler*" – um facilitador de operações móveis, suportando empresas que querem ser uma operadora móvel, ou ter serviços móveis, sem ter o ônus de adquirir, implementar e gerenciar toda a estrutura de uma empresa de telecomunicações no Brasil, do ponto de vista técnico, operacional e jurídico – regulatório, uma vez que é um setor regulado e compreende uma vasta gama de obrigações.

Dentro do segmento de CPaaS-Geral, conforme mencionado acima, temos tanto ISPs que se interessam em ter soluções móveis para complementar o seu portfólio e ofertar o QuadPlay (4Play – que se refere a oferta de serviços em modelo de combo de Internet, TV por assinatura, telefonia fixa e telefonia móvel), como também as redes varejistas, que podem adicionar novos serviços a seus portfólios, já que conseguem ter uma comunicação mais direta e precisa, uma vez que poderão saber se o cliente está próximo, disponibilizar aplicativos, fazer uso de ofertas em pacote, etc.

[11] Corresponde a numeração específica de 4, 5 ou 6 dígitos utilizadas apenas para mensagem de texto.
[12] Números telefônicos no padrão nacional (área e 9 dígitos).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Novos Serviços - Serviços Financeiros – ArqiaPag

Neste caso, a Companhia atua com a ArqiaPag, seu braço financeiro, hoje na função de correspondente bancário. O crescimento dessa linha de CPaaS para ISPs e redes varejistas, acabou por levar a Companhia a buscar outras maneiras de monetizar a sua relação com estes clientes e, por isso, desde 2020, a Companhia trabalha em um projeto para levar, serviços de pagamento e contas digitais *White Label* para esses parceiros. Sua utilização aumentaria também as formas de monetização dos clientes da Companhia, uma vez que ao utilizar serviços da ArqiaPag, os clientes dos clientes da Companhia, passarão a fazer operações (com abertura de conta digital, crédito pessoa física, recarga de celular) via celular numa estrutura *White Label* da ISP ou rede varejista, permitindo que esta seja remunerada a cada transação realizada.

Vantagens Competitivas

Marca Reconhecida

A marca **"**Datora", principal marca da Companhia, se consolidou ao longo dos anos no mercado de telecomunicação e tecnologia, aproximando operadoras tradicionais aos mais novos participantes do mercado, como OTTs, suportando a comunicação entre as aplicações e usuários. Ao longo dos anos, a transparência e parceria da Companhia foram a base para desenvolver o seu relacionamento com as empresas nacionais e internacionais, que se estendeu para pequenas e médias operadoras e prestadores de serviço de internet, criando uma sinergia em um mercado complexo e competitivo.

Flexibilidade de Customização

A Companhia oferece soluções tecnológicas, unificando funcionalidades em uma plataforma única e flexível, possuindo como diferencial a capacidade de inovar, customizar e soluções para facilitar, tanto a gestão dos parceiros, como o uso por parte de seus clientes, como:

- Criação de VPN exclusivas para utilização de serviços IoT, estabelecendo uma maior confiabilidade e segurança no tráfego;
- Possiblidade de criar *SIM Cards* que se comunicam apenas com dispositivos específicos dos parceiros, impedindo que dados sejam roubados pelo uso de APNs exclusivas; e
- Criação de APIs e customização destas para integração com sistemas do cliente de forma a atender da melhor maneira possível as demandas dos parceiros.

Plataforma

A Companhia oferece uma plataforma de gestão de conectividade e de soluções, pronta para gerenciar e oferecer serviços de valor agregado, dando liberdade e transparência ao cliente. Acessando a plataforma da Companhia, o parceiro ou o cliente pode adicionar, remover ofertas, serviços, usuários, obter relatórios técnicos, gerenciais e financeiros para gestão de forma simples e ágil, o que lhe permite controlar seus custos.

A plataforma da Companhia nos permite ligar a Companhia à camada de telecomunicações à chamada TI, permitindo que o mundo de soluções oriundas do movimento de transformação digital, *big data*, *analytics* e internet estejam conectados à vida real, gerando ganhos de eficiência, maiores oportunidades de negócio e um universo de setores e empresas que a Companhia pode atender.

Governança Estabelecida

A Companhia conta com administradores experientes no setor, acionistas controladores dedicados e colaboradores capacitados. A Companhia conta com a atuação permanente dos sócios

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

controladores, acessíveis a todos os níveis hierárquicos, a qual difunde as necessidades e a estratégia da Companhia. A equipe de diretores e gerentes da Companhia, é cuidadosamente escolhida no mercado, trazendo experiência e relacionamento para a empresa. A Companhia possui o selo GPTW (*Great Place to Work*) tendo atingido 85% de nível de satisfação, que coloca a Companhia entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Foco na Inovação

A Companhia sabe que a tecnologia evolui, o que levou à criação de um departamento interno específico de inovação buscando soluções e tendências e trazendo dinamismo para a oferta de serviços. Esta área concentra atividades no seu escritório em Israel, totalmente dedicado à busca de novas tecnologias tanto de empresas consolidadas, quanto *Startups*, além dos estudos de criação de um Instituto de Ciência e Tecnologia – ICT.

Know-how

Com desenvolvimento interno, a **COMPANHIA** mantém a propriedade intelectual dentro da empresa, de forma a facilitar seu desenvolvimento. A Companhia também incentiva os colaboradores a desenvolverem soluções e melhorias para problemas de clientes ou internos.

Competitividade

A Companhia, por meio do poder de compra obtido na constante troca de serviços com parceiros nacionais e internacionais, criou uma competitividade importante em termos de preços de seus produtos e serviços, o que torna o conjunto algo ainda mais atrativo no mercado.

Ademais, por estar verticalizada na cadeia, a Companhia é capaz de oferecer conectividade e serviços. Por se encontrar dentro do *backbone* de internet das principais operadoras do Brasil, consegue ter qualidade e estrutura de custos competitiva. A Companhia busca se diferenciar em ações de pós-venda, com times treinados e sistemas que permitem foco e assertividade no atendimento.

Nossas Estratégias

A Companhia entende que seu crescimento passa por duas vertentes: crescimento orgânico e inorgânico. O crescimento orgânico, foca em expandir portfólio da Companhia, enquanto o crescimento inorgânico, foca em expandir seu próprio portfólio por meio de inovação e aquisições.

Infográfico da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O racional desta estratégia segue os seguintes pilares: (i) aumento da base de dispositivos conectados de IoT (*market share*), (ii) aumento do valor agregado na oferta de serviços no segmento de IOT, capturando um maior valor por device e, desta forma, maior *gross margin*; (iii) expansão geográfica para IoT; e (iv) crescimento de portfólio e soluções para todos os segmentos CPaaS e IoT. A Companhia entende que os segmentos em que está possuem alto potencial de crescimento, como destacado abaixo.

No segmento CpaaS-Geral, em especial, o mercado de MVNO está em um estágio embrionário no Brasil. Nos países desenvolvidos a participação de operadoras móveis vem tomando uma proporção significativa no mercado. É o caso do Japão, onde a participação já representa 13,2% de *market share*. Na Itália, a participação também já passa de 10% e na Espanha, está em 9%. Trazendo para uma perspectiva de América Latina, a Colômbia apontava uma participação de 6% de MVNOs no mercado em 2016 (fonte: Statista/Ovum).

Participação de mercado de operadoras de rede virtual móvel no Japão entre 2014 a 2020

Fonte: *Ministry of Internal Affairs and Comunications of Japan*

Participação de mercado de operadoras de telecomunicações na Itália em 2020

Fonte: AGCOM

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Participação de mercado de telefonia móvel na Espanha a partir de 2019

Fonte: *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia*

Isso significa um potencial dentro do mercado brasileiro de telecomunicações, onde a participação de MVNO aponta para números abaixo de 1% (fonte: Anatel), cerca de 15 a 20 vezes menor se comparado com os estudos do mercado móvel europeu, onde o conceito de MVNO já se encontra consolidado, apresentado pela revista especializada “Telecoms.com”.

O mercado brasileiro pode ser potencializado por outras empresas de outras áreas. Um exemplo disto é a rede Varejista Carrefour Europeia que em 2010 possuía 6 operações móveis na Europa. Sua proposição era de incentivar as compras através do sistema de fidelidade dando “minutos” para os clientes na operação de MVNO. Outros exemplos são a *Walmart* no Reino Unido ou a Rede Varejista Aldi na Suíça (fonte: teleco.com.br). No Brasil temos movimentos como o dos Correios ou Magazine Luiza e até alguns times de Futebol. Estes potenciais MVNOs, por não serem parte do mercado de telecomunicações, precisam de uma MVNE consolidada e apta a atender os objetivos da empresa tanto do lado comercial quanto técnico, fornecendo plataforma de gerenciamento e relatórios para seu crescimento. Os diferenciais das Companhia, no que se refere a flexibilidade, gerenciamento de ampla capacidade de conexão e customização de APIs são fundamentais para o rápido *onboarding* deste tipo de empresa e de seus clientes.

O subsegmento de CPaaS-OTT está em forte crescimento e as empresas, clientes da Companhia, como a Twillio, Sinch, Nexmo, Plivio e Zenvia, têm demandado mais serviços da Companhia, demonstrado no gráfico abaixo, onde vemos o crescimento de vários serviços demandados pelos apps, que já são oferecidos pela Companhia:

Crescimento do Segmento de CPaaS focado em OTT

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Na área de IoT, as demandas de clientes mundiais possuem desdobramentos em mercados com alto potencial representado por mercados consumidores amplos e com perspectivas de crescimento, como é o caso do Brasil. Empresas mundiais de IoT oferecem serviços e soluções que atendem estas demandas, incluindo serviços para montadoras de veículos, soluções para logística, serviços para indústria 4.0 e necessidades na área de saúde, seja para uso em hospitais ou para uso em residências. Conforme as projeções da *International Data Corporation – IDC*, o mundo gastará cerca de USD 1,1 trilhões em IoT em 2023. Conforme dados coletados pelo Statista/Transforma Insights, este crescimento será distribuído nos mais diversos segmentos como: (i) indústria 4.0 – cerca de 10% deste valor, (ii) área de terminais de pagamentos – cerca de USD 41 bilhões, ou (iii) rastreamento – cerca de USD 20 bilhões. Importante ressaltar que os dados apresentados e coletados são prévios à pandemia.

Entretanto, o gráfico abaixo mostra o impacto da pandemia de COVID-19 no segmento de IoT, representando um aumento de 13,7% entre 2019 e 2021:

Oportunidades geradas pelos impactos da pandemia do COVID-19

Fonte: Secondary Research, Expert Interviews, and Markets and Markets Analysis

No Brasil, as estimativas de crescimento utilizadas pela Companhia, indicam o percentual anual positivo de cerca de 15% no total de conexões ativas de IoT no Brasil, conforme gráfico abaixo. Interessante observar, que dados atuais da ANATEL para o primeiro semestre de 2021 já mostram um total praticamente igual ao total por ano apontado no gráfico (fonte: https://www.teleco.com.br/mshare_m2m.asp):

Total de conexões ativas de IoT no Brasil

Fonte: Relatórios da Frost & Sullivan, Deloitte, GSMA, Machina Research e IDC

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A demanda por soluções de Cidades Inteligentes (*Smart City* – cidades que possuem seus dispositivos conectados, aumentando a eficiência e a qualidade do uso dos recursos públicos) deve crescer no mundo. Estima-se um crescimento de receita de mais de 100% das empresas atuantes no setor, sendo que na América do Sul é esperado um aumento ainda maior, chegando a 380%. Este setor possui demandas variadas, passando por medições de consumo de concessionárias, controle de tráfego automotivo e segurança privada, entre outros.

Crescimento em *Smart City*

Fonte: Statista 2021

No mercado de distribuição de água, um estudo feito pela organização Tratabrasil, demonstra que as perdas de distribuição de água chegam a R$12 bilhões, o que é sete vezes maior que a média dos demais países analisados. Nesta área, a supervisão e monitoramento poderiam ajudar a dirimir as perdas.

Outro exemplo seria o setor de segurança e o subsetor de vigilância. Na data deste Prospecto, a Companhia possui uma baixa penetração de sistemas de vigilâncias conectados.

Outra grande oportunidade no Brasil é o segmento de agricultura e agropecuária de precisão, que corresponde a 21% do PIB brasileiro, conforme a Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, USDA, IBGE e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. A atuação neste setor atenderia a demanda por eficiência no campo, compatível com o crescimento necessário de produção no Brasil de grãos em 100% e de carne em 60% nos próximos 25 anos, segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO), agência da Organização das Nações Unidas, apenas para atender o crescimento da renda da população mundial (fonte: The future of food and agriculture: Trends and challenges (fao.org) - http://www.fao.org/3/i6583e/i6583e.pdf).

Um estudo realizado pelo governo, aponta que a cobertura de conectividade no setor, incluindo o modelo de telecomunicações 2G, 3G ou 4G, é de apenas 23% (https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/05/governo-quer-aumentar-conectividade-no-campo); e o setor não carece apenas de conectividade e sim de soluções e sistemas que possam conectar os dois.

Acreditamos que este potencial de crescimento no setor agropecuário beneficiaria a Companhia, a qual iniciou projetos e provas de conceito no que tange a cobertura de conectividade em fazendas, bem como soluções IoT que incluem, entre outros, o monitoramento de animais no pasto, monitoramento de áreas cultivadas, sensorização de pivôs de irrigação, medição e controle do

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

bombeamento de águas fluviais, comando da irrigação por gotejamento ou por outras técnicas com base nas culturas específicas, na monitoração, gestão e controle de frotas de tratores e demais veículos de características rurais, na obtenção de dados precisos para os microclimas que podem variar até mesmo dentro de uma única fazenda e na disponibilização da informação detalhada que qualifica a colheita do produtor rural.

A tecnologia 5G, com previsão de chegada em 2022 no Brasil, trará uma outra gama de oportunidades a serem exploradas pela Companhia, sendo que elas se dividem em 3 tipos conforme diagrama abaixo:

Oportunidades com a tecnologia 5G no Brasil

Fonte: Companhia

No *Enhanced Mobile-Broadband*, destacam-se as aplicações que se beneficiariam da alta capacidade de transmissão de dados da tecnologia 5G, ressaltando aqui os avanços em realidade virtual e realidade aumentada evidenciados tanto no crescimento de demanda do Hololens da Microsoft[13], quanto no lançamento do serviço de Horizon Workrooms do Facebook[14] anunciado em agosto de 2021 (fonte: https://about.fb.com/news/2021/08/introducing-horizon-workrooms-remote-collaboration-reimagined/).

Projeção de demanda do mercado de realidade aumentada, comandada pelo Microsoft Hololens

O segundo tipo de aplicação a tirar vantagem do 5G é o de baixa latência, como o carro com direção assistida (não são carros autônomos) que roda em quantidade no mercado europeu e americano. Esses veículos tem que tomar suas decisões, como evitar a mudança de faixa indevida ou executar

[13] Óculos de realidade aumentada que possibilita o uso de diversas aplicações que misturam o ambiente físico do usuário com projeções virtuais na lente dos óculos (https://www.youtube.com/watch?v=QTuKcm8s4QQ&t=107s).

[14] Solução para salas de trabalho e encontros virtuais entre os participantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

a frenagem quando do risco de colisão frontal, mas para que a mobilidade urbana realmente melhore, a comunicação de baixíssima latência entre os veículos (v2v) ou entre veículos e infraestrutura rodoviário (v2i) tem que ocorrer, possibilitando que os próprios ativos, incluindo veículos, semáforos e sinalização, se reorganizem em tempo real tanto para proporcionar a segurança de motoristas e pedestres, quanto para tornar mais fluido o tráfego em cidades e rodovias.

No terceiro tipo de aplicação que tirará vantagem do 5G, estão aquelas que necessitam de uma grande quantidade de sensores e atuadores conectados em áreas muito pequenas. Hoje, uma célula de LTE[15] pode conectar algumas centenas de dispositivos simultaneamente, enquanto a demanda numa área urbana pode checar a milhares de conexões simultâneas em um único km^2. Só o 5G é capaz de lidar com esta necessidade.

Além da expansão orgânica e por inovação já citadas, a Companhia está executando uma estratégia de expansão por aquisição de outras empresas, tanto no mercado brasileiro, quanto em outros países. A Companhia não adquiriu até o momento nenhuma empresa, mas mapeia o mercado e entende que aquisições podem acelerar a entrega do seu plano estratégico.

Adicionalmente, a Companhia destaca algumas oportunidades que acredita que promoverão o aumento de sua competitividade nos segmentos em que atua, como (i) a expansão da cobertura geográfica de seus serviços de DID (numeração telefônica), para criar uma oferta cada vez mais completa para os OTTs e outros atores que demandem este tipo de serviço; (ii) a ampliação de funcionalidades programáticas (APIs) para permitir que os sistemas dos parceiros e clientes possam tirar vantagem de toda a plataforma da Companhia, criando seus próprios novos produtos e serviços, seja por meio de aquisições, e ou através do desenvolvimento de um ecossistema e *marketplace* para soluções integradas; e (iii) aumento no uso da internet e principalmente de aplicativos tanto em computadores pessoais, quanto em celulares inteligentes no que tange os serviços de telefonia por internet (conforme evidenciado nos gráficos abaixo), serviços estes que demandam conectividade de empresas como a Companhia, que permite a comunicação entre serviços como o Microsoft Teams, Skype, Zoom e Webex e a rede de telefonia já existente no mundo, conforme indicado nos gráficos abaixo:

Impacto no uso de Internet no Brasil e no mundo com a pandemia de COVID-19

Fonte: Cloudflare

[15] (*Long Term Evolution* – tecnologia móvel de transmissão de dados que foi criada com base no GSM e WCDMA (4G))

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Quantidade de download do MS Teams pós pandemia de COVID-19 na França

Fonte: Airnow – Statista 2021

ESG

A Companhia está sempre atenta em contribuir para sociedade, impactando positivamente tanto com seus serviços, quanto com contribuições financeiras e disponibilização de seu tempo. Em um país continental, os desafios nas questões ambientais são gigantescos, a começar pelo monitoramento ambiental.

As soluções apresentadas pela Companhia com o uso de Inteligência Artificial, contribuem com as seguintes funcionalidades para o monitoramento ambiental, entre outras: (i) o monitoramento de queimadas; (ii) a análise de imagens em tempo real de várias regiões brasileiras; (iii) a análise da qualidade das barragens existentes (ajudando a prever catástrofes); (iv) o monitoramento e controle do bombeamento de água da malha fluvial do país por parte das fazendas; e (v) o monitoramento e controle de emissão de poluentes, tanto em áreas urbanas (escoamento de esgoto), quanto em áreas industriais (coordenação para mitigar impactos ecológicos que possam ser causados longe da origem do poluente).

Tendo em vista os estudos publicados pelo IPEA realizado com dados colhidos entre 2007 a 2015, os quais indicam que a expansão em 1% do acesso à internet de banda larga acarreta em um aumento de 0,077% sobre o PIB brasileiro (fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2336.pdf), a Companhia também contribui com o desenvolvimento da educação com a criação da ONG Escola Conectada, onde coordena provedores de internet em todo o Brasil, visando prover internet de qualidade nas escolas públicas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: (i) *Voice over Internet Protocol* (VoIP); (ii) *Communications Platform as a Service* (CPaaS) Geral; (iii) CPaaS *Over-the-Top* (OTT); e (iv) CPaaS *Internet of Things* (IoT).

Segmento operacional é um componente da Companhia: (a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia; (b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Companhia ("**PGOP**") para tomar decisões sobre a alocação de recursos ao segmento, bem como a avaliação de seu desempenho; e (c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

O PGOP, no caso da Companhia, o Diretor Presidente, é responsável por alocar recursos, avaliar o desempenho dos segmentos e tomar as decisões estratégicas da Companhia. A Companhia utiliza "*management approach"* para determinar seus segmentos reportáveis. O "*management approach"* identifica segmentos operacionais com base na forma como a Companhia é organizada e com base na forma como as informações financeiras são apresentadas ao PGOP.

Em período anterior ao mês de maio de 2021, o PGOP gerenciava as operações da Companhia com base em carteiras de clientes: Atacado de Clientes de Grande Porte ("**WGC**"), "Wholesale International Client" ("**WSI**"), Atacado "Small Clients" ("**WPC**" e "**WSC**"); e Mobile.

A Companhia atualizou seus segmentos reportáveis para alinhar-se à forma como o negócio é operado e gerenciado desde 31 de maio de 2021, quando foram identificados quatro segmentos reportáveis com base em produtos, sendo eles:

- VoIP: compreende as operações por atacado da Companhia a nível nacional e internacional. Por meio deste segmento, a Companhia oferece comunicações de voz e sessões multimídia por redes IP ("**Serviços de Transporte**"). Além dos Serviços de Transporte, a Companhia apoia demandas de telecomunicações no exterior, como IRU, porta IP e outros.

- CPaaS-Geral: neste segmento clientes se utilizam da infraestrutura da Companhia para oferecer serviços aos seus respectivos clientes. Neste caso, a Companhia tem integradores de PBX, "call centers", integradores VoIP, ISPs, e Redes de Varejoetc. Através da gama de serviços oferecidos em cima das plataformas da Companhia (antifraude, gerenciamento preditivo de tráfego de dados, controle de chamadas por segundo, controle de chamadas, plataforma de cobrança, plataforma de provisionamento, etc.), esses clientes compõem suas ofertas, ganhando eficiência e vantagem competitiva. No caso dos ISPs e Redes de Varejo, a oferta é ainda mais ampliada, já que além dos serviços, essas empresas estruturam a venda de ofertas de mobilidade, permitindo assim abordar ofertas "quadri play", comuns no mercado residencial.

- CPaaS-IoT: neste segmento a Companhia oferece soluções de conectividade em conjunto com soluções de valor agregado, como gerenciamento de conectividade, serviços de localização, serviços de compartilhamento de dados e plataforma de provisionamento. O conjunto de plataformas, neste caso, são estritamente voltados para IoT e, portanto, merecem uma visão de configuração.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

- CPaaS-OTT: através deste segmento, a Companhia oferece soluções para empresas de aplicativos com alcance global, como Uber, Didi, Airbnb, Google etc. Neste caso, a Companhia oferece seus serviços de autenticação de usuários, conectando o mundo IP ao mundo das telecomunicações e, assim, garantindo que essas empresas não precisem criar estruturas operacionais específicas no Brasil.

Para mais informações acerca dos serviços prestados pela Companhia, veja o item 7.1 deste Formulário de Referência.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: (i) VoIP; (ii) CPaaS Geral; (iii) CPaaS-OTT; e (iv) CPaaS-IoT, cuja representatividade está demonstrada abaixo:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R$ mil, exceto %)	2021	%	2020	%	2020	%	2019	%	2018	%
VoIP	225.464	79,7%	212.126	82,1%	433.050	81,1%	99.044	55,1%	64.853	53,5%
CPaaS Geral	18.265	6,5%	16.990	6,6%	35.544	6,7%	32.410	18,0%	26.514	21,9%
CPaaS-OTT	5.085	1,8%	4.288	1,7%	8.884	1,7%	4.430	2,5%	1.763	1,5%
CPaaS-IoT	33.909	12,0%	25.107	9,7%	56.682	10,6%	44.022	24,5%	28.196	23,2%
Receita operacional líquida	**282.722**	**100,0%**	**258.509**	**100,0%**	**534.160**	**100,0%**	**179.906**	**100,0%**	**121.326**	**100,0%**

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia determina o lucro do segmento deduzindo os custos e despesas relacionados da receita do segmento. O lucro do segmento exclui certas despesas, como amortização e depreciação.

A NGN Latam Corp e a NGN Sweden Communications AB não foram registradas sob o método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e para o período dos 11 meses iniciais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, mas a administração da Companhia continuou a revisar as informações por segmento com base nas informações combinadas.

As informações financeiras resumidas relativas aos segmentos reportáveis da Companhia foram as seguintes:

	Consolidado 30 de junho de 2021				
(em R$ mil)	**Receita líquida**	**Medida de desempenho avaliada pelo CODM**	**Depreciação e Amortização(*)**	**Custo dos serviços deduzido das despesas de amortização e depreciação**	**Despesas operacionais**
VoIP	225.464	7.425	-	(215.584)	(2.455)
CPaaS-Geral	18.265	3.475	-	(12.126)	(2.663)
CPaaS-IoT	33.909	23.926	-	(6.606)	(3.377)
CPaaS-OTT	5.084	3.464	-	(1.594)	(27)
Corp	-	(12.381)	(5.448)	-	(12.381)
Total	**282.722**	**25.909**	**(5.448)**	**(235.910)**	**(20.903)**

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(*) O PGOP não considera estes saldos ao avaliar o desempenho dos segmentos. As despesas de depreciação e amortização estão relacionadas aos ativos utilizados na prestação de serviços de todos os segmentos reportáveis.

	Consolidado 30 de junho de 2020				
(em R$ mil)	**Receita líquida**	**Medida de desempenho avaliada pelo CODM**	**Depreciação e Amortização(*)**	**Custo dos serviços deduzido das despesas de amortização e depreciação**	**Despesas operacionais**
VoIP	212.126	6.558	-	(202.675)	(2.893)
CPaaS-Geral	16.990	4.860	-	(10.243)	(1.887)
CPaaS-IoT	25.107	10.236	-	(10.507)	(4.364)
CPaaS-OTT	4.286	3.258	-	(1.019)	(9)
Corp	-	(11.230)	(5.027)	-	(11.230)
Total	**258.509**	**13.682**	**(5.027)**	**(224.444)**	**(20.383)**

(*) O PGOP não considera estes saldos ao avaliar o desempenho dos segmentos. As despesas de depreciação e amortização estão relacionadas aos ativos utilizados na prestação de serviços de todos os segmentos reportáveis.

Para informações sobre os três últimos exercícios sociais, sua visão consolidada e combinada de desempenho por segmento, vide item 7.9 deste Formulário de Referência

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia e as suas subsidiárias não possuem processo de produção, considerando que seus negócios são baseados na prestação de serviços. A Companhia oferece plataforma e soluções inteligentes de conectividade através dos seguintes segmentos: (i) *Voice over Internet Protocol* (VoIP); (ii) *Communications Platform as a Service* (CPaaS) Geral; (iii) CPaaS *Over-the-Top* (OTT); e (iv) CPaaS *Internet of Things* (IoT).

(b) características do processo de distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um processo de distribuição.

(c) características dos mercados de atuação

Destaca-se abaixo os três principais mercados em crescimento nas bases de projeção da Companhia:

1. Internet of Things

A aplicação do IoT (*Internet of Things* ou Internet das Coisas) permite que objetos sejam detectados e controlados remotamente através de infraestrutura de rede existente, criando oportunidades para a integração direta entre os mundos físico e digital, resultando em maior eficiência, precisão e benefícios econômicos.

Enquanto o Brasil possui um grande mercado de banda larga, outros produtos no setor de tecnologia e telecomunicação vem se desenvolvendo no país. *Internet of Things* (IoT) está rapidamente sendo implementado em vários produtos para serem administrados e conectados pela internet. Nos Estados Unidos, IoT é um mercado maior e mais desenvolvido do que no Brasil, todavia, de forma crescente novas soluções, produtos e tecnologias vem sendo desenvolvidas de forma a aumentar a penetração desse segmento no país.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Aplicações típicas de IoT em Diversos tipos de Objetos

Fonte: BNDES

Representação dos blocos principais que compõem uma solução de IoT

Fonte: Teleco

As aplicações do IoT são diversas e podem ser vistas como uma evolução da comunicação Máquina-a-Máquina (M2M), com foco em monitoração e controle. Essa conexão permite a otimização e automação de processos, com ganhos de produtividade para a economia. Entre as diversas soluções se encontram as cidades inteligentes, carros inteligentes e aplicações no agronegócio.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Número Total de Conexões Ativas de IoT no Brasil (milhares de unidades)

Fonte: Frost & Sullivan, Deloitte, GSMA, Machine Research. IDC

Conexão por Habitante (unidade)

Fonte: Frost & Sullivan, Deloitte, GSMA, Machine Research. IDC

Em 2019, o Brasil apresentava um número total de 23,9 milhões de unidades conectadas a IoT, número que atingiu o patamar de 27,5 milhões em 2020. Olhando conexões por habitante, o Brasil ainda possui baixa penetração, com 0,12 conexões por habitante, enquanto países mais desenvolvidos como a Alemanha, EUA e França possuem 0,34, 0,34 e 0,31 unidades conectadas a IoT por habitante, respectivamente. A baixa penetração do segmento no Brasil indica potencial de crescimento relevante caso venha a atingir níveis próximos ao de países desenvolvidos.

Espera-se que as companhias se beneficiem com o desenvolvimento da infraestrutura do 5G, que facilitará a implementação do IoT em instituições públicas e privadas.

O IoT é uma tecnologia que pode ajudar diversos setores econômicos de um país, como o agronegócio, que representa 21% do PIB brasileiro, de acordo com o IBGE. O Brasil é um dos principais produtores e exportadores de produtos agrícolas no mundo. De acordo com estimativas da Embrapa, com o auxílio da tecnologia de IoT, a agricultura pode ter ganhos significativos de produtividade. Aplicações típicas de IoT em agricultura incluem monitoramento de carga, análise das condições do solo, medição dos níveis de água no solo, monitoramento da colheita e monitoramento de gado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O IoT está cada vez mais interligado às grandes e pequenas empresas mundialmente e, conforme organizações vão investindo capital em desenvolvimento de suas tecnologias, IoT vem crescendo e fazendo parte dessas empresas.

Evolução do percentual de empresas no mundo usando IoT

Fonte: McKinsey

Conforme apresentado no gráfico, nota-se que em 2014 13% de empresas mundialmente usavam IoT em algum processo de suas operações ou negócios e quatro anos depois, em 2019, esse valor cresceu para 25%. É esperado por analistas e pesquisadores que esse percentual só aumente nos próximos anos, e não somente no mundo de negócios. Em 2020, o mercado global de IoT possuía um tamanho de US$761,4 bilhões.

Observando diferentes tipos de objetos, é capaz de analisar quais tipos estão mais conectados à IoT, e quais ainda poderão ter penetração dessa tecnologia, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Objetos Conectados à IoT no Brasil em 2015 (milhões)

Fonte: Teleco

Por total de número de objetos, carros estavam liderando em pesquisas de 2015, com aproximadamente 8 milhões de carros conectados à IoT. Cidade Inteligentes e Indústrias, por sua vez, possuíam menos objetos conectados no período, com potencial para expansão.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

M2M (Machine-to-Machine) refere-se à comunicação de máquina para máquina e faz parte da cadeia de IOT, geralmente representando apenas a conectividade. A conectividade vai além da conexão ponto-a-ponto, podendo interligar sistemas de rede, tanto com fio quanto sem fio, a dispositivos remotos, bem como estar acoplada a serviços de gestão.

Quantidade de Terminais de Dados M2M IoT no Brasil

Fonte: Teleco

Conforme apresentado no gráfico, nota-se nos últimos anos um crescimento expressivo da quantidade de terminais IoT no Brasil, saindo de 9,6 mil em 2019 e atingindo a marca de 11,5 mil no segundo trimestre de 2021.

Quantidade de Cidades no Brasil que Oferecem Diferentes tipos de Serviços Inteligente

Fonte: Teleco

Entre as diversas soluções possíveis de IoT, destacam-se as cidades inteligentes, que são uma visão de planejamento e desenvolvimento urbano que integram múltiplas tecnologias e soluções inovadoras para gerenciar ativos e serviços. A definição dos objetivos e sua priorização definem os parâmetros essenciais do projeto de construção de uma cidade inteligente. As cidades inteligentes podem melhorar de maneira significativa a vida de seus habitantes, com diversas aplicações já sendo vistas no Brasil.

Atualmente, o Brasil já possui diversas cidades que possuem soluções de E-Gov, como a emissão online de boletos de tributos, licenças, certidões, entre outros. Adicionalmente, o país já conta também com cidades com aplicações de IoT para a mobilidade urbana, como o uso no transporte público para organização dos horários, estacionamentos, aluguel de bicicletas, entre outros, e para

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

gestão municipal, com soluções para vigilância, iluminação pública e outros. Apesar de terem baixa penetração entre as cidades brasileiras, soluções para educação, saúde e meio ambiente já estão presentes algumas regiões.

Estas projeções dão segurança à estratégia de crescimento da Companhia. Atualmente, a Companhia conta com 1,5 milhão de *devices* conectados, uma adição de 200 mil SIM Cards frente a 2020, onde sua base foi de 1 milhão de *devices* conectados, num ano com forte impacto da pandemia do COVID-19. A Companhia espera, em 2021, atingir 1,9 milhão de *devices* conectados, chegando a 11 milhões em 2025 e 24 milhões em 2030. Atualmente, a Companhia possui 4% do *market share* e captura 15% dos NET ADDs (base líquida do crescimento da quantidade de SIM Cards conectados).

O mercado de IoT tem muito espaço para expansão, considerando que existem milhares de objetos que possuem a capacidade de serem conectados à internet. Observando o valor dos gastos mundiais em IoT, percebe-se que o mercado é grande e em crescimento constante devido aos gastos para implementar essa tecnologia ao redor do mundo.

Prognóstico de Gastos Mundiais em IoT (em bilhões de dólares)

Fonte: Statista

No Brasil, o mercado vem apresentando uma taxa anual de crescimento de cerca de 20% nos últimos anos. Cerca de 35% das empresas contam com algum uso de tecnologia, contribuindo para que cerca de 19% de todos os projetos de IoT da América Latina se concentre no mercado brasileiro. Muitos objetos e setores ainda não começaram a se desenvolver para adaptar IoT em seus negócios, porém, existe uma tendência de maior adoção dessa tecnologia nos próximos anos e décadas por vir. Adicionalmente, a tecnologia de IoT foi muito usada para controlar a disseminação do COVID-19, contribuindo para verificar se a população estava seguindo a quarentena.

2. CPaaS-Geral – Mercado e ISPs

Banda larga é usado para transmitir dados que transportam inúmeros sinais, e o mais comum meio de transporte desses sinais é via cabos de fibra ótica. O segmento de banda larga está em pleno crescimento dentro do setor de telecomunicações no Brasil, tendo ganhado representatividade no faturamento total do setor entre 2014 e 2020, conforme apresentado no gráfico abaixo:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Receita Anual do Setor de Telecomunicações no Brasil (em bilhões de reais)

Fonte: Telebrasil

O setor brasileiro de telecomunicação teve uma receita total de R$241,5 bilhões em 2020, sendo 24% dessa receita representado pelo segmento de banda larga. Enquanto móvel ainda representa a maior parte da receita, nota-se que o segmento de banda larga vem crescendo a um ritmo mais acelerado que os demais, ganhando maior relevância no setor. Esse crescimento ao longo dos últimos anos no país está associado principalmente ao aumento de acesso à banda larga, conforme evidenciado pelo gráfico abaixo:

Acessos a Banda Larga (em milhões) e Densidade (acessos / 100 domicílios)

Fonte: Teleco

Em 2011, o Brasil apresentou 29 milhões de acessos à banda larga e 9 anos depois, em 2020, esse número alcançou 50 milhões. Adicionalmente, a densidade dos acessos (acessos a banda larga / 100 domicílios) também cresceu de maneira significativa. Em 2011 o Brasil apresentava uma densidade de 17 acessos a cada 100 domicílios, número que cresceu para 36 em 2020. O acesso à banda larga está crescendo ano a ano e os assinantes podem ser divididos em dois principais grupos: assinantes com fibra ótica e cabos metálicos/outras tecnologias.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Total de Acessos de Banda Larga Fixa no Brasil por Tecnologia (milhares de assinantes)

Fonte: ANATEL

O mercado brasileiro em 2020 ainda era predominantemente composto por acessos por meio de cabos metálicos e outras tecnologias, com assinantes de fibra tendo ainda menor representatividade no mercado. Todavia, observa-se desde 2016, uma crescente substituição de conexões por cabos metálicos por fibra ótica, com uma redução de 24,8 milhões de assinantes de cabos metálicos em 2016 para 19,3 milhões de assinantes em 2020, enquanto assinantes de fibra ótica tiveram crescimento acelerado, partindo de 1,96 milhões de assinantes em 2016 até atingir 17,0 milhões em 2020. Na prática, se vê hoje um forte crescimento do mercado de fibra ótica em detrimento de outras tecnologias, além de um crescimento do número total de acessos de banda larga fixa no Brasil, que cresceu 8,0% ao ano de 2016 a 2020, crescendo de 26,8 milhões para 36,3 milhões.

Evolução de Acessos com Fibra Ótica Banda Larga no Brasil (%)

Fonte: ANATEL

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Conforme apresentado no gráfico, no ano de 2020 a representatividade de conexões por fibra óptica chegou a 47% do total de conexões no Brasil, excedendo a tecnologia de cabo metálico, que até 2019, segundo dados da ANATEL, era a mais utilizada. Por apresentar inúmeras vantagens como a baixa incidência de oscilações e interferências, velocidades mais altas devido a uma maior capacidade de transmissão, ser mais econômica para operar por se tratar de uma rede passiva e ter fácil escalabilidade, a tecnologia de fibra óptica ganha cada vez mais destaque.

Evolução da disponibilidade de backhaul de fibra óptica por número de municípios

Fonte: Teletime

Dentre os provedores de acesso à banda larga, destacam-se hoje no Brasil as ISPs (Internet Service Providers) que passaram a oferecer conexões de fibra de forma mais representativa há poucos anos, ocupando espaços em cidades menores e diversas regiões do país ainda não atendidas pelas incumbentes, as maiores e mais tradicionais companhias provedoras de acesso a essas conexões.

As ISPs, atualmente, já respondem por mais de 60% do mercado, tendo crescido de forma significativa nos últimos anos, principalmente por conta do barateamento da fibra ótica e da disseminação de novas técnicas de instalação e tratamento de redes, que possibilitaram que essas companhias crescessem de forma muito significativa, tanto em quantidade de companhias como no tamanho de alguns deles. Esse crescimento e ganho de participação pode ser observado no gráfico, onde verifica-se a evolução da participação de mercado dos acessos de fibra ótica por essas companhias no mercado brasileiro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução de Market Share de Acessos de Fibra Ótica no Brasil (%)

Fonte: ANATEL

Em 2014, as incumbentes representavam 88% do mercado brasileiro, enquanto as ISPs representavam aproximadamente 12%. Apenas 6 anos depois, em 2020, o acesso por meio das ISPs atingiu 61% do mercado, enquanto o acesso por meio de incumbentes passou a representar 39%, tendo hoje uma participação menos representativa no mercado brasileiro.

De acordo com dados da Anatel em junho de 2020, os maiores provedores de banda larga são as grandes operadoras, como Claro (9 milhões), Vivo (7 milhões), Oi (5 milhões), Algar (678 mil) e Tim (623 mil). Porém, hoje as principais responsáveis pelo atendimento fora das capitais brasileiras, concentrando cerca de 61% de participação no mercado dos serviços de tecnologia de fibra óptica, está dividido entre as pequenas provedoras de internet.

Nesse contexto, o Governo Federal criou, em 2010, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de popularizar o acesso à internet para todas as camadas da população e em regiões distantes de grandes centros. As mudanças tecnológicas nas atividades econômicas que acarretaram uma necessidade maior por internet, juntamente com esse impulso do governo, geraram uma crescente busca no país por esse produto. Como consequência, o setor de banda larga fixa apresentou um grande crescimento no Brasil, com foco maior em tecnologia de fibra ótica que ocupa cada vez mais espaço em relação às outras tecnologias. Atualmente, cerca de 48% dos brasileiros possuem acesso à banda larga fixa em seus domicílios, ao passo que 59% dos clientes já possuem conexões com mais de 34Mbps de velocidade, conforme mostra o gráfico abaixo:

Evolução do Mix de Velocidade de Conexão no Brasil (%)

Fonte: ANATEL

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Densidade de Banda Larga por Estado (Acesso a cada 100 domicílios)

Fonte: ANATEL em 19/04/2021

A pandemia não só aumentou, mas também acelerou a grande demanda por serviços de internet banda larga, visto que a população e as empresas precisaram passar por uma mudança significativa na dinâmica de trabalho, com diversas empresas passando a adotar o trabalho remoto para parte ou a totalidade de seus funcionários. A penetração de fibra ótica nos municípios brasileiros atingiu um total de 51% dos acessos totais de banda larga no Brasil em fevereiro de 2021, considerando sua relação direta com o número de acessos que totalizou 16,8 milhões de acessos no mesmo período.

Adicionalmente, o Brasil vem apresentando crescimento relevante no mercado de banda larga quando comparado a outros países na América Latina, liderando em conexões na região, apesar de ainda apresentar uma penetração baixa.

Usuários de banda larga em 2017 (em milhões)

Fonte: Teleco

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Penetração de Banda Larga em 2017 (%)

Fonte: Teleco

Em 2017, com 30,1 milhões de usuários de banda larga, o Brasil já liderava em número de acessos em relação aos outros países da América Latina. Em segundo lugar estava o México, com 57% dos usuários do Brasil: 17,1 milhões. Todavia, o Brasil possuía ainda uma penetração de banda larga inferior à de outros países de 44% no ano, enquanto outros países da América Latina, como Chile, Argentina, e México já apresentavam taxas como 64%, 59%, e 53%, respectivamente. Dessa forma, observa-se que o Brasil possui ainda vasto potencial de crescimento com um potencial aumento da penetração.

Sendo assim, entendemos que a oferta no segmento de CPaaS para ISPs possui um mercado amplo e com potencial de crescimento, sustentando as premissas utilizadas. A Companhia, no momento, possui 13 contratos assinados.

Atualmente, o crescimento das MVNOs no Brasil vem se intensificando fortemente, apresentando um crescimento robusto em 2020, advindo principalmente de empresas credenciadas como mostra o gráfico abaixo.

Quantidade de MVNOs no Brasil

Fonte: Anatel e Teleco

Entre as diversas iniciativas que resultaram no alto crescimento de 2019 a 2020 na quantidade de MVNOs no Brasil, destaca-se o aumento no número da adoção de redes varejistas aos serviços de telefonia. Companhias como Magazine Luiza, Pernambucanas e Correios vêm criando iniciativas e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

fechando parcerias para se beneficiar do uso da telefonia e oferecer aos clientes um maior número de serviços.

Em junho de 2021, a Claro e a Magazine Luiza registraram no sistema de processos da Anatel um pedido de homologação de contrato para a criação de uma nova operadora móvel virtual credenciada. A Companhia já possuía sua operadora móvel virtual com outra credenciada, a Surf Telecom, e a nova parceria com a Claro visa aumentar sua penetração no serviço de telefonia celular. Além da Magazine Luiza, outras companhias seguem fortalecendo a atuação com telefonia móvel como a Pernambucanas que anunciou também em junho o lançamento da sua própria operadora de telecomunicações, com venda do "Chip Pernambucanas" nas lojas da rede espalhadas pelo Brasil.

Diversas outras empresas seguem fortalecendo sua atuação em telefonia móvel, advindo também do forte aumento da utilização de celulares que se intensificou com a pandemia do COVID-19, com um aumento de tela de 35% nos quatro primeiros meses de 2021, quando comparado ao mesmo período de 2019, segundo o App Annie. A tendência para os próximos anos é de continuidade no aumento de MVNOs no Brasil, fortalecendo mais a experiência do cliente ao oferecer uma gama maior de serviços e benefícios.

3. Over-the-Top (OTT)

OTT é um serviço de mídia oferecido diretamente para espectadores através da internet. Ele vem se desenvolvendo muito, com empresas grandes liderando essa mudança, como o Netflix, Amazon Prime, Airbnb, 99, Uber, entre outros. A busca por conectividade de dados e acesso a serviços de streaming online de filmes, séries e vídeos, jogos eletrônicos e o aumento do uso de dispositivos como smart-tvs, smartphones e tabletes, vem de um aumento significativo no número de usuários de banda larga, tornando essa busca um processo natural. Vale destacar que houve um aumento significativo na presença de dispositivos conectados que passam a fazer parte da rotina das pessoas, sendo possível notar essa mudança tanto no Brasil quanto no resto do mundo.

Evolução dos Dispositivos Conectados no Mundo

Fonte: Cisco

Mesmo com as evoluções recentes e o crescimento contínuo do setor de banda larga fixa no Brasil, percebe-se que o país ainda possui baixa penetração. Quando comparado com outros países da América Latina e países desenvolvidos, é possível perceber que mesmo com um crescimento

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

contínuo no setor e com as evoluções crescentes, o Brasil ainda é um país com baixa penetração, com um consumo de velocidade relativamente inferior quando comparado com as outras economias no mundo. Sendo assim, existe uma significativa oportunidade de crescimento desses serviços no Brasil. Vale destacar que, com o desenvolvimento de tecnologias e o aumento da qualidade de streaming para 4K, câmeras de segurança eletrônicas, eletrodomésticos inteligentes, entre outros eletrônicos e eletrodomésticos que requerem o uso da internet, o crescimento no consumo de banda larga faz parte de uma tendência mundial e irreversível.

Velocidade Média por Região Global (Mbps)

Região	2018	2019	2020	2021
Global	45.9	52.9	61.2	77.4
Ásia Pacífico	62.8	74.9	91.8	117.1
América Latina	15.7	19.7	34.5	41.2
América Do Norte	56.6	70.1	92.7	106.8
Europa Ocidental	45.6	53.2	72.3	87.4
Europa Central e Oriental	35	37.2	57	65.5
África e Oriente Médio	9.7	11.7	25	29

Fonte: Cisco

Apesar de em termos de volume o segmento de OTT ter um impacto menor, temos forte convicção de que o mercado de soluções via aplicativos continuará a crescer. Neste cenário, a Companhia continuará exercendo o papel de autenticadora dos usuários, uma vez que a Companhia liga a camada de IT à camada de telecomunicações, o que nos permite sustentar o crescimento projetado de 20% a.a.

O mercado de OTT está se desenvolvendo ano a ano, com grandes empresas americanas já atraindo milhões de clientes para seus aplicativos e plataformas. Empresas como Netflix, Amazon Prime, Airbnb e Uber, vem desenvolvendo seus negócios para melhor atender seus clientes existentes e atrair novos clientes.

Número de Usuários das Grandes Cias de OTT em 2021 (em milhões)

Fonte: Business Apps, SEC, Property Management, Black Linko

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Receita das Grandes Cias de OTT em 2018-2021 (em milhões de USD)

Fonte: 10-K SEC Reports

O crescimento no número de aplicativos baixados mundialmente segue em forte crescimento ao longo dos anos como demonstram os gráficos abaixo. Esse crescimento sustenta e impulsiona também os aplicativos de OTT, que ganharam uma relevância ainda maior com a chegada da pandemia com usuários se habituando cada vez mais com as tecnologias de streaming.

Número de apps baixados no Google Play (em bilhões)

Fonte: Appinventiv

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Número de apps e jogos na Apple Store (em milhões)

Fonte: PocketGamer

(d) eventual sazonalidade

Não aplicável, tendo em vista que os serviços prestados pela Companhia não estão sujeitos a sazonalidade.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui em sua cadeia de produção fornecedores importantes que se dividem em categorias distintas de acordo seu respectivo papel na cadeia. A Companhia tem fornecedores de insumos no segmento de CPaaS-IoT, que fornecem o plástico (Sim Card inativo) para a sua operação. Esta é uma cadeia ligada a cadeia de semicondutores, mas que não apresentou indícios de quebra no abastecimento ou atrasos em entregas. Por ser um mercado com muitos players, não há dependência de fornecedor e nem volatilidade de preço em virtude da demanda. Apesar de hoje ter um papel importante na cadeia de CPaaS-IoT, os fornecedores de plástico não representam o volume maior de fornecedores da Companhia, que é constituído pelos fornecedores de serviços, acoplados a camada de conectividade e que permitem à Companhia o acesso à outras redes e, por consequência, a outras pessoas, empresa máquinas, animais monitorados etc. Nesta categoria, destacam-se a nossa MNO (*Mobile Network Operator*), TIM, com a qual a Companhia possui um contrato de serviço de uso das antenas da TIM em território nacional com renovação automática a cada 2 anos.

O contrato, celebrado em 2013, passa por discussões de escopo e preço a cada 5 anos. Apesar de ser um contrato privado entre empresas privadas, o contrato está sob o guarda-chuva da ANATEL, que dá proteção a qualquer tipo de arbitrariedade de uso de poder econômico e/ou risco de interrupção, uma vez que os serviços prestados não podem sofrer interrupção. Além do CPaaS-IoT, o contrato com a MNO TIM, garante acesso a rede de antenas na oferta *White Label* de pacotes de telefonia fixa, móvel, de dados e produtos de IoT para ISPs e redes de varejo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Já na parte de VoIP, destaque para os grupos Claro, OI, Vivo, TIM e Algar, que também possuem seus contratos sob o guarda-chuva da ANATEL, e cobrem a possibilidade de encaminhamento e recebimento de chamadas e mensagens de texto em território nacional. Estes contratos também abrem para a empresa a possibilidade de produtos adicionais como 0800, 4004, 3003 etc. Para destinos internacionais, a Companhia também possui fornecedores internacionais, que cobrem suas demandas de terminação de chamadas em território internacional. Importante destacar também que estes mesmos fornecedores atuam como clientes, tornando a relação de perpetuidade dos contratos ainda mais forte. Por último, mas não menos importante, estão os contratos da Companhia com os fornecedores de solução de TI, softwares que geram a inteligência da camada de serviços de valor agregado que a Companhia oferece. Neste caso, a Companhia busca sempre se assegurar da inteligência por trás dos serviços, garantindo a manutenção dos serviços em caso de dificuldades observadas. Junto com os softwares, a Companhia também faz uso de equipamentos, gateways, servidores, mas neste caso, há, além de uma gama grande de fornecedores, também uma gama grande de soluções.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não depende de fornecedores, pois mesmo no IoT, em caso e uma ruptura com TIM, a Companhia poderá hospedar seu serviço em outra operadora regulada. Importante destacar que, como a camada de conectividade é regulada, a ANATEL protege a operação contra potenciais riscos de descontinuidade do serviço. Na parte de conectividade de chamadas e mensagens de texto, a Companhia depende das operadoras, pois elas garantem os contratos de interconexão. Contudo, além do papel da ANATEL como reguladora, há também a interdependência das redes, isto é, as operadoras não podem operar sozinhas, pois precisam garantir as chamadas entre redes, o que torna a dependência irrelevante no que diz respeito à disponibilidade dos serviços.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

No mercado de VoIP, existe a dependência no valor de terminação de tráfego pelas operadoras com poder de mercado (PMS), porém, estes preços seguem uma base regulada pela ANATEL.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social findo em 31 de dezembro de	
(em R$ milhares, exceto %)	**2021**	**%**	**2020**	**%**
US Matrix Telecommunications, Inc.	61.395	21,7%	101.320	19,0%
Bharti Airtel (UK) Limited	41.418	14,6%	85.115	15,9%
Grupo Claro	29.598	10,5%	57.190	10,7%
Receita operacional líquida	**282.722**	**100%**	**534.160**	**100%**

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O segmento de VoIP é afetado pelas receitas provenientes dos clientes US Matrix Telecommunications, Bharti Airtel e Grupo Claro**,** conforme descritas acima, considerando que a Companhia possui contratos com tais clientes nestes segmentos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação aplicável ao Setor de Telecomunicações

Panorama Regulatório

Duas empresas do grupo econômico da Companhia – Datora Telecomunicações Ltda. e Datora Mobile Telecomunicações S.A. – prestam serviços de telecomunicações, estando sujeitas à regulação e à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações ("**ANATEL**") e de outras leis, decretos e regulamentações aplicáveis ao setor. A depender do serviço prestado, regulações específicas da ANATEL serão aplicáveis.

A ANATEL foi criada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 ("**Lei Geral de Telecomunicações**"), sendo a primeira agência reguladora instaurada no Brasil, em 5 de novembro de 1997. A ANATEL integra a Administração Pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações. É administrativamente independente e financeiramente autônoma.

Compete à ANATEL a adoção das medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras. Suas atribuições incluem a implementação da política nacional de telecomunicações, a administração do espectro de radiofrequências e a expedição das normas aplicáveis à sua exploração, a fiscalização dos serviços de telecomunicações e de sua qualidade, atendimento às reclamações dos usuários de serviços de telecomunicações, dentre outras atividades relacionadas ao desenvolvimento das telecomunicações do País.

Além da criação da ANATEL, a Lei Geral de Telecomunicações estabelece a organização dos serviços de telecomunicações, incluindo, entre outros aspectos, a disciplina e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços e da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências.

A Lei Geral de Telecomunicações estabelece requisitos objetivos para a obtenção de autorização de serviço de interesse coletivo pela empresa: (i) estar constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País; (ii) não estar proibida de licitar ou contratar com o Poder Público, não ter sido declarada inidônea e não ter sido punida, nos dois anos anteriores, com a decretação da caducidade de concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações, ou da caducidade de direito de uso de radiofrequência; (iii) dispor de qualificação técnica para prestação adequada do serviço, capacidade econômico-financeira, regularidade fiscal e estar em situação regular com a Seguridade Social; (iv) não ser, na mesma região, localidade ou área, encarregada de prestar a mesma modalidade de serviço.

A prestação de serviços de telecomunicações também está sujeita às disposições da Resolução ANATEL nº 73, de 25 de novembro de 1998, que estabelece o Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, os princípios fundamentais para a prestação dos serviços de telecomunicações e suas diretrizes regulatórias, obrigações inerentes à prestação dos serviços (tanto no regime público quanto no regime privado), dentre outras disposições a serem observadas pelas prestadoras em suas atividades. Ademais, cada um dos serviços de telecomunicações possui um regramento específico emitido pela ANATEL, a ser observado quando de sua prestação.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na condição de autorizadas a prestar serviços de telecomunicações de interesse coletivo, a Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. estão sujeitas às disposições do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução ANATEL nº 720, de 10 de fevereiro de 2020. Nesse sentido, no âmbito da fiscalização e regulação exercidas pela ANATEL, as prestadoras de serviços de telecomunicações estão sujeitas ao pagamento de taxas, encargos setoriais e preços públicos decorrentes das outorgas detidas. A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. possuem débitos junto à ANATEL, sob discussão em recurso com efeito suspensivo e/ou em sede judicial, e/ou parcelados, o que permite a emissão de certidão de débitos com efeito de negativa das receitas administradas pela ANATEL.

O não cumprimento das regras do setor pode resultar na aplicação das seguintes penalidades, individual ou cumulativamente: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária; (iv) caducidade; e (v) declaração de inidoneidade. Os valores das multas podem variar de R$ 100,00 a R$ 50.000.000,00, a depender da gravidade da infração. Antes de aplicar qualquer sanção administrativa, a ANATEL deve iniciar um processo administrativo para investigar a infração, no qual a empresa em questão terá a oportunidade de se defender. A Resolução ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012, que aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, estabelece critérios a serem observados pela agência ao aplicar sanções administrativas. De acordo com essa norma, a ANATEL considerará, para a aplicação de sanções administrativas, a natureza e a gravidade da infração, os danos resultantes para o serviço e seus usuários, as vantagens obtidas pelo infrator, a existência de circunstâncias agravantes, o histórico do infrator e a reincidência específica.

A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. são partes em diversos contratos celebrados com prestadores de serviços de telecomunicações, incluindo contratos de interconexão, de disponibilização mútua de mensagens, de transporte de tráfego, de *roaming* e de exploração de serviço móvel pessoal por meio de rede virtual (*Mobile Virtual Network Operator* – "**MVNO**"). A regulamentação de telecomunicações estabelece que os contratos de interconexão e de MVNO devem ser homologados pela ANATEL para que possuam eficácia. O instituto da homologação é medida promotora da transparência nos relacionamentos constituídos, evitando práticas anticompetitivas ou comportamentos que ponham em risco o desenvolvimento sustentável do setor.

Os contratos de interconexão – definidos como aqueles que regem os condicionamentos que possibilitam a ligação entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam comunicar-se com usuários de serviços de outra ou acessar serviços nela disponíveis – são regidos pela Resolução ANATEL nº 693, de 17 de julho de 2018. As condições para a interconexão de redes são objeto de livre negociação entre interessados, mediante acordo, que deve ser formalizado por contrato, cuja eficácia depende de homologação pela ANATEL.

De acordo com a Resolução ANATEL nº 550/2010, há duas formas de operadora móvel virtual: "Credenciada" ou "Autorizada". A "Autorizada de Serviço Móvel Pessoal" é uma pessoa jurídica autorizada junto à ANATEL para prestar o Serviço Móvel Pessoal, por meio de compartilhamento de rede com a Prestadora Origem. A empresa utiliza a radiofrequência da Prestadora Origem para montar sua própria infraestrutura. Neste modelo, a autorizada atua como uma empresa de telecomunicações, devendo prestar informações diretamente à ANATEL, sendo este o caso da Datora Mobile, podendo, portanto, credenciar outras operadoras moveis virtuais.

Já a "Credenciada de Rede Virtual" é uma empresa credenciada junto à Anatel apta a representar a prestadora origem na oferta do serviço móvel pessoal. Nesta opção, o credenciado utiliza toda a

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

infraestrutura da prestadora de origem para oferecer serviços. Ambas as empresas são responsáveis em conjunto pela qualidade do serviço.

Prestação dos serviços de telecomunicações no regime público e privado

Como regra geral, a prestação de serviços de telecomunicações requer uma outorga a ser concedida pela ANATEL, a qual é emitida para serviços de interesse coletivo ou de interesse restrito, nos termos do Regulamento Geral de Outorgas (Resolução nº 720/2020). A ANATEL é responsável por analisar os requerimentos para a prestação destes serviços, considerando principalmente sua finalidade para os usuários, e os requisitos para a obtenção de cada outorga variam de acordo com o tipo de serviço.

A Lei Geral de Telecomunicações determina que a prestação de serviços de telecomunicações poderá ser realizada em regime público ou privado. Os serviços prestados sob o regime público são aqueles prestados mediante concessão ou permissão, com atribuição de obrigações, por meio da definição de metas de universalização e de continuidade. Os serviços prestados sob o regime privado dependem de autorização prévia da ANATEL, não estando sujeitos a obrigações de universalização e continuidade.

A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. prestam serviços de telecomunicações em regime privado, sendo necessária a obtenção de autorização prévia da ANATEL. As empresas exploram o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado e o Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, conforme será detalhado na tabela abaixo.

O Serviço de Comunicação Multimídia ("**SCM**") é o serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, sob o regime privado, que permite a transmissão, emissão e recepção de informação multimídia, incluindo o fornecimento de conexão à Internet de banda larga, por qualquer meio, aos assinantes dentro de uma área de serviço. O SCM foi criado para ser um serviço flexível que pudesse acomodar as muitas funções possibilitadas pela convergência tecnológica, e é regulado pelo Regulamento do SCM (Resolução ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013). Os prestadores de SCM (licenciados ou dispensados do licenciamento) devem submeter regularmente informações operacionais à ANATEL, incluindo informações relacionadas com receitas e despesas, capacidade de rede, número de acessos, número de empregados e comprimento da fibra óptica.

O Serviço Telefônico Fixo Comutado ("**STFC**") é o serviço de telecomunicações que permite a transmissão de voz e outros sinais entre estações fixas, por meio de processos de telefonia, podendo ser prestado sob regime público e privado, regulado pelo Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005). Existem três modalidades de prestação do STFC destinados ao uso público: (i) serviço local; (ii) serviço de longa distância nacional ("**LDN**"); e (iii) serviço de longa distância internacional ("**LDI**"). Vale destacar que a Resolução ANATEL nº 426/2005 veda a uma mesma prestadora, sua controladora, coligada ou controlada, a prestação de uma mesma modalidade de STFC, por meio de mais de uma autorização ou concessão, em uma mesma área de prestação de serviço, ou parte dela. A ANATEL concede prazo para a regularização, o que poderá ocorrer por meio de renúncia de autorização, ou por meio de consolidação de outorgas.

A prestação do Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual constitui serviço de telecomunicações, classificando-se a autorizada de rede virtual como prestador autorizado do SMP e sujeitando-se a todas as regras contidas no Regulamento sobre Exploração deSMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), aprovado pela Resolução ANATEL nº 550, de 22 de novembro de 2010,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

bem como às demais normas aplicáveis. A exploração caracteriza-se pelo oferecimento do serviço à população, segmentado ou não por mercado, com as características do SMP de interesse coletivo, isonomia e permanência, permitindo, por meio de processos simplificados e eficientes, a existência de um maior número de ofertantes do serviço no mercado, com propostas inovadoras de facilidades, condições e relacionamento com os usuários do SMP, agregando, entre outros, volumes e serviços de valor adicionado. O SMP é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre estações móveis e de estações móveis para outras estações, na forma da Resolução ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007.

Considerando que, em regra, as autorizações para prestação de serviços de telecomunicações não têm vigência sujeita a termo final, isto é, possuem prazo indeterminado, poderão ser extintas somente por: (i) cassação; (ii) caducidade; (iii) decaimento; (iv) renúncia; ou (v) anulação, conforme a especificidade de cada modalidade trazida pela Lei Geral de Telecomunicações.

Diante disso, a Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. obtiveram perante a ANATEL autorizações para prestação de serviços de telecomunicações, por cada serviço prestado, conforme demonstrado abaixo:

Outorgada	Serviço	Ato	Data
Datora Telecomunicações Ltda.	SCM	Termo de Autorização n.º 104/2006	24/08/2006
	STFC *Local*	Termo de Autorização n.º 311/2004	14/05/2004
	STFC *Longa Distância Nacional*	Termo de Autorização n.º 312/2004	14/05/2004
	STFC *Longa Distância Internacional*	Termo de Autorização n.º 313/2004	14/05/2004
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	SMP por meio de Rede Virtual	Termo de Autorização n.º 47/2011	17/11/2011
		Termo de Autorização n.º 48/2011	17/11/2011
		Termo de Autorização n.º 49/2011	17/11/2011

Cumpre notar que a Resolução nº 720/2020 da ANATEL trouxe uma modificação com relação às outorgas para a prestação de serviços de telecomunicações. Se, no passado, as outorgas eram concedidas para os serviços específicos, atualmente, as autorizações são referentes à exploração de serviços de telecomunicações, de interesse coletivo ou restrito.

Nesse sentido, a autorização para a exploração de serviços de telecomunicações de interesse coletivo pela ANATEL confere à autorizada a possibilidade de prestar quaisquer serviços de telecomunicações, de interesse coletivo ou restrito. Já a autorização para a exploração de serviços de telecomunicações de interesse restrito pela ANATEL confere à autorizada a possibilidade de prestar quaisquer serviços de telecomunicações de interesse restrito. Nos dois casos, bastará notificação à ANATEL sobre os serviços de interesse, mediante registro no sistema informatizado da agência.

Em razão da referida mudança, a ANATEL consolidou e adaptou as autorizações para exploração de serviços de telecomunicações de interesse coletivo e de interesse restrito detidos pela Datora Telecomunicações Ltda., pela Datora Mobile Telecomunicações S.A. e por outras prestadoras, expedidas até a data de entrada em vigor do RGO, em uma única outorga para explorar os serviços

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

de interesse coletivo e restrito. Portanto, atualmente, os serviços prestados pela Datora Telecomunicações Ltda. e pela Datora Mobile Telecomunicações S.A. estão autorizados pelo Ato nº 4.334/2020 e pelo Ato nº 622/2021 da ANATEL, respectivamente.

Serviço de Valor Adicionado

A Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. também prestam Serviços de Valor Adicionado (SVA), o quais são definidos pelo artigo 61 da Lei Geral de Telecomunicações como as atividades que acrescentam e dão suporte a um serviço de telecomunicações e a este atribuem novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações. Os SVAs não constituem um serviço de telecomunicações e, por esse motivo, não dependem de autorização prévia da ANATEL e não estão sujeitos à regulamentação da agência.

Radiofrequência

As radiofrequências são ondas eletromagnéticas que trafegam pelo ar e possuem frequências menores que a luz visível, compreendidas no intervalo entre 8,3 kHz a 3000 GHz, no qual é possível a radiocomunicação. O espectro de radiofrequências é um recurso limitado, considerando como um bem público sob a Lei Geral de Telecomunicações e sendo administrado pela ANATEL. A Resolução ANATEL nº 671/2016 aprova o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, disciplinando e estabelecendo os parâmetros gerais de administração, condições de uso, autorização e controle de radiofrequências.

De acordo com a Resolução ANATEL nº 720/2020 e com a Resolução nº 65/1998, que aprovou o Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, a validade da notificação de interesse em prestar serviço de telecomunicações que dependa do uso de radiofrequências está condicionada à prévia obtenção da autorização de uso de radiofrequências.

Nos termos da Resolução ANATEL nº 671/2016, o uso das radiofrequências pode ocorrer em caráter primário ou em caráter secundário. O uso em caráter primário é caracterizado pelo direito à proteção contra interferência prejudicial; o uso em caráter secundário é caracterizado pelo direito à proteção contra interferência prejudicial, exceto quando proveniente do uso em caráter primário, ou uso subsidiário de radiofrequências associado a contrato de exploração industrial.

Contudo, cumpre notar que os serviços de telecomunicações atuais prestados pela Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. não dependem da utilização de radiofrequências. Ademais, há casos em que são utilizados apenas meio confinados ou equipamentos de radiocomunicação de radiação restrita, hipóteses que dispensam autorização para o uso de radiofrequências. Compete à ANATEL homologar ou reconhecer a certificação de produtos e equipamentos de telecomunicações, observados os padrões e normas definidos pela Resolução ANATEL nº 715, de 23 de outubro de 2019, de modo que as prestadoras de serviços de telecomunicações somente podem utilizar produtos e equipamentos devidamente certificados e homologados pela ANATEL.

Como MVNO, a Datora Mobile compartilha a infraestrutura da rede de acesso da sua Prestadora Origem – TIM, inclusive suas radiofrequências.

A Datora Telecomunicações Ltda., através do Ato nº 4.499, de 21 de junho de 2021, foi autorizada pela ANATEL à utilização não exclusiva, em caráter secundário, das radiofrequências associadas à execução do SCM, pelo prazo de 5 anos, a partir da data de publicação do ato. Nos termos do Ato

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

nº 4.499/2021, o uso das radiofrequências autorizados é condicionado à obtenção das licenças para funcionamento das estações, o que deve ocorrer no prazo de 18 meses contados do ato.

Neste sentido, apresentamos abaixo o ato da ANATEL que autoriza a utilização de radiofrequências pela Datora Telecomunicações Ltda., assim como sua validade:

Outorgada	Ato	Validade
Datora Telecomunicações Ltda.	**4.499/2021 - ANATEL**	**5 anos**

As autorizações de uso de radiofrequências serão extintas pelo advento de seu termo final ou no caso de sua transferência irregular, assim como por caducidade, decaimento, renúncia ou anulação da autorização para prestação do serviço de telecomunicações que dela se utiliza, nos termos da Lei Geral de Telecomunicações.

Obrigações relacionadas ao atendimento ao consumidor e ao controle de qualidade

Os direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações são regulamentados pela Resolução ANATEL nº 632, de 7 de março de 2014, que aprovou o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações ("**RGC**"), que estabelece diversas regras e obrigações para o suporte ao consumidor de telecomunicações.

As operadoras de telecomunicações estão explicitamente autorizadas, de acordo com o RGC, a fornecer suporte telefônico ao cliente através de seus próprios *call centers* ou através de *call centers* terceirizados. Em qualquer caso, o não cumprimento das regras regulatórias resultará em multas e outras possíveis penalidades aplicáveis à operadora.

Adicionalmente, a ANATEL supervisiona a qualidade dos serviços oferecidos pelos provedores de telecomunicações, monitorando os indicadores de desempenho operacional dessas empresas. Cada indicador tem uma meta associada, que deve ser cumprida mensalmente pelo prestador de serviços, em cada área geográfica definida no regulamento dentro de sua área de serviço.

Os indicadores, assim como seus respectivos métodos de coleta, cálculo e outros requisitos de qualidade, são definidos pela Resolução ANATEL nº 717, de 23 de dezembro de 2019, que aprovou o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações ("**RQUAL**"). Além dos indicadores de desempenho, a ANATEL também monitora a disponibilidade dos serviços através da coleta sistemática de dados de eventos de interrupção, tanto programadas quanto decorrentes de falhas. Com o objetivo de avaliar o uso correto das disposições regulamentares relativas à coleta, cálculo e envio das informações solicitadas, a ANATEL realiza procedimentos de supervisão sistemática e periódica junto aos provedores. Vale destacar que as obrigações descritas no RQUAL devem ser igualmente cumpridas pelos grupos que não se enquadrarem como Prestadora de Pequeno Porte ("**PPP**"), não sendo de cumprimento obrigatório pelas PPPs, portanto.

Prestadoras de Pequeno Porte

O setor de telecomunicações tem demonstrado diversas iniciativas para contribuir com a expansão da banda larga e conectividade no Brasil, considerados objetivos gerais de políticas públicas de telecomunicações, de acordo com o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018. É neste contexto que as Prestadoras de Pequeno Porte ("**PPP**") – categoria em que a Datora Telecomunicações Ltda. e a Datora Mobile Telecomunicações S.A. se enquadram – se destacam, promovendo inclusão digital em diversas áreas do Brasil.

A ANATEL, reconhecendo o potencial positivo que as PPPs representam para o mercado de telecomunicações brasileiro, vem gradualmente implementando condições específicas e mais flexibilizadas a essas prestadoras em suas regulamentações e ações. Nesse sentido, um dos

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

primeiros incentivos ao desenvolvimento das PPPs pode ser observado na redução do valor das outorgas de serviços de telecomunicações, desburocratizando e agilizando o início de prestação desses serviços, assim como por meio da dispensa de outorga para as prestadoras de SCM que possuem até 5.000 acessos e que utilizem exclusivamente meios confinados e/ou equipamentos de radiocomunicação de radiação restrita para a prestação do serviço.

Em 2012, o Plano Geral de Metas de Competição da ANATEL ("**PGMC**"), aprovado pela Resolução ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012, estabeleceu os conceitos de 'Mercado Relevante' e 'Poder de Mercado Significativo' ("**PMS**"), reconhecendo a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação relativa ao estabelecimento de medidas regulatórias assimétricas para minimizar a probabilidade de surgimento de poder de mercado, tais como o controle de preços de produtos de atacado, transparência, tratamento isonômico e não discriminatório, dentre outras medidas, visando incentivar e promover a livre, ampla e justa competição.

Em 2018, a Resolução ANATEL nº 694, de 17 de julho de 2018, trouxe a definição de 'Prestadora de Pequeno Porte', entendida como o grupo detentor de participação de mercado nacional (*market share*) inferior a 5% em cada mercado de varejo em que atua (por exemplo, banda larga fixa, voltada ao atendimento das demandas dos usuários finais dos serviços de telecomunicações), levando em consideração que prestadoras detentoras de participação até tal proporção não possuem poder de mercado, capaz de influenciar de forma significativa as condições do mercado relevante.

O PGMC ainda determinou que a ANATEL poderá estabelecer medidas assimétricas de maior ou menor intensidade nos mercados relevantes de atacado com base no nível de competição municipal dos mercados de varejo, considerando municípios competitivos, potencialmente competitivos, pouco competitivos e não competitivos. Além disso, a agência poderá estabelecer obrigações diferenciadas para as PPPs, possibilitando que as prestadoras conquistem mais espaço no mercado de telecomunicações, principalmente em municípios menos competitivos.

Com relação às obrigações de atendimento, cobrança e oferta de serviços relativos ao STFC, SMP e SCM perante os consumidores finais, o RGC prevê obrigações mais flexíveis às PPPs, relacionadas ao Centro de Atendimento Telefônico, Fidelização, Contrato e Planos de Serviços, Cobrança, Suspensão e Rescisão Contratual por falta de pagamento ou inserção de crédito, Suspensão a Pedido do Assinante, Franquia de Consumo de Dados, Portabilidade Numérica e Privacidade do Código de Acesso. Igualmente à flexibilidade do RGC, o RQUAL não estabelece que as PPPs deverão cumprir com as obrigações de qualidade nele previstas.

Conselhos Profissionais

A Lei Federal nº 6.839/1980 determina que, para o exercício de certas atividades, é necessário o registro prévio no Conselho Profissional competente. Para que seja realizado tal registro, é necessário registro de um profissional legalmente habilitado na função de responsável técnico, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Conselho Profissional.

Eventual descumprimento das regulamentações do Conselho Profissional em questão poderá sujeitar a Companhia a determinadas penalidades como: (i) advertência; (ii) multa (a ser definida conforme a gravidade da infração); e (iii) cancelamento do registro (entre outras penalidades civis e criminais), em qualquer caso, após o devido processo legal.

A Lei Federal nº 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, determina que as empresas que executam obras e serviços relacionados às atividades elencadas pela legislação relativas à engenharia só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

profissionais do seu quadro técnico. As atividades da Datora Telecomunicações Ltda. e da Datora Mobile Telecomunicações S.A. estão sujeitas a registro prévio no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Ademais, de acordo com o Regulamento Geral de Outorgas, quando se tratar de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, a obtenção de autorização está condicionada à qualificação técnica para bem prestar o serviço pela empresa, comprovada através do envio de declaração de que a empresa possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente bem como a existência de pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da autorização.

Regulação de Proteção de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (aqui definidos como toda e qualquer informação passível de identificar ou tornar identificável uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais esparsas e setoriais, quais sejam:

- A Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- A Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12/414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online; e
- O Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aquele relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("**LGPD**"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas.

A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam: (i) finalidade; (ii) adequação; (iii) necessidade; (iv) livre acesso; (v) qualidade dos dados; (vi) transparência; (vii) segurança; (viii) prevenção; (ix) não discriminação; e (x) responsabilização e prestação de contas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas naturais e pessoas jurídicas, de direito público ou privado, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

Além disso, a LGPD: (i) estabelece diversas hipóteses, bases legais autorizadoras do tratamento de dados pessoais, as quais não se resumem ao consentimento do titular de dados pessoais; (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e (iii) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

A LGPD também autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, exercendo as funções de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

Além da ANPD, outros órgãos do Poder Público já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo a função de fiscalização baseada na LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Nesse sentido, necessário esclarecer que a maior parte das disposições da LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, que estão vigentes desde 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos do Poder Público, como de defesa do consumidor.

Em relação às sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar as disposições previstas na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou uso não autorizado de informações pessoais, já que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em outras sanções, indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A Companhia está em fase de implementação das Políticas de Privacidade e Proteção de Dados, bem como de adequação das atividades de tratamento de dados pessoais, as quais foram identificadas por meio dos gaps identificados no *data mapping* de todas suas áreas. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está estruturando seu registro das atividades de tratamento de dados pessoais, também conhecido como ROPA (*Record of Processing Activities*), e analisando a contratação de Encarregado de Dados/DPO (*Data Protection Officer*) externo (*DPO as a service*).

Correspondente Bancário

A Datora Pag Ltda. ("**Datora Pag**"), controlada da Companhia, atua na prestação de serviços de atividades auxiliares a serviços financeiros, em especial, a atividade de correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário é regulada pela Resolução 3.954, de 24 de fevereiro de 2011 ("**Resolução 3.954/2011**"), do Banco Central do Brasil ("**BACEN**") e, a partir de a partir de 1º de fevereiro de 2022, pela Resolução do CMN nº 4.935, de 29 de julho de 2021.

Em que pese a atividade de correspondente bancário ser regulada pelo Bacen, vez que o correspondente bancário atua por conta e sob as diretrizes de uma instituição financeira, como disposto pelo art. 2º da Resolução 3.954/2011, a Datora Pag, na qualidade de correspondente bancário, não depende de aprovação do BACEN.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui uma política ambiental ou políticas de responsabilidade socioambiental formalizadas, até o momento, e tampouco aderiu a padrões internacionais de proteção ambiental, vez que as atividades da Companhia podem ser consideradas de baixo impacto ambiental. De qualquer forma, a Companhia adota práticas pontuais voltadas à sustentabilidade no imóvel onde está localizada sua sede, tais como separação de resíduos recicláveis.

Além disso, ressalta-se que as atividades desenvolvidas pela Companhia não estão sujeitas ao licenciamento ambiental.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão internacional de proteção ambiental, bem como não incorre em custos relevantes para o cumprimento da regulação ambiental.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("**Lei de Propriedade Industrial**") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("**INPI**"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, o grupo econômico da Companhia é titular de 13 registros de marca junto ao INPI, em nome próprio, dentre as quais se destaca a marca "DATORA" na promoção dos negócios da Companhia.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("**DNS**"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 30 nomes de domínios, registrados no Brasil e no exterior.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Patentes

A Companhia investe no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras visando aprimorar os seus processos produtivos. Como resultado, muitas das inovações geradas são passíveis de proteção da propriedade intelectual nos países em que a empresa atua. Uma das modalidades de proteção da inovação utilizada é a patente de invenção ou modelo de utilidade.

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. A patente também vale para melhorias no uso ou fabricação de objetos de uso prático, como utensílios e ferramentas.

De acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 anos e a de modelo de utilidade pelo prazo de 15 anos contados da data de depósito. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos, o produto objeto da patente e/ou o processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

Na data deste Formulário de Referência, o grupo econômico da Companhia é titular de dois pedidos de patentes depositadas junto ao INPI.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes, utilizados pela Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R$117.424 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e R$220.274 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, equivalente a 41,5% e 41,4% da receita líquida da Companhia, respectivamente.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A tabela abaixo indica a receita líquida consolidada da Companhia por país, incluindo o Brasil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021		Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	
(em R$ mil, exceto %)	R$	% receita líquida	R$	% receita líquida
América do Norte	**89.049**	**31,5%**	**148.089**	**27,7%**
British Virgin Islands	0	0,0%	48	0,0%
Canada	5.596	2,0%	8.043	1,5%
EUA	83.452	29,5%	139.998	26,2%
América do Sul	**118.650**	**42,0%**	**237.274**	**44,4%**
Argentina	1.111	0,4%	8	0,0%
Brasil	117.424	41,5%	220.936	41,4%
Chile	31	0,0%	15.522	2,9%
Colômbia	85	0,0%	465	0,1%
Peru	0	0,0%	317	0,1%
Uruguai	0	0,0%	27	0,0%
Ásia	**7.849**	**2,8%**	**30.181**	**5,7%**
China	514	0,2%	784	0,1%
Hong Kong	7.030	2,5%	27.839	5,2%
Singapore	7	0,0%	213	0,0%
UAE	299	0,1%	1.345	0,3%
Europa	**67.173**	**23,8%**	**118.616**	**22,2%**
Albânia	0	0,0%	1.006	0,2%
Armênia	3	0,0%	0	0,0%
Áustria	135	0,0%	81	0,0%
Bélgica	149	0,1%	853	0,2%
Chipre	41	0,0%	69	0,0%
Espanha	508	0,2%	3.089	0,6%
Estônia	101	0,0%	160	0,0%
Alemanha	291	0,1%	38	0,0%
Grécia	6.671	2,4%	11.701	2,2%
Irlanda	2	0,0%	202	0,0%
Itália	11.368	4,0%	4.444	0,8%
Malta	0	0,0%	59	0,0%
Holanda	0	0,0%	5	0,0%
Portugal	1	0,0%	139	0,0%
Romênia	318	0,1%	0	0,0%
Suécia	937	0,3%	1.297	0,2%
Suíça	0	0,0%	16	0,0%
Países Baixos	194	0,1%	417	0,1%
Reino Unido	46.454	16,4%	95.040	17,8%
TOTAL	**282.722**	**100,0%**	**534.160**	**100,0%**

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros foi de R$165.298 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e R$313.225 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, equivalente a 58,5% e 58,6% da receita líquida da Companhia, respectivamente.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia possui subsidiárias nos Estados Unidos da América, na França e na Suécia, assim como presta serviços em 31 países. Os negócios da Companhia nestas jurisdições estão sujeitos à regulação usual de mercado, tais como cível, trabalhista e tributária. As exigências e normas regulatórias destes países podem ser alteradas pelos governos locais, sem prévio aviso, devendo a Companhia e suas subsidiárias observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Companhia e de suas subsidiárias dispêndios financeiros adicionais. Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Companhia monitora as demandas de seus principais mercados.

NGN Latam Corp

A subsidiária NGN Latam Corp, é uma empresa estabelecida na cidade de Miami, no estado da Flórida, nos Estado Unidos da América ("**Estados Unidos**"), 100% controlada pela Companhia. Tem como administradores designados os Srs. Raul Fuchs e Daniel Fuchs.

A NGN Latam Corp tem como objetivo comercialização de chamadas VoIP tráfego telefônico, dados e SMS, no mercado de internacional e doméstico nos Estados Unidos, através de tecnologia VoIP, se conectando com operadoras de telecomunicações e OTTs, nos Estados Unidos e no mundo.

O Federal Communications Commission (FCC) é o órgão regulador da área de telecomunicações e radiodifusão dos Estados Unidos. Nenhuma entidade ou empresa deve oferecer serviços de telecomunicações nos Estados Unidos antes da autorização fornecida pela FCC ou operar de forma diferente dos termos e condições especificadas.

A NGN presta serviço de revenda de serviços de telecomunicações através de tecnologia VoIP, portanto, para ofertar o este serviço foi obtida licença denominada FCC 214, com a seguinte identificação File Number: ITC-214-20100818-00338, a qual prevê os tipos de serviço a seguir: *Global or Limited Global Resale Authority (Section 63.18(e)(2)); Individual Facilities−Based and Resale Service (Section 63.18(e)(3)); Individual Non−Interconnected Private Line Resale Service (Section 63.18(e)(3))*. Como obrigatoriedade anual é necessário declarar receita e informações de tráfego comercializado pela empresa. Adicionalmente a empresa deve seguir os regulamentos de telefonia definido pela Comissão (FCC).

Como característica do serviço transporte de chamadas VoIP, grande parte de seus clientes também são fornecedores. Desta forma, cria-se uma forte proteção de receita praticamente não tendo inadimplência, por exemplo a empresa vende terminação de chamadas VoIP com destino ao Haiti, para determinada empresa cliente, mas também compra desta mesma empresa, terminação de chamadas VoIP na Guatemala. Este serviço também se caracteriza por alto volume de chamadas e faturamento, mas com baixa margem operacional.

A plataforma é operada remotamente pela equipe técnica no Brasil e por terceiros no exterior, tendo, portanto, baixa necessidade de empregados. Atualmente possui dois empregados diretos, ambos na área comercial. Outros serviços necessários para a operação, como suporte regulatório, contábil e societário, são executados principalmente por empresas e escritórios externos.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

NGN Sweden Communications AB

A subsidiária na Suécia é uma empresa estabelecida em Estocolmo. A Companhia ressalta que esta empresa está em processo de incorporação por uma nova subsidiária estabelecida na França, Datora France Communication, estabelecida em Paris, na França, 100% controlada pela Companhia e tem como administradores os Srs. Tomas Fuchs e Claude Araripe.

Esta subsidiária também tem como objetivo a comercialização de chamadas VoIP, dados e SMS no mercado de internacional, através de tecnologia VoIP, estabelecendo relações comerciais com operadoras de telecomunicações e OTTs. Como não tem comercialização de serviços domésticos no país onde é estabelecida, não é necessária a licença de operação por órgão regulador de telecomunicações. A característica é a mesma da subsidiária americana, possui um negócio de alto volume de chamadas de VoIP e faturamento com baixa margem operacional. A plataforma também é operada e instalada fora do país onde é estabelecida, sendo instalados no Brasil e nos Estados Unidos. Não possui nenhum empregado local, sendo as atividades executadas remotamente e com escritórios de suporte legal, contábil e fiscal terceirizados.

Datora France Communication

A subsidiária na França é uma empresa estabelecida em Paris. A Companhia ressalta que esta empresa está em processo de incorporação da NGN Sweden, estabelecida em Estocolmo, na Suécia, 100% controlada pela Companhia e tem como administradores os Srs. Tomas Fuchs e Claude Araripe.

A Datora France, atualmente não operacional, também tem como objetivo a comercialização de chamadas VoIP, dados e SMS no mercado de internacional, através de tecnologia VoIP, estabelecendo relações comerciais com operadoras de telecomunicações e OTTs. Como não tem comercialização de serviços domésticos no país onde é estabelecida, não é necessária a licença de operação por órgão regulador de telecomunicações. A característica é a mesma da subsidiária americana e sueca, possui um negócio de alto volume de chamadas de VoIP e faturamento com baixa margem operacional. A plataforma também é operada e instalada fora do país onde é estabelecida, sendo instalados no Brasil e nos Estados Unidos. Não possui nenhum empregado local, sendo as atividades executadas remotamente e com escritórios de suporte legal, contábil e fiscal terceirizados.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia ainda não possui uma política socioambiental e não publica relatório de sustentabilidade. Não obstante, a Companhia entende que o sistema de gestão ambiental atualmente adotado é suficiente para assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e normas ambientais aplicáveis, com o compromisso de reduzir os impactos ambientais de seus serviços.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(e) se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(f) se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo

A Companhia entende que a legislação atual não exige a divulgação de relatório anual de sustentabilidade que leve em conta os ODS para suas atividades.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

A Companhia não adota políticas formais de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural. Contudo, a Companhia possui uma prática de investimentos sociais, que direciona a elaboração e execução dos seus projetos sociais voluntários, os quais são definidos em conjunto com os stakeholders locais, sempre associados à dinamização socioambiental, cultural e econômica.

A Companhia preza pelo desenvolvimento do macroambiente ao qual está envolvida, não somente através de seus serviços, mas também através de programas internos e externos que visam desenvolver a sociedade. Dessa forma, a Companhia reforça que, dentre seus valores adotados e praticados diariamente, inclui-se a “responsabilidade social” como um de seus pilares.

A Companhia oferece bolsas de graduação e pós-graduação aos seus colaboradores, assim como cursos de português aos colaboradores estrangeiros e aulas de inglês para executivos. Além disso, desde 2018, a Companhia possui um programa denominado “Datora Summer Job”, em que adolescentes são selecionados para passar 15 dias conhecendo todas as áreas da Companhia. Adicionalmente, desde 2021, a Companhia idealizou e fundou a ONG Escola Conectada e, desde então, é sua mantenedora. A partir desta inciativa, uniu-se provedores de internet de todo o Brasil a escolas públicas que necessitam de internet de alta velocidade. Atualmente a ONG beneficia mais de 10.000 alunos com link dedicado de internet.

Outra prática social adotada pela Companhia desde 2020 é a licença maternidade estendida de seis meses, assim como a licença paternidade de 20 dias, e a continuidade do pagamento do vale refeição durante todo o período. Após o nascimento, também oferece, até os três anos, auxílio creche, bem como auxílio a filhos PcD sem limite de idade.

Na área de saúde, a Companhia faz campanhas alertando sobre doenças, vacinações, informações importantes para a manutenção da saúde, além de disponibilizar vacina tetravalente da gripe gratuitamente para seus colaboradores todos os anos.

Informações financeiras consolidadas e combinadas

Para melhor compreensão do desempenho operacional da Companhia e de suas controladas, tendo em vista a reorganização societária do grupo econômico da Companhia ocorrida em dezembro de 2019, a Companhia preparou demonstrações financeiras consolidadas e combinadas das empresas: Datora Participações e Serviços S.A., que possui as seguintes subsidiárias: Datora Telecomunicações Ltda., Datora Mobile Telecomunicações S.A., VDF Tecnologia da Informação Ltda., Datora Pag Ltda, Datora France Communication SAS, e a partir de dezembro de 2019 as empresas NGN Latam Corp, NGN Sweden Communications AB (“**Empresas Combinadas**”), para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

As informações financeiras apresentadas nos itens 7.1 a 7.8 deste Formulário de Referência refletem informações da Companhia com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e aos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2021. A seguir apresentamos informações complementares com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas das Empresas Combinadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, com o objetivo de proporcionar informações que possam ser úteis e mais representativas dos negócios e da situação financeira da Companhia e de suas controladas.

7.9 - Outras Informações Relevantes

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas da Companhia e suas subsidiárias, que são de responsabilidade da administração da Companhia, estão sendo apresentadas, exclusivamente, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia e de suas subsidiárias, independentemente da disposição de sua estrutura societária nas referidas datas-bases. As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros e não substituem as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e de suas controladas.

Informações financeiras adicionais ao item 7.2(b) com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: (i) VoIP; (ii) CPaaS-Geral; (iii) CpaaS-OTT; e (iv) CpaaS-IoT, cuja representatividade está demonstrada abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**%**	**2019**	**%**	**2018**	**%**
VoIP	433.050	81,1%	224.402	73,1%	159.036	72,8%
CPaaS-Geral	35.544	6,7%	32.410	10,6%	26.514	12,1%
CPaaS-OTT	8.884	1,7%	6.148	2,0%	4.840	2,2%
CPaaS-IoT	56.682	10,6%	44.098	14,4%	28.196	12,9%
Receita operacional líquida	**534.160**	**100,0%**	**307.058**	**100,0%**	**218.585**	**100,0%**

Informações financeiras adicionais ao item 7.2(c) com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

Conforme mencionado no item 7.2, a Companhia, através do seu PGOP, não acompanha seus segmentos por lucro líquido, mas por EBITDA, e não o faz de forma consolidada, apenas no formato consolidado e combinado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 2019 e 2018.

Conforme acompanhado pelo Principal Gestor das Operações da Companhia, as métricas de acompanhamento dos segmentos seguem sua composição até EBITDA e não até Lucro líquido.

O EBITDA da Companhia advém de seus segmentos operacionais: (i) VoIP; (ii) CPaaS-Geral; (iii) CPaaS-OTT; e (iv) CPaaS-IoT:

	Consolidado 31 de dezembro de 2020				
(em R$ mil)	**Receita líquida**	**Desempenho avaliado pelo PGOP**	**Depreciação e Amortização(*)**	**Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização**	**Despesas operacionais**
VoIP	433.050	17.457	-	(410.297)	(5.296)
CPaaS-Geral	35.544	6.666	-	(24.928)	(3.950)
CPaaS-IoT	56.682	27.408	-	(20.366)	(8.908)
CPaaS-OTT	8.884	6.883	-	(1.986)	(15)
Corp	-	(26.549)	(9.378)	-	(26.549)
Total	**534.160**	**31.865**	**(9.378)**	**(457.577)**	**(44.718)**

(*) O PGOP não considera estes saldos ao avaliar o desempenho dos segmentos. As despesas de depreciação e amortização está relacionada aos ativos utilizados na prestação de serviços de todos os segmentos reportáveis.

7.9 - Outras Informações Relevantes

	Consolidado e Combinado 31 de dezembro de 2019				
(em R$ mil)	Receita líquida	Desempenho avaliado pelo PGOP	Depreciação e Amortização(*)	Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização	Despesas operacionais
VoIP	224.402	15.991	-	(204.439)	(3.972)
CPaaS-Geral	32.410	7.772	-	(21.220)	(3.418)
CPaaS-IoT	44.098	6.452	-	(18.798)	(18.848)
CPaaS-OTT	6.148	4.771	-	(1.359)	(18)
Corp	-	(15.368)	(8.320)	-	(15.368)
Total	**307.058**	**19.617**	**(8.320)**	**(245.817)**	**(41.624)**
Efeitos de desconsolidação	(127.152)	(2.200)	717	122.011	2.941
Números consolidados	**179.906**	**17.417**	**(7.603)**	**(123.806)**	**(38.683)**

(*) O PGOP não considera estes saldos ao avaliar o desempenho dos segmentos. As despesas de depreciação e amortização está relacionada aos ativos utilizados na prestação de serviços de todos os segmentos reportáveis.

	Consolidado 31 de dezembro de 2018				
(em R$ mil)	Receita líquida	Desempenho avaliado pelo PGOP	Depreciação e Amortização(*)	Custo dos serviços deduzidos de despesas de depreciação e amortização	Despesas operacionais
VoIP	159.035	9.313	-	(145.155)	(4.567)
CPaaS-Geral	26.514	7.701	-	(15.276)	(3.537)
CPaaS-IoT	28.196	(8.171)	-	(15.904)	(20.463)
CPaaS-OTT	4.840	3.643	-	(1.177)	(20)
Corp	-	(5.198)	(5.965)	-	(5.198)
Total	**218.585**	**7.288**	**(5.965)**	**(177.512)**	**(33.785)**
Efeitos de desconsolidação	(97.259)	(2.748)	395	91.866	2.645
Números consolidados	**121.326**	**4.540**	**(5.570)**	**(85.646)**	**(31.140)**

(*) O PGOP não considera estes saldos ao avaliar o desempenho dos segmentos. As despesas de depreciação e amortização está relacionada aos ativos utilizados na prestação de serviços de todos os segmentos reportáveis.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. – Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, conjunto 92 - Jardim Paulista	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, conjunto 131 - Jardim Paulista	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, sala 301 - Vila da Serra	Brasil	MG	Nova Lima	Alugada
Avenida Saquarema, nº 5345, sala 108 - Bacaxá	Brasil	RJ	Saquarema	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de patente n° BR 10 2017 012051 1 A2, depositado junto ao INPI em 07/06/2017.	N/A	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Companhia poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade Companhia de exercer suas atividades entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem inclúidos no portifólio da Companhia, tal perda poderá afetar seu desempenho. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Patentes	Pedido de patente n° BR 10 2017 010138 0 A2, depositado junto ao INPI em 15/05/2017.	N/A	Indeferimento após o exame de mérito pelo INPI, ações de oposição ou nulidade por parte de terceiros, abandono em função de decisão estratégica da Companhia poderão resultar na não concessão ou perda dos direitos. Mudanças no marco regulatório podem ocorrer e interferir nas perspectivas de manutenção ou concessão dos direitos de PI.	A eventual perda de direitos não afetará a habilidade Companhia de exercer suas atividades entretanto, conforme produtos e serviços com maior grau de inovação forem inclúidos no portifólio da Companhia, tal perda poderá afetar seu desempenho. Poderá afetar o licenciamento da tecnologia protegida, podendo influenciar no valor cobrado pela transferência da tecnologia. Implica impossibilidade de impedir terceiros de utilizar tecnologia idêntica ou equivalente em serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso comercial exclusivo.
Marcas	Registro de marca n° 915883112, para a marca nominativa "ARQIA", na Classe NCL (11) 09.	Até 20/08/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca n° 915883120, para a marca nominativa "ARQIA", na Classe NCL (11) 38.	Até 20/08/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 915883147, para marca nominativa "ARQIA", na Classe NCL (11) 42	Até 20/08/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 916358070, para a marca mista "ARQIA DATORA", na Classe NCL (11) 09	Até 24/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca n° 916358097, para a marca mista "ARQIA DATORA", na Classe NCL (11) 38.	Até 24/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 916358119, para a marca mista "ARQIA DATORA", na Classe NCL (11) 42.	Até 24/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 901771660, para a marca nominativa "DATORA TELECOM", na Classe NCL (9) 38.	Até 22/05/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca n° 901771627, para a marca mista "DATORA TELECOM", na Classe NCL (9) 38.	Até 22/05/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 901771597, para a marca mista "DATORA TELECOM", na Classe NCL (9) 42.	Até 22/05/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 901771708, para a marca nominativa "DATORA TELECOM", na Classe NCL (9) 42.	Até 22/05/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca n° 902377930, para a marca nominativa "TEMPO BY DATORA", na Classe NCL (9) 38.	Até 29/01/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 914493329, para a marca mista "datora", na Classe NCL (11) 38.	Até 26/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.
Marcas	Registro de marca n° 914493574, para a marca mista "datora", na Classe NCL (11) 42.	Até 26/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao orgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda do ativo da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<arqia.com.br>	Até 12/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<arqiabank.com.br>	Até 17/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<arqiabanking.com.br>	Até 17/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<arqiapag.com.br>	Até 17/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<cloud4x.com.br>	Até 08/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<cloud4x.net.br>	Até 08/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<datora.com.br>	Até 06/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<datora.net.br>	Até 06/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<datoramobile.com.br>	Até 26/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<datoramobile.net.br>	Até 26/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<gestaom2m.com.br>	Até 29/08/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<internetdascoisas.net.br>	Até 26/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<IOTelecom.com.br>	Até 05/09/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<m2m.net.br>	Até 28/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<m2mday.com.br>	Até 26/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<seguranca4-0.com.br>	Até 21/05/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<serversip.com.br>	Até 30/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<wificlub.com.br>	Até 17/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<portalderecarga.com.br>	Até 21/09/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<datora.com>	Até 04/05/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<datora.net>	Até 13/10/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<datora.info>	Até 07/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<serversip.info>	Até 27/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<buysipminute.com>	Até 21/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<serversip.info>	Até 27/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<ip101.cloud>	Até 16/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<arqia.com>	Até 10/12/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<arqia.net>	Até 03/09/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<iamathing.com>	Até 16/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Datora France Communication	00.000.000/0000-00	-	Controlada	França			Prestação de Serviço de Telecomunicações	100,000000
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	133.995,58		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades da Companhia.								
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51	-	Controlada	Brasil	MG	Nova Lima	Prestação de Serviço de Telecomunicações	100,000000
30/06/2021	0,000000	0,000000	935.123,31	**Valor mercado**				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	50.379.183,74		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades da Companhia.								
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42	-	Controlada	Brasil	MG	Nova Lima	Intermediação e agenciamento de serviços em geral	98,000000
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	-468.814,39		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades da Companhia.								
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de Serviço de Telecomunicações	99,999996
30/06/2021	0,000000	0,000000	445.769,81	**Valor mercado**				
31/12/2020	0,000000	0,000000	1.805.942,05	**Valor contábil**	30/06/2021	23.297.391,57		
31/12/2019	0,000000	0,000000	9.907.763,17					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades da Companhia.								
NGN Latam Corp	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Prestação de Serviço de Telecomunicações	100,000000
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	-2.493.855,41		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades da Companhia.								
NGN Sweden Communication	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Suécia			Prestação de Serviço de Telecomunicações	100,000000
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	8.609.231,10		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades da Companhia.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, são apresentadas pelos Diretores da Companhia e extraídas das informações financeiras consolidadas intermediárias da Companhia, contidas nas Informações Trimestrais – ITR referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, bem como as informações das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas da seção 10 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa operacional da Companhia, em conjunto com a captação de recursos de terceiros, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
(em R$ mil)	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
(+)Ativo Circulante	133.763	103.448	77.711	34.735
(-)Passivo Circulante	133.544	111.981	94.656	48.758
Capital Circulante Líquido	**219**	**(8.533)**	**(16.945)**	**(14.023)**
(+)Caixa e equivalentes de caixa	23.001	22.140	8.279	7.212
(-)Empréstimos e Financiamentos Circulante	5.548	3.543	2.510	9.797
(-) Passivo de Arrendamento	1.475	1.307	1.744	-
(-) Dividendos a Pagar	7.171	6.459	5.995	580
Saldo de Tesouraria	**8.807**	**10.831**	**(1.970)**	**(3.165)**
(+)Ativo Circulante Operacional	110.762	81.308	69.432	27.523
(-) Passivo Circulante Operacional	119.350	100.672	84.407	38.381
Necessidade de Capital de Giro (NIG)	**(8.588)**	**(19.364)**	**(14.975)**	**(10.858)**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Índice de Liquidez Corrente (em R$ mil, exceto índice)	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Ativo Circulante	133.763	103.448	77.711	34.735
Passivo Circulante	133.544	111.981	94.656	48.758
Índice de Liquidez Corrente	**1,00**	**0,92**	**0,82**	**0,71**

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R$133.763 mil enquanto o passivo circulante era de R$133.544 mil, representando um índice de liquidez corrente[1] de 1,00x, isto é, a Companhia consegue cumprir com suas dívidas de curto prazo. A posição representa um capital circulante líquido de R$219mil, denotando uma correta correlação entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo, uma vez que não há uma parcela do ativo de longo prazo sendo financiado por passivo de curto prazo. Abrindo o capital circulante líquido, contudo, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 30 de junho de 2021, observa-se saldo de tesouraria de R$8.807 mil, mostrando que em um cenário de estresse a Companhia cobriria 100% da sua obrigação com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias e outros itens de caráter financeiro, bem como com acionistas, e mesmo assim teria sobra de caixa. Ainda assim, nesta mesma data, a Companhia registrou Necessidade de Investimento em Giro ("**NIG**") de R$8.588 mil negativos, mostrando que não precisa fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores.

Este quadro não é atípico, em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R$103.448 mil enquanto o passivo circulante era de R$111.981 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,92x. isto é, a Companhia teria, mesmo que em pequena magnitude, dificuldades de cumprir com as dívidas de curto prazo. A posição representa um capital circulante líquido de R$8.533 mil negativos, denotando um ligeiro desequilíbrio entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo, uma vez que haveria uma pequena parte do ativo com retornos esperados no longo prazo, sendo financiada por obrigações de curto prazo, gerando um descasamento dos fluxos. Abrindo o capital circulante líquido, contudo, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 31 de dezembro de 2020, observa-se saldo de tesouraria de R$10.831 mil, mostrando que em um cenário de estresse a Companhia cobriria 100% da sua obrigação com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias, e outros itens de caráter financeiro, bem como com acionistas e mesmo assim teria sobra de caixa. Ainda assim, nesta mesma data, a Companhia registrou NIG de R$19.364 mil negativos, mostrando que não precisou fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R$77.711 mil enquanto o passivo circulante era de R$94.656 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,82x. Isto é, a Companhia teria dificuldades de cumprir com as dívidas de curto prazo. A posição representa um capital circulante líquido de R$16.945 mil negativos, denotando um desequilíbrio entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo, uma vez que se observou uma parte do ativo com retornos esperados no longo prazo sendo financiada por obrigações de curto prazo, gerando um descasamento dos fluxos. Abrindo o capital circulante líquido, contudo, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na

[1] Razão entre o ativo circulante e o passivo circulante.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 31 de dezembro de 2019, observa-se saldo de tesouraria de R$1.970 mil negativos, mostrando que em um cenário de estresse, a Companhia teria que recorrer a novos recursos para honrar sua obrigação com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias e outros itens de caráter financeiro, como com acionistas. Ainda assim, nesta mesma data, a Companhia registrou NIG de R$14.975 mil negativos, mostrando que não precisou fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia era de R$34.735 mil enquanto o passivo circulante era de R$48.758 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,71x. Isto é, a Companhia observou grandes dificuldades de cumprir com as dívidas de curto prazo em um evento de estresse. A posição representa um capital circulante líquido de R$14.023 mil negativos, denotando um desequilíbrio entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo, uma vez que quase se observou uma parte do ativo com retornos esperados no longo prazo sendo financiada por obrigações de curto prazo, gerando um descasamento dos fluxos. Abrindo o capital circulante líquido, contudo, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 31 de dezembro de 2018, observa-se saldo de tesouraria de R$3.165 mil negativos, mostrando que em um cenário de estresse, a Companhia não teria capacidade de cobrir as obrigações com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias e outros itens de caráter financeiro, bem como com acionistas. Ainda assim, nesta mesma data, a Companhia registrou NIG de R$10.858 mil negativos, mostrando que não precisou fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores.

Os Diretores da Companhia entendem que o aumento do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 é resultado do crescimento do negócio do segmento de CPaaS-IoT, que vem crescendo desde 2018 não apenas em receita, mas sobretudo em margem. Com isso, a Companhia vem apresentando uma melhora significativa na sua geração de caixa, que alavanca os resultados observados no saldo de tesouraria. Por outro lado, o crescimento do segmento de CPaaS-IoT traz um aumento na necessidade de estoque, que puxa o ativo circulante para cima, contribuindo para um índice de liquidez maior. Do lado do passivo circulante, destaque para a queda na conta de obrigações trabalhistas decorrente do pagamento de PPR provisionado em 2020 referente à 2020 e o estorno da provisão de FISTEL anuidade que é fruto da Lei de Desoneração do FISTEL para IoT, que retirou a obrigação do pagamento da taxa de anuidade do FISTEL provisionada em 2020, cujo valor corresponde a R$2.121 mil e estava na conta Impostos a recolher. A alta do CPaaS-IOT, contudo, tende a gerar mais pressão na NIG, uma vez que o aumento da receita passará pela entrada em grandes contas que exigirão mais prazos de pagamento, aumentando assim o ativo operacional. Ainda assim, o aumento da receita abrirá possibilidades para um maior poder de barganha para a Companhia junto aos seus fornecedores, diminuindo assim a pressão na NIG através de prazos de pagamento mais favoráveis.

Por sua vez, o aumento do índice de liquidez corrente entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 decorre também do crescimento do segmento de CPaaS-IoT, que continuou com a sua trajetória de alta e gerando melhorias no saldo de tesouraria. Em relação à NIG, em 2020, observamos melhorias impulsionadas principalmente pelos negócios com a operadora OI, que, devido a questões operacionais quanto aos negócios internacionais e nacionais com a Companhia, suspendeu os pagamentos e, desta forma, os recebimentos foram retidos, numa relação em que a Companhia, Grupo Datora, é pagadora. Este resultado acabou impulsionando a NIG. Os saldos em aberto foram negociados no último trimestre de 2020, mas o saldo devedor da Companhia foi parcelado, empurrando para 2021 contas a pagar de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Por fim, o aumento do índice de liquidez corrente entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 decorre do crescimento do negócio do segmento de CPaaS-IoT, que atingiu seu breakeven de EBITDA e caixa em 2019. Com isso, a Companhia passou a ter uma geração de caixa mais robusta em um segmento que ainda estava em fase de maturação. Além disso, destaque para a queda nos empréstimos de curto prazo, decorrente dos acertos da reorganização societária, que geraram a capitalização da dívida de debenture da Datora Mobile Telecomunicações. A equacionalização do caixa e a queda no endividamento geraram as melhorias observadas no saldo de tesouraria. A NIG também foi impactada em 2019 pela reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2019, que ao incorporar os negócios internacionais do grupo trouxe uma magnitude de negócios maior e, desta forma, um ativo operacional e passivo operacional maiores com condições positivas do ponto de vista de performance para a NIG.

Índice de Endividamento Total (em R$ mil, exceto índice)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
(+)Passivo Circulante	133.544	111.981	94.656	48.758
(+) Passivo não Circulante	31.982	27.390	23.996	78.986
Passivo Total	**165.526**	**139.371**	**118.652**	**127.744**
Patrimônio Líquido	56.368	53.110	31.090	(41.027)
Índice de Endividamento Total	**2,94**	**2,62**	**3,82**	**(3,11)**

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice de endividamento total[2] da Companhia era de 2,94x, 2,62x, 3,82x e (3,11x) respectivamente. Os Diretores esclarecem que aumento do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 é devido, principalmente ao aumento dos negócios do grupo que geraram um aumento na conta fornecedores e devido ao aumento da linha de empréstimos e financiamentos, aumento este provocado pela tomada da 1ª tranche da linha de financiamento da FINEP obtida em abril de 2021. A linha, de natureza de longo prazo, 3 anos de carência e 7 de amortização, tem como objetivo financiar o plano de investimento da Companhia para o ano de 2021 e 2022, com destaque para aquisição do seu core redundante de IoT, já 100% compatível à tecnologia 5G, que deverá ocorrer no mês de agosto de 2021. Além disso, destaque também para a queda no passivo circulante decorrente da baixa de provisão de PPR 2020, bem como a queda na conta impostos a recolher no curto e no longo prazo. No curto, referente ao FISTEL conforme apontado na explicação do índice de liquidez corrente e no longo em virtude da baixa da provisão de IR sobre remessa que expirou em prazo e que é referente aos pagamentos da Datora Mobile Telecomunicações Ltda. para o exterior, no valor de R$2.153 mil. Estes dois movimentos no passivo diminuem o endividamento geral, mas, contudo, tiveram seus efeitos anulados devido à baixa da reserva de lucros no patrimônio líquido, fruto de decisão da Assembleia Geral a favor da distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios constituídos em 2020, que diminuiu o patrimônio líquido e desta forma, mitigou os efeitos que baixaram o passivo.

Já em relação aos exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2019, a redução é devida, principalmente ao aumento do patrimônio líquido decorrente dos resultados de lucro líquido do exercício de 2020 que geraram alta significativa no patrimônio líquido e, desta forma, queda no endividamento total. Importante destacar, que o passivo de curto e longo também cresceram devido ao aumento no endividamento bancário e alta de fornecedores, decorrente da alta no volume de negócios da empresa, mas ambos em proporção menor do que a alta no patrimônio líquido. Ajudou este aumento menor, a baixa da provisão de IR sobre remessa que expirou em prazo e que é

[2] Razão entre o total do passivo (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

referente aos pagamentos da Datora Mobile Telecomunicações Ltda para o exterior, no valor de R$1.546 mil, que estava provisionada no passivo de longo prazo na conta impostos a pagar. Por fim, em relação aos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e 2018, a forte alta é devida, principalmente, aos efeitos da reorganização societária ocorrida em dezembro de 2019, que trouxeram forte alta na conta fornecedores pela incorporação das operações internacionais do grupo pela Companhia, mas por outro lado, forte queda no endividamento bancário e em fornecedores de longo prazo associados à contas a pagar entre partes relacionadas que foram aportadas na Companhia, gerando forte alta no patrimônio líquido e revertendo sua posição negativa em 31 de dezembro de 2018.

Medições contábeis (em R$ mil)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro líquido do período	13.710	1.572	31.300	7.995	(12.054)

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a Companhia registrou lucro líquido de R$13.710 mil e R$1.572 mil, respectivamente, e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia registrou lucro líquido de R$31.300 mil, R$7.995 mil e prejuízo de R$12.054 mil, respectivamente.

Os Diretores entendem que o aumento de 772,1% do lucro líquido registrado entre os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2021 decorreu de alguns fatores. O primeiro, o impacto da COVID 19 no 1º semestre de 2020 entre março e junho, período em que se observou as primeiras decisões de restrição de locomoção e mobilidade no Brasil, trouxe impactos para os negócios, sobretudo nos segmentos de CPaaS. Desta forma, observa-se que os resultados do 1º semestre de 2020, ficaram atipicamente, abaixo do normal. Além disso, também como efeito colateral da COVID 19, observou-se, neste período uma alta volatilidade do câmbio, gerando impactos no resultado de variação cambial, empurrando desta forma, o resultado de lucro líquido do 1º semestre de 2020 mais para baixo. Em contrapartida, observou-se a partir de julho de 2020 um reaquecimento da economia, decorrente de uma rápida adaptação das empresas às condições impostas pela pandemia. Este cenário foi propício para a Companhia, que viu a volta do crescimento dos seus negócios nos segmentos de CPaaS, e que manteve o ritmo ao longo de 2021. Assim, além dos impactos negativos da COVID 19 nos resultados do 1º semestre de 2020, observou-se um aumento dos resultados de negócio do segmento CPaaS em 2021 e uma maior estabilização do câmbio, reduzindo o impacto de variação cambial nas despesas financeiras. Importante observar que temos, em 2021, um quadro de resultados do segmento VoIP acima de 2020, mas não observamos impacto neste segmento devido a COVID 19 em 2020. Outro ponto de impacto importante no lucro líquido de 2021 é proveniente de reversões contábeis relacionadas às provisões para contingência fiscal. A primeira é fruto da Lei de Desoneração do FISTEL para IoT, que retirou a obrigação do pagamento da taxa de anuidade do FISTEL provisionada em 2020, cujo valor corresponde a R$2.121 mil que impactou o resultado de custos dos serviços prestados. A segunda refere-se a reversão a uma provisão para contingência fiscal referente ao imposto de renda sobre remessas de pagamentos da Datora Mobile Telecomunicações S.A., que teve seu prazo expirado, no valor de R$2.153 mil e que impactou o resultado das despesas operacionais.

Para o período entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, se observou um aumento de 291,5% do lucro líquido, decorrente de três fatores principais. O primeiro, com a reorganização societária, a Companhia em 2020 passou a consolidar os negócios internacionais das empresas NGN Sweden Communications e NGN LATAM, que em 2019, tiveram apenas 1 mês de resultados representados na Companhia. Segundo, tivemos forte alta do segmento de CPaaS-

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

IoT, que observou alta na margem bruta de 43,5% com uma contribuição absoluta de R$11.016 mil frente aos resultados de 2019. Em 2020, reduzindo as despesas operacionais, tivemos também a reversão da provisão de IR sobre remessa que expirou em prazo e que é referente aos pagamentos da Datora Mobile Telecomunicações Ltda para o exterior, no valor de R$1.546 mil. Por último, em 2020, frente as projeções de lucro tributável, foi registrado um valor de R$16.486 mil reais de Imposto de Renda Diferido que impactou o lucro líquido de 2020.

Por fim, o aumento do lucro líquido registrado entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, que saiu de posição negativa de R$12.054 mil em 2018 para um resultado positivo de R$7.995 mil em 2019 decorreu do aumento dos resultados do segmento de CPaaS-IoT e da incorporação de 1 mês dos negócios internacionais do grupo decorrentes da organização societária, por um melhor desempenho do resultado financeiro e por uma contabilização superior de IR diferido em 2019 frente a 2018.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada, apesar de conservadora, para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

A Companhia apresentou a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros na data de encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil)	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	165.526	139.371	118.652	127.744
Capital Próprio (patrimônio líquido)	56.638	53.110	31.090	(41.027)
Capital Total (terceiros + próprio)	**221.894**	**192.481**	**149.742**	**86.717**

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento do capital de terceiros na data de encerramento dos períodos em análise, exceto no ano de 2019, que observou uma queda decorrente da capitalização de dívidas onerosas com terceiros e de passivos operacionais com partes relacionadas, decorrentes da reorganização societária ocorrida em dezembro de 2019. As altas observadas em 2020 e 2021 são frutos da alta no volume de negócios e da melhora da capacidade de endividamento da Companhia e, desta forma, da tomada de dívida para financiamento do seu plano de investimentos, bem como do objetivo de otimização do perfil de custo médio do capital empregado. Em relação ao capital próprio, a alta em 2019 é decorrente da capitalização das dívidas e passivos operacionais mencionados acima e da melhora dos resultados de lucro líquido da empresa. Já a alta em 2020 e 2021 é fruto basicamente do aumento dos resultados de lucratividade da Companhia com efeito na alta do seu lucro líquido e desta forma, alta do patrimônio líquido, o qual teve sua conta de reservas de lucro reduzida em R$10.000 referente a pagamento de dividendos adicionais. A Companhia, a cada ciclo de planejamento, decide a destinação dos lucros em face das suas necessidades de investimento e caixa, da sua disponibilidade de caixa, da sua posição de alavancagem e da sua capacidade de contração de dívidas, sempre buscando remunerar os seus acionistas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita que a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso necessário no futuro. Não há, no plano da Companhia, intenção de utilizar os recursos da captação primária via oferta inicial de ações para quitação do endividamento atual.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros, em sua maioria destinados para as atividades de investimento. Assim, considerando o endividamento e o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da COVID-19 na economia brasileira, nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram os empréstimos e financiamentos de terceiros e condições de prazo de pagamento junto a fornecedores maiores que os prazos de recebimento junto a clientes, conforme descritos no item 10.1(a) e 10.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, empréstimos e financiamentos de terceiros e captações junto ao mercado de capitais como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento da Companhia em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Empréstimos e financiamento (circulante e não circulante)					
(em R$ mil)		Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	Taxa anual de encargos (%)	2021	2020	2019	2018
FINEP	0,8659% a.m.	9.094	-	-	-
Bradesco	Pré-fixado 0,6512% a.m. 8,1004% a.a.	74	222	-	-
Bradesco	Pré-fixado 0,5926% a.m. 7,3476% a.a.	8.431	8.182	-	-
Bradesco	Pré-fixado 0,6400% a.m. 7,9562% a.a.	451	545	5.505	-
Mercantil	CDI + 0,33% a.m. 4,03% a.a.	3.951	4.843	-	-
ABC	CDI + 0,33% a.m. 9,6415% a.a.	-	-	99	1.300
ABC	(0,77% a.m.)	-	-	469	1.499
Bradesco	0,8659% a.m. 0,6512% a.m.	-	-	1.504	-
Morgan Stanley	Libor 1M + 0,75%	-	-	-	19.712
Debênture		-	-	-	19.704
Itaú	CDI + 12,415034% a.a.	-	-	-	4.500
Arrendamento	1,92% a.m.	-	-	-	465
Arrendamento	0,74% a.m.	-	-	-	87
Total		**22.001**	**13.792**	**7.577**	**47.267**

Seguem abaixo as descrições dos instrumentos financeiros relevantes da Companhia vigentes em 30 de junho de 2021:

Cédulas de Crédito Bancário – Capital de Giro (sem numeração)

Em 24 de janeiro de 2020, a Companhia emitiu em favor do Banco Bradesco S.A. cédula de crédito bancário, no valor de R$2.000 mil, com taxa de juros efetiva pré-fixada de 0,6400% ao mês e 7,9562% ao ano, a ser paga em 12 parcelas, com vencimento em 09 de janeiro de 2023. Esta CCB é garantida por Cessão de Direitos Creditórios conforme Contrato de Prestação de Serviços existente entre a Companhia e a Embratel.

Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 237

Em 29 de abril de 2020, a Datora Telecomunicações Ltda. emitiu em favor do Banco Bradesco S.A. cédula de crédito bancário nº 237, no valor de R$370 mil, com taxa de juros efetiva pré-fixada de 0,6512% ao mês e 8,1004% ao ano, a ser paga em 05 parcelas em período trimestral, com vencimento em 29 de julho de 2021. Esta CCB é garantida por Cessão de Direitos Creditórios de recebíveis da empresa Datora Telecomunicações Ltda.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Cédula de Crédito Bancário nº 15875087-0

Em 18 de maio de 2020, a Companhia emitiu em favor do Banco Mercantil de Investimentos S.A. a cédula de crédito bancário nº 15875087-0, no valor de R$5.375.219,68, com taxa de juros calculada com base em 100% do CDI acrescida de 0,33% ao mês e 4,03% ao ano, a ser paga em 36 parcelas, com vencimento em 29 de maio de 2023. Esta CCB é garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios outorgada pela VDF Tecnologia da Informação Ltda e pela Datora Mobile Telecomunicações S.A. e tem como avalista a Datora Telecomunicações Ltda.

Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro – FGI/PEAC

Em 08 de setembro de 2020, a Datora Telecomunicações Ltda. emitiu em favor do Banco Bradesco S.A. cédula de crédito bancário, no valor de R$8.000 mil reais, com taxa de juros efetiva pré-fixada de 0,5926% ao mês e 7,3476% ao ano, a ser paga em 24 parcelas, com vencimento em 08 de setembro de 2023. Esta CCB tem como avalista a Companhia e garantia complementar no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Contrato de Financiamento FINEP nº 02.21.0003.00

Em 08 de janeiro de 2021, a Companhia celebrou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, contrato de financiamento, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (referência nº0467/20), no valor de R$34.681.536,08, tendo a Companhia se obrigado a participar dos custos de elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação com recursos próprios. Sobre o principal da dívida incidem, *pro rata temporis*, a Taxa Referencial (TR) divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread de 3,5% ao ano.

O referido contrato prevê uma carência de 36 meses, devendo o principal da dívida decorrente do instrumento ser pago à FINEP em 85 parcelas mensais e sucessivas, resultando em vencimento em dezembro de 2025. Em garantia ao contrato, a Companhia contrata fiança bancária emitida pelo Banco Itaú Unibanco S.A. (carta fiança bancária nº D-99195-0) e pelo Banco Bradesco S.A. (carta fiança nº 2.085.082-5) e apólice de seguro emitida por sociedade seguradora registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não era devedora de qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo avais e fianças das entidades do grupo econômico da Companhia, recebíveis, carta fiança e depósitos dados em garantia.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei n° 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, observando a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações materiais constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia junto às instituições financeiras.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo distribuição de dividendos, alienação de ativos, alienação de controle societário e reorganização societária, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

Contratos de Empréstimo	
FINEP	(i) a aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa; (ii) diplomação como deputado(a), senador(a) ou vereador(a) de pessoa que exerça função remunerada na Companhia; (iii) a constituição, sem prévia autorização da Finep, de gravame sobre as garantias estabelecidas no Contrato; (iv) o descumprimento de solicitação de reforço ou substituição de garantia feito pela Finep; (v) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos pela Companhia; (vi) alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da financiada, sem prévia e expressa anuência da Finep; (vii) a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da financiada, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores; (viii) aplicação dos recursos do financiamento em desacordo com o Cronograma de Desembolso previsto no Contrato; (ix) existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida à Finep; (x) inexatidão nas informações prestadas à Finep; (xi) paralisação do Plano Estratégico de Inovação (conforme descrito no Contrato); (xii) outras circunstâncias que, a juízo da Finep, tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Companhia e/ou pelas intervenientes coexecutoras, das obrigações assumidas; e (xiii) na hipótese de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência decretada
Banco Bradesco Linha FGI BNDES	(i) se a Companhia, e/ou o(s) Avalista(s) sofrer(em) legítimo protesto de título; se a Companhia requerer a sua recuperação judicial; se houver o requerimento da sua falência; (ii) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar a garantia ou os direitos creditórios do Credor; (iii) se a Companhia deixar de substituir qualquer um dos Avalistas que vierem a encontrar-se em qualquer das situações acima; (iv) se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, sem que o Credor tenha sido notificado a esse respeito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência; (v) se chegar ao conhecimento do Credor, por qualquer meio, a informação no sentido de que a Companhia pretende fazer qualquer espécie de movimentação societária; (vi) o Credor considerará, ainda, antecipadamente o vencimento desta Cédula nos casos de cassação da licença ambiental; e (vii) se a Companhia, e/ou o(s) Avalista(s) inadimplir(em) quaisquer de suas obrigações.
Banco Mercantil	(i) vencida normal ou antecipadamente e CCB, por qualquer motivo nela previsto ou na lei, se a Companhia não tiver feito o integral pagamento do seu débito; (ii) é facultado ao credor considerar antecipadamente vencida a presente CCB e imediatamente exigível o pagamento da dívida, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação prévia, se a Companhia e/ou seu(s) avalista(s)/devedor(es) solidário(s): requerer(em) sua recuperação judicial ou tiver(em) sua falência requerida ou decretada; sofrer(em) protesto de título e/ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	pedido de insolvência; tiver(em) seu(s) nome(s) figurando no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos; (iii) tiver(em) cheque(s) devolvido(s) por insuficiência de fundos; figurar(em) como devedor principal ou coobrigado em ação de execução; tiver(em) seu(s) nome(s) figurando no cadastro de devedores da Serasa, do SPC ou de qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atrasos nos pagamentos; tiver(em) sua(s) conta(s) corrente(s) bloqueada(s) ou penhorada(s) por determinação judicial; ocorrer quaisquer alterações no controle acionário/societário do emitente; nos casos de cassação da licença ambiental, quando aplicável, e de sentença condenatória transitada em julgado, em razão de prática, pelo emitente, de atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente.
Banco Itaú	a) se a Companhia, e/ou Terceiro(s) Garantidor(es) e/ou o(s) Avalista(s) inadimplir(em) quaisquer de suas obrigações; b) se a Companhia, e/ou Terceiro(s) Garantidor(es) e/ou o(s) Avalista(s) sofrer(em) legítimo protesto de título(s); se a Companhia requerer a sua recuperação judicial: se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro d a Companhia; c) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios do Credor; d) se a Companhia deixar de substituir qualquer um dos Avalistas que vierem a encontrar-se em qualquer das situações acima; e) se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Companhia, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, sem que o Credor tenha sido notificado a esse respeito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do protocolo da movimentação societária, e sem que o Credor tenha concordado com ela por escrito. O vencimento antecipado poderá ocorrer, também a critério do Credor, se uma vez notificado a respeito da proposta de movimentação societária, não concordar com ela, e, nesta hipótese, a dívida poderá ser antecipadamente vencida a qualquer tempo, seja antes ou após a efetivação da movimentação societária; f) se chegar ao conhecimento do Credor, por qualquer meio, a informação no sentido de que a Companhia pretende fazer qualquer espécie de movimentação societária.
Banco Bradesco	a) falta de cumprimento, pelo Contratante e/ou por qualquer Devedor Solidário, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente deste Contrato ou de qualquer outra dívida financeira de responsabilidade do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário, inclusive contraída perante terceiros; b) falta de cumprimento, pelo Contratante e/ou por qualquer Devedor Solidário, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato não sanada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do descumprimento; c) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil (Lei nº 10.406/02); d) se o Contratante sofrer requerimento de falência, desde que não elidida no prazo legal, requerer ou tiver decretada sua falência, for dissolvido, ou caso o Contratante seja pessoa física, ocorra a morte, insolvência (independentemente de ter sido declarada) interdição; e) se a Contratante sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que não cancelado no prazo de 5 (cinco) dias úteis; f) morte, insolvência, interdição, dissolução, requerimento e/ou decretação de falência de qualquer Devedor Solidário ou de outros coobrigados, sem que o Contratante apresente substituto(s) idôneo(s), aceito(s) previamente pelo Banco, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ocorrência do evento; g) se o Contratante, ou o(s) Devedores Solidário(s), propuser(em) plano de recuperação extrajudicial ao Banco ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação do referido plano; h) se o Contratante, ou o(s) Devedores Solidário(s), ingressar(em) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; i) mudança relevante no estado econômico-financeiro do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário; j) mudança ou alteração no objeto social e/ou atividades realizadas pelo Contratante, ou por qualquer Devedor Solidário, de forma a substituir ou agregar às atuais atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	relação às atividades atualmente desenvolvidas; k) se houver alteração ou modificação da composição do capital social do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão do Contratante e/ou de qualquer Devedor Solidário, sem a prévia e expressa autorização do Banco; l) se houver a cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, pelo Contratante ou por qualquer Devedor Solidário (i) de bens escriturados no respectivo ativo imobilizado cujo valor corresponda a mais do que 10% do valor desta rubrica contábil, ou (ii) de ativos e/ou participações societárias em subsidiária e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 10% da receita líquida do Contratante ou de qualquer Devedor Solidário, conforme o caso, considerando um período de 12 meses findo na data-base das respectivas demonstrações financeiras consolidadas mais atuais disponíveis; m) se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou eventualmente convencionadas, não forem devidamente formalizadas e constituídas pelo Contratante, pelo(s) Devedor(es) Solidário(s) ou por terceiros garantidores, segundo os dispositivos contratuais e/ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento do valor devido, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Banco de forma bastante e suficiente para cumprimento integral de todas as obrigações; n) se for apurado qualquer descumprimento, falsidade, incorreção ou omissão imputável ao Contratante ou a qualquer Devedor Solidário, em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pelo Contratante, ou por qualquer Devedor Solidário; ou o) a inobservância pelo Contratante ou por qualquer Devedor Solidário da Legislação Socioambiental, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se o Contratante incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga a de escravo, não se aplicando a esta hipóteses qualquer prazo de cura.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía um saldo de R$22.001 mil em empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento com a FINEP, cujo desembolso ainda prevê 5 tranches a serem tomadas totalizando R$25.605 mil. As tranches são utilizadas a critério da Companhia e em decorrência da comprovação dos gastos ocorridos e da evolução do projeto técnico. Após cada tranche liberada, para se obter a próxima, a Companhia deve comprovar 80% dos gastos previstos no projeto (comprovação via apresentação de contratos e notas fiscais) em relação às tranches obtidas e a comprovação técnica do projeto em relação aos prazos de evolução técnica acertados. Uma vez comprovados o uso dos recursos e a evolução técnica, a Companhia fica apta a pedir a próxima tranche disponível até que se esgote o total da linha. Não há custos para a empresa em relação aos valores não captados.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras consideradas de primeira linha pela administração permite o acesso a linhas de créditos adicionais, caso seja necessário, além claro da possibilidade de tomar o restante das tranches do contrato FINEP.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.ri.datora.net) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 e dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2020.

(em R$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	30/06/2020	AV	AH
Receita operacional líquida	**282.722**	**100,00%**	**258.509**	**100,00%**	**9,37%**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(235.910)	(83,44%)	(224.444)	(86,82%)	5,11%
Depreciação e amortização	(5.448)	(1,93%)	(5.027)	(1,94%)	8,38%
Lucro bruto	**41.364**	**14,63%**	**29.038**	**11,23%**	**42,45%**
Receitas (despesas) operacionais	**(20.903)**	**(7,39%)**	**(20.383)**	**(7,88%)**	**2,55%**
Despesas com vendas	(3.936)	(1,39%)	(1.225)	(0,47%)	221,28%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(173)	(0,06%)	(274)	(0,11%)	(36,86%)
Gerais e administrativas	(18.902)	(6,69%)	(18.849)	(7,29%)	0,28%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.108	0,75%	(35)	(0,01%)	6.122,86%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	**20.461**	**7,24%**	**8.655**	**3,35%**	**136,40%**
Resultado financeiro líquido	**(2.079)**	**(0,74%)**	**(5.221)**	**(2,02%)**	**(60,18%)**
Receitas financeiras	2.659	0,94%	2.678	1,04%	(0,72%)
Despesas financeiras	(4.738)	(1,68%)	(7.899)	(3,06%)	(40,02%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**18.382**	**6,50%**	**3.434**	**1,33%**	**435,29%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.361)	(1,19%)	(1.475)	(0,57%)	127,85%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.311)	(0,46%)	(387)	(0,15%)	238,81%
Lucro líquido do período	**13.710**	**4,85%**	**1.572**	**0,61%**	**772,13%**

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$282.722 mil comparativamente a R$ 258.509 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$24.213 mil ou 9,37%. Este aumento é atribuído substancialmente a uma alta em todos os segmentos em que a Companhia opera, com destaque para o segmento de VoIP e CPaaS-IoT. O negócio de VoIP, considerando seus negócios internacionais, teve impulso devido à alta do câmbio no período, mas também a um volume maior de negócios. No período, observa-se uma alta de 6,3% na receita líquida do segmento VoIP ou R$13.338 mil. Já o negócio de CPaaS-IoT mantém uma adição positiva mensal de SIM Cards, sendo que a base de SIM Cards faturáveis atingiu 1,5 milhão de SIMs em 30 de junho de 2021 versus 1 milhão de SIM Cards em 30 de junho de 2020. Também importante destacar o impacto da COVID 19 no 1º semestre de 2020, entre março e junho, período em que se observou as primeiras decisões de restrição de locomoção e mobilidade no

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Brasil, que trouxeram impactos para os negócios, sobretudo nos segmentos de CPaaS, o que não se observou, contudo, a partir do 2º semestre de 2020, uma vez que o mercado voltou a aquecer e a Companhia passou a experimentar resultados melhores. Desta forma, observa-se que os resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 ficaram, atipicamente, abaixo do normal, uma vez que no segundo semestre de 2020, a Companhia observou a retomada dos negócios em níveis superiores ao período pré COVID-19. Neste cenário, observa-se uma alta de 35,1% na receita líquida oriunda do segmento de IoT ou R$8.802 mil. Apesar de uma magnitude menor, vale destacar as altas em CPaaS-OTT e CPaaS-Geral, cujas altas foram de 18,6% ou R$797mil e 7,5% ou R$1.275 mil no mesmo período, respectivamente.

Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$235.910 mil comparativamente a R$224.444 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$11.465 mil ou 5,11%. O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas representou 83,44% e 86,82% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do volume de negócios observado através do aumento da receita líquida. Sua proporção de crescimento abaixo da receita líquida operacional, se dá devido ao crescimento do segmento CPaaS-IoT, que opera com margem significativamente superior que o segmento VoIP, também destaque na alta dos resultados. Em 30 de junho de 2021, observou se as seguintes margens brutas em relação à receita líquida para os segmentos, desconsiderando os custos de depreciação e amortização, VoIP, 4,4%, CPaaS-Geral, 33,6%, CPaaS-OTT, 68,7% e CPaaS-IoT, 80,5%.

Lucro bruto

O lucro bruto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$41.364 mil comparativamente a R$29.038 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$12.326 mil ou 42,45%. O lucro bruto representou 14,63% e 11,23% da receita operacional líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento dos negócios do segmento de CPaaS-IoT que possui margem bruta superior à dos demais negócios, conforme destacado acima. Outro ponto de destaque na alta da margem foi a lei de desoneração do FISTEL, que gerou alíquota zero para ativações de elementos de IoT. O valor aumentou a margem bruta e também desobrigou a Companhia de suas obrigações de anuidade dos SIM Cards de IoT de 2020, também cobertos pela lei de desoneração, gerando, desta forma, estornos de provisões com impacto positivo no lucro em 2021.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram de R$20.903 mil comparativamente a R$20.383, mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$520 mil ou 2,55%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da Companhia, o que tem gerado um aumento nas despesas. Importante, contudo, destacar que a Companhia reverteu provisões para contingências fiscais em 2021 que reduziram as despesas e, desta forma, diminuíram a alta frente a 2020. O principal valor foi uma reversão de provisão para contingência de IR de R$2.153 mil referente a remessas ao exterior para pagamentos da operação CPaaS-IoT, que ocorreu por conta de ter expirado o prazo de 5 anos da provisão.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos

O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$20.461 mil comparativamente a R$8.655mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$11.806 mil ou 136,41%. O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos representou 7,24% e 3,35% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado combinado das altas da receita, puxadas por todos os segmentos, ao aumento do lucro bruto em decorrência de uma participação cada vez maior do segmento de CPaaS-IoT que gera uma alta do resultado percentual e do baixo aumento das despesas e custos, impactada pela reversão de provisões para contingências fiscais.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$2.079 mil negativos comparativamente a R$5.221 mil negativos no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$3.142 mil ou 60,18%. O resultado financeiro líquido representou 0,74% e 2,02% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a um menor impacto das despesas e receitas decorrentes da variação cambial, dos efeitos conjuntos das despesas e receitas financeiras de hedge (derivativo para proteção do caixa frente a variação cambial), e da redução dos juros bancários, decorrentes da troca de dívidas bancárias em prol de linhas mais baratas e de mais longo prazo ocorridas em 2020, que geraram antecipação de pagamento de juros no mesmo ano. Ponto importante também, foi o impacto da taxa de abertura de crédito (TAC) da operação da 1ª tranche da FINEP, que diminuiu o impacto da redução nas despesas financeiras.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$18.382 mil comparativamente a R$3.434 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$14.948 mil ou 435,29%. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 6,50% e 1,33% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos resultados oriundos do negócio, conforme explicados na variação da receita operacional líquida e do lucro bruto, mas também impulsionados por uma maior eficiência operacional mensurada na variação das despesas (aumento proporcionalmente menor ao aumento do lucro bruto, mesmo desconsiderando-se os efeitos de reversões de provisões de contingências fiscais) e de um resultado mais favorável de natureza financeira representado pelo resultado líquido das despesas e receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$3.361 mil comparativamente a R$1.475 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$1.886 mil ou 127,85%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou 1,19% e 0,57% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios da empresa, sobretudo a linha de CPaaS-IoT que aporta aos resultados uma contribuição material de margem bruta, impulsionando o lucro antes do resultado financeiro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$1.311 mil comparativamente a R$387 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$924 mil ou 238,81%. O imposto de renda e contribuição social diferido representou 0,46% e 0,15% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da base tributável provocado pelos efeitos de natureza operacional, alta dos negócios, e natureza financeira.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$13.710 mil comparativamente a R$1.572 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$12.138 mil ou 772,13%. O lucro líquido do período representou 4,85% e 0,61% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos de natureza operacional e financeira explicados acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita operacional líquida	**534.160**	**100,00%**	**179.906**	**100,00%**	**196,91%**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(457.577)	(85,66%)	(123.806)	(68,82%)	269,59%
Depreciação e amortização	(9.378)	(1,76%)	(7.603)	(4,23%)	23,35%
Lucro bruto	**67.205**	**12,58%**	**48.497**	**26,96%**	**38,58%**
Receitas (despesas) operacionais	**(44.718)**	**(8,37%)**	**(38.683)**	**(21,50%)**	**15,60%**
Despesas com vendas	(3.145)	(0,59%)	(3.329)	(1,85%)	(5,53%)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(626)	(0,12%)	(2.755)	(1,53%)	(77,28%)
Gerais e administrativas	(41.395)	(7,75%)	(32.646)	(18,15%)	26,80%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	448	0,08%	47	0,03%	853,19%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	**22.487**	**4,21%**	**9.814**	**5,46%**	**129,13%**
Resultado financeiro líquido	**(5.012)**	**(0,94%)**	**(8.828)**	**(4,91%)**	**(43,23%)**
Receitas financeiras	4.616	0,86%	5.504	3,06%	(16,13%)
Despesas financeiras	(9.628)	(1,80%)	(14.332)	(7,97%)	(32,82%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**17.475**	**3,27%**	**986**	**0,55%**	**1.672,31%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.661)	(0,50%)	(1.511)	(0,84%)	76,11%
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.486	3,09%	8.520	4,74%	93,50%
Lucro líquido do exercício	**31.300**	**5,86%**	**7.995**	**4,44%**	**291,49%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$534.160 mil comparativamente a R$179.906 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$354.254 mil ou 196,91%. Este aumento é atribuído substancialmente à reorganização societária da Companhia que aconteceu em dezembro de 2019. Com a reorganização, a Companhia passou a consolidar os resultados das operações internacionais da NGN Sweden Communications e da NGN Latam, que em 2019 tiveram apenas 1 mês consolidado na Companhia versus 12 meses em 2020. O segmento VOIP foi o que teve maior impacto devido a reorganização, observando alta de R$334.006 mil ou 337,2%. Os negócios, como um todo, cresceram em todos os demais segmentos também, mas com destaque ao CPaaS-IoT, que cresceu 28,8% ou R$12.660 mil frente a 2019.

Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$457.577 mil comparativamente a R$123.806 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$333.771 mil ou 269,59%. O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas representou 85,66% e 68,82% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à reorganização societária da Companhia que aconteceu em dezembro de 2019. Com a reorganização, a Companhia passou a consolidar os resultados das operações internacionais da NGN Sweden Communications e da NGN Latam, que em 2019 tiveram apenas 1 mês consolidado na Companhia versus 12 meses em 2020. Além disso, os negócios como um todo cresceram em todos os segmentos, mas com destaque aos segmentos de CPaaS. O aumento da participação dos custos na receita líquida não se deve, contudo, a uma perda de força competitiva e sim a entrada em maiores proporções do segmento de VoIP internacional na consolidação, que opera com margens menores, do que os demais segmentos em que a Companhia opera.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$67.205 mil comparativamente a R$48.497 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$18.709 mil ou 38,58%, conforme os fatores mencionados acima. O lucro bruto representou 12,58% e 26,96% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta queda na participação percentual do lucro bruto é atribuída substancialmente à incorporação dos negócios internacionais da Companhia que operam majoritariamente no segmento de VoIP com margens de contribuição bem mais reduzidas do que o segmento de VoIP no Brasil e do que os demais segmentos em que a Companhia opera, bem como em volumes de receita superiores. Em 2020, a Companhia registrou os seguintes lucros brutos para os segmentos, desconsiderando os custos de depreciação e amortização: VoIP, 5,3% ou R$22.754 mil, CPaaS-Geral, 29,9% ou R$10.616 mil, CPaaS-OTT, 77,6% ou R$6.898 mil e CPaaS-IoT, 64,1% ou R$36.316 mil.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R$44.718 mil comparativamente a R$38.683 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$6.035 mil ou 15,60%. As despesas operacionais representaram 8,37% da receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 contra 21,50% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução nos percentuais de participação das despesas na receita líquida operacional é atribuída substancialmente à reorganização societária da Companhia que aconteceu em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2019. Com a reorganização, a Companhia passou a consolidar os resultados das operações internacionais da NGN Sweden Communications e da NGN Latam, que em 2019 tiveram apenas 1 mês consolidado na Companhia versus 12 meses em 2020. Já a alta de 15,60% de um ano para o outro, tem impacto na reorganização, mas com impacto menor, uma vez que todo o backoffice das operações é feito através da Companhia que é recompensado através de cobranças intercompany. O impacto maior, desta forma, provém do aumento das despesas de folha da Companhia decorrente do aumento do seu quadro de pessoal e dos valores relacionados ao Programa de Participação nos Resultados. A alta nas despesas operacionais teve seu efeito reduzido devido a reversão de provisão para contingência de IR de R$1.546 mil referente a remessas ao exterior para pagamentos da operação CPaaS-IOT, que ocorreu por conta de ter expirado o prazo de 5 anos da provisão.

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos

O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$22.487 mil comparativamente a R$9.814 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$12.673 mil ou 129,13%, conforme os fatores mencionados acima. O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos representou 4,21% e 5,46% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento dos valores absolutos é atribuído substancialmente ao crescimento do negócio de CPaaS-IoT, que atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019. Apesar de gerar impacto positivo também, os resultados de margem mais reduzida do segmento VoIP contribuem em menor escala para o aumento absoluto do lucro antes do resultado financeiro, mas explicam a queda no resultado percentual frente a receita operacional líquida.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$5.012 mil negativos comparativamente a R$8.828 mil negativos no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$3.816 mil ou -43,23%. O resultado financeiro líquido representou -0,94% e -4,91% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à uma queda das despesas financeiras em uma magnitude maior do que a queda nas receitas financeiras. As receitas sofreram queda devido à redução nos ganhos de variação cambial de caixa e competência. Já as despesas foram impulsionadas pela queda nas despesas com juros e encargos decorrentes da capitalização das dívidas da Datora Telecomunicações Ltda. junto ao Morgan Stanley e da capitalização das debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A., ambas decorrentes do processo de reorganização societária da Companhia que aconteceu em dezembro de 2019. Também impactaram a quitação das linhas de leasing da Companhia no início de 2020. Outro impacto observado na queda das despesas financeiras, mas em uma magnitude menor, foi o impacto da variação cambial competência e caixa. Já a participação percentual do resultado financeiro na receita operacional líquida também teve impacto, além da queda dos valores absolutos destacados acima, da alta na receita operacional líquida de 196,91%, fruto do aumento dos negócios, mas sobretudo do impacto da reorganização societária ocorrido em dezembro de 2019, conforme já explicado acima.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$17.475 mil comparativamente a R$986 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$16.489 mil ou 1.672,3% conforme os fatores mencionados

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

acima. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios do segmento de CPaaS-IoT e à incorporação das operações internacionais por parte da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$2.661 mil comparativamente a R$1.511 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$1.150 mil ou 76,11%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou -0,50% e -0,84% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à natureza operacional da Companhia, representado pela incorporação das operações internacionais e pelo crescimento dos segmentos de CPaaS, mas também por um desempenho melhor do resultado líquido financeiro.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$16.486 mil comparativamente a R$8.520 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$7.966 mil ou 93,50%. Imposto de renda e contribuição social representou 3,09% e 4,74% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento absoluto é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios do segmento CPaaS-IoT que passaram a gerar base tributável positiva em 2020, sobretudo nas empresas Datora Mobile Telecomunicações S.A., VDF Tecnologia da Informação Ltda. e Datora Participações e Serviços S.A., o que permitiu o reconhecimento de valores adicionais de IR diferido.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$31.300 mil comparativamente a R$7.995 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$23.305 mil ou 291,49%, conforme os fatores mencionados acima. O lucro líquido do exercício representou 5,86% e 4,44% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a fatores de natureza operacional, financeira e fiscal, conforme exposto acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita operacional líquida	**179.906**	**100,00%**	**121.326**	**100,00%**	**48,28%**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(123.806)	(68,82%)	(85.646)	(70,59%)	44,56%
Depreciação e amortização	(7.603)	(4,23%)	(5.570)	(4,59%)	36,50%
Lucro bruto	**48.497**	**26,96%**	**30.110**	**24,82%**	**61,07%**
Receitas (despesas) operacionais	**(38.683)**	**(21,50%)**	**(31.140)**	**(25,67%)**	**24,22%**
Despesas com vendas	(3.329)	(1,85%)	(4.606)	(3,80%)	(27,72%)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.755)	(1,53%)	(1.528)	(1,26%)	80,30%
Gerais e administrativas	(32.646)	(18,15%)	(21.891)	(18,04%)	49,13%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	47	0,03%	(3.115)	(2,57%)	(101,51%)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	**9.814**	**5,46%**	**(1.030)**	**(0,85%)**	**(1.052,82%)**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Resultado financeiro líquido	**(8.828)**	**(4,91%)**	**(14.711)**	**(12,13%)**	**(39,99%)**
Receitas financeiras	5.504	3,06%	11.165	9,20%	(50,70%)
Despesas financeiras	(14.332)	(7,97%)	(25.876)	(21,33%)	(44,61%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**986**	**0,55%**	**(15.741)**	**(12,97%)**	**(106,26%)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.511)	(0,84%)	(967)	(0,80%)	56,26%
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.520	4,74%	4.654	3,84%	83,07%
Lucro líquido do exercício	**7.995**	**4,44%**	**(12.054)**	**(9,94%)**	**(166,33%)**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$179.906 mil comparativamente a R$121.326 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$58.580 mil ou 48,28%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do segmento VoIP, impactado pela incorporação de 1 mês dos resultados das operações internacionais na Companhia decorrentes da reorganização societária que aconteceu em dezembro de 2019 e do CPaaS-IoT. O Segmento VoIP cresceu R$34.191mil ou 52,7% e o segmento CPaaS-IoT cresceu R$15.826mil ou 56,1%.

Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$123.806 mil comparativamente a R$85.646 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$38.160 mil ou 44,56%. O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas representou 68,82% em 31 de dezembro de 2019 versus 70,59% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução na participação dos custos na receita operacional líquida é atribuída substancialmente ao aumento da participação do segmento CPaaS-IoT nos resultados totais da Companhia. O valor absoluto, contudo, tem sua alta atribuída ao crescimento do segmento VoIP e do CPaaS-IoT, bem como pela incorporação de 1 mês das operações internacionais da Companhia decorrentes da reorganização societária, que afetou os segmentos VoIP e OTT.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$48.497 mil comparativamente a R$30.110 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$18.387 mil ou 61,07%. O lucro bruto representou 26,96% da receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 24,82% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento nos valores absolutos e percentuais é atribuído substancialmente ao crescimento dos resultados do CPaaS-IoT, que atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019 e em menor escala ao segmento VoIP.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$38.683 mil comparativamente a R$31.140 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$7.543 mil ou 25,67%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios e consequente da alta no quadro de colaboradores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos

O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$9.841 mil comparativamente a um prejuízo de R$1.030 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$10.844 mil ou 1.052,82%, conforme os fatores mencionados acima. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos resultados do CPaaS-IoT, que atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$8.828 mil comparativamente a R$14.711 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma queda de R$5.883 mil ou 39,99%. Esta redução é atribuída substancialmente aos menores impactos de variação cambial de caixa e competência na receita e na despesa financeira em 2019, o que compensou a alta nos juros bancários decorrentes da emissão das debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$986 mil comparativamente a um prejuízo de R$15.741 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma alta de R$16.727 mil ou 106,26%, conforme os fatores mencionados acima.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.511 mil comparativamente a R$967 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma alta de R$544 mil ou 56,26%. Este aumento é atribuído substancialmente às melhoras operacionais destacadas acima, bem como às melhorias observadas de natureza financeira.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$8.520 mil comparativamente a R$4.654 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$3.866 mil ou 83,07%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos resultados do CPaaS-IoT, que atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019, gerando, desta forma, base tributável de IR/CSLL oriunda da operação e, assim, permitindo o reconhecimento de IR diferido.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$7.995 mil comparativamente a um prejuízo de R$12.054 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$20.049 mil ou 166,33%, conforme os fatores mencionados acima. Este aumento é atribuído substancialmente às melhorias de natureza operacional, financeira e fiscal, conforme observado acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	23.001	10,37%	22.140	11,50%	3,89%
Contas a receber	96.806	43,63%	74.592	38,75%	29,78%
Estoques	1.959	0,88%	858	0,45%	128,32%
Tributos a recuperar	7.690	3,47%	2.878	1,50%	167,20%
Despesas antecipadas	2.434	1,10%	2.785	1,45%	(12,60%)
Outros ativos	1.873	0,84%	195	0,10%	860,51%
Total do ativo circulante	**133.763**	**60,28%**	**103.448**	**53,74%**	**29,30%**
Não circulante					
Tributos diferidos	30.582	13,78%	31.893	16,57%	(4,11%)
Tributos a recuperar	419	0,19%	423	0,22%	(0,71%)
Despesas antecipadas	3.586	1,62%	3.592	1,87%	(0,17%)
Outros ativos	-	0,00%	50	0,03%	(100,00%)
Imobilizado	17.124	7,72%	15.635	8,12%	9,52%
Intangível	36.420	16,41%	37.440	19,45%	(2,72%)
Total do ativo não circulante	**88.131**	**39,72%**	**89.033**	**46,26%**	**(1,01%)**
Total do ativo	**221.894**	**100,00%**	**192.481**	**100,00%**	**15,28%**

(em R$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Passivo Circulante					
Fornecedores	101.055	45,54%	79.766	41,44%	26,69%
Empréstimos e financiamentos	5.548	2,50%	3.543	1,84%	56,59%
Passivo de arrendamento	1.475	0,66%	1.307	0,68%	12,85%
Obrigações trabalhistas e tributárias	15.631	7,04%	18.610	9,67%	(16,01%)
Adiantamento de clientes	2.573	1,16%	972	0,50%	164,71%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7.171	3,23%	6.459	3,36%	11,02%
Outros passivos	91	0,04%	1.324	0,69%	(93,13%)
Total do passivo circulante	**133.544**	**60,18%**	**111.981**	**58,18%**	**19,26%**
Passivo Não Circulante					
Fornecedores	2.879	1,30%	4.401	2,29%	(34,58%)
Passivo de arrendamento	2.947	1,33%	1.957	1,02%	50,59%
Empréstimos e financiamentos	16.453	7,41%	10.249	5,32%	60,53%
Provisões para demandas judiciais	682	0,31%	2.736	1,42%	(75,07%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	30/06/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Adiantamento de clientes	3.651	1,65%	3.858	2,00%	(5,37%)
Obrigações tributárias	4.600	2,07%	3.759	1,95%	22,37%
Outros passivos	770	0,35%	430	0,22%	79,07%
Total do passivo não circulante	**31.982**	**14,41%**	**27.390**	**14,23%**	**16,77%**
Patrimônio líquido					
Capital social	38.855	17,51%	38.855	20,19%	0,00%
Reservas de capital	(7.135)	(3,22%)	(7.135)	(3,71%)	0,00%
Reservas de lucro	11.544	5,20%	21.544	11,19%	(46,42%)
Lucro do exercício	13.710	6,18%	-	0,00%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	(606)	(0,27%)	(154)	(0,08%)	293,51%
Total do patrimônio líquido	**56.368**	**25,40%**	**53.110**	**27,59%**	**6,13%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**221.894**	**100,00%**	**192.481**	**100,00%**	**15,28%**

Ativo circulante

O ativo circulante era de R$133.763 mil em 30 de junho de 2021, em comparação com R$103.448 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 60,28% em 30 de junho de 2021 e 53,74% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$30.315 mil ou 29,30%, decorreu principalmente do contas a receber impactado pelo crescimento dos negócios em todos os segmentos, mas também pelo real mais desvalorizado em 2021 frente a 2020, gerando um maior impacto do contas a receber das operações internacionais do grupo. Também geraram impactos o aumento da conta estoque, em virtude da alta nos volumes de venda do CpaaS-IoT e a alta nos impostos a recuperar, cuja contrapartida se encontra no passivo em imposto de renda e contribuição social a pagar, efeito este decorrente do sistema de pagamento de IR/CSLL por estimativa mensal com apuração final ao fim do exercício.

Ativo não circulante

O ativo não circulante era de R$88.131 mil em 30 de junho de 2021, em comparação com R$89.033 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 39,72% em 30 de junho de 2021 e 46,26% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução de R$902 mil ou 1,0%, decorreu principalmente da redução do ativo fiscal diferido pelo seu uso em virtude de bases positivas de IR/CSLL em 2021. Destaque também para a alta do ativo imobilizado com os investimentos no core da rede de voz e IoT, mas com impacto reduzido por um menor reconhecimento de ativos intangíveis e desta forma, uma queda nesta rubrica em virtude da amortização.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$133.544 mil em 30 de junho de 2021, em comparação com R$111.981 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 60,18% em 30 de junho de 2021 e 58,18% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$21.563 mil ou 19,26%, decorreu principalmente do aumento do contas a pagar, fornecedores, reflexo da alta dos negócios em todos os segmentos, mas também pela valorização da moeda americana frente ao real que aumenta o peso das operações internacionais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

no consolidado da Companhia. Outros fatores de impacto foram a alta nos empréstimos e financiamentos decorrentes do aumento de vencimentos no curto prazo e a alta da conta adiantamento a clientes, que é decorrente de operações pré-pagas com clientes internacionais do segmento VoIP. Em movimento contrário, observamos a queda nas obrigações trabalhistas resultado do pagamento de PPR (Programa de Participação nos Resultados) da competência de 2020 e a queda dos impostos a recolher referente à reversão do FISTEL anuidade base 2020 no valor de R$2.121mil, decorrente da lei de desoneração do FISTEL para dispositivos de IoT.

Passivo não circulante

O passivo não circulante era de R$31.982 mil em 30 de junho de 2021, em comparação com R$27.390 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 14,41% em 30 de junho de 2021 frente a 14,23% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$4.592 mil ou 16,77%, decorreu principalmente do aumento da linha de empréstimos e financiamentos de longo prazo puxada pela 1ª tranche da linha de financiamento obtida através da FINEP. Em sentido contrário, reduzindo o impacto do aumento, destaca-se a queda de fornecedores de longo prazo decorrente do vencimento de contas a pagar relativas à investimentos no longo prazo que passaram para o curto e a queda na conta provisão para contingências, fruto do estorno da contingência de IR sobre pagamentos ao exterior da Datora Mobile Telecomunicações S.A. em 2021 no valor de R$2.153 mil.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era de R$56.368 mil em 30 de junho de 2021, em comparação com R$53.110 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 25,40% em 30 de junho de 2021 e 27,59% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$3.258 mil ou 6,13%, decorreu principalmente dos lucros realizados no período. Já a queda da participação do patrimônio líquido em relação ao passivo total mais patrimônio líquido, se deu devido ao direcionamento de parte da reserva de lucro para o pagamento de dividendos, que foi contrabalanceada pelo aumento dos lucros do exercício, mas em menor grau do que o aumento do passivo, puxado sobretudo pela alta dos negócios com impacto na conta fornecedores e pela alta dos empréstimos e financiamentos, fruto de captações realizadas junto a FINEP para financiamento do plano estratégico da Companhia.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	22.140	11,50%	8.279	5,53%	167,42%
Contas a receber	74.592	38,75%	65.131	43,50%	14,53%
Estoques	858	0,45%	400	0,27%	114,50%
Despesas antecipadas	2.785	1,45%	1.764	1,18%	57,88%
Tributos a recuperar	2.878	1,50%	1.388	0,93%	107,35%
Outros ativos	195	0,10%	749	0,50%	(73,97%)
Total do ativo circulante	**103.448**	**53,74%**	**77.711**	**51,90%**	**33,12%**
Não circulante					
Tributos diferidos	31.893	16,57%	15.407	10,29%	107,00%
Tributos a recuperar	423	0,22%	135	0,09%	213,33%
Despesas antecipadas	3.592	1,87%	2.944	1,97%	22,01%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Outros ativos	50	0,03%	48	0,03%	4,17%
Imobilizado	15.635	8,12%	15.863	10,59%	(1,44%)
Intangível	37.440	19,45%	37.634	25,13%	(0,52%)
Total do ativo não circulante	**89.033**	**46,26%**	**72.031**	**48,10%**	**23,60%**
Total do ativo	**192.481**	**100,00%**	**149.742**	**100,00%**	**28,54%**

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Passivo Circulante					
Fornecedores	79.766	41,44%	67.456	45,05%	18,25%
Empréstimos e financiamentos	3.543	1,84%	2.510	1,68%	41,16%
Passivo de arrendamento	1.307	0,68%	1.744	1,16%	(25,06%)
Obrigações trabalhistas e tributárias	18.610	9,67%	14.488	9,68%	28,45%
Adiantamento de clientes	972	0,50%	2.463	1,64%	(60,54%)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.459	3,36%	5.995	4,00%	7,74%
Outros passivos	1.324	0,69%	-	0,00%	0,00%
Total do passivo circulante	**111.981**	**58,18%**	**94.656**	**63,21%**	**18,30%**
Passivo Não Circulante					
Fornecedores	4.401	2,29%	3.745	2,50%	17,52%
Passivo de arrendamento	1.957	1,02%	2.619	1,75%	(25,28%)
Empréstimos e financiamentos	10.249	5,32%	5.067	3,38%	102,27%
Provisões para demandas judiciais	2.736	1,42%	4.137	2,76%	(33,87%)
Adiantamento de clientes	3.858	2,00%	4.445	2,97%	(13,21%)
Obrigações tributárias	3.759	1,95%	3.983	2,66%	(5,62%)
Outros passivos	430	0,22%	-	0,00%	0,00%
Total do passivo não circulante	**27.390**	**14,23%**	**23.996**	**16,02%**	**14,14%**
Patrimônio líquido					
Capital social	38.855	20,19%	87.142	58,19%	(55,41%)
Reservas de capital	(7.135)	(3,71%)	(6.655)	(4,44%)	7,21%
Reservas de lucro	21.544	11,19%	-	0,00%	0,00%
Prejuízos acumulados	-	0,00%	(53.596)	(35,79%)	(100,00%)
Lucro do exercício	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	(154)	-0,08%	474	0,32%	(132,49%)
Transações com acionistas controladores e não controladores	-	0,00%	3.725	2,49%	(100,00%)
Variação Cambial	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	**53.110**	**27,59%**	**31.090**	**20,76%**	**70,83%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**192.481**	**100,00%**	**149.742**	**100,00%**	**28,54%**

Ativo circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O ativo circulante era de R$103.448 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$77.711 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 53,74% em 31 de dezembro de 2020 e 51,90% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$25.737 mil ou 33,12%, decorreu principalmente do aumento do caixa oriundo do resultado das operações do grupo e da alta do contas a receber, fruto do aumento do volume de negócios observados na alta da receita.

Ativo não circulante

O ativo não circulante era de R$89.033 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$72.031 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 46,26% em 31 de dezembro de 2020 e 48,10% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$17.002 mil ou 23,60%, decorreu principalmente do reconhecimento do ativo fiscal diferido em 2020, oriundo do IR diferido.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$111.981 mil em 31 de dezembro de 2020 versus R$94.656 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 58,18% em 31 de dezembro de 2020 e 63,21% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$17.325 mil ou 18,30%, decorreu principalmente do aumento do contas a pagar, fornecedores, fruto do aumento dos negócios da Companhia representado pelo aumento da sua receita operacional líquida. Também impactaram a alta o aumento das obrigações trabalhistas, fruto do aumento da provisão de PPR (Programa de Participação nos Resultados), como também a linha empréstimos e financiamentos, fruto do aumento de prestações a vencer no curto prazo. A conta impostos a recolher também sofreu alta, fruto da provisão para pagamento da anuidade do FISTEL do segmento de CPaaS-IoT, que, contudo, foi revertido em 2021, conforme abordado na análise 30 de junho de 2021 versus 30 de dezembro de 2020.

Passivo não circulante

O passivo não circulante era de R$27.390 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$23.996 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 14,23% em 31 de dezembro de 2020 e 16,02% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$3.394 mil ou 14,14%, decorreu principalmente do aumento da conta de empréstimos e financiamentos, fruto do aumento do endividamento em 2020 provocado por uma ação de fortalecimento do caixa em março de 2020 em virtude das incertezas da COVID 19, mas também devido a renegociações de linhas em vigor na época, devido a melhores prazos e taxas, oferecidos através de linhas subsidiadas pelo governo para enfrentamento à pandemia, mas operadas por bancos privados, que permitiram o alongamento dos prazos e, desta forma, impactaram o passivo não circulante. Por outro lado, contribuiu para uma alta menor, a conta provisão para contingências, que em 2020 teve a reversão da contingência de IR sobre pagamentos ao exterior da Datora Mobile Telecomunicações S.A. no valor de R$1.546 mil.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era de R$53.110 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$31.090 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 27,59% em 31 de dezembro de 2020 e 20,76% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$22.020 mil ou 70,83%, decorreu principalmente do aumento dos resultados de natureza operacional e financeira, que foram ainda mais impulsionados pelo resultado de natureza fiscal através do reconhecimento do IR diferido, todos, contudo, impactando a conta de reserva de lucros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.279	5,53%	7.212	8,32%	14,79%
Contas a receber	65.131	43,50%	23.056	26,59%	182,49%
Estoques	400	0,27%	569	0,66%	(29,70%)
Tributos a recuperar	1.388	0,93%	1.307	1,51%	6,20%
Despesas antecipadas	1.764	1,18%	-	0,00%	0,00%
Outros ativos	749	0,50%	2.591	2,99%	(71,09%)
Total do ativo circulante	**77.711**	**51,90%**	**34.735**	**40,06%**	**123,73%**
Não circulante					
Tributos diferidos	15.407	10,29%	6.200	7,15%	148,50%
Tributos a recuperar	135	0,09%	73	0,08%	84,93%
Despesas antecipadas	2.944	1,97%	-	0,00%	0,00%
Outros ativos	48	0,03%	33	0,00%	45,5%
Imobilizado	15.863	10,59%	10.541	12,16%	50,49%
Intangível	37.634	25,13%	35.135	40,52%	7,11%
Total do ativo não circulante	**72.031**	**48,10%**	**51.982**	**59,94%**	**38,57%**
Total do ativo	**149.742**	**100,00%**	**86.717**	**100,00%**	**72,68%**

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Passivo Circulante					
Fornecedores	67.456	45,05%	20.139	23,22%	234,95%
Empréstimos e financiamentos	2.510	1,68%	9.797	11,30%	(74,38%)
Passivo de arrendamento	1.744	1,16%	-	0,00%	0,00%
Obrigações trabalhistas e tributárias	14.488	9,68%	8.774	10,12%	65,12%
Adiantamento de clientes	2.463	1,64%	5.575	6,43%	(55,82%)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	5.995	4,00%	580	0,67%	933,62%
Outros passivos	-	0,00%	3.893	4,49%	(100,00%)
Total do passivo circulante	**94.656**	**63,21%**	**48.758**	**56,23%**	**94,13%**
Passivo Não Circulante					
Fornecedores	3.745	2,50%	37.024	42,70%	(89,88%)
Passivo de arrendamento	2.619	1,75%	-	0,00%	0,00%
Empréstimos e financiamentos	5.067	3,38%	37.470	43,21%	(86,48%)
Provisões para demandas judiciais	4.137	2,76%	4.492	5,18%	(7,90%)
Adiantamento de clientes	4.445	2,97%	-	0,00%	0,00%
Obrigações tributárias	3.983	2,66%	-	0,00%	0,00%
Total do passivo não circulante	**23.996**	**16,02%**	**78.986**	**91,09%**	**(69,62%)**
Patrimônio líquido					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Capital social	87.142	58,19%	185	0,21%	47.003,78%
Reservas de capital	(6.655)	(4,44%)	99	0,11%	(6.822,22%)
Reservas de lucro	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Prejuízos acumulados	(53.596)	(35,79%)	(62.920)	(72,56%)	(14,82%)
Ajuste de avaliação patrimonial	474	0,32%	-	0,00%	0,00%
Transações com acionistas controladores e não controladores	3.725	2,49%	20.902	24,10%	(82,18%)
Variação Cambial	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	**31.090**	**20,76%**	**(41.734)**	**(48,13%)**	**(174,50%)**
Participação de acionistas não controladores	-	0,00%	707	0,82%	(100,00%)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**149.742**	**100,00%**	**86.717**	**100,00%**	**72,68%**

Ativo circulante

O ativo circulante era de R$77.711 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$34.735 em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$42.976 mil ou 123,73%, decorreu principalmente da reorganização societária da Companhia que aconteceu em dezembro de 2019. Com a reorganização, a Companhia passou a consolidar os resultados das operações internacionais da NGN Sweden Communications e da NGN Latam, que em 2018 não faziam parte da Companhia em seus resultados consolidados. Com a reorganização, o ativo circulante teve suas contas a receber impactadas pelas operações internacionais, que sofreram forte alta frente a 2018. Outro item de destaque foi a compra de capacidade dedicada em 2019 em relação à venda para o cliente China Mobile. O IRU (*Irrefusable Rights of Use*), nome da capacidade vendida, compreendeu uma venda à vista para o uso da capacidade por 10 anos. Esta venda impactou não apenas o curto prazo, mas também o longo prazo da conta despesas antecipadas e teve sua contrapartida no passivo de curto prazo e longo prazo na conta adiantamento de clientes.

Ativo não circulante

O ativo não circulante era de R$72.031 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R$51.982 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$20.049 mil ou 38,57%, decorreu principalmente do reconhecimento do ativo de arrendamento e da alta da conta de despesas antecipadas (adiantamento a fornecedores), conforme explicado acima. Também impactou o ativo não circulante a reorganização societária da Companhia, que aconteceu em dezembro de 2019. Com a reorganização a Companhia passou a consolidar os resultados das operações internacionais da NGN Sweden Communications e da NGN Latam, que em 2018 não faziam parte da Companhia em seus resultados consolidados.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$94.656 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$48.758 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 63,21% em 31 de dezembro de 2019 e 56,23% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$45.898 mil ou 94,13%, decorreu principalmente da reorganização societária da Companhia que aconteceu em dezembro de 2019. Com a reorganização, a Companhia passou a consolidar os resultados das operações internacionais da NGN Sweden Communications e da NGN Latam, que em 2018 não faziam parte da Companhia em seus resultados consolidados. Este movimento trouxe impacto para a conta Fornecedores, que

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

experimentou forte aumento em virtude do volume dos negócios das operações internacionais da Companhia. Além dos fornecedores, destaque para a queda na linha de empréstimos e financiamentos que teve a dívida com as debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A. aportadas, também fruto da reorganização societária e que reduziu o efeito da alta observada. Por outro lado, observou-se a alta na conta de dividendos a pagar, fruto da melhoria dos negócios observadas em 2019.

Passivo não circulante

O passivo não circulante era de R$23.996 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$78.986 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 16,02% em 31 de dezembro de 2019 e 91,08% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$54.990 mil ou 69,62%, decorreu principalmente da reorganização societária da Companhia, que previa o aporte das dívidas da Datora Telecomunicações Ltda. junto ao Morgan Stanley e as debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A., impactando as linhas de empréstimos e financiamentos. Também decorrente da reorganização, o passivo operacional (que se encontrava na conta fornecedores) com uma das empresas do Grupo, NGN Espanha, foi assumido pela holding T&T e como esta empresa na Espanha não foi incorporada pela Datora Participações e Serviços Ltda., tivermos queda do valor nesta conta patrimonial. Na parte fornecedores, destaque também para a compra de equipamentos de infraestrutura junto ao fornecedor China Mobile, que foram usadas para locação com o cliente Fortel, que mitigam a queda apontada.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era de R$31.090 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$41.027 mil negativos em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$72.117 mil ou 175,78%, decorreu principalmente da reorganização societária da Companhia, que previa o aporte das dívidas (capitalização) da Datora Telecomunicações Ltda. junto ao Morgan Stanley e as debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A., impactando as linhas de empréstimos e financiamentos, bem como o aporte do passivo operacional em nome da holding T&T, credora da Datora Participações e Serviços S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(em R$ mil, exceto %)	30/06/2021	30/06/2020	AH
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	9.518	5.970	59,43%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.539)	(852)	315,38%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(3.789)	2.351	(261,17%)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$9.518 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R$5.970 mil no período findo em 30 de junho de 2020, representando uma variação de R$3.548 mil ou 59,43%. Esse aumento no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificado, principalmente, pelo aumento dos negócios em todos os segmentos. Cabe destacar, contudo, que atrasos nos pagamentos de fornecedores no

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

final de 2020, antecipação dos pagamentos de VoIP da TIM esperado para 2021, mas realizado em 2020, pagamento de obrigações de 2020 em 2021 realizados em atraso e a liquidação do parcelamento da OI Telemar em 2021, impactaram negativamente o caixa operacional em 2021.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$3.539 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R$852 mil no mesmo período de 2020. Esse aumento de R$2.687 mil, ou 315,38%, deve-se, principalmente, ao início da saída de caixa em relação à ampliação do core de rede da Datora Mobile Telecomunicações S.A. junto ao fornecedor ZTE via China Mobile, e às saídas de caixa relacionadas aos investimentos associados aos serviços de locação e equipamentos que a Companhia opera junto ao cliente Fortel, bem como ao início das saídas referentes ao fornecedor JPU associados aos investimentos Core Redundante Móvel.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento totalizou R$3.789 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R$2.351 mil gerado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Essa redução de R$6.140 mil ou 261,17%, deve-se, principalmente, a um volume maior de pagamento aos acionistas, que teve seu efeito amortecido por uma maior captação de recursos via empréstimo em 2021, em virtude da 1ª tranche da linha FINEP.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	31/12/2019	AH
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	21.312	12.750	67,15%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.331)	(3.343)	59,47%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(3.509)	(7.908)	(55,63%)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$21.312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acima dos R$12.750 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R$8.562 mil ou 67,15%. Esse aumento no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificado, principalmente pelo aumento substancial dos negócios no segmento de CPaaS-IoT, que a partir de 2019, passaram a ser geradores de caixa após atingirem o breakeven de resultados contra custos e despesas, e pela reorganização societária, que incorporou ao resultado da Companhia as operações das empresas NGN Sweden Communications e NGN LATAM, que em 2019 tiveram apenas um mês incorporados aos resultados totais da Companhia.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$5.331 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$3.343 mil no mesmo exercício de 2019. Esse aumento de R$1.988 mil, ou 59,47%, deve-se, principalmente, às saídas de caixa referentes aos equipamentos de infra financiados via China Mobile e utilizados para locação para o cliente Fortel. As primeiras saídas de caixa da ampliação do core de rede de IoT junto ao fornecedor ZTE também impactaram esta alta.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento totalizou R$3.509 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$7.908 mil no exercício social findo em 31 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2019. Essa redução de R$4.399 mil, ou 55,63%, deve-se, principalmente, ao aumento das captações de recursos via dívida bancária que foram em maior volume que o pagamento de empréstimos e o pagamento de dividendos, este último com forte aumento no período.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	31/12/2018	AH
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	12.750	4.807	165,24%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.343)	1.287	(359,75%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(7.908)	(3.972)	99,09%

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$12.750 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$4.807 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R$7.943 mil ou 165,24%. Esse aumento no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificado, principalmente, pelo aumento substancial dos negócios no segmento de CPaaS-IoT, que a partir de 2019, passaram a ser geradores de caixa após atingirem o breakeven de resultados contra custos e despesas

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$3.343 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$1.287 mil aplicados no mesmo exercício de 2018. Essa redução de R$4.630 mil, ou 359,75% na utilização de caixa para investimento deve-se, principalmente, a reversão de valores em investimento em título mobiliários em 2018 que foram liberados com a quitação da carta fiança dada em garantia a uma linha FINEP da Datora Mobile Telecomunicações S.A. que tinha como garantia caixa aplicado. Esta reversão gerou caixa positivo das atividades de investimento em 2018, uma vez que foi maior do que os investimentos realizados. Já em 2019, destaque para a alta em nos investimentos no datacenter, incluindo benfeitorias no imóvel e na ampliação de despesas associadas à investimentos em intangível.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento totalizou R$7.908 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$3.972 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$3.936 mil, ou 99,09%, deve-se, principalmente, a um fluxo maior de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e ativos de arrendamento, que foram constituídos em 2019, como também por uma queda no fluxo de captação de recursos via dívida bancária.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é obtida através da prestação de serviços em quatro segmentos distintos em que a Companhia opera. O segmento mais antigo é o segmento de VoIP, no qual através da tecnologia de Voz sobre IP (internet protocol), a Companhia oferece serviços de transporte de tráfego de voz nacional e internacional para empresas no Brasil e no exterior. Ainda no negócio de VoIP, a Companhia oferece também porta IP em POPs (*Point of Presence* – espaços técnicos para instalação e operação de equipamentos/serviços) internacionais para grandes operadoras brasileiras, como o Grupo Claro e a OI.

Já no segmento de CPaaS-IoT, o segundo maior em receita, mas o maior em crescimento absoluto e percentual ao longo dos anos, a Companhia oferece serviços de conectividade e gestão da conectividade através de seus SIM Cards. Neste modelo, em determinados casos, a Companhia avança na cadeia IoT e, além da conectividade e gestão de SIM Cards, oferece também *devices* e soluções finais para o cliente final. Neste segmento, se destaca a atuação da Companhia nas verticais automotivas, financeira e de segurança, bem como o eminente crescimento na vertical de Agro. Na vertical financeira, a empresa oferece seus serviços para máquinas POS, máquinas de banco 24 horas etc. Já na vertical automotiva, além de serviços para rastreamento de veículos automotivos e frotas, a empresa oferece serviços para a conectividade dos carros, como internet, voz etc. Na vertical de segurança, destaca-se os serviços de conectividade e gestão de conectividade para câmeras e dispositivos de segurança. Em todos estes casos, além da conectividade e a gestão da conectividade, a Companhia oferece com recursos próprios SMS (*short message services*), voz e devices, como é caso dos rastreadores para motos. Ainda no IoT, a Companhia também oferece soluções de banda larga junto com os devices de modem para atividades de IoT que exigem maior consumo de banda.

Outro segmento importante para a Companhia é o CPaaS-Geral, onde se enquadram as atividades de suporte para pequenas e médias empresas no Brasil. Neste segmento, a Companhia oferece uma camada de serviços de telecomunicações suportados pela estrutura de rede VoIP, como transporte de tráfego, numeração especial (0800, 3003, 4004 etc.), numeração fixa e móvel, dentre outras, que é enriquecida por uma camada extensa de serviços de tecnologia da informação, como plataforma de billing e aprovisionamento, serviço antifraude, serviço de gestão de chamadas simultâneas, sistema preditivo de detecção e falhas no número. Neste segmento, destaca-se também a oferta MVNE da Companhia para ISPs (Internet Service Providers) e redes de varejo. Até o momento, a Companhia detém 13 contratos firmados com ISPs e redes de varejo, onde oferecerá uma estrutura 100% White Label, permitindo aos seus clientes reproduzirem junto aos seus clientes finais ofertas de telefonia móvel, voz e dados, telefonia fixa e IoT.

Por último, temos o CPaaS-OTT, segmento onde a Companhia oferece numeração fixa e móvel, bem como números especiais, transporte e terminação e tráfego e SMS para empresas que atuam no mercado de aplicativos e necessitam destes serviços no mercado brasileiro. O serviço possui relevância para estes aplicativos, pois faz o papel de autenticador do usuário final, evitando fraudes, bem como viabiliza sua operação no mercado.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Segue abaixo a segregação da receita líquida da Companhia por serviço com relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(Em R$ mil)	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Serviços	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	243.006	446.432	108.517	69.549
M2M	17.764	46.009	45.538	29.363
Serviço técnico e uso de plataforma	13.419	41.396	25.928	21.350
Serviço de telecomunicações	10.633	1.896	824	2.721
SMS	5.100	7.213	6.119	3.039
Serviço de infraestrutura em telecomunicações	1.245	4.732	4.652	589
Colocation	448	1.373	213	3.174
Outras receitas	917	3.408	1.766	78
Receita Bruta	**292.532**	**552.460**	**193.557**	**129.863**
Impostos e deduções	**(9.810)**	**(18.300)**	**(13.651)**	**(8.537)**
Receita Líquida dos serviços	**282.722**	**534.160**	**179.906**	**121.326**

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Apesar do cenário adverso da pandemia de COVID-19, a Companhia conseguiu demonstrar resiliência de resultado operacional devido ao acompanhamento do resultado de cada contrato com firme atuação da liderança corporativa na gestão de custos e despesas.

A Companhia considera que a melhoria do ambiente de negócios no País é um fator importante para seu crescimento orgânico, portanto, indicadores macroeconômicos como PIB, inflação, taxa de juros e nível de desemprego influenciam a expansão dos negócios. Apesar da volatilidade observada na taxa de inflação e no câmbio nos meses recentes, a Companhia entende que estes indicadores voltarão a normalidade entre 2021 e 2022.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos entre a Companhia e seus clientes são reajustados, em sua maioria, pela inflação medida pelo IPCA no segmento de CPaaS-IoT. Já na linha de CPaaS e VoIP para clientes no Brasil seguem a movimentação de mercado que possuem como referência as tarifas de interconexão estipuladas pela ANATEL, que desde 2020 vem apontando alta nos valores, o que se reflete no mercado e, desta forma, nos preços da Companhia junto aos seus clientes.

Em contrapartida, os custos ligados a prestação dos serviços possuem reajustes definidos em contrato, alguns de natureza semelhante aos clientes, como o CPaaS-IoT e outros seguem definições de preços regulados pela ANATEL, como o CPaaS e VoIP para clientes no Brasil.

Contudo, parte dos custos de receitas em reais, possui componentes em dólar e, desta forma, sofrem com oscilações cambiais. Nesta categoria, destacamos o segmento VoIP e o segmento CPaaS-IoT, o primeiro com custos associados aos serviços de tráfego de voz, Porta IP e plataformas operacionais e o segundo com custos associados à SIM Cards, roaming internacional e plataformas operacionais. Em todos estes casos, a Companhia, de modo a proteger a sua margem, faz hedge dos pagamentos internacionais, retirando assim o efeito de imprevisibilidade do câmbio.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Na parte das despesas e custos fixos, aquelas em moeda em real possuem reajustes associados a inflação, seja IPCA ou IPCM, como reajustes salariais, materiais e locações

Na maioria das vezes, a receita mensal segue um valor contratado pelo cliente, contudo, existe a possibilidade de aumento ou redução do escopo contratual a qualquer tempo, tornando ainda mais importante e percepção de qualidade e a relação com tomador do serviço.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Assim como citado no item (b) acima, os reajustes de receita e custo possuem *hegde* natural, pois ambos são reajustados pela inflação no caso do CPaaS-IoT. Nos demais segmentos, há uma flutuação natural de preços associadas aos custos, com as tarifas de interconexão definidas pela ANATEL atuando como um proxy destas variações.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou nos últimos três exercícios sociais, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Com exceção dos impactos provocados pela COVID-19 nos resultados da Companhia, tal como detalhado no item 10.9 deste Formulário de Referência, os Diretores da Companhia informam que não houve no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou nos últimos três exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas, sendo que as políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas nas demonstrações financeiras nos últimos três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Houve adoção inicial de novas normas e interpretações contábeis revisadas detalhadas a seguir, as quais não geram efeitos no resultado da Companhia:

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico contábil CPC 48 (IFRS 9) é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (impairment), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

O CPC 48 (IFRS 9) contém três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros mensurados: (i) ao Custo Amortizado; (ii) ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e (iii) ao Valor Justo por meio do Resultado (VLR). As premissas para classificação são geralmente baseadas no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixas contratuais. O CPC 48 (IFRS 9) elimina as categorias existentes na CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 (IFRS 9) não produziu impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas, exceto quanto a classificação dos instrumentos financeiros.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38, por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Como resultado da implementação do CPC 48 (IFRS 9), a Companhia e suas controladas adotaram as premissas necessárias, identificando os ativos sujeitos à perda de crédito, no caso, o saldo de contas a receber de clientes, segregando os saldos de clientes por tipo de contrato na data de fechamento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, avaliando o risco de inadimplência (aumento significativo no risco de crédito), baseado no histórico dos últimos anos, definindo estágios de risco de inadimplência e como constituíamos a Provisão para Perdas de Créditos Esperadas, que a Administração julga que está linha com o modelo de “perdas incorridas” anteriormente adotado, assim a aplicação da norma não trouxe impactos significativos nas políticas anteriormente adotadas, exceto quanto a divulgação em linha separada na demonstração do resultado do exercício.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

De acordo com o CPC 47 (IFRS 15), as empresas deverão identificar as entregas em contratos com clientes que se qualifiquem como "obrigações de desempenho" separadas, conforme a natureza dos contratos individuais, sendo que a receita só poderá ser contabilmente reconhecia quando a obrigação contratual for cumprida junto ao cliente.

As receitas compreendem o valor total de minutos transacionados pela plataforma, serviços de uso de plataforma, serviço de prestação números especiais e numeração fixa, venda de telefonia e internet residencial, bem como rede e internet, a receita total de serviços, reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

A Companhia e suas controladas realizaram uma revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que possam ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita à medida que satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente. O ativo foi considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente, sendo que a contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos. O preço de venda individual foi definido internamente pela Companhia e suas controladas e pode ser baseado em preços regulados, lista de preços considerando o custo mais margem e preço de venda individual da Companhia e suas controladas ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com circunstâncias similares.

Dessa forma, a adoção da nova norma de receita não trouxe impacto sobre o reconhecimento das receitas com a prestação de serviço de telefonia fixa, sendo reconhecidas ao resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço foi prestado mensalmente.

CPC 06 (R2) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

Na transição para o CPC 06 (R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O Grupo arrenda principalmente imóveis e circuitos de capacidade de links e telefonia. Anteriormente o Grupo classificava os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerente à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06 (R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos – ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Diretoria da Companhia informa não haver efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, além dos já descritos no item (a) acima.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios de revisão do auditor independente da Companhia constantes das demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, nos relatórios de auditoria das demonstrações financeiras relativos e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia entendem que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro.

As premissas utilizadas são revistas periodicamente pela administração da Companhia, baseadas no seu conhecimento e na sua experiência, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A administração da Companhia avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais no final de cada período de relatório e acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("**VJR**"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("**VJORA**"), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros consolidados do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, e são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros - Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos o Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Imposto de renda e contribuição social

Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação.

Provisão para contingências

O Grupo é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas cível, trabalhista e tributária, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração do Grupo sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. A Companhia e suas controladas adotam o procedimento de provisionar a totalidade das obrigações de naturezas trabalhista, tributária e cível cuja probabilidade de perda tenha sido estimada como provável.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período corrente e ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período corrente e ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período corrente e ao último exercício social.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados, em sua maioria, para operações de fusões e aquisições ("**M&A**") que proporcionem o aumento da competitividade da Companhia via (i) acesso a uma nova base de clientes para ampliação dos serviços orgânicos; (ii) ingresso em novas regiões; (iii) adição de novas soluções para ofertar aos clientes; (iv) escala para captura de sinergias administrativas e operacionais; e (v) aumento no volume de negócios proporcionando um ambiente positivo para o desenvolvimento de novas lideranças na Companhia.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia ainda não havia investido em aquisições, mas ao longo de 2021 tem mapeado o mercado identificando potenciais targets nos segmentos de VoIP, CPaaS-Geral e CPaaS-IoT no Brasil e no exterior. Ao longo dos seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia tem investido na ampliação e na atualização das suas estruturas de core, que suportam não apenas as operações de CPaaS-IoT, mas também de VoIP, CPaaS-Geral e CPaaS-OTT. Os investimentos têm se dado tanto na estrutura de hardware, quanto na de software, incluindo investimentos em infraestrutura relacionados aos seus pontos de interconexão com operadoras. Ao longo destes períodos, a Companhia também investiu na modelagem do seu negócio de MVNO para credenciar ISPs no segmento de CPaaS-Geral, que gerou aumento do seu intangível.

Tais investimentos, desde 2019, têm feito parte do plano de investimento da Companhia trazendo ganhos efetivos na forma como a Companhia atua junto aos seus clientes e na forma como seus processos internos se automatizam. Em 2021, além da manutenção e investimentos em ativos intangíveis geradores de resultados de receita para a Companhia, a Companhia já investiu em seu core de IoT redundante e 100% compatível à tecnologia 5G. Fazem parte dos investimentos e com tendência de alta ao longo dos anos os investimentos em devices para o segmento de CPaaS-IoT.

O mercado de empresas de serviços correlatos à Companhia é muito amplo e o pipeline de M&A da Companhia continua aquecido. A expectativa é de que a maior parte dos recursos líquidos decorrentes da distribuição primária no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**") seja direcionada para esta frente de crescimento com consequente aumento de *market share* e aumento do ARPU, uma vez que a empresa espera acrescentar mais soluções a sua oferta atual e entrada em novos mercados. Também espera-se entrar em novos mercados, sobretudo na América Latina, e aumentar os investimentos em um ecossistema de soluções e desenvolvimentos para os segmentos e CpaaS.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua prática investimento, visando à preservação de seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez.

10.8 - Plano de Negócios

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente (i) pela geração de caixa oriunda das operações da Companhia; (ii) pelas operações de empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras; e (iii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia na data deste Formulário de Referência.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desenvolvimento de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios

A Companhia não conta com patrocínios, parcerias e convênios.

Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

Após declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia em 11 de março de 2020 decorrente dos efeitos da COVID 19 e promulgação pelo Senado Federal de estado de calamidade pública também no Brasil, em 20 de março de 2020, a Companhia vem trabalhando com o objetivo de minimizar os riscos para a comunidade, mantendo suas operações com o mínimo de impacto aos clientes e promovendo bem-estar dos colaboradores. Parte das ações estão relacionadas às Medidas Provisórias ("**MP**") e Portarias implementadas pelo Governo Federal, a saber:

- MP nº 927, de 22 de março de 2020, que autorizou o empregador a adotar as seguintes medidas, entre outras: (i) teletrabalho; (ii) antecipação de férias e concessão de férias coletivas; (iii) antecipação de feriados; (iv) compensação de banco de horas; e (v) diferimento do recolhimento do FGTS.
- MP nº 932, de 31 de março de 2020, convertida na Lei nº 14.025, de 14 de julho de 2020, que reduziu as alíquotas de contribuições aos serviços sociais (Sistema S) para os seguintes percentuais: (i) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop): 1,25%; (ii) Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social do Transporte (Sest): 0,75%; (iii) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat): 0,5%; e (iv) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar): 1,25% sobre a folha de pagamento, 0,125% sobre a receita da produção rural (PJ e agroindústria) e 0,10% sobre a receita da produção rural (PF e segurado especial).
- MP nº 936, de 1º de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, que instituiu o Programa Emergencial de manutenção do Emprego e da Renda, com ações de: (i) redução parcial da jornada de trabalho com redução proporcional de salário; (ii) suspensão temporária do contrato de trabalho; (iii) garantia provisória de estabilidade pelo mesmo tempo da suspensão; e (iv) ajuda compensatória mensal nos casos de suspensão temporária.
- Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020, e Portaria nº 245, de 15 de junho de 2020, que prorrogaram o prazo de recolhimento dos tributos federais, de modo que: (i) contribuições previdenciárias devidas em março, abril e maio de 2020 foram pagas juntamente com as vincendas em julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente; e (ii) PIS/PASEP devidos em março, abril e maio de 2020 foram pagos juntamente com as vincendas em julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, encerrou-se a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e, por conseguinte suspendeu-se todos os efeitos das medidas vinculadas ao estado de calamidade pública.

Dentre o conjunto de ações adotadas, a Companhia estabeleceu como prioridade o plano de preservação da saúde e ambiente de trabalho dos colaboradores, que incluem:

- *Home-office* para colaboradores cujas atividades permitem trabalho remoto;

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Flexibilização dos horários de entrada e saída nos escritórios da Companhia;
- Adaptação das instalações para facilitar a circulação e aumentar o distanciamento; e
- Introdução de rotinas de esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

A Companhia tem mantido em funcionamento as atividades julgadas essenciais à população de acordo com a indicação de restrições dos órgãos competentes em cada município em que atua e de acordo com as demandas dos seus clientes.

O monitoramento da base operacional desde o início da pandemia para preservação da liquidez tem permitido garantir:

- *manutenção da carteira de clientes*. As oportunidades de aumentos de escopo e de expansão comercial permitiram mitigar a volatilidade da receita ocasionada pelas rescisões contratuais e reduções de escopo;
- *preservação da rentabilidade*. Por meio (i) da redução da base de custos da equipe de apoio e estrutura administrativa em relação à receita líquida e (ii) da manutenção da rentabilidade operacional;
- *geração de caixa*. Por meio (i) da renegociação de prazo de pagamento com fornecedores e demais credores e (ii) do monitoramento mais rigoroso de prazos de pagamento de clientes; e
- *liquidez*. Estabilidade nos indicadores de liquidez, conforme segue: (i) liquidez geral (total do ativo dividido pelo total do passivo) de 0,74 em 2018, 1,26 em 2019, 1,38 em 2020 e 1,34 em 30 de junho de 2021; e (ii) liquidez corrente (ativo circulante dividido por passivo circulante) de 0,78 em 2018, 0,82 em 2019, 0,92 em 2020 e 1,00 em 30 de junho de 2021.

Para mais informações, veja o fator de risco "*A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa*" no item 4.1 deste Formulário de Referência e a seção "Eventos Recentes – Impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia" no item 7.1 deste Formulário de Referência.

Informações financeiras consolidadas e combinadas

Para melhor compreensão do desempenho operacional da Companhia e de suas controladas, tendo em vista a reorganização societária do grupo econômico da Companhia ocorrida em dezembro de 2019, a Companhia preparou demonstrações financeiras consolidadas e combinadas das empresas: Datora Participações e Serviços S.A., que possui as seguintes subsidiárias: Datora Telecomunicações Ltda., Datora Mobile Telecomunicações S.A., VDF Tecnologia da Informação Ltda., Datora Pag Ltda, Datora France Communication SAS, e a partir de dezembro de 2019 as empresas NGN Latam Corp, NGN Sweden Communications AB ("**Empresas Combinadas**"), para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

As informações financeiras apresentadas nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência refletem informações da Companhia com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e aos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2021. A seguir

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

apresentamos informações complementares com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas das Empresas Combinadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, com o objetivo de proporcionar informações que possam ser úteis e mais representativas dos negócios e da situação financeira da Companhia e de suas controladas.

Importante destacar que como a reorganização societária, que consolidou as empresas das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, aconteceu em dezembro de 2019, assim os resultados de 2020 e o balanço patrimonial de 2019 e 2020 são iguais às informações individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas da Companhia e suas subsidiárias, que são de responsabilidade da administração da Companhia, estão sendo apresentadas, exclusivamente, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia e de suas subsidiárias, independentemente da disposição de sua estrutura societária nas referidas datas-bases. As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros e não substituem as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e de suas controladas.

Informações financeiras adicionais ao item 10.1 com base nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa operacional da Companhia, em conjunto com a captação de recursos de terceiros, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

CGL-NIG e Saldo de Tesouraria (em R$ mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
(+) Ativo Circulante	103.448	77.711	56.898
(-) Passivo Circulante	111.981	94.656	73.173
Capital de Giro Líquido	**(8.533)**	**(16.945)**	**(16.275)**
(+) Caixa e equivalentes de caixa	22.140	8.279	8.176
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulante	3.543	2.510	9.797
(-) Passivo de Arrendamento	1.307	1.744	0
(-) Dividendos a Pagar	6.459	5.995	580
Saldo tesouraria	**10.831**	**(1.970)**	**(2.201)**
(+) Ativo Circulante Operacional	81.308	69.432	48.722
(-) Passivo Circulante Operacional	100.672	84.407	62.796
Necessidade de Capital de Giro	**(19.364)**	**(14.975)**	**(14.074)**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Índice de Liquidez Corrente (em R$ mil, exceto índice)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Ativo Circulante	103.448	77.711	56.898
Passivo Circulante	111.981	94.656	73.173
Índice de Liquidez Corrente	**0,92**	**0,82**	**0,78**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R$103.448 mil enquanto o passivo circulante era de R$111.981 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,92x. isto é, a Companhia teria, por mais que em pequena magnitude, dificuldades de cumprir com as dívidas de curto prazo. A posição representa um capital circulante líquido de R$8.553 mil negativos, denotando um ligeiro desequilíbrio entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo, uma vez que haveria uma pequena parte do ativo com retornos esperados no longo prazo, sendo financiada por obrigações de curto prazo, gerando um descasamento dos fluxos. Abrindo o capital circulante líquido, contudo, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 31 de dezembro de 2020, observa-se saldo de tesouraria de R$10.831 mil, mostrando que em um cenário de estresse a Companhia cobriria 100% da sua obrigação com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias, e outros itens de caráter financeiro, bem como com acionistas e mesmo assim teria sobra de caixa. Ainda assim, nesta mesma data, a Companhia registrou Necessidade de Investimento em Giro ("**NIG**") de R$19.364 mil negativos, mostrando que não precisou fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R$77.567 mil enquanto o passivo circulante era de R$94.656 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,82x. Isto é, a Companhia teria dificuldades de cumprir com as dívidas de curto prazo. A posição representa um capital circulante líquido de R$16.945 mil negativos, denotando um desequilíbrio entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo, uma vez que haveria uma parte do ativo com retornos esperados no longo prazo sendo financiada por obrigações de curto prazo, gerando um descasamento dos fluxos. Abrindo o capital circulante líquido, contudo, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 31 de dezembro de 2019, observa-se saldo de tesouraria de R$1.970 mil negativos, mostrando que em um cenário de estresse, a Companhia teria que recorrer a novos recursos para honrar sua obrigação com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias e outros itens de caráter financeiro, como com acionistas. Ainda assim, nesta mesma data, a Companhia registrou NIG de R$14.975 mil negativos, mostrando que não precisou fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia era de R$56.898 mil enquanto o passivo circulante era de R$73.173 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,78x. Isto é, a Companhia teria grandes dificuldades de cumprir com as dívidas de curto prazo. A posição representa um capital circulante líquido de R$16.275 mil negativos, denotando um desequilíbrio entre fontes de financiamento de curto prazo com investimentos com retorno de curto prazo, uma vez que haveria uma parte do ativo com retornos esperados no longo prazo sendo financiada por obrigações de curto prazo, gerando um descasamento dos fluxos. Abrindo o capital circulante líquido, contudo, conseguimos separar risco financeiro de curto prazo dos impactos do negócio na necessidade de financiamento da operação no curto prazo. Neste caso, em 31 de dezembro de 2018, observa-se saldo de tesouraria de R$2.201 mil negativos, mostrando que em um cenário de estresse, a

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Companhia não teria capacidade de cobrir as obrigações com capital de terceiros oneroso, dívidas bancárias e outros itens de caráter financeiro, bem como com acionistas. Ainda assim, nesta mesma data, a Companhia registrou NIG de R$14.074 mil negativos, mostrando que não precisou fazer uso de capital de terceiros oneroso ou do seu caixa para financiar suas operações de curto prazo, uma vez que elas são financiadas pelos seus fornecedores.

Os Diretores da Companhia entendem que o aumento do índice de liquidez corrente entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 decorre principalmente do crescimento do segmento de CPaaS-IoT, que continuou com a sua trajetória de alta em receita e resultados gerando melhorias no caixa com reflexos no saldo de tesouraria. O segmento atingiu breakeven de EBITDA em 2019, melhorando, desta forma, a geração potencial de caixa, que se realizou em caixa operacional e por fim na posição de caixa do período. Com isso, o ativo circulante cresceu numa proporção maior que o passivo circulante. No passivo, observamos impactos negativos da NIG para o índice de liquidez corrente. Em 2020, observamos uma NIG favorável ao investimento em giro, principalmente pelos negócios com a operadora OI, que devido às questões operacionais quanto aos negócios internacionais e nacionais com a Companhia, a mesma suspendeu os pagamentos à Companhia e, desta forma, os recebimentos foram retidos, numa relação em que a Companhia, Grupo Datora, é pagadora (contas a pagar maior que contas a receber). Os saldos em aberto foram negociados no último TRI de 2020, mas o saldo devedor da Companhia foi parcelado, empurrando para 2021 contas a pagar de 2020. Também impactaram numa alta do passivo circulante, a provisão de FISTEL anuidade base 2020 do segmento de CPaaS-IoT e a provisão de PPR do exercício de 2020. Este resultado combinado, passivo e ativo circulante, acabou gerando uma alta do ativo circulante maior do que a do passivo circulante, contudo numa magnitude menor do que o saldo de tesouraria, o que gerou a alta no índice de liquidez corrente.

Em relação ao índice de liquidez corrente entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, observa-se um ligeiro aumento decorrente de uma pequena alta no saldo de tesouraria que mitiga a alta na NIG. No caso do saldo de tesouraria, em decorrência da reorganização societária, observou-se a queda de dívidas onerosas de curto prazo referentes às debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A. Este efeito, mesmo que reduzido pela provisão e dividendos a pagar, não superou a alta na posição de saldo de tesouraria, decorrente de um caixa maior do que a posição de obrigações de curto prazo onerosas. Já no caso da NIG, observa-se uma alta do ativo circulante, mas também do passivo circulante em magnitude um pouco maior. Para o ativo circulante e passivo circulante, destaca-se o crescimento do negócio do segmento de CPaaS-IoT, que atingiu seu breakeven de EBITDA em 2019. Com isso, a Companhia passou a ter uma posição mais equilibrada entre contas a receber e a pagar. Outro ponto de destaque foi o crescimento do segmento VoIP em 2019 frente a 2018. A alta gerou forte impacto no contas a receber e no contas a pagar, mas um baixo impacto na NIG, uma vez que eles praticamente se zeram. Ajudaram na alta do passivo circulante a provisão de FISTEL anuidade que impacta a conta impostos a recolher e a provisão de PPR referente ao exercício de 2019.

Índice de Endividamento	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
(em R$ mil, exceto índice)	**2020**	**2019**	**2018**
(+)Passivo Circulante	111.981	94.656	73.173
(+) Passivo não Circulante	27.390	23.996	79.643
Passivo Total	**139.371**	**118.652**	**152.816**
Patrimônio Líquido	53.110	31.090	-39.658
Índice de Endividamento	**2,62**	**3,82**	**(3,85)**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice de endividamento total[1] da Companhia era de 2,62x, 3,82x e (3,85x) respectivamente. Os Diretores esclarecem que a queda do índice de endividamento entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2019 é decorrente principalmente do aumento do patrimônio líquido fruto dos resultados de lucro líquido do exercício de 2020 que geraram alta significativa no patrimônio líquido e, desta forma, queda no endividamento total. Importante destacar, que o passivo de curto e longo prazo também cresceram devido ao aumento no endividamento bancário e alta de fornecedores, em virtude da alta no volume de negócios da Companhia, mas ambos em magnitude menor do que a alta no patrimônio líquido. Já em relação aos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e 2018, a forte alta é devida, principalmente, aos efeitos da reorganização societária ocorrida em dezembro de 2019, que trouxeram forte queda no endividamento bancário e no passivo operacional não circulante entre partes relacionadas que foram aportadas na Companhia, gerando forte alta no patrimônio líquido e revertendo sua posição negativa em 31 de dezembro de 2018.

Medições não contábeis	**Exercício social encerrado em**		
	31 de dezembro de		
(em R$ mil)	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício	**31.300**	**9.671**	**(10.953)**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. a Companhia registrou lucro líquido de R$31.300 mil, R$9.671 mil e um prejuízo R$10.953 mil, respectivamente. Os Diretores entendem que o aumento de R$21.629 mil ou 223,65% do lucro líquido registrado entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2019 decorreu de cinco fatores principais. O primeiro, tivemos forte alta do segmento de CPaaS-IoT, que observou alta no lucro bruto de 43,5% com uma contribuição absoluta de R$11.016 mil frente aos resultados de 2019. O segundo, em 2020, frente as projeções de lucro tributável, foi registrado um valor de R$16.486 mil reais de IR Diferido que impactou o lucro líquido de 2020. Já o terceiro, foi decorrente de resultado de despesa financeira líquida em 2020 inferior a 2019, decorrente da queda das despesas financeiras, em grande parte, fruto da reorganização societária que ocorreu em dezembro de 2019. Em quarto, destaque para a alta do segmento VoIP, que apesar de não ter gerado contribuições na magnitude do CPaaS-IoT, gerou alta nos resultados de lucro bruto, 14,0% ou R$2.791 mil em relação ao seu desempenho em 2019. Por fim, o segmento CPaaS-OTT também registrou crescimento com uma alta de 44,0% ou R$2.108 mil.

Por fim, o aumento do lucro líquido registrado entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, que saiu de posição negativa de R$10.953 mil em 2018 para um resultado positivo de R$9.671 mil em 2019 decorreu, sobretudo, do aumento dos resultados do segmento de CPaaS-IoT e VoIP, que cresceram 105,8% e 43,8% respectivamente em relação ao lucro bruto de seus segmentos, que representa uma alta de R$13.008 mil e R$6.082 mil respectivamente. Também contribuíram para o Lucro Líquido, um melhor desempenho do resultado financeiro, decorrente de um menor impacto da variação cambial, e uma contabilização superior de Imposto de Renda Diferido em 2019 frente a 2018, fruto da melhoria do segmento CpaaS-IoT e VoIP.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

[1] Razão entre o total do passivo (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Companhia apresentou a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros nas respectivas datas de encerramento dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Em 31 de dezembro de		
(em R$ mil)	**2020**	**2019**	**2018**
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	139.371	118.652	152.816
Capital Próprio (patrimônio líquido)	53.110	31.090	(39.658)
Capital Total (terceiros + próprio)	**192.481**	**149.742**	**113.158**

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento do capital de terceiros na data de encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, enquanto que houve uma queda no ano de 2019, queda esta decorrente da capitalização de passivos operacionais com partes relacionadas e de dívidas onerosas com terceiros, que geraram queda no total do passivo e alta no patrimônio líquido. Movimento fruto da reorganização societária ocorrida em dezembro de 2019. A alta do capital de terceiros observada em 2020 é fruto da alta no volume de negócios e da melhora da capacidade de endividamento da Companhia e, desta forma, da tomada de dívida para financiamento do seu plano de investimentos, bem como do objetivo de otimizar o perfil de custo médio do capital empregado. Em relação ao capital próprio, a alta em 2020 é fruto do aumento dos resultados de lucratividade da Companhia com efeito na alta do seu lucro líquido e desta forma, alta do patrimônio líquido. A Companhia, a cada ciclo de planejamento, decide a destinação dos lucros em face das suas necessidades de investimento e caixa, da sua disponibilidade de caixa, da sua posição de alavancagem e da sua capacidade de contração de dívidas, sempre buscando remunerar os seus acionistas.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.ri.datora.net) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado e combinado dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	**31/12/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**AH**
Receita operacional líquida	**534.160**	**100,00%**	**307.058**	**100,00%**	**73,96%**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(457.577)	(85,66%)	(245.817)	(80,06%)	86,15%
Depreciação e amortização	(9.378)	(1,76%)	(8.320)	(2,71%)	12,72%
Lucro bruto	**67.205**	**12,58%**	**52.921**	**17,23%**	**26,99%**
Receitas (despesas) operacionais	**(44.718)**	**(8,37%)**	**(41.624)**	**(13,56%)**	**7,43%**
Despesas com vendas	(3.145)	(0,59%)	(3.548)	(1,16%)	(11,36%)

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(626)	(0,12%)	(2.755)	(0,90%)	(77,28%)
Gerais e administrativas	(41.395)	(7,75%)	(35.472)	(11,55%)	16,69%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	448	0,08%	151	0,05%	196,03%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	**22.487**	**4,21%**	**11.297**	**3,68%**	**99,05%**
Resultado financeiro líquido	**(5.012)**	**(0,94%)**	**(8.848)**	**(2,88%)**	**(43,35%)**
Receitas financeiras	4.616	0,86%	5.530	1,80%	(16,53%)
Despesas financeiras	(9.628)	(1,80%)	(14.378)	(4,68%)	(33,04%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**17.475**	**3,27%**	**2.449**	**0,80%**	**613,56%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.661)	(0,50%)	(1.302)	(0,42%)	104,38%
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.486	3,09%	8.524	2,78%	93,41%
Lucro líquido do exercício	**31.300**	**5,86%**	**9.671**	**3,15%**	**223,65%**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$534.160 mil comparativamente a R$307.058 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$227.102 mil ou 73,96%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do segmento VoIP, que cresceu 93,0% ou R$208.649 mil neste período, com destaque para suas operações internacionais. Contribuíram também um dólar mais apreciado do que o real em 2020 em decorrência dos efeitos da COVID 19. Em menor escala do ponto de vista de receita, mas também relevante, tivemos a alta da receita do segmento de CPaaS-IoT, que cresceu 28,5% ou R$12.584 mil. Os outros segmentos, como CPaaS-Geral e CPaaS-OTT, também cresceram, mas em magnitude menor. O primeiro cresceu R$3.134 mil ou 9,7%, enquanto o segundo cresceu R$2.735 mil ou 44,5%.

Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$457.577 mil comparativamente a R$245.817 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$211.760 mil ou 86,15%. O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas representou 85,66% e 80,06% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do segmento VoIP, que explica não apenas o crescimento absoluto dos custos, mas também o aumento da participação dos mesmos frente a receita operacional líquida. Em 2020, o segmento VoIP operou com lucro bruto de 5,3% versus um lucro bruto médio dos segmentos de CpaaS juntos de 53,2%. Desta forma, mesmo com o crescimento da receita líquida operacional dos segmentos de CPaaS juntos de 22,3% frente a 2019, o crescimento de 93,0% da receita líquida operacional do segmento VoIP impactou os resultados da composição final do custo da Companhia e, desta forma, seu percentual de participação na receita operacional líquida. Assim, cabe destacar que não tivemos perda de força competitiva, mas um efeito da composição da receita e, desta forma, nos custos totais.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$67.205 mil comparativamente a R$52.921 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$14.284 mil ou 26,99%, conforme os fatores mencionados acima. O lucro bruto representou 12.58% e 17,23% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta queda no resultado percentual é atribuída substancialmente ao forte crescimento do segmento de VoIP destacado acima.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R$44.718 mil comparativamente a R$41.624 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$3.094 mil ou 7,43%. As despesas operacionais representaram 8,37% da receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, contra 13,56% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução nos percentuais de participação das despesas na receita é atribuída substancialmente ao crescimento da receita operacional líquida do segmento VoIP, que em 2020 cresceu 93,0% frente a 2019. Já a alta de 7,43% de um ano para o outro, provém do aumento das despesas de folha da Companhia que sofreram impacto frente ao aumento do seu quadro de pessoal (saindo de 144 colaboradores em dezembro de 2018 para 166 em dezembro de 2020) e dos valores relacionados ao Programa de Participação nos Resultados (PPR). Diminuiu o impacto na alta das despesas em 2020, a reversão da provisão de IR sobre remessa de R$1.546 mil da Datora Mobile Telecomunicações S.A., fruto da provisão ter passado 5 anos.

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos

O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$22.487 mil comparativamente a R$11.297 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$11.190 mil ou 99,05%, conforme os fatores mencionados acima. O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos representou 4,21% e 3,68% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento dos valores absolutos é atribuído substancialmente ao crescimento dos segmentos de CPaaS-OTT, VoIP e CPaaS-IoT, sendo este último responsável por uma contribuição bem superior, uma vez que adicionou ao resultado de lucro bruto R$11.016 mil em 2020 frente a 2019, enquanto o segmento VoIP adicionou R$2.791 mil. Já o segmento CPaaS-OTT adicionou R$2.108 mil. Importante destacar que, o segmento de CPaaS-IoT atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019. Apesar de gerar impacto positivo também, os resultados de margem mais reduzida do segmento VoIP, contribuem para explicar o pequeno crescimento no resultado percentual frente a receita líquida de 2019 para 2020.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$5.012 mil negativos comparativamente a R$8.848 mil negativos no mesmo período de 2019, o que representou uma queda de R$3.836 mil ou -43,35%. O resultado financeiro líquido representou -0,94% e -2,88% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à uma queda das despesas financeiras em uma magnitude maior do que a queda nas receitas financeiras. As receitas sofreram queda devido à redução nos ganhos de variação cambial de caixa e competência. Já as despesas foram impulsionadas pela queda nas despesas com variação cambial, bem como a queda com juros e encargos, decorrentes da capitalização das dívidas da Datora Telecomunicações Ltda. junto ao Morgan Stanley e da capitalização das debêntures da Datora Mobile Telecomunicações

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

S.A., ambas decorrentes do processo de reorganização societária da Companhia que aconteceu em dezembro de 2019. Também impactaram a quitação das linhas de leasing da Companhia no início de 2020.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$17.475 mil comparativamente a R$2.449 mil negativos no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$15.026 mil ou 613,56% conforme os fatores mencionados acima. O aumento, desta forma, teve natureza operacional, atribuída substancialmente ao crescimento dos negócios do segmento de CPaaS-IoT, VoIP e CPaaS-OTT e natureza financeira, cujo a melhoria foi oriunda dos efeitos da reorganização societária que ocorreu em dezembro de 2019.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$2.661 mil comparativamente a R$1.302 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$1.359 mil ou 104,38%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou -0,50% e -0,42% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à natureza operacional e a natureza financeira, conforme descrito acima.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$16.486 mil comparativamente a R$8.524 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$7.962 mil ou 93,41%. Imposto de renda e contribuição social representou 3,09% e 2,78% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento absoluto é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios do segmento CPaaS-IoT, que passaram a gerar base tributável positiva em 2020, sobretudo nas empresas Datora Mobile Telecomunicações S.A., VDF Tecnologia da Informação Ltda. e Datora Participações e Serviços S.A., o que permitiu o reconhecimento de valores adicionais de IR diferido.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$31.300 mil comparativamente a R$9.671 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma alta de R$21.629 mil ou 223,65%, conforme os fatores mencionados acima. O lucro líquido do exercício representou 5,86% e 3,15% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a fatores de natureza operacional, financeira e fiscal, conforme exposto acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita operacional líquida	**307.058**	**100,00%**	**218.585**	**100,00%**	**40,48%**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(245.817)	(80,06%)	(177.512)	(81,21%)	38,48%
Depreciação e amortização	(8.320)	(2,71%)	(5.965)	(2,73%)	39,48%
Lucro bruto	**52.921**	**17,23%**	**35.108**	**16,06%**	**50,74%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receitas (despesas) operacionais	**(41.624)**	**(13,56%)**	**(33.785)**	**(15,46%)**	**23,20%**
Despesas com vendas	(3.548)	(1,16%)	(4.803)	(2,20%)	(26,13%)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.755)	(0,90%)	(1.685)	(0,77%)	63,50%
Gerais e administrativas	(35.472)	(11,55%)	(24.176)	(11,06%)	46,72%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	151	0,05%	(3.121)	(1,43%)	104,84%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	**11.297**	**3,68%**	**1.323**	**0,61%**	**753,89%**
Resultado financeiro líquido	**(8.848)**	**(2,88%)**	**(14.704)**	**(6,73%)**	**(39,83%)**
Receitas financeiras	5.530	1,80%	11.170	5,11%	(50,49%)
Despesas financeiras	(14.378)	(4,68%)	(25.874)	(11,84%)	(44,43%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**2.449**	**0,80%**	**(13.381)**	**(6,12%)**	**(118,30%)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.302)	(0,42%)	(2.226)	(1,02%)	(41,51%)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.524	2,78%	4.654	2,13%	83,15%
Lucro líquido do exercício	**9.671**	**3,15%**	**(10.953)**	**(5,01%)**	**(188,30%)**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$307.058 mil comparativamente a R$218.585 mil no mesmo período de 2018. Este aumento de R$88.743 mil ou 40,48%, é atribuído substancialmente ao crescimento do segmento de VoIP, sobretudo de suas operações internacionais. O segmento cresceu 41,1% ou R$65.366 mil frente a 2019. A alta é decorrente da consolidação da Companhia em operações de novas rotas e destinos internacionais e da moeda real mais desvalorizada frente ao dólar. Também contribuíram para a alta da receita operacional líquida, o segmento de CPaaS-IoT, que cresceu R$15.902 mil ou 56,4% frente a 2019. Os demais segmentos, como CPaaS-Geral e CPaaS-OTT também apontaram crescimento, mas em magnitude menor. O primeiro cresceu R$5.896 mil ou 22,2%, enquanto o segundo cresceu R$1.309 mil ou 27,0%.

Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$245.817 mil comparativamente a R$177.512 mil no mesmo período de 2018, alta de R$68.305 mil ou 38,48%. O custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas representou 80,06% em 31 de dezembro de 2019 versus 81,21% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução do peso dos custos na receita operacional líquida é atribuída substancialmente ao aumento da participação do segmento CPaaS-IoT nos resultados totais da Companhia, uma vez seu lucro bruto percentual opera em valores bem superiores ao VoIP, 57,4% para CPaaS-IoT versus 8,9% no VoIP. Percentualmente, o valor é minimizado, devido ao mix de receita operacional líquida, que carrega um peso maior do segmento VoIP, 73,1% versus 26,91% da contribuição dos segmentos de CPaaS na receita líquida operacional. O peso do segmento VoIP puxa os custos absolutos e o seu peso na receita operacional líquida para cima, mas tem nos segmentos CpaaS

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

um compensador quanto aos pesos dos custos, uma vez que operam com margens brutas superiores ao VoIP.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$52.921 mil comparativamente a R$35.108 mil no mesmo período de 2018. O lucro bruto representou 17,23% da receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 versus 16,06% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento nos valores absolutos é atribuído substancialmente ao crescimento dos resultados do CPaaS-IoT, que atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019, e do crescimento do segmento de VoIP, que cresceram R$13.008 mil ou 105,8% e R$6.082 mil ou 47,8%, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$41.624 mil comparativamente a R$33.785 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$7.839 mil. Este aumento de 23,20% é atribuído substancialmente ao crescimento normal dos negócios que geram impacto na estrutura operacional da empresa.

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos

O lucro antes do resultado financeiro e dos tributos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$11.297 mil comparativamente a R$1.323 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$9.974 mil ou 753,89%, conforme os fatores mencionados acima. Desta forma, este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos resultados do CPaaS-IoT, que atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019, e do crescimento do segmento de VoIP.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$8.848 mil negativos comparativamente a R$14.704 mil negativos no mesmo período de 2018. Esta redução de R$5.856 mil ou 39,83%, é atribuída substancialmente aos menores impactos de variação cambial de caixa e competência na receita e na despesa financeira em 2019.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.449 mil comparativamente a R$13.381 mil negativos no mesmo período de 2018, o que representou uma alta de R$15.830 mil ou 118,30%, conforme os fatores mencionados acima.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.302 mil comparativamente a R$2.226 mil no mesmo período de 2018. Esta queda de R$924 mil ou 41,51%, é atribuída substancialmente aos efeitos da variação cambial caixa sobre a base de lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$8.524 mil comparativamente a R$4.654 mil no mesmo período de 2018. Este aumento de R$3.870 mil ou 83,15%, é atribuído substancialmente ao crescimento dos resultados do CPaaS-IoT, que atingiu breakeven de resultado após as despesas em 2019, gerando, desta

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

forma, base tributável de IR/CSLL oriunda desta operação e, assim, permitindo o reconhecimento de IR diferido em 2019.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$9.671 mil comparativamente a um prejuízo de R$10.953 mil no mesmo período de 2018. Esta alta de R$20.624 mil ou188,30%, é em decorrência dos fatores mencionados acima, que são atribuídos substancialmente às melhorias de natureza operacional, financeira e fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL
A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas e combinadas dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	22.140	11,50%	8.279	5,53%	167,42%
Contas a receber	74.592	38,75%	65.131	43,50%	14,53%
Estoques	858	0,45%	400	0,27%	114,50%
Tributos a recuperar	2.878	1,50%	1.388	0,93%	107,35%
Despesas antecipadas	2.785	1,45%	1.764	1,18%	57,88%
Outros ativos	195	0,10%	749	0,50%	(73,97%)
Total do ativo circulante	**103.448**	**53,74%**	**77.711**	**51,90%**	**33,12%**
Não circulante					
Tributos diferidos	31.893	16,57%	15.407	10,29%	107,00%
Tributos a recuperar	423	0,22%	135	0,09%	213,33%
Despesas antecipadas	3.592	1,87%	2.944	1,97%	22,01%
Outros ativos	50	0,03%	48	0,03%	4,17%
Imobilizado	15.635	8,12%	15.863	10,59%	(1,44%)
Intangível	37.440	19,45%	37.634	25,13%	(0,52%)
Total do ativo não circulante	**89.033**	**46,26%**	**72.031**	**48,10%**	**23,60%**
Total do ativo	**192.481**	**100,00%**	**149.742**	**100,00%**	**28,54%**

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Passivo Circulante					
Fornecedores	79.766	41,44%	67.456	45,05%	18,25%
Empréstimos e financiamentos	3.543	1,84%	2.510	1,68%	41,16%
Passivo de arrendamento	1.307	0,68%	1.744	1,16%	(25,06%)
Obrigações trabalhistas e tributárias	18.610	9,67%	14.488	9,68%	28,45%
Adiantamento de clientes	972	0,50%	2.463	1,64%	(60,54%)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.459	3,36%	5.995	4,00%	7,74%
Outros passivos	1.324	0,69%	-	0,00%	0,00%
Total do passivo circulante	**111.981**	**58,18%**	**94.656**	**63,21%**	**18,30%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Passivo Não Circulante					
Fornecedores	4.401	2,29%	3.745	2,50%	17,52%
Passivo de arrendamento	1.957	1,02%	2.619	1,75%	(25,28%)
Empréstimos e financiamentos	10.249	5,32%	5.067	3,38%	102,27%
Provisões para demandas judiciais	2.736	1,42%	4.137	2,76%	(33,87%)
Adiantamento de clientes	3.858	2,00%	4.445	2,97%	(13,21%)
Obrigações tributárias	3.759	1,95%	3.983	2,66%	(5,62%)
Outros passivos	430	0,22%	-	0,00%	0,00%
Total do passivo não circulante	**27.390**	**14,23%**	**23.996**	**16,02%**	**14,14%**
Patrimônio líquido					
Capital social	38.855	20,19%	87.142	58,19%	(55,41%)
Reservas de capital	(7.135)	(3,71%)	(6.655)	(4,44%)	7,21%
Reservas de lucro	21.544	11,19%	-	0,00%	0,00%
Prejuízos acumulados	-	0,00%	(53.956)	(35,79%)	(100,00%)
Ajuste de avaliação patrimonial	(154)	(0,08%)	474	0,32%	(132,49%)
Transações com acionistas controladores e não controladores	-	0,00%	3.725	2,49%	(100,00%)
Total do patrimônio líquido	**53.110**	**27,59%**	**31.090**	**20,76%**	**70,83%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**192.481**	**100,00%**	**149.742**	**100,00%**	**28,54%**

Ativo circulante

O ativo circulante era de R$103.448 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$77.711 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 53,74% em 31 de dezembro de 2020 e 51,90% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$25.737 mil ou 33,12%, decorreu principalmente do aumento do caixa oriundo do resultado das operações do grupo e da alta do contas a receber, fruto do aumento do volume de negócios observados na alta da receita operacional líquida. Também tiveram alta a conta de estoques, em decorrência do aumento de SIM Cards da operação do segmento de CPaaS-IoT.

Ativo não circulante

O ativo não circulante era de R$89.033 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$72.031 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 46,26% em 31 de dezembro de 2020 e 48,10% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$17.002 mil ou 23,60%, decorreu principalmente do reconhecimento do ativo fiscal diferido em 2020, oriundo do IR diferido.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$111.981 mil em 31 de dezembro de 2020 versus R$94.656 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 58,18% em 31 de dezembro de 2020 e 63,21% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$17.325 mil ou 18,30%, decorreu principalmente do aumento do contas a pagar, fornecedores, fruto do aumento dos negócios da Companhia representado pelo aumento da sua receita operacional líquida. Também impactaram a alta o aumento das obrigações trabalhistas, fruto do aumento da provisão de PPR (Programa de Participação nos Resultados), como também a linha

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

empréstimos e financiamentos, fruto do aumento de prestações a vencer no curto prazo. Além disso, observa-se alta na conta de impostos a recolher referente a provisão do FISTEL anuidade da base de 2020, cujo o vencimento se dá sempre no ano posterior.

Passivo não circulante

O passivo não circulante era de R$27.390 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$23.996 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 14,23% em 31 de dezembro de 2020 e 16,02% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$3.394 mil ou 14,14%, decorreu principalmente do aumento da conta de empréstimos e financiamentos, fruto do aumento do endividamento em 2020 provocado por uma ação de fortalecimento do caixa em março de 2020 em virtude das incertezas da COVID 19, mas também devido a renegociações de linhas em vigor na época, devido a melhores prazos e taxas, oferecidos através de linhas subsidiadas pelo governo para enfrentamento à pandemia, mas operadas por bancos privados, que permitiram o alongamento dos prazos e desta forma, impactando o passivo não circulante. Em movimento contrário, isto é, queda no passivo não circulante, observa-se a queda da conta de provisão para contingências que caiu fruto do prazo acima de 5 anos da provisão de IR sobre remessas, no valor de R$1.546 mil, da Datora Mobile Telecomunicações S.A.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era de R$53.110 mil em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R$31.090 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 27,59% em 31 de dezembro de 2020 e 20,76% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$22.020 mil ou 70,83%, decorreu principalmente do aumento dos resultados de natureza operacional e financeira, que foram ainda mais impulsionados pelo resultado de natureza fiscal através do reconhecimento do IR diferido, todos, contudo, impactando o resultado de lucro líquido do exercício e desta forma, a conta de reserva de lucros, após decisão de destinação de lucros do período. Em relação aos valores de 2019, destaque para a cota de prejuízos acumulados que teve seu saldo zerado, uma vez que seu saldo foi abatido do capital social da companhia no mesmo ano.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.279	5,53%	8.176	7,22%	1,26%
Contas a receber	65.131	43,50%	43.821	38,70%	48,63%
Estoques	400	0,27%	569	0,50%	(29,70%)
Tributos a recuperar	1.388	0,93%	1.307	1,16%	6,20%
Despesas antecipadas	1.764	1,18%	2.946	2,60%	(40,12%)
Outros ativos	749	0,50%	79	0,07%	848,10%
Total do ativo circulante	**77.711**	**51,90%**	**56.898**	**50,28%**	**36,58%**
Não circulante					
Tributos diferidos	15.407	10,29%	6.200	5,48%	148,50%
Tributos a recuperar	135	0,09%	136	0,12%	(0,74%)
Despesas antecipadas	2.944	1,97%	1.916	1,69%	53,65%
Outros ativos	48	0,03%	650	0,57%	(92,62%)

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Imobilizado	15.863	10,59%	10.791	9,54%	47,00%
Intangível	37.634	25,13%	36.567	32,30%	2,92%
Total do ativo não circulante	**72.031**	**48,10%**	**56.260**	**49,72%**	**28,03%**
Total do ativo	**149.742**	**100,00%**	**113.158**	**100,00%**	**32,33%**

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Passivo Circulante					
Fornecedores	67.456	45,05%	42.835	37,85%	57,48%
Empréstimos e financiamentos	2.510	1,68%	9.797	8,66%	(74,38%)
Passivo de arrendamento	1.744	1,16%	-	0,00%	0,00%
Obrigações trabalhistas e tributárias	14.488	9,68%	8.774	7,75%	65,12%
Adiantamento de clientes	2.463	1,64%	11.187	9,89%	(77,98%)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	5.995	4,00%	580	0,51%	933,62%
Total do passivo circulante	**94.656**	**63,21%**	**73.173**	**64,66%**	**29,36%**
Passivo Não Circulante					
Fornecedores	3.745	2,50%	37.024	32,72%	(89,88%)
Passivo de arrendamento	2.619	1,75%	-	0,00%	0,00%
Empréstimos e financiamentos	5.067	3,38%	37.470	33,11%	(86,48%)
Provisões para demandas judiciais	4.137	2,76%	4.492	3,97%	(7,90%)
Adiantamento de clientes	4.445	2,97%	-	0,00%	0,00%
Obrigações tributárias	3.983	2,66%	657	0,58%	506,24%
Total do passivo não circulante	**23.996**	**16,02%**	**79.643**	**70,38%**	**(69,87%)**
Patrimônio líquido					
Capital social	87.142	58,19%	185	0,16%	47.003,78%
Reservas de capital	(6.655)	(4,44%)	99	0,09%	(6.822,22%)
Prejuízos acumulados	(53.596)	(35,79%)	(62.920)	(55,60%)	(14,82%)
Lucro do exercício	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	474	0,32%	-	0,00%	0,00%
Transações com acionistas controladores e não controladores	3.725	2,49%	20.902	18,47%	(82,18%)
Investimento líquido da controladora	-	0,00%	1.369	1,21%	(100,00%)
Total do patrimônio líquido	**31.090**	**20,76%**	**(40.365)**	**(35,67%)**	**(177,02%)**
Participação de acionistas não controladores	**-**	0,00%	707	0,62%	(100,00%)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**149.742**	**100,00%**	**113.158**	**100,00%**	**32,33%**

Ativo circulante

O ativo circulante era de R$77.711 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$56.898 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$20.813 mil ou 36,58%, decorreu principalmente da alta dos negócios no segmento VoIP e do segmento CPaaS-IoT, sendo o primeiro mais impactante em termos de volume em relação ao contas a receber e o segundo, devido ao

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

atingimento do breakeven de EBITDA em 2019 e, desta forma, num maior equilíbrio entre contas a pagar e a receber. Outro ponto de impacto foi a desvalorização do real frente ao dólar em 2019 em relação a 2018, que impacta as contas a receber das operações de VoIP internacionais.

Ativo não circulante

O ativo não circulante era de R$72.031 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R$56.260 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$15.771 mil ou 28,03%, decorreu principalmente do reconhecimento do ativo de arrendamento e da alta do ativo imobilizado e intangível, sendo o primeiro impactado por investimentos relacionados a equipamentos negociados em locação com o cliente FORTEL e o segundo, além da parte de software destes equipamentos, impactado pela ativação de OPEX referente à projetos de geração de receita futura, sobretudo relacionados ao segmento de CPaaS-Geral na linha de MVNE, onde a empresa viabiliza as operações de parceiros na oferta de serviços de telefonia móvel, fixa, dados móveis e IoT.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$94.656 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$73.173 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 63,21% em 31 de dezembro de 2019 e 64,66% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$21.483 mil ou 29,36%, decorreu principalmente da alta do volume de negócios do segmento VoIP, que impulsionou a conta fornecedores. Destaca-se também com impacto na alta do passivo circulante, a alta na conta de dividendos a pagar, fruto da melhoria dos negócios observadas em 2019 e desta forma de um lucro líquido melhor, a alta da provisão para Fistel anuidade referente a base de SIM Cards instalada em 2019, que impacta a conta impostos a recolher, a provisão para PPR referente ao ano fiscal de 2019 que impacta a conta de obrigações trabalhistas e a contabilização do passivo de arrendamento (fruto majoritariamente dos contratos de imobiliários de aluguel da Companhia). Por outro lado, em 2019 observamos um impacto de queda, fruto da reorganização societária da Companhia que aconteceu em dezembro de 2019. Com a reorganização, dívidas de partes relacionadas, foram aportadas, gerando queda na linha de empréstimos e financiamentos que teve as dívidas referentes às debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A. aportadas, gerando impacto de redução no passivo circulante.

Passivo não circulante

O passivo não circulante era de R$23.996 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$79.643 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 16,02% em 31 de dezembro de 2019 e 70,38% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$55.647 mil ou 69,87%, decorreu principalmente da reorganização societária da Companhia, que previa o aporte da dívida da Datora Telecomunicações Ltda. junto ao Morgan Stanley e das debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A., impactando as linhas de empréstimos e financiamentos. Também decorrente da reorganização, o passivo operacional com uma das empresas do Grupo, NGN Espanha, foi assumido pela holding T&T e como esta empresa na Espanha não foi incorporada pela Datora Participações e Serviços Ltda, tivermos queda do valor nesta conta patrimonial. Observa-se no passivo não circulante a alta da conta de adiantamento de clientes, que se refere a venda do IRU para o cliente China Mobile com prazo de 10 anos para uso e pagamento à vista. Também vale destacar, a contabilização do impacto do passivo de arrendamento, fruto majoritariamente dos contratos de imobiliários de aluguel da Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era de R$31.090 mil em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$39.658 mil negativos em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$70.748 mil ou 178,40%, decorreu principalmente da reorganização societária da Companhia, que previa o aporte da dívida da Datora Telecomunicações Ltda. junto ao Morgan Stanley e das debêntures da Datora Mobile Telecomunicações S.A., impactando as linhas de empréstimos e financiamentos, bem como o aporte do passivo operacional em nome da holding T&T, credora da Datora Participações e Serviços S.A. A melhora no lucro líquido do período de 2019 também gerou impacto na melhoria do Patrimônio Líquido.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	31/12/2019	AH
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	21.312	11.315	88,35%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.331)	(3.841)	38,79%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(3.509)	(7.908)	(55,63%)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$21.312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acima dos R$11.315 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$9.997 mil ou 88,35% no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificado, principalmente pelo aumento substancial dos negócios no segmento de CPaaS-IoT, que a partir de 2019, passaram a ser geradores de caixa após atingirem o breakeven de resultados contra custos e despesas, e pela alta do segmento de VoIP, que apesar de operar com baixas margens, opera em escala elevada de receita e com baixos níveis de perda, gerando uma contribuição importante para o caixa. Também contribuíram para a melhora do caixa operacional o segmento de CPaaS-OTT.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$5.331 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$3.841 mil no mesmo exercício de 2019. Esse aumento de R$1.490 mil, ou 38,79%, deve-se, principalmente, aos fluxos dos pagamentos dos equipamentos de infra financiados via China Mobile e utilizados para locação para o cliente Fortel. Os primeiros pagamentos da ampliação do core de rede de IoT junto ao fornecedor ZTE também impactaram esta alta.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento totalizou R$3.509 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$7.908 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$4.399 mil, ou 55,63%, deve-se, principalmente, ao aumento das captações de recursos via dívida bancária que foram em maior magnitude que o pagamento de empréstimos e o pagamento de dividendos, este último com forte aumento no período.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	31/12/2018	AH
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	11.315	4.747	138,36%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.841)	1.068	(459,64%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(7.908)	(3.973)	99,04%

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$11.315 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$4.747 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$6.568 mil ou 138,36% no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificado, principalmente, pelo aumento substancial dos negócios no segmento de CPaaS-IoT, que a partir de 2019, passaram a ser geradores de caixa após atingirem o breakeven de resultados contra custos e despesas, e do segmento VoIP, que em 2019 teve forte alta frente a 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$3.841 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$1.068 mil aplicados no mesmo exercício de 2018. Esse aumento de R$4.909 mil, ou 459,64% na utilização de caixa para investimento deve-se, principalmente, a reversão de valores em investimento em título mobiliários em 2018 que foram liberados com a quitação da carta fiança dada em garantia a uma linha FINEP da Datora Mobile Telecomunicações S.A. que tinha colateral em caixa aplicado. Esta reversão gerou caixa positivo das atividades de investimento em 2018, uma vez que foi maior do que os investimentos realizados. Já em 2019, destaque para a alta em nos investimentos no datacenter, incluindo benfeitorias no imóvel e na ampliação de despesas associadas à investimentos em intangível referentes ao projeto MVNO referente ao segmento CPaaS-Geral.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento totalizou R$7.908 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$3.973 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa queda de R$3.935 mil, ou 99,04%, deve-se, principalmente, a um fluxo maior de pagamento de dividendos, capital próprio e ativos de arrendamento, que foram constituídos em 2019, como também por uma queda no fluxo de captação de recursos via dívida bancária.

Informações financeiras adicionais ao item 10.2 com base nas demonstrações financeiras combinadas

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é obtida através da prestação de serviços em quatro segmentos distintos em que a Companhia opera. O segmento mais antigo é o segmento de VoIP, no qual através da tecnologia de Voz sobre IP (internet protocol), a Companhia oferece serviços de transporte de tráfego de voz nacional e internacional para empresas no Brasil e no exterior. Ainda no negócio de VoIP, a Companhia oferece também porta IP em POPs internacionais para grandes operadoras brasileiras, como o Grupo Claro e a OI.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Já no segmento de CPaaS-IoT, o segundo em maior em receita, mas o maior em crescimento absoluto e percentual ao longo dos anos, a Companhia oferece serviços de conectividade e gestão da conectividade através de seus SIM Cards. Neste modelo, em determinados casos, a Companhia avança na cadeia IoT e, além da conectividade e gestão de SIM Cards, oferece também *devices* e soluções finais para o cliente final. Neste segmento, se destaca a atuação da Companhia nas verticais automotivas, financeira e de segurança, bem como o eminente crescimento na vertical de Agro. Na vertical financeira, a empresa oferece seus serviços para máquinas POS, máquinas de banco 24 horas etc. Já na vertical automotiva, além de serviços para rastreamento de veículos automotivos e frotas, a empresa oferece serviços para a conectividade dos carros, como internet, voz etc. Na vertical de segurança, destaca-se os serviços de conectividade e gestão de conectividade para câmeras e dispositivos de segurança. Em todos estes casos, além da conectividade e a gestão da conectividade, a Companhia oferece com recursos próprios SMS (*short message services*), voz e devices, como é caso dos rastreadores para motos. Ainda no IoT, a Companhia também oferece soluções de banda larga junto com os devices de modem para atividades de IoT que exigem maior consumo de banda.

Outro segmento importante para a Companhia é o CPaaS-Geral, onde se enquadram as atividades de suporte para pequenas e médias empresas no Brasil. Neste segmento, a Companhia oferece uma camada de serviços de telecomunicações suportados pela estrutura de rede VoIP, como transporte de tráfego, numeração especial (0800, 3003, 4004 etc.), numeração fixa e móvel, dentre outras, que é enriquecida por uma camada extensa de serviços de tecnologia da informação, como plataforma de billing e aprovisionamento, serviço antifraude, serviço de gestão de chamadas simultâneas, sistema preditivo de detecção e falhas no número. Neste segmento, destaca-se também a oferta MVNE da Companhia para ISPs (Internet Service Providers) e redes de varejo. Até o momento, a Companhia detém 13 contratos firmados com ISPs e redes de varejo, onde oferecerá uma estrutura 100% White Label, permitindo aos seus clientes reproduzirem junto aos seus clientes finais ofertas de telefonia móvel, voz e dados, telefonia fixa e IoT.

Por último, temos o CPaaS-OTT, segmento onde a Companhia oferece numeração fixa e móvel, bem como números especiais, transporte e terminação e tráfego e SMS para empresas que atuam no mercado de aplicativos e necessitam destes serviços no mercado brasileiro. O serviço possui relevância para estes aplicativos, pois faz o papel de autenticador do usuário final, evitando fraudes, bem como viabiliza sua operação no mercado.

Segue abaixo a segregação da receita líquida da Companhia por serviço com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(Em R$ mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Serviço Detraf / Detrat / Minutos	446.432	236.828	194.293
M2M	46.009	45.948	28.031
Serviço técnico e uso de plataforma	41.396	1.000	0
Serviço de telecomunicações	1.896	824	0
SMS	7.213	5.695	3.039
Serviço de infraestrutura em telecomunicações	4.732	27.609	644
Colocation	1.373	367	929
Outras receitas	3.408	2.276	130
Receita Bruta	**552.460**	**320.548**	**227.067**
Impostos e deduções	**(18.300)**	**(13.490)**	**(8.482)**
Receita Líquida dos serviços	**534.160**	**307.058**	**218.585**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Apesar do cenário adverso da pandemia de COVID-19, a Companhia conseguiu demonstrar resiliência de resultado operacional devido ao acompanhamento do resultado de cada contrato com firme atuação da liderança corporativa na gestão de custos e despesas.

Os negócios de VoIP, por terem em um de seus pilares a comunicação, experimentaram crescimento após o 2º TRI de 2020, onde as primeiras restrições de mobilidade aconteceram. Mesmo assim, prazos de pagamento foram negociados com grandes operadoras, dando equilíbrio ao trabalho de parcelamento e postergação de recebimentos das linhas de CPaaS-Geral e CPaaS-IoT.

A Companhia considera que a melhoria do ambiente de negócios no País é um fator importante para seu crescimento orgânico, portanto, indicadores macroeconômicos como PIB, inflação, taxa de juros e nível de desemprego influenciam a expansão dos negócios. Apesar da volatilidade observada na taxa de inflação e no câmbio nos meses recentes, a Companhia espera que estes indicadores voltarão a normalidade entre 2021 e 2022.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos entre a Companhia e seus clientes são reajustados, em sua maioria, pela inflação medida pelo IPCA no segmento de CPaaS-IoT. Já na linha de CPaaS-Geral e VoIP para clientes no Brasil seguem a movimentação de mercado que possuem como referência as tarifas de interconexão estipuladas pela ANATEL, que desde de 2020 vem apontando alta nos valores, o que se reflete no mercado e desta forma, nos preços da Companhia junto aos seus clientes. Para as clientes internacionais da linha VoIP, observa-se um mercado mais estável em termos de preço, mas a oscilação cambial, acaba afetando a receita da Companhia. Altas no câmbio em 2019 e 2020 impactaram positivamente a receita. Já o segmento de CPaaS-OTT também possui seus preços variando conforme as tarifas de interconexão para os minutos de voz, mas possui pouca oscilação quanto a oferta de DIDs (numeração local fixa e móvel).

Em contrapartida, os custos ligados a prestação dos serviços possuem reajustes definidos em contrato, alguns de natureza semelhante aos clientes, como o CPaaS-IoT e outros seguem definições de preços regulados pela ANATEL, como o CPaaS-Geral, CPaaS-OTT e VoIP para clientes no Brasil. Os clientes VoIP internacionais, assim como os preços, não experimentam grandes oscilações de custo e o fator determinante para a companhia é a oscilação cambial. Neste caso, contudo, por ter a receita e o custo em dólar, há pouco impacto nos resultados.

Contudo, parte dos custos de receitas em reais, possui componentes em dólar e, desta forma, sofre com oscilações cambiais. Nesta categoria, destacamos o segmento VoIP e o segmento CPaaS-IoT, o primeiro com custos associados aos serviços de tráfego de voz, Porta IP e plataformas operacionais e o segundo com custos associados a SIM Cards, roaming internacional e plataformas operacionais. Em todos estes casos, a Companhia, de modo a proteger a sua margem, faz hedge dos pagamentos internacionais utilizando derivativos do tipo NDF (*Non Deliverable Forward*), mitigando assim o efeito de variação cambial no caixa.

Na parte das despesas e custos fixos, as em moeda em real possuem reajustes associados a inflação, seja IPCA ou IPCM, como reajustes salariais, materiais e locações

Na maioria das vezes, a receita mensal segue um valor contratado pelo cliente, contudo, existe a possibilidade de aumento ou redução do escopo contratual a qualquer tempo, tornando ainda mais importante e percepção de qualidade e a relação com tomador do serviço.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Assim como citado no item (b) acima, os reajustes de receita e custo possuem *hegde* natural, pois ambos são reajustados pela inflação no caso do CPaaS-IoT. Nos demais segmentos, há uma flutuação natural de preços associadas aos custos, com as tarifas de interconexão definidas pela ANATEL atuando como um proxy destas variações.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) membros e no máximo 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes. Caso a Companhia tenha acionista controlador, o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das Sociedades por Ações, quando aplicáveis, serão necessariamente considerado(s) independente(s), nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Além de outras matérias previstas em lei, no Estatuto Social, no Regimento Interno do Conselho de Administração e nas políticas da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

(i) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições;

(ii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;

(iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

(v) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos;

(vi) nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia;

(vii) declarar dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto no artigo 30 do estatuto social, observado o disposto em lei;

(viii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do estatuto social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;

(ix) autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;

(x) outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como os administradores, empregados, prestadores de serviços de suas controladas e coligadas, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

(xi) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;

(xii) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas da Companhia, relativamente às operações de incorporação, cisão, fusão e transformação, exceto se tais operações ocorrerem entre sociedades pertencentes

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ao grupo econômico da Companhia, desde que o capital social de tais sociedades seja, direta ou indiretamente, integralmente detido pela Companhia;

(xiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("**OPA**") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xiv) aprovar ou alterar o plano de negócios da Companhia, compreendendo o orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e alterações importantes a eles relativas;

(xv) autorizar a aquisição de empresas, participação da Companhia em qualquer joint venture, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar;

(xvi) autorizar a realização de qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral, realizado em uma única operação, envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

(xvii) aprovar quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", debêntures ou endividamento de qualquer natureza, cujo valor envolvido seja superior a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento ou que as tornem mais onerosas para a Companhia ou para as subsidiárias;

(xviii) autorizar investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

(xix) autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, realizados em uma única operação, os quais são regidos pelo disposto no item (xviii) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia, que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;

(xx) autorizar a compra e/ou venda de quaisquer bens integrantes do ativo que, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses, envolvam valores superiores a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

(xxi) outorgar ou conceder garantias de qualquer natureza a terceiros, cujo valor envolvido, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses, seja superior a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas ou informações contábeis revisadas mais recentes;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxii) autorizar a prática de qualquer dos atos mencionadas nos itens (xv) a (xxi) acima pelas sociedades controladas pela Companhia;

(xxiii) alterar a estrutura da Diretoria da Companhia e/ou da diretoria e/ou administração de qualquer uma de suas subsidiárias;

(xxiv) aprovar ou alterar o plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das subsidiárias que represente: (a) alteração do endividamento previsto no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das subsidiárias, conforme o caso; e/ou (b) alteração do CAPEX em valor superior a 10% (dez por cento) do valor previsto no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das subsidiárias, conforme o caso e moeda aplicável. Em caso de controvérsia com respeito à aprovação do plano anual e/ou plurianual de negócios, o plano do ano imediatamente anterior será mantido, ajustado pela variação positiva do IPCA e para que não haja um índice de dívida líquida/EBITDA superior a 2 (dois) ao ano;

(xxv) realização de investimento em CAPEX em qualquer operação ou série de operações em valor superior em mais de 10% (dez por cento) ao estabelecido no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou de suas subsidiárias, conforme moeda aplicável;

(xxvi) abrir subsidiárias da Companhia ou de suas subsidiárias, sendo certo que não serão consideradas para este fim filiais da Companhia ou de suas subsidiárias;

(xxvii) cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas em lei e o Estatuto Social; e

(xxviii) definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão não estatutário de assessoramento permanente do Conselho de Administração composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, e seu regimento observa as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo que: (i) ao menos 1 (um) deles deve ser membro independente do Conselho de Administração; e (ii) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; sendo que o mesmo membro do Comitê poderá acumular as duas características previstas nos itens (i) e (ii) acima. A duração do mandato será de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria.

De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem:

(i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis;

(iv) acompanhar a evolução e atualização do mapeamento de riscos;

(v) acompanhar todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos;

(vi) acompanhar e assegurar a aplicação e confiabilidade da auditoria interna e dos controles internos;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vii) preparar, apresentar à administração da Companhia e divulgar, anualmente, relatório resumido das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo primeiro do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

(viii) avaliar, monitorar e recomendar a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;

(ix) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamento e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(x) garantir a clareza e a aderência da Companhia à sua missão, visão, valores, diretrizes estratégicas, Código de Ética e Conduta, políticas internas, procedimentos e processos;

(xi) avaliar e acompanhar operações com partes relacionadas, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas;

(xii) identificar conflitos de interesses;

(xiii) identificar oportunidades e a melhoria contínua;

(xiv) coordenar e monitorar o canal de denúncias e ouvidorias da Companhia, garantindo o bom funcionamento com independência, sigilo, confidencialidade e livre de retaliações;

(xv) investigar e monitorar eventos que coloquem em risco os controles internos ou o *compliance* da Companhia;

(xvi) assegurar que a grade de treinamento e capacitação de pessoal seja adequada, habilitando-os na capacidade de identificar, antecipar, mensurar, monitorar e, se for o caso, mitigar riscos; e

(xvii) assegurar que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa.

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria serão regidos pelos respectivos regimentos internos próprios, os quais foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, e entrarão em vigor no início da vigência do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3, os quais estabelecem as regras gerais relativas ao respectivo funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria poderão ser acessados nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm).

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) dois membros da Diretoria; (b) um membro da Diretoria e um procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos.

Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições de seu estatuto social, especialmente as seguintes competências específicas:

(i) o exercício das atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(ii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do referido exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Estatuto Social;

(iii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;

(iv) eleger e destituir os administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;

(v) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;

(vi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(vii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e

(ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, pelo Estatuto Social e/ou pelo Conselho de Administração da Companhia.

Individualmente, compete:

(i) ao Diretor Presidente: (i) ser responsável pela gestão e administração cotidianas dos negócios da Companhia, sempre em observância ao plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia vigente;(ii) fazer com que o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral sejam cumpridas; (iii) apresentar anualmente ao Conselho de Administração, para análise e, se o Conselho de Administração determinar que é conveniente, para aprovação, o relatório da administração e as contas dos Diretores, juntamente com o parecer dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros do exercício fiscal anterior; (iv) elaborar e sugerir ao Conselho de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Administração, o plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia, planos estratégicos, projetos de expansão e programas de investimento; e (v) realizar e coordenar as atividades dos Diretores no âmbito das atribuições e responsabilidades definidas para os Diretores pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social, bem como convocar e presidir as reuniões da Diretoria, quando necessário;

(ii) ao Diretor Financeiro: (i) será responsável pela gestão financeira cotidiana dos negócios da Companhia, sempre em observância ao plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia vigente; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (iv) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária da Companhia; e

(iii) ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Os Diretores sem designação específica terão sua competência atribuída pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado em 30 de abril de 2020 e possui regimento interno próprio aprovado em 30 de agosto de 2021.

O regimento interno do Conselho Fiscal pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm).

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

Após o deferimento do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria “A” da CVM e da listagem da Companhia e admissão das ações de sua emissão para negociação no segmento da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, as avaliações abrangerão tanto avaliação por órgão, quanto individual. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria realizarão as respectivas autoavaliações de suas atividades e identificarão anualmente possíveis melhorias em sua atuação, nos termos de seus regimentos internos.

O resultado das avaliações formais será considerado, subjetiva e qualitativamente, para a eventual reeleição dos membros da administração da Companhia, de modo a avaliar a aptidão e competência dos membros da administração da Companhia para o exercício de seus respectivos cargos na administração da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utilizará avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria, e da Diretoria, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas financeiras e comerciais, enquanto a avaliação subjetiva será realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementará planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria, e da Diretoria, no entanto, nos últimos três exercícios sociais não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do estatuto social da Companhia ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu presidente ou por dois dos seus membros, com pelo menos 30 dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 dias de antecedência em segunda convocação.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda:

(i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

(ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

(iv) alterar o Estatuto Social;

(v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;

(vi) aprovar planos de compra de ações ou de outorga de opção de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia ou quaisquer outros planos baseados em suas ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;

(vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(ix) aprovar a saída do Novo Mercado;

(x) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social;

(xii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia; e

(xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O edital de convocação das Assembleias Gerais poderá solicitar que os acionistas apresentem, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; e (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral realizada de modo presencial ou parcialmente digital munido dos documentos acima referidos até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. O acionista que pretender participar digitalmente de Assembleia Geral em que isto seja permitido deverá necessariamente realizar o depósito prévio antecipado dos documentos acima referidos, fornecendo ainda as eventuais informações e documentos adicionais necessários à viabilização da participação digital, sob pena de não ser admitido no conclave.

Os acionistas que desejarem ser representados por terceiro na Assembleia deverão outorgar procuração física ao seu representante. Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o acionista somente poderá ser representado na Assembleia Geral da Companhia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo1º, do Código Civil, o instrumento de mandato deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, a Companhia não exigirá que o procurador seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, devendo tais acionistas serem representados na forma dos seus documentos societários. A Companhia solicita que os procuradores de acionistas pessoas jurídicas apresentem, em adição aos documentos referidos acima, via original ou cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

registrados no órgão competente: (i) contrato, estatuto social ou regulamento; e (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico, exceto nos casos de procurações enviadas antecipadamente por meio eletrônico com posterior apresentação física no momento da assembleia. Contudo, tal regra pode ser flexibilizada em cada Assembleia Geral realizada pela Companhia, devendo ser observado o procedimento previsto em cada edital de convocação.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

Caso a Assembleia seja realizada presencialmente, a Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilamento daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Caso a Assembleia seja realizada presencialmente, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou, nos casos aplicáveis, candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para o endereço da sede social da Companhia, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@datora.net.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. Além disso, assembleias da Companhia poderão ser realizadas de modo parcialmente digital ou exclusivamente digital, sendo que se a assembleia geral for realizada de modo parcialmente ou exclusivamente digital, a Companhia poderá exigir do acionista que pretende participar digitalmente, por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, o depósito prévio, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, dos documentos mencionados acima, sob pena de não poder participar digitalmente do conclave.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á na periodicidade definida pelo próprio Conselho de Administração. No último exercício social, o Conselho de Administração realizou cinco reuniões.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia vigente, celebrado em 6 de novembro de 2019 ("**Acordo de Acionistas**"), prevê algumas restrições e vinculação ao exercício de voto. Contudo, o Acordo de Acionistas será automaticamente rescindido quando do lançamento da oferta pública de distribuição inicial de ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre o Acordo de Acionistas, veja item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores. Tão logo identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião em que o possível conflito seja levantado, até o encerramento do assunto.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária ("**Política de Indicação**") a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, entrará em vigor no início da vigência do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3, e poderá pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerai, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net)), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(ii) principais características

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumpre ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do seu estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, no estatuto social da Companhia, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Tomas Henrique Fuchs	19/01/1977	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2021	Até a data da primeira RCA após a AGO de 2023	4
263.773.858-89	Administrador de empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	24/08/2021	Sim	0.00%
N/A					
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	27/02/1973	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2021	Até a data da primeira RCA após a AGO de 2023	2
029.165.157-71	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	24/08/2021	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Samy Uziel	22/06/1974	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2021	Até a data da primeira RCA após a AGO de 2023	0
166.315.788-09	Engenheiro	19 - Outros Diretores	24/08/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretor sem designação específica			
Jorge Alberto Bichara de Melo	23/02/1961	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2021	Até a data da primeira RCA após a AGO de 2023	0
797.010.357-04	Engenheiro	19 - Outros Diretores	24/08/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretor sem designação específica			
Eduardo Henriques Resende	07/03/1973	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2021	Até a data da primeira RCA após a AGO de 2023	0
003.741.876-90	Engenheiro	19 - Outros Diretores	24/08/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretor sem designação específica			
Raul Fuchs	14/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
290.627.538-76	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2021	Sim	100.00%
N/A					
Plinio Villares Musetti	27/01/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
954.833.578-68	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2021	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
N/A					
Eduardo Zimmer Sampaio	27/01/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
764.203.700-78	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2021	Não	100.00%
N/A					
Humberto Ribeiro Peixoto	24/03/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
071.605.186-91	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2021	Não	100.00%
N/A					
Daniel Tibor Fuchs	26/09/1973	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
175.969.248-40	Empresário	39 - Outros Conselheiros / Diretores	24/08/2021	Sim	100.00%
N/A		Presidente do Conselho e Diretor sem designação específica			
Luiz Guilherme Esteves Marques	01/06/1974	Conselho Fiscal	23/04/2021	Até AGO 2022	0
038.044.267-19	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	23/04/2021	Sim	100.00%
N/A					
Luiz Carlos Ribeiro de Oliveira	21/05/1945	Conselho Fiscal	23/04/2021	Até AGO 2022	0
127.945.387-72	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	23/04/2021	Sim	0.00%
N/A					
Jordano Campos Amorim	15/03/1988	Conselho Fiscal	23/04/2021	Até AGO 2022	1
089.433.306-26	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	23/04/2021	Sim	100.00%
N/A					
Maria Angela Salustiano e Silva Oliveira	15/01/1958	Conselho Fiscal	23/04/2021	Até AGO 2022	0
062.650.698-02	Engenheira	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	23/04/2021	Sim	0.00%
N/A					
Bernardo Silviano Brandão Vianna	15/05/1986	Conselho Fiscal	07/07/2021	Até AGO 2022	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
081.104.076-33	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/07/2021	Não	100.00%
N/A					
Lívia Maurizi Passos Araújo	27/10/1989	Conselho Fiscal	07/07/2021	Até AGO 2022	0
106.200.906-18	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/07/2021	Não	0.00%
N/A					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Tomas Henrique Fuchs - 263.773.858-89

Tomas Henrique Fuchs é graduado em Administração de Empresas com especialização em Harvard University no curso OPM (Owner and President Management). Também é membro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Atua como CEO da Companhia, bem como Presidente do Conselho de Administração da TelComp – Associação Brasileira das Operadoras Competitivas e membro do Conselho de Administração do Museu da Imaginação. Ademais, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Datora Mobile Telecomunicações S.A. até dezembro de 2019.

O Sr. Tomas não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva - 029.165.157-71

Executivo, C-level com mais de 22 anos de experiência em setores de telecomunicações e tecnologia. Atuou em diversas posições de liderança, passando por vendas, operações, recursos humanos, produção, planejamento e finanças. Acumula mais de 6 anos de experiência na área financeira, com extensão para as áreas de Planejamento e Recursos Humanos, tendo liderado processos como Planejamento Econômico e financeiro, Planejamento Tributário, Planejamento Estratégico, Planos de Incentivo de curto e longo prazo, desenvolvimento de cultura organizacional, due diligences, valuation, modelagem e gestão de tesouraria, gestão contábil e fiscal, mercado de crédito e mercado de capitais. Experiência em negócios internacionais gerenciando unidades com base na Europa e Estados Unidos. Bagagem de reporte à conselho e mais de 6 anos conduzindo auditorias com Big4 no Brasil. Graduação em Engenharia na UFRJ, Mestrado em Administração e Estratégia na PUC-RJ, Pós em Telecomunicações no Ibmec/RJ, Pós Graduado pelo PGA – Programa de Gestão Avançada na FDC/Insead e MBA Executivo em Finanças na Saint Paul.

O Sr. Claude não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Samy Uziel - 166.315.788-09

Samy Uziel é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com especialização em Administração Industrial pela Fundação Vanzolini. Na sua carreira atuou nas áreas de desenvolvimento de infraestrutura e da qualidade. Com mais de 20 anos de experiência no mercado de telecomunicações. Na Datora, além de fundador atuou como Diretor nas áreas de Engenharia, TI e Operações. Atualmente exerce a função de Vice Presidente da Companhia na área de Inovação e Novos Negócio.

O Sr. Samy não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Jorge Alberto Bichara de Melo - 797.010.357-04

Engenheiro, formado pela Universidade Gama Filho com especialização em Análise e Projeto de Sistemas, pelo IBAM (instituto Brasileiro de Administração Municipal) em Empreendedorismo e Novos Negócios pela UFRJ. Com mais de 35 anos de experiencia no mercado de telecomunicações, desenvolveu sua carreira na Embratel, onde passou por diversos cargos executivos e de gestão, como por exemplo: gestão técnica, operacional, qualidade de serviços, desenvolvimento de produtos, gestão de negócios de voz nacional e internacional. Chegou em 2010, no Grupo Datora sendo responsável pelo startup técnico e regulatório das duas primeiras operadoras no modelo móvel virtual do Brasil, após assumiu a Diretoria Financeira e atualmente exerce o cargo de Diretor atuando nas áreas de Relacionamento das Grandes Operadoras Nacionais, Regulatória e Jurídica.

O Sr. Jorge não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Eduardo Henriques Resende - 003.741.876-90

Eduardo Henrique Resende é Diretor da Companhia desde 2014, onde participou e foi responsável pela gestão da primeira operação de rede móvel (MVNO) brasileira. Tem vasto conhecimento e especialização em mercado de IOT, M2M, desenvolvimento de negócios, gerenciamento de projetos, vendas, marketing, estratégia e inteligência competitiva, parcerias internacionais de atacado, questões regulatórias de telecomunicações e experiência no mercado de telecomunicações, bem como em operações envolvendo startups. Trabalhou durante 16 anos na empresa de telefonia Tim Brasil, onde foi gerente sênior regulatório, gerente sênior de marketing e head de parcerias e estratégias de atacado. Eduardo é engenheiro elétrico pela Universidade de Minas Gerais e pós-graduado em telecomunicações pelo Ibmec.

O Sr. Eduardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Raul Fuchs - 290.627.538-76

Raul Fuchs possui certificação de Gestão na Fundação Dom Cabral e no IMD International Institute for Management Development. Foi por 4 anos membro do Conselho de Administração da Datora Mobile Telecomunicações S.A. Atualmente é Diretor Comercial da área internacional na Datora Telecom e membro do Conselho de Administração da Datora Participações S.A.
Com mais de 26 anos de experiência no mercado de VOIP e é sócio fundador da Companhia.

O Sr. Raul não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Plinio Villares Musetti - 954.833.578-68

Plinio atualmente é sócio da gestora de investimentos Janos Holding, membro dos Conselhos de Administração das empresas de capital aberto Adecoagro, RaiaDrogasil, e Grupo Notre Dame Intermédica. Começou sua carreira no Grupo Villares em administração de projetos de expansão, evoluindo para a área financeira onde foi Diretor Financeiro até 1991. Por 10 anos, foi Presidente Executivo da Elevadores Atlas S.A. e posteriormente da Elevadores Atlas Schindler S.A. Em 2002 tornou-se sócio do JPMorgan Partners, braço de Private Equity do banco JPMorgan Chase e por seis anos participou de operações de investimento em empresas, desinvestimentos e gestão de empresas do portfólio. A partir de 2008 foi Presidente Executivo da Satipel Industrial S.A., tendo participado de todo o processo de fusão com a Duratex, concluído em setembro de 2009. A partir de 2010 tornou-se sócio da Pragma Patrimonio responsável pela área de Participações em empresas, que posteriormente se transformou na Janos Holding. É formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, com especialização pelo “Program for Management Development” da Harvard Business School (EUA).

O Sr. Plinio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Eduardo Zimmer Sampaio - 764.203.700-78

Empreendedor, executivo C-Level, com mais de 22 anos de experiência em setores de siderurgia, público, serviços e varejo. Larga experiência em finanças corporativas (mais de 20 anos de experiência em M&A, due diligence, valuation, modelagem e planejamento financeiro, orçamento, gestão de tesouraria, gestão de riscos, negociação bancária. Experiência em desenvolvimento de negócios internacionais e nacionais, incluindo atuação nas fases de planejamento e análise de viabilidade, startup, crescimento, alinhamento e restruturação. Formado em Administração com ênfase em finanças pela UFRGS, MBA Executivo na Fundação Dom Cabral, inglês fluente, cursos de educação executiva no INSEAD (Estratégia), INSPER (M&A e Turnaround) e formação de Conselheiros de Administração no IBGC.

O Sr. Eduardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019, em razão do exercício dos cargos de Diretor Estatutário na CODEMGE e de Presidente da Casa da Moeda.

Humberto Ribeiro Peixoto - 071.605.186-91

Administrador, como mais de 30 anos de experiência nos setores de Petróleo & Gás, Têxtil e Confecção, Público e Serviços. Atual Diretor de Ativos e Mercado da CODEMGE, antes atuou no Ministério da Economia na Secretaria do Patrimônio da União por 2 anos. Antes de se juntar a Companhia foi Diretor Executivo no Grupo Onogás por 6 anos, com passagem pela Localiza na área de novos negócios, posteriormente Diretor Superintendente da Arco Petróleo durante 8 anos e CEO do Grupo Multifiber por mais de 10 anos. Formado em Administração pela UFMG; Pós-graduado pela Fundação João Pinheiro / MG; Política e Estratégia Empresarial para Altos Executivos, FJP/ Graduate School of Business – Columbia University; Formação de Conselheiro pelo IBGC.

O Sr. Humberto não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019, em razão do exercício do cargo de Diretor de Gestão de Ativos e Mercado da CODEMGE.

Daniel Tibor Fuchs - 175.969.248-40

Daniel Tibor Fuchs é graduado em Computação, com MBA em Marketing pelo Insper, Sócio fundador da Companhia e é responsável pela área de inovação e por embasar o desenvolvimento da Estratégia das empresas do grupo, bem como a concepção de novos produtos e serviços baseados nas mais avançadas tendências tecnológicas. Em 1996, participou na implementação e uso da tecnologia de transmissão de Voz por redes IP (VoIP) e em 2010, da implantação das duas primeiras MVNOs do Brasil. Nos últimos anos, tem se dedicado aos desafios de TI e de Internet das Coisas (IoT), buscando integração entre plataformas especializadas, dispositivos inovadores e elementos da rede móvel. Agora em 2021, fica focado na parte de Inovação da Companhia.

O Sr. Daniel não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Luiz Guilherme Esteves Marques - 038.044.267-19

Executrivo C-Level, com mais de 25 anos de experiência no mercado corporativo e de capitais. Desempenhando papel relevante nos setores financeiro, petroquímico, logística e óleo e gás. Com carreira desenvolvida na gestão das áreas de Corporate Finance; Relacionamento com Investidores; Reestruturação, Planejamento Financeiro, M&A e Valuation; Controladoria, Orçamento e Auditoria; assim como Equity Research e Controle de Risco de Mercado. Formado em Engenharia de Produção pela UFRJ, com pós-graduação em Economia pela UFRJ e MBA e Mestrado em Finanças no IBMEC.

O Sr. Luiz Guilherme não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019, em razão de sua esposa ser funcionária da FINEP.

Luiz Carlos Ribeiro de Oliveira - 127.945.387-72

Graduado em engenharia Elétrica e de Telecomunicações desde 1976, com pôs graduação em Engenharia Econômica e Segurança do Trabalho. Mais de 40 anos no mercado de telecomunicações nas áreas de operações de serviços e vendas, abrangendo estudos de viabilidade, planos estratégicos e de negócios, além de ampla visão do sistema de telecomunicações do Brasil e por 25 anos, professor da área de Telecomunicações do CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro.

O Sr. Luiz Carlos não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Jordano Campos Amorim - 089.433.306-26

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de São João Del Rei (“UFSJ”) e pós-graduando em Gestão com ênfase em Finanças pela Fundação Dom Cabral (“FDC”). Possui 8 anos de experiência em auditoria externa (Big 4) atendendo clientes de diversos segmentos, vivência em controladoria de grandes empresas e participação em Conselho Fiscal.

O Sr. Jordano não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Maria Angela Salustiano e Silva Oliveira - 062.650.698-02

Engenheira, formada pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB, com MBA em Direito Contratual pela Fundação Getúlio Vargas – GV e especialização em Compliance pelo INSPER. Com mais de 30 anos de experiencia nos setores de tecnologia e telecomunicações, desenvolveu sua carreira em empresas como Metal Leve Automação, Allen Bradley – Rockwell Automation, Octel /Telesisa, onde passou por diversos cargos de gestão e executivos. Chegou em 2010 ao grupo econômico da Datora, desde então atua na área Regulatória e Jurídica.

A Sra. Maria Angela não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

Bernardo Silviano Brandão Vianna - 081.104.076-33

Bernardo Silviano Brandão Vianna é advogado, formado pela Faculdade de Direito Milton Campos de Nova Lima/MG. Trabalhou em empresas nos ramos de construção civil, mineração e saúde, atuando nas áreas de Direito Empresarial, Trabalhista e Cível. Em 2018, Bernardo se candidatou ao cargo de deputado estadual pelo partido NOVO. Após a campanha eleitoral, auxiliou na transição do Governo de Minas Gerais e a partir de janeiro de 2019 passou a ocupar o cargo de Relações Institucionais na Vice-Governadoria do Estado, assessorando o Vice-Governador Paulo Brant. Ainda, de forma voluntária, assessorou a Presidência do Servas - Serviço Social Autônomo. Em novembro de 2019, Bernardo foi nomeado Secretário de Estado Adjunto de Cultura e Turismo do Governo de Minas Gerais, função que atualmente exerce.

O Sr. Bernardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019, em razão do exercício do cargo de Secretário Adjunto de Cultura e Turismo de Minas Gerais.

Lívia Maurizi Passos Araújo - 106.200.906-18

Lívia Maurizi Passos Araújo é graduada em Ciências Econômicas (UFMG), MBA em Finanças (IBMEC). Atuou como consultora da Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações, atualmente ocupa o cargo de Assessora da Presidência da Codemge.

O Sra. Lívia não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019, em razão do exercício do cargo de Assessora da Presidência da CODEMGE.

727

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Tomas Henrique Fuchs - 263.773.858-89	
N/A	
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva - 029.165.157-71	
N/A	
Samy Uziel - 166.315.788-09	
N/A	
Jorge Alberto Bichara de Melo - 797.010.357-04	
N/A	
Eduardo Henriques Resende - 003.741.876-90	
N/A	
Raul Fuchs - 290.627.538-76	
N/A	
Plinio Villares Musetti - 954.833.578-68	
N/A	
Eduardo Zimmer Sampaio - 764.203.700-78	
N/A	

Humberto Ribeiro Peixoto - 071.605.186-91

N/A

Daniel Tibor Fuchs - 175.969.248-40

N/A

Luiz Guilherme Esteves Marques - 038.044.267-19

N/A

Luiz Carlos Ribeiro de Oliveira - 127.945.387-72

N/A

Jordano Campos Amorim - 089.433.306-26

N/A

Maria Angela Salustiano e Silva Oliveira - 062.650.698-02

N/A

Bernardo Silviano Brandão Vianna - 081.104.076-33

N/A

Lívia Maurizi Passos Araújo - 106.200.906-18

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, foi aprovada a instalação do Comitê de Auditoria, como membro de assessoramento do Conselho de Administração, o qual entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado. Para mais informações sobre os membros do Comitê de Auditoria, veja o item 12.12 abaixo.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Datora Participações e Serviços S.A.	07.704.246/0001-93	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Daniel Tibor Fuchs	175.969.248-40	Datora Participações e Serviços S.A.	07.704.246/0001-93	
Presidente do Conselho de Administração e Diretor sem designação específica				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Datora Participações e Serviços S.A.	07.704.246/0001-93	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Raul Fuchs	290.627.538-76	Datora Participações e Serviços S.A.	07.704.246/0001-93	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Raul Fuchs	290.627.538-76	Datora Participações e Serviços S.A.	07.704.246/0001-93	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Daniel Tibor Fuchs	175.969.248-40	Datora Participações e Serviços S.A.	07.704.246/0001-93	
Presidente do Conselho de Administração e Diretor sem designação específica				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Controle	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Datora Pag Ltda.	37.945.736/0001-42		
Diretor Financeiro			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Tomas Henrique Fuchs	263.773.858-89	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	18.384.930/0001-51		
Diretor			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Datora Telecomunicações Ltda.	39.495.486/0001-11		
Diretor			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva	029.165.157-71	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	26.433.865/0001-35		
Diretor			
Observação			
N/A			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui apólice de seguro de responsabilidade civil para administradores da Companhia ("**D&O**"). Contudo, a Companhia está negociando D&O com seguradoras de primeira linha, em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores da Companhia o pagamento ou o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia e do pagamento de multas, penalidades e acordos contratuais e administrativos impostos aos administradores da Companhia, durante o regular exercício de suas atividades.

Nos termos de seu estatuto social, a Companhia indenizará e/ou manterá indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "**Beneficiários**"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Não obstante, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não celebrou com seus com seus administradores qualquer compromisso de indenidade que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	(i) proposta de incorporação da Chaicomm Services Holding Ltda. pela Companhia; (ii) "Protocolo e Justificativa de Incorporação" celebrando entre as administrações da Companhia e da Chaicomm Services; (iii) ratificação da nomeação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda.; (iv) Laudo de Avaliação elaborado pelos peritos e mencionado no item (iii); e (iv) a operação de incorporação e a redução do capital social em virtude da incorporação do acervo incorporado.	30/07/2018	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) incorporação da Datocenter Serviços de Locação e Suporte de Equipamentos de Informática e Telecomunicações Ltda.; (ii) exame e aprovação do Laudo de avaliação; e (iii) proposta de aprovação do Protocolo e da Incorporação, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo.	30/09/2019	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aumento do capital social da Companhia.	04/12/2019	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) retificação da ata da Assembleia Geral da Companhia datada de 4/12/2019, arquivada na JUCESP sob nº 2.274.753/19-2, em sessão de 11/12/2019; e (ii) ratificar os demais itens da AGE ora ratificada.	18/12/2019	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aumento do capital social da Companhia; (ii) reforma integral do estatuto social da Companhia; (iii) renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) eleição e reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.	27/12/2019	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) retificação e ratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2019.	03/02/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) retificação dos itens 5.1, 5.1.1(i) e 5.1.2 da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2019; e (ii) ratificação dos demais itens da referida Assembleia Geral Extraordinária.	10/02/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	(i) projeto FINTECH, empresa com finalidade de explorar serviços financeiros para atender as necessidades dos parceiros do Grupo Datora; (ii) abertura de subsidiária na França para migração dos negócios da Suécia, de acordo com o planejamento apresentado no ARCA de 09/03/2020; e (iii) criação de uma ONG – Escola Conectada, de acordo com a apresentação sugerida pela administração na ARCA de 09/03/2020.	09/03/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) tomada de contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (ii) instauração do Conselho Fiscal.	30/04/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) o ingresso de sócios na subsidiária da Companhia, Datora Telecomunicações Ltda.	27/05/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) renúncia de membro do Conselho de Administração; e (ii) eleição e reeleição dos membros do Conselho de Administração.	02/06/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em AGO, (i) ratificação da remuneração da Administração da Companhia para o exercício de 2020. Em AGE: (i) apresentação da posição do JCP das empresas do Grupo e do benefício fiscal esperado; (ii) absorção de prejuízos da Companhia, mediante a utilização do saldo da conta de Reserva de Capital e parte mediante redução do capital social da Companhia e (iv) alteração do artigo 5º do estatuto social e sua consolidação.	18/11/2020	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) renúncia de membro do Conselho de Administração; e (ii) eleição de novo membro do Conselho de Administração e ratificação da atual composição dos demais membros.	22/04/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) alteração do endereço da sede; (ii) estabelecimento de alçada de aprovação bancária; (iii) inclusão de parágrafo 5º no artigo 24 do estatuto social para estabelecer a competência do Conselho de Administração para deliberar acerca do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP); (iv) a distribuição e pagamento de JCP referente ao exercício de 2020; e (v) outros assuntos de interesse da Companhia.	24/02/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020; (ii) distribuição de dividendos e a destinação do lucro; e (iii) eleição do Conselho Fiscal da Companhia.	23/04/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	(i) renúncia de membro do Conselho de Administração; (ii) eleição de novos membros titulares do Conselho de Administração; (iii) ratificação da atual composição do Conselho de Administração; (iv) renúncia de membro efetivo e membro suplente do Conselho Fiscal; (v) eleição de novos membros titular e suplente do Conselho Fiscal; (vi) ratificação da atual composição do Conselho Fiscal; e (vii) ratificação da remuneração global do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, referente ao exercício social de 2021.	07/07/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) a autorização para realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM; (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3; (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações, a ser registrada junto à CVM ("Oferta").	24/08/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) a alteração da composição do número de membros do Conselho de Administração; (ii) a eleição de membros do Conselho de Administração; (iii) a eleição, sob condição suspensiva, de novos membros do Conselho de Administração; (iv) a alteração do objeto social da Companha; e (v) a reforma e consolidação do Estatuto Social	24/08/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) retificação e ratificação da remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social de 2021; (ii) a aprovação do Primeiro Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia; e (iii) a aprovação do Segundo Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia	27/08/2021	Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações	100%

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("**IBGC**"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

12.12 - Outras informações relevantes

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

(i) capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

(ii) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;

(iii) contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;

(iv) conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;

(v) não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;

(vi) adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;

(vii) definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;

(viii) atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e

(ix) utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

12.12 - Outras informações relevantes

Membros independentes do Conselho de Administração – Informações adicionais ao item 12.5 / 12.6

A Companhia esclarece que os membros independentes do conselho de administração foram eleitos em assembleia geral da Companhia realizada em 24 de agosto de 2021, contudo, a posse dos referidos membros está condicionada à assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado. Dessa forma, com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia passará a ser composto pelos membros abaixo indicados, observado, ainda, que a posse dos referidos membros independentes está sujeita ao início da vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Daniel Tibor Fuchs	26/09/1973	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
175.969.248-40	Empresário	39 - Outros Diretores Presidente do Conselho e Diretor sem designação específica	24/08/2021	Sim	100%
N/A					
Raul Fuchs	14/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
290.627.538-76	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2021	Sim	100%
N/A					
Plinio Villares Musetti	27/01/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
954.833.578-68	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2021	Sim	100%
N/A					

12.12 - Outras informações relevantes

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Eduardo Glitz	07/04/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
944.363.980-72	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	Sim	100%
N/A					
Maria Carolina Ferreira Lacerda	21/08/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2021	Até a AGO de 2023	0
151.686.438-76	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	Sim	100%
N/A					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Daniel Tibor Fuchs
Daniel Tibor Fuchs é graduado em Computação, com MBA em Marketing pelo Insper, Sócio fundador da Companhia e é responsável pela área de inovação e por embasar o desenvolvimento da Estratégia das empresas do grupo, bem como a concepção de novos produtos e serviços baseados nas mais avançadas tendências tecnológicas. Em 1996, participou na implementação e uso da tecnologia de transmissão de Voz por redes IP (VoIP) e em 2010, da implantação das duas primeiras MVNOs do Brasil. Nos últimos anos, tem se dedicado aos desafios de TI e de Internet das Coisas (IoT), buscando integração entre plataformas especializadas, dispositivos inovadores e elementos da rede móvel. Agora em 2021, fica focado na parte de Inovação da Companhia. O Sr. Daniel não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

12.12 - Outras informações relevantes

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Raul Fuchs
Raul Fuchs possui certificação de Gestão na Fundação Dom Cabral e no IMD International Institute for Management Development. Foi por 4 anos membro do Conselho de Administração da Datora Mobile Telecomunicações S.A. Atualmente é Diretor Comercial da área internacional na Datora Telecom e membro do Conselho de Administração da Datora Participações S.A. Com mais de 26 anos de experiência no mercado de VOIP e é sócio fundador da Companhia. O Sr. Raul não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.
Plinio Villares Musetti
Plinio atualmente é sócio da gestora de investimentos Janos Holding, membro dos Conselhos de Administração das empresas de capital aberto Adecoagro, RaiaDrogasil, e Grupo Notre Dame Intermédica. Começou sua carreira no Grupo Villares em administração de projetos de expansão, evoluindo para a área financeira onde foi Diretor Financeiro até 1991. Por 10 anos, foi Presidente Executivo da Elevadores Atlas S.A. e posteriormente da Elevadores Atlas Schindler S.A. Em 2002 tornou-se sócio do JPMorgan Partners, braço de Private Equity do banco JPMorgan Chase e por seis anos participou de operações de investimento em empresas, desinvestimentos e gestão de empresas do portfólio. A partir de 2008 foi Presidente Executivo da Satipel Industrial S.A., tendo participado de todo o processo de fusão com a Duratex, concluído em setembro de 2009. A partir de 2010 tornou-se sócio da Pragma Patrimonio responsável pela área de Participações em empresas, que posteriormente se transformou na Janos Holding. É formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, com especialização pelo “Program for Management Development” da Harvard Business School (EUA). O Sr. Plinio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

745

12.12 - Outras informações relevantes

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Eduardo Glitz
Eduardo Glitz, formado em Administração de empresas, pós graduado em finanças pela UFRGS. Iniciou a carreira no varejo no Grupo Sonae, posteriormente adquirido pelo Wal Mart em sua expansão no Brasil, se tornou o gerente mais jovem da empresa aos 24 anos. Em 2006 deixou o Wal Mart para empreender no mercado financeiro se juntando com a XP Investimentos, ainda um pequeno escritório de representação em Porto Alegre. Durante 10 anos na XP exerceu diversas funções de liderança, como CEO da XP Gestão de Recursos, CEO da XP Seguros e posteriormente CEO de toda operação de varejo da XP. Durante este período participou de forma ativa da gestão da empresa bem como a relação com os fundos de investimento, que entraram em 2011 (Actis) e 2012 (General Atlantic), envolvendo desde a criação do primeiro conselho de administração até o inicio das operações em outros países. Foi o criador do modelo de shopping de investimentos, com plataforma aberta de produtos que hoje se tornou o padrão do mercado e foi o alicerce de transformação da XP em uma corretora de valores focada em bolsa para uma empresa de investimentos. Foi diretor estatutário da empresa, membro do conselho e um dos principais acionistas durante este período. Deixou de ser acionista da empresa em 2016, e depois de uma jornada de 1 ano passando por 42 paises, focado em entender todas as mudanças tecnológicas e tendências que estavam surgindo, voltou ao mercado participando de forma ativa como investidor e empreendedor na criação de empresas voltadas para a nova economia como Startse, Warren, Vortx, Fitbank, Monkey, Conta Simples, Yuool, Captable e Lovin. Parte relevantes destas empresas hoje estão maduras, e Eduardo atua junto com conselho de administração de todas, dividindo a mesa com fundos e investidores como Kaszek, Ribbit, GIC, QED, JP Morgan, FTV, Kinea, entre outros. Eduardo também é autor do livro Empreendedores, onde compartilha, junto com seus sócios Pedro e Marcelo, suas visões sobre tendências e gestão na Nova Economia. É sócio controlador da Startse, a maior plataforma de educação executiva para a Nova Economia, o que lhe permite estar constantemente próximo e presente nos principais ambientes de inovação do mundo como Vale do Silicio e China. O Sr. Eduardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.
Maria Carolina Ferreira Lacerda
Com 25 anos de experiência em instituições financeiras como os bancos UBS, Merrill Lynch, Deutsche Bank e Bear Stearns, Carolina Lacerda hoje atua como Conselheiro de Administração e membro de comitês de auditoria estatutários de grandes corporações brasileiras como BR Distribuidora (BRDT3), Rumo Logistica (RAIL3) e Hypera Pharma (HYPE3/HYPMY). Ela já foi diretora da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, representante da CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras e membro do Conselho Consultivo da Câmara de Listagem da BM&FBovespa. Carolina é atualmente mentora do Programa de Diversidade em Conselhos do IBGC e Membro do Comitê de Investimentos do Sempre FEA, fundo patrimonial independente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Ela é economista formada pela FEA-USP (1994) com MBA pela Columbia University (1999). Possui certificação de Conselheira pelo IBGC e o "*Corporate Directors Certificate*" pela Harvard Business School. A Sra. Maria Carolina não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

12.12 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 12.7 / 12.8

Cumpre esclarecer que o Comitê de Auditoria entrará em funcionamento na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado. Dessa forma, os membros do Comitê de Auditoria foram eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021, contudo, a posse dos referidos membros está condicionada à assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado. Dessa forma, com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Comitê de Auditoria da Companhia passará a ser composto pelos membros abaixo indicados, observado, ainda, que a posse dos referidos membros está sujeita ao início da vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Nome	**Tipo comitê**	**Cargo ocupado**	**Profissão**	**Data de eleição**	**Prazo do mandato**	**Percentual de participação nas reuniões**
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data de posse**	**Número de mandatos consecutivos**	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)	Administrador	24/08/2020	2 anos	0%
769.488.977-20	N/A	N/A	16/11/1961	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
N/A						
Maria Fernanda Teixeira	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)	Administradora	24/08/2020	2 anos	0%
765.087.908-97	N/A	N/A	10/08/1952	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
N/A						

12.12 - Outras informações relevantes

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data de posse**	**Número de mandatos consecutivos**	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Maria Carolina Ferreira Lacerda	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)	Graduação em Negócios	24/08/2020	2 anos	0%
151.686.438-76	N/A	Coordenador do Comitê de Auditoria	21/08/1972	Data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado	0	
Membro independente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior possui experiência profissional na gestão de empresas de serviços, indústria e varejo, com experiência profissional como Diretor, Diretor Presidente, Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal de companhias renomadas, com know how nos setores de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários; incorporação de lotes urbanos; setor de produção de energia renovável, em especial a energia eólica, de geração de hidrelétrica e comercialização de energia. Atualmente atua como membro do conselho de administração da Saraiva S.A., membro do Conselho Fiscal da Renova Energia S.A., membro suplente do Conselho Fiscal Notre Dame Intermédica S.A., membro suplente do Conselho Fiscal da Tecnisa S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A., membro do Comitê de Auditoria da Multilaser, Sócio–Diretor da OREA Consultoria Empresarial, Idealizador da BR Rating, primeira agência de Rating em Governança e Curador da Fundação São Isidro, fundação sem fins lucrativos Inserir currículo. O Sr. Olavo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

748

12.12 - Outras informações relevantes

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Maria Fernanda Teixeira
Maria Fernanda Teixeira atualmente é membro do comitê de auditoria do Grupo Simpar – Holding e do Grupo Vamos, membro do Comitê de Finanças e Riscos da Raia Drogasil, Presidente do Comitê de Diversidade e Inclusão da Ancham, Presidente do Conselho de Administração da Pérola S.A. – Fertilizantes – Nutrien e membro do Conselho de Administração da The Dialogue for Americans – Think Tank em Washington. Tem sua carreira executiva construída em empresas de grande porte de diversos segmentos e experiência técnica com gestão de empresas nacional e internacional, aquisições, IPO´s, *compliance*, auditoria, finanças, riscos, ESG, transformação digital, tecnologia da informação e inovação. Reconhecida e premiada três vezes pela Forbes Magazine como (i) executiva do ano; (ii) tecnologia da informação top executiva; e (iii) executiva de negócios; reconhecida pela revista Latin America Magazine como "Top Leader in Latin America" e referência em vários livros de negócios sobre tecnologia e liderança feminina. A Sra. Maria Fernanda não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.
Maria Carolina Ferreira Lacerda
Com 25 anos de experiência em instituições financeiras como os bancos UBS, Merrill Lynch, Deutsche Bank e Bear Stearns, Carolina Lacerda hoje atua como Conselheiro de Administração e membro de comitês de auditoria estatutários de grandes corporações brasileiras como BR Distribuidora (BRDT3), Rumo Logistica (RAIL3) e Hypera Pharma (HYPE3/HYPMY). Ela já foi diretora da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, representante da CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras e membro do Conselho Consultivo da Câmara de Listagem da BM&FBovespa. Carolina é atualmente mentora do Programa de Diversidade em Conselhos do IBGC e Membro do Comitê de Investimentos do Sempre FEA, fundo patrimonial independente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Ela é economista formada pela FEA-USP (1994) com MBA pela Columbia University (1999). Possui certificação de Conselheira pelo IBGC e o "*Corporate Directors Certificate*" pela Harvard Business School. A Sra. Maria Carolina não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 05 de dezembro de 2019.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2021 ("**Política de Remuneração**") estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria (em conjunto, os "**Administradores**"), dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia (em conjunto com os Administradores, "**Executivos**").

A Política de Remuneração tem como principal função alinhar os interesses dos Executivos e os objetivos da Companhia, utilizando como base as melhores práticas adotadas pelo mercado. Os seus princípios norteadores são: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e gestão das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) assegurar o alinhamento dos incentivos aos colaboradores de maneira meritocrática e compatíveis com as responsabilidades de cada cargo; e (iii) garantir a competitividade frente o mercado de trabalho.

A Política de Remuneração pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração global dos Executivos poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto com relação aos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, os quais farão jus somente à remuneração fixa.

Ressalta-se que os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, dentre outras características. Ainda, os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração são remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração.

Remuneração fixa

A remuneração fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Variável

A remuneração variável tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais, de área e coletivas.

Benefícios

O pacote de benefícios tem por objetivo oferecer aos Administradores um pacote compatível com a prática de mercado.

Remuneração baseada em ações

A remuneração baseada em ações tem o condão de promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia e proporcionando às pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento, a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, estimulando essas pessoas a contribuírem e participarem do seu sucesso.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	% em relação à remuneração total			
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	69,45%	30,45%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciaram às suas respectivas remunerações referentes aos cargos de conselheiros e/ou diretores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Com relação ao Conselho Fiscal, este foi instalado em 30 de abril de 2020.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O limite da remuneração global dos administradores é determinado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, mediante proposta da administração da Companhia, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, conforme disposto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, e as diretrizes da Política de Remuneração. Este valor poderá ser reajustado de acordo com as práticas de mercado ou corrigido monetariamente.

Uma vez definido o valor global da remuneração dos administradores, cabe ao Conselho de Administração distribuir a remuneração entre seus próprios membros, os membros da Diretoria e os membros dos comitês de assessoramento, observadas as diretrizes da Política de Remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração pagam aos Executivos são incentivos para a melhoria de sua gestão e retenção, visando ao ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) membros não remunerados

Atualmente, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, com exceção dos membros independentes do Conselho de Administração, renunciaram às suas respectivas remunerações referentes ao cargo de conselheiros.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa dos Executivos é determinada com base nas melhores práticas e valores de referência no mercado, por meio de pesquisas salariais. A remuneração variável de curto prazo (ICP) está pautada em metas financeiras e comerciais, tais como crescimento de receita líquida, EBITDA, geração de caixa operacional, índice de satisfação de clientes (através do NPS de cada linha de negócio). Referidos indicadores estão diretamente relacionados com o desempenho operacional e financeiro da Companhia, capturando as metas de crescimento definidas e garantindo o alinhamento dos executivos ao planejamento da Companhia anualmente.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, por meio da qual são estabelecidas metas para o atingimento de resultados através do planejamento estratégico, portanto, existe a premissa básica de geração de valor para a Companhia e seus acionistas, possibilitando assim, a obtenção de recursos necessários para a remuneração proposta.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da Companhia é baseada nas melhores práticas do mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios, incentivando os executivos e alinhando seus interesses com os da Companhia. O plano de remuneração variável da Companhia está atrelado ao cumprimento de metas estratégicas, que viabilizarão o crescimento sustentável e aumento de rentabilidade da Companhia, em médio e longo prazo.

Nesse sentido, para o curto prazo, a Companhia buscar obter o alinhamento de interesses com seus administradores, por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Para o médio e longo prazo, a Companhia visa obter tal alinhamento por meio do Programa de Participação nos Lucros, que vincula as performances individuais e da respectiva área às metas anuais e resultado global da Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos termos da Política de Remuneração da Companhia, a remuneração dos Executivos poderá ser paga pela Companhia ou por meio de suas controladas. Nesse sentido, a prática adotada pela

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Companhia referente à aprovação do montante global da remuneração da administração considera a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, do valor total a ser suportado pela Companhia e/ou por suas controladas com relação à remuneração dos Administradores da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) é fixada pela Assembleia Geral, sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração é fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral. Além disso, cabe ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos Executivos, dentre aqueles acima relacionados, bem como determinar a remuneração dos membros de seus Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

Como destacado no item 13.1(b)(iii) acima, a fixação e reajuste da remuneração consideram, dentre outros elementos, as atribuições e funções do administrador, assim como o seu desempenho, e estudos de mercado relacionados a empresas comparáveis.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração revisita as premissas e diretrizes das práticas de remuneração adotadas pela Companhia uma vez por ano, assegurando a sua consistência e compatibilidade com as necessidades da Companhia e a realidade competitiva do mercado.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,33	3,00	12,33
Nº de membros remunerados	0,33	4,33	3,00	7,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.025.521,44	117.000,00	4.142.521,44
Benefícios direto e indireto	0,00	392.200,00	0,00	392.200,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.053.778,00	0,00	3.053.778,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	0,00	7.471.499,44	117.000,00	7.588.499,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	2,25	13,25
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	2,25	8,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.191.184,00	87.750,00	3.278.934,00

Benefícios direto e indireto	0,00	386.627,92	0,00	386.627,92
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.908.360,69	0,00	2.908.360,69
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	0,00	6.486.172,61	87.750,00	6.573.922,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,33	3,00	12,33
Nº de membros remunerados	0,33	4,33	3,00	7,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.053.778,00	N/A	3.664.534,46
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	3.053.778,00	N/A	3.664.534,46

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	2,25	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	2,25	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.908.360,69	N/A	2.908.360,68
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.908.360,69	N/A	2.908.360,68
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	2.908.360,69	N/A	2.908.360,68

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Primeiro Plano de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Primeiro Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia ("**Primeiro Plano de Ações**"), cujo objeto é a concessão, pela Companhia, de ações de sua emissão, as quais poderão ser concedidas a administradores, prestadores de serviços e empregados de nível gerencial da Companhia, bem como os indivíduos considerados "chave" para a Companhia indicados pelo Conselho de Administração.

Segundo Plano de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia ("**Segundo Plano de Ações**" e, em conjunto com o Primeiro Plano de Ações, "**Planos de Ações**"), cujo objeto é a concessão, pela Companhia, de ações de sua emissão, as quais poderão ser concedidas a administradores, prestadores de serviços e empregados de nível gerencial da Companhia, bem como os indivíduos considerados "chave" para a Companhia indicados pelo Conselho de Administração.

(b) principais objetivos do plano

Os Planos de Ações têm por objetivo permitir a concessão de Ações Restritas aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (ii) incentivar a melhoria da gestão da Companhia; (iii) proporcionar aos beneficiários uma participação no valor criado com o desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com os interesses dos acionistas da Companhia; e (iv) promover o bom desempenho da Companhia mediante um comprometimento de longo prazo por parte dos beneficiários, estimulando a permanência de determinados administradores, empregados e prestadores de serviços na Companhia.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Os Planos de Ações conferem aos seus participantes a possibilidade de aumentar sua participam na Companhia ou de se tornar acionistas da Companhia. Ao possibilitar isso, espera-se que tais participantes se comprometam com a criação de valor para a Companhia, além de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e metas da Companhia. Os Planos de Ações buscam, ainda, o alinhamento de interesses entre os participantes e a Companhia, bem como esperam ser eficazes na retenção de administradores e empregados de alto nível em razão do comprometimento de longo prazo com os objetivos da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Os Planos de Ações se inserem na política de remuneração como instrumentos de incentivo a longo prazo e têm como objetivo remunerar os beneficiários escolhidos pelo Conselho de Administração, pelos serviços prestados, permitindo aos beneficiários que sejam remunerados com ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Planos de Ações, partes da política de remuneração da Companhia, têm como objetivo incentivar os beneficiários a buscar a melhor rentabilidade para a Companhia, e reter profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, compartilhando com eles o risco e o resultado da Companhia.

(f) número máximo de ações abrangidas

Primeiro Plano de Ações

O número de Ações Restritas que serão concedidas no âmbito do Primeiro Plano de Ações será definido em cada um dos programas (ou em um único programa, conforme aplicável), porém não poderá exceder o limite total de 3% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de concessão, em bases totalmente diluídas. O número total de Ações Restritas emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Primeiro Plano de Ações deverá estar sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Segundo Plano de Ações

O número de Ações Restritas que serão concedidas no âmbito do Segundo Plano de Ações será definido em cada um dos programas (ou em um único programa, conforme aplicável), porém não poderá exceder, o limite total de 3% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de concessão, em bases totalmente diluídas. O número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Segundo Plano de Ações deverá estar sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Os Planos de Ações são os únicos instrumentos de remuneração baseada em ações da Companhia. Dessa forma, não há opções a serem outorgadas.

(h) condições de aquisição de ações

A concessão de ações será formalizada mediante a celebração de instrumento particular de concessão entre a Companhia e o respectivo beneficiário, que deverá especificar o número de ações a serem concedidas ao beneficiário bem como o prazo, preço e demais condições para a transferência das ações, inclusive eventuais restrições impostas a tais ações e opções de recompra pela Companhia, observadas as disposições dos Plano de Ações e dos respectivos programas.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Considerando que, nos Planos de Ações, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não há que se falar em fixação do preço de aquisição ou exercício.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Considerando que, nos Planos de Ações, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não há que se falar em fixação do prazo de exercício.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(k) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a concessão de Ações Restritas nos termos dos Planos de Ações, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado, alienando-as, sem custo para os beneficiários, nos termos da lei e regulamentação aplicável.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas, podendo reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos de Ações poderão, a qualquer tempo, ser extintos por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, sem prejuízo, porém, das concessões já realizadas.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Planos de Ações

Na hipótese de desligamento por: (i) vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (ii) vontade da Companhia, mediante justa causa nos termos da legislação em vigor, ou destituição do seu cargo de administrador por violar os deveres e atribuições de administrador, o beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas concedidas a ele e ainda não recebidas da Companhia, restando automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas.

Na hipótese de desligamento por vontade da Companhia, por meio de demissão sem justa causa ou sem que o administrador tenha incorrido em qualquer evento que resulte em destituições por justo motivo, o beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas concedidas e ainda não recebidas da Companhia, restando automaticamente extintas na data de desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas.

Na hipótese de desligamento por aposentadoria normal ou invalidez permanente, o beneficiário fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Restritas a que tem direito a receber, considerando 100% (cem por cento) de desempenho das metas de *performance*, desde a data de concessão até a data de desligamento.

Na hipótese de desligamento por falecimento, os seus herdeiros ou sucessores legais farão jus ao recebimento da totalidade das Ações Restritas a que o beneficiário tem direito a receber, considerando 100% (cem por cento) de desempenho das metas de *performance*, desde a data de concessão até a data de desligamento.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nos últimos três exercícios sociais, não havia qualquer previsão de remuneração baseada em ações para o conselho de administração e para diretoria estatutária.

Como mencionado nos itens anteriores, a Companhia possui o Primeiro Plano de Ações e o Segundo Plano de Ações, ambos aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de agosto de 2021. Porém, ressalta-se que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve qualquer programa aprovado ou qualquer concessão de ações.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações ou em opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não havia aprovado qualquer programa ou concessão no âmbito dos Planos de Ações.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não havia aprovado qualquer programa ou concessão no âmbito dos Planos de Ações.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que nos dois planos de remuneração baseados em ações da Companhia, atualmente vigentes, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não havendo que se falar em exercício.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não havia aprovado qualquer programa ou concessão no âmbito dos Planos de Ações.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que nos dois planos de remuneração baseados em ações da Companhia, atualmente vigentes, o instrumento de incentivo a longo prazo é a concessão de ações, não havendo outorga de opções.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações ou cotas, conforme o caso, emitidas pelas seguintes sociedades controladores, controladas ou sob seu controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência:

	Ações de emissão da Companhia	
Órgão	**Quantidade**	**%**
Conselho de Administração	33.606.861	38,18%
Diretoria[1]	30.658.118	34,83%
Conselho Fiscal	0	0,00%

(1) Exclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

	Quotas de emissão da Datora Telecomunicações Ltda.	
Órgão	**Quantidade**	**%**
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria	4	0,01%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia não possuíam quaisquer outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, seus controladores, por sociedades controladas ou sob seu controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020
Nº de membros	6,00	3,00	3,00	5,00	3,00	3,00	2,25
Nº de membros remunerados	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,25
Valor da maior remuneração(Reais)	1.499.528,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.250,00
Valor da menor remuneração(Reais)	858.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.250,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.081.028,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.250,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A
Diretoria	50%	N/A	N/A
Conselho Fiscal	0%	N/A	N/A

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciaram às suas respectivas remunerações referentes aos cargos de conselheiros e/ou diretores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Com relação ao Conselho Fiscal, este foi instalado em 30 de abril de 2020.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados:

Número de empregados				
(Por cargo)	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
São Paulo				
Diretores	5	1	7	7
Gerentes	6	6	8	8
Coordenadores/Supervisores/Especialistas	16	7	10	16
Assistentes/analistas/vendedores	66	40	35	49
Estagiários/Jovem Aprendizes/Técnicos	16	13	4	15
Total	**109**	**67**	**64**	**95**
Minas Gerais				
Diretores	4	6	0	0
Gerentes	7	6	4	1
Coordenadores/Supervisores/Especialistas	14	15	12	5
Assistentes/analistas/vendedores	31	58	47	26
Estagiários/Jovem Aprendizes/Técnicos	2	6	17	4
Total	**58**	**91**	**80**	**36**
Fora do Brasil				
Assistentes/analistas/vendedores	2	2	2	2
Total	**2**	**2**	**2**	**2**
TOTAL	**169**	**160**	**146**	**133**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

Número de terceirizados				
	30/06/2021	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
São Paulo				
Prestadores de serviço	11	11	9	9
Total	**11**	**11**	**9**	**9**
Internacional				
Prestadores de serviço	4	5	5	4
Total	**4**	**5**	**5**	**4**
TOTAL	**15**	**16**	**14**	**13**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(c) índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade:

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
2,19%	2,21%	1,42%	1,23%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma remuneração fixa para seus empregados, determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis. Determinados empregados da Companhia fazem jus a uma remuneração variável baseado no Plano de Participação nos Resultados ("**PPR**").

O PPR estabelece pagamento de participação nos resultados para seus empregados vinculada ao atingimento de metas claras e objetivas, conforme negociado anualmente com o sindicato representante dos empregados da Companhia.

As metas, bem como o múltiplo salarial que cada empregado terá direito, caso as metas sejam atingidas, são apresentados anualmente a cada empregado, no início do período de apuração, e estão atrelados ao nível de carreira em que o empregado está alocado.

O PPR é atualizado e divulgado anualmente com base nas premissas negociadas junto ao sindicato, e definidas no planejamento estratégico e no orçamento disponibilizado para o período a ser apurado, normalmente de janeiro a dezembro de cada ano. O pagamento, caso as metas sejam atingidas, é realizado de acordo com os critérios definidos no plano negociado junto ao sindicato.

(b) política de benefícios

Os empregados da Companhia contam com um pacote de benefícios que inclui: (i) vale-refeição e/ou alimentação, na modalidade "Flash"; (ii) vale transporte; (iii) plano de saúde e odontológico; e (iv) seguro de vida.

Além dos benefícios mencionados acima, como parte da estratégia para retenção de seus empregados, a Companhia possui diversos programas que promovem o engajamento, desenvolvimento e bem-estar de seus empregados, por exemplo, bolsa de estudos, licença maternidade/paternidade estendida, exame oftalmológico anual, "*happy day*", dentre outros.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

(i) grupos de beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência não havia planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

(ii) condições para o exercício

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência não havia planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

(iii) preços de exercício

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência não havia planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

(iv) prazos de exercício

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência não havia planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência não havia planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados pelos seguintes sindicatos:

Nome	UF
SINTETEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de São Paulo	SP
SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações de Minas Gerais	MG

A Companhia também preza e mantém um bom relacionamento com referidas entidades sindicais, e divulga aos seus colaboradores as principais convenções coletivas e outras ações promovida pelas entidades sindicais. Não houve qualquer tipo de paralisação ou greve, por parte dos funcionários da Companhia, nos últimos três exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Jorge Alberto Bichara de Melo					
797.010.357-04	Brasil	Sim	Não	23/08/2021	
Não					
1.848.465	2,100%	0	0,000%	1.848.465	2,100%
Fernando Antonio Pires de Castro					
330.245.297-72	Brasil	Sim	Não	23/08/2021	
Não					
3.520.887	3,999%	0	0,000%	3.520.887	3,999%
Eduardo Henriques Resende					
003.741.876-90		Sim	Não	23/08/2021	
Não					
1.021.058	1,160%	0	0,000%	1.021.058	1,160%
Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva					
029.165.157-71	Brasil	Sim	Não	23/08/2021	
Não					
1.117.882	1,270%	0	0,000%	1.117.882	1,270%
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE					
29.768.219/0001-17	Brasil	Sim	Não	27/12/2019	
Não					
20.247.726	23,000%	0	0,000%	20.247.726	23,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Daniel Tibor Fuchs					
175.969.248-40	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021	
Não					
18.114.960	20,577%	0	0,000%	18.114.960	20,577%
Tomas Henrique Fuchs					
263.773.858-89	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021	
Não					
21.653.451	24,597%	0	0,000%	21.653.451	24,597%
Samy Uziel					
166.315.788-09	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021	
Não					
6.038.320	6,859%	0	0,000%	6.038.320	6,859%
Raul Fuchs					
290.627.538-76	Brasil	Sim	Sim	23/08/2021	
Não					
14.470.843	16,438%	0	0,000%	14.470.843	16,438%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
88.033.592	100,000%	0	0,000%	88.033.592	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/08/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	8
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas da Datora Participações e Serviços S.A.	
Partes	Tomas Henrique Fuchs ("**Tomas**"), Daniel Tibor Fuchs ("**Daniel**"), Raul Fuchs ("**Raul**"), Samy Uziel ("**Samy**" e, em conjunto com Tomas, Daniel e Raul, "**Fundadores**"), Fernando Antonio Pires de Castro ("**Fernando**"), Jorge Alberto Bichara de Melo ("**Jorge**"), Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva ("**Claude**"), Eduardo Henriques Resende ("**Eduardo**" e, em conjunto com Fundadores, Fernando, Jorge e Claude, "**Datora**"), Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais ("**CODEMGE**" e, em conjunto com Datora, "**Acionistas**"), T&T Investimentos Ltda. ("**T&T**") e Companhia.
Data de celebração	6 de novembro de 2019, tendo sido celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas em 23 de agosto de 2021 ("**Acordo de Acionistas**" ou "**Acordo**").
Prazo de vigência	15 anos, renovável por mais 10 anos, sendo certo que o Acordo de Acionistas será, ainda, automaticamente rescindido: (i) por acordo mútuo entre os Acionistas; ou (ii) lançamento de oferta pública de ações de emissão da Companhia.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Conforme exposto, o Acordo de Acionistas deixará de vigorar quando do lançamento da oferta pública de ações de emissão da Companhia. Matérias Sujeitas a Aprovação da CODEMGE. As seguintes matérias serão deliberadas no âmbito da assembleia geral da Companhia e de suas subsidiárias e deverão obrigatoriamente contar com o voto afirmativo da CODEMGE: (a) alterações no Estatuto Social da Companhia que tenham por objeto modificações: (i) da localização da sede social da Companhia para outro estado ou Pais; (ii) do objeto social de forma a alterar as suas respectivas atividades principais ou agregar novos negócios que possam representar desvios as atividades atualmente desenvolvidas; (iii) dos direitos ou obrigações da CODEMGE sob este Acordo; (iv) de matéria que afete ou conflite com o disposto no Acordo de Acionistas; (v) da estrutura dos órgãos de administração da Companhia, desde que afetem os direitos da CODEMGE previstos no Acordo de Acionistas; ou (vi) das matérias objeto de deliberação dos órgãos de administração da Companhia, desde que afetem os direitos da CODEMGE previstos no Acordo de Acionistas; (b) resgate de Ações ou quotas de qualquer classe de emissão da Companhia ou das Subsidiárias; (c) aprovação de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quotas da Companhia ou das Subsidiarias aos seus administradores e/ou empregados, bem como quaisquer cancelamentos e alterações em tais planos; (d) definição da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e das subsidiárias, bem como a alocação de tal remuneração entre os membros, a qual deverá observar, cumulativamente, em relação a Companhia e cada uma das subsidiárias; (e) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência da Companhia ou das subsidiárias; (f) alteração do dividendo mínima obrigatório estabelecido no Estatuto Social ou Contrato Social, alterações nas disposições relativas a política de distribuição de dividendos e qualquer distribuição ou retenção de lucros da Companhia ou das subsidiarias; (g) aquisição de participações societárias por compra e venda, incorporação ou incorporação de ações ou a constituição de novas sociedades ou joint ventures, desde que em montante superior a 25% da receita líquida da Companhia; e (h) aprovação de todas e quaisquer transações com Partes Relacionadas, excetuadas as transações entre a Companhia e/ou suas Subsidiarias (incluindo transações somente entre subsidiarias) em termos e condições de mercado.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Conforme exposto, o Acordo de Acionistas deixará de vigorar quando do lançamento da oferta pública de ações de emissão da Companhia. A Datora terá o direito de eleger e destituir, a qualquer tempo, três conselheiros, sendo um deles o presidente do Conselho de Administração. A CODEMGE terá o direito de eleger e destituir, a qualquer tempo: (i) dois conselheiros, enquanto titular de, no mínimo, 15% do capital social da Companhia; ou (ii) um conselheiro, enquanto titular de ao menos 10% do capital social da Companhia.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Conforme exposto, o Acordo de Acionistas deixará de vigorar quando do lançamento da oferta pública de ações de emissão da Companhia. Observada que qualquer Transferência de Ações a um Terceiro, quando permitida pelo Acordo de Acionistas, somente será válida se realizada nos termos previstos no Acordo, e referido Terceiro concordar, por escrito, em aderir ao Acordo de Acionistas, como se dele fosse parte original. Os Acionistas, desde já, reconhecem e concordam que não será permitida a Transferência de Ações: (i) por quaisquer dos Acionistas a quaisquer Terceiros que, no conhecimento dos Acionistas: (a) violem ou tenham violado quaisquer disposições das Leis Anticorrupção; ou (b) estejam envolvidos ou sujeitos a qualquer processo em curso, seja na esfera judicial ou administrativa, ou que estejam conduzindo um procedimento interno, relacionado a matérias das Leis Anticorrupção; (ii) pela CODEMGE ou quaisquer de suas Afiliadas (no caso de uma Transferência Permitida) a: (a) qualquer Pessoa envolvida com a prestação de serviços ou atividades de telecomunicações, seja direta ou indiretamente (inclusive pela titularidade de participações societárias que confiram a tal Pessoa influência ou controle sabre qualquer entidade envolvida em tais atividades) e que seja um concorrente direto da Companhia; ou (b) qualquer Pessoa que Controle um concorrente direto da Companhia; ou (c) qualquer Pessoa que esteja, na hipótese de qualquer ação procedimento arbitral ou outro processo judicial com a Companhia. Na hipótese de qualquer um dos Acionistas ("**Acionista Ofertante**") receber uma proposta de Terceiro ("**Potencial Adquirente no âmbito do Direito de Preferência**") e desejar Transferir suas Ações ao Terceiro, no todo ou em parte ("**Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Preferência**"), a Acionista Ofertante deverá notificar imediatamente a Datora, com cópia para a Companhia. A Datora terá, então, o direito de preferência na aquisição da totalidade (e não menos do que a totalidade) das Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Preferência, nos mesmos termos e condições da proposta recebida ("**Direito de Preferência**"), observados os termos e condições abaixo. Durante o período de 30 dias após o recebimento da Notificação de Oferta do Direito de Preferência, a Datora informará por escrito à Acionista Ofertante se irá ou não exercer seu Direito de Preferência na aquisição das Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Preferência. Mediante o exercício do Direito de Preferência pela Datora com respeito a todas (e não menos que todas) as Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Preferência, tais Ações serão adquiridas conforme os Termos da Oferta e Transferidas à Datora no prazo de até 30 dias, e mediante assinatura de contrato vinculativo celebrado pela Acionista Ofertante e pelo Potencial Adquirente no âmbito do Direito de Preferência. *Obrigação de Venda Conjunta (Drag Along)*. Observado o Direito de Preferência previsto no Acordo, caso um potencial adquirente ("Potencial Adquirente no âmbito da Obrigação de Venda Conjunta") apresente uma oferta de boa-fé para a Família Fuchs e, em função de tal oferta, a Família Fuchs pretenda alienar a integralidade das Ações de sua titularidade em uma venda de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, a Família Fuchs terá o direito de exigir que Samy transfira a totalidade (e nada menos que a totalidade) das Ações de que for titular, nos termos da oferta do Potencial Adquirente no âmbito da Obrigação de Venda Conjunta ("Direito de Obrigar a Venda Conjunta"). Para o exercício do Direito de Obrigar a Venda Conjunta pela Família Fuchs, Samy deverá notificar deverá notificar a Família Fuchs, por escrito, informando os termos e condições da oferta de alienação da totalidade das ações ("Notificação de Obrigação de Venda Conjunta"). A Notificação de Obrigação de Venda Conjunta deverá indicar os termos e condições pelos quais o Potencial Adquirente no âmbito da Obrigação de Venda Conjunta concordou em adquirir a totalidade das Ações da Companhia, incluindo: (i) o preço a ser pago pelas Ações; (ii) o prazo e forma de pagamento; (iii) garantias a serem prestadas, se houver; (iv) outras condições da venda ou da Transferência proposta; e (v) o nome e identificação completos do Potencial Adquirente no âmbito da respectiva Obrigação de Venda Conjunta e dos eventuais garantidores da operação, caso aplicável. Mediante o recebimento da Notificação de Obrigação de Venda Conjunta observados os termos e condições previstos no Acordo, Samy deverá praticar todos os atos necessários a efetivar a alienação de todas as suas Ações, de forma a não atrapalhar ou atrasar a Transferência para o Potencial Adquirente no âmbito da respectiva Obrigação de Venda Conjunta da totalidade das Ações da Companhia, a qual deverá ser concluída em até 60 dias contados da data de recebimento da Notificação de Obrigação de Venda Conjunta. Samy, deverá, também, celebrar quaisquer instrumentos razoavelmente especificados pela Família Fuchs, incluindo, se necessário, contrato de compra e venda de ações com declarações e garantias usuais em operações dessa natureza.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	Todos os custos e despesas incorridos na preparação e efetivação da alienação, inclusive honorários legais e profissionais, serão rateados pelos Acionistas na proporção do valor recebido por elas em razão da Transferência.
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Conforme exposto, o Acordo de Acionistas deixará de vigorar quando do lançamento da oferta pública de ações de emissão da Companhia. As seguintes matérias, no que se refere a Companhia e as suas subsidiarias, serão deliberadas no âmbito de reunião do Conselho de Administração da Companhia e deverão obrigatoriamente contar com o voto afirmativo do Conselheiro nomeado pela CODEMGE: (a) nomeação de auditores independentes e/ou qualquer alteração de práticas contábeis da Companhia ou das subsidiárias, exceto se eventual alteração for resultante do cumprimento de lei; (b) aprovação de quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", debentures ou endividamento de qualquer natureza, cujo valor envolvido seja superior a R$10.000.000,00, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas dentro de um período de 12 meses, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento ou que as tornem mais onerosas para a Companhia ou para as Subsidiárias; (c) a outorga ou concessão de garantias de qualquer natureza a Terceiros, cujo valor envolvido, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas dentro de um período de 12 meses, seja superior a R$10.000.000,00; (d) compra e venda de quaisquer bens integrantes do ativo que, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas dentro de um período de 12 meses, envolvam valores superiores a R$10.000.000,00; (e) aprovação de todas e quaisquer transações com Partes Relacionadas, excetuadas as transações entre a Companhia e/ou suas Subsidiarias (incluindo transações somente entre Subsidiárias) em termos e condições de mercado; (f) alteração da estrutura da Diretoria da Companhia, conforme previsto abaixo, e/ou de qualquer uma de suas Subsidiarias; (g) aprovação ou alteração do plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das Subsidiarias que represente: (i) alteração do endividamento previsto no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das Subsidiárias, conforme o caso; e/ou (ii) alteração do CAPEX em valor superior a 10% (dez por cento) do valor previsto no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das Subsidiárias, conforme o caso e moeda aplicável. Em caso de controvérsia com respeito a aprovação ou alteração do plano anual e/ou plurianual de negócios, o plano do ano imediatamente anterior será mantido, ajustado pela variação positiva do IPCA e para que não haja um índice de dívida líquida/EBITDA superior a 2 (dois); (h) alteração na política de distribuição de dividendos ou lucros da Companhia ou de qualquer uma das Subsidiárias; (i) realização de investimento em CAPEX em qualquer operação ou série de operações em valor superior em mais de 10% (dez por cento) ao estabelecido no plano anual e/ou plurianual de negócios da Companhia ou das Subsidiarias, conforme moeda aplicável; e (j) abertura de subsidiarias da Companhia ou das Subsidiarias, sendo certo que não serão consideradas para este fim filiais da Companhia ou das Subsidiárias.

Acordo de Acionistas da Datora Participações e Serviços S.A.	
Partes	Tomas Henrique Fuchs (“**Tomas**”), Daniel Tibor Fuchs (“**Daniel**”), Raul Fuchs (“**Raul** e, em conjunto com Tomas e Daniel “**Família Fuchs**”) e Samy Uziel (“**Samy**” e, em conjunto com Tomas, Daniel e Raul, “**Acionistas**” e Companhia.
Data de celebração	3 setembro de 2021 (“**Acordo de Acionistas**” ou “**Acordo**”).
Prazo de vigência	Deverá entrar em vigor na data de divulgação do anúncio de início do IPO da Companhia e permanecer em pleno vigor e efeito por 15 anos a contar de tal data, e poderá ser automaticamente prorrogado por um período igual, se nenhum Acionista informar, por escrito, os outros Acionistas sobre sua intenção de não o renovar, com até 90 (noventa) dias de antecedência ao término do período.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Sempre que for convocada qualquer Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração, os Acionistas deverão se reunir previamente para deliberar sobre as matérias constantes de suas respectivas ordens do dia (“**Reunião Prévia**”). Os Acionistas exercerão o seu direito de voto nas Assembleias Gerais de acordo com o deliberado nas Reuniões Prévias. Cada Ação representará 1 (um) voto em uma Reunião Prévia, e uma matéria para ser aprovada necessitará do voto afirmativo da maioria dos votos dos Acionistas presentes em tal Reunião Prévia e do voto afirmativo de, no mínimo, 2 (dois) membros da Família Fuchs. Em caso de empate da votação das matérias colocadas em deliberação na Reunião Prévia, o voto dos dois membros da Família Fuchs prevalecerá. O eventual exercício, por qualquer dos

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	Acionistas e/ou qualquer de seus representantes, do direito de voto nas Assembleias Gerais em desacordo com as disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas importará nulidade do voto e na adoção das medidas previstas nos parágrafos 8º e 9º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo do direito do Acionista interessado de promover a execução específica da obrigação descumprida. Cada Ação ordinária representará um voto nas Reuniões Prévias e em uma Assembleia Geral, e os Acionistas se comprometem a não adotar o procedimento de votos múltiplos previsto no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações (em Assembleia Geral).
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Os Acionistas se comprometem a votar em Reunião Prévia a indicação de membros do Conselho de Administração os quais serão eleitos, para um mandato unificado de dois anos, observado o disposto no Acordo e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado no que diz respeito aos conselheiros independentes, em especial que o exercício de voto dos conselheiros independentes nas reuniões do Conselho de Administração não estará vinculado ao Acordo. Os Acionistas acordam em indicar como membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente, caso aplicável, pessoas naturais que possuam capacidade para exercer os atos da vida civil e reputação libada, bem como preencham aos seguintes requisitos: (i) sejam membros da Família Fuchs ou, a exclusivo critério dos membros da Família Fuchs, em conjunto, seja um Terceiro(s) por eles indicado(s) conjuntamente; (ii) no caso de falecimento de qualquer dos membros da Família Fuchs, seja um descendente em linha reta até o 2º grau de parentesco, incluindo, naturais ou civis (adotivos) dos membros da Família Fuchs, ou, a exclusivo critério dos membros da Família Fuchs e/ou seus descendentes, conforme aplicável, em conjunto, seja um Terceiro(s) por eles indicado(s) conjuntamente; (iii) tenha idade mínima de 25 anos; (iv) tenha o 3º grau completo ou 3 (três) anos de experiência como conselheiro; (v) tenha concluído curso de conselheiro no IBGC ou outra entidade equivalente; e (vi) declarem estar desimpedidos, nos termos da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. Caso não haja algum descendente dos Acionistas nos termos do item (i) acima, que atenda aos requisitos mencionados nos itens (ii) a (iv), os Acionistas se comprometem indicar a si próprios como membros do Conselho de Administração. Os Acionistas acordam indicar Tomas, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, deliberarem e aprovarem sua eleição para referido cargo, com um mandato unificado de 2 (dois) anos, na reunião do Conselho de Administração designada para tanto, podendo ser reeleito.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Os Acionistas se comprometem, inclusive no caso de um follow-on, a limitar seus respectivos direitos de realizar Transferências, mesmo que realizadas em estrita observância às limitações e procedimentos estabelecidos no Acordo, de modo a garantir que os Acionistas detenham, durante toda a vigência do Acordo, a maioria absoluta das ações de emissão da Companhia. Caso algum Acionista deseje realizar uma Transferência de Ações para um Terceiro que resulte na perda do Controle pelos Acionistas, tal Acionista alienante deverá, obrigatoriamente, ofertar suas Ações aos demais Acionistas mediante exercício do Direito de Retirada nos termos do Acordo de Acionistas. Observado o disposto no Acordo de Acionistas acerca das condições para uma transferência permitida, na hipótese de qualquer dos Acionistas ("Acionista Ofertante") receber uma proposta de outro Acionista ou de Terceiro ("Potencial Adquirente") para a aquisição, total ou parcial, de suas Ações, e o Acionista Ofertante decidir aceitar a proposta, o Acionista Ofertante deverá notificar os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados") de tal fato, com cópia para a Companhia ("Notificação de Oferta"). Os Acionistas Ofertados (incluindo o Potencial Adquirente para o Direito de Preferência, caso ele seja um Acionista) terão, então, o direito de preferência na aquisição da totalidade (e não menos que a totalidade) das Ações Ofertadas em Preferência (conforme definido abaixo), nos mesmos termos, cláusulas e condições ofertadas ou previstas na proposta recebida do Potencial Adquirente para o Direito de Preferência, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, desconsiderada a participação do Acionista Ofertante, observados os termos e condições relativos a Notificação de Oferta do Direito de Preferência. *Direito de Venda Conjunta*. Observado o Direito de Preferência, na hipótese do Samy receber uma proposta de qualquer Terceiro ("Potencial Adquirente no âmbito do Direito de Venda Conjunta") para a aquisição, total ou parcial, das Ações da Companhia de sua titularidade ou de quaisquer valores mobiliários que representem participação acionária indireta na Companhia ("Ações Ofertadas no âmbito do Direito de Venda Conjunta") e o Samy decidir aceitar a proposta, o Samy deverá notificar os membros da Família Fuchs, com cópia para a Companhia, indicando o número total de Ações objeto da proposta, preço por Ação, forma e prazo para o pagamento e para a Transferência das Ações ao Potencial Adquirente no âmbito do Direito de Venda Conjunta ("Notificação do Direito de Venda Conjunta"). Os membros da Família Fuchs terão, então, o direito

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	de exigir que a alienação das Ações no âmbito do Direito de Venda Conjunta ao potencial adquirente englobe, total ou parcial e proporcionalmente (conforme Notificação do Direito de Venda Conjunta), as Ações então detidas pelos membros da Família Fuchs ("Direito de Venda Conjunta"). O Direito de Venda Conjunta será proporcional, ou seja, em caso de exercício desse direito pelos membros da Família Fuchs, a participação societária alienada por cada membro da Família Fuchs deverá ser proporcional às respectivas participações detidas no capital da Companhia (desconsiderada a participação dos Acionistas que não exerceram o Direito de Venda Conjunta). Durante o período de 30 dias após o recebimento da Notificação do Direito de Venda Conjunta, cada um dos membros da Família Fuchs informará por escrito ao Samy se irá ou não exercer seu Direito de Venda Conjunta. A falta de manifestação a respeito do exercício do Direito de Venda Conjunta no prazo estabelecido no Acordo será interpretado, para todos os efeitos, como renúncia irrevogável e irretratável dos membros da Família Fuchs ao exercício do Direito de Venda Conjunta. Caso os membros da Família Fuchs exerçam o Direito de Venda Conjunta, estes deverão aderir aos termos e condições de venda que forem contratados pelo Samy, conforme descritos na Notificação do Direito de Venda Conjunta. O exercício do Direito de Venda Conjunta será irretratável e irrevogável. Todos os custos e despesas incorridos na preparação e efetivação da alienação, inclusive honorários legais e profissionais, serão rateados pelo Samy e pelos membros da Família Fuchs na proporção do valor recebido por elas em razão da Transferência. Os membros da Família Fuchs que exercerem o Direito de Venda Conjunta deverão tomar ou fazer com que sejam tomadas as providências necessárias para a consumação da Transferência efetuada nos termos do Acordo, obrigando-se a celebrar e entregar quaisquer instrumentos ou documentos razoavelmente especificados pelo Samy, inclusive declarações e garantias usuais conforme exigidas pelo Potencial Adquirente no âmbito do Direito de Venda Conjunta.
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Os Acionistas exercerão o seu direito de voto nas Assembleias Gerais de acordo com o deliberado nas Reuniões Prévias. Cada Ação representará 1 (um) voto em uma Reunião Prévia, e uma matéria para ser aprovada necessitará do voto afirmativo da maioria dos votos dos Acionistas presentes em tal Reunião Prévia e do voto afirmativo de, no mínimo, 2 (dois) membros da Família Fuchs. Em caso de empate da votação das matérias colocadas em deliberação na Reunião Prévia, o voto dos 2 (dois) membros da Família Fuchs prevalecerá. O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas e/ou qualquer de seus representantes, do direito de voto nas Assembleias Gerais em desacordo com as disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas importará nulidade do voto e na adoção das medidas previstas nos parágrafos 8º e 9º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo do direito do Acionista interessado de promover a execução específica da obrigação descumprida. Cada Ação ordinária representará 1 (um) voto nas Reuniões Prévias e em uma Assembleia Geral, e os Acionistas se comprometem a não adotar o procedimento de votos múltiplos previsto no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações (em Assembleia Geral).

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos três exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Exceto pelos eventos descritos abaixo, não ocorreram eventos societários relevantes na Companhia, suas controladas ou coligadas nos três últimos exercícios sociais ou no período corrente:

2021

a. evento	**Reorganização societária Controladores**
b. principais condições do negócio	Por meio de instrumento particular, celerado em 23 de agosto de 2021, a T&T Investimentos Lida. ("**T&T Investimentos**") transferiu a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade para os Srs. Tomas Henrique Fuch, Daniel Tibor Fuchs, Raul Fuchs, Samy Uziel, Fernando Antonio Pires de Castro, Jorge Alberto Bichara de Melo, Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva e Eduardo Henriques Resende (em conjunto, "**Pessoas Físicas**").
c. sociedades envolvidas	Companhia, T&T Investimentos e Pessoas Físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A T&T Investimentos deixou de ser acionista, e as pessoas físicas passaram a ser acionistas da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15.7 - Principais Operações Societárias

2019

a. evento	**Reorganização societária da Companhia**
b. principais condições do negócio	Por meio das Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 04 de dezembro de 2019 e 27 de dezembro de 2019, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, dentre outras formas, mediante (i) contribuição pela Chaicomm Group LLC ("**Chaicomm Group**") de (a) quotas de emissão da Datora Telecomunicações Ltda ("**Datora Telecom**"), (b) ações de emissão da NGN Latam Corp. ("**NGN Latam**"), (c) ações de emissão da NGN Sweden Communications AB ("**NGN Sweden**"), (ii) capitalização de créditos pela T&T Investimentos Lida. ("**T&T Investimentos**"); (iii) contribuição pela CODEMGE Participações S.A. ("**CODEPAR**") de (a) ações de emissão da Datora Mobile Telecomunicações S.A. ("**Datora Mobile**") e (b) quotas de emissão da VDF Tecnologia da Informação Ltda. ("**VDF TI**"); (iv) capitalização de créditos pela CODEPAR. Para mais informações a respeito do aumento de capital, vide item 17.1 deste Formulário de Referência.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Chaicomm Group, T&T, CODEPAR, Datora Telecom, NGN Latam, NGN Sweden, Datora Mobile e VDF TI.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A T&T Investimentos e a CODEPAR passaram a ser acionistas da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada.

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	**Incorporação da Datocenter Serviços de Locação e Suporte de Equipamentos de Informática e Telecomunicações Ltda. ("Datocenter")**
b. principais condições do negócio	Por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2019, a totalidade do patrimônio líquido da Datocenter foi integralmente absorvido pela Companhia em decorrência de sua incorporação pela Companhia. Ficou consignado que o capital social da Companhia não sofreria alterações. O valor contábil total do acervo da Datocenter era negativo, no montante de R$4.613 mil, já refletidos no patrimônio líquido da Companhia pelo método de equivalência patrimonial, considerando que a Companhia detinha 100% de participação no capital social da incorporada.
c. sociedades envolvidas	Companhia e Datocenter
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve qualquer alteração no quadro societário da Companhia em razão desta operação.
e. quadro societário antes e depois da operação	
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

2018

a. evento	**Incorporação da Chaicomm Services Holding Ltda. ("Chaicomm")**
b. principais condições do negócio	Por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2018, o patrimônio líquido da Chaicomm foi integralmente absorvido pela Companhia em decorrência de sua incorporação pela Companhia. O capital social da Companhia foi reduzido, sem o cancelamento de ações, havendo a transferência das ações ordinárias detidas pela Chaicomm na Companhia para a Chaicomm Group LLC em substituição à participação por ela detida na Chaicomm.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Chaicomm e Chaicomm Group LLC
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	As ações detidas pela Chaicomm na Companhia foram transferidas para a sócia Chaicomm Group, LLC em substituição à participação por ela detida na Chaicomm.
e. quadro societário antes e depois da operação	
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não foram utilizados mecanismos específicos para garantir o tratamento equitativo entre acionistas da Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2021 e entrará em vigor a partir da data de início da vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas, transações com partes relacionadas e situações envolvendo conflitos de interesses, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo assegurar que as transações da Companhia e suas controladas com Partes Relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da Companhia e suas controladas, conforme o caso, e fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade.

A Política de Transações com Partes Relacionadas abrange, mas não se limita a, todos os administradores da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas, bem como aos seus respectivos procuradores, responsáveis técnicos e/ou administrativos, colaboradores, consultores, terceiros interpostos e seus respectivos familiares, incluindo cônjuges ou companheiros(as), seus filhos, os filhos de seus cônjuges ou companheiros(as) e seus dependentes ou de seus cônjuges e companheiros(as). É considerada transação com parte relacionada, para fins da Política de Transações com Partes Relacionadas e nos termos da legislação aplicável, qualquer operação da Companhia que trate de transferência de bens, recursos, direitos, obrigações, contratação ou prestação de serviços, negócios, disputas ou ações que envolvam partes relacionadas, independentemente de haver ou não um preço em contrapartida à transação e de estarem representadas por outras pessoas jurídicas ou físicas ("**Transações com Partes Relacionadas**").

A Companhia, quando da celebração de operações com partes relacionadas, adota práticas que têm por objetivo não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros, utilizando-se de cotações e pesquisas de mercado na implementação de seus negócios e contratação de serviços, tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão da realização das transações, independentemente desta ser realizada entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas entra em vigor a partir da data da entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3 e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
NGN Latam Corp e NGN Latam Comunicaciones	31/12/2020	138.563,98	R$138.563,98	-	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						
Objeto contrato	As transações relacionadas com a NGN Latam Comunicaciones são passivos remanescentes de serviços prestados a NGN Latam Corp, dos quais são faturados por invoices e pagas via transações internacionais (wire transfer). Antes da reorganização societária parte das ligações passavam pela rede da NGN Latam Comunicaciones, entretanto, após a reestruturação todas as ligações são transacionadas pela NGN Latam Corp e NGN Sweden Communication.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a Pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
NGN Sweden Comunications e NGN Latam Comunicaciones	31/12/2020	15.454,57	R$15.454,57	-	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						
Objeto contrato	As transações relacionadas com a NGN Latam Comunicaciones são passivos remanescentes de serviços prestados a NGN Sweden Comunications, dos quais são faturados por invoices e pagas via transações internacionais (wire transfer). Antes da reorganização societária parte das ligações passavam pela rede da NGN Latam Comunicaciones, entretanto, após a reestruturação todas as ligações são transacionadas pela NGN Latam Corp e NGN Sweden Communication.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a Pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Datora Telecomunicações Ltda.	31/12/2020	17.322.938,67	R$17.322.938,67	-	31/12/2022	SIM	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Transações financeiras de conta corrente, as quais não possuem a incidência de juros remuneratórios. Para reduzir custo financeiro a Holding pega empréstimo com a Datora Telecomunicações para suas transações correntes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O Mutuário poderá, durante a vigência do Contrato, proceder ao pagamento antecipado e integral do mútuo ora concedido.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo a Pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Datora Telecomunicações Ltda.	31/12/2020	469.864,53	R$469.864,53	-	31/01/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A controladora mantém transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados com a Datora Telecomunicações, bem como receitas provenientes dos serviços de valor agregado prestados.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a Pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	31/12/2020	736.697,03	R$736.697,03	-	31/01/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A controladora mantém transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados com a Datora Mobile e Telecomunicações, bem como receitas provenientes dos serviços de valor agregado prestados.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contas a Pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Datora Mobile Telecomunicações x General Soft	31/12/2020	4.259,21	R$4.259,21	-	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						
Objeto contrato	Contas a Receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
VDF Tecnologia da Informação Ltda. x General Soft	31/12/2020	13.750,93	R$13.750,93	-	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						
Objeto contrato	Contas a Receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Datora Pag Ltda	31/12/2020	175.200,00	R$175.200,00	-	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	As transações realizadas entre a Datora Participações e Serviços S.A. e Datora Pag Ltda. Referem-se basicamente a adiantamentos concedidos da controladora para a Datora Pag, justamente para que a empresa possa fazer frente as suas obrigações operacionais nesse período pré-operacional						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Adiantamentos concedidos a partes relacionadas						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Datora Telecomunicações Ltda.	31/12/2020	342.513,79	R$342.513,79	-	31/01/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A controladora mantém transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados com a Datora Telecomunicações, bem como receitas provenientes dos serviços de valor agregado prestados.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	31/12/2020	1.290.338,39	R$1.290.338,39	-	31/01/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A controladora mantém transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados com a Datora Mobile e Telecomunicações, bem como receitas provenientes dos serviços de valor agregado prestados.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a receber						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
VDF Tecnologia da Informação Ltda.	31/12/2020	123.404,89	R$123.404,89	-	31/01/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A controladora mantém transações de cobrança de custos e despesas com serviços compartilhados com a VDF Tecnologia da Informação Ltda., bem como receitas provenientes dos serviços de valor agregado prestados.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Política de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, a Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

As práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, são aplicadas pela Companhia. Segundo estas regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Além disso, a Política de Transações com Partes Relacionadas prevê que, ao identificarem uma situação envolvendo partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses, os envolvidos devem se afastar, imediatamente, do processo específico, opinião e da tomada de decisão respectiva ao conflito, devendo aguardar orientações superiores e o cumprimento do processo de análise previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas. Em hipótese alguma, entretanto, deve o envolvido deixar de cumprir seus deveres legais e de proteção aos demais riscos da Companhia.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações, prevê que conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

As transações com Partes Relacionadas previstas nos itens 16.2 deste Formulário de Referência, seguiram os parâmetros e diretrizes previstos neste item.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros.

Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

As transações com partes relacionadas devem ser formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

A Companhia busca sempre observar as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. Dessa forma, a Companhia entende que os procedimentos acima e outros previstos na Política de Transação com Parte Relacionadas, asseguram a realização de todas as suas transações com partes relacionadas em caráter estritamente comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
24/08/2021	1.500.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
18/11/2020	38.854.725,33	Totalmente integralizado	88.033.592	0	88.033.592
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
18/11/2020	38.854.725,33	Totalmente integralizado	88.033.592	0	88.033.592
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
18/11/2020	38.854.725,33		88.033.592	0	88.033.592

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/12/2019	Assembleia Geral Extraordinária	04/12/2019	67.554.679,71	Subscrição particular	67.557.679	0	67.557.679	365,25271100	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Calculado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	(i) contribuição de (a) quotas de emissão da Datora Telecomunicações Ltda. no valor de R$24.689.551,67, (b) ações de emissão da NGN Latam Corp. no valor de R$1,00, e (c) ações de emissão da NGN Sweden Communications AB no valor de R$2.504.688,64; e (ii) capitalização de créditos no valor de R$40.360.438,40.									
27/12/2019	Assembleia Geral Extraordinária	27/12/2019	19.695.878,63	Subscrição particular	20.247.726	0	20.247.726	29,07585600	0,97	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Calculado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	(i) capitalização de créditos no valor de R$17.916.695,10; (ii) contribuição de ações de emissão da Datora Mobile Telecomunicações S.A. no valor de R$1.763.656,06; e (iii) contribuição de quotas de emissão da VDF Tecnologia da Informação Ltda., no valor de R$15.527,47.									

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/07/2018	30/07/2018	1.283,59	0	0	0	0,00689200	0,00
Forma de restituição		Não aplicável.					
Razão para redução		Incorporação do patrimônio líquido da Chaicomm Services Holding Ltda. com acervo líquido negativo no montante de R$1.283,59, sem cancelamento de ações, havendo a transferência das ações ordinárias de titularidade da Chaicomm Services Holding Ltda. no capital social da Companhia à sócia Chaicomm Group LLC em substituição à participação da Chaicomm Group LLC na Chaicomm Services Holding Ltda.					
18/11/2020	18/11/2020	48.286.845,00	0	0	0	0,55412000	0,00
Forma de restituição		Não aplicável.					
Razão para redução		Absorção da conta contábil de prejuízos acumulados e refletidos no balancete de 30 de setembro de 2020.					

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista ne Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante; e

- a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (a) o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM, sendo possível o pedido de nova avaliação de que trata o artigo 4º-A da referida lei; e (b) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações. Não obstante, a saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada: (a) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação; ou (b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na assembleia geral.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o do artigo 171, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários de sua emissão que não sejam ações e que não estejam vencidos ou não foram resgatados.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários de sua emissão que não sejam ações e que não estejam vencidos ou não foram resgatados.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada.

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. Relev. – recompra / tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**24/08/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	São pessoas vinculadas à companhia, o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o poder de controle, direto ou indireto, da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os administradores, os conselheiros fiscais, quaisquer executivos, terceirizados ou colaboradores da Companhia, de suas controladas e coligadas que, em virtude de seu cargo, função ou posição tenham acesso a qualquer informação privilegiada da Companhia, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição possam ter acesso permanente ou eventual de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

O objetivo da Política é o de estabelecer regras: (a) visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, (b) que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites legais, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Resolução CVM 44 e das suas políticas internas. Tais diretrizes também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, incluído como Anexo I à Política.
Há também um Modelo de Comunicação de Negociação Relevante, incluído como Anexo II à Política.
A Política tem como base normativa a Lei nº 6.385/1976, a Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM 44 e o Regulamento do Novo Mercado da B3 e discorre sobre os seguintes tópicos: (a) Negociação por meio de Corretoras Credenciadas e Períodos de Impedimento à Negociação; (b) Restrições à negociação na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante; (c) Exceções às restrições gerais à negociação de Valores Mobiliários; (d) Plano individual de investimento; (e) Dever de informar; (f) Vedação à negociação em período anterior à divulgação de Informações Trimestrais e das Demonstrações Financeiras Padronizadas; (g) Vedação à deliberação relativa à aquisição ou à alienação de ações de emissão da própria Companhia; (h) Vedação à negociação aplicável a ex-Administradores; (i) Vedações Adicionais; (j) Alteração na Política de Negociação de Valores Mobiliários; (k) Violação da Política; (l) Diretor Responsável; e (m) Disposições Finais.
A Política de Negociação de Valores Mobiliários poderá ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	São três os principais períodos de vedação à negociação de valores mobiliários: (a) período de 15 dias que antecede a divulgação de informações trimestrais e das demonstrações financeiras padronizadas; (b) período que antecede a divulgação de Fato Relevante que diga respeito à celebração de acordo ou contrato para transferência do controle acionário ou intenção de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (c) período subsequente ao afastamento de administradores da Companhia e anterior à divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, ou período até seis meses após o afastamento do administrador, o que ocorrer por último. Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores ("DRI"), antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", definidos na regulamentação aplicável e pelo DRI. Além disso, é vedada a negociação com valores mobiliários, independentemente de determinação do DRI, antes que tal informação seja divulgada ao mercado na forma de Ato ou Fato Relevante. Tal vedação também prevalecerá: (i) quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela própria Companhia, suas controladas ou outra sociedade sob controle comum; ou (ii) quando existir a intenção de promover incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia; ou (iii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar, agrupar ou emitir outros valores mobiliários e a publicação de seus respectivos editais e anúncios. O descumprimento da política sujeitará o infrator a sanções disciplinares, sanções administrativas, civis e penais imputáveis pelos órgãos reguladores de mercado, sem prejuízo da reparação de perdas e danos causados à Companhia e seus acionistas pela violação das normas contidas na política. Caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator, nas hipóteses de violação grave. Termo de Adesão deverá ser assinado pelo acionista controlador, pelos membros da Diretoria e pelos membros do Conselho de Administração, bem como pelos novos administradores, quando houver, e arquivado na sede da Companhia.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 16 da Resolução CVM 44.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 24 de agosto de 2021, com eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM, conforme descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 ("**Resolução CVM 44**"), disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

(i) estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;

(ii) especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

(iii) obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

(iv) exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

(v) exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;

(vi) estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

(vii) proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 24 de agosto de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante" ("**Política de Divulgação**"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas na Resolução CVM 44 ("**Destinatários**"). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) página na rede mundial de computadores de um portal de notícias ou, alternativamente, em jornais de grande circulação habitualmente utilizado pela Companhia; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (www.ri.datora.net), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.NET). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Resolução CVM 44, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma "Informação Relevante" qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a estes difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

(i) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;

(ii) não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;

(iii) não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;

(iv) manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;

(v) gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;

(vi) circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;

(vii) não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;

(viii) exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado; e

(ix) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

(i) os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Resolução CVM 44;

(ii) o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e

(iii) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia poderá ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, Sala 301B, Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-056; e (ii) internet: site da Companhia (www.ri.datora.net), site da CVM (www.gov.br/cvm) e site da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.